



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Nélio Miguel dos Reis Filipe Guerreiro

**TURISMO E (DES)APROPRIAÇÃO TERRITORIAL:  
ESTRANHOS NO PRÓPRIO ESPAÇO, CONFLITOS  
E TERRITORIALIDADES**

Tese no âmbito do Doutoramento em Geografia,  
orientada pelo Professor Doutor João Luís Jesus Fernandes,  
e apresentada ao departamento de Geografia e Turismo da  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro de 2022



FLUC FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**Nélio Miguel dos Reis Filipe Guerreiro**

# **Turismo e (des)apropriação territorial: estranhos no próprio espaço, conflitos e territorialidades**

Tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
para obtenção do grau de Doutor

Orientador: Prof. Doutor João Luís Jesus Fernandes

Coimbra, 2022



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



## **Nota Técnica**

---

A presente nota informa que a tese se encontra redigida em ortografia antiga, carecendo deste modo, de todo o tipo de expressões que se encontrem em consonância com o novo acordo ortográfico em vigor. Mais se adita que ao longo do trabalho são utilizados elementos gráficos para exposição de dados e informação, pelo que se faz recurso a várias tabelas. Estas possuem sempre as mesmas características visuais, variando contudo, nas dimensões, no tamanho de letra e formatação, dinâmica adoptada com o fito de as plasmar de forma integral no espaço disponível de cada página (evitando que fiquem fraccionadas, predominantemente no capítulo 5), sublinhando-se ainda, que o mesmo sucede com as demais figuras utilizadas no corpo da tese. Cumpre ainda relevar, que alguns dos elementos visuais apresentam uma qualidade reduzida devido ao programa utilizado (SPSS), cuja funcionalidade de exportação de ficheiros para outros programas origina a diminuição da sua nitidez original.

---

*Não procure ser um homem com êxito, e sim um homem com valores.*  
-Albert Einstein (LM, 1955)

## **Agradecimentos**

---

No meio desta aventura é importante destacar um grupo de pessoas que directa ou indirectamente contribuíram para o desenvolvimento da presente tese. Começo por agradecer a todas as pessoas que tiveram um papel a desempenhar no meu desenvolvimento pessoal, profissional e académico.

Apraz-me dirigir um agradecimento sentido a todo o corpo docente do programa de Doutoramento em Geografia. Neste âmbito, concedo ainda um forte obrigado e sentido de apreço ao meu orientador, Professor Doutor João Luís Fernandes, por todos os conselhos, orientações e palavras de incentivo proferidas durante todo o percurso de desenvolvimento do trabalho. A disponibilidade, longas conversas e entusiasmo com que debateu ideias e temáticas, permanecerão sempre comigo como um referencial de conduta profissional e académica.

Deixo também um sentido obrigado às pessoas que se disponibilizaram, tanto para preencher os inquéritos, como àqueles que concederam parte do seu tempo para serem entrevistados, destacando a colaboração total das entidades que representaram.

Um obrigado também é devido aos meus melhores amigos Oleh Lukyanenko e Rita Duarte, pelas opiniões, debates, conversas, serões de discussão, e palavras de apoio e incentivo. A todos os restantes companheiros que de uma forma ou de outra teceram palavras de encorajamento e tiveram parte, directa ou indirecta, nos meus processos de maturação (pessoal, académica e profissional), e em concreto, para a redacção e desenvolvimento da presente tese, um bem hajam.

Agradeço também aos meus familiares, Dércio Guerreiro (irmão) e Maria Celeste (mãe) pela proximidade afectiva e apoio constante em toda e qualquer situação/desafio a que me proponha enfrentar.

Por fim, em último lugar, onde as meras palavras não fazem justiça às acções, um solene obrigado à minha namorada e companheira Cátia Ferreira pelo apoio incondicional, não só para a elaboração da tese, mas em todas as facetas da vida.

## **Resumo**

---

As dinâmicas de disputa territorial representam um fenómeno perpetrado ao longo de toda a existência humana. A emergência, desaparecimento e re-formulação de sociedades são um testemunho da multiplicidade dos tipos de estruturação antrópica e uso dos territórios. O espaço geo-físico assume uma identidade própria, reflectindo as dinâmicas e traços culturais das comunidades que o ocupam. A modernização das sociedades permitiu uma ocultação das disputas físicas pela governação territorial, dando azo a um conjunto de actividades refinadas de carácter económico, social e político que efectivam a apropriação do espaço. À luz desta realidade, a vinculação social aos territórios torna-se ambígua, em certa medida efémera, e noutras instâncias reforçada, potenciando-se, em alguns casos, uma perda do controlo sobre o território por parte das suas populações. Neste sentido, o turismo emerge como um dos fenómenos mais marcantes da actualidade, impulsionando casos de (des) apropriação territorial.

A presente tese debruça-se sobre as dinâmicas de desterritorialização (e reterritorialização) impostas pelo turismo em pólos urbanos turistificados, abordando de forma crítica as questões de conflito entre turistas e autóctones, e conseqüentemente, a natureza e extensão das suas territorialidades. Deste modo, os fenómenos/conceitos de territorialização, desterritorialização (e residualmente, dispossessão), reterritorialização, turistificação, topofilia, gentrificação e segurança ontológica assumem contornos fulcrais na construção de uma perspectiva analítica da problemática central da investigação. Desconstruindo estes elementos, afigurou-se imperativo estudar os impactos do turismo e a natureza das interacções sociais registadas entre hetero-grupos, numa área muito procurada (tanto por cidadãos nacionais como estrangeiros) para fins de lazer e turismo, o Algarve, em concreto, a cidade de Portimão. A frequência avultada do espaço por parte de fluxos turísticos de carácter nacional e internacional ao longo dos anos, fomentou uma alteração profícua de todo o território. Ergueram-se infra-estruturas, moldaram-se espaços, alteraram-se paisagens, instalou-se a gentrificação espacial. Contudo, a supressão de maior peso, inferiu-se pela efectivação de uma perda gradual de controlo sobre o território por parte dos autóctones, pela crescente alteração dos seus espaços simbólicos e das práticas quotidianas em função de interesses económicos e políticos destinados a agentes externos.

O carácter sazonal dos ritmos, apropriações turísticas e actividades económicas da região estudada consubstancia a ocupação territorial em massa nos períodos de condições climatéricas mais favoráveis. Este fenómeno levanta outros problemas, como a escassez de recursos, a sobrelotação física do território, e deteriora a qualidade de vida das comunidades residentes, surtindo perturbações múltiplas nas diversas esferas da sua vida.

**Palavras chave:** Desterritorialização/reterritorialização; topofilia; segurança ontológica; turismo; Portimão;

## **Abstract**

---

The dynamics of territorial dispute represent a phenomenon perpetrated throughout the entire human existence. The emergence, disappearance and restructuring of societies are a testament to the variety of types of occupation and use of territories. The geo-physical space takes forms its own identity, reflecting the dynamics and cultural characteristics of the communities that occupy it. The modernization of societies allowed the formation of a coverage to mask physical disputes over territorial governance, giving origin to a set of refined activities of economic, social and political nature to perpetuate such appropriation of space. In light of this reality, the social linking to the territories becomes ambiguous, to some extent ephemeral, and in other instances, fortified, opening way to a loss of population control over its own territory. In this sense, tourism emerges as one of the most striking phenomenon of the modern day, boosting territorial (des) appropriation cases.

This thesis focuses on the dynamics of deterritorialization imposed by tourism in a heavily touristified urban nuclei, critically addressing the issues of conflict between tourists and locals, and consequently, the nature and extension of their territorialities. In this regard, the phenomenons/concepts of territorialization, deterritorialization (and, residually, dispossession), reterritorialization, touristification, topophilia, gentrification and ontological security, take center stage in the construction of an analytical perspective of the main problem of the investigation. While deconstructing these elements, it seemed imperative the need to study the impacts of tourism and the nature of the social interactions registered between hetero-groups, in one very sought after area for tourism (by national and foreign citizens) and leisure purposes, the Algarve, in particular, the city of Portimão. The hefty frequency of the space by demographic flows of national and international character over the years, fostered a fruitful change throughout the territory. It built up infrastructures, defined spaces, changed landscapes, opened way to territorial gentrification. However, the suppression of greater weight, was inferred by a gradual loss of control over the territory by the locals, as well as the alteration of their symbolic space and daily practice due to economic and political interests in favor of strangers.

The seasonal nature of the study area substantiates the massive territorial occupation during the periods of favorable weather conditions. This phenomenon raises

other problems like the shortage of resources, the physical location of the territory, and ultimately, it deteriorates the quality of life of the local communities, perpetuating multiple disturbances on the various spheres of their lives.

**Key-words:** Deterritorialization/reterritorialization; topophilia; ontological security; tourism; Portimão;

## **Índice**

---

Introdução.....	1
Objectivos.....	5
Metodologia.....	6
Etapas da Investigação.....	10

### **Capítulo I- Enquadramento Teórico**

1.1- Evolução do conceito de território e a sua aplicação ao turismo.....	15
1.2- A noção de Territorialização.....	24
1.3- As consequências da desterritorialização.....	31
1.4- A identidade sócio-territorial e a perda de ligação ao território.....	42
1.5- O peso das dinâmicas de poder na efectivação das relações sociais e na ocupação territorial.....	48
1.5.1- Potenciais conflitos perante múltiplas territorialidades.....	54
1.6- Frentes de conflito- multissensorialidade espacial.....	66
1.6.1- Estética.....	71
1.6.2- Táctil.....	75
1.6.3- Sonora.....	77
1.6.4- Topofilia e topofobia.....	80
1.6.5- Segurança ontológica.....	86
1.6.6- Conforto e confiança.....	89
1.6.7- Paisagem terapêutica.....	92
1.7- A valorização do espaço público e privado.....	96
1.7.1- A fragmentação e reconfiguração do espaço público.....	99
1.8- Infra-estruturas, serviços premium e gentrificação.....	105
1.9- O city branding e o marketing urbano: o efeito inverso.....	108
1.10- O peso das desigualdades sociais na fragmentação territorial e a dispersão de ocupação do espaço.....	113

### **Capítulo II- Turismo- Contornos e Dinâmicas**

2.1- Turismo, o itinerário de um fenómeno complexo com efeitos positivos e negativos.....	117
---	-----

2.2- Turismo enquanto processo de apropriação territorial.....	125
2.3- Comunidades turistificadas.....	128
2.4- Possíveis conflitos.....	133
2.5- Ciclos de aceitação e rejeição do turismo por parte das comunidades locais.....	141
2.6- Análise de ciclos de rejeição impostos pela saturação do turismo: estudos de caso.....	144
2.6.1- Barcelona.....	145
2.6.2- Maiorca.....	149
2.7- Questões ambientais.....	152
2.8- Níveis de conflitualidade.....	155
2.8.1- Conflitualidade derivada da Estética.....	157
2.8.2- Sonora.....	161

### **Capítulo III- Algarve, um caso paradigmático do turismo de sol e mar**

3.1- Modelo turístico do Algarve, a identidade económico-turística.....	165
3.1.1- Sazonalidade.....	172
3.2- Indicadores das grandes tendências.....	178
3.2.1- Factores que motivam a aceitação ou rejeição do turismo no Algarve..	183
3.3- Espaço geográfico.....	189
3.4- Sobrelotação do espaço.....	198
3.5- Escassez de recursos.....	207
3.5.1- Serviços.....	214
3.5.2- Bens de consumo básicos.....	224

### **Capítulo IV- A transformação identitária de Portimão, contornos e dinâmicas adstritas ao fenómeno da turistificação**

4.1- Portimão, percurso identitário de um paradigma da turistificação- características e particularidades.....	234
4.2- Dados históricos e geográficos de Portimão.....	234
4.3- Dados demográficos e processos de urbanização.....	243
4.4- Relevância da cidade de Portimão para a problemática em estudo.....	254
4.5- Transformações territoriais e Áreas de intervenção do estudo.....	257

4.5.1- Locais ilustrativos da transformação territorial.....	263
4.5.2- Construção de infra-estruturas.....	266
4.5.3- Locais chave de intervenção para a investigação.....	270

## **Capítulo V- Apresentação da Metodologia e resultados da Investigação**

5.1- Metodologia de investigação.....	278
-Questão de partida.....	279
-Objectivos.....	279
-Geral.....	279
-Específicos.....	279
-Hipóteses.....	280
-Observação.....	281
-Inquéritos.....	282
-Entrevistas.....	285
-Contributos para futuros estudos.....	287
-Potenciais limitações do estudo.....	289
5.2- Apresentação dos resultados da investigação.....	291
5.3- Observação.....	291
5.3.1- Esquematização das sessões de observação.....	295
5.3.2- Dados gerais.....	297
5.3.3- Praia da rocha (Avenida Tomás Cabreira).....	298
5.3.4- Praia da Rocha (areal).....	305
5.3.5- Zona Ribeirinha.....	308
5.3.6- Centros comerciais (Aqua e Continente).....	312
5.3.7- Marina de Portimão (rua dos bares e praia).....	315
5.3.8- Balanço geral das sessões de observação.....	320
5.4- Inquéritos.....	324
5.4.1- A construção dos inquéritos por questionário.....	325
5.4.2- Recolha da informação.....	325
5.4.3- População-alvo e amostra.....	326

5.4.4- Organização e tratamento da informação.....	329
5.4.4.1- Estatística descritiva (Questões fechadas).....	330
5.4.5- Análise bivariada dos dados.....	373
-Análise bivariada da questão 8.....	374
-Análise bivariada da questão 11.....	383
-Análise bivariada da questão 20.....	389
-Análise bivariada da questão 33.....	397
-Análise bivariada da questão 44.....	405
-Análise bivariada da questão 45.....	412
-Cruzamento de variáveis não categóricas.....	424
5.4.6 - Balanço final da análise bivariada.....	424
-Variáveis categóricas (ou qualitativas).....	424
-Variáveis não categóricas (ou quantitativas).....	427
5.4.7 -Análise multivariada.....	428
5.4.7.1- Inadequação da análise fatorial.....	428
5.4.7.2- Análise de clusters- método K-means.....	429
-1º cluster.....	432
-2º cluster.....	433
-3º cluster.....	434
5.4.7.3- Balanço da análise por clusters.....	434
5.4.8- Análise das questões abertas.....	445
5.5- Entrevistas.....	448
5.5.1- Estrutura das Entrevistas.....	451
5.5.2- Análise de conteúdo das entrevistas.....	451
5.5.3- Balanço das entrevistas.....	457
5.6- Reunião com o gabinete de planeamento e ordenamento do território da câmara municipal de Portimão.....	462

## **Capítulo VI- Reflexões Finais**

6.1- Análise de Conjunto.....	467
6.2- Análise geral dos factores de aceitação e de rejeição do turismo em Portimão com base nos dados empíricos recolhidos.....	476
6.3- Elementos de balanço da investigação.....	478
6.4- Objectivos da investigação- cumpridos/não cumpridos.....	495
6.5- Validação/invalidação de Hipóteses.....	497
6.6- Conclusão.....	503
6.7- Referências bibliográficas.....	511
6.7.1- Referências estritamente electrónicas (websites).....	532
6.7.2- Legislação consultada.....	532

## **Índice de figuras**

Figura 1- Apresentação esquemática do biopoder no espaço social.....	53
Figura 2: Actores sociais híbridos.....	57
Figura 3- Rede nacional de áreas protegidas.....	63
Figura 4- Fragmentação do espaço, marcada pela desigualdade social.....	104
Figura 5- O processo de gentrificação na dinâmica da (re)organização urbana nos Estados Unidos, Europa e Canadá.....	108
Figura 6- Praia de D.Ana (antes- à esquerda, e depois-à direita), exemplo de alterações do espaço para satisfazer a procura turística, assinalando a perda de controlo sobre o espaço (por parte dos moradores locais).....	112
Figura 7- Efeitos da turistificação (a uma escala micro).....	133
Figura 8- Modelo sequencial de fases de aceitação do turismo.....	139
Figura 9- Ciclo de vida da inovação e emergência de conflitos.....	141
Figura 10- Manifestação contra o turismo em massa, Barcelona.....	149
Figura 11- Sinais de insatisfação com a presença de turistas em Maiorca.....	151
Figura 12: Contribuição dos produtos turísticos por região.....	169
Figura 13- Modelo do ciclo de vida dos destinos turísticos.....	170
Figura 14- Exposição cartográfica das 3 sub-regiões do território algarvio, Litoral (azul), Barrocal (vermelho) e Serra (verde)- Ordenamento biofísico do Algarve.....	190
Figura 15- Fisiografia e hidrografia da região do Algarve com destaque para as zonas balneares dotadas de bandeira azul.....	190

Figura 16: Modelo territorial proposto pelo PROTAL.....	192
Figuras 17A e 17B- Sobrelotação do espaço (A); Congestionamento nas vias de acesso à cidade (Via do Infante) (B).....	206
Figura 18- Planta de Portimão em 1924 (à esquerda) e em 1990 (à direita).....	237
Figura 19- Localização geográfica do concelho de Portimão no panorama nacional..	240
Figura 20: Área geográfica do concelho de Portimão e divisão administrativa das suas 3 freguesias.....	240
Figura 21: Vista aérea da cidade de Portimão com destaque para as praias, rio Arade e o centro da cidade.....	241
Figura 22- Modelo territorial do PNPOT.....	242
Figura 23- Densidade populacional do Algarve (2011) (lado A); População residente em lugares com 2000 ou mais habitantes (lado B).....	246
Figura 24- Desenvolvimento urbanístico dos municípios do Algarve entre 1991-2001.....	249
Figura 25- Localização dos campos de golfe no Algarve.....	249
Figura 26- Modelo territorial do sistema económico dos pólos metropolitanos e centros regionais de Portugal (A, lado esquerdo); Modelo territorial atinente ao desenvolvimento do sistema urbano de Portugal (B, lado direito).....	252
Figura 27- Ordenamento do território do concelho de Portimão com evidenciação de planos de urbanização em cursos com vistoria ao desenvolvimento de núcleos turísticos.....	253
Figura 28- Fábricas de conserva na 1ª Metade do Século XX (anos 40 ) Portimão.....	258
Figura 29- Ortofotomapa de espaços destinados à oferta turística, à habitação, e locais contíguos que foram influenciados pela gentrificação induzida pelo turismo.....	259
Figura 30- Área da actual Praia da Marina de Portimão, antes da inserção artificial do areal (anos 80 ).....	260
Figura 31- Área do Estrumal, anos 50.....	261
Figura 32- Área do Estrumal, década de 80 com destaque para vários elementos.....	262
Figura 33- Ortofotomapa com várias áreas em evidência que demonstram a hibridez da malha urbana.....	263
Figura 34- Praia da Rocha em 1960.....	264
Figura 35- Praia da rocha em 2020.....	264
Figura 36- Ortofotomapa da área da Boavista e arredores no ano de 2005.....	266
Figura 37- Ortofotomapa da área da Boavista e arredores no ano de 2015.....	266

Figura 38- A vermelho, Hotel de 5 estrelas, Júpiter Marina Hotel, a azul escuro, o perímetro da terreno que envolve o referido monumento, azul claro, a o convento de S. Francisco.....	267
Figura 39- Hotel de Luxo, “Jupiter Marina Hotel “.....	268
Figura 40- Convento de São Francisco, monumento local em avançado estado de degradação.....	268
Figura 41- Zona ribeirinha, constraste entre edificações degradadas e estabelecimentos novos destinados predominantemente ao arrendamento turístico.....	269
Figura 42- Encosta marina (atrás) e casas da estrada da rocha junto ao porto de Portimão (à frente).....	269
Figura 43- Ortofotomapa da Avenida Tomás Cabreira e areal da Praia da Rocha.....	270
Figura 44- Marina de Portimão (zona dos bares, praia da marina e passeios pedestres).....	271
Figura 45- Ortofotomapa da área (zona ) ribeirinha de Portimão.....	273
Figura 46- (A-lado direito; B- lado esquerdo) Roda gigante, tendas e espaços de diversão da zona ribeirinha de Portimão, estabelecidos na época balnear.....	273
Figura 47- Área comercial paralela à avenida V6 (n124) e Avenida Miguel Bombarda.....	274
Figura 48- Área da Boavista com destaque para o Aqua shopping center, para o retail Park Portimão e serviços e espaços comerciais circundantes.....	275
Figura 49- Fluxograma de execução do algoritmo k-means.....	431

## **Índice de gráficos**

Gráfico 1- Dados do número de Turistas e pernoitas/dormidas em Barcelona em hotéis.....	146
Gráfico 2- Chegadas ao aeroporto de Faro, 1965-2013.....	167
Gráfico 3-Taxa de ocupação e estada média nos estab. hoteleiros, evolução trimestral (variações homólogas).....	177
Gráfico 4- Ocupação de quartos hoteleiros no mês de Maio no Algarve.....	179
Gráfico 5- Ocupação de quartos hoteleiros no mês de Agosto no Algarve.....	180
Gráfico 6- Dormidas de hóspedes na indústria hoteleira do Algarve (residentes e não residentes).....	181
Gráfico 7- Importância da oferta de gastronomia tradicional numa região turística como a algarvia.....	193
Gráfico 8- Valores de tráfego registados na via A22 do Algarve durante os anos 2018 e 2019.....	202

Gráfico 9- Dormidas no Algarve (2007-2016).....	205
Gráfico 10- Voltas de golfe no Algarve (2007-2016).....	205
Gráfico 11- Territorialização do investimento por NUTS III (QREN: 2007-2013).....	210
Gráfico 12- Valores do desemprego entre 1998 e 2012, com destaque para o marco temporal de 2010.....	220
Gráfico 13- Taxa de desemprego entre 2013 e 2019.....	221
Gráfico 14- Desemprego registado por Regiões: 2019 – 2020.....	222
Gráfico 15- Total de gastos efectivados com a cultura no Algarve em 2010.....	223
Gráfico 16- Quota dos buracos nos campos de golfe, por região turística, em 2017...	227
Gráfico 17- Distribuição por região da produção e do consumo de energia eléctrica em 2010.....	228
Gráfico 18- Evolução anual do volume de água fornecida aos utilizadores Municipais nos anos 2017 e 2018 (m3).....	230
Gráfico 19- Consumo de água nos anos de 2017 e 2018 no Algarve.....	230
Gráfico 20- População empregada no município de Portimão de acordo com os censos (2011): total e por sector de actividade económica.....	238
Gráfico 21- Relação idade/sexo dos participantes.....	333
Gráfico 22- Emprego Turístico- (Dados acerca da natureza do emprego dos inquiridos, se é um emprego relacionado com o turismo ou não).....	337
Gráfico 23- Tempo de residência em Portimão (há quanto tempo vivem os inquiridos em Portimão?).....	338
Gráfico 24-Transformações territoriais (análise da questão 8).....	339
Gráfico 25- Posição face às transformações territoriais impostas pelo turismo em Portimão em função da idade dos inquiridos.....	342
Gráfico 26- Desterritorialização in situ- Posição acerca da existência do fenómeno em Portimão.....	343
Gráfico 27- Impacto do turismo na vida dos autóctones (Posição dos inquiridos perante a existência/inexistência de impacto do turismo na sua vida, em geral).....	344
Gráfico 28- Esferas/aspectos da vida afectados pela influência do turismo.....	
Gráfico 29- Impacto do turismo nas desigualdades sociais (são acentuadas pelo fenómeno?).....	345
Gráfico 30- Satisfação dos inquiridos para com os turistas e as alterações inferidas pelo turismo.....	346
Gráfico 31- Contacto com turistas no dia a dia.....	348

Gráfico 32- Posição dos inquiridos perante a noção de fazer parte de uma comunidade turistificada (Está feliz?).....	351
Gráfico 33- O que acham os inquiridos acerca da sua hospitalidade face aos turistas (se acham que são bem recebidos).....	352
Gráfico 34- Turismo, positivo ou negativo?.....	354
Gráfico 35- Relação entre grupos positiva/negativa.....	355
Gráfico 36- Noção da existência de alterações de comportamentos dos inquiridos face à presença dos turistas no território na época balnear (Notam alterações?).....	357
Gráfico 37- Dados acerca da posição pessoal dos inquiridos atinente à presença de turistas no território.....	358
Gráfico 38- Distribuição das opiniões negativas face ao hetero grupo na perspectiva dos inquiridos (Quais são mais evidentes? Dos turistas ou dos autóctones?).....	359
Gráfico 39- Postura face à natureza das opiniões (questão “o que pensa disso acerca disso?”).....	360
Gráfico 40- Postura face à possibilidade de perda de acesso a locais no seu território em função da sua situação socio-económica (questão: acha que os autóctones têm perdido acesso a lugares em função da sua condição económica?).....	362
Gráfico 41- Respostas acerca da tolerância exercida por parte de cada grupo.....	365
Gráfico 42- Sobrelotação do espaço interfere no quotidiano?.....	367
Gráfico 43- Postura face ao acesso que os turistas têm aos locais em Portimão (acha que é superior ao dos autóctones?).....	368
Gráfico 44- Percepção acerca das transformações feitas no território e a quem se destinam (questão: acha que foram feitas para os turistas?).....	370
Gráfico 45- Posição acerca da possível supressão de territorialidades (questão: acha que são asfixiadas?).....	372
Gráfico 46- Acompanhamento das transformações territoriais em função da idade e sexo (masculino).....	376
Gráfico 47- Acompanhamento das transformações territoriais em função da idade e sexo (feminino).....	377
Gráfico 48- Percepção acerca da desterritorialização em função do sexo (questão: acha que este fenómeno existe em Portimão?).....	383
Gráfico 49- Percepção acerca da desterritorialização em função da idade.....	384
Gráfico 50- Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função do sexo).....	390
Gráfico 51- Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função da idade).....	391

Gráfico 52- Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço, em função do sexo (questão: quem controla o espaço?).....	397
Gráfico 53- Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço, em função da idade.....	399
Gráfico 54- Consciência acerca das territorialidades, em função do sexo.....	406
Gráfico 55- Consciência acerca das territorialidades, em função da idade.....	407
Gráfico 56- Alienação do espaço e a variável sexo (questão: sente-se um estranho no seu próprio espaço/território?).....	412
Gráfico 57- Alienação do espaço e a variável idade.....	414
Gráfico 58- Distribuição gráfica dos clusters (centros finais).....	432

### **Índice de tabelas**

Tabela 1- 1º ano de tarefas de Investigação.....	11
Tabela 2- 2º ano de tarefas de Investigação.....	12
Tabela 3- 3º ano de tarefas de Investigação.....	13
Tabela 4- Autores e as perspectivas dominantes no estudo do território.....	23
Tabela 5- Territorialização do desenvolvimento multi-escalar.....	30
Tabela 6- Matriz de construção da segurança ontológica.....	91
Tabela 7- Aspectos negativos dos processos de turistificação nas comunidades alvo.....	132
Tabela 8- Impactos negativos do turismo no ambiente que originam potenciais conflitos.....	155
Tabela 9- Factores que potenciam a alteração estética dos territórios turísticos.....	160
Tabela 10- Processo de afirmação do modelo de sol e mar do Algarve.....	171
Tabela 11- Presença de grupos hoteleiros internacionais no Algarve.....	172
Tabela 12- Taxas de desemprego por região NUTS II (NUTS 2013).....	178
Tabela 13- Produto interno bruto por NUTSII-2015.....	182
Tabela 14- Rendimento primário e rendimento disponível das famílias por NUTSII-2014.....	182
Tabela 15- Dados do ano 2019 da operação policial sempre presente -“Verão seguro”.....	187
Tabela 16- Total de dormidas nos alojamentos turísticos por concelhos do Algarve no ano 2019.....	194

Tabela 17- Total de Alojamentos turísticos por cada concelho do Algarve (os quais registaram mais de um milhão de dormidas).....	195
Tabela 18- Dados de tráfego rodoviário do 3º trimestre dos anos 2018 e 2019 na via rápida A22.....	202
Tabela 19- Acidentes mortais ocorridos nas principais vias da região do Algarve entre 2010-2017.....	203
Tabela 20- Peixe capturado: total e por alguns tipos de peixe- Sardinha.....	211
Tabela 21- Resumo de marcação de consultas SNS 24: serviço administrativo (2019).....	216
Tabela 22- Recursos inerentes à emergência médica para dar resposta às necessidades no Algarve.....	218
Tabela 23- Preço médio por noite em entidades hoteleiras por região- ano 2016.....	220
Tabela 24- Investimento privado no turismo por actividade turística- QREN (2007-2013).....	231
Tabela 25- Total de Dormidas nos alojamentos turísticos de Portimão e Faro- ano 2019.....	235
Tabela 26- Número de habitantes do Concelho de Portimão ao longo dos anos censitários.....	243
Tabela 27- População residente no Concelho de Portimão, por grupo etário.....	244
Tabela 28- Densidade populacional (Censos 2011) nos Municípios do Algarve.....	245
Tabela 29- Compilação de dados dos PDM da década de 1990: Total do Solo Urbano + Turístico.....	248
Tabela 30- Sessões de observação diurnas.....	296
Tabela 31- Sessões de observação nocturnas.....	296
Tabela 32- Hiato temporais estipulados para realização das sessões de observação.....	297
Tabela 33- Diferenças entre autóctones e turistas na Praia da rocha (Avenida Tomás Cabreira).....	302
Tabela 34- Diferenças entre autóctones e turistas na Praia da rocha (areal).....	306
Tabela 35- Diferenças entre autóctones e turistas na zona ribeirinha.....	310
Tabela 36- Diferenças entre autóctones e turistas nos Centros comerciais (Aqua e Continente).....	313
Tabela 37- Diferenças entre autóctones e turistas na Marina de Portimão (rua dos bares e praia).....	317
Tabela 38- Valores de referência para o tamanho da amostra.....	328

Tabela 39- Género/sexo dos inquiridos.....	331
Tabela 40- Idade dos inquiridos.....	332
Tabela 41- Dados do estado civil dos inquiridos.....	334
Tabela 42- Naturalidade dos inquiridos.....	334
Tabela 43 - Grau de escolaridade dos inquiridos.....	335
Tabela 44- Ocupação dos inquiridos.....	336
Tabela 45- Posição acerca das transformações territoriais.....	340
Tabela 46- Natureza do impacto do turismo (positivo/negativo).....	344
Tabela 47- Posição acerca da natureza apropriativa do turismo.....	347
Tabela 48- Contacto com turistas na actividade laboral.....	350
Tabela 49- Posição face ao contacto directo com os turistas.....	353
Tabela 50- Conhecimento acerca de conflitos entre turistas e autóctones.....	356
Tabela 51- Dinâmicas de insatisfação dos inquiridos face aos turistas.....	358
Tabela 52- Posição face ao comportamento dos turistas (em geral).....	361
Tabela 53- Quem controla o espaço/território?.....	364
Tabela 54- Escassez de recursos.....	366
Tabela 55- Disponibilidade de serviços locais.....	369
Tabela 56- Percepção dos inquiridos acerca das territorialidades dos locais e dos visitantes.....	371
Tabela 57- Dados acerca do sentimento de alienação territorial dos inquiridos.....	373
Tabela 58- Acompanhamento das transformações territoriais em função do estado civil.....	378
Tabela 59- Acompanhamento das transformações territoriais em função da naturalidade.....	379
Tabela 60- Acompanhamento das transformações territoriais em função do grau de escolaridade.....	380
Tabela 61- Acompanhamento das transformações territoriais em função da ocupação.....	381
Tabela 62- Acompanhamento das transformações territoriais em função da natureza do emprego.....	382
Tabela 63- Acompanhamento das transformações territoriais em função do tempo de residência na cidade de Portimão.....	382

Tabela 64- Percepção acerca da desterritorialização em função do estado civil dos inquiridos.....	385
Tabela 65- Percepção acerca da desterritorialização em função da naturalidade.....	386
Tabela 66- Percepção acerca da desterritorialização em função do grau de escolaridade.....	387
Tabela 67- Percepção acerca da desterritorialização em função da ocupação.....	387
Tabela 68- Percepção acerca da desterritorialização em função da natureza do emprego.....	388
Tabela 69- Percepção acerca da desterritorialização em função do tempo de residência em Portimão.....	389
Tabela 70- Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função do estado civil).....	392
Tabela 71- Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função da naturalidade).....	393
Tabela 72- Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função do grau de escolaridade).....	394
Quadro 73- Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função da ocupação).....	395
Tabela 74- Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função da natureza do emprego).....	396
Tabela 75- Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função do tempo de residência em Portimão).....	396
Tabela 76- Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função do estado civil).....	400
Tabela 77- Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função da naturalidade).....	401
Tabela 78- Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função do grau de escolaridade).....	402
Tabela 79- Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função da ocupação).....	403
Tabela 80- Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função da natureza do emprego).....	404
Tabela 81- Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função do tempo de residência em Portimão). ....	405
Tabela 82- Consciência acerca das territorialidades (em função do estado civil).....	408
Tabela 83- Consciência acerca das territorialidades (em função da naturalidade).....	409

Tabela 84- Consciência acerca das territorialidades (em função da escolaridade).....	409
Tabela 85- Consciência acerca das territorialidades (em função da ocupação).....	410
Tabela 86- Consciência acerca das territorialidades (em função da natureza do emprego).....	411
Tabela 87- Consciência acerca das territorialidades (em função do tempo de residência em Portimão).....	411
Tabela 88- Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função do estado civil).....	415
Tabela 89- Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função da naturalidade).....	416
Tabela 90- Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função da escolaridade).....	417
Tabela 91- Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função da ocupação).	418
Tabela 92- Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função da natureza do emprego).....	418
Tabela 93- Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função do tempo de residência em Portimão).....	419
Tabela 94- Cruzamento das respostas de desterritorialização in situ/desigualdades sociais.....	420
Tabela 95- Cruzamento das respostas da turistificação/relação entre grupos.....	421
Tabela 96- Cruzamento das respostas do acesso/alienação.....	422
Tabela 97- Cruzamento das respostas da escassez de recursos/sobrelotação.....	423
Tabela 98- Cruzamento das respostas das diferenças de territorialidades/afectação das territorialidades.....	424
Tabela 99- Valores de referência para adequação da análise fatorial.....	429
Tabela 100- Resultado do teste de esfericidade de KMO e Bartlett elaborado à amostra.....	429
Tabela 101- Dados completos dos 3 agrupamentos obtidos com o método k-means..	439
Tabela 102- Comparação das características qualitativas dos <i>clusters</i> identificados...	444
Tabela 103- Análise comparativa dos factores de análise mais importantes com base nas respostas de cada entrevistado.....	461
Tabela 104- Fenómenos recentes que têm vindo a motivar ondas de aceitação e de rejeição do turismo em Portimão.....	477
Tabela 105- Resultados da validação/invalidação das hipóteses e pergunta de partida.....	502

## **Lista de abreviaturas/siglas/acrónimos**

---

**ACES-** Agrupamento de Centros de Saúde

**AHETA-** Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve

**ANA-** Aeroportos de Portugal

**ANSR-** Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

**ARS-** Administração Regional de Saúde

**ASPPM-** Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima

**ATA-** Associação de Turismo do Algarve

**ATM-** Automated Teller Machine

**CCDRA-** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

**CML-** Câmara Municipal de Lisboa

**CMP-** Câmara Municipal de Portimão

**CRP-** Constituição da República Portuguesa

**CRESC2020-** Programa Operacional do Algarve

**ERTA-** Entidade Regional de Turismo do Algarve

**GNR-** Guarda Nacional Republicana

**INE-** Instituto Nacional de Estatística

**INEM-** Instituto Nacional de Emergência Médica

**ISN-** Instituto de Socorro a Náuticos

**NUTS-** Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

**OMT-** Organização Mundial do Turismo

**ONG-** Organização Não Governamental

**PDM-** Plano Director Municipal

**PIB-** Produto Interno Bruto

**PNPOT-** Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

**PO Algarve-** Programa Operacional Regional do Algarve

**PREHA-** Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve

**PROT-** Plano Regional de Ordenamento do Território

**PROT-AL-** Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

**PSP-** Polícia de Segurança Pública

**QREN-** Quadro de Referência Estratégica Nacional

**RP-** República Portuguesa

**SEP-** Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

**SI-** Sul Informação

**SIG-** Sistema de Informação Geográfica

**SNS-** Sistema Nacional de Saúde

**SP-** Saúde de Portugal

**SPSS-** Statistical Package for the Social Sciences

**TGV-** Train à grand vitesse

**TP-** Turismo de Portugal

**TSI-** Turistic Saturation Index

**UALG-** Universidade do Algarve

**VRSA-** Vila Real de Santo António

**WTO-** World tourism organization

## Introdução

A presente tese tem como objectivo uma análise crítica das dinâmicas de ocupação territorial em áreas de grande densidade populacional de carácter sazonal, através de uma avaliação das relações conflituosas entre autóctones e visitantes, partindo de uma perspectiva sócio-geográfica. Foca-se também nos fenómenos de des-territorialização (há *desterritorialização* e *reterritorialização*) impostos pelo turismo na cidade de Portimão, evidenciando elementos problemáticos como a sobrelotação do espaço e a escassez de recursos, em resultado dos processos de *turistificação*.

O estudo dos conflitos emergiu como uma ferramenta de percepção das relações sociais entre actores, e dos mecanismos de organização social. O território surge no cerne da discussão como o derradeiro recurso, gerador de disputas de poder.

As características voláteis da modernidade conferiram novos contornos aos conflitos baseados no espaço, ganhando as actividades económicas centralidade. O mundo capitalista, assim como as sociedades do consumo, representam os bastiões de controlo da vida em sociedade, delegando regras e estabelecendo padrões do aceitável e inaceitável.

As práticas consumistas impulsionadas pelos fenómenos da neo globalização e a liberalização das actividades económicas (através da mercantilização de todas as facetas da vida em sociedade), potenciaram a necessidade de se ter de controlar o maior número de espaços geográficos para se estabelecerem actividades. Para tal, os espaços físicos, simbólicos, económicos e políticos representam elementos fulcrais, constituindo alvos de apropriação de ordem multivariada que acabam por se efectivar como território (Haesbaert, 2004), seja como recurso, preconizado pelos actores hegemónicos, seja como abrigo, vivido pelos hegemonzados (Santos *et al*, 2000).

As *territorialidades* dos actores sociais espelham a aptidão de demarcar a sua presença no espaço, definindo, ao mesmo tempo, o capital de mobilidade individual que representa a capacidade de se transcender e usufruir de vários territórios. Actualmente, a versatilidade de perpetrar essa “apropriação” estendeu-se com o encurtamento das distâncias, propiciado por fenómenos como a globalização, podendo hoje referir-se o termo *multiterritorialidade* (Haesbaert, 2006). As desigualdades sociais surgem associadas à questão das territorialidades múltiplas, segregando os actores com

capacidade sócio-económica elevada, dos indivíduos socialmente vulneráveis. À luz desta noção, assiste-se de forma sistemática a processos contínuos, ininterruptos de *desterritorialização* e *reterritorialização*, que ditam os padrões de apropriação territorial por interdição de acesso a espaços que definem vivências. Fomentados por relações de poder e interesses particulares de índole pública ou privada, as dinâmicas de balizamento territorial acabam por gerar frentes de conflito, um pré-requisito indissociável do comportamento antrópico e de delimitação de fronteiras no espaço.

Um dos fenómenos que mais tem insurgido mudanças em todas as esferas da vida social é o turismo, que surge como um motor de dinamização (ou revitalização) territorial, e essencialmente, de mudança (Mings; Chulikpongse, 1994), baseado na ânsia pelo lazer, fenómeno que tem vindo a substituir de forma gradual as restantes esferas do quotidiano<sup>1</sup> (nomeadamente as mais sérias<sup>2</sup>, ligadas a actividades laborais<sup>3</sup>). Apesar das suas potencialidades enquanto mecanismo de revitalização e desenvolvimento rural e urbanístico, quando a oferta turística se afirma eficiente, a procura territorial associada a um *branding* de lazer pode gerar tumultos geo-demográficos com base na lógica de “donos do espaço” e de “invasores” que tiram partido das potencialidades intrínsecas das regiões e dos recursos locais. A reclusão e incapacidade pessoal de usufruir daquilo que o seu próprio território tem para oferecer, pode levar a sentimentos de exclusão e anomia<sup>4</sup> social nas comunidades.

A ocupação excessiva dos territórios consagra uma rede de problemas secundários, como o congestionamento de serviços, a sobrelotação de infra-estruturas, o desordenamento do território por necessidade de aumentar a capacidade endógena de albergar fluxos de pessoas, e por fim, também com gravidade, o encolhimento de recursos de várias ordens<sup>5</sup>. Thomas Maltus<sup>6</sup> (2004)<sup>7</sup> nos seus estudos demográficos já preconizava a limitação dos recursos, aludindo ao facto de que os mesmos crescem em sentido aritmético, enquanto que a proliferação de populações humanas

---

<sup>1</sup> As actividades laborais e modos de produção representavam o centro da vida em sociedade nos séculos passados, sendo característica do século XXI, a vontade humana de “aproveitar” o tempo, exercendo actividades estritamente lúdicas, dedicadas ao culto do bem estar individual e colectivo.

<sup>2</sup> No sentido de se prenderem com responsabilidades que definem o nível de vida dos próprios indivíduos.

<sup>3</sup> Tendência acompanhada pela degradação das sociedades salariais, que paulatinamente vão concedendo espaço ao liberalismo comportamental, aquele que privilegia o lazer.

<sup>4</sup> Conceito abordado e definido mais adiante.

<sup>5</sup> Sejam naturais, consumíveis ou materiais.

<sup>6</sup> Popularmente conhecido como o pai da demografia.

<sup>7</sup> Na sua obra “Ensaio sobre o princípio da população” de 1798 (edição original).

geograficamente demarcadas, crescem geometricamente<sup>8</sup>. Susceptível a este flagelo, encontra-se a região do Algarve, entidade *premium* (na perspectiva de venda das suas potencialidades) de carácter turístico em território nacional, pautado pelo predomínio do modelo “sol e mar” (e golfe), palco vitalício de importantes fluxos turísticos, nacionais e internacionais (Rodríguez *et al*, 2007). Nas épocas de temperaturas mais elevadas, grande parte da faixa litoral congestionam-se, atingindo de forma sistemática uma ocupação territorial e infra-estrutural significativa<sup>9</sup>. É de ressaltar, contudo, que nem toda a faixa litoral é homogénea, apresentando polarizações e descontinuidades<sup>10</sup>.

Em Portugal, os trabalhos de avaliação de conflitos são muito focados em análises comparativas de áreas protegidas, assim como nas dinâmicas de ocupação territorial de outras ordens<sup>11</sup>. A necessidade de ilustrar o impacto que os processos de transformação sócio-espaciais podem influir sobre o quotidiano, e consequente qualidade de vida das comunidades locais, representa um ponto fulcral no âmbito de um espaço urbano cada vez mais selectivo, fragmentado e sobretudo, gentrificado. Num cenário global de crise<sup>12</sup>, onde os direitos mais básicos das pessoas são colocados em risco, (podendo alegar-se que a própria noção de cidadania<sup>13</sup> pode ser afetada) (Petryna; Follis, 2015), as *territorialidades* e espaços apropriados tornam-se uma das últimas barreiras de vida digna e bem-estar individual. Com base nestas noções, formulou-se a seguinte questão de partida: Existem dinâmicas de desterritorialização e de conflito impostas pelo turismo na cidade de Portimão?, elemento que servirá de alicerce à investigação propriamente dita.

Por fim, salienta-se que o presente projecto se encontra estruturado em três secções distintas<sup>14</sup>, as duas primeiras de natureza conceptual e teórica, pautadas pela

---

<sup>8</sup> Apesar dos recursos serem limitados, sendo desse modo afectados por uma aumento de fluxos populacionais nos territórios, sublinha-se que o problema do turismo não são as populações geograficamente demarcadas, mas aquelas que estão em movimento, inferindo o aumento do consumo de mobilidade. Alude-se aqui a Thomas Malthus numa lógica de enquadramento histórico, uma vez que o referido autor se encontrava muito distanciado do mundo actual, caracterizado por fenómenos complexos.

<sup>9</sup> Nas últimas décadas a ocupação de infra-estruturas destinadas a acolher turistas (por exemplo, hotéis) registaram valores na ordem dos 100%. Trata-se aqui de um congestionamento e concentração temporal e espacial da procura.

<sup>10</sup> Realidade que não impede a grande afluência populacional a focos turísticos marcados pela presença de praias e a pólos urbanos, agentes essenciais para oferta de alojamento e serviços.

<sup>11</sup> Disputas individuais que se mediatizam por antagonismos de interesses mediados pela justiça.

<sup>12</sup> Económica, que apesar de apresentar indícios de melhoria, ainda marca presença nas economias globais, irradiando problemas para outras esferas (social, política).

<sup>13</sup> Pelos fenómenos de *desterritorialização* com origens distintas, que acabam por colocar em causa a filiação a um território ou Estado.

<sup>14</sup> Compostas por 6 capítulos com vários pontos.

exploração de vários conceitos, da exposição de esquemas, exemplos concretos e demais elementos de explanação das problemáticas em estudo, e a terceira, referente aos processos, passos, particularidades e resultados da investigação prática e empírica. Ainda na recta final, ilustram-se as reflexões formuladas com os resultados obtidos na investigação (de campo) e com o processo de construção de todo o trabalho, com espaço ainda para algumas questões de natureza crítica sobre os contornos dos fenómenos analisados na região geográfica estudada.

Acrescenta-se também, que estas três partes são constituídas por seis capítulos que se sub-dividem em vários pontos. Em rigor, subscreve-se que:

O capítulo 1 destina-se à exploração de conceitos de índole teórica ligados a termos chave da Geografia, visando analisar a problemática em estudo, nomeadamente fenómenos como a complexidade da noção de território e as suas interpretações, em que consiste a *desterritorialização* e conseqüente *reterritorialização*, a realidade das *multiterritorialidades* e da própria *territorialização*, e a natureza dos *conflitos* que poderão emergir dessas dinâmicas.

Por sua vez, o capítulo 2, prende-se com a análise do fenómeno turístico em abstracto, quais os seus contornos históricos, quais as suas valências, impactos, positivos e negativos, e como afecta todas as esferas da sociedade, detalhando a possibilidade de afectar negativamente comunidades locais, que sofrem com cenários de *turistificação* e *gentrificação*, estando ainda expostas à emergência de potenciais *conflitos*. São ainda abordados conceitos como *paisagem terapêutica*, e exploradas as dimensões que compõem as demais paisagens. Pontualmente, referem-se ainda casos concretos em que o turismo atingiu níveis extremos, sendo explorados sucintamente os fenómenos que levaram a tal exaustão. Neste âmbito, são estabelecidas pequenas analogias de alguns fenómenos com traços característicos da área de estudo (Portimão), sem avançar, dados específicos da investigação de campo propriamente dita.

Relativamente ao capítulo 3, presta-se enfoque à natureza do modelo e dimensões do fenómeno turístico no Algarve<sup>15</sup>, no seu todo, privilegiando-se uma análise do modelo “sol e mar”. Nesta secção, são assim, elaboradas várias alusões ao caso de Portimão, estritamente como elemento essencial, representativo de um modelo

---

<sup>15</sup> Todos os pontos presentes neste capítulo se referem ao Algarve em geral (portanto, escala regional).

turístico com expressão forte na região (não ilustrando, porém, a dinâmica do paradigma do turismo praticado em todo o Algarve).

No que tange ao capítulo 4, existe uma exploração detalhada de Portimão, enquanto área delineada para o estudo, onde são expostas as suas características e a sua relação com o turismo. Justamente, à semelhança do pretérito capítulo elencado, são proferidas breves menções ao Algarve enquanto escala regional, de modo a facultar ao leitor uma percepção cabal de interacção, e interpelação, entre as duas escalas, e quais as suas semelhanças e diferenças.

O capítulo 5 estrutura-se em torno da exposição dos métodos seleccionados pelo investigador para realizar o estudo, no qual são expostas as ferramentas metodológicas seleccionadas, o porquê dessas escolhas, explicações detalhadas de como funcionam, e, de como serão analisados os resultados com elas obtidos. A exposição dos resultados específicos de cada método de análise implementado também fica retratado neste capítulo, onde se plasmam, na íntegra, todos os elementos relacionados com a investigação de campo.

Por último, no capítulo 6, é realizado um balanço da investigação e exarados quais os dados apurados, formulando-se posteriormente, as reflexões finais, orientadas para a conclusão da investigação.

Terminada a exposição da estrutura, sublinha-se que esta tese seguirá os objectivos que de seguida se apresentam.

## **Objectivos**

### **Geral**

-Analisar os processos e dinâmicas de *territorialização* e *desterritorialização* promovidos pelo turismo em Portimão, evidenciando potenciais *conflitos* e relações entre turistas e autóctones;

### **Específicos**

-Evidenciar as transformações físicas e sociais implementadas pelo turismo na área de estudo;

- Estabelecer uma análise comparativa entre *territorialidades* e capitais de mobilidade distintos, avaliando o grau de permeabilidade do(s) espaço(s), mediante a facilidade de acesso(s) e saída(s) do(s) mesmo(s);
- Abordar a natureza transformadora do turismo e qual o seu impacto na economia, vivências e espaço físico da cidade de Portimão;
- Enumerar as trajectórias, dinâmicas e alterações sócio-comportamentais de visitantes e autóctones;
- Explorar potenciais focos de *conflito*, através das dinâmicas de deslocação no espaço, de interacção social e de comportamentos;
- Demonstrar como a sobrelotação do espaço leva à escassez de recursos locais e condicionamento de serviços, influenciando vivências;

## **Metodologia**

Em contornos gerais, a investigação desenvolvida assentará num estudo de percepção de teor quantitativo e qualitativo, que visa perceber qual a postura dos moradores/autóctones de Portimão face aos potenciais efeitos negativos e positivos inferidos pelo turismo no seu território.

Procurar-se-á, nesse sentido, averiguar a percepção dos aludidos elementos acerca da existência de fenómenos como a *desterritorialização*, a *turistificação*, a *gentrificação*<sup>16</sup>, a natureza das interacções entre autóctones e turistas, a presença de *conflitos* no espaço e outras dinâmicas a estas adjacentes.

Esta pequena secção materializa-se para enquadrar o leitor nas tarefas levadas a cabo, munindo-o de uma ideia geral acerca de como o estudo será realizado, de como as ferramentas de investigação se interligam, avançando-se que todos os pressupostos aqui elencados serão definidos e detalhados aquando da exposição de capítulo próprio (o número 5), destinado estritamente a questões metodológicas. Mais se adita que, na mesma parte do trabalho, também adstrita aos dados empíricos, surgem pequenas explicações de teor metodológico agregadas a cada método usado, de modo a acomodar

---

<sup>16</sup> Efeitos nocivos de um processo que tem várias vertentes, positivas, negativas, porventura, nunca neutras.

o leitor nas particularidades da investigação naquele âmbito, da aplicação da metodologia em questão, e de como o investigador agiu em situações específicas.

Concretamente, em termos quantitativos, recorrer-se-á ao método *não probabilístico de amostragem por conveniência*, que se radica numa flexibilidade de selecção de elementos que serão alvo de aplicação de inquéritos por questionário. Ora, neste sentido, Babbie (2009), defende que existe um critério de subjectividade que permite ao investigador, dotado de alguma discricionariedade, proceder à escolha dos sectores da população que deve abordar para consagrar a distribuição de inquéritos. Neste registo, serão seleccionados vários espaços geográficos da cidade de Portimão pautados por grande afluência de pessoas para fazer as entregas de questionários. O investigador aqui será auxiliado por 5 distribuidores<sup>17</sup>, sendo as questões respondidas na presença desses elementos.

Com base na dinâmica desta metodologia, optou-se por conferir aos inquéritos por questionário um carácter mais amplo, focando-se na recolha de dados gerais, não incidindo sobre questões pormenorizadas. Esta escolha prende-se com a implementação de outra ferramenta de investigação de teor mais qualitativo - a observação, que visa recolher informação mais específica e focada. Pretendeu-se trabalhar a diferentes escalas, que se interligam. Os questionários concedem a percepção geral, enquanto que a observação se estende até ao pormenor da micro-escala, dotada de resultados mais panorâmicos. Existe, deste modo, um cruzamento entre as duas vertentes seleccionadas, operando como hetero complementos. O tratamento dos inquéritos irá ser efectuado com recurso à ferramenta informática *SPSS*<sup>18</sup>, originando elementos visuais como gráficos e tabelas, os quais serão acompanhados de breves secções analíticas, com reflexões acerca dos resultados obtidos.

A natureza da observação será dinâmica e procurará ser não participante, conotada por um carácter móvel do investigador, que variará na proximidade com que este irá abordar diferentes situações. Com efeito, em algumas estará mais perto dos elementos observados do que noutras. A decisão de permanecer não participante não foi

---

<sup>17</sup> Seleccionados por serem conhecidos do Investigador, por conhecerem bem Portimão (em todas as suas dimensões) e por terem tido contacto com o Algarve turístico durante grande parte das suas vidas. Com base nestes critérios, cumpre atentar, que não foi implementado um método específico que conduziu à selecção dos distribuidores, foram abordados pontualmente e concordaram em colaborar na realização do estudo.

<sup>18</sup> *Statistical Package for the Social Sciences*- destinado à análise de dados quantitativos.

rígida, pois surgirão situações, nas quais, as sessões de observação irão ser complementadas por pequenas conversas, entrevistas<sup>19</sup>, questões e interações espontâneas que iam surgindo entre investigador e observados.

De outro prisma, a componente qualitativa no que tange à realização de entrevistas, permite ao investigador reter um esclarecimento cabal de dados opinativos, das crenças, das mundividências geradas pela experiência pessoal dos entrevistados, e de como a sua visão do mundo influencia e é influenciada pelo espaço envolvente. Existe uma maior liberdade de manifestação de vontades e ideias, o que gera um conhecimento mais rico do que o anonimato (e alguma impessoalidade) dos inquéritos. Aqui, optou-se por destinar a aplicação de entrevistas a representantes de *stakeholders* (estabelecimentos de serviços turísticos- um bar, uma agência de viagens, um espaço de lazer, desporto e restauração e uma empresa de prestação de serviços de entretenimento) da cidade de Portimão, mormente no sentido de equacionar qual a sua percepção, se apesar de beneficiarem do turismo, há pontos que reprovam enquanto habitantes do território. Aquando da sua realização, as entrevistas irão ser gravadas e posteriormente transcritas, sendo caracterizadas por guiões estruturados para permitir uma comparação de elementos e testemunhos.

Na óptica do tratamento de dados, recorrer-se-á a uma análise focada, sem recurso a quaisquer ferramentas, comparando-se ideias, perspectivas e experiências, formulando-se secções de balanço e uma tabela comparativa.

Do mesmo modo, irá ser realizada uma entrevista não estruturada ao representante do gabinete de ordenamento do território da CMP, onde serão debatidas algumas ideias, recolhida informação e realizada uma posterior análise de conteúdo.

Procurou-se em última instância, de modo a orientar os passos da investigação, seguir a ulterior linha de acção:

*1- Formulação da questão de partida, e dos objectivos da investigação (geral e específicos);*

*2- Inventariação, recolha, estudo, análise e revisão de literatura especializada disponível (em bibliotecas, no ciberespaço, em arquivos históricos e em livrarias);*

---

<sup>19</sup> Diferindo daquelas utilizadas como ferramenta metodológica, aqui recorre-se a duas ou três perguntas pontuais que permitam facilitar a recolha de informação aludente às sessões de observação.

- 3- Elaboração de um enquadramento teórico adstrito ao estado da arte das temáticas abordadas;*
- 4- Levantamento de elementos estatísticos em bases de dados idóneas para o efeito (INE, Pordata, outras);*
- 5- Caracterizar o modelo turístico do Algarve;*
- 6- Problematizar e discutir Portimão enquanto pólo turístico;*
- 7- Construção de guiões de observação;*
- 8- Planificação das sessões de observação;*
- 9- Construção de questionários;*
- 10- Distribuição de questionários;*
- 11- Tratamento e análise de dados de questionários;*
- 12- Elaboração de guiões de entrevista;*
- 13- Realização das entrevistas endereçadas a stakeholders;*
- 14- Efectuar a análise do conteúdo das entrevistas estruturadas;*
- 15- Proceder à efectivação de uma reunião/entrevista com um representante do gestor territorial (Câmara Municipal de Portimão);*
- 16- Análise de conteúdo do teor da entrevista não estruturada que ocorreu com o gestor territorial;*
- 17- Estabelecimento de uma análise de conjunto com exposição dos dados estatísticos apurados com o estudo;*
- 18- Validação ou invalidação das hipóteses de investigação;*
- 19- Reflexões finais acerca do estudo, abordando o teor dos resultados obtidos, os contornos da experiência de elaboração da tese, as suas fragilidades e o contributo para estudos futuros;*

Todo o material técnico atinente às metodologias aqui enumeradas irá ser inserido numa secção específica no final do trabalho, exclusiva para anexos. De seguida, expõe-se em termos temporais, com alguns detalhes complementares, como se

procederá à efectivação do estudo, fazendo uma alusão ao encadeamento das tarefas realizadas/a realizar.

## ***Etapas da Investigação***

No que concerne à operacionalização da investigação, que compõe a terceira parte do presente trabalho supracitada, foi elaborado um planeamento inicial orientado para pragmatizar a organização temporal de realização de tarefas. À semelhança dos pressupostos constantes no ponto anterior, esta informação verte-se nesta fase inicial da tese, de modo a integrar o leitor no percurso percorrido pela investigação, facultando-lhe uma percepção geral dos períodos temporais que caracterizaram cada acto ou metodologia.

Deste modo, aludindo de forma sucinta ao conteúdo do capítulo 5, aduz-se que se definiu como público-alvo, a população autóctone da cidade de Portimão (congregando as faixas etárias dos 15 aos 99 anos<sup>20</sup>), seleccionado-se um rol de metodologias que se afigurou essencial para alcançar os resultados que serão posteriormente apresentados.

Como já referido, optou-se, neste sentido, por recorrer ao uso de ferramentas estruturantes da investigação levada a cabo nas ciências sociais, em concreto o estudo, actualização e revisão da bibliografia, a realização de sessões de observação não participante junto do público alvo; a aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra<sup>21</sup> de 500 habitantes<sup>22</sup> (o tratamento dos resultados foi feito com recurso à aplicação/software de análise estatística *SPSS*<sup>23</sup>) da cidade de Portimão; a consagração de entrevistas semi-estruturadas dirigidas a *stakeholders* e a efectivação de uma reunião para realização de uma entrevista com o gestor territorial da área do estudo de caso (em concreto, com a representante do gabinete de ordenamento do território<sup>24</sup> da CMP<sup>25</sup>).

---

<sup>20</sup> A justificação para a escolha das faixas etárias encontra-se exarada no capítulo 5, destinado à exposição da metodologia e ferramentas de investigação.

<sup>21</sup> Ver nota anterior.

<sup>22</sup> Consultar notas anteriores.

<sup>23</sup> *Statistical Package for the Social Sciences*.

<sup>24</sup> Os detalhes são expostos na secção onde se descrevem os contornos práticos da aplicação das metodologias elencadas para consagração do estudo.

<sup>25</sup> Câmara Municipal de Portimão.

Foram ainda encetadas várias conversas de cariz informal com o público-alvo (conferindo ao investigador um papel de observador-participante<sup>26</sup>) que ajudaram a orientar o investigador na formulação de questões passíveis de serem plasmadas nos questionários.

Organizando cronologicamente a aplicação dessas ferramentas ao espaço temporal destinado à realização da investigação, chegou-se a uma aglomeração de tarefas a desenvolver por cada um dos anos destinados à redacção da tese<sup>27</sup>.

O primeiro ano (tabela 1, infra exposta) consistiu, essencialmente, na revisão bibliográfica e pesquisa exaustiva de documentação relevante para a construção da base teórica do trabalho, tarefa transversal a todos os meses (cobrindo todo o período de elaboração da tese). Metodologicamente, nestes 12 meses foi também elaborada a construção do guião de observação, feita a esquematização das sessões, e, posterior realização das mesmas. A redacção ocorreu em todos os meses do ano.

**Tabela 1-** 1º ano de tarefas de investigação

Tarefas	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Recolha bibliográfica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Construção de guiões de Observação			x	x	x	x	x	x				
Observação						x	x	x				
Recolha de Informação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Redacção	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao segundo ano, prestou-se um enfoque à construção das ferramentas qualitativas (guiões e aplicação de entrevistas estruturadas), e quantitativas (inquéritos por questionário) de análise (conforme esboça a tabela 2, infra), passando-se ulteriormente, à aplicação de entrevistas e inquéritos.

<sup>26</sup> Inicialmente não seria a postura escolhida em termos metodológicos. Destarte, uma vez determinadas, as interações surgiram espontaneamente e as conversas revelaram interesse para a investigação, pelo que se optou por adoptar uma perspectiva de maior proximidade com o público-alvo.

<sup>27</sup> Fixados inicialmente em 3 anos, extrapolados para proceder à actualização de bibliografia e melhorias do conteúdo do trabalho em si. Apresentam-se, contudo, apenas elementos visuais (tabelas) atinentes aos referidos 3 anos.

Relembre-se que a distribuição dos questionários ficou a cargo de vários distribuidores (6<sup>28</sup>), ocorrendo durante todo o ano (de janeiro a dezembro), enquanto que as entrevistas foram realizadas durante os meses de Verão (junho, julho e agosto), facto induzido por se saber que os *stakeholders*-alvo estariam em plenas funções laborais nesta altura do ano. Neste período temporal, foi também realizada uma reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP<sup>29</sup>, visando perceber qual a posição do gestor territorial perante as problemáticas em estudo. Todo o processo foi acompanhado pela redacção contínua do presente documento.

**Tabela 2-** 2º ano de tarefas de investigação

Tarefas	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Revisão e actualização bibliográfica	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	X
Construção de guiões de entrevista e de inquéritos	x	x	x	x	x							
Aplicação de entrevistas e reunião com o gabinete de ordenamento do território da CMP						x	x	x				
Aplicação de Inquéritos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Redacção	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	X

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, no terceiro ano (tabela 3) promoveu-se a recolha e actualização da bibliografia, a par do tratamento e análise de dados (durou 4 meses, devido à inserção dos dados no *SPSS*). Note-se também, que a distribuição de questionários continuou, uma vez que não foi possível obter os 500 preenchidos durante o período de 1 ano, como previsto inicialmente.

Deste modo, alargou-se esta tarefa a, inicialmente, mais 6 meses, e por consequência, 8 meses (no tempo em que foi possível recolher todos os questionários preenchidos). Já na recta final, correspondente aos últimos dois meses do ano, foram construídas as conclusões atinentes a cada metodologia de análise e formuladas as ilações finais, elaborando-se uma reflexão crítica e pragmática dos resultados do estudo.

<sup>28</sup> Como referido linhas acima. Incluindo o investigador, portanto, 1+5.

<sup>29</sup> Com a representante do gabinete de ordenamento do território da CMP, tal como referido supra.

**Tabela 3-** 3º ano de tarefas de investigação.

Tarefas	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Recolha e revisão bibliográfica	x	x	x	x	x	x						
Aplicação de inquéritos	x	x	x	x	x	x	x	x				
Tratamento dos dados							x	x	x	x		
Elaboração das conclusões											x	X

Fonte: Elaboração própria.

Feita uma breve alusão aos passos e intervalos temporais para realização da tese, procede-se, de seguida, ao enquadramento teórico, alicerce sobre o qual assenta o presente trabalho.

---

## ***CAPÍTULO I***

### *“Enquadramento Teórico”*

## **1.1 Evolução do conceito de território e a sua aplicação ao turismo**

O território não é simples de definir, não existindo consenso quanto ao seu significado<sup>30</sup> (Gottman, 2012). Abarca uma multiplicidade de definições que contemplam diversas áreas do conhecimento (Moraes; Canôas, 2013).

À medida que as dinâmicas de mobilidade e competição pelo espaço se alteram de forma sistemática, afigura-se imperativo uma re-adaptação constante do conceito de território às realidades que vão predominando e definindo as sociedades (Valverde, 2004). A noção daquilo que é efectivamente o território, varia de acordo com o valor que lhe é prestado pelas pessoas, pelas doutrinas dominantes, pelas ideologias e pelo valor político, económico e social que lhe é atribuído<sup>31</sup>.

As concepções contemporâneas do conceito de território emergem como uma crítica aos paradigmas dominantes das análises de apropriação do espaço. De uma forma genérica, o território é tradicionalmente associado a espaços físicos (apesar de ser muito mais do que isso<sup>32</sup>) que representam alvos de disputa entre indivíduos, grupos sociais ou instituições que possuem interesses próprios, que anseiam impor as suas territorialidades (Brito, 2008). A dinâmica de filiação e inserção de indivíduos, grupos sociais, comunidades e as próprias sociedades em contextos geográficos territoriais é que permite defini-los como tal (Haesbaert, 2006).

Dentro da panóplia de definições existentes, subscrevem-se duas linhas dominantes de análise: a vertente materialista e a vertente idealista. As correntes de análise com base material enraízam-se nas premissas de que o território surge com uma identidade predominantemente física e naturalista (Haesbaert, 2006). Por sua vez, os fluxos científicos de cariz idealista propõem o território como um misto de elementos sócio-culturais, políticos e económicos que definem a sua identidade ou expressão<sup>33</sup> (Neto, s.d). O poder político surge, tendencialmente, como elemento central,

---

<sup>30</sup> Este é o domínio de autores como Saquet, Haesbaert, Raffestin, entre outros, pelo que serão exploradas as suas perspectivas ao longo deste capítulo 1 afecto ao enquadramento teórico.

<sup>31</sup> Variando, portanto, o entendimento daquilo que é o território, de sociedade para sociedade, de época para época, e até, de pessoa para pessoa, conforme as suas mundivências. Este facto é corroborado pela própria multiplicidade de perspectivas teóricas, de cariz científico, que são abordadas no presente estudo.

<sup>32</sup> Dada a sua complexidade e as inúmeras esferas que abarca (ex: componente económica; social).

<sup>33</sup> Como será esboçado mais adiante, aquando da análise das transformações efectivadas na área de estudo, em território do Algarve.

perpetrando a dimensão dos espaços e desenhando fronteiras. Ocorre um auto-confinamento do espaço, culminando o exercício do poder político no nascimento de Estados-nação (Ratzel, 2011).

Adoptando a revolução francesa como o ponto de transição das épocas clássicas para a contemporaneidade, torna-se fácil traçar a bipartição das perspectivas mencionadas. Nos períodos pré século XVIII, correspondentes às idades “mais negras<sup>34</sup>”, a corrente dominante<sup>35</sup> correspondia aos territórios materiais, alvos de disputa agressiva, territorializados pela força<sup>36</sup> (Sposito, 2003). No revés da moeda, a par da modernidade, eclodiu a era da complexidade, pautada por fenómenos complicados de re-estruturações e transformações sociais constantes. A busca pelo conhecimento fomentou o aparecimento de novos paradigmas científicos transversais a todas as áreas do saber que primavam, essencialmente, por fazer ciência, tal como Boaventura de Sousa Santos (1998: pp. 23-25) ilustra:

*Estamos a viver um período de revolução científica que se iniciou com Einstein e a mecânica quântica e não se sabe ainda quando acabará. (...) Einstein constituiu o primeiro rombo no paradigma da ciência moderna, um rombo, aliás, mais importante do que o que Einstein foi subjectivamente capaz de admitir. Um dos pensamentos mais profundos de Einstein é o da relatividade da simultaneidade. (...) Heisenberg e Bohr demonstraram que não é possível observar e medir um objecto sem interferir nele, sem o alterar, e a tal ponto que o objecto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou.*

Essa realidade alargou-se ao campo da Geografia, potenciando a necessidade de adaptar a epistemologia territorial às sociedades modernas. Nos finais do século XIX, num período pautado pela presença de imperialismos, emerge a proposta de Ratzel (1990) que esboçou as linhas de orientação para a discussão acesa do conceito de território na Geografia, partindo da assunção que o território se afirma como imprescindível à reprodução da sociedade e do Estado com base em fenómenos

---

<sup>34</sup> Pautadas pelo uso da força e despidas de ideais progressistas, nas quais as conquistas territoriais se consumavam com recurso ao poder militar. Em suma, os períodos ditos medievais.

<sup>35</sup> Existem, contudo, excepções, alguns autores não comungam da perspectiva do medieval como um território (espaço-tempo) negro, como é o caso de Georges Duby, historiador francês que problematizou e estudou vários pontos da referida época histórica, nomeadamente os seus aspectos económicos e sociais, entre outros fenómenos.

<sup>36</sup> No entanto, existiam algumas excepções como se constatou no campo da teoria política que já abordava as questões de jurisdição governamental sobre determinados espaços no século XIV.

essencialmente políticos. Esta visão musculada do controlo político suscitou todo um desdobramento de visões territoriais de mediação política (Haesbaert, 2006). Na mesma linha de pensamento, Jennings (1963) subscreve que a noção de território se formulou à luz do direito internacional, com base na efectivação da soberania política sobre uma base territorial. Contudo, a produção de territórios pela via política deixa em aberto a possibilidade da sua dissolução, sem uma vinculação efectiva com o Estado ou governo<sup>37</sup> local (Brito, 2008). Gottman (2012) reforça essa ideia, subscrevendo que:

*O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora o seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão.*

Toda esta vertente de análise idealista do território, consubstancia as perspectivas de índole da centralidade do poder, colocando o Estado no cerne dos processos de evolução societal, sublinhando a ideia de que o Estado nasce do território (Ratzel, 2011). Esta constatação espelha a versatilidade de libertação territorial dos mecanismos de controlo legislativo, ressaltando que o território é muito mais que um instrumento político. Nesta óptica, a dinâmica de Estado assenta em três pilares, o povo, organização governamental e o território (Scelle, 1951), daí que o território possa efectivar-se sem Estado, mas o inverso não pode ocorrer<sup>38</sup>. Santos (1978: 145) reforça esta noção alegando que:

*(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada/subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia.*

Também com uma visão centralizada no poder, Raffestin (1993) defende que o espaço está a ser territorializado quando os actores sociais de forma concreta ou abstracta, exercem uma acção apropriativa do mesmo, sublinhando sempre as *territorialidades* como uma estratégia de controlo. Presta-se centralidade ao domínio

---

<sup>37</sup> Atente-se que existe o território do Estado, o mais estudado, mas existe um interesse crescente pelos territórios não estatais (como empresas ou redes criminosas), até mesmo os territórios individuais importam, constituindo elementos a analisar. Sublinha-se, neste contexto, a existência do território do turismo e dos turistas, central para o presente trabalho, o qual será abordado e estudado ao longo do mesmo, com enfoque e maior desenvolvimento na parte empírica do estudo.

<sup>38</sup> Atenta-se para a noção de que, não obstante o elencado, existe território para além do Estado, o das empresas, o dos turistas, o individual, em teoria, todos devem estar alinhados com o território do Estado, mas esse seria o ideal utópico de uma realidade ordenada, o que não se materializa em termos práticos e objectivos.

político, evidenciando-se também a teoria do *espaço de acesso controlado*, uma visão mais tradicional do território, espaço de dominação política, sempre que houver uma monopolização do espaço e dinâmicas sociais, constrói-se um território (Sack, 1986). As correntes teóricas de natureza mais crítica condenam os próprios fenómenos de organização social, colocando em causa a integridade das *territorialidades*. Tendencialmente, as leituras sócio-espaciais efectivam-se através de tais dinâmicas, colocando, no cerne dos processos, as relações sociais que funcionam como precursores de análise do espaço, culminando na criação de espaços sócio-geográficos específicos, os territórios (Marques, 2010).

Em meados da década de 70 surge uma nova tendência de estudos geográficos pesadamente enraizada nas linhas de raciocínio marxistas, enfatizando o materialismo histórico, a dialética, a fenomenologia e o existencialismo (Abrão, 2010), privilegiando correntes críticas e culturais na análise do conceito de território. A par desta assunção, constata-se que o termo acarreta complexidade, indefinição, uma forma impura e híbrida, e que merece constante revisão histórica (Santos, 1994). Esta tendência prolongar-se-ia pela década de 80, culminando em vários movimentos de renovação da Geografia e uma preocupação vincada sobre as problemáticas de introspecção analítica do conceito de território (Saquet; Silva, 2008).

No início dos anos 90 as questões da Geografia Cultural começam a surtir efeitos pesados na noção de território, contemplando um contributo significativo da Sociologia a partir da assunção que as dinâmicas locais com base nos comportamentos, traços culturais, e sentimentos individuais se apresentam como factores territorializantes que estruturam o território à sua imagem (Abrão, 2010). A produção e territorialização do espaço traduzem a história dos seus ocupantes (Santos, 2009). A importância deste período estabeleceu-se devido à abertura internacional de relações entre países, pautada pelo fim do mundo bipolarizado<sup>39</sup> e pela abolição de regimes autoritários e totalitários um pouco por todo o globo. Neste sentido, sublinha-se que a organização do território é tendencialmente influenciada pelas eras vigentes, de acordo com os processos históricos que nelas tomam lugar (Santos, 1985).

Para alguns autores, o cepticismo em atribuir uma definição clara ao conceito de território emerge devido às várias dicotomias e falácias em que podem incorrer. A

---

<sup>39</sup> Com o fechamento efectivo da guerra fria.

própria oposição turista-população residente<sup>40</sup> reveste os contornos de um dualismo simplificado, existindo sempre várias perspectivas acerca do mesmo problema, dado que nenhum dos grupos é, efectivamente, homogéneo.

Rogério Haesbaert (2006) apresenta-se como apologista da premissa de não existir uma definição conceptual clara para a lógica de território, sublinhando as contradições inerentes ao uso dos conceitos de *territorialização* e *reterritorialização* e à co-existência das redes<sup>41</sup>. Tem-se assistido progressivamente ao distinguir de *territórios zona*<sup>42</sup> e à emergência de *territórios rede*<sup>43</sup>. Apesar desta posição de “indefinição”, Haesbaert (2006) avança com três vertentes que pensa definirem a natureza do território:

- O território como uma área pautada por relações de poder de carácter homogéneo;
- O território como uma rede extensa de espaços e entidades baseados na tónica dos movimentos e das conexões;
- O território como um sistema híbrido que correlaciona o mundo material com as dinâmicas naturais e sociais que nele ocorrem;

No sentido de esclarecer elementos de análise incoerentes, afirma-se impreterível substanciar a diferença entre espaço e território. Para isso, efectiva-se a distinção dos conceitos de *espaço social* (Lefebvre, 1989) e de *espaço geográfico* (Santos, 1977). Nesta lógica distintiva, sustém-se que o *espaço social* incide na assunção de que a estrutura do espaço se traduz num componente dialecticamente definido, que é induzido pelas relações gerais de produção e convergem ao nível espacial e social. Por sua vez, o *espaço geográfico* impele-se como um instrumento que define o espaço como um factor social, uma instância da sociedade, e não mero reflexo social, partindo da ideia que a sociedade e espaço físico não podem ser entendidos como coisas separadas, reunidas *a posteriori*. Verificando-se este peso das práticas e transformações sociais nas mais variadas definições, constata-se que o conceito de território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e,

---

<sup>40</sup> “População residente” e “população local” são conceitos próximos, mas dotados de algumas diferenças. Assim sendo, em certa medida, também se afigurava admissível utilizar o segundo termo referido.

<sup>41</sup> Conceitos explorados nos pontos ulteriores, “1.3.1” e “1.3.2”.

<sup>42</sup> Balizados pelas fronteiras do Estado.

<sup>43</sup> Fluidos, versáteis através das redes.

através desse domínio, a possibilidade de controlar, gerir, dominar<sup>44</sup> ou influenciar o comportamento de outros<sup>45</sup> (Sack, 1986). Esta perspectiva reforça os referenciais de análise de carácter político já mencionados, concedendo centralidade à noção de Raffestin (1993: 144), sublinhando-se a distinção acentuada entre espaço, e as produções que nele ocorrem, reforçando a consciência que o território se afirma como:

*(...) um espaço onde se projectou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder...apoia-se no próprio espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se num campo de poder.*

Para autores como Soja (1989), é fundamental diferenciar o espaço físico das dinâmicas subjectivas da espacialidade humana, afirmando que esta ruptura entre os dois universos permite concluir que nem todas as características territoriais são definidas pela acção antrópica (no turismo de sol e praia, esta noção torna-se evidente, o suporte físico como o número de dias ensolarados ao longo do ano, é determinante, assim como o próprio mar). Lefebvre (2006), por sua vez, defende a existência de duas naturezas evidentes quando se fala de território, apontando uma natureza física (espaço físico), pré-estabelecida, que acaba por ser transformada pela acção humana (espaço social<sup>46</sup>), constituindo um objecto de análise sócio-geográfica. Denota-se na perspectiva de Lefebvre traços pesados de uma construção sociológica quando se aborda o território<sup>47</sup>. Este facto deriva da influência de grandes pensadores como K. Marx e J.P Sartre, dado ser utilizada como alicerce, a tónica de que o espaço que constitui o território se organiza socialmente, necessitando de constante re-organização, sendo traçado pela herança cultural deixada pelos eventos históricos (Saquet; Silva, 2008). Existe uma dinâmica natural entre o binómio homem-espaço que encontra a sua pujança no existencialismo-humanista.

---

<sup>44</sup> Em certa medida, território implica poder.

<sup>45</sup> Emerge aqui a relevância dos *territórios múltiplos*, importando sublinhar, aqueles que correspondem aos demais actores do espaço e, em especial, aos turistas e residentes locais. Em detalhe, nesta esteira, cumpre evidenciar a noção de pluralidade que compõe os palcos de actuação físicos dos vários grupos que operam em territórios complexos, pautados por uma identidade dotada de multiplicidade que congrega elementos heterogéneos que compõem grupos com características e posições semi-homogéneas (admitindo-se que existem sempre divergências e traços entre actores que os diferenciam, independentemente de pertencerem ao mesmo grupo).

<sup>46</sup> O suporte é físico, mas o turismo é um processo social complexo.

<sup>47</sup> Como seria de esperar dada a sua formação em Filosofia e Sociologia, no entanto, é importante substanciar esta distinção dado que a predominância de abordagens críticas à análise territorial provinha de várias áreas do conhecimento, mas tentava “fugir” sempre para a Geografia.

Nas correntes idealistas de cariz sociológico, toda a carga analítica de fenómenos territoriais, assim como a definição do próprio conceito, é plasmada sobre a alçada das dinâmicas sociais. O espaço é vivido, aberto a interpretações, representado e praticado socialmente, constituindo um *focus* de atracção que oferece experiências específicas (Carmo, 2014). Basicamente, os poderes político e administrativo surtem as principais influências na análise sociológica do território, sendo contrapostos mais tarde, por formas de ser e fazer, de construir espaços identitários, de deixar uma marca clara na componente física do mundo. Contudo, as metodologias de estudo desdobram-se em vectores económicos, culturais e físicos. Tal noção é suplementada por Marques (2010: 78) que afirma:

*O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, já foi referido anteriormente, é dado pela receptividade. Por outro lado, o território é simultaneamente uma convenção e uma confrontação. E pelo facto de possuir limites e fronteiras, torna-se num espaço de conflitualidades. Os territórios formam-se no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território pode ser definido como uma fracção do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais. O território como um espaço geográfico, tal qual a região ou lugar, é detentor das qualidades composicionais e completivas dos espaços.*

Nesta linha de análise, as entidades territoriais são geralmente percebidas como um resultado das acções hegemónicas<sup>48</sup>, das lutas de classes, dos conflitos sociais, das práticas e interacções sociais e, sobretudo, fruto dos quotidianos multivariados de diversas gerações e actores distintos que potenciaram o hoje tal como é (Bodart, 2009). As perspectivas culturais inferem-se a partir da análise das sociedades, esboçando a importância dos estudos etnográficos e qual a sua influência no espaço físico envolvente.

Reflexividades dissonantes também deram azo à criação de perspectivas simbólicas, nas quais o valor territorial é efectivado através da herança cultural que transcende eras, predomina nos tempos, define patrimónios e caracteriza vivências. Funcionam da convergência entre bases culturais e idealistas, aludindo à noção de que o território é um espaço simbólico de consciência identitária, de valor, de referência

---

<sup>48</sup> Ressalvando-se, contudo, que existem territórios de actores não hegemónicos.

pessoal, de desterritorialização, de desenraizamento e de hibridismo cultural (Haesbaert, 2006). As concepções de território são aqui construídas em cima de dicotomias<sup>49</sup>.

Por sua vez, as perspectivas críticas surgem com o intuito de romper com as linhas conceptuais de índole tradicional que perpetuam estudos do território, que de forma genérica suscitam discussões dentro e fora do espectro político, social, económico e físico. Podem representar matrizes específicas de análise territorial, sempre com o fito de avaliar as transformações que nele ocorrem. Grande parte das perspectivas aqui apresentadas enquadram-se no perfil crítico, antagonizando e convergindo com correntes mais tradicionais<sup>50</sup>, particularmente, assunções do senso comum e de manufactura ligada a áreas do conhecimento específicas.

Por exemplo, a concepção filosófica de natureza mais sonante, evidencia-se por intermédio das ideias de Guattari (1986) que avança com um manancial de perspectivas ideológicas, das quais resultam vários conceitos que procuram explicar as interacções entre espaço físico e humanos, alegando que o território é um sistema extremamente complexo. Em sintonia com Rolnik (1986), o autor defende uma aura transcendente, com significados múltiplos e percepções variadas, defendendo que:

*A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes organizam-se segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinónimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Guattari; Rolnik, 1986: 323).*

Como corolário da análise de concepções teóricas acerca da noção de território, assume-se no presente trabalho o carácter plural do mesmo, uma junção severa de factores políticos, sociais, económicos que definem a ocupação do espaço físico. Os processos bio-físicos são também adoptados, perspectivando o espectro vasto e

---

<sup>49</sup> Exemplo: fixação espacial e mobilidade (a fixação é um elemento constituinte dos territórios, apesar de fornecer aos habitantes territorializados a possibilidade de o deixarem livremente).

<sup>50</sup> Tendencialmente as perspectivas de natureza material e física, e de dominação política.

abrangente que uma análise territorial pode conter. Sustendo tal consciência, avança-se com a aceção das dinâmicas de ocupação do espaço em articulação com a visão policêntrica de Haesbaert (2006) e as suas linhas de orientação da *multiterritorialidade*.

Na tabela 4 apresenta-se uma compilação das perspectivas expostas ao longo do presente ponto com o intuito de facultar uma percepção cabal da heterogeneidade de vertentes analíticas do conceito de território.

**Tabela 4:** Autores e as perspectivas dominantes no estudo do território.

<u>Perspectivas</u>		
<u>Correntes</u>	<b>Idealista</b>	<b>Materialista</b>
<b>Política</b>	Raffestin (1993) Ratzel (1990) Soja (1989)	<p>-Comum a todos os autores mencionados, perante a noção de que o espaço físico funciona como palco para as transformações secundárias (fruto de análises enraizadas na ciência e na evolução);</p> <p>-Perspectiva dominante nas sociedades pré-modernas, o território visto como troféu, alvo de posse, de afirmação de poder e riqueza;</p>
<b>Económica</b>	Harvey (2009) Latouche (1994)	
<b>Social</b>	Lefebvre (2006) Sack (1986)	
<b>Cultural</b>	Haesbaert (1999; 2006)	
<b>Filosófica</b>	Deleuze; Guattari (1972/1995)	
<b>Crítica</b>	Comum a vários autores, dado que as perspectivas analíticas de naturezas distintas assumem uma postura crítica.	
<b>Simbólica</b>	Haesbaert (1999; 2006)	
<b>Complexidade/histórica</b>	Santos (1985)	

Fonte: elaboração própria, criada com base na perspectiva pluralista de Haesbaert (2006)<sup>51</sup>.

Este acervo informacional, permite constatar as linhas de problematização criadas ao tentar analisar o território, visando em última instância, atribuir-lhe uma definição (ou sentido). Bem se sabe que Haesbaert (2006) terá discutido o território sob várias ópticas, na sua dimensão social, económica, política, entre outras, pretendendo-se aqui elencar mais posturas, expondo outras correntes teóricas<sup>52</sup> e abordagens de modo a

<sup>51</sup> Parcialmente, na medida em que apresenta a abordagem plural de Rogério Haesbaert, compilando as suas diferentes perspectivas, mas que, em última instância, apresenta outras concepções difundidas por autores que problematizam a questão do território de forma singular (na vertente filosófica, entre outras).

<sup>52</sup> Referindo quais os seus principais defensores e difusores.

formular uma percepção cabal da complexidade daquilo que é o território, o que representa. Por conseguinte, o resultado (mediante a compilação de abordagens críticas), é que representa um elemento/factor físico, de índole material (comum a todos os autores, que de forma tácita aceitam a perspectiva materialista) que comporta em si, não algumas, mas todas as correntes expostas (na sua vertente idealista, que engloba acepções políticas, económicas, sociais, culturais, filosóficas, críticas, simbólicas e de complexidade histórica).

Face ao exposto, com base na evolução do território, assim como o seu carácter multivariado, é fundamental ilustrar em que consiste o fenómeno da territorialização e os seus contornos.

## **1.2 A noção de territorialização**

A complexidade do território, previamente expressa, ilustra a densidade de processos, fenómenos e especificidades que podem ocorrer no seu seio. Existe a necessidade básica, inerente ao ser humano, de se territorializar (Haesbaert, 2006), de se estabelecer num espaço físico, de marcar a sua presença, construir identidade, e registar apropriação<sup>53</sup>. As *territorialidades* conferem sentido à noção de *apropriação territorial*, estabelecendo ligação a espaços geográficos de apoderamento identitário e da extensão física das mobilidades individuais<sup>54</sup>.

A concepção de *territorialidade* inicial surgiu na década de 20 por intermédio de H.E. Howard, um ornitólogo inglês<sup>55</sup> que estudou as relações de vinculação entre várias espécies animais e os seus *habitats*, ilustrando uma apropriação territorial que marcava relações de conflito entre espécimes semelhantes<sup>56</sup> (Lima *et al*, 2014). Esta constatação rapidamente se alargou aos campos de estudo antropológico e de ordem social, esboçando a noção de *territorialidade* como resultado de construções sociais

---

<sup>53</sup> Por exemplo, o simples acto simbólico de colocar uma bandeira, como verificado nas idas à lua das missões *Apollo*.

<sup>54</sup> Por isso se reage mal sempre que o nosso território é colocado em causa, sem a devida compensação (assim deve ser vista a reacção da população perante o turismo). Posteriormente, são analisados na presente tese, casos de saturação turística, pautados pela emergência de movimentos anti-turismo que vão surgindo (como se verifica, por exemplo, no caso de Barcelona).

<sup>55</sup> Os autores Raffestin (1993), Le Berre (1992) e Santos (2009), segundo Lima *et al* (2014), atribuem a origem do conceito na sua vertente científica ao referido Ornitólogo, H. E. Howard, salvaguardando, contudo, que aquando da sua génese, o termo estaria afecto à área da Etnologia, alargando-se mais tarde a outras áreas, como é o caso da Geografia.

<sup>56</sup> Assunção precursora de perspectivas materiais acerca da concepção de território, funcionando como pano de fundo para actuação dos seres, neste caso, os animais.

perpetradas por uma rede complexa de fenómenos que ligam os indivíduos ao espaço envolvente (Santos, 2009). As construções são formuladas com base nas relações sociais, que ganham substância numa interacção triangular entre sociedades, espaço e tempo dando origem a *territorialidades* estáveis e instáveis, de acordo com os recursos dos sistemas (Raffestin, 1993: 160). Os processos de *territorialização* e de constituição de *territorialidades* efectivam-se com base na ideia de que o mundo é uma sociedade em rede, dominada pelas redes e espaços de fluxos<sup>57</sup> (Castells, 2003).

Neste âmbito, Sack (1986) reforça a noção de que as *territorialidades* são o reflexo dos comportamentos humanos com expressão espacial, enaltecendo os traços de poder que condicionam as tendências de influenciar, modular, afectar e controlar o espaço<sup>58</sup>. Estas *territorialidades* representam um fenómeno com capacidade de delimitar os espaços físicos, com base em procedimentos de acção e comunicação específicos que permitem controlar o acesso aos conteúdos de determinado território, assim como as zonas de entrada e de saída do mesmo<sup>59</sup>. A *territorialidade* acaba por ser muito mais que uma mera relação entre actores sociais-território, representando:

*(...)um fenómeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, pelos seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam.* (Soja, 1971: 19).

As próprias *territorialidades* acompanham o desenvolvimento pessoal ao longo do ciclo de vida dos indivíduos, permutando de escala consoante as vivências sociais. Tendencialmente as alterações perpetram-se através de um alargamento das *territorialidades*, estando nos primeiros estágios de vida, cada indivíduo, confinado às espacialidades mais elementares, como o meio habitacional e as instituições de ensino<sup>60</sup> (Lopes; Vasconcellos, 2006). Aproximando-se desta lógica, surge a noção de “*espaço vivido*”<sup>61</sup> substanciada por Armond Frémont (1980<sup>62</sup>), que alude que o espaço físico deverá ser analisado na sua vertente afectiva e imaginária, reflectindo as vivências dos

---

<sup>57</sup> De várias naturezas.

<sup>58</sup> Que assumem contornos multi-escalares, podendo variar das escalas locais até dimensões internacionais.

<sup>59</sup> Uma alusão ao já mencionado “*espaço de acesso controlado*”.

<sup>60</sup> Devido à mobilidade extremamente reduzida que caracteriza os primeiros anos de vida.

<sup>61</sup> O autor contrapõe este conceito com outro, o “*espaço de alienação*”, ao qual atribui a competência de esvaziar e desprover o espaço físico de valores, tornando-se este, condicionado por mecanismos de apropriação e controlo social.

<sup>62</sup> Data de re-edição, nomeadamente publicação portuguesa, a obra original remonta a 1976.

indivíduos numa lógica multiescalar gradual, coerência espacial que deverá ser observada em todas as escalas (desde o quarto, à casa, ao quarteirão, à freguesia, à cidade- num espaço turístico, esta *territorialidade* quotidiana é vivida, experienciada e partilhada por muitos actores/agentes).

Na perspectiva do autor convém dar atenção à forma como as pessoas se exprimem e à consciência de se sentirem especiais por pertencerem a determinado lugar. Há aqui uma interpolação directa entre o alargamento gradual das *territorialidades* dos indivíduos (desde o confinamento que rege os primeiros anos de vida, à liberdade que caracteriza a vida adulta<sup>63</sup>) e uma adaptação dos mesmos aos espaços físicos que se tornam vividos, segundo as diretrizes da Psicologia do Desenvolvimento (idem, 1980), que acompanha como as pessoas se vão adaptando a diversos contextos da vida, desde o nascimento até à morte.

Com a evolução em escada que representa a transição pelas diferentes faixas etárias, o efeito “bola de neve” começa a denotar-se no ciclo de vida humano-social<sup>64</sup>, adicionando-se de forma gradual, o acesso a novos espaços<sup>65</sup>. Contudo, também uma supressão e confinamento de *territorialidades* pode suceder, imposta por factores físicos e sociais que condicionem o capital de mobilidade individual<sup>66</sup> (Fernandes *et al.*, 2014). Haesbaert (2006) avança com a perspectiva das *multiterritorialidades*, que ganharam forma devido ao incremento do capital de mobilidade das sociedades/comunidades contemporâneas. A possibilidade de transcender vários níveis territoriais de modo a integrá-los na prática das vivências quotidianas de forma natural confere aos indivíduos *territorialidades múltiplas*. Esta vivência experienciada em vários territórios ao mesmo tempo, constitui o fenómeno da *multiterritorialidade* (Haesbaert, 2006), uma realidade que marca as sociedades actuais, seja numa escala macro ou micro.

---

<sup>63</sup> Exceptuando claro, casos forçados de confinamento de *territorialidades* e mobilidade (exemplo- doenças debilitantes que suprimam a liberdade de movimentos autónoma).

<sup>64</sup> Exemplificativamente, atenta-se para a presença de assuntos actuais que podem ser aqui inseridos, como a pandemia covid-19, que veio trazer estas questões para o foco da nossa vivência, especialmente com o encolhimento espacial, não esquecendo que os *territórios-rede* e as *territorialidades* se podem viver nesse domínio.

<sup>65</sup> Aos locais de trabalho, a espaços de recreação nocturna (têm acesso condicionado pela idade dos indivíduos). A possibilidade e autonomia de viajar, usufruir das redes de transporte para transcender escalas territoriais.

<sup>66</sup> Em caso de falta de recursos económicos que permitam alargar o seu leque de *territorialidades*, ou em caso de doença que limite a mobilidade individual ou remeta os indivíduos para instituições de saúde.

De grande dimensão, podem-se apontar *multiterritorialidades* transnacionais, condicionadas pela capacidade económica de cada um<sup>67</sup>. A uma escala micro, a transição entre diferentes *territorialidades* ocorrem a distâncias curtas, tendencialmente na prática do quotidiano<sup>68</sup>. Neste registo, o turismo, em algumas situações, irá colocar em confronto, noutras num ambiente de relação económica (ou tudo em conjunto), actores sociais com *multiterritorialidades* muito assimétricas<sup>69</sup>.

A *territorialização*, por sua vez, representa o conjunto de processos através dos quais as *territorialidades* se materializam, correspondendo estas aos territórios produzidos por cada um dos actores, sejam estes os Estados, as empresas, as redes terroristas ou cada pessoa individualmente<sup>70</sup>. O homem enquanto animal de hábitos sustém a necessidade de filiação a um espaço físico que o defina, que o faça sentir-se em casa, confortável na prática do seu quotidiano (Oliveira, 2011). Esta criação de ligação, não se cinge apenas a territórios (ou fracções destes) que transmitem a sensação de se estar no domicílio, no lar, em casa (no sentido ontológico do termo), alarga-se também àqueles elementos territoriais que fazem parte da afirmação identitária dos actores sociais<sup>71</sup> pelas suas características e valor simbólico, terapêutico ou prático<sup>72</sup>.

Inicialmente o estudo do binómio *territorialização/desterritorialização*<sup>73</sup> surgiu por intermédio de Deleuze e Guattari na sua configuração filosófica, tendo os mesmos, de forma irónica, sofrido um processo de *desterritorialização*<sup>74</sup> que se transpôs para os campos da Geografia e da Antropologia<sup>75</sup> (Rangel, s.d).

Aquando da sua génese, a *territorialização* representava um fenómeno bi-compartimentado, dividindo-se na vertente do “planeamento/agenciamento maquínico dos corpos” e o “plano do agenciamento colectivo de enunciação”. A vertente singular

---

<sup>67</sup> Condiciona a capacidade de usufruir de serviços de mobilidade de cada um, factor chave para fazer deslocações de grandes distâncias (exemplo: voos de avião e viagens de barco).

<sup>68</sup> Casa, escola, café, local de trabalho.

<sup>69</sup> Perspectiva em estudo, basilar para a presente tese.

<sup>70</sup> Entre outros.

<sup>71</sup> Por exemplo, para um mineiro, a mina faz parte do seu território, mas esta é diferente da casa.

<sup>72</sup> Noção explorada mais adiante, com base em conceitos chave para uma percepção cabal das temáticas em estudo (como por exemplo, o termo *topofilia*, e , a complexidade das paisagens e dos sentimentos que estas despertam nas pessoas, levando à criação de sensações de bem-estar que acabam por culminar em atribuição de valor simbólico, terapêutico ou prático).

<sup>73</sup> Quando se atribui uma denominação aos fenómenos, sendo os processos de *territorialização/desterritorialização*, intemporais.

<sup>74</sup> De cariz laboral e de investigação (aqui o termo *desterritorialização* é usado em sentido metafórico e não literal associado ao espaço).

<sup>75</sup> Acentuadamente nas questões de *territorialidade* do corpo.

dos corpos compreendia que as transformações e criação territorial, ocorriam por meras acções individuais entre os vários corpos que compunham os espaços sociais. A segunda vertente, colectiva, esboçava a ideia da existência de expressões típicas de grupos, com expressões linguísticas, simbólicas e características específicas comuns entre si, desenhavam a ideia de território (Deleuze; Guattari, 1995). Os processos de *territorialização* compunham uma articulação equilibrada entre a gestão “maquínica” dos corpos físicos (o conteúdo), e a “exposição da enunciação”, a expressão comportamental em grupos (idem, 1995). Aprofundando a sua análise, os autores apresentam ainda a noção de *rizoma*<sup>76</sup>, um mapa que hierarquiza a parafernália de multiplicidades presentes no espaço, assim como a noção de *desterritorialização relativa e desterritorialização socius*<sup>77</sup>.

Ambos os teoremas encontram-se relacionados, dado que o primeiro estabelece as dinâmicas de fuga aos locais, característica veemente nas sociedades pré-capitalistas que originaram a posterior definição dos Estados Nação, e não pode aparecer dissociado do *socius*, noção intransigente que compara a vida a um processo contínuo de fenómenos desterritorializadores e reterritorializadores (Deleuze; Guattari, 1972).

Na sua vertente antropológica, a *territorialização* diz respeito às questões de organização e re-organização social do espaço físico, enraizando-se em duas linhas de pensamento distintas, de origem evolucionista, e mais tarde, funcionalista. A perspectiva evolucionista defendia que a ligação ao espaço se tornou evidente na transição das sociedades segmentares<sup>78</sup> para as sociedades centralizadas<sup>79</sup>. Por sua vez, a influência das correntes funcionalistas<sup>80</sup>, acabaram por dominar o pensamento crítico e reflexivo das estruturas de organização social, concebendo a noção de *territorialização* como um mecanismo de classificação política e de ordenamento da própria sociedade em si, com base nas suas características intrínsecas<sup>81</sup>.

A *territorialização* nunca aparece dissociada da *desterritorialização* e da consequente *reterritorialização*, mas encontra-se no limbo, entre as duas, relacionada a

---

<sup>76</sup> Designação literal do conceito utilizado pelos autores, aproximando-se, contudo, mais da ideia de rede.

<sup>77</sup> Para os autores representa o agente de produção dos processos sociais, uma forma de controlo e coordenação de fluxos sociais materiais.

<sup>78</sup> Povos constituídos por associação de clãs.

<sup>79</sup> Territorialmente estabelecidas e organizadas.

<sup>80</sup> Desenvolvidas por pensadores clássicos da Filosofia, Sociologia e áreas afins (por exemplo: Émile Durkheim).

<sup>81</sup> Predominância religiosa, traços culturais, faixas etárias, demografia.

um conteúdo social, ou seja, a processos de precarização ou exclusão territorial (Haesbaert, 2006). Neste sentido, com um teor semelhante, mas mais radical, a autora Saskia Sassen (2016) refere-se, por exemplo, ao processo de *expulsion* que acompanha o sistema global (o qual é caracterizado por um capitalismo avançado e complexo que origina impactos diversos<sup>82</sup> na estabilidade da economia mundial e na organização das sociedades), que consiste na expulsão de populações dos territórios, onde as partes menos eficientes das cidades são alvo desse processo e os solos que se tornam inférteis devido a dinâmicas de sobre-exploração são abandonados<sup>83</sup>.

Em bom rigor, ninguém fica sem território, até mesmo os actores sociais mais vulneráveis (ex: os sem abrigo<sup>84</sup>) têm o seu<sup>85</sup>. A convergência efectiva de processos de *desterritorialização* e *reterritorialização* é que permite a consagração de casos concretos de *territorialização* (Deleuze; Guattari, 1997). Objectivamente, a afirmação antrópica no espaço possui características flexíveis, sendo a *territorialização*, algumas vezes, um fenómeno democrático, transfronteiriço, e, em algumas situações intemporal, efectivando-se de forma pragmática numa tela multi-escalar. Não obstante, num pólo oposto, existem territorializações profundamente marcadas por fronteiras, sendo as transfronteiriças, casos únicos e, em certos casos, irreais<sup>86</sup>. Assume-se portanto, que a *territorialização* humana se propaga desta forma: quando existe fixação numa escala, existe quase automaticamente, fixação em todas as outras, em sentido ascendente ou descendente<sup>87</sup>.

O mesmo sucede com outros fenómenos, por exemplo, assumindo que o desenvolvimento societal se prende com o crescimento económico, apresenta-se a tabela

---

<sup>82</sup> Exemplos: ambientais, financeiros.

<sup>83</sup> Cumpre referir que o presente estudo visa contribuir, a uma escala micro, para perceber o que acontece com os lugares/locais sobre-explorados pelo turismo, mormente no sentido de coligir dados acerca da percepção de actores sociais de um território turístico acerca das dinâmicas do fenómeno. Sobre a perspectiva da autora Sassen, sublinha-se que os efeitos negativos do capitalismo moderno são vários, sendo apenas elencados no texto, alguns impactos a título de exemplo.

<sup>84</sup> Uma vez que efectuem (dentro do possível) a sua apropriação espacial, estabelecendo limites, desenhando os contornos do seu território.

<sup>85</sup> Importa aqui estabelecer uma ligação ao caso de estudo, podendo avançar-se que, independentemente dos resultados da investigação, Portimão não ficará sem território e sem *territorialidade*, esta segunda, poderá é ficar condicionada, mais estreita, porventura com quebras espaço-temporais de acesso.

<sup>86</sup> Por exemplo, até os maiores viajantes do mundo têm passaporte, existem fronteiras que podem atravessar com facilidade, enquanto que outras, nem por isso.

<sup>87</sup> Destarte, nem sempre é assim, existem actores que têm grande mobilidade à escala local, mas que não conseguem entrar num aeroporto (por exemplo) por motivos de distância geográfica ou por causa do poder económico, daí dever-se prestar ênfase na palavra “quase” usada, pois nem sempre a fixação numa escala implica fixação noutras.

5, que demonstra pragmaticamente como se realiza e territorializa (inevitavelmente) o desenvolvimento<sup>88</sup> em várias escalas.

**Tabela 5:** Territorialização do desenvolvimento multi-escalar<sup>89</sup>.

Escalas Espaciais de Análise	Territorialização do Desenvolvimento
Global	Âmbito mais amplo de operação das grandes empresas e grupos transnacionais, das redes de financiamento internacional, das cadeias produtivas globalizadas, dos acordos e instituições supra-nacionais, dos blocos regionais. É um quadro de regulação frágil, que depende das ações dos Estados Nação em convenções internacionais.
Nacional	Lócus de ação dos Estados Nacionais e do capital doméstico e estrangeiro. Abarca o conjunto das unidades sub-nacionais e é reconhecido pelo conjunto da sua infra-estrutura de articulação, as actividades humanas e económicas, as políticas do Estado, o conflito entre capitais estrangeiros e o pequeno e grande capital nacional, das disparidades de rendas e investimentos entre regiões. É o quadro regulatório mais coeso e denso, mesmo diante das políticas de desregulamentação e descentralização neoliberais dos anos 90.
Regional	É formado pelos conjuntos de localidades em redes e apresenta uma coerência interna definida pelos seus pólos económicos. É, ao mesmo tempo, resultado das estratégias de desconcentração produtiva dos Estados e podem aparecer como entidades autónomas com capacidade de estimular o desenvolvimento, promovendo mudanças estruturais. A sua capacidade de regulação é mediana, pois é subordinada às políticas macro do Estado e ações do capital global, mas pode ser fortalecida caso controlem determinadas cadeias de valor e, em alguns países, possuam capacidade de planeamento e política por intermédio da descentralização político-administrativa.
Local	Escala menor, pensada através da endogeneização das estratégias de desenvolvimento a partir de pactos inéditos entre o público e o privado. Pode ser associada também ao âmbito das municipalidades, das administrações locais e dos sistemas produtivos articulados com determinados segmentos de actividade e concentrados localmente. A sua capacidade regulatória é frágil e de difícil mensuração, pois depende do protagonismo das elites locais articuladas com os governos na busca pela resolução de problemas sociais, económicos e políticos, sendo dependente das ações de outros níveis.

Fonte: Adaptado de Fuini, Lucas, 2014.

Neste contexto multi-escalar, existem autores<sup>90</sup> que vão mais ao pormenor apontando também a escala do corpo, defendendo que o mesmo representa um território, uma escala infra local. Deste modo, de acordo com as dinâmicas de *territorialização* a diversas escalas, surgem associados a si, processos de *desterritorialização* e *reterritorialização*, conceitos essenciais que serão prontamente abordados.

<sup>88</sup> Em sentido amplo, prendendo-se com factores económicos e dinâmicas de interacção entre entidades e instituições.

<sup>89</sup> O modelo apresentado evidencia diversos níveis de análise. No presente trabalho, a análise situa-se na escala local.

<sup>90</sup> Rogério Haesbaert encontra-se nessa linha de pensamento.

### **1.3 As consequências da desterritorialização<sup>91</sup>**

Os processos de vulnerabilidade espacial ganham forma através de uma contracção das espacialidades e confinamento forçado das *territorialidades*. A linha de raciocínio de Rogério Haesbaert (2006) sustém que o fenómeno da *desterritorialização* consagra-se quando os indivíduos ou grupos sociais perdem controlo e acesso aos seus territórios<sup>92</sup>. Para além do confinamento, esta perda também pode resultar de processos de vulnerabilidade territorial como a expulsão ou exílio<sup>93</sup>, representando estes, uma contraposição a dinâmicas de reclusão, revestindo um afastamento para Geografias inseguras e incertas.

Para a maior parte dos autores, o fenómeno de *desterritorialização* diz respeito ao processo de criação de novos territórios<sup>94</sup>. Contudo, à semelhança do conceito de território, o fenómeno de *desterritorialização* é complexo e de difícil definição, abarcando uma panóplia de visões explicativas. Os acontecimentos que comprovaram movimentos e dinâmicas de *desterritorialização* ocorreram durante toda a história da humanidade, ilustrando um factor indissociável do carácter móvel dos próprios seres, nunca tendo sido etimologicamente definido até à proliferação de correntes de reflexão intelectual surgirem, e de se consolidar a afirmação da ciência como motor de comprovação de factos<sup>95</sup>.

De uma forma genérica, com base nas ideias dos autores, Deleuze e Guattari (1997) pode definir-se *desterritorialização* como sendo os movimentos espaciais através dos quais se abandona o território<sup>96</sup>, numa perspectiva de “fuga”<sup>97</sup>, perpetrando-se o referido fenómeno desterritorializador, e imperativamente a consequência lógica da *reterritorialização*. Este binómio de eventos centraliza o homem no seu seio, representando a sua versatilidade de adaptação a novos territórios e de se tornar um

---

<sup>91</sup> Que implicam sempre uma perda, um desordenamento territorial do nosso quotidiano.

<sup>92</sup> Perda efectivada pelo rompimento de valores simbólicos, marcos históricos e identidades.

<sup>93</sup> São também fenómenos de *desterritorialização*.

<sup>94</sup> Pela lógica já exemplificada de: *desterritorialização*, *reterritorialização*.

<sup>95</sup> O exemplo mais concreto é o das comunidades pré-históricas de cariz nómada, que perpetuavam uma vivência multiterritorial de *desterritorialização* e *reterritorialização* constantes.

<sup>96</sup> Atente-se contudo, que esta definição se prende com os pressupostos apontados pelos autores referidos (Deleuze e Guattari), sublinhando-se que, a *desterritorialização* comporta duas vertentes, *in situ* e *ex situ* (de acordo com a perspectiva de Rogério Haesbaert), expostas e analisadas ulteriormente. Neste registo, avança-se que, só a segunda dinâmica de *desterritorialização* (*ex situ*) implica o abandono dos territórios anteriores.

<sup>97</sup> Os autores levam a noção de fuga ao extremo, defendendo que o simples facto de se pensar “fora da caixa” já constitui um processo de *desterritorialização*.

agente activo nos novos espaços de acolhimento (Oliveira, 2002). De uma perspectiva mais pragmática, entende-se a profundidade que o conceito abarca, sustentando-se que:

*A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre a passar de um território para outro, abandonando territórios, fundando outros* (Haesbaert, 2006: 127).

O aumento do capital de mobilidade das populações representa uma das premissas que deram azo a fenómenos desterritorializadores, marcando o início da efemeridade das relações entre indivíduos e território<sup>98</sup>. Também a moldura económica mundial, pautada pela crise<sup>99</sup> severa<sup>100</sup>, tem vindo a potenciar uma grande densidade de movimentos migratórios por todo o mundo, estipulando de forma sistemática casos de *desterritorialização e reterritorialização em massa*<sup>101</sup> (Santos *et al.*, 2000). À luz das transformações sociais da contemporaneidade chegou a acreditar-se na chegada de novos limites fronteiriços e na abolição de tantos outros, re-estruturando-se o balizamento por “muros”<sup>102</sup> que caracteriza identidades territoriais heterogéneas. No entanto, a desregulação dos mecanismos de produção e trocas materiais evidenciaram uma segregação internacional do trabalho, erguendo novas divisões entre países<sup>103</sup> com capacidade de se afirmarem nos novos moldes da economia-mundo, estritamente actuais, e países “obsoletos” (Haesbaert, 2006).

O sistema de economia-mundo encontra-se orientado na perspectiva de acentuar desigualdades sócio-económicas por intermédio de trocas desiguais de poder e recursos, assentando na noção de que, para existirem ricos, terão de existir pobres (Wallerstein, 1990). Tendencialmente, os recursos são extraídos das nações menos abastadas, estabelecendo-se hierarquias em função do poder económico e índices de desenvolvimento humano, que são retribuídos de forma precária e insuficiente<sup>104</sup>, de modo a legitimar a posição de superioridade (dos mais abonados) em relação aos países mais desfavorecidos (*idem*, 1990).

---

<sup>98</sup> Não no sentido simbólico, mas sim na facilidade de transcender espaços e expandir *territorialidades*.

<sup>99</sup> Em rigor, actualmente, regista-se uma sucessão de crises, adoptando-se aqui, a crise de 2008 e anos posteriores.

<sup>100</sup> Crise actual, ao longo das décadas registaram-se ciclos de crise constantes.

<sup>101</sup> Pelo aumento de fluxos migratórios que ocorrem devido à busca de melhores condições de vida por parte das populações.

<sup>102</sup> Lógica de separação imposta pelas fronteiras.

<sup>103</sup> Para além dos limites previamente estabelecidos como fronteiras (físicas ou mentais).

<sup>104</sup> Geralmente retribuídos em acções de apoio humanitário, sejam de carácter económico, social ou tecnológico.

A globalização neoliberal<sup>105</sup> representa o maior desencadeador de processos de *desterritorialização* e de consequente *reterritorialização*. Usando como alicerce as perspectivas que consagram o território e os processos de *desterritorialização* como resultado de uma actuação subjectiva, pode suster-se que:

*A globalização, longe de ser consensual, é [...] um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemónicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemónico há divisões mais ou menos significativas.* (SANTOS, 2001: 33).

A substância do conceito de globalização não pode ser vertida apenas sobre a perspectiva de que os fenómenos da modernidade representam uma consequência lógica dos seus efeitos, não existindo uma globalização, mas sim globalizações que ocorrem a ritmos diferentes por razões diferentes (Dale, 2001)<sup>106</sup>. Substanciam-se, então, as suas duas vertentes, a globalização hegemónica e a globalização contra-hegemónica (Santos, 2001). De natureza dominante, a vertente hegemónica representa a faceta capitalista liderada pelos órgãos empresariais e de natureza internacional que regulam o sistema de economia-mundo. Por sua vez, a globalização contra-hegemónica recai sobre os mecanismos de actuação de ONG(s) progressistas e movimentos sociais de ordem massificada e transnacional (idem, 2001). Com base nesta distinção, torna-se mais simples atentar para a existência de processos desterritorializadores de natureza variada<sup>107</sup>.

O turismo enquadra-se em ambas as tipologias de globalização, por ser um fenómeno complexo e transversal aos demais agentes que operam no espectro de cada uma, ou seja, beneficia dos produtos da expansão económica para a qual contribui<sup>108</sup>,

---

<sup>105</sup> Tal como a dinâmica expansionista do fenómeno, o próprio conceito de globalização: *apareceu do nada e apareceu em todo o lado no período de uma década* (Giddens, 1991).

<sup>106</sup> Ligando esta noção ao tema da tese, é importante avançar que a permeabilidade do mundo é maior com os fluxos de capital e de turistas, mas menor com outros, como é o caso dos refugiados. Todavia, esta realidade veio a ser alterada pela pandemia “Covid-19”, dado que fluxos que eram livres (ou quase), encontram-se agora bloqueados (à data de 2020).

<sup>107</sup> Que surgem por diferentes razões, seja por necessidade, por métodos opressivos, ou pela simples vontade pessoal (por motivos laborais, de lazer ou outros).

<sup>108</sup> As grandes entidades capitalistas beneficiam do turismo, assim como o fenómeno tira partido de ferramentas ligadas ao capitalismo, por exemplo, do *marketing* territorial que estimula a vontade pessoal de conhecer destinos longínquos.

assim como engloba processos de mobilidade territorial dos restantes elementos não hegemónicos<sup>109</sup>.

Neste sentido, Bertrand Badie (1995) defende que a noção de aldeia global enfraqueceu a soberania dos Estados, afirmando que os mesmos se estão a debilitar e a entrar em crise, não tendo as fronteiras o mesmo peso que tinham no passado<sup>110</sup>, e com isso, o discurso do fim do Estado-Nação seria uma evidência da *desterritorialização* contemporânea, sublinhando que a noção de território surge sempre associada à figura do Estado. A par deste enfraquecimento, a segregação cultural também ganhou forma, através de processos de *desterritorialização* complexos e contínuos que suscitaram a materialização do hibridismo cultural.

Neste registo, torna-se relevante substanciar a distinção entre a noção de *desterritorialização* para o antropólogos<sup>111</sup> e para os geógrafos. Para os primeiros, a *desterritorialização* é a perda de laços porque o agente que se movimenta, já não está em lado nenhum, não é dotado de uma identidade territorial. No que tange à perspectiva dos geógrafos, a *desterritorialização* radica-se na perda de controlo do território, onde se materializa uma descapitalização atribuída ao encolhimento de opções espaciais<sup>112</sup>.

Para os antropólogos, o mundo encontra-se culturalmente desterritorializado com a abolição das culturalidades definidas a nível territorial<sup>113</sup>, e por falhas nas dinâmicas de *reterritorialização*, assistindo-se à acção predominante de um hibridismo cultural (Canclini, 2013). Deste modo, a própria lógica da evolução humana acaba por representar um catalizador de ruptura topofílica<sup>114</sup> entre indivíduos e espaço. Por exemplo, a modernidade capitalista afirma-se como um elemento essencialmente desterritorializador, na qual o mundo moderno, assente no mercado, com base na liquidez da mobilidade, acaba por ser sinónimo de *desterritorialização* (Latouche,

---

<sup>109</sup> Em certa medida, todos viajam (em escalas distintas, conforme o capital de mobilidade que possuem), transpõem fronteiras territoriais e beneficiam com o desenvolvimento territorial que é estimulado pelo turismo (crescimento económico, fomento dos negócios locais e aumento de popularidade das localidades- admitindo-se claro, que os índices de desenvolvimento são variados, consoante as características dos territórios e os modelos turísticos e práticas lúdicas implementadas).

<sup>110</sup> Exemplo: surgimento de “avenidas” de transição livre como o espaço *Schengen*, emergindo da ascensão do direito comunitário com a materialização da União Europeia e as suas constantes transformações.

<sup>111</sup> Como Arjun Appadurai, autor de obras sobre *modernidade e globalização*.

<sup>112</sup> Vertente onde se enquadra a presente tese.

<sup>113</sup> Tendo presente que esta dinâmica merece algum debate, dado que as culturalidades filiadas a um espaço geográfico continuam a ser um cartaz turístico, visto que por vezes podem ser encenadas.

<sup>114</sup> Conceito chave no presente trabalho, explorado numa secção ulterior.

1994<sup>115</sup>). Mundo marcado, essencialmente, pela transição do modelo de acumulação fordista para matrizes de acumulação flexível, que representou um dos principais factores de condicionamento das estruturas de organização social, económica, política e cultural.

A implantação de novas formas organizativas e de tecnologias modernizadas de produção convergiram naquilo que David Harvey (2009: 266) chama de *compressão de espaço-tempo*. Para o autor:

*Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que compõe a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os torne mais atraentes para o capital altamente móvel* (Harvey, 2009: 266).

Dentro desta realidade, as empresas gozam de uma mobilidade acrescida sob a alçada do capitalismo, propagando-se de forma viral, sem qualquer oposição<sup>116</sup>, dando azo ao fenómeno que muitos autores denominam como *deslocalização* (Storper, 1997). Os contornos actuais das economias emergentes encontram-se estruturados de modo a funcionar em rede, operacionalizando-se a uma escala global com recurso a teias densas de conexão que permitem legitimar todo o tipo de actividades com base no conhecimento<sup>117</sup> (Castells, 2003). Esta democratização dos modelos de ordem empresarial não se limitou apenas às grandes multinacionais dotadas de uma autonomia sem precedentes, mas alargando-se também aos negócios de índole local, subordinados à lógica oligopolista de centralizar capital, sofrendo processos de dissolução e afirmação espaciais constantes ou irregulares (Abramides; Cabral, 2003).

A finalidade passa pela disseminação territorial de maximização de produtividade, funcionando as dinâmicas desterritorializadoras como precursores de mudança para atingir interesses económicos. Efectiva-se aqui uma *desterritorialização* pensada, que confere um sentido competitivo à actuação das entidades, através da captação de redes de valor importante que possam impulsionar os negócios. O mesmo sucede a nível individual, procurando os actores sociais maximizar a sua capacidade

---

<sup>115</sup> Frisou ainda os fenómenos de “ocidentalização do mundo”.

<sup>116</sup> Governativa ou comunitária, suscitando-se apenas conflitos marcados por interesses económicos levados a cabo pela tentativa de domínio dos mercados e da economia.

<sup>117</sup> De várias naturezas e áreas específicas, mas que convergem na maximização de capital.

financeira, submetendo-se a processos de *desterritorialização* e *reterritorialização* de natureza contínua<sup>118</sup>.

Dentro desta lógica, Appadurai (1995), na perspectiva da *desterritorialização* discutida a partir da Antropologia<sup>119</sup>, avança com o conceito de *translocalização*, apontando a possibilidade dos lugares específicos de construção de grupos sociais se extinguirem, através da sua conversão em translocalidades abertas à globalização. Esta conversão confere aos territórios uma imagem vazia, carente de identidade, representando cada local, um nó na cadeia de redes densas que se materializam com os processos globalizadores<sup>120</sup>. Os grupos sociais já não se encontram vinculados a um espaço que os caracterize, mas sim a uma pluralidade de territórios que oferecem o mais variado leque de elementos<sup>121</sup>. Sublinha-se que este entendimento do que é a *desterritorialização*, aproxima-se da ideia de *multiterritorialidade*<sup>122</sup> do autor Rogério Haesbaert (2006).

A extinção de culturalidades específicas com expressão territorial dilui a imagem que se atribui a determinados povos através da promoção de ambientes/lugares multiculturais homogéneos transversais aos espaços físicos<sup>123</sup>. A par desta extinção, também as identidades urbana e rural acabam por se extinguir, operando o capitalismo implacavelmente através do estabelecimento de serviços homogéneos por todo o globo, num clima de ubiquidade macro-económica, disseminada, essencialmente, pelas cidades-rede<sup>124</sup> (Castells, 1998). Os negócios de pequena dimensão que fazem parte da identidade local são abolidos, pressionados pela influência hegemónica das multinacionais, estipulando-se a abolição de paisagens únicas. A produtividade económica actua em detrimento da singularidade<sup>125</sup>. A *desterritorialização*

---

<sup>118</sup> Factor inerente ao comportamento humano, derivado da busca constante por melhores condições de vida, que se tem vindo a evidenciar pesadamente na moldura sócio-económica actual devido à precariedade crescente das economias por todo o mundo.

<sup>119</sup> Diferente daquela que é usada em Geografia, conforme explicação exarada anteriormente.

<sup>120</sup> As redes adoptam uma infinidade de formas de relacionamento, penetrando todo o tipo de esferas, pública, privada, económica, política.

<sup>121</sup> Sejam de lazer, de trabalho, ou de qualquer natureza.

<sup>122</sup> Conceito previamente abordado.

<sup>123</sup> Atente-se que o turismo poderá ter um papel a desempenhar nestes fenómenos, em larga medida, devido às transformações e mudanças que infere nos territórios, podendo estas, ocorrer em várias vertentes como a económica e espacial, potenciando processos de reconfiguração de índole social e de identidade cultural.

<sup>124</sup> Ideia de que as cidades funcionam, tanto como os principais difusores de informação e actividades económicas, como pontos de encontro regados por uma acessibilidade vasta.

<sup>125</sup> Exemplo: em grande parte das cidades contemporâneas existem lojas “Mc Donalds” ou “Zara”, tornando a gama de serviços homogénea e transversal aos pólos urbanos.

antropológica, prende-se portanto, com uma implicação de uniformização (como ilustrado por Appadurai, 1995), distanciando-se da lógica de fenómeno associado à perda de controlo do território, apresentada por Haesbaert (2006)<sup>126</sup>.

A digitalização das sociedades representa um segundo foco de fenómenos desterritorializadores, inferindo-se como uma realidade transversal a todo o mundo que condiciona actividades, comportamentos e formas de vida. O recurso à massa tecnológica deixou de ser opção, tornando-se uma necessidade para a subsistência social, transversal a todas as classes. Este efeito bola de neve, caracterizado por maquinarias especializadas que se infiltram em todas as esferas do quotidiano, perpetra um crescente domínio do mundo virtual sobre os processos sociais de ordem tradicional e comportamentos estruturantes de culturalidades estabelecidas. A força do ciberespaço, em função da virtualização do mundo contemporâneo confere ímpeto à *desterritorialização* pela possibilidade de realizar vários tipos<sup>127</sup> de acções que não se prendem à componente física do espaço<sup>128</sup> (Enjolras, 2012). A versatilidade de actuação em ambiente digital tem suprimido (em certos casos apenas pressionado) de forma crescente as preocupações com a dimensão física das relações sociais, abolindo regimes laborais físicos e substituindo uma infinidade de práticas concretas por mecanismos informatizados<sup>129</sup> (no turismo estes dois mundos coexistem, material e imaterial).

Apesar da ilusão que a função do espaço físico se desintegra devido ao estreito contributo que presta em termos de actividades concretas, o seu uso é imprescindível, servindo de contentor à presença física de pessoas e elementos materiais para propagarem as suas actividades digitais. No entanto, a necessidade de um espaço físico neste contexto, afirma-se como uma simples vitória fantasma, constituindo a

---

<sup>126</sup> Ulteriormente, no capítulo 5, adstrito à exposição dos resultados da investigação, poder-se-á verificar que em Portimão, na área da Praia da Rocha (Avenida Tomás Cabreira), estes dois fenómenos ocorrem, cruzando-se entre si.

<sup>127</sup> Existindo limites, pois existem actividades em que é impreterível a presença física. Contudo, existe um rol crescente de actividades que podem ser realizadas a partir de casa (ex: encomendar comida de serviços de entrega em vez de se realizar deslocções físicas aos estabelecimentos comerciais).

<sup>128</sup> No entanto, neste registo, excluem-se algumas actividades essenciais, nomeadamente, determinadas práticas laborais. Portanto, como exemplo recorre-se ao teletrabalho, prática possível (em determinados casos) devido ao mundo digital e meios de comunicação, mas que não é para todos, não sendo possível para qualquer indivíduo sem excepção, trabalhar onde quiser (pela natureza do trabalho em si, pela falta de acesso a meios e equipamentos digitais e informáticos).

<sup>129</sup> A substituição de todo o tipo de actividades: escrever, desenhar, comunicar, pesquisar, recolher informação (internet tem vindo a substituir livros devido à velocidade de acesso à informação e pragmatismo).

digitalização económica e a desumanização do trabalho, precursores da precariedade da vida social<sup>130</sup>.

Na óptica do desenvolvimento como liberdade, os processos de *desterritorialização* inferem-se como entraves à ideia de progresso, exercendo pressão sobre as liberdades individuais de mobilidade, acesso a serviços, e, essencialmente, de construção territorial (Sen, 2003). Os processos de *desterritorialização* mais severos constituem uma afirmação da liquidez moderna e crime contra a liberdade incondicional do indivíduo do século XXI (Bauman, 2003), revestindo um factor de insegurança (Fernandes, 2008). Esta ideia de opressão surge perante a iminência de *desterritorializações* forçadas. Por exemplo, os desastres naturais e tecnológicos, assim como o risco de ataques terroristas e cenários de guerra, condicionam vivências, forçando comunidades para fora dos seus territórios.

De natureza tecnológica, os desastres nucleares de Chernobyl em 1986, e de Fukushima Daichii em 2011, geraram movimentos de *desterritorialização* de várias populações<sup>131</sup>, interditando os territórios de forma vitalícia<sup>132</sup> e empurrando os habitantes para zonas distantes, consagrando uma panóplia de processos reterritorializadores<sup>133</sup>. A construção de novas *territorialidades* pode assim ocorrer de forma involuntária e extremamente limitadora. As repercussões a nível de destruição propagada pelos desastres de cariz natural são substancialmente distintos dos tecnológicos, impelindo consequências e graus de disrupção<sup>134</sup> diferenciados, contudo, a sua natureza desterritorializadora é idêntica:

- Forçam o abandono dos locais, potenciando rupturas topofílicas consolidadas de longa data;
- A destruição infra-estrutural requer a necessidade de fixação em novos espaços, perto ou longe do núcleo de acção do quotidiano individual;

---

<sup>130</sup> Por limitação de actividades sociais, gerando novos problemas como o desemprego.

<sup>131</sup> Na ordem dos milhares.

<sup>132</sup> Devido à radiação expelida pela natureza dos fenómenos.

<sup>133</sup> Fugas do país, fixação em áreas distantes (por escolha voluntária ou decretada pelos governos) e em cidades distintas.

<sup>134</sup> No âmbito dos processos disruptivos que alteram as configurações espaciais, pode estar inserido o turismo, nomeadamente nos casos em que este causa pressão sobre as comunidades locais pelo incremento da dificuldade que poderá gerar nas suas vivências, como por exemplo, nos casos de encarecimento dos solos, de fomento da *gentrificação*, entre outras vertentes tidas como nocivas para as populações.

- O tempo de disrupção no sistema de serviços e circuito económico poderá forçar desterritorializações por perda de empregos e meios de subsistência;
- Os traumas psico-sociais estimulam a dificuldade de enfrentar a destruição do espaço, fomentando a fuga dos espaços (Deleuze; Guattari, 1997).

Com uma natureza semelhante, as crises de refugiados derivadas de vários cenários de guerra ao longo da história têm dado azo a processos desterritorializadores severos, impulsionando, em alguns casos, a integração de comunidades estrangeiras nos mais diversos pontos do planeta, contribuindo para o *hibridismo cultural* (mistura de duas ou mais culturas, originando uma nova). Não obstante, existe grande parte destas populações que permanecem em bolsas fechadas, sem contactos evidentes com o exterior. Há portanto, a criação de cenários de *multiculturalidade* (quando existem várias culturas que convivem no mesmo lugar, representa o fenómeno mais comum) (Fornet-Bentancourt, 1994), que difere da *interculturalidade* que representa um diálogo efectivo entre culturas distintas, marcado pela colaboração, cooperação e estabelecimento de vidas compartilhadas (Deardorff, 2008), realidade muito rara. Atente-se ainda para a existência de um outro fenómeno, a *transculturalidade*, corrente teórica que defende que as culturas no seu estado de origem já não existem, são um conjunto de várias traços culturais que definem novas formas, de viver, de ser, de fazer (idem, 2008).

Esta convergência de culturalidades acaba por gerar focos de conflito, derivados de um choque cultural intenso (que poderá estar presente em algum turismo<sup>135</sup>) e do estigma associado a grupos com costumes e práticas semelhantes ou idênticos aos dos seus opressores. O exemplo mais paradigmático infere-se na segunda guerra mundial com as invasões nazis de nações vizinhas e com a expulsão forçada dos grupos que se encontravam em risco, principalmente os judeus<sup>136</sup>.

De âmbito nacional, salienta-se a natureza rígida dos colonos portugueses com a emergência de movimentos independentistas nas antigas colónias portuguesas

---

<sup>135</sup> Quando são encetados contactos entre culturas muito distintas, as quais assentam em crenças e práticas sociais e quotidianas que não são “compatíveis” (a título de exemplo, recorre-se ao âmbito da religião, muitas vezes pautado por divergências e tensões que levam a eventuais conflitos). Sublinha-se aqui que, com base na globalização, a noção de que os meios de transporte são, actualmente, mais acessíveis, tanto pela diversidade de oferta, como pelos preços e outros factores (infra-estrutura por exemplo), o desenvolvimento encoraja agentes de pontos geográficos distantes (com experiências de vida e costumes particulares) a viajar, admitindo-se assim, que o turismo poderá estimular choques culturais.

<sup>136</sup> Obra relevante, “Desenraizados” de Remarque (1960).

(Magalhães, 2008)<sup>137</sup>. De cariz opressivo, mas sem recurso à força física, surgem os processos de *desterritorialização* por desigualdades de poder económico, encarecimento dos solos e processos de *gentrificação*<sup>138</sup>.

À luz de tais fenómenos, torna-se relevante sub-dividir a natureza dos processos desterritorializadores em *desterritorialização in situ* e *desterritorialização ex situ* (Haesbaert, 2006). O primeiro termo esboça a perda de acesso ao território por parte dos indivíduos, não se efectivando um movimento espacial de abandono habitacional ou territorial. Por sua vez, os fenómenos *ex situ* forçam o abandono das localidades, implicando a deslocação dos indivíduos, grupos ou populações para fora do seu espaço<sup>139</sup> (idem, 2006). A proliferação de desigualdades sócio-económicas torna-se iminente, derivada da fixação forçada em territórios alheios e desconhecidos, suscitando casos severos de pobreza, que levam à vulnerabilidade e conseqüente exclusão social.

A vulnerabilidade social ganha forma pelos contornos de marginalidade que traçam as condições de vida das comunidades mais desfavorecidas, avançando que as suas vidas retratam uma “emergência permanente” (Cutter, 2006). Como consequência da emergência, a transposição para a exclusão é inevitável, representando o expoente máximo de marginalização, um processo contínuo que culmina com um isolamento total (Castell, 1990). Verifica-se uma tendência de materialização de aglomerados móveis de exclusão, que suscitam casos de difícil resolução que primam pela dificuldade em se reterritorializar e em construir territorialidades (Haesbaert, 2006). O grau de pressão imposto pela desterritorialização *in situ* e *ex situ* é concomitantemente desigual, dado que a tipologia *ex situ* potencia um desdobramento de problemáticas que transcendem fronteiras (nalguns casos<sup>140</sup>), costumes, práticas e sobretudo, vivências, ao induzir um afastamento do local onde os agentes se encontram territorializados, forçando-os a reterritorializarem-se em lugares geograficamente distantes<sup>141</sup> (implica

---

<sup>137</sup> Na obra do autor “Os Retornados” é retratada tal inversão de poder, marcada pela “recuperação” do território pelo povo angolano.

<sup>138</sup> Conceito desenvolvido no ponto 1.8. Esta vertente da *desterritorialização* é aquela que releva para o presente trabalho, imposta no caso concreto pelo turismo.

<sup>139</sup> Nesta esteira, com contornos distintos, David Harvey (2008) recorre ao termo “*dispossession*”, para ser exacto à “*accumulation by dispossession*”, teoria onde defende que o capitalismo (e a chamada *acumulação primitiva*, conceito usado por Karl Marx), potencia a centralização de recursos na esfera de algumas classes privilegiadas, negligenciando os restantes actores sociais, lógica que se estende à afirmação destes no espaço físico, podendo ser afectados por dinâmicas de perda territorial.

<sup>140</sup> Quando existe *reterritorialização* em áreas situadas para além de limites territoriais definidos, por exemplo, em países diferentes.

<sup>141</sup> Com os quais podem não se identificar ou adaptar.

portanto, a deslocação do indivíduo ou grupo), enquanto que na vertente *in situ*, a desfiliação/desvinculação espacial infere-se nos próprios espaços do quotidiano (Idem, 2006), causando transtornos e sentimentos de revolta. Num dos fenómenos, há assim, afastamento efectivo do espaço (*ex situ*), no outro (*in situ*), limita-se a esfera de acção e interacção individual ou colectiva no que tange ao usufruto dos recursos do território.

Analisando a troca territorial entre países com níveis de desenvolvimento distintos, facilmente se constata tal realidade, existindo uma dificuldade de adaptação acrescida para as populações e agentes com menos poder económico que sofrem as consequências de uma expurgação do seu território. De grosso modo, os fenómenos *in situ* predominam, tanto em países mais fechados e menos democráticos<sup>142</sup> (em menor escala), como em quadros sociais economicamente desenvolvidos (mais visível), protegidos por sistemas juridicamente fortes, constitucionalismos e respeito pelos direitos humanos. A apropriação realizada por parte de agentes exógenos infere pressão sobre as comunidades de destino, no entanto, a expulsão territorial não se consagra, estipulando uma mudança de controlo<sup>143</sup>.

Em contrapartida, os referidos países menos democráticos, de cariz mais ocluso, representam casos compostos de *desterritorialização in situ* e *ex situ* (num patamar mais equilibrado entre ambos os fenómenos, mas mais marcantes do que nos Estados com economias sólidas), consagrados, essencialmente, pela exploração alheia das potencialidades do território por parte de entidades estrangeiras de elevado poder económico<sup>144</sup>.

Assiste-se assim, a uma rede infindável de *des-re-territorializações* constantes que estruturam a ocupação sócio-espacial, balizadas por interesses e estratégias de grupos dominantes que através da restrição de acessos promove uma (re)apropriação dos territórios físicos e simbólicos (Guattari, 1993).

---

<sup>142</sup> Por exemplo, atente-se para os casos de exploração de diamantes nas Lundas (norte e sul em Angola), onde existem populações que vivem ao lado das minas. São fenómenos de *desterritorialização in situ*.

<sup>143</sup> Fenómeno em análise que se efectiva devido ao turismo (no caso concreto).

<sup>144</sup> Exploração de petróleo e matérias primas diversas em territórios estrangeiros, processos que levam à tomada de posse territorial, e muitas vezes à expulsão populacional dos seus espaços. Os exemplos mais sonantes encontram-se ligados a empresas multinacionais dotadas de grande influência na esfera económica, e por consequência, no panorama internacional.

## **1.4 A identidade sócio-territorial e a perda de ligação ao território**

O território abarca um conjunto de sentimentos que constituem uma herança social e cultural que se afirma como um vínculo entre população local e o espaço físico e a própria população entre si. As práticas e costumes são elementos condicionados pelas características do território, definindo de forma total ou parcial a identidade dos actores sociais.

Com base nas linhas de orientação do estrutural funcionalismo, os sistemas sociais são compostos por partes, às quais correspondem funções específicas que possibilitam a ordem e estabilidade social (Parsons, 1968). Dentro desta lógica é possível delegar uma centralidade ao território, operando como um elo na cadeia<sup>145</sup>, através do estudo dos fenómenos sócio-económicos que delineiam as configurações do espaço social e definem *territorialidades* (Schneider, 2004).

O conceito de *topofilia*<sup>146</sup> proposto por Tuan (1980) confere a esta relação um sentido, enaltecendo a criação de uma ligação emocional entre indivíduos e o contexto sócio-geográfico no qual se inserem. Por sua vez, a noção de *terrafilia*<sup>147</sup> proposta por Roca *et al.* (2006) sustém uma perspectiva semelhante, sublinhando a ideia de que a identidade do território deverá ser orientada numa óptica de desenvolvimento territorial.

Para além das questões topofílicas que estabelecem os laços afectivos entre indivíduos e o meio ambiente (Tuan, 2012), através da desconstrução epistemológica de tal relação, constata-se que o vínculo, por norma, é, quase sempre<sup>148</sup>, efectivo no momento da nascença através da noção de cidadania (Petryna; Follis, 2015). A celebração do vínculo jurídico entre indivíduo e Estado traça a primeira associação deste ao território, estipulando uma identidade pré-definida do mesmo. Essa relação materializa-se através do contrato social, ocorrendo uma transferência de poderes entre sujeitos e Estado que legitima a posição de poder e responsabilidade entre entidades

---

<sup>145</sup> De entidades que constroem a lógica funcionalista.

<sup>146</sup> Ligação afectiva entre o indivíduo e o lugar/ambiente físico. Conceito desenvolvido com maior detalhe mais adiante.

<sup>147</sup> Também analisado de forma mais aprofundada ulteriormente.

<sup>148</sup> Sendo esta, uma acepção generalista, contudo, a tese das ideias liberais defende que a cidadania pode não estar associada à nascença. O mesmo sucede em casos específicos, como por exemplo com indivíduos apátridas, desprovidos da titularidade de qualquer nacionalidade, carecendo, por consequência do desígnio de “cidadãos” (atente-se como referência, para o caso dos Curdos, que representam o exemplo de um povo apátrida no mundo).

públicas e actores sociais, estabelecendo regras de ordem social que garantem a segurança dos cidadãos (Rosseau, 2002). A associação e “pseudo-apropriação” do espaço acaba por ser um acto involuntário, sendo marcado por um contexto social específico que definirá modos de vida e traços de personalidade.

As questões de disputa territorial efectivam-se por confrontos de poder, através do estabelecimento de um domínio territorial político-económico (Haesbaert, 2006) que se traduz no desenvolvimento de actividades que comportam um raio de influência que torna as *territorialidades* individuais limitadas e o espaço físico, alvo de acções com finalidades apropriativas. Esta aquisição/controlo dos recursos sócio-geográficos de âmbito territorial ganha forma na perspectiva do *biopoder*<sup>149</sup>, que representa toda uma panóplia de estratégias e acções levadas a cabo pelos governos que lhes permite controlar as populações (Focault, 2004).

Nesta linha, Raffestin (1993) sugere que as imagens e identidades territoriais permitem descodificar essas relações de poder, sublinhando o facto de que os territórios são produzidos, tanto pelos actores, como pela influência dos órgãos que exercem o poder. Não obstante, nas sociedades capitalistas do consumo, o poder é legitimado por actividades económicas que estruturam os territórios de acordo com as suas aspirações, infra-estruturando-os, privatizando-os, moldando-os à sua imagem.

Perante a referida noção, o conceito de *desterritorialização* proposto por Haesbaert (2006) assume centralidade, inferindo-se como a perda de controlo e acesso ao próprio território, impulsionada por constantes rupturas topofílicas<sup>150</sup> (Oliveira, 2011). Esta perda de domínio, usufruto e administração do território estabelece-se através de um conjunto de processos e fenómenos exponenciais e contínuos que limitam a *segurança ontológica*, através de um aumento da fragilidade das populações (Giddens, 1991). A vulnerabilidade espacial ganha forma por intermédio de dinâmicas de contracção das espacialidades (Haesbaert, 2006). Nesta linha, Fernandes (2013: 111) sugere que:

*A apropriação alógena de recursos, as restrições de acesso a espaços geográficos, assim como a privatização e o encarecimento dos solos, são alguns dos*

---

<sup>149</sup> Conceito definido mais adiante.

<sup>150</sup> É deste fenómeno que emergem os sentimentos saudosistas, de nostalgia e ânsia pelo passado. Será averiguado se, no caso de estudo, esta dinâmica se faz sentir, aquando da exposição dos resultados obtidos com a aplicação das ferramentas metodológicas.

*factores que podem conduzir ao aumento da fragmentação do espaço e a dinâmicas de desterritorialização de comunidades locais.*

O referido processo pode ter uma origem muito variada, prendendo-se com fenómenos de naturezas distintas.

Por exemplo, a digitalização/mecanização/mercantilização das sociedades operou como um mecanismo de supressão da actividade individual em termos de versatilidade territorial, traçando itinerários, estabelecendo avenidas e pontos de acesso, processo sequente da modernidade reflexiva<sup>151</sup> (Beck, 1992). Este cenário deve-se à adopção de costumes estandardizados que recorrem intensamente à tecnologia para se efectivarem, sejam formas de deslocação, de lazer ou de cariz laboral. Para além da tecnologia re-estruturar o espaço físico, induz alterações paisagísticas e de natureza prática nas interacções sociais. Este é um produto da *globalização económica e social*<sup>152</sup>, motor do advento do encurtamento das distâncias e da liberdade de movimentos, assim como das alterações aos níveis elencados (Al-Rodhan; Stoudmann, 2006).

No que concerne à *globalização da informação*<sup>153</sup>, sustém-se que a digitalização está a surtir impactos em todas as estruturas da vida em sociedade, assim como nos valores e práticas sociais, influenciando ainda o tempo e o espaço na comunicação, através de vários mecanismos de “*media*” (idem, 2006). Verifica-se assim uma *space based media*, que se traduz no peso que os *media* colocam sobre diversos espaços físicos e sociais. Esta dependência social de ferramentas digitais formalizou uma democratização de acesso a diferentes fontes culturais e metas territoriais<sup>154</sup>, permitindo às populações em geral, independentemente da sua classe e recursos, adquirirem livros, filmes, músicas e transporem fronteiras, físicas e abstractas de forma fácil<sup>155</sup> (Enjolras *et al.*, 2012).

---

<sup>151</sup> Pontos pré-definidos para transitar, caminhos férreos, estradas e linhas aéreas.

<sup>152</sup> Que infere transformações em diversos aspectos da vida em sociedade, mormente nos costumes, prática quotidiana, em larga medida, na forma como as vivências se efectivam.

<sup>153</sup> Emerge da inter-conectividade radicada na partilha de dados e informações (de várias ordens), de meios de comunicação internacionais através do uso de ferramentas como a internet que aproximam indivíduos espalhados por todo o globo, provenientes de diferentes países.

<sup>154</sup> Com algumas excepções. À escala transnacional, morar junto de um aeroporto não significa ter acesso ao mesmo, dado que os serviços são pagos, requerem poder económico.

<sup>155</sup> De uma forma geral, existindo excepções. Exemplo: filtragem de população cristã nos países islâmicos.

Na esfera tecnológica, o *Facebook*<sup>156</sup> surge como o exemplo mais comum, possibilitando o acesso a diversas *networks* dentro de uma única rede através de *links*, e torna viral um acervo exponencial de dados em cascata. É uma ferramenta conductiva de informação, que dissemina modas, práticas, costumes, formas de ser e fazer para o mundo todo, ao mesmo tempo que permite uma pseudo-transposição de espaços virtuais, de endereço em endereço, à semelhança da componente física das deslocações geográficas. Este liberalismo dos *digital media* acaba por afectar as formas de produção cultural e as mobilidades tradicionais. Friedman (2005) preconizava tal fenómeno de uma perspectiva positiva, exacerbando as vantagens de um mundo plano, que abolisse as distâncias e a localização<sup>157</sup>.

Em suma, os factores físicos e fenómenos de ordem coerciva, apresentam-se como precursores de uma *reterritorialização* forçada, potenciando movimentos involuntários das populações com consequente *reterritorialização* em áreas de acolhimento distintas, consagrando diásporas. Dentro destes cenários, existem duas hipóteses possíveis, uma integração sócio-territorial saudável, ou outra conturbada<sup>158</sup>.

Muitas vezes o choque cultural representa um entrave que distancia os desterritorializados das comunidades de acolhimento, podendo as mesmas, tornar-se sociedades de rejeição. Esse repúdio pode tomar lugar por acção dos dois *interlocutores*, quem recebe, e quem pretende ser recebido<sup>159</sup>. Torna-se necessário existir vontade de se pertencer ao espaço, como ilustra Souza *et al.* (2007: 128), alegando que:

*Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como locus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma completa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o carácter de território.*

A vinculação aos territórios e ambientes sociais envolventes consagra-se por intermédio de um conjunto de sentimentos que se traduzem por ligações multi-sensoriais. A paisagem vivida, experienciada, assume contornos múltiplos, pautados

---

<sup>156</sup> Rede social.

<sup>157</sup> Esta hipótese comportaria, porém, riscos, nomeadamente ao nível de disseminação de doenças infecciosas idóneas a causar epidemias ou pandemias (ex: covid-19), assim como permitiria um acesso fácil a criminosos internacionais/terroristas (ex: 11 de Setembro de 2001) a outras nações e localizações geográficas.

<sup>158</sup> Substancia-se que a noção de *reterritorialização* aqui presente, também apresenta diferentes modelos, podendo ocorrer por confinamento (ilhas culturais) ou por diluição, no local de chegada (Fernandes, 2013). Deste modo, pode-se produzir uma cultura mais complexa e híbrida.

<sup>159</sup> Como verificado recentemente (em 2017, nos meios de comunicação social) quando refugiados sírios recusaram entrar na Suíça por causa da bandeira ter uma cruz, símbolo do cristianismo.

pela expressão identitária dos locais, através dos quais a vinculação topofílica se consolida (Tuan, 1980).

A constante ruptura dessas ligações infere-se como um traço estruturante da modernidade através dos processos constantes de urbanização, infra-estruturação e saturação do espaço vivido, que se acentuam pela liquidez das práticas e relações sociais que a caracterizam (Bauman, 2001).

Essas alterações, tendencialmente fogem ao controlo das populações autóctones que se limitam a agir em conformidade com as acções e dinâmicas de ocupação do espaço impostas por agentes de cariz sócio-económico elevado<sup>160</sup> (Santos *et al*, 2000). Esta propensão é comum quando se abordam e analisam territórios *premium*, pautados por uma grande procura, levando a processos de *reterritorialização* que “oprimem” as estabilidades locais.

O que ocorre, sendo extremo nas áreas urbanas e nos territórios turísticos, é o registo de uma progressiva criação de novos poderes, assentes em controlo de espaço geográfico por parte de actores que nem conhecemos, como sucede com os fundos imobiliários<sup>161</sup> e com as grandes redes de investimento que movimentam fluxos de capital e não são controladas politicamente, revestindo uma nova Geografia do poder. De acordo com Sassen (1991) a transnacionalização da propriedade, das firmas e do capital que as acompanha, estão na origem do problema, tendo o fenómeno potenciado a estas entidades, uma libertação das políticas restritivas e reguladoras dos Estados, criando redes que colocam os agentes do território sob controlo externo<sup>162</sup>. Dados os contornos do turismo, esta dinâmica torna-se uma realidade, pois apesar do fenómeno revestir uma actividade de carácter privado, tem o Estado como regulador, e esta figura de poder, muitas vezes não conhece os seus interlocutores.

---

<sup>160</sup> Tendência que caracteriza as classes que se deslocam, por lazer ou por negócios, que possuem poder económico (requisito base para usufruir dos meios de transporte e consequentes serviços de alojamento).

<sup>161</sup> Ferramenta colectiva que visa reunir dinheiro proveniente de investidores (que participam no fundo) para injectar capital em terrenos e imóveis (habitações, escritórios, entre outros).

<sup>162</sup> A autora Saskia Sassen (2004) na sua obra “*Local actores in global politics*” atenta também para esta realidade, facultando o exemplo de que, apesar de existir uma aparente dispersão territorial da actividade económica, a gestão das empresas locais permanece nos grandes grupos económicos internacionais, desconhecidos, dado que muitas vezes estes recorrem a estratégias de sub-contratação ou contratação de entidades exógenas (de menor dimensão) para estender o alcance da produção de capital.

Surge então o catatonismo social que se evidencia pelo estado de *anomia* (falta de objectivos e regras, consagrando-se também, uma perda de identidade<sup>163</sup>) patológico das populações, marcadas por rupturas profundas de ordem psico-emocional com elementos de grande valor simbólico e alterações drásticas que geram instabilidade social (Durkheim, 1991). As práticas sociais são condicionadas pela oferta de possibilidades que o espaço politicamente balizado oferece, assim como pelos recursos intrínsecos dos territórios. Esta conexão com o espaço, envolve um processo de construção identitária que exerce sobre o indivíduo uma grande influência, delimitando a natureza das suas *territorialidades* (Oliveira, 2011). Os espaços envolventes carregados de sentimentos representam extensões do próprio corpo humano, muitas vezes percebidos nas fases de socialização primária e secundária,<sup>164</sup> nas quais os indivíduos formaram as suas personalidades<sup>165</sup> (Berger; Luckman, 1999<sup>166</sup>).

De origem quase imediata, a socialização primária ganha forma nas primeiras relações que o indivíduo estabelece, tendencialmente familiares, enquanto que a socialização secundária representa o segundo nível de interacção, posterior à família nuclear, ganhando forma através de relações externas, como ocorre por exemplo, nos estabelecimentos de ensino<sup>167</sup>. É no encadeamento deste processo que se efectiva a transição do ser biológico para ser social, onde as ligações multi-sensoriais ganham força devido à noção do *interaccionismo simbólico*, mediante a deposição de valor associado a sentimentos específicos em objectos, relações, interacções ou ambientes físicos (Mead, 1934). Toda a consciência de pertença social é regulada pelas experiências obtidas nas práticas quotidianas espacialmente definidas. Pode estabelecer-se aqui, um paralelismo com a sistematização elaborada por Ferdinand Tonnies (1947) entre sociedade e comunidade<sup>168</sup>, a primeira localiza-se fora do contexto familiar e vizinhança, enquanto que a segunda é mais fechada, mais restrita. Neste registo, o turismo enquadra-se-á mais prontamente, no âmbito da sociedade, apesar de existirem discursos acerca da experiência doméstica enraizada em actividades turísticas de índole

---

<sup>163</sup> Que emergem das transformações constantes e radicais do mundo social moderno- conceito cunhado por Émile Durkheim (1991) na sua obra “*De la Division du Travail Social*”.

<sup>164</sup> Convergem num processo automático de educação contínuo, mas faseado.

<sup>165</sup> Nesta questão do perfil identitário, cada um tem que se adaptar às novas circunstâncias, não perdem identidade, como também não perdem território, mas devem ajustar-se aos novos tempos.

<sup>166</sup> Data original: 1967.

<sup>167</sup> Com professores e colegas.

<sup>168</sup> O autor utiliza termos em alemão: comunidade- *Gemeinschaft*; sociedade- *Gesellschaft*.

familiar. É um fenómeno que tende a impulsionar o cariz de comunidade para sociedade.

O desenvolvimento das mundividências, conceito central da filosofia e de várias concepções epistemológicas, também é largamente influenciado pelos contextos sociais e espaciais envolventes, constituindo o território, um dos alicerces em que assentam as visões acerca do mundo (Hiebert, 2008). Essencialmente o homem molda o espaço, que por sua vez, molda o homem. Independentemente da importância prestada ao espaço físico, a sua influência é omnipresente, dado que a acção subjectiva tem de efectivar-se num contexto material.

Bourdieu (1989), por sua vez, apresenta uma perspectiva pessimista acerca das valorizações simbólicas dos elementos físicos, alegando que a presença de simbologias e marcas pré-formatadas que pautam a identidade dos sistemas sociais, suscitam a obrigatoriedade dos indivíduos renegarem o seu poder de criação simbólica, adoptando como cânone, referenciais estandardizados oferecidos pela organização sócio-espacial.

### ***1.5 O peso das dinâmicas de poder na efectivação das relações sociais e na ocupação territorial***

O poder surge como um dos motores base da organização social, condicionando todas as estruturas hierárquicas, definindo papéis e influenciando relações sociais<sup>169</sup>. O Estado de natureza foi gradualmente substituído pelo Estado unitário como entidade política e órgão de soberania social. A premissa de depósito do poder do povo soberano num único elemento foi avançada por Hobbes (2011<sup>170</sup>) na sua obra “leviatã”, onde esboça a necessidade de existirem governos e sociedades. O autor faculta uma visão, essencialmente de organização e prevenção do anarquismo, precavendo acções narcisistas de abuso de poder<sup>171</sup> através da materialização de um mecanismo de regulação societal.

Por sua vez, John Locke (1967) de um ponto de vista estrutural, entendia a natureza do contrato social preconizada por Hobbes, contudo, percepcionava o Estado como um elemento guardião das massas, centralizador das funções administrativas. A

---

<sup>169</sup> Mesmo que os agentes não se apercebam que estão numa relação de poder, estas estão sempre presentes.

<sup>170</sup> Data de re-edição, data original: 1651.

<sup>171</sup> Fora do órgão de Estado, dado que o mesmo abarcava todo o poder de forma hegemónica.

grande diferença entre a visão dos dois pensadores ganhava forma ao nível da autoridade da entidade reguladora, defendendo Hobbes o seu absolutismo como poder divino, enquanto que Locke, afirmava que existia uma necessidade de consentimento e confiança entre governante e governados. Montesquieu (1984), por sua vez, atentou para a necessidade de separação de poderes, prestando um enfoque necessário na tónica do equilíbrio dos sistemas sociais, os quais não funcionam sem um poder controlado. Da lógica reguladora à acção moldável do espaço, sublinha-se que as relações de poder, sejam entre sociedade civil e Estado, sejam entre grupos, classes, ou indivíduo a indivíduo, esboçam as dinâmicas de antagonismo comportamental que traçam os perfis antrópicos ao longo das épocas. Esta dinâmica alarga-se ao turismo, uma actividade privada, mas que tem como entidade reguladora, o Estado.

Sociologicamente, o poder representa a capacidade individual ou colectiva de conseguir produzir resultados, fazer que algo ocorra. Pode causar constrangimento e ser entendido como uma actividade coerciva e deliberadamente hostil. No entanto, a finalidade passa pela capacidade de um sistema social coordenar actividades humanas e recursos para atingir objectivos específicos (Parsons, 1968). É vertido em mecanismos específicos com incidência social de modo a influenciar subjectividades, criando paralelamente, condições favoráveis para a implementação de mudanças planeadas, com recurso ao *poder disciplinar* (Focault, 2001). A sua função instrumental orienta-se no sentido estrito de produção de resultados e efeitos pretendidos (Russel, 1938), independentemente da probabilidade que os interlocutores das relações sociais tenham de conseguir influenciar a sua contraparte (Weber, 1921).

O pensamento Foucaultiano, subjaz a noção de que o poder não existe, o que existe são relações de poder (Focault, 2001). Esta lógica infere-se sempre com base em dois grupos, os opressores e os oprimidos. Apesar desta noção, o autor apresenta duas linhas dominantes de análise de presença do poder nas sociedades, o *poder disciplinar* e o *biopoder*. Marcando uma ruptura com os paradigmas de soberania, o *poder disciplinar* foi um fenómeno essencialmente descentralizador, transgrediu a esfera opressiva entre órgão de poder e súbditos, infiltrando-se num espectro alargado de relações<sup>172</sup>, que vincou um carácter semi-opressivo auto e heterocrático<sup>173</sup>, enviesado

---

<sup>172</sup> Laborais, pessoais, afectivas, entre outras.

<sup>173</sup> Podendo ser imposto de forma autónoma sobre o próprio indivíduo, ou forçado por terceiros (ex: patrão; cônjuge).

para o aumento do rendimento social, de produtividade em vários campos. Por sua vez, o *biopoder* ganhou forma através da institucionalização da vida público-privada, o surgimento de mecanismos reguladores da ordem social conspurcaram a óptica do livre arbítrio percebido, actuando sobre as vidas dos indivíduos e não exercendo pressão nos corpos. Rege-se pela capacidade que o poder político e estruturas de controlo possuem, influenciando a vida em sociedade a partir da zona de bastidores<sup>174</sup> (Goffman, 2009<sup>175</sup>).

Historicamente, assistiu-se à transição do poder soberano para o *poder disciplinar*, e por fim, para a lógica de *biopoder*, sendo estes, elementos complementares. Dentro do pensamento filosófico, também as abordagens de Hegel, com a “Razão dentro da História”, e de Kant, com o “Opúsculo sobre a história”, exploraram a noção de poder sobre a égide do Estado a par das perspectivas contratualistas, que prestaram contributos insuficientes para compreender a natureza do poder, segundo Foucault.

Na óptica de Bourdieu (2010) são identificados dois tipos de poder, o *campo de poder* e o *poder simbólico*. O primeiro conceito alude ao espaço social onde as interacções sociais se efectivam, dando azo à medição de forças entre actores que decidem o seu grau de poder, concedendo lugares de prestígio nos monopólios de controlo social, económico e político. Em contrapartida, a natureza simbólica diz respeito à vertente idealista do termo, através da sua capacidade de moldar o mundo e influenciar as massas. Vai portanto, ao encontro da noção da capacidade que os sistemas sociais têm de atingir objectivos, sendo esse o significado de poder para Parsons (1968).

Durkheim (1982) entendia a sociedade como um resultado inócuo e directo dos factos sociais resultantes de medidas coercivas levadas a cabo pelos governos, apontando que a liberdade é apenas uma liberdade consentida, plasmada erroneamente sobre as populações. As relações de poder alargam-se desenfreadamente a todos os elementos da sociedade, constituindo os territórios, um dos principais alvos de disputa. As noções de domínio e controlo derivam dos sentidos de *territorialidade*, vinculados à noção de imposição das vontades (Weber, 2005). Neste sentido, a própria visão weberiana de poder diz respeito: a *toda possibilidade de impor a própria vontade*

---

<sup>174</sup> Reflexão sociológica do pensamento Goffeano, um dos elementos metafóricos de teatro que explicam a natureza pessoal da acção social, avançada na obra “A representação do eu”.

<sup>175</sup> Data original: 1959.

*numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade* (Weber, 1994: 33).

Já nas linhas de orientação marxistas, o controlo da “estrutura” e da “super-estrutura” por parte das classes produtoras, perpetravam a difusão da ideologia dominante, estabelecendo o controlo sobre as classes subordinadas (Marx, 1993). Os meios de produção da classe capitalista assemelham-se ao domínio do espaço físico na actualidade, contemplando-se o território como um sistema que ajuda a manter monopólios de actividades<sup>176</sup>. As relações de poder num mesmo espaço é que condicionam o grau de controlo e acesso que se tem ao mesmo. Assistiu-se a uma modernização da visão marxista do poder, assumindo contornos liberais de mercantilização implacável, que se suavizaram pela aquisição gradual de direitos laborais, de humanização de mecanismos de opressão e exploração alheia<sup>177</sup>.

Apesar das opiniões heterodoxas, é possível constatar-se a influência das relações de poder em todas as instâncias da vida social. As interacções nos espaços na actualidade são condicionadas pelo grau de poder que os indivíduos ou grupos possuem, definindo-se esse poder por intermédio de condições sócio-económicas (Castells, 1998). Transpondo as aludidas assunções para a vertente territorial, pauta-se uma disputa permanente e profícua pelo espaço físico, seja pelas suas características naturais, seja pelas potencialidades económicas e localização geográfica. Ganha aqui relevância, a perspectiva de Raffestin (1993) previamente abordada entre poder(es) e território, que se alarga ao turismo, uma actividade sistémica, mas sobretudo territorial, onde são decisivas as relações de poder (sobre as quais o fenómeno interfere<sup>178</sup>).

Adoptando uma perspectiva crítica, pode constatar-se que o espaço físico ou território individual representa sempre a canalização de esforços finais de qualquer indivíduo. Com base neste pressuposto, pode alegar-se que há um antagonismo com o capitalismo, uma vez que, ao desconstruir a temática da centralidade do capital preconizada por Engels e Marx no seu livro “O capital”, denota-se que o próprio capital apenas representa um meio para um fim, um bem de aquisição, ao contrário do território que representa o objetivo último. A efemeridade de troca do capital é alta, e propaga-se

---

<sup>176</sup> Sejam económicas, turísticas, ou de outra índole.

<sup>177</sup> De mão de obra, pela lógica capitalista de enriquecimento pessoal em função de trabalho de outrém.

<sup>178</sup> Podendo o grau de influência/interferência ser variável, radicando-se na importância que o próprio turismo tem para o território onde se disputam as dinâmicas de poder.

sempre em torno de algo material, concreto, que ocupa um espaço físico, ou seja, a sua obtenção pressupõe à partida, a substituição por bens consequentes que se convertem numa afirmação territorial no espaço<sup>179</sup>, seja de indivíduos, grupos ou empresas. As disputas de poder efectivadas pelo património económico, adensam-se no capital territorial, assistindo-se a conflitos multi-escalares pelo direito de ter expressão no espaço<sup>180</sup>. Ainda com uma pequena alusão a Marx, as lutas de classes predominaram no tempo, assim como os confrontos de poder pelo território, tendo entretanto, caído a vertente física de opressão e conquista, adoptando-se largamente, contornos modernos de contendas de interesses<sup>181</sup>.

Nos casos concretos de transformação do espaço, inclusive nos modelos de transformação turística, as disputas de poder consumam-se através de uma luta desigual entre classes sociais com poderes económicos distintos, nas quais os estratos de *status* superior possuem grande versatilidade de actuação e acesso a recursos e potencialidades endógenas dos espaços<sup>182</sup> (Weber, 2011). A proliferação de sentimentos de revolta e inércia individual e colectiva vai-se acentuando perante a incapacidade de usufruir e assumir o controlo das actividades e espaços/locais inerentes ao próprio território. O foco da questão ocorre pela lógica de perda de controlo do próprio espaço (ou território) ou de uma limitação forçada das *territorialidades* individuais. Poder e território são elementos indissociáveis. Assim, o controlo espacial recai sobre quem controla os acessos e saídas de território “x”, sustendo o monopólio de recursos e elementos *premium* inerentes ao mesmo. Atenta-se também, para a questão dos valores que acompanham o problema do poder, uma vez que, para além da procura de controlo do território, existem motivações diferentes, ou seja, os princípios/valores dos turistas<sup>183</sup>

---

<sup>179</sup> Aquisição de habitação, de automóveis, de bens efémeros, todos se afirmam como bens materiais que têm expressão no espaço físico, representando uma extensão do território apropriado (no exemplo do automóvel, se estiver estacionado na rua, ocupa uma fracção de espaço que é temporariamente, pseudo-apropriada pelo dono do veículo).

<sup>180</sup> Desde o arrumador de carros que compete com outros indivíduos pelo domínio de uma pequena área de actuação, às empresas multinacionais que concorrem pelo monopólio de actividades em vários territórios.

<sup>181</sup> Políticos, económicos.

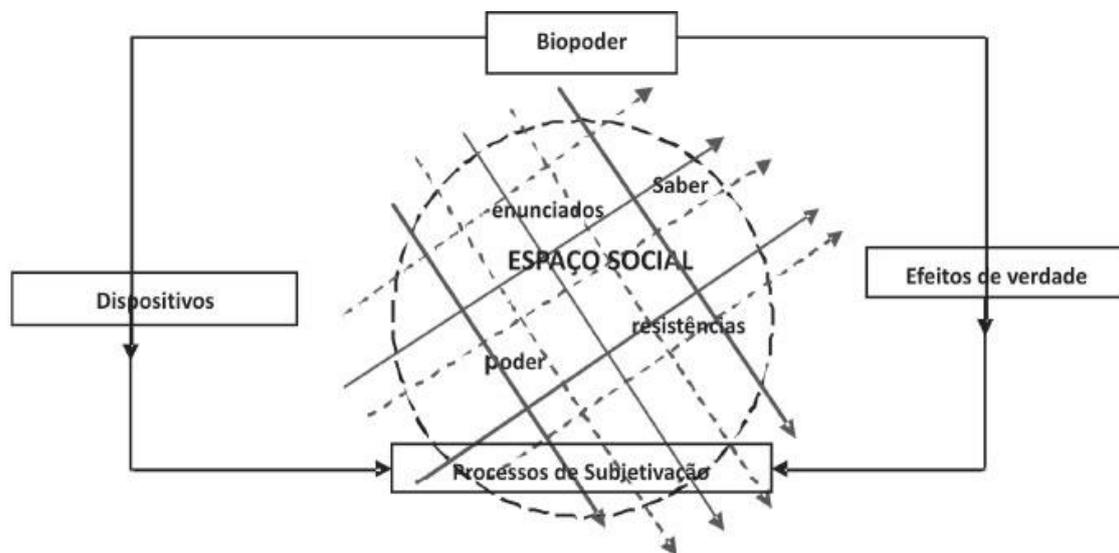
<sup>182</sup> Estas concepções de Weber são aplicadas ao caso de estudo, analisando-se com base nesta perspectiva: quem tem poder? E *status*? O que mudou com o turismo? Quais as novas dinâmicas? As respostas a estas questões encontram-se plasmadas no capítulo 5 atinente aos resultados das metodologias implementadas.

<sup>183</sup> Destarte, cumpre relevar que existem experiências turísticas onde o poder está na população de acolhimento, que usa o turismo como veículo de difusão de mensagens. Um exemplo prático desta dinâmica, são alguns fenómenos que ocorrem em comunidades indígenas no Novo México, onde os autóctones ditam as regras e limitam a actuação de turistas em determinadas práticas. Algumas destas dinâmicas são analisadas num estudo de Premysl Mácha-“*Resistance trough tourism: identity, imagery,*

podem não ser coincidentes com os da população local. Deveria existir uma aproximação entre ambos, mas a mercantilização do turismo vai no sentido contrário. Por exemplo, os territórios que se tornam gradualmente multifuncionais, estimulam disputas aceras e tornam:

(...) frequentes as tensões entre valores; o contraste e a fragmentação entre territorialidades e comportamentos heterogêneos, nem sempre conciliáveis; os conflitos no uso dos solos, que tanto podem ocorrer entre atores privados e públicos, como dentro de cada um desses grupos. (Fernandes; Alves, 2012: 17)

De modo a ilustrar a influência do poder nos espaços sociais, estabelecidos numa base física e as condicionantes da sua efectivação, apresenta-se a figura 1. Vertendo a lógica do *biopoder* nos dispositivos de ordem social e assunções de veracidade objectiva, perpetra-se a acção subjectiva que por sua vez molda o espaço, construindo o espaço social influenciado por variáveis como o conhecimento, resistências, frentes de conflito e afirmações de poder.



**Figura 1-** Apresentação esquemática do *biopoder* no espaço social.  
Fonte: Nascimento, Eurípedes, 2010.

Em suma, o espaço social é complexo, pautado por diversas variáveis (inseridas dentro de uma esfera, círculo na figura 1), que estão condicionadas pela subjectividade que acompanha o comportamento social dos demais actores. Essa actuação arbitrária ao nível individual, que é livre e subjectiva, interage directamente com os órgãos e

---

*and tourism marketing in New Mexico*” (2013), os quais se abordam pontualmente e de forma sumária (em nota de rodapé) no presente trabalho, mais adiante.

dispositivos de controlo, poder e ordem social (daí o recurso ao *biopoder*, previamente abordado), abrindo caminho a potenciais conflitos entre os demais agentes. Esta dinâmica pode acentuar-se perante a emergência de várias *territorialidades* cada vez mais extensas, e, em bom rigor, múltiplas que se cruzam entre si<sup>184</sup>.

### **1.5.1 Potenciais conflitos perante múltiplas territorialidades**

A versatilidade de movimentação no espaço físico é um traço característico das sociedades da informação. Da mesma forma que o indivíduo é percebido como uma figura plural, que abarca uma vasta gama de papéis<sup>185</sup> (Lahire, 2002), também a sua capacidade de ter uma identidade formada por vários territórios (e de usufruir dos mesmos) lhe garante o privilégio de ser detentor de uma *multiterritorialidade*<sup>186</sup>.

A apropriação de espaços quotidianos é feita transversalmente a várias escalas e territórios<sup>187</sup> distintos, que oferecem benefícios e recursos variados (Haesbaert, 2006). Esta versatilidade ganhou forma à luz de processos históricos itinerantes de uma capacidade sócio-emancipadora de carácter progressista.

As três revoluções industriais representaram marcos históricos de re-estruturação das vivências do mundo, mas ao mesmo tempo promulgaram o encurtamento das distâncias. Apesar da sua complexidade de formulações e contributos vários<sup>188</sup>, seja nas influências na mecanização das actividades laborais (inferiram a alteração generalizada de novos métodos de produção refinados e modelos de produção massificados feitos com recurso a maquinarias), seja no tumulto social que provocaram, foi a área dos transportes que acelerou o processo de permeabilidade dos espaços (a par da necessidade de comunicações e trocas<sup>189</sup> que foi crescendo ao longo dos tempos, incrementada pela complexização das sociedades). Primeiro com a máquina a vapor em Inglaterra no século XVIII (1780-1830), melhorando também as embarcações, agora mais robustas e eficientes, depois com o investimento nos ramos da metalurgia e da

---

<sup>184</sup> O turismo actua como um bastião dos exemplos de cruzamento de *territorialidades* distintas e heterogéneas, dado que fomenta a concentração de actores com características muito variadas, sendo uma delas, o capital de mobilidade.

<sup>185</sup> Teoria sociológica que exprime as múltiplas dimensões individuais do “eu pai”, “eu trabalhador”, “eu amigo”, “eu amante de desporto”, e tantos outros “papéis”.

<sup>186</sup> É um capital muito assimétrico.

<sup>187</sup> A frequência de diferentes espaços-ambiente: casa, café, local de trabalho, supermercado. Na vertente da escala, a transposição livre entre dimensão local, regional, nacional e internacional.

<sup>188</sup> Produção têxtil de algodão e siderurgia por exemplo.

<sup>189</sup> Comerciais e de outras índoles.

química, onde o aço se torna um material central na produção automobilística, coadjuvada pela energia do petróleo e produção eléctrica. Este processo iniciou-se por volta de 1870, ganhando força já no século XX, por intermédio do *fordismo*<sup>190</sup>, assente numa lógica laboral massificada do *taylorismo*<sup>191</sup>, tendo vindo a alcançar o epítomo do desenvolvimento científico na 2ª guerra mundial, período marcado pela construção desenfreada de aviões sofisticados.

Em terceiro lugar, já em 1970 chega o *toyotismo*<sup>192</sup>, acompanhado do amanhecer da era *high-tech*, pautada por avanços na microelectrónica, progressos informáticos, desenvolvimentos na robótica, na telemática (telecomunicações informatizadas) e na biotecnologia, que contribuíram para a produção de meios de transporte cada vez mais rápidos, eficientes e seguros.

Em suma, o desenvolvimento de uma oferta massificada de transportes fez levantar, em certa medida, a barreira do elitismo<sup>193</sup>, dado que antigamente só as classes abastadas usufruíam dos transportes. As revoluções industriais vieram assim permitir, não só a extensão de *territorialidades* individuais como a transposição livre de territórios, dotando qualquer indivíduo de uma *multiterritorialidade*, ampla ou estreita. Na cultura popular, o estúdio cinematográfico da “Universal” foi uma das primeiras grandes entidades a vender o encurtamento das distâncias às populações com o conhecido genérico introdutório que apresentava um avião a dar a volta ao globo, expandindo-se a mesma ideia ao *marketing* empresarial, aos meios de comunicação, à comercialização dos movimentos<sup>194</sup>.

Neste âmbito, sublinha-se que as questões mais sonantes e de fácil percepção recaem sobre as populações migrantes que adquirem vínculos emocionais, práticos, físicos e laborais a mais do que um território, usufruindo de identidades híbridas e ao

---

<sup>190</sup> Termo cunhado por Henry Ford (magnata dos E.U.A e fundador da marca automóvel *Ford*) em 1914, que diz respeito à criação de sistemas de produção e gestão em massa.

<sup>191</sup> Fruto da perspectiva científica de Frederick Taylor (engenheiro mecânico dos E.U.A) acerca da necessidade de tornar eficientes os métodos de administração de empresas, prestando enfoque à realização de tarefas, abrindo caminho para o aumento da eficiência de cariz operacional, e consequentemente, da produção.

<sup>192</sup> Modelo de organização económica destinado à produção de mercadorias, implementado no Japão após a segunda guerra mundial, que visou recuperar o país dos danos sofridos durante aquele período. Foi aplicado à produção de automóveis da marca *Toyota*, daí o desígnio.

<sup>193</sup> Presta-se enfoque à expressão “em certa medida” dado que, a compressão do espaço-tempo não diluiu as elites, estas continuam a ter uma Geografia muito própria, acompanhada por uma *multiterritorialidade* também bastante particular.

<sup>194</sup> Com a eclosão da mercantilização de meios de transporte como propriedade privada.

mesmo tempo “multi-territorializando-se” (Haesbaert, 2006). Este processo efectiva-se como uma *macro-multi-territorialização*, dado que transpõe fronteiras e envolve diferentes nações. Os movimentos demográficos como o êxodo rural ou a mudança de local de residência ocupam uma posição intermédia, dado que, tendencialmente, ocorre uma partilha de ambos os espaços por quem se desloca desta forma.

Numa escala muito mais reduzida (face à supra exposta, internacional), diga-se no quotidiano<sup>195</sup> (dos actores sociais), tal como já apontado, são frequentados vários espaços de forma mecânica, registando-se uma *micro-multi-territorialização* constante. Contudo, independentemente da extensão das *multiterritorialidades*, a sua natureza induz o cruzamento de grupos de vários lugares do mundo num determinado espaço (Idem, 2006). Deste modo, torna-se possível a materialização de frentes de conflito, seja por convivências forçadas, seja por divergências de ser e fazer. Nesta linha de pensamento, pode constatar-se que a busca de poder se prende à extensão das *territorialidades*, dado que o espectro de versatilidade territorial esboça o estatuto social de quem as possui. Na perspectiva de Sack (1986: 219):

*A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.*

Actualmente os territórios são significativamente compartimentados, compostos por divisões escalares que compõem o todo. A própria Geografia enaltece essa dinâmica através de divisões sectoriais de estudo, como acontece por exemplo no caso português, onde no que concerne à “territorialidade administrativa”, esta é ordenada pelo Estado, em país, região, NUT II, NUT III, concelho, freguesia, lugar, secção estatística e subsecção estatística<sup>196</sup>. Perante esta noção, toda a *territorialidade* é uma *multiterritorialidade*<sup>197</sup>, no entanto, a análise deve centrar-se nas questões sociais, em que as *territorialidades* são balizadas por acções heterodoxas e por imposições de

---

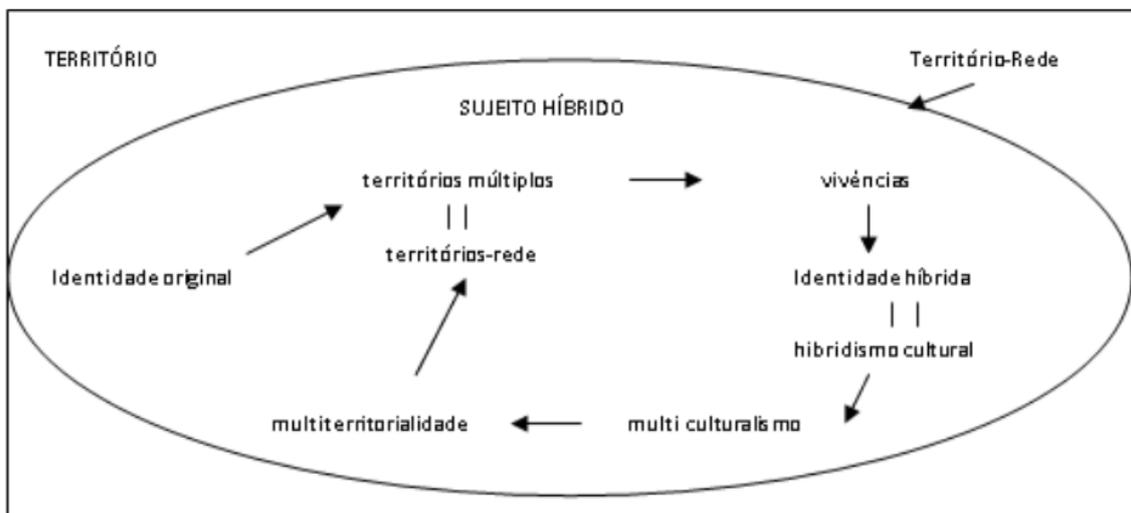
<sup>195</sup> Relevando que em Geografia, o quotidiano traduz-se numa escala ampla, de grande pormenor.

<sup>196</sup> A Geografia enquanto ciência é vasta e complexa, englobando várias técnicas para proceder aos seus estudos e análises. Faz aqui sentido, expor o caso do ordenamento territorial (administrativo) português definido pelo Estado, não sendo esta divisão universal, e em última instância, regra, apenas é referida a título de exemplo por ser a que melhor ilustra, neste caso, a versatilidade da Geografia.

<sup>197</sup> De certo modo, todos os actores sociais são multiterritoriais, mas não são todos iguais, por exemplo, a *multiterritorialidade* da população de Portimão é diferente daquela que caracteriza o turismo, e, cada um desses grupos, possui muitas diferenças a nível interno.

mecanismos reguladores da ordem social. Destarte, de forma inconsciente, todos os actores têm uma *multiterritorialidade* produzida no espaço contínuo, constituído por camadas, organizado por níveis. Pertencendo a um lugar, pertence-se a um bairro, que pertence a uma cidade, que pertence a uma região, que pertence a um país, a um continente e assim sucessivamente, observando-se que o próprio espaço em si, é plural.

Subjectivamente, a sobreposição contemporânea entre *territórios zona* e *territórios rede*, fomentou a construção de multiculturalidades e de identidades novas, mistas e complexas, assentes nas *multiterritorialidades* que formaram os sujeitos híbridos que abandonaram parcialmente a sua identidade original, substituindo-a por uma construção topofílica, consagrada pela aquisição de novas vivências (figura 2).



**Figura 2:** Actores sociais híbridos.

Fonte: Vale, 2012, p.118.

Em detalhe, a figura 2, esboça a natureza dinâmica da *multiterritorialização*, alicerçada num processo complexo que conjuga concepções abstractas (provenientes da experiência subjectiva, que advém de fenómenos como o hibridismo cultural) e objectivas (focadas na realidade territorial, do espaço físico), vivenciadas pelo sujeito que se torna híbrido<sup>198</sup> com a acumulação de várias experiências que vai colhendo ao transitar por diversos territórios (Vale, 2012). Esta conjugação origina para o sujeito híbrido (para o migrante, tal como o define o autor), *territórios rede*, múltiplos, que emanam de uma interligação entre teias de conexão e *territórios zona* (idem, 2012).

Por sua vez, as noções de conflito brevemente mencionadas no ponto anterior por intermédio das relações de poder, sempre representaram um ponto basilar de

<sup>198</sup> Tanto pelas experiências vividas como pela alteração da sua identidade, que também se torna híbrida.

organização social. O seu contributo ganha forma em “válvula de escape”, assentando como um instrumento que permite a manutenção da ordem e debate de processos que consomem a evolução organizada das sociedades (Cosser, 1964)<sup>199</sup>. Em prole da mudança, os grupos de conflito deram azo a mudanças significativas nos sistemas sociais, assistindo-se a uma transição paulatina das disputas tradicionais entre propriedade e meios de produção<sup>200</sup> para o controlo e repartição de autoridade (Dahrendorf, 1962).

Com contornos mais democráticos, as lutas pelo reconhecimento<sup>201</sup> constituem a principal esfera de conflitos de ordem social, caracterizados por uma carga moral pesada de formulação de identidades, por acção da aceitação intersubjectiva dos parceiros de interacção (Honnet, 2003). A criação/estruturação de identidade, cruza-se inadvertidamente com o espaço envolvente, extendendo-se a ideia de propriedade ao mesmo. Contudo, tal assunção representa uma ideia errónea, dado que o território se rege por dinâmicas de apropriação. Lefebvre (1986<sup>202</sup>: 411-412) ilustra esta distinção, reiterando que:

*O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica apropriação e não propriedade. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.*

Historicamente, as disputas étnicas, culturais, religiosas e fronteiriças assumiram uma posição de centralidade, potenciando conflitos extensos e sangrentos com recurso à pressão física e militar. A contenda árabe/israelita esboça um dos focos de confronto e antagonismo que se arrasta há décadas no mundo contemporâneo. A sua génese datando aos finais do século XIX e atingindo uma massa densa de movimentos desterritorializadores *ex situ* com a eclosão da 1ª guerra mundial, empurrou inúmeros fluxos de judeus para regiões distantes com a ambição de implementar o projecto do

---

<sup>199</sup> Formulou a sua perspectiva crítica com base nas reflexões de G. Simmel.

<sup>200</sup> Visão preconizada por Karl Marx da luta de classes.

<sup>201</sup> Essencialmente, reconhecimento da imputabilidade moral e social.

<sup>202</sup> Edição original: 1974.

sionismo<sup>203</sup> (Andrade, 2012). A densidade populacional de povos judeus na Palestina vinha a ser construída há séculos, abalada nos últimos anos por uma proliferação significativa de populações árabes, também elas, deslocadas.

Em 1947, com o término da 2ª guerra mundial, os interesses antagónicos de índole comunista e capitalista, levaram a ONU a propor uma divisão territorial que levaria à criação do Estado de Israel, e do Estado Árabe Palestino (idem, 2012). A imposição dessa divisão, constituiu uma perda territorial para ambas as facções, exacerbou hostilidades e deu origem a uma cronologia de eventos históricos de guerra contínua<sup>204</sup>. Sublinha-se aqui, a centralidade que o espaço tem na afirmação territorial, de cravar na pedra a sobreposição hegemónica da força, derivada de factores culturais e religiosos, sobre grupos antagónicos.

Actualmente, as frentes de conflito estenderam-se às dimensões materiais da vida em sociedade, colocando no cerne das suas frentes, toda a panóplia de elementos sócio-valorizados que fomentem cenários de disputa e reconhecimento. Embora o motor de desencadeamento de conflitos continue a ser a saciedade social<sup>205</sup>, os mecanismos que incorrem na sua estimulação adoptam formas variadas.

Para além das potencialidades únicas e materiais que os territórios têm para oferecer, surge também a incapacidade de acesso a recursos básicos, através de processos de fragmentação do espaço e de descapitalização das populações autóctones (Fernandes; Alves, 2012). Neste sentido, Thomas Homer-Dixon (1999) apresenta o conceito de *marginalização ecológica*, que assinala que o acesso a recursos renováveis é afectado, tanto pelo crescimento descontrolado das populações, como pelo poder adstrito a alguns grupos sociais específicos que acabam por monopolizar esses mesmos recursos, em concreto, aqueles que detém influência e grande presença a nível social<sup>206</sup>.

---

<sup>203</sup> Ambição de fundar um Estado judeu.

<sup>204</sup> Guerra dos 6 anos (1967); Guerra do Yon Kippur (1973); Devolução da península de Sinai entre Egipto e Israel (1982); Tratado de Oslo (1993); Acordo de Wye-Plantation (1999); A partir da década de 2000 os confrontos extremistas aumentam drasticamente por intermédio de grupos como o *Hamas* e o *Hezbollah*.

<sup>205</sup> Pirâmide de Maslow, ferramenta da Psicologia que hierarquiza prioridades de necessidades dos indivíduos.

<sup>206</sup> Thomas Homer- Dixon (1998) cunhou também o conceito de “Ecoviolência”, que serve de elemento basilar à efectivação da marginalização ecológica, dado que esboça existir uma violência que emerge da busca pelo controlo de recursos naturais que se afiguram como valiosos. As respostas que surgem dessas disputas tendem a ser marcadas, também por acções violentas, gerando-se ciclos ininterruptos de conflitos sociais, pautados pela ânsia de subverter e dominar o território, e por consequência, os seus ocupantes.

A materialização de *territorialidades* múltiplas<sup>207</sup> acaba por alimentar disparidades de tal natureza, através dos índices elevados de permeabilidade dos espaços públicos, e do confinamento de espaços privados destinados às elites. O desequilíbrio da balança social, representa o fio condutor de descontentamento com uma apropriação elitista do espaço, marcado essencialmente, pela exploração desenfreada de todo o tipo de bens de consumo (supérfluos e essenciais) em detrimento de uma incapacidade social precária de sequer subsistir<sup>208</sup>. A precariedade representa a contraparte mais volumosa dos grupos sociais, imposta pela extinção gradual da classe média<sup>209</sup>.

A transposição de fronteiras e extensão de *territorialidades* origina de forma notória, tendências discriminativas e de repressão da livre circulação de pessoas. É comum erguerem-se muros de modo a reduzir a permeabilidade do espaço<sup>210</sup>, através de processos de filtragem de entradas indesejadas em espaços controlados. Propaga-se uma política restritiva de afastamento forçado que reforça hábitos de indiferença e a natureza letal da “não-cidadania” (Petryna e Follis, 2015). Por exemplo, o Estado norte-americano, de modo a precaver a entrada de cidadãos mexicanos no seu país, ergueu um muro<sup>211</sup> e estratégias de controlo musculadas que forcem os imigrantes ilegais a ir para regiões fronteiriças remotas, visando estimular a desistência de tentativas de entradas intoleradas no país<sup>212</sup>.

As políticas de ordem restritiva não se limitam apenas a conflitos com herança histórica, transpondo-se para nações que adoptam regimes militarizados severos sem levantar grande tumulto social. O governo australiano aborda a situação apresentada pelos EUA através do envio de imigrantes indesejados para centros de detenção em ilhas remotas do Pacífico. Neste sentido, faz-se uma alusão a Behrouz Boochani (autor

---

<sup>207</sup> Fenómeno já referido anteriormente.

<sup>208</sup> A que se assiste actualmente, tanto nas classes médias, como nas classes baixas.

<sup>209</sup> Com base no desequilíbrio de os pobres ficarem cada vez mais pobres, e os ricos, mais ricos. Sublinha-se que os níveis de riqueza globais nunca foram tão elevados, porém, a sua distribuição nunca foi tão desigual. De acordo com Thomas Piketty (2014), na sua obra “O Capital no século XXI”, 1% da população mais rica a nível mundial, adquiriu 27% de todo o capital/bens/recursos gerados no mundo entre 1980 e 2016. Focando a análise nos EUA, o autor, revela ainda que 1% da população, considerada a mais abastada, possui 39% da riqueza do país.

<sup>210</sup> Uma vez mais, a ideia de espaço de acesso controlado.

<sup>211</sup> A fronteira, não o hipotético muro apregoado pela administração Trump.

<sup>212</sup> Tal acção, comprova a presença de um conflito étnico-social denso e temporalmente enraizado na relação entre os dois países.

da obra “Sozinho nas Montanhas”), jovem curdo, encarcerado na ilha de *Manus*<sup>213</sup>, munida de um estabelecimento prisional destinado a refugiados, onde passou cinco anos e conseguiu transmitir ao mundo exterior o confinamento e abusos que ali sofrera através de mensagens de telemóvel, *tweets* e vídeos que gravara<sup>214</sup>, elementos que viriam a dar origem ao referido livro.

Face ao exposto supra, torna-se claro que a segregação imposta pelos muros emerge de disputas/tensões activas ou latentes entre dois ou vários grupos sociais. Estes conflitos podem assumir várias formas, desde a bélica à competição enraizada no subconsciente dos actores sociais, que poderá ser impulsionada, tanto pela extensão das suas *territorialidades* como pelo apego ao território onde se encontram territorializados. Aqui torna-se importante, perceber que esta realidade se consagra a diferentes escalas, desde a regional, passando pela nacional, chegando à internacional.

No que concerne ao turismo, salienta-se que o fenómeno tem uma relação complexa com os muros (que podem ser materiais<sup>215</sup> ou imateriais<sup>216</sup>), e com as fronteiras, na medida em que, o advento da actividade turística, assente no encurtamento das distâncias, tem vindo a modernizar os moldes em que os turistas viajam, possibilitando a sua hipermobilização, fomentando a transposição de barreiras e acessos a espaços outrora proibidos ou de difícil acesso<sup>217</sup>, mas ao mesmo tempo, veio criar espaços exclusivos pautados pelo confinamento e pela imposição de limites como sucede nos *resorts* e *parques temáticos*<sup>218</sup> (Fernandes, 2017).

---

<sup>213</sup> Também em Nauru e na Ilha do Natal existiam colónias prisionais, nas quais vários refugiados terão perdido a vida.

<sup>214</sup> Mantendo comunicações com amigos do Irão acerca da sua obra através da aplicação *Whatsapp* (ferramenta de comunicação com salas de *chat* em grupo e privadas, disponível para equipamentos de telecomunicações móveis e computadores).

<sup>215</sup> Que impõem uma limitação, separação, vincada por estruturas físicas que inferem a imperatividade da segregação. Exemplo: muro de Berlim (caso mencionado algumas linhas abaixo).

<sup>216</sup> Limites políticos, simbólicos ou imaginários. Exemplo: subir o monte Evereste, limitado apenas aos mais aventureiros.

<sup>217</sup> Por exemplo: entrar na zona de exclusão de Chernobyl nos anos subsequentes ao desastre, onde a área estava totalmente interdita a indivíduos que não tivessem uma autorização especial facultada pelas autoridades competentes (governo ucraniano). Com efeito, há alguns anos atrás abriu-se caminho à realização de visitas turísticas àquele local, eboçando a transposição de fronteiras e limites que o turismo tem vindo a possibilitar. Este caso reveste um exemplo de *turismo negro*, modelo que se prende com a realização de viagens a locais associados a eventos trágicos (de mortes, entre outros acontecimentos nefastos) (Folley; Lennon, 1996).

<sup>218</sup> Estamos perante o turismo enquanto máquina de apropriação, aquele que cria as suas próprias fronteiras e define os seus próprios limites. Mais se adita que a natureza dos *resorts* e dos *parques temáticos* são abordadas (não aprofundadas) mais adiante, explicando-se em que consistem.

Por exemplo, com base nesta lógica, a nível nacional, faz sentido analisar qual a natureza da dinâmica adstrita aos muros e filtragem de acessos a espaços que predomina em território português. Assim, aponta-se que uma das realidades mais preponderantes em Portugal se fixa na dicotomia entre o espaço rural e urbano.

Nesta óptica, sustém-se essencialmente, que as mobilidades demográficas ocorrem em direcção ao espaço urbano, além fronteiras, por fortes motivações, razões de intransigência elevada, ocasionalmente acompanhadas de sentimentos hedonistas. Ironicamente a hegemonia urbana apoiou-se numa economia rural, crescendo em função da sector primário, dos seus lucros, enquanto motor de fluxos de capitais dominantes (Fortuna, 2002). As fortificações da sociedade industrial, metropolizaram não só o espaço, mas a vida nuclear, evidenciando-se muros e acentuando a dispersão humana no espaço, composta por focos de grande aglomeração demográfica, contraposta por zonas fantasma.

Popularmente, a ideia de rural surge associada a quintas, à produção agropecuária, sendo na realidade muito mais do que isso, compondo um palco de maximização turística, de ofertas gastronómicas e culturais únicas e recursos exclusivos<sup>219</sup>. Tendo presente esta noção, surgem os muros (a criação de áreas demarcadas), os processos de mercantilizar as potencialidades endógenas das regiões, de comercializar o território, ou seja, muitas vezes, para que a venda do mesmo seja eficiente, o seu espaço geográfico tem de ser confinado, nomeadamente com a construção de hotéis, campos de golfe, entre outros elementos. Formam-se aqui frentes de conflito *intra-comunitárias* e *inter-comunitárias*, opondo diametralmente, conterrâneos, ocupantes do mesmo espaço, e o paradigma clássico de agentes internos vs agentes<sup>220</sup> externos. É importante perceber, com base neste exemplo, que as *territorialidades*, motivadas pela lógica do apego ao território, levam os habitantes locais a ficar (tendencialmente) circunscritos à sua área geográfica, de prática<sup>221</sup> do quotidiano, criando mecanismos de defesa contra agentes externos, operando aqui os laços topofílicos que poderão gerar conflitos assentes nas dicotomias rural vs urbano, e litoral vs interior. Esta realidade prende-se, fundamentalmente, com o confinamento supra referido, que advém da implementação das dinâmicas turísticas, contrapondo-se

---

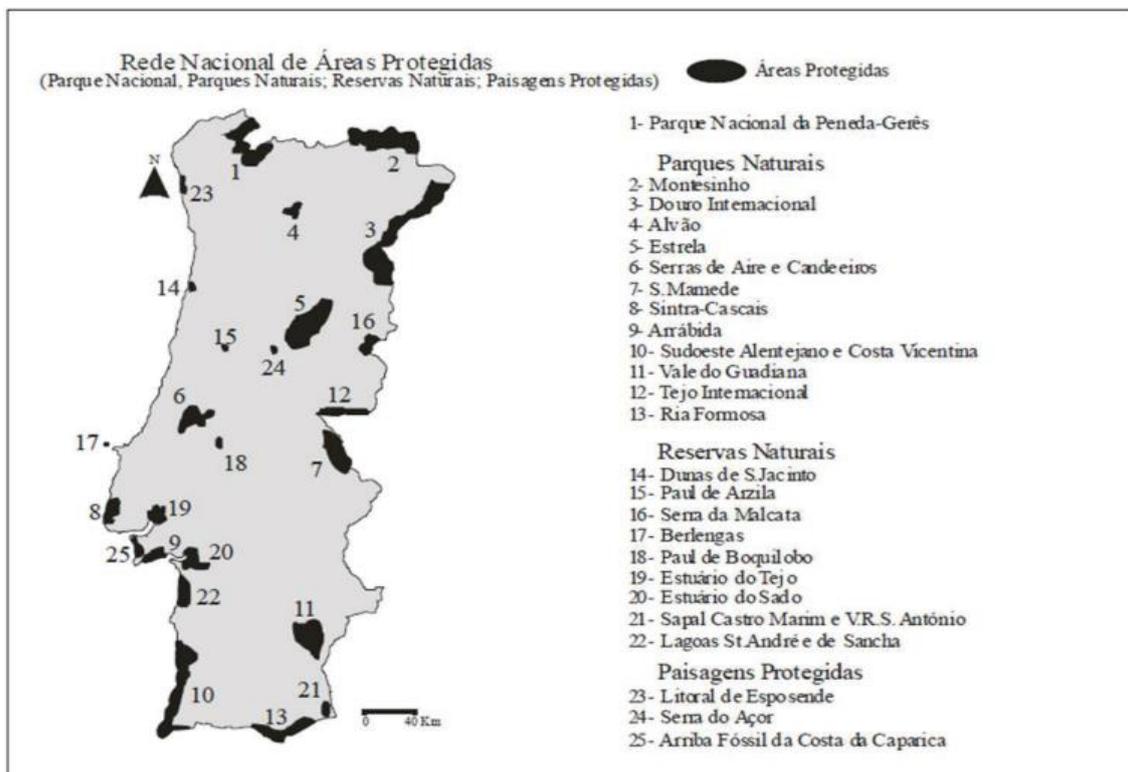
<sup>219</sup> Exemplos: leitão da Bairrada; produção de medronho na serra de Monchique.

<sup>220</sup> Abordado em detalhe no presente estudo.

<sup>221</sup> Vertente de confinamento do turismo, muitas vezes referenciada como sendo o “modelo tradicional” do fenómeno (Ribeiro, 2008).

ao *turismo comunitário*, fenómeno que presta enfoque ao bem estar das comunidades locais, salvaguardando os seus direitos e valores, distanciando-se do individualismo que, por norma, se encontra agregado aos modelos turísticos tradicionais, de estilo económico (Coriolano, 2006).

Para o geógrafo João Luís Fernandes (2012), esta ideia ganha uma expressão forte com o exemplo das áreas protegidas que operam na lógica de se lucrar com o território, atentando o autor, para a visibilidade que esta realidade possui em Portugal, apresentando uma cartografia (figura 3 infra) da rede nacional de áreas protegidas. Já Pereira *et al.* (2014), analisando a questão das áreas protegidas, avança que: *as restrições relacionadas com o seu regime de proteção tendem a gerar situações de conflito, especialmente quando afetam a base económica local.*



**Figura 3-** Rede nacional de áreas protegidas.

Fonte: Fernandes, 2012: 244.

Ora extendendo a malha de exemplos, faz sentido invocar situações que traduzam o impacto dos conflitos que advém do levantamento de muros, nomeadamente às escalas de cariz distinto supracitadas<sup>222</sup>. Por consequência, para além do exemplo

<sup>222</sup> Não é usado nenhum exemplo concreto para a escala regional, uma vez que, o caso apresentado para o território nacional, esboça a lógica da natureza dos conflitos que emergem dos muros, conforme

nacional adstrito ao ordenamento do território relativo às áreas protegidas, opta-se por se recorrer, a um caso de cariz internacional que impactou todo mundo.

Neste sentido, aduz-se que a natureza de filtragem imposta pelos muros que comprova a presença de conflitos atingiu o seu epítomo através do caso do muro de Berlim, uma estrutura territorialmente estabelecida, carregada de uma carga simbólica sem precedentes, demarcando a divisão do mundo capitalista da sua contraparte socialista/comunista. O desabamento da estrutura marcou o fim simbólico de um conflito de décadas à escala global, não levando contudo, ao fim dos muros e da proliferação de divisões territoriais e estabelecimento de fronteiras. Recorre-se a este caso concreto, para ilustrar, principalmente, o impacto que estes elementos podem induzir nas disputas territoriais<sup>223</sup>.

No entanto, a transição pós guerra fria para um amanhecer liberal ocorreu apenas no papel, espelhando a natureza vazia de sociedades utópicas que de forma sistemática segregam espacialidades, e constroem muros, percebidos ou camuflados. De modo evidente, os muros físicos<sup>224</sup> representam estruturas percebidas de uma divisão popularmente aceite entre classes, facções, populações ou interesses antagónicos, enquanto que a ideia de fronteiras abstractas se materializa através do condicionamento de acessos por diversas razões, sejam religiosas, étnicas, raciais, ou estritamente sociais (Petryna; Follis, 2015).

No âmbito do turismo, apesar do foco de estudo recair sobre os impactos do fenómeno, é importante abordar a questão dos referidos muros, mormente no sentido de que, determinados negócios e práticas turísticas criam espaços de acesso condicionado a uma escala micro, dentro de um espaço macro de efectivação de actividades lúdicas de cariz económico (por norma, áreas turísticas territorialmente delimitadas<sup>225</sup>). Avançam-se porém, alguns exemplos- os espaços de recriação nocturna que organizam festas *Vip* em que se registam condições de acesso específicas, balizadas pelo poder económico, excluindo à partida os indivíduos menos abastados; os *Irish Pubs*, que ocasionalmente organizam eventos nas suas imediações, onde só podem entrar clientes dos países

---

verificado na cartografia da figura 5, onde se percebe que são várias as regiões de índole nacional caracterizadas por áreas protegidas que se regem por normas e critérios específicos.

<sup>223</sup> Independentemente das razões que lhe deram origem, sejam de natureza política, ideológica, religiosa.

<sup>224</sup> Estes muros existem também para as populações locais, pautadas por *territorialidades* muito condicionadas quando o fenómeno do turismo gera influencia sobre si, não renegando o facto, de que o mesmo, traz benefícios, rendimentos, entre outras vantagens.

<sup>225</sup> Alguns destes espaços serão explorados ulteriormente na presente tese.

nórdicos (devido à sua nacionalidade) que se encontram em território nacional; os dias de festa “*ladies night*” são actividades de convívio típicas de bares e discotecas, em que a desigualdade de acesso (homens pagam, mulheres não) é alvo de *marketing* e, largamente aceite pelas populações, colocando-se, porventura, um entrave (parcial) no que diz respeito à entrada de elementos do sexo masculino.

Por exemplo, no caso das mesquitas destinadas aos fiéis muçulmanos, encontra-se um espaço estritamente destinado ao grupo religioso, constatando-se que uma transposição do espaço sagrado constitui uma invasão territorial grave.

Também as disparidades de género implementam barreiras de acesso de cariz sexual, segregando indivíduos com base em processos de exclusão baseados na natureza biológica dos actores sociais. Com os movimentos de liberalização das sociedades a nível internacional, a progressiva aquisição de direitos por parte das minorias acaba por impor novos limites, previamente delegados a essas mesmas classes/grupos<sup>226</sup>. O exemplo mais concreto recai sobre os serviços e negócios que se destinam apenas a um grupo social específico, excluindo à partida a ideia de heterogeneidade e partilha<sup>227</sup>.

O mesmo acontece com fenómenos implementados pelo turismo que potenciam o encarecimento dos solos e a proliferação de actividades *premium* destinadas a pessoas e grupos com grande poder sócio-económico<sup>228</sup>. Erguem-se muros que negligenciam os próprios habitantes locais, tendencialmente facultadores dos serviços<sup>229</sup>, através da sua prática laboral que interagem directamente com mecanismos de lazer, mas sem nunca terem acesso aos mesmos. Efectiva-se, muitas vezes, um clima de condescendência involuntária<sup>230</sup> perpetuada pela incapacidade individual de afirmação no espaço. A própria natureza da evolução social, é fracturante, assente na busca de benefícios individuais, de *lobbies*, de grupos em detrimento de espaços de acesso livre,

---

<sup>226</sup> Espaços destinados, por exemplo, apenas a grupos LGBT.

<sup>227</sup> Ginásios femininos, barbearias (só destinadas aos homens), clubes recreativos sénior (requisito de idade “x”).

<sup>228</sup> Por exemplo: prática do golfe, desportos aquáticos típicos de Verão, o acesso a espaços de recreação nocturna com chancela *vip*.

<sup>229</sup> Servem essencialmente como mão de obra, pressuposto enraizado na lógica capitalista de enriquecimento pessoal em função de trabalho de outrém, dinâmica referida anteriormente.

<sup>230</sup> Existindo algumas excepções, um exemplo disso são movimentos activos de resistência ao turismo como a organização difusa “SOS Mallorca” (a reprovação do turismo em Maiorca é explorada no presente trabalho mais adiante, assim como outros casos de saturação implementados pelo fenómeno, por exemplo, Barcelona).

constatando-se que as disputas de *territorialidades* se adensam em prole das práticas, crenças e vontades, individuais e colectivas (Santos, 2009).

Em suma, as *multiterritorialidades*, mediante a apropriação, a posse de recursos do solo, e a influência na limitação da liberdade de movimentos, acabam por incitar a emergência de muitos conflitos<sup>231</sup>, devido ao aumento das possibilidades de cruzamento entre vivências, actores sociais, culturas distintas, e religiões nos mesmos espaços. Na ausência destas condicionantes, a incapacidade própria, fomenta a cobiça do poderio alheio, levando a sentimentos de injustiça social.

### **1.6 Frentes de conflito- multissensorialidade espacial**

Abordando o espaço como *habitat* natural, repleto de múltiplos elementos estruturantes das vivências individuais e colectivas, pode-se constatar que os níveis de conflito atravessam os vários sentidos de percepção da paisagem, o estético, o sonoro, o olfactivo e o táctil (entre outros), emergindo daqui a ideia de *paisagem multissensorial*. Com efeito, a percepção do espaço, envolvimento e vinculação ao mesmo, são processos complexos que se efectivam de acordo com os sentidos predominantes em cada indivíduo ou grupo.

Para avaliar a expressividade multissensorial do espaço é necessário substanciar a centralidade da paisagem, conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área, que carregam uma herança transtemporal de convergência entre objectos presentes e passados que estabelecem construções horizontais exclusivas (Santos, 1999). A par do espaço, a paisagem constrói a sociedade e influencia a nossa percepção do mesmo, assumindo mesmo estilos próprios e funções múltiplas como a função instrumentalista de culturalidade, nas paisagens culturais (Fernandes, 2013). São inerentemente ambientes interactivos de versatilidade elevada que se formam pela acção humana, contemplando modificações constantes. Representam uma ponte vivida de interpretações e percepções entre actor e mundo físico.

Desde a paisagem rural à paisagem urbana, passando pelas paisagens pós-modernas (ou hiper-modernas, ou tecnológicas)<sup>232</sup> com fins lucrativos, todas catalizam

---

<sup>231</sup> Alude-se à questão da geopolítica local, que se foca nas tensões territoriais associadas ao (des)ordenamento do território e infra-estruturas, sendo uma realidade muito próxima do turismo. Este noção é explorada mais adiante à luz das ideias de Philippe Subra.

<sup>232</sup> Exemplo de Las Vegas e da *Disneyland*.

sempre a atenção de grupos-alvo, turistas, e traduzem a necessidade de viver uma experiência assente numa busca de sensações que se adquirem pelos sentidos. Para além da sua complexidade enquanto ambientes interactivos, também o seu experienciamento é complexo, podendo afirmar-se que:

*Essa complexidade comporta elementos materiais e imateriais e faz da apropriação, vivência e percepção da paisagem um exercício multisensorial amplo, desde a visualização ao tacto, e do cheiro à audição.* (Fernandes, 2012)

Desde o contacto à experiência empírica, a interacção homem-espaço ganha formas variadas, associadas à noção de cognição e de aprendizagem do espaço, que se interiorizam na consciência do imaginário, campo estritamente associado às sensações (Harnisch, 2012). A hierarquização de ideias pessoais ou características físicas dos indivíduos, acabam por ditar a forma como o espaço é percebido. De modo a sustentar esta premissa, dentro da Geografia surgiram conceitos como as *soundscales*, as *smellscales* ou as *tastescapes* que atestam as dimensões multi-nível em que a paisagem pode ser experienciada, desde o ruído ao cheiro (Fernandes, 2013). O espaço não é inerte, decai, melhora-se, altera-se, trazendo consigo graus de percepção distintos. Os fluxos turísticos e populações migrantes possuem formas distintas de experienciar a mesma paisagem dos autóctones, seja pelo factor do novo, da inexistência de determinados elementos no seu país de origem, ou pela simples valorização do diferente, sofrendo influências directas pelo *background* cultural.

Neste sentido, Portugal representa um caso paradigmático, dotado de um clima ameno, pautado por Verões, tendencialmente quentes, e com um nível de vida moderado no que concerne à relação entre rendimentos (por pessoa) e custo de vida<sup>233</sup>. Atrai fluxos turísticos na ordem dos milhões de visitantes (27.895.078 no pretérito ano 2019<sup>234</sup>), adeptos da experimentação que tendem a esboçar opiniões positivas, contraditórias com a opinião popular dos nacionais<sup>235</sup>. Assim:

---

<sup>233</sup> Custo de vida não é muito elevado (ponderando variáveis como os valores das habitações e bens essenciais). Apesar de os rendimentos individuais não serem particularmente altos (quando comparados com outros países da UE, diga-se França e Alemanha por exemplo, permitem inserir grande parte da população na classe média).

<sup>234</sup> De acordo com a informação da base de dados Pordata (2020). Neste âmbito, refere-se que em 2009 (10 anos antes) o número de visitantes foi de 14.088.295 e que em 1999, foi de 10.756.823. Regista-se portanto, um crescimento gradual de visitas que tem vindo a acompanhar o desenvolvimento da oferta turística, da especialização dos serviços e das experiências prestadas (factores incrementados pelo

*(...)a paisagem é sempre uma herança manifesta em testemunhos de uma objectividade que vai emergindo da própria subjectividade, tendo em vista, que a realidade geográfica nos conduz às múltiplas dimensões do vivido, extrapolando os limites territoriais muito além das suas imbricadas interações relativas à matéria, a concretude dos espaços. (Guimarães, 2002)*

Factores como a bio e geodiversidade representam precursores de orientação pela forma como o espaço é vivido, agilizando sensações visuais, auditivas, tácteis e afins, assim como a polarização e dispersão demográfica transmitem aos indivíduos, sinais que ajudam a formar uma opinião sobre o espaço e paisagem, de índole positiva ou negativa, sempre de acordo com a subjectividade (Gaspar, 2001). A paisagem vivida é essencialmente cultural, um verdadeiro reflexo das comunidades locais, da antropização do espaço, da construção natural ou artificial. Por exemplo, no Brasil a presença de comunidades aborígenes e indígenas representa um foco de multissensorialidade específica<sup>236</sup>, de preservação ecológica, de harmonia com a natureza em pleno século XXI, realidade impensável nas sociedades metropolizadas, típicas da hegemonização ocidental (Santos *et al.*, 2000). Ambas bombardeiam os sentidos, no entanto, a transmissão multissensorial é diacronicamente<sup>237</sup> distinta. Contudo, para actores semelhantes, que tendencialmente recorrem aos mesmos sentidos e processos de experimentação, diferentes cenários possuem diferentes sentimentos.

Nos impérios coloniais e nos descobrimentos, os territórios nacionais eram sinónimo de casa, e os locais de destino, novos territórios de conquista, realidade imposta pela vontade expansionista. De grosso modo, o diferencial impunha-se pela

---

aumento do investimento no sector). No ano 2020, os números, em sede de análise, poderão registar uma quebra significativa devido à pandemia covid- 19.

<sup>235</sup> Em certos sentidos, uma vez que é característico no comportamento humano não se valorizar aquilo que já se tem ou o que já se conhece bem (neste caso o próprio território, por não ser novo).

<sup>236</sup> Pautada por elementos da natureza, no seu estado de origem. Refere-se aqui, que não se pretende aludir a uma defesa de posição conotada com a tese do “bom selvagem”, preconizada por Rosseau (2002), que teorizou que a humanidade era basilarmente boa, quando na sua forma imaculada, originária, e que seria corrompida pela acção da civilização (Rosseau, 2002) . No mesmo registo afasta-se uma postura arcadiana (aludindo à província de Arcádia, na Grécia antiga) de não preservação de um lugar idílico, de utopia, onde tudo seria perfeito, caracterizado pela felicidade, paz e simplicidade (Henish, 1999).

<sup>237</sup> Operando como testemunhos de épocas de desenvolvimento civilizacional distinto, apesar de serem fruto de acções de grupos humanos contemporâneos.

forma como o espaço comunicava com os indivíduos e apelava à multissensorialidade objectiva, que em certos casos, transformava colonizadores em residentes<sup>238</sup>.

A multissensorialidade preconiza a formação de fluxos infindáveis de *multiterritorialidades* pela heterogeneidade de ofertas de elementos que permitem experienciar o espaço, sejam culturais (gastronomia, música, literatura, artes plásticas), sejam geográficos (localização, espaços exclusivos), políticos, económicos e por aí fora. Deste modo, a estética, o som, o tacto e o cheiro revestem elementos multissensoriais que influenciam a qualidade de vida das populações, sendo portanto, alvos das dinâmicas de apropriação, pelo que representam estruturas fundamentais para analisar a relação entre turistas e residentes/autóctones<sup>239</sup>. Quanto maior a riqueza do espaço e da paisagem, maior é a probabilidade de disputa pelos seus recursos. Pela mesma lógica previamente abordada da extensão das *territorialidades* e da *des-reterritorialização*, que aumenta a probabilidade de surgirem frentes de conflito.

Com base nesta assunção, e à luz das ideias preconizadas sobre as relações de poder, facilmente se verifica a materialização de frentes de conflito que ganham forma desde interacções vulgares a redes de choque altamente complexas. Em contexto urbano, Fernandes (2012), enaltece esta natureza, aludindo que na:

*Paisagem urbana ideológica e política, assistem-se a conflitos de poder, entre o peão e o automóvel, entre os interesses privados e as imposições colectivas, mas também entre os grupos dominantes e as “sub-tribos” minoritárias.* (Fernandes, 2012: 154)

Ainda no âmbito dos contextos urbanos, Mena (2012), hiperboliza a natureza conflitual das relações humanas, apresentando os conceitos de “novo urbanismo militar” e de “urbicídio”. O novo *urbanismo militar* preconizado pelo autor pode definir-se como sendo uma forma de vida nas cidades que modela a vivência dos cidadãos e tende a pressupor um mundo onde os indivíduos são potenciais fontes de perigo, rebeldes, terroristas que representam uma ameaça constante para os demais intervenientes do

---

<sup>238</sup> Como registado com o acto de independência do Brasil, o famoso “grito do Ipiranga” promulgado por D. Pedro IV de Portugal, posteriormente D. Pedro I do Brasil.

<sup>239</sup> Por exemplo, as questões sonoras são das mais importantes, dado que o espaço pode ser ocupado, numa lógica de produção de território, por via sonora. Esta dinâmica tem dado azo a muitos conflitos, especialmente em territórios turísticos (matéria abordada adiante).

espaço, atestando sempre a presença de interesses antagónicos que potenciam confrontos que perduram no tempo ou outros que estão à espera de acontecer.

Por sua vez, o conceito de *urbicídio*, traduz-se num atentado às próprias cidades, através da supressão dos seus símbolos e arquitectura identitária, levados a cabo pela acção antrópica. Salienta-se neste ponto, a capacidade humana de influenciar não só o espaço, mas também a própria organização do mesmo. O turismo enquanto agente de mudança e fenómeno mobilizador de capital, pode contribuir para um certo *urbicídio*, devido ao peso que os mercados a si associados inferem nos territórios, os quais visam criar, re-estruturar, investir e, principalmente, mudar os espaços, torná-los mais apelativos para potenciais visitantes<sup>240</sup> (Mena, 2018).

De teor mais severo, ilustram-se as transformações espaço-paisagísticas que alteram de forma permanente a vivência dos indivíduos, através de acções artificiais que comprometem o valor prático ou simbólico adjacente às *territorialidades* ou ao próprio território pessoal. A efectivação de tais acções poderá consumir consequências múltiplas na propriedade e vida alheia, seja pela perturbação da forma como o espaço é percebido ou por uma afectação literal das *territorialidades* e quotidianos. De modo a ilustrar essa realidade, apresentam-se dois exemplos pragmáticos, o primeiro relativo à hipotética aquisição de uma habitação junto a um recurso material/natural (ou local) de alto valor, e o segundo, atinente à supressão de serviços que inflacionam o valor das casas e do edificado<sup>241</sup>.

Primeiro exemplo: a aquisição de uma habitação com vista para o mar pode representar uma mais-valia do ponto vista prático devido ao elevado valor que possui no mercado, ou estar carregada de valor sentimental e simbólico pelo contacto directo que tem com a natureza, sendo ainda, uma área de lazer nas estações mais quentes. A construção de infra-estruturas próximas que viessem suprimir este benefício<sup>242</sup>, culminaria não só, no decréscimo do valor da habitação, como numa potencial ruptura

---

<sup>240</sup> Há aqui, a par de outros fenómenos, a abertura para a possibilidade de alterar símbolos e identidades, o que, em certo grau, vai contribuindo para o referido *urbicídio* das cidades que se encontram em processo de conversão para pólos turísticos.

<sup>241</sup> De natureza distinta, por norma, de negócios.

<sup>242</sup> Construção de um hotel em frente à habitação que ofusque a vista para o mar.

topofílica de usufruto do espaço que poderá ter potenciado a aquisição da habitação em primeiro lugar<sup>243</sup>.

Como segundo exemplo, atesta-se que o inverso pode acontecer, verificando-se que a abolição de elementos externos no espectro de influência das *territorialidades* e do espaço, acabam por condicionar negativamente vivências individuais. Neste âmbito, alude-se aos cenários em que o hipermercado próximo de casa fechou, ou o parque verde da aldeia deixou de receber o tratamento necessário por falta de verbas. Estas situações convergem na inevitável desvalorização da paisagem, do património pessoal, e do próprio solo, afectando ao mesmo tempo, a produtividade do local pelo decréscimo consequente de actividades económicas e afins.

Diferentes vivências potenciarão divergentes graus de perda, assim como fazem florescer tipos de conflito distintos, como ilustra Hall (1966): (...) *indivíduos pertencentes a culturas diferentes não só falam línguas diferentes, mas, o que é sem dúvida mais importante, habitam mundos sensoriais diferentes*. (citado por F. Silvano, 2001: 62). Concluindo o presente ponto, sublinha-se que a multissensorialidade do espaço advém da sua personalidade fenoménica, construída por acções que definem a sua emergência como um processo complexo, experienciável, essencialmente sensível (Ferrara, 2007) que, perante a ubiquidade comportamental de busca egoísta pela saciedade<sup>244</sup>, despoleta conflitos de várias índoles.

### **1.6.1 Estética**

Apesar da natureza interactiva do espaço e da paisagem nas suas multi-vertentes, existe uma predominância agravada e central da natureza “ocularcêntrica” (Azevedo, 2008), assumindo-se que a componente visual se sobrepõe às restantes. Este papel de peso infere-se pelo primeiro contacto<sup>245</sup> que, de forma inconsciente apela ao valor estético, enaltecendo-se a noção de que as singularidades dos lugares e o seu grau de beleza representam um dos elementos chave na aliciação dos indivíduos, como por exemplo, dos turistas (Marques; Santos, 2012).

---

<sup>243</sup> Realidade muito presente nas principais cidades do litoral algarvio, acompanhadas de processos pesados de *gentrificação*.

<sup>244</sup> Procura da consumação de desejos, que têm de ser saciados.

<sup>245</sup> Entre pessoas e paisagem.

A experimentação em tempo real e a materialização dos acontecimentos tendem a ter mais peso num mundo a três dimensões. Assumindo como exemplo as missões *Apollo*<sup>246</sup>, de viagem à lua, facilmente se percebe a importância do visual, de constatar a imediatez do fenómeno, servindo de prova, de constatação do real, e não de um acontecimento relatado ou noticiado pela literatura<sup>247</sup>, dado que:

*Ver é uma experiência directa, e a utilização de dados visuais para transmitir informações representa a máxima aproximação que podemos obter com relação à verdadeira natureza da realidade.* (Donis, 1973)

É com base na dialética entre ver e não ver, entre não ver e ver internamente que se constitui o que chamamos de paisagem, que construímos o espaço, que lhe delegamos uma identidade (provisória)<sup>248</sup> e associamos a práticas e imagens (Dias, 2008).

Para o geógrafo Milton Santos (2009), a própria paisagem representa uma fracção da configuração territorial, que é contemplada, experienciada pela sentido ocular. Desde os primórdios da humanidade que a identidade do espaço é comunicada através da visão, das pinturas rupestres à contemporaneidade, repleta de símbolos, de mensagens e informação que nos chega inconscientemente por intermédio da nossa capacidade visual. Conjuga-se o objectivismo com o subjectivismo do mundo, resultando num desdobrar de acontecimentos involuntários que, em jeito de epifania, nos chegam através da estética. Regista-se então, uma analogia subconsciente entre a auto-concepção de belo e agradável do que é observado.

Neste sentido, Alain Corbin, (2001)<sup>249</sup> historiador, afirma que a noção de paisagem assenta na forma como o espaço é lido, dependendo primordialmente da visão. Depreende-se que a centralidade da estética impõe a necessidade de treinar o

---

<sup>246</sup> Levadas a cabo pela NASA (National aeronautics and space administration, entidade dos EUA), na tentativa de levar o homem à lua, registando o ponto mais alto dos seus objectivos com a missão *Apollo 11* em 1969 (a 20 de julho), na qual se logrou pousar pela primeira vez em solo lunar.

<sup>247</sup> Ou por qualquer outro meio de transmissão de informação e conhecimento.

<sup>248</sup> Dependendo das pessoas, dado que a heterogeneidade estipula mecanismos de construção topofílica distintos.

<sup>249</sup> Este autor também dá importância à componente sonora do espaço, abordada infra. No seu livro “*Historia del Silencio*” aborda a natureza do silêncio adstrito a vários lugares, defendendo a ideia de que a cidade mancha a serenidade desses elementos, que é dotada de um ruído opressivo. Não obstante, tem-se presente no elaborar desta tese, a ausência da inércia no que tange à paisagem, visto que esta tem de mudar, a mudança faz parte da dinâmica das pessoas e dos lugares. É no entanto, importante atentar, que existem sempre os efeitos negativos, os eventuais conflitos que podem surgir e que só podem ser atenuados ou prevenidos com planeamento/ordenamento.

olhar através da *artialização visu*, processo cultural de aprendizagem de códigos e modelos, embuídos na paisagem (Roger, 1991).

Na óptica do *design*, atesta-se a presença do belo, do misto de emoções impostas pela componente estética que potencia sensações de satisfação involuntárias. O mesmo sucede nas artes, condicionadas pela centralidade da visão<sup>250</sup>. A experimentação da cultura é tacitamente semi-dependente da visão, desde o cinema à literatura, passando pela observação de fenómenos que atribuem destaque a outros sentidos como a audição na música, sublinhando que um concerto ao vivo, se apraz como mais intenso através da conjugação audiovisual. Pode-se reconhecer uma paisagem pelos elementos materiais e imateriais com uma estética que se pode representar pela fotografia, pelo cinema ou pela pintura, traduzindo uma aproximação efectiva dos elementos recriados (Fernandes, 2013).

Na tónica do espaço, habitualmente, procede-se à análise de tais elementos, que através do valor estético fomentam movimentos lúdicos e turísticos às zonas observadas. Assim, o carácter multissensorial da paisagem é filtrado pela distância, dando força à componente ocular, e quase sempre à dimensão sonora.

No caso das populações migrantes e turísticas, existe uma pré-concepção espacial que condiciona a escolha de deslocação. A recolha de informação por parte destes indivíduos através dos *media* também é condicionada pela informação visual e sonora<sup>251</sup>. Já Immanuel Kant na sua obra *crítica da faculdade do juízo*<sup>252</sup> afirmava que a beleza estética carecia de qualquer tipo de conhecimento científico, histórico ou filosófico, simplesmente era o que era, definida pela apropriação visual de uma infinidade de informações à velocidade da luz. As próprias formulações secundárias de recolher informação e de experienciar o mundo irradiaram da concepção da imagem, por exemplo:

*O pensamento por conceitos surgiu do pensamento por imagens através do lento desenvolvimento dos poderes de abstracção e de simbolização, assim como a*

---

<sup>250</sup> Exemplo: pintura.

<sup>251</sup> Apesar de ser prestado muito valor à descrição literária de espaços ou países (relativamente a viagens realizadas, e, crescentemente em áreas como a Geografia), para usufruir da experiência “completa” e formular uma ideia concreta acerca do território de destino, é necessário contemplar, observar.

<sup>252</sup> Que abordava a subjectividade da experiência da beleza, essencialmente dos objectos e das obras de arte.

escritura fonética surgiu, por processos similares, dos símbolos pictóricos e dos hieróglifos. (Koestler, 1964)

A própria natureza do ordenamento do território, para além da componente prática de ocupação sustentável e responsável do espaço, contempla a estética da paisagem, enriquecendo a imagem territorial. Esta dinâmica predomina, fundamentalmente, nas regiões urbanas pela lógica artística de conceder uma coerência visual aos aglomerados de edificações, ruas e elementos de génese antrópica (Cullen, 1983). O poder da estética é irrefutável. Contudo, adoptando o exemplo dos invisuais, constata-se que não é imperativa, podendo a paisagem falar por outros meios, sonoros, tactéis<sup>253</sup>, que assumem o foco destas pessoas.

Esta problemática é explorada na obra de Saramago, o “ensaio sobre a cegueira”<sup>254</sup>, enaltecendo o recurso prestado diariamente à visão e o que aconteceria caso esta desaparecesse por alguma razão<sup>255</sup>. Neste ponto, sublinha-se que Dematteis (1995) propõe uma perspectiva explicativa da percepção visual e da sua ausência<sup>256</sup> (não esquecendo que os invisuais contactam com a paisagem, com recurso aos restantes sentidos), apontando duas definições de paisagem, a *paisagem como modelo*, resultado de uma construção racional explicativa da realidade externa (no caso dos invisuais), ou a *paisagem como símbolo*, consequência de uma acumulação de elementos observados e posteriormente interpretados (nos casos de recurso à visão).

No entanto, de uma perspectiva mais pessimista, assente nas teorias da liquidez de Bauman (2001), percebe-se que a componente estética é tão efémera como a sonora ou a olfactiva<sup>257</sup> numa paisagem, sendo volátil perante os paradigmas actuais da

---

<sup>253</sup> Aspectos explorados nos pontos ulteriores.

<sup>254</sup> Data da obra literária: 1995; Posterior adaptação cinematográfica: 2008.

<sup>255</sup> A referida obra é ainda uma metáfora de perda de espaço, da *desterritorialização*, do confinamento, da perda de liberdade.

<sup>256</sup> Assume-se que não se afigura possível, em sentido literal, simular ou explicar quais os sentimentos adstritos à ausência da percepção visual nem experienciá-la (existem, neste âmbito, tentativas de explicar essa limitação), portanto, aquilo que o autor Dematteis (1995) propõe é que, os indivíduos que não contactam com a paisagem ou os invisuais, podem criar uma imagem mental daquilo que ela representa, de como é, muito pela transmissão de ideias e relatos de terceiros, e, pelo fruto da imaginação que emerge de dados que são recolhidos com recurso a outros sentidos (tacto- consistência do solo, das características do edificado, dos elementos naturais como árvores; audição- análise de ruídos, de sons, que permitem, imaginar e perceber o teor das actividades realizadas em determinado espaço), os quais permitem estruturar uma imagem, um modelo do que serão os contornos físicos e abstractos da paisagem, dos seus traços.

<sup>257</sup> Podendo alterar-se por factores, à partida, mais fáceis de controlar (do que na componente física, que pressupõe alteração ao espaço em si, ou das estruturas que o compõem), por exemplo: a componente do cheiro prende-se muitas vezes com práticas levadas a cabo nos locais, que ao extinguirem-se, alteram a

velocidade com que a vida ocorre e se transforma. Por exemplo, o automóvel veio banalizar as viagens, a deslocação livre, fomentando o coleccionamento de paisagens, mas até que ponto uma paisagem que mereça ser revisitada<sup>258</sup> se manterá idêntica? Longe vão as noções de evolução biológica de Charles Darwin, processo paulatino, contraposto pela era da informação, do desenvolvimento desenfreado. Perante os modelos de desenvolvimento trazidos pelo *progressismo*<sup>259</sup>, dificilmente a configuração da paisagem física e estética se manterá inerte. Não obstante, reitera-se que a beleza da estética é definida pelas concepções individuais e pelas contribuições externas, dado que:

*Cada imagem percebida é resultado da interacção dessas duas forças, as forças externas sendo agentes luminosos bombardeando a retina e as forças internas constituindo a tendência de organizar, de estruturar, da melhor forma possível esses estímulos exteriores.* (Gomes; Filho, 2008: 22)

### **1.6.2 Táctil**

Para além da hegemonia estética de contemplação do espaço e dos seus componentes, a sua natureza é predominantemente interactiva, dotada de elementos físicos que podem ser experimentados através do toque. A base do enquadramento espacial que propaga sentimentos de “interioridade” a determinado local ou estrutura, assenta na textura, densidade e temperatura dos elementos físicos concedendo a sensação de interacção (Harnisch, 2012). Representa um dos fios condutores da ligação ao espaço.

A própria estrutura espacial é moldada pelo tacto, por acções físicas que alteram a sua forma, ditadas pelas necessidades humanas. Opera de certa forma como as leis *newtonianas* da física, em concreto, radica-se no princípio da inércia, no princípio fundamental da dinâmica e no princípio da acção/reacção, na medida em que para se registar alteração sobre um elemento é necessária a presença de uma acção externa,

---

dinâmica atinente à experimentação olfactiva; a dimensão sonora, emana, de forma essencial, das actividades, das práticas, dos recursos naturais que geram sons, barulhos, os quais podem ser mais evitados, controlados, ou regulamentados de acordo com as características dos lugares.

<sup>258</sup> Sempre de acordo com pressupostos subjectivos, enraizados na experiência individual.

<sup>259</sup> Conjunto de correntes doutrinaárias de índole filosófica, ética e económica baseadas na ideia de que o progresso se enraíza nos avanços científicos alcançados nas demais áreas do conhecimento, marcando a ruptura com a ideia de que os deuses detinham o poder de alterar as sociedades, constatando por consequência, que o mesmo recaía sobre os próprios seres humanos (Rieber, 2003).

assim é o espaço<sup>260</sup>. Aludindo à vertente material dos corpos, assume-se que actuam como objectos organizados num palco de acções que os condiciona, resultando num encontro constante de sistemismos (objectificados e derivados da acção) (Santos, 2009). Esta rota de colisão ilustra que a presença do corpo no espaço não é vazia.

Neste ponto, os maiores contributos científicos surgem por intermédio da Arquitectura e das Neurociências, com abordagens distintas, mas ilustradoras da importância do contacto com elementos físicos. Adopte-se por exemplo, o *turismo para invisuais*<sup>261</sup>, uma vertente do fenómeno que procura oportunizar a oferta turística, adequando-se às diferenças e peculiaridades que caracterizam alguns cidadãos, mormente a nível de limitações sensoriais, concedendo-lhes o direito de desfrutar de algumas das mais condecoradas e principais formas de lazer (Bassi, 2006).

As questões arquitectónicas centralizam a produção infra-estrutural em torno dos sentimentos, do contributo único e carga emocional de singularidade que atribuem aos seus projectos, enaltecendo que os sentidos podem-se substituir uns aos outros, mas nunca ser substituídos quando se percepção o espaço (Harnisch, 2012). De acordo com Lusseyram (1983) apud (Okamoto, 2002: 139):

*(...) todos os nossos sentidos se unem num só. Eles são estádios sucessivos de uma única percepção, e essa percepção é sempre apenas uma percepção de tacto. Portanto, a audição pode substituir a visão, e a visão, o tacto*<sup>262</sup>. *Em consequência, nenhuma perda é irreparável.* (Lusseyram, 1983, apud Okamoto, 2002: 139)

---

<sup>260</sup> Excluindo os fenómenos naturais que, por tendência, ocorrem ao longo de vastos períodos de tempo. Exemplos: erosão costeira que desenha as encostas; ciclos de vida da flora.

<sup>261</sup> Existem projectos a decorrer que centralizam a perspectiva da inclusão. Deste modo, refere-se 1 caso do Brasil: criação de rotas rodoviárias no interior de São Paulo e arredores, que concedem aos turistas com limitação sensorial (a nível visual) uma *tour* pelos locais de produção de café, com uma descrição áudio de todos os pormenores essenciais da paisagem, e, onde os turistas, são colocados no âmago da experiência, a nível táctil, efectuando os passos necessários à colheita de frutos e consequentes etapas para produzir a bebida, culminando na sua degustação. Toda a experiência é caracterizada por outros eventos, nos quais os turistas cantam em conjunto, têm direito a consumir diversos produtos gastronómicos, e a sentir, de forma táctil, os elementos da natureza. Em detalhe, estimulam-se os diversos sentidos recorrendo aos diferentes tipos de grãos de café- a vertente olfactiva com a torra; a gustativa, oferecendo a referida bebida e doces à base da mesma; a sonora, pelo processo de produção dotado de sons e ruídos específicos (CicloVivo, 2016).

<sup>262</sup> Toda esta dinâmica e enquadramento assemelha-se às ideias de Gaston Bachelard presentes na obra “A Poética do Espaço” (1957), onde o autor defende que as divisões e espaços particulares que compõem as habitações são locais íntimos, de produção de lembranças e criação de sentimentos. O autor visa lançar um desafio ao leitor: tentar decifrar o significado das imagens que se formam inconscientemente na sua mente, as quais são dotadas de sentido poético, criadas no conforto e intimidade dos seus domicílios .

No campo das Neurociências presta-se um enfoque à estimulação multissensorial dos indivíduos, visando um despertar de sensações que melhorem aprendizagens, comunicação e interação. As linhas terapêuticas de actuação destinam-se a pessoas com deficiências sensoriais de modo a incrementar a sua capacidade de desenvolver os restantes sentidos com especial enfoque para o mundo experimentado através do tacto.

As próprias condições climatéricas dos territórios esboçam um caso pragmático da problemática, atestando que as sensações que percorrem o corpo se inferem através de contacto directo, infiltram-se pela pele activando terminações nervosas e conferindo um misto de sensações como sentir o vento na cara ou a temperatura que emana da luz solar. As construções tofólicas também passam por estes processos, o sentimento de toque, de estar embuído no local representa uma experiência poderosa como por exemplo, agarrar na areia da praia ou sentir materiais únicos que apenas existam em determinados espaços.

Com os avanços tecnológicos tornou-se possível criar noções acerca dos espaços, através da internet, da observação de fotografias, de cartografia. Apesar disto, o processo é vago e insípido visto que o ser humano é um ser de sensações, de formulação de percepções individuais com forte expressão espacial que necessita, não só de experienciar o espaço, mas de tocar-lhe, de envolver-se directamente. Nesta óptica, Fernandes (2013: 270) enuncia que:

*(...) só pode reflectir a paisagem quem a viu e pisou, só depois da vivência pessoal, de lá se ter estado, se entende a mensagem que cada pedaço da superfície terrestre veicula.*

### **1.6.3 Sonora**

Após a breve análise da estética e da experiência táctil, aponta-se que a dimensão sonora do espaço e os seus elementos intrínsecos têm um papel extenso na criação do ambiente sócio-pessoal. Este resulta de um processo composto pelo som e matriz audiovisual que desde o contacto com o mundo se estabelece a partir da relação com o meio exterior e é naturalizado pela aprendizagem.

A matéria sonora é de tal modo expressiva, variada, e plástica que transforma qualitativamente a experiência sensorial e cognitiva dos indivíduos (Alves, 2013). Por

exemplo, no cinema a produção fílmica presta grande enfoque à componente sonora, criando ambiente, expressando sensações. Como já referido anteriormente, a paisagem não é estática, mas sim dinâmica, composta por sons originados no ambiente, de origem natural, humana, industrial ou tecnológica.

Faz aqui sentido, mencionar Jorge Gaspar (2001) que atentou para a necessidade de trazer a paisagem de volta para a Geografia, alertando que esta é complexa, dinâmica e que comporta várias componentes. O autor dá relevância à dimensão sonora<sup>263</sup> da paisagem, uma vez que poderá ser intuitivo harmonizar uma paisagem visual, mas que se afigura como um desafio muito mais complexo suprimir sons não terapêuticos, que causem constrangimento para as populações locais, esboçando o seguinte exemplo:

*(...) os sons, apesar do crescente ruído de fundo, sobretudo em ambientes urbanos, são referências fortes nas leituras e memórias dos lugares, tanto pela presença como pela ausência: só quando saímos da grande cidade e nos “embrenhamos” no campo, fora das fontes sonoras, nos apercebemos do que é o poderoso pano de fundo sonoro do meio urbano. (Gaspar, 2001: 91)*

O estudo da sonoridade das paisagens é feita pela *ecologia acústica*, matéria que analisa a percepção sonora adjacente à paisagem que ganhou forma na década de 60 com o *projecto word soundscape project* levado a cabo pela Simon Frayser University, coordenado por R. Murray Schafer, originando o conceito de *paisagem sonora* (Gimenes *et al.*, 2003). O projecto procurou, consubstancialmente, construir uma análise científica da expressão ambiental, com base na seguinte noção: *Todo o objecto sonoro carrega informação sobre a fonte que o produz e sobre o ambiente em que a fonte e o percebedor estão situados* (Toffolo *et al.*, 2003 :3). Para Schafer (2001) a paisagem, criava sons, expressava sentimentos e definia ambientes. A captura de sons ambientais, rica e volumosa, rapidamente se alastrou à produção musical e cinematográfica.

Para cada indivíduo, existem as *affordances*, significados dos sons, fomentando reacções distintas de acordo com as suas experiências (Michaels; Carello, 1981). Na lógica do espaço, esta noção transmite a empatia que se gera entre sujeito e paisagem,

---

<sup>263</sup> Apesar de também abordar as paisagens olfactivas, tácteis e biográficas. As paisagens biográficas consistem no facto de os indivíduos puderem contactar com paisagens que terão sido imaginadas, construídas ou transformadas por outras pessoas que ali terão deixado toques pessoais ou memórias que esboçam o seu estilo e práticas de vida.

ou apatia, com base no envolvimento ambiental. Por vezes a componente sonora acaba mesmo por sobrepor-se à noção ocular cêntrica, quando à distância, sem contacto visual com determinado elemento<sup>264</sup>, é-nos possível criar uma imagem mental com base no que ouvimos, de experienciarmos a abstractividade do inabstracto.

Neste sentido, Tuan (2012: 28) apresenta uma reflexão, defendendo que: *o mundo percebido pelos olhos é mais abstracto que o conhecido por nós por meio de outros sentidos*. Ao longo dos tempos assistiu-se a uma mudança de paradigmas, da sonoridade natural, prestada pela fauna do espaço, dos seus elementos geo-físicos, para o ruído das sociedades industriais, das maquinarias e tecnologias modernas. A industrialização societal veio incrementar os décibéis originados na vida prática com base nos recursos utilizados e acções praticadas. A título de exemplo, no que concerne ao turismo, o fenómeno também incrementou mudanças na sonoridade, trazendo línguas desconhecidas, músicas e todo um rol de elementos sonoros que passaram a caracterizar os territórios, basilarmente, pela construção de identidades turísticas (o fenómeno turístico está associado aos processos de difusão espacial de pessoas, de fluxos de capital nas suas diferentes formas, de língua, de religião, de ícones de consumo).

Perante processos de *territorialização* efectivos, o grau de importância das *soundscape*s aumenta, expressando não só, a personalidade territorial de actividades registadas, mas influenciando também o conforto e vivências individuais<sup>265</sup>. Assim:

*(...) o ambiente sonoro é uma importante componente sensorial na relação com a paisagem, porque condiciona a qualidade de vida, mas também porque é assumido, quando associado a manifestações culturais, como factor de afectação identitária e de marketing territorial.* (Fernandes, 2012)

Dentro da área de investigação do presente trabalho, aponta-se que a produção sonora associada ao turismo<sup>266</sup> de “sol e mar” é, tendencialmente perjurativa, seja pelos ruídos dos meios de transporte que congestionam o espaço<sup>267</sup>, seja pelas práticas estandardizadas de lazer nocturno barulhentas e ocupação desenfreada de locais

---

<sup>264</sup> Exemplo: ouvir o barulho intenso de uma queda de água como as Niagara Falls a quilómetros de distância.

<sup>265</sup> O grau de ruídos que perturbam o conforto ou bem estar (exemplo: durante a noite, uma habitação que se localize na proximidade de uma linha férrea ou aeroporto).

<sup>266</sup> O turismo altera sempre, e muito, a componente sonora dos territórios, gerando a abolição do silêncio e da sua importância preconizada por Allan Corbin no seu livro “Historia del Silencio” (de 2019).

<sup>267</sup> Buzinadelas, roncões dos motores.

comuns<sup>268</sup>, fenómeno bastante comum na região algarvia<sup>269</sup>. Em Portugal, em cinco regiões distintas, foram elaborados alguns estudos que procuraram captar a expressividade dos espaços com base nos sons emanados, como o “Porto Sonoro”, “Cinco cidade”, “Açores - Paisagem Sonora”, “Paisagens Sonoras - A Linha do Vouga”. Com fins estritamente científicos, os resultados dos estudos afirmam-se como testemunhos de que o carácter único da paisagem pode ser captado pelo som e não apenas pelo seu aspecto estético<sup>270</sup>. Após a apropriação de dados sensoriais, torna-se possível dar a conhecer um pouco dos espaços e das paisagens através da reprodução em mecanismos tecnológicos ou da cultura popular<sup>271</sup>.

Por fim, sublinha-se que a dupla componente, melódica ou ruidosa, de bem estar ou insatisfação, efectiva a proximidade das paisagens, contribuindo para a construção de sentimentos topofílicos ou topofóbicos<sup>272</sup>.

#### **1.6.4 Topofilia e topofobia**

Perante a necessidade humana de vinculação ao território e de *territorialização*, surgem laços de apego sentimental ao espaço. A *territorialização* efectiva abre caminho à *topofilia*, conceito proposto por Gaston Bachelard (1957<sup>273</sup>), e desenvolvido por Yi Fu Tuan (1980).

De acordo com ideias dos dois autores, a *topofilia* apela à simbologia dos espaços, encontrando a sua expressão mais forte no cruzamento entre a subjectividade humana e a sua dimensão física. O termo comporta uma vertente composta, tanto individual como colectiva<sup>274</sup>, sobressaindo por filiações de grupos aos territórios e por questões pessoais que justificam uma aproximação ao mesmo, seja temporária ou

---

<sup>268</sup> Exemplo: praias, piscinas públicas, parques aquáticos.

<sup>269</sup> Fenómeno explorado no ponto 2.3, atinente às questões de materialização de conflitos.

<sup>270</sup> Retém-se, portanto, que a relação do turismo com a paisagem sonora pode ser múltipla, o fenómeno altera esta tipologia de paisagem em si (por vezes de modo agressivo), podendo tirar partido da mesma como uma experiência de índole patrimonial (exemplo: a transumância constitui património devido à sua componente sonora, nomeadamente os chocalhos provenientes dos sinos que se colocam nos pescoços dos animais que andam em rebanho- que se tornou património imaterial de acordo com os pressupostos do artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO de 2003).

<sup>271</sup> Exemplos: filmes gravados em países tropicais, captam a sonoridade local, transmitindo ao espectador, uma semi-sensação de se encontrar no local, de conhecê-lo superficialmente.

<sup>272</sup> Alguns conceitos como *paisagem terapêutica* e *biopsicologia*, explorados mais adiante, atestam a importância da paisagem para a saúde, sendo portanto, essenciais para suprimir desequilíbrios emanados pelas transformações surtidas pelo turismo.

<sup>273</sup> Na sua obra “A poética do espaço”.

<sup>274</sup> Exemplo: equipa de futebol que jogou ao longo de vários anos com o mesmo grupo de jogadores no mesmo lugar.

vitalícia<sup>275</sup>. Como resultado de relações tofílicas fortes de cariz colectivo, é possível criar processos de desenvolvimento territorial coesos, ganhando forma a noção de *terrafilia* (Roca, 2006). Este fenómeno surge quando a identidade territorial se torna num recurso essencial para o desenvolvimento. De salientar ainda que a *topofilia*, poderá, contudo, estar associada a uma Geografia efémera, instável e difusa, quase sempre relacional, onde os lugares valem pela conexão entre pares<sup>276</sup>.

Pensando no primeiro processo de *territorialização* do homem, verifica-se que no momento do nascimento se dá um fenómeno de *territorialização* involuntário. A chegada ao mundo é pré-definida, condicionada pelo contexto social dos progenitores que acaba por delegar a construção tofílica que inevitavelmente acompanha a fase de infância.

Anos mais tarde, alienada da vontade individual, surge sempre uma vinculação involuntária a determinado território. Esta ideia assenta na noção de cidadania (de direitos e deveres), o vínculo jurídico com um Estado soberano cria/força laços com os cidadãos, através da definição de questões patrimoniais e da herança cultural.

Para Tuan, (2012: 144) *a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar*. Ilustrando essa proximidade do local, Appleton (1975), apontou duas componentes chave oferecidas pelo espaço, uma componente cultural e outra biológica, que denominou de *habitat theory* e *prospect refuge theory*. A lógica de *habitat* (componente biológica) centrava-se nas necessidades basilares para a subsistência fisiológica (alimentos e segurança física), enquanto que a perspectiva cultural incidia na prática do quotidiano, naquilo que necessitamos de acordo com a cultura espacialmente dominante. Ambas as dimensões marcam pontos de convergência que efectivam o apego ao lugar, construindo uma história com contingências que se propagam no tempo. Aproximam-se da lógica inerente à *pirâmide de Maslow*<sup>277</sup> (1943), modelo que demonstra a relação entre o comportamento motivacional das pessoas e as suas

---

<sup>275</sup> Exemplo: num lugar em que determinado indivíduo do sexo feminino deu à luz, que se tornou mãe (utiliza-se aqui a vertente, geralmente positiva, de um processo de nascimento que gera alegria, exceptuando-se os casos específicos, em que esse resultado biológico poderá ser fruto de uma situação indesejada, não planeada ou com outros contornos que suscitem sentimentos menos bons).

<sup>276</sup> Sublinham-se os casos dos místicos e do isolamento/autoconfinamento, mas também, as práticas eremitas, onde a questão é relacional, nalguns casos não na horizontalidade (entre pares) mas na verticalidade (deus, deuses).

<sup>277</sup> Psicólogo norte-americano, nascido em 1908, reconhecido pelo seu trabalho desenvolvido no campo da *Psicologia humanista* (também terá estudado em áreas como *gestalt* e *psicanálise*).

necessidades<sup>278</sup> enquanto seres humanos, esboçando uma hierarquização piramidal<sup>279</sup> que atribui o grau de importância a cada conjunto de factores que se traduzem como essenciais para as suas vivências e subsistência (Maslow, 1943).

Além destas considerações, percebe-se também que a natureza do conceito foi buscar contributos da fenomenologia-existencialista e da semiótica, instrumentos nucleares de construção da percepção (Merleau-Ponty, 1999).

A modernidade trouxe consigo sentimentos topofílicos pouco consistentes e irregulares. O encurtamento das distâncias e a elevada permeabilidade territorial suscitam novas relações com lugares múltiplos, mas dividem e enfraquecem as relações com os lugares de génese. Dá-se, portanto, um fenómeno de dissidência (parcial) no que concerne à ideia de topofilia associada a esse local de “princípio” (ainda que continue a existir o “regresso às origens” que dá azo à emergência do turismo). Em teoria, essa permeabilidade do espaço surge numa lógica de “quanto mais melhor” em detrimento da “qualidade sobre a quantidade”. Contudo, actualmente, as redes (mesmo as da topofilia) são mais abertas, flexíveis, e inconstantes<sup>280</sup>, revestindo esta dinâmica, a noção de *multiterritorialidade*<sup>281</sup>.

Em meados de 1970, Tuan já preconizava os impactos da antropização paisagística, da metropolização dos espaços, aludindo ao fim dos territórios no seu estado de origem<sup>282</sup>. Em contrapartida, tal volatilidade, também tinha o seu quê de beleza, alegando que: “*quando uma sociedade alcança certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza*” (Tuan, 2012: 148). As *multiterritorialidades* apresentadas por Haesbaert

---

<sup>278</sup> Apesar de ser um modelo pautado por questões do foro social e do bem estar pessoal e psicológico, o autor insere o território na *segurança* adstrita ao físico (no segundo nível), que se prende com outros elementos como a propriedade e recursos materiais de outras ordens.

<sup>279</sup> 1º lugar- fisiologia; 2º lugar- segurança; 3º lugar- relacionamentos; 4º lugar- estima; 5º lugar- realização pessoal. Atente-se que cada um destes níveis/parâmetros, engloba vários elementos, por exemplo, na base da pirâmide (fisiologia), surge a necessidade de comer, de dormir, de necessidades fisiológicas, entre outras.

<sup>280</sup> Na medida em que o turismo pode criar novas espacialidades e violentar a topofilia de alguns elementos (exemplo: a comunidade local, dentro da sua diversidade), mas também pode criar novos sentimentos topofílicos como (de forma tendencial) sucede com os lugares onde os turistas passam férias.

<sup>281</sup> Conceito previamente abordado, definido por Rogério Haesbaert.

<sup>282</sup> Sabendo-se, porventura, que é difícil, senão impossível definir um “estado de origem”, dado que os espaços e os territórios resultam de várias dinâmicas e transformações que se acumulam e sucedem ao longo dos tempos. A ideia do autor, radica-se aqui, nas alterações, na re-estruturação do espaço físico e dos seus elementos.

(2006), trouxeram consigo uma dicotomia que cria novas ligações espaciais, mas que as banaliza pela atenção dividida que lhes é necessário prestar.

Apesar do conceito de *topofilia* ser um neologismo, a sua contraparte- a *topofobia* é uma noção bem antiga, ganhando ímpeto à luz dos cenários de guerra e de contacto com o desconhecido. Com a eclosão do 11 de Setembro, propagou-se uma regulação<sup>283</sup> de *territorialidades* à escala mundial, emergindo medidas musculadas de securitização, em concreto, o reforço das fronteiras e das *territorialidades* condicionadas à volta do globo, trazendo de volta (parcialmente) os Estados fortes, repressores, acentuando movimentos de extrema direita e propiciando o levantamento de muros, consagrando um dos períodos mais emblemáticos de *topofobia* contemporânea. Este ambiente repete-se hoje em dia, perante as ameaças terroristas com origem no antagonismo religioso<sup>284</sup> e com a pandemia da doença “Covid- 19<sup>285</sup>”.

De certo modo, esta dualidade de perspectivas, vai ao encontro da teoria clássica de atracção-repulsão (1876), factor que dita as motivações das populações migrantes a abandonar países de origem e a escolher locais de destino (Velez de Castro, 2005). Existe claramente uma predisposição de factores que condicionam esses movimentos. No entanto, aquando de uma *desterritorialização* e *reterritorialização* positivas, acresce o sentimento de *segurança ontológica* e começam a construir-se relações topofílicas ou topofóbicas. É um processo estritamente balizado pela economia de consumo, de ordem racional, que assenta nas “leis da migração”, procurando o maior número de vantagens e minimizando cenários obscuros (Fonseca, 2005).

Ora a mesma lógica aplica-se ao turismo, tanto na vertente de quem visita, como na perspectiva de quem é visitado, a dinâmica das interacções, das proximidades e ligações que se criam com o território (seja turístico para os turistas, seja o domicílio para quem recebe), potenciam sentimentos de *topofilia*<sup>286</sup> ou *topofobia*<sup>287</sup>, definindo-se

---

<sup>283</sup> Ou controlo, pautado por mais obstáculos.

<sup>284</sup> Paradigma clássico: ocidente vs oriente.

<sup>285</sup> Originada pelo vírus “Sars Cov 2” que marcou o final do ano 2019 e que definiu o ano 2020, devido aos entraves que colocou à livre prática do quotidiano, às liberdades de movimentação um pouco por todo o mundo, e à própria interação social e convivências entre demais agentes sociais.

<sup>286</sup> O turista pode criar laços com o território de destino, muito pelo gosto pelas experiências vividas, ou pela ligação que vai sendo construída (durante o período de estada, o qual pode variar). Por exemplo, se for um destino de férias recorrente, vão-se criando, de forma crescente, a cada visita, sentimentos de pertença. No que tange aos autóctones, aplica-se a lógica da *topofilia* já abordada em secções anteriores.

<sup>287</sup> Os pressupostos enunciados (em nota anterior) para o sentimento de pertença, de *topofilia*, incidem também na *topofobia*, mas numa perspectiva negativa, podendo atingir, tanto membros de comunidades locais, como turistas.

ao mesmo tempo, a integridade (ou falta) da *segurança ontológica*<sup>288</sup> (que se aproxima, mas não se confunde com a segurança humana) dos envolvidos. Os territórios turísticos estão também sujeitos às leis da atracção-repulsão, mormente na medida em que a selecção dos destinos a visitar é ponderada pelos detentores de capital de mobilidade, com base nas suas crenças, poder económico, cultura, gostos e ambições, factores que poderão levar a situações de conflito, quando não correspondem àquelas defendidas pelos indivíduos dos pólos de acolhimento.

Dentro da lógica até aqui discutida das paisagens voláteis, está o conceito de *topocídio*, de carácter mais extremista, apresentado por Douglas Porteous (1988), que incide sobre a destruição física das paisagens ou da progressiva diluição dos seus traços culturais. Representa um fenómeno marcante e bastante presente nas sociedades modernas, contudo, a sua nomenclatura é pouco explorada na componente científica da Geografia Humana que cada vez mais se centraliza sobre a fenomenologia. Na mesma linha, o autor tem outro conceito importante, o *domocídio* que se prende com a iminência de ocorrerem factores disruptivos que podem levar à perda da casa, do domicílio (Porteous; Smith, 2001). Aqui, assume-se que o turismo enquanto agente de mudança poderá criar disrupção nos territórios, através de processos gentrificativos e de re-organização do espaço<sup>289</sup>, podendo estar distante de dinâmicas que conduzam ao *topocídio*, mas que suscitem casos de *domocídio*<sup>290</sup>.

De uma perspectiva etimológica, a própria *toponímia*<sup>291</sup> do espaços revela aproximações significativas à natureza dos mesmos, que por regra, adoptam nomes baseados na sua identidade ou características específicas. Surgem enraizados na visão comunitária do próprio espaço, fazendo sobressair factores que justifiquem fortes relações topofílicas.

---

<sup>288</sup> A *segurança ontológica* em causa poderá não ser apenas a das comunidades locais (nos contornos explorados no presente trabalho), mas aqui, também a dos turistas, dado que a viagem consumada para o destino turístico poderá fazer parte da sequência de eventos lógicos e de satisfação pessoal que compõem as ambições dos visitantes. Ao surgir nessas viagens uma experiência desagradável, seja devido a uma má dinâmica geral, seja pela ocorrência dos referidos conflitos, a continuidade de eventos positivos é interrompida, abalando, por consequência a *segurança ontológica* daqueles agentes detentores de capital de mobilidade.

<sup>289</sup> Dinâmicas abordadas nos capítulos que se destinam à análise do turismo propriamente dito, enquanto fenómeno complexo e dinâmico.

<sup>290</sup> Esta é uma das questões que se procura analisar com os resultados da investigação, aquando da apresentação dos dados. Será que o turismo é um dos processos disruptivos que podem fomentar esta tipologia de perdas? Mais se coloca: Esses impactos negativos fazem-se sentir em Portimão?

<sup>291</sup> Domínio que estuda a origem e evolução dos nomes dos lugares.

No caso de Portimão, região de estudo, a designação formulou-se perante a junção das palavras “porto” e “mão”, esboçando a consistência identitária de urbe vinculada ao mar, da faixa litoral. Gradualmente, assistiu-se a uma substituição progressiva das actividades de pesca e indústria conserveira pelo turismo<sup>292</sup>. Atenta-se, porém, para a existência de uma derivação da *toponímia*, a denominação de espaços, de estabelecimentos, de urbanizações e de outros elementos que pouco se relacionam com a identidade do local, e mais com o *marketing* territorial, com a chamada de clientes/turistas, com linguagens que lhes sejam familiares (daí a difusão exaustiva da língua inglesa nos territórios do turismo de massas), realidade também presente em Portimão<sup>293</sup>. Com efeito, o turismo é performativo, existindo interacção entre lugares, sujeitos, economia e objectos, dinâmica preconizada na teoria do *actor-rede*<sup>294</sup> de Bruno Latour (2012<sup>295</sup>).

O turismo muda os lugares e promove encenações, pelo que a *toponímia* em inglês representa um exemplo, por vezes folclórico<sup>296</sup>. Estas alterações, estimulam alterações topofílicas, tanto pela transformação do espaço físico, como pela re-estruturação identitária da região com base em actividades implementadas pela modernidade. Pode apontar-se aqui como grupo social prejudicado, a população idosa, que cresce num espaço que vai deixando de existir de forma gradual, substituído por sistemas modernos e complexos, com os quais não se identificam<sup>297</sup>. Segundo Guimarães (2002: 134):

*(...) o sentir um lugar associa variações simultâneas de atitudes às emoções e à atribuição de valores, pois as imagens topofílicas e topofóbicas derivam da realidade do entorno, assumindo muitas formas em função não apenas da amplitude de sua carga emocional, como também de sua intensidade, sendo enriquecidas pelas infinitas*

---

<sup>292</sup> Noções aprofundadas mais adiante.

<sup>293</sup> Realidade abordada e explorada aquando da problematização e exposição da área de estudo, cujos dados se encontram plasmados num dos capítulos ulteriores.

<sup>294</sup> O actor (não tem de ser propriamente um indivíduo, podendo revestir várias formas: instituições, animais) integra uma rede (que representa as conexões/ligações mantidas com diversos elementos - pessoas, animais, objectos, entre outros), sendo-lhe atribuído uma determinada importância ou significado de acordo com o seu nível de actividade e impacto que produz na mesma (a qual varia em estrutura, extensão e dinâmica). Há portanto, redes múltiplas, de influência plural entre seres humanos, objectos, contextos, tecnologia...

<sup>295</sup> A construção da teoria do *actor-rede* ocorreu na década de 80.

<sup>296</sup> Exemplo: o programa estratégico “Allgarve” já referido anteriormente.

<sup>297</sup> Não se pretende aqui enaltecer uma posição saudosista, mas sim recorrer a um exemplo que ilustra quais os possíveis efeitos das mudanças do território e re-configurações identitárias sobre grupos com relações topofílicas fortes e, assim, sublinhar também a importância dessas ligações com o espaço físico.

*combinações da fâcies dos aspectos concretos e simbólicos presentes em um dado contexto situacional.*

Terminando o presente ponto, faz sentido enaltecer o espaço como um organismo, algo que se molda, moldando indivíduos. Actua um pouco como a teoria de Gaia de John Lovelock (2000) que apontava para o planeta terra como sendo um organismo vivo, dividido em partes que operavam numa lógica funcionalista, à semelhança do *estrutural funcionalismo social*<sup>298</sup>. Tendo presente esta ideia, as funções instrumentais, simbólicas, sentimentais e práticas da paisagem têm a mesma função que a Terra, operando como um catalizador para a aproximação ou afastamento dos indivíduos à sua dimensão física, traçando ao mesmo tempo, linhas topofílicas ou topofóbicas no tecido sócio-pessoal.

### **1.6.5 Segurança ontológica**

De acordo com a infinita procura pelo bem-estar, densamente influenciada por diversas variáveis<sup>299</sup>, surge a ideia da aceitação de vivências saudáveis, delineadas por pensamentos individuais tacitamente positivos.

Numa era dominada pelas sociedades de risco (Beck, 1992) pautadas por constantes fenómenos incontrolláveis e adversos que estabelecem um estado de emergência contínuo para as populações, torna-se difícil construir um sentimento sólido de bem-estar. Um dos testemunhos basilares desta instabilidade recai sobre o peso tecnológico que define vivências, impõe condicionalismos e gera novos desafios para as populações<sup>300</sup>. Assumindo o peso desta tecno-realidade como uma característica típica da modernidade, e, colocando de parte as suas vantagens, constata-se que trouxe consigo contrassensos, potenciando situações de risco e causando sócio-dependência e necessidade de refúgio em mundos virtuais. Acaba, ultimamente, por consagrar a insegurança pessoal, elevando graus de ansiedade e desenhando casos de fobia que surgem no foro psicológico e se alargam à prática social.

Dentro desta lógica, Giddens (1991) cunhou o conceito de *segurança ontológica*, um dos baluartes de auto-aceitação que contrapõe a natureza negativa da

---

<sup>298</sup> Anteriormente referido.

<sup>299</sup> Felicidade, conforto, amor, sucesso profissional.

<sup>300</sup> Surgimento dos riscos e potenciais desastres tecnológicos.

*anomia* social<sup>301</sup> proposta por Émile Durkheim (1991). Materializa-se pelo positivismo mental, estável e constante que dá origem a um processo itinerante de continuidade a respeito dos acontecimentos durante o tempo de vida dos indivíduos.

No entanto, o alcance deste estado de segurança é condicionado pela capacidade que o próprio indivíduo tem de dar sentido à sua vida, estruturado pela ausência de rupturas que abalem uma linha sequencial de fenómenos de índole positiva. Constitui um processo, sobretudo, emocional, fugindo ao domínio cognitivo e actuando como uma ramificação do subconsciente que não se guia por quadros formais da razão (Freud, 1986).

A efectivação do estado de securitização entre indivíduo, espaço e ambiente social resulta da eficácia em abolir a insegurança e vulnerabilidade perante sentimentos de medo e perigo (Bauman, 2008). Não obstante esta realidade, sublinha-se que o espaço e elementos que envolvem o sujeito possuem um papel central na construção da confiança, e que para se ascender ao estatuto de *segurança ontológica*, aquela tem de ser inquestionável. Essencialmente, o conceito:

*(...) refere-se à crença que a maioria das pessoas têm na continuidade da sua auto-identidade e na constância dos ambientes de acção social e material circundantes.* (Giddens, 1991: 95)

Com base na noção individualista da modernidade avançada por Bauman (2001), constata-se que o próprio processo de bem-estar é autonomamente outorgado, regulando-se estritamente pela etnometodologia (Garfinkel, 1996<sup>302</sup>), assente na ideia de que a realidade socialmente construída é um resultado dos traços de acção do quotidiano potenciadas pela dialéctica, pela interacção social, comunicação e linguagem corporal. Tanto a constante renegociação de práticas sociais diárias como a luta pela permanência nas redes<sup>303</sup>, apenas espelham processos vazios de afirmação individual caracterizados por quebras topofílicas, contribuindo para a construção do individualismo e perturbação da *segurança ontológica*.

Esta progressiva diluição inferiu-se com a chegada da complexidade modernista, a par do “homem novo”, (Bauman, 2001) que suscitou hiatos constantes na *segurança*

---

<sup>301</sup> Previamente abordado.

<sup>302</sup> Edição original: 1967.

<sup>303</sup> Essencialmente de ordem social, mas também de outras naturezas (ex: rede laboral).

*ontológica* das populações por diversas razões<sup>304</sup>. Estas nuances, de forma geral, surgem por choques directos de natureza identitária, que de forma severa e errónea emergem por acção do incerto que rompe sistematicamente planos pré-definidos de acção pessoal, abalando o sentimento intrínseco de bem-estar. Neste registo, o turismo enquanto agente de mudança, de dinamização e de re-estruturação territorial e identitária, pode representar um dos factores que coloca em risco a *segurança ontológica*, na medida em que poderá causar uma disrupção na sequência de eventos positivos que pautam a vida daqueles que são directamente afectados pelos seus impactos<sup>305</sup>.

Neste âmbito, a teoria da “Psicologia do Ego” de Erikson (1976), atestou a presença de um impulso existencial, inerente ao ser humano, de experienciar o mundo societário como um meio altamente seguro e confiável<sup>306</sup>. Para tal, o palco de actuação tem primacialmente de ser confortável, dando azo à relação topofílica pela vinculação territorial que só toma lugar perante o sentimento de segurança individual. Destarte, as incessáveis transformações sócio-espaciais moldam a vida em sociedade, homogeneizando territórios e suprimindo individualidades. Giddens, (2002: 38) fornece um exemplo pragmático, alegando que:

*A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protector da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo sente-se privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais.*

Dentro de toda esta lógica, prima-se que a *segurança ontológica* apesar de representar um elemento do subconsciente individual, é também um precursor da ordem social, (Giddens, 1991) balizada por fenómenos múltiplos que ocorrem na esfera público-privada dos indivíduos. Por exemplo, a transformação e controlo do próprio território, assim como a extensão das *territorialidades* pode fugir ao alcance da

---

<sup>304</sup> O aumento de horas de trabalho; o incremento de responsabilidades individuais em todas as esferas da vida; a multiplicidade de papéis atribuídos a cada pessoa (pai, trabalhador, amigo, frequentador de actividade lúdica).

<sup>305</sup> Exemplo: um indivíduo residente num pólo turístico que almeje construir um negócio (sendo este um grande objectivo seu), pode não consegui-lo devido ao eventual encarecimento das rendas de espaços (necessário para albergar empresas, lojas, entre outros), fomentado pela *gentrificação* (fenómeno abordado na presente investigação), que em regra, acompanha o turismo e os seus efeitos. Regista-se aqui uma interrupção nas práticas e acções planeadas pelo agente social em questão, a qual representa um entrave, ou até mesmo, uma dissolução da sua *segurança ontológica*.

<sup>306</sup> Assumindo, contudo, que também existem impulsos opostos como: sair da zona de conforto, enfrentar o risco e proceder à libertação dos excessos de higienização.

capacidade individual, colocando em causa a harmonia da sucessão de eventos seguros premeditados. Na ausência de perturbações, a coerência na sequência de acontecimentos actua como um catalizador para a construção de zonas de conforto e confiança.

### **1.6.6 Conforto e confiança**

A conjugação entre as relações topofílicas e *segurança ontológica* traçam a profundidade dos sentimentos de conforto e confiança dos ocupantes do espaço, estipulando as tensões existencialistas que contrapõem diametralmente, segurança e insegurança. Uma *territorialização* coesa, assenta não só, nas características do lugar, como em todas as vantagens que o mesmo poderá oferecer<sup>307</sup>.

Ilustrando a natureza do conforto, recorre-se ao contributo da Psicologia Ambiental, ramo científico que aproxima o bem-estar individual do espaço. De acordo com Colin Ellard (2019), o meio envolvente tem uma influência decisiva no ser humano, na tomada de decisões, no comportamento, na forma como o ser enquanto ser se sente, pelo que os ambientes e as paisagens assumem funcionalidades terapêuticas<sup>308</sup>.

O ser humano, e ao mesmo tempo ser social, rege-se emocional e racionalmente, mas sobretudo procura e experiênciá sensações. A própria noção de conforto, é pela sua natureza, uma sensação que se gera pelo grau de auto-satisfação e bem-estar individual, propiciados por factores endógenos, reacções fisiológicas, e factores exógenos, do foro psicológico, construídos pelo apreço de elementos vários, tendencialmente espaços ou lugares (Barros *et al.*, 2005).

Erroneamente, cinge-se o sentimento ao espaço pessoal<sup>309</sup>, o primeiro território juridicamente protegido com que nos deparamos, quando na realidade, o desdobramento de sensações de conexão emocional se alarga numa lógica multi-escalar, de *multiterritorialidade* (Haesbaert, 2006). Ainda assim, o espaço pessoal, delimitado pela “bolha” assume a identidade de um território, uma zona segura, geograficamente mutável e que se vincula a territórios pautados por uma carga emocional (Sommer,

---

<sup>307</sup> Serviços, recursos naturais, redes sociais (no âmbito laboral, lúdico) acessibilidade, condições climáticas, entre outros.

<sup>308</sup> Emerge aqui com centralidade, o conceito de *Paisagem Terapêutica*, que será abordado ulteriormente na presente reflexão. Na obra de Colin Ellard “A alma dos lugares” são feitas alusões a estudos científicos que comprovam a influência de determinados ambientes nas sensações individuais. Como exemplo prático, o autor recorre à temática dos *designs* (de produtos, de infra-estruturas, na óptica dos arquitectos), e como são minuciosamente pensados para desencadear emoções e formas de sentir específicas.

<sup>309</sup> Que circunda o corpo. Legalmente protegido pelo artigo 25º da CRP do direito à integridade pessoal (física e moral).

1969), e ao mesmo tempo, delimita casulos sociais, balizando os limites de *territorialidades* alheias. Este espaço instável, mas coerente na vertente pessoal, espelha a forma mais basilar de conforto que permuta de escala de acordo com vivências individuais, culturalmente padronizadas.

Em proporções maiores, verifica-se que os ambientes de prática social eventualmente penetram o espaço pessoal, acabando por desenvolver redes de conforto, que por consequência trazem a confiança. Este conceito diz respeito a acções que permitem analisar se determinado facto é ou não verdadeiro, com base em experiências do passado. Na “Arte da Guerra” de Sun Tzu (2006<sup>310</sup>), preconizava-se que a natureza da confiança surgia do processo cumulativo de informação acerca de uma pessoa necessária para o desenrolar da guerra. Com enfoque na sobrevivência do Estado, o autor reitera que o resultado da guerra estava dependente deste processo. A mesma lógica, transpõe-se para outras esferas, seja social, política, administrativa e jurídica.

As relações interpessoais espelham o foco de análise mais simples, assumindo-se que entre todas as relações existem vários níveis de confiança. Na esfera política e administrativa existe sempre uma confiança<sup>311</sup> (pelo menos percebida<sup>312</sup>) entre os cidadãos (detentores do poder constituinte) e instituições de cariz público, no órgão de Estado e na própria democracia. Por sua vez, em matéria jurídica, existe, por exemplo, o princípio da confiança, uma ponte entre a boa-fé objectiva e a boa-fé subjectiva que opera como uma forma de protecção das expectativas legítimas de quem contrata ou procura orientação jurídica (Ferreira, 2015). Em suma, em todo o tipo de relações existe confiança.

Na presente abordagem sócio-geográfica, a lógica de confiança alarga-se ao espaço, e consolida-se tanto pelo tempo despendido no mesmo, como pelas práticas e vivências experienciadas. Um espaço confiável é aquele que entendemos como território, caracterizado pela ausência do medo e da instabilidade (Bauman, 2006), que fomenta a *territorialização* e define *territorialidades*. A junção do conforto e da confiança

---

<sup>310</sup> Data de uma re-edição traduzida para português. O manuscrito original data, segundo fontes documentais, ao século IV A.C.

<sup>311</sup> Efectiva ou deturpada.

<sup>312</sup> Segundo Manuela Ivone Cunha, autora da obra “Criminalidade e Segurança” de 2019, a confiança é volátil em determinadas matérias, nunca atingindo um nível de plenitude, uma vez que a nossa insegurança perante temáticas como, por exemplo, a criminalidade, não corresponde, proporcionalmente aos riscos reais. Aqui aplica-se a mesma lógica, existe confiança, tendencialmente percebida, podendo ser pronunciada, mas nunca estável.

representa o primeiro passo para a formulação de *zonas de conforto*, espaços de acção pautados pela ausência de risco. Pode-se assim, plasmar a inexistência de desconforto na interacção com o espaço, assente numa lógica de mixofilia (conceito que consiste no prazer de conviver com pessoas diferentes ou de estar num ambiente com características distintas e estimulantes<sup>313</sup>), respeitando e valorizando diferenças de actuação, e construindo uma identidade com base no território (idem, 2006).

A *segurança ontológica*, precursora da articulação entre paz individual e transparência para com o meio envolvente, produz objectivamente, um ambiente de confiança e casulos de conforto subjectivos, baluartes de filtragem da insegurança. Na tabela 6, podem observar-se as diferenças chave entre ambientes de risco e ambientes de confiança, assim como os seus contornos nas sociedades contemporâneas e pré-modernas.

**Tabela 6:** Matriz de construção da segurança ontológica.

Ambiente de Confiança	Pré-Modernas	Modernas
	<b>Contexto Geral: importância excessiva na confiança localizada</b>	<b>Contexto Geral: relações de confiança em sistemas abstractos</b>
	1- <i>Relações de Parentesco</i> : como um dispositivo de organização para estabilizar laços sociais através do tempo-espaço. 2- A <i>comunidade local</i> como um <i>lugar</i> , fornecendo um meio familiar. 3- <i>Cosmologias religiosas</i> como modos de crenças e práticas rituais fornecendo uma interpretação providencial da vida humana e da natureza. 4- <i>Tradição</i> como um meio de conectar o presente e o futuro; orientada para o passado em tempo reversível.	1- <i>Relações pessoais</i> de amizade ou de intimidade sexual como meios de estabilizar laços sociais. 2- <i>Sistemas abstractos</i> como meios de estabilizar relações através de extensões indefinidas de tempo-espaço. 3- <i>Pensamento orientado para o futuro</i> como um modo de conectar passado e presente.
Ambiente de Risco	1- Ameaças e perigos emanando da <i>natureza</i> , como a prevalência de doenças infecciosas, insegurança climática, inundações ou outros desastres naturais. 2- A ameaça de <i>violência humana</i> por parte de exércitos pilhadores, senhores da guerra locais, bandidos ou salteadores 3- Risco de uma perda de <i>graça religiosa</i> ou de influência mágica maligna.	1- Ameaças e perigos emanados da <i>reflexividade</i> da modernidade. 2- A ameaça de <i>violência humana</i> a partir da industrialização da guerra. 3- A ameaça de <i>falta de sentido pessoal</i> derivada da reflexividade da modernidade enquanto aplicada ao eu.

Fonte: Giddens, Anthony, 1991.

<sup>313</sup> Na perspectiva que é apresentada por Zygmunt Bauman na obra citada.

De acordo com os pressupostos elencados, o turismo pode emergir associado à *segurança ontológica*, uma vez que afecta vários actores sociais, munidos de *territorialidades* e características variadas. Neste sentido, pode contribuir para a preservação da mesma, suscitando influência na sequência dos eventos de vida experienciados pelos indivíduos (por exemplo, uma viagem poderá representar um desses elos de ligação sequencial que constituem uma zona de conforto para o turista, ou para o autóctone que recebe o visitante, retirando dessa interacção uma experiência positiva<sup>314</sup>). Poderá também, abalar a *segurança ontológica*<sup>315</sup> na medida em que gera alterações nos destinos turísticos e no quotidiano das comunidades locais, as quais poderão ser reprovadas pelos afectados/envolvidos.

Em contornos gerais, o conceito abordado encontra-se associado à paisagem, a qual poderá ter efeitos terapêuticos quando verificadas determinadas variáveis<sup>316</sup> que representem um baluarte de refúgio e bem-estar para os indivíduos. Deste modo, na secção seguinte, procede-se à análise da *paisagem terapêutica*, conceito fulcral para a problemática em estudo.

### **1.6.7 Paisagem terapêutica**

Para além de se afirmar como um palco de actuação social, a paisagem tem um papel terapêutico, com uma lógica de abrigo, que serve de refúgio, auto-afirmação e conhecimento (Torga, 1959). Esta paisagem potencia um misto de sensações químicas e de expressões topofílicas que atenuam a *razão indolente*, que diz respeito a modelos de racionalidade que orientam formas de pensar e agir (Santos, 2002).

Nos finais do século XIX, e em meados do século XX, assistiu-se aos primeiros movimentos turísticos contemporâneos, que consistiram na deslocação de habitantes do norte da Europa para os sub-tropicos e zonas de amenidade climática, devido à crença popular de que estes lugares possuíam uma acção terapêutica no tratamento de doenças respiratórias (Matos, 2013), alargando-se as deslocações, a factores ligados a fins lúdicos. Articulado potencialidades com características gráficas, pode afirmar-se que, em prole da paisagem, surgiu o turismo terapêutico, resultado de uma convergência entre condições climatéricas favoráveis e o poder envolvente de paisagens idílicas. A

---

<sup>314</sup> Exemplo: do ponto de vista económico, por facultar um serviço.

<sup>315</sup> Como enunciado supra.

<sup>316</sup> Abordadas ulteriormente.

criação de novos cenários pretende responder a necessidades, desejos e vontades, individuais e colectivas.

O resultado de tal construtivismo, esboça a resposta terapêutica às vontades de re-estruturação do espaço. Aqui o apelo da paisagem ganha forma pela centralidade que representa para o turismo, actuando como um recurso que desvenda objectos, camufla outros, aliciando o observador com o estrito objectivo de encantar, seduzir e tranquilizar (Rodrigues, 1999).

Existe uma venda pesada das paisagens paradisíacas, que primam não só pelo esplendor lato e actividades/serviços que oferecem (Marujo; Santos, 2012), como pela tónica de conceder uma experiência transcendente de tranquilização, distante da parafernália laboral e dos locais de origem dos turistas<sup>317</sup>, comportando assim uma componente terapêutica. Um testemunho da harmonia que a paisagem pode transmitir à dimensão humana recai sobre as populações turísticas recorrentes, que aquando da sua aposentação da vida activa, procuram nichos de exploração dos espaços que visitaram, vinculando-se muitas vezes, como residentes efectivos. Não obstante, é importante questionar se as paisagens que são terapêuticas para os turistas também o são para as comunidades locais, ou se o turismo pode produzir alterações nas mesmas, fazendo com que se tornem não terapêuticas.

Elementos como a geomorfologia e a biodiversidade da paisagem transmitem sentimentos de pertença, motivando o contacto humano com o espaço, podendo desencadear fluxos migratórios com interesses específicos, valorizando o património local. No turismo rural, de cariz tradicional, é comum observarem-se visitas turísticas e o desfrutar de férias no estrito senso de usufruir de ambientes calmos, de alienação da modernidade urbana, assim como das formas constantes de turismo massificado, que geram tumulto, congestionamento e confusão demográfica (Leite, 2008).

Da mesma forma, o ordenamento de território e grau de infra-estruturação locais podem condicionar a adesão de populações externas, que se regulam por factores de estrita procura por prazer temporalmente limitado. Seja ordenada ou desordenada, controlada ou difusa, a componente paisagística do território é uma representação

---

<sup>317</sup> Foca-se aqui o caso dos turistas e a sua experiência apenas a título exemplificativo (ilustrando como as paisagens podem ter um efeito terapêutico), uma vez que o foco da investigação se centra nos lugares de recepção e nas comunidades locais.

pictórica ou literária feita pelos viajantes passados (Matos, 2013) ou uma pré concepção mental dos futuros visitantes. Assim, uma vez mais, a função terapêutica da paisagem prende-se com factores subjectivos, o que é terapêutico para uns poderá não ser para outros.

A criação de paisagens não terapêuticas é, deste modo, um risco, dado que as paisagens podem ser criadas, destruídas ou reconfiguradas. Utilizando o turismo como exemplo, é necessário referir que o fenómeno pode desencadear a formulação de paisagens não terapêuticas, tanto para os residentes locais, como para os visitantes devido às alterações que infere nos territórios.

Quando encontrado um ponto idílico, o espaço pode contribuir para o bem-estar individual e para a própria saúde dos indivíduos. Segundo Foucault (1963), aludindo à construção semiológica da biomedicina, pode dizer-se que as interpretações individuais perante factores externos, por exemplo o espaço, acabam por definir a severidade e grupo de sintomas que caracterizam os estados patológicos. Não levando esta posição do autor num sentido literal, pode reter-se, porém, a importância terapêutica que o meio envolvente sustém sobre a componente humana, em cenários extremos de doença, podendo enaltecê-lo que na ausência patológica, o simples alívio das pressões modernistas<sup>318</sup> pode ser concedido por *landscapes* subjectivamente idílicas.

Podem aqui também apontar-se as *paisagens míticas* e as paisagens dotadas de elementos alegres<sup>319</sup>, que reflectem a “alma” e herança histórico-cultural dos espaços, aliciando visitantes, e actuando muitas vezes como elementos terapêuticos. De ordem mítica, as paisagens tradicionalmente contam uma história, fazem associações a marcos importantes que definiram a identidade local, física ou comunitária (Zordan, 2019). A riqueza simbólica do território apela ao público em geral, reforçando ao mesmo tempo, sentimentos de procura de adeptos do turismo cultural<sup>320</sup>. Com finalidade semelhante, mas de natureza distinta, as paisagens munidas de elementos alegres<sup>321</sup> (pautadas por cores vivas, flora diversa), procuram transmitir sentimentos de bem-estar e demonstrar o

---

<sup>318</sup> Responsabilidades laborais, stress diário, “lufa lufa” quotidiana das cidades, conflitos com outros actores sociais, fenómenos elencados e analisados por José Machado Pais na sua obra, “Lufa-Lufa Quotidiana: Ensaio sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana” de 2010.

<sup>319</sup> De ordem variada, seja pela beleza, seja pela presença de fauna, flora, de construções únicas, entre outros elementos.

<sup>320</sup> O exemplo do Vaticano e de Fátima que movimentam largos fluxos de visitantes religiosos de forma constante. Também os locais de valor histórico como a Universidade de Coimbra ou o local da guerra de Aljubarrota.

<sup>321</sup> Muitas vezes com finalidades terapêuticas.

quanto o território é belo e tem valor (Santos, 2015). Aludem essencialmente, à componente estética, tornando o espaço convidativo ao maior número de indivíduos possível. Ambas possuem fins terapêuticos, ainda que de forma consciente ou inconsciente.

As próprias práticas laborais representam actividades pautadas pelo stress diário, fazendo uso de espaços que possuam características específicas que atenuem estados de ansiedade elevados. Nas práticas de exercício físico como o *yoga* e o *tai chi*, acredita-se que o espaço envolvente condiciona a estabilidade emotiva dos praticantes, pretendendo-se sempre um meio com fins terapêuticos que incentive uma mente limpa, traduzindo um grau de relaxamento no corpo. Fundamentalmente, as potencialidades terapêuticas das paisagens apelam à subjectividade, ao construtivismo ético, à identificação da paz interior<sup>322</sup>.

Para doentes mentais, os ambientes calmos, marcados pela solenidade paisagística representam um elemento central no tratamento. É comum observar-se nos órgãos institucionais (destinados ao tratamento), espaços que apelam à supressão das psico-patologias como ferramentas complementares da medicação e terapia, habitualmente, pátios e jardins. Cientificamente, existe consenso quanto às vantagens trazidas por um paisagismo com florestação no tratamento de doenças como o Alzheimer, pela serenidade que incute nos pacientes, através de sentimentos positivos, de *biofilia*<sup>323</sup> (Marcus; Sachs, 2014). Com uma natureza menos intransigente, mas semelhante, apontam-se os consultórios de psicologia, muito marcados por objectos físicos que têm como objectivo transmitir a ideia de abrigo, de lugar seguro.

Por exemplo, com a emergência das *ciudades jardim*<sup>324</sup> consolida-se a importância da paisagem terapêutica, que pela lógica tranquilizadora da florestação, da presença de elementos naturais no meio urbano, se promovem comunidades mais tranquilas. Na obra “A imagem da cidade” de Kevin Lynch (1960), são prestados testemunhos reais de comunidades norte americanas, que admitiam frequentar espaços verdes em busca de tranquilidade, rompendo conexões patológicas com paisagens

---

<sup>322</sup> Por isso o próprio conceito de *paisagem terapêutica* pode ser individual, temporário e efémero.

<sup>323</sup> Vinculação, amor à vida, na mesma lógica do sentimento de afecto ao território emanado da *topofilia*. Conceito popularizado por Edward Osborne Wilson (biólogo e entomologista americano) em 1984 com a publicação do seu livro com o mesmo nome (*biofilia*).

<sup>324</sup> Comunidades urbanas cercadas por espaços verdes, com vestes de uma barreira envolvente, esboçando a ideia de territórios híbridos que conjugem cidade e campo. Modelo teorizado por Ebenezer Howard, urbanista inglês.

artificiais. O mesmo sucede com os artistas, para os quais, o meio envolvente serve como fonte de inspiração e como refúgio de distrações, possibilitando a livre circulação de ideias, contribuindo de forma positiva para a sua arte. Normalmente, esta noção é transversal a várias artes, desde a composição musical à pintura e à escultura.

Por fim, sublinha-se que o efeito terapêutico também se estende à actividade turística, ao turista moderno, agente complexo, que poderá buscar uma infinidade de objectivos<sup>325</sup>. Dentro da lógica turístico-territorial, constata-se que o próprio Algarve é reiteradamente “profetizado<sup>326</sup>” como paraíso<sup>327</sup>, região terapêutica, destino turístico de eleição para comunidades estrangeiras, que conhecem o território e repetem ciclos sistemáticos de visitas lúdicas, e em alguns casos, de negócios<sup>328</sup>.

Em jeito de conclusão, não só o território concede vantagens e transfere emoções, a paisagem despoleta um conjunto de sensações e satisfação de índole variada. Tendencialmente, essa natureza passa pela procura de diversão ou descanso. Em ambos os casos regista-se a ruptura temporalmente balizada com os locais de origem, principal objectivo de uma *desterritorialização* temporária (e planeada). No entanto, com vista ao descanso efectiva-se um papel mais marcante das paisagens terapêuticas. A lógica do movimento atesta a força que a paisagem sustém sobre o foro psicológico-emocional, que se transpore para todo o bem-estar, sublinhando também a consciência de uma Geografia Humana, pautada tanto pela instabilidade, como pela inovação (Fernandes, 2013).

### **1.7 A valorização do espaço público e privado**

As fronteiras e os limites<sup>329</sup> que estipulam a divisão entre espaço público e privado são cada vez mais ténues, assistindo-se a dinâmicas de interacção pesada e quase homogénea, assumindo que os dois se cruzam, interagem e co-existem. No entanto, o papel de cada um difere, consoante a influência que detém no quotidiano das populações.

---

<sup>325</sup> À luz das várias tipologias do turismo, seja cultural, recreativo, de negócios, entre outros.

<sup>326</sup> Através do *marketing*, crenças populares, e presença nos *media*.

<sup>327</sup> Nas campanhas de *marketing* territorial e de promoção artística. Raramente se fala na região sem associá-la ao turismo e às suas praias.

<sup>328</sup> Turismo de negócios de Vilamoura, fenómeno despoletado nos anos 50 pelo turismo homeotérmico, consolidado pelo choque frontal com a paisagem calma, de recursos únicos, que viria, anos mais tarde, a atrair a atenção de grandes investidores estrangeiros.

<sup>329</sup> Atendendo à noção de que as fronteiras implicam uma vivência de atravessamento (mais ou menos fácil), enquanto que os limites marcam e demarcam a diferença entre estes dois universos.

De forma genérica, o espaço público consiste numa amálgama de lugares tipificados que agem em conformidade para satisfazer as necessidades das populações, consagrando-se como um espaço do poder político, de rês (rege) pública. Representa basilaramente, um espaço de encontros multi-sociais, democraticamente organizados, destinados ao uso livre (Habermas, 1984). É mais um conceito de acesa discussão na literatura científica, estudado por autores como Ascher e Lefebvre, sempre com visões dissonantes com breves pontos de convergência. A própria noção de “público” ganhou forma no iluminismo e no racionalismo com base na ideia de que o colectivo deveria sobrepor-se a interesses individuais de elites ou classes privilegiadas. John Locke (1967) definia o espaço público como um lugar etéreo entre o Estado e os cidadãos, o que era público era domínio do Estado, o que era privado dizia respeito às famílias e ao raio de acção dos próprios indivíduos.

Existem contudo, dois tipos de espaços públicos, os *espaços públicos livres* e os *espaços públicos com restrição*. De livre circulação, apontam-se as praças, ruas e avenidas, nas quais os direitos de utilização são plenos, enquanto que de carácter restritivo, podem evidenciar-se locais específicos, como câmaras municipais, hospitais e estabelecimentos de ensino que filtram a entrada livre<sup>330</sup>, provendo apenas um acesso parcial à totalidade do seu espaço (Puime, 2014).

Em contrapartida, o espaço privado surge por intermédio de empresas e pessoas, demarcadas territorialmente por infra-estruturas específicas, sejam centros comerciais, lojas, estabelecimentos de saúde particulares que são administrados estritamente pelos seus proprietários. Apontam-se também os espaços *privados acessíveis ao público*, nos quais se concede acesso aos indivíduos mediante o preenchimento de certas condições, tais como pagamentos de ingressos e/ou despesas pela utilização dos locais e/ou serviços (idem, 2014).

É necessário, ainda, substanciar a diferença entre esferas (pública/privada) e espaços (públicos/privados), dado que actualmente os conceitos se confundem. As esferas<sup>331</sup> recaem sobre todo e qualquer modo de actuação individual que seja correspondente ao indivíduo, seja pública, seja privada, enquanto que o espaço comporta a natureza em sentido lato da matéria física, de se estar espacialmente

---

<sup>330</sup> Condicionada por pré-requisitos profissionais.

<sup>331</sup> Campos de acção social inerentes ao indivíduo (à semelhança dos campos existentes na física, intrínsecos ao universo).

colocado. Por exemplo, segundo Habermas (1984), os espaços públicos são hoje plurais, incorporados pelas tecnologias de informação (imprensa, rádio, televisão, internet). Tal posição alude àquilo que na presente abordagem sócio-geográfica se entende por esfera, que apesar de ser relevante para a análise, torna-se insuficiente, dado que o turismo infere disputas pelo espaço físico.

Essas contendas efectivam a materialização do espaço privado, que ganha forma pela conquista pacífica<sup>332</sup> ou conturbada<sup>333</sup> de fracções territoriais (embora a fronteira entre espaço público e privado esteja cada vez mais difusa). Assim, ambos desenham a realidade espacial de organização ou desorganização social, regendo-se por interesses próprios e colectivos. Recorre-se aqui, ao exemplo da apropriação dos areais<sup>334</sup> das praias, que opera como um testemunho dos conflitos<sup>335</sup> que emergem do turismo, na qual se registam disputas pelo espaço público emanadas de actividades de entidades privadas que surtem efeitos colectivos estruturais nos territórios alvo de exploração (Freitas; Dias, 2012).

Na óptica do turismo, ambos os espaços assumem um papel fulcral, hierarquizando graus de acesso distintos a visitantes, consoante o estatuto sócio-económico de cada um. Existe, portanto, uma importância acrescida para os dois elementos (espaço público e privado), funcionando sinergicamente em alguns casos, e antagonicamente noutros. Todavia, o espaço privado vai ganhando terreno, permeando espaços públicos, contribuindo para a sua abolição, antes a um ritmo mais paulatino, agora mais veloz. Nesta tónica do turismo, em concreto, o turismo algarvio, de sol e mar, podem apontar-se alguns exemplos.

De ordem privada sobressaem os hotéis, os estabelecimentos de restauração, os parques temáticos e superfícies comerciais, enquanto que no espaço público é comum identificarem-se as praias, praças e espaços lúdicos de valor cultural ou de actividades

---

<sup>332</sup> Por exemplo: aquisição de uma habitação, existe o pagamento de um valor em troca de um espaço privado para uso exclusivo do proprietário, acontecendo o mesmo com todos os meios legais de obtenção de propriedades espacialmente balizadas.

<sup>333</sup> Vertente conflitual de disputa territorial. Exemplos: via de aquisição legal num leilão público sobre determinada propriedade; disputa forçada, de cariz belicoso ou até mesmo, militar, com recurso à força.

<sup>334</sup> Entidades privadas como concessões que colocam espreguiçadeiras nos areais, usadas pelos turistas na época balnear; os restaurantes localizados à “beira mar”. O próprio litígio poderá ocorrer numa lógica não lucrativa, mas lúdica, de satisfação pessoal na óptica em que os banhistas optam por escolher os espaços que acham melhores, ocupando uma fracção territorial intencionalmente balizada durante períodos de tempo variáveis.

<sup>335</sup> Assentes na aquisição privada do espaço público, não representando, porém, a totalidade da natureza dos conflitos que ocorrem no turismo.

terciárias. Analisando a natureza de ambos os exemplos, emerge uma noção de hibridez, dado que todos os espaços públicos apresentam concessões ou negócios privados, enquanto que as superfícies privadas, abertas ao público, regem-se por critérios de estrita objectividade, actuando de acordo com necessidades e interesses próprios.

À luz da modernidade, dentro da esfera turística assiste-se a uma proliferação de espaços públicos com restrições, assim como uma grande presença<sup>336</sup> do privado acessível ao público, a troco de valores elevados (Krippendorf, 2003), fazendo com que, de um ponto de vista popular não se valorize tanto o privado, contempla-se portanto, o público financiado pela classe salarial.

No entanto, a realidade é inversa, na qual o privado ganha terreno, ofuscando o público e ocupando o grosso do território. Existem assim, elementos clássicos de dinâmicas desterritorizadoras, de perda de acesso a espaços que deveriam pertencer a todos, seja pelas actividades apropriativas de pequenos espaços de calçada por viaturas privadas, seja pela imposição massificada de entidades privadas em espaços públicos que monopolizam actividades (o turismo é um fenómeno sobretudo privado, sendo responsabilidade do Estado regular, gerir espaços públicos e garantir a segurança). Vai-se assim, gerando uma abolição gradual do espaço público, acompanhada de uma fragmentação espacialmente balizada.

### **1.7.1 A fragmentação e reconfiguração do espaço público**

A desvalorização do espaço público surge da crescente “privatização” de acções e da limitação de possibilidades de deslocação no espaço. Emanam oscilações constantes para a vida quotidiana, traduzindo-se numa alteração da paisagem, dos padrões de circulação, dos gestos, hábitos e usos dos espaços públicos.

Assiste-se a uma constante permeabilidade desse espaço, demarcado desordenadamente por focos isolados de carácter privado, que vêm impondo entraves de acesso a locais previamente públicos, erguem-se muros de forma constante<sup>337</sup>. De acordo com Cruz (2011) essa privatização pode ser evidente, sem qualquer

---

<sup>336</sup> Não se regista um *dominus* efectivo, mas a iniciativa privada tem vindo a ganhar força no que diz respeito a ofertas turísticas cada vez mais refinadas. Buscam-se experiências exclusivas, que tendencialmente são mercantilizadas a troco de grandes recompensas, visando sempre a recolha de elevados proventos.

<sup>337</sup> Não esquecendo que o público também pode invadir o privado, nomeadamente os sons, os quais podem degradar o espaço privado, em particular durante a noite, assumindo-se assim, que existe uma tensão entre estes dois universos.

dissimulação, onde o espaço físico é apropriado à luz do conhecimento da população, ou disfarçada, subtil, em que a emergência de barreiras imaginárias, se realiza com base em comportamentos hegemónicos que conquistam porções do território, arrogando-se à sua titularidade.

Como exemplo, recorre-se a dois estudos de impactos do turismo, um de cariz nacional, outro de natureza internacional. Em primeiro lugar, adopta-se o caso do mercado de arrendamento da cidade de Lisboa, pautado actualmente, por rendas elevadas (na ordem dos milhares de euros) que são impostas, tanto às comunidades locais, como aos turistas. Devido ao *boom* turístico registado nos últimos anos, a capital portuguesa tornou-se cosmopolita, extremamente competitiva no que toca a produtos turísticos, tornando-se num dos bastiões do turismo da Europa, facto que terá levado à proliferação descontrolada de processos gentrificativos, emergentes também, da necessidade de atrair capitais estrangeiros<sup>338</sup> (Mendes, 2017).

Ora o poder político, aqui representado pela CML<sup>339</sup>, terá aproveitado o liberalismo do mercado de arrendamento, colocando à venda<sup>340</sup>, inúmeras propriedades devolutas<sup>341</sup> do erário do Estado em hasta pública, visando vendas ao melhor preço, orientadas para um público-alvo estrangeiro, dotado de capital, capacitado para a aquisição de imóveis nos bairros históricos da cidade, como Alfama e Mouraria (Gago, 2018). A comercialização de espaços/infra-estruturas sem retorno económico é perceptível do ponto de vista estritamente económico, no entanto, os muros físicos (e simbólicos) levantam-se, privilegiando o privado, assente em agentes hegemónicos de capital estrangeiro que arrolam ao seu património, propriedades que, foram outrora, fracções mapeadas do espaço público (Cruz, 2011).

Num segundo caso, recorre-se a uma ocorrência estudada no Brasil, numa praia sita no município de Caucaia, localizado no Estado do Ceará. Em detalhe, um estudo de Moraes *et al.* (2008) aborda a privatização e a permeabilidade do espaço público, fazendo uma análise das fracções do areal da praia que se encontram ocupadas por entidades privadas e os seus materiais, dos quais são apontados restaurantes,

---

<sup>338</sup> Assiste-se neste sentido, a uma *turistificação* (termo analisado mais adiante) inevitável dos bairros do centro histórico da cidade (Mendes, 2017).

<sup>339</sup> Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>340</sup> Ao abrigo do programa “*Reabilita Primeiro, Paga Depois*”, que visa a venda a privados que reabilitem habitações e espaços degradados, promovendo a requalificação urbana, e ao mesmo tempo, recolher capital através das obras realizadas e da aquisição, última, do imóvel.

<sup>341</sup> E outras com usos distintos que terão sido reconvertidas em negócios de Alojamento Local.

concessões, cercas, equipamentos turísticos e todo um rol de infra-estruturas destinadas a práticas de lazer. Os resultados da investigação em causa demonstraram que o espaço público é manipulado por agentes privados, que detém o capital necessário para gerir e transformá-lo, apontando as empresas imobiliárias e construtoras como os “donos daquele lugar” que vão extinguindo o direito das populações àquela parcela territorial (Morais *et al.*, 2008).

A disposição espacial por fragmentos assenta em dois focos, a *perda material* e a *perda subjectiva* do espaço público (físico e social). A componente material é mais evidente pela acção física que despoleta no espaço, procurando-se com as ferramentas de planeamento territorial, atingir uma operacionalidade plena.

Efectiva-se aqui a disputa territorial e as consequentes dinâmicas desterritorializadoras (e reterritorializadoras) através da lógica de perdas de acesso (antigamente podia aceder a espaço “x”, hoje já não posso, foi privatizado, condicionado). Pragmaticamente, à luz do capitalismo, o espaço público tem vindo a sofrer um retrocesso preponderante, imposto pelo avanço de entidades privadas, dada a sua centralidade<sup>342</sup> e valor criado para as economias nacionais. Erguem-se autonomamente, ou apropriam-se de espaços e serviços previamente públicos, demarcando uma hegemonização oligopolista sobre elementos chave da vida em sociedade. Muitas vezes este ciclo é perpetuado por agentes estrangeiros, empresas e investidores, que dinamizam o espaço e trazem mais-valias, mas que, em contrapartida, erguem muros, e condicionam acessos. Sobre esta realidade, Fortuna (2011: 199) atenta para a perda da importância dos espaços físicos em relação aos espaços virtuais, mas também para a tendência de fortificação dos espaços fechados, de cariz privado, salientando que:

*(...) a relativa perda de importância dos espaços públicos urbanos tradicionais (praças, ruas, parques, galerias para os emergentes espaços de comunicabilidade em rede (chats, blogs, reality shows, TVs interactivas); acrescidos dos processos contemporâneos de higienização estética dos espaços urbanos históricos*

---

<sup>342</sup> Colocam-se aqui as noções de *expulsão* e *desposseção* previstas por Saskia Sassen (2016), assim como a “*acumulação por desposseção*” de D. Harvey (2008), impostas pelas matrizes capitalistas que regem a economia mundial.

(gentrification, disneyficação, patrimonialização) e a crescente proliferação de espaços fechados de moradia, consumo e lazer...<sup>343</sup>

Neste âmbito, a vertente subjectiva recai sobre o constrangimento e restrição das territorialidades, impostas à luz da proliferação de acções informais<sup>344</sup> que pautam as sociedades contemporâneas.

A densidade demográfica acopla uma grande heterogeneidade sócio-cultural, acabando por surgir intersubjectividades conflituosas marcadas pela tensão, hostilidade e diferentes graus de discriminação. Este ambiente de inquietação, traduz ainda a existência de uma dimensão geopolítica inerente aos conflitos locais, afigurando-se necessário perceber quais as estratégias adoptadas pelos diversos actores, que anseiam por implementar os seus interesses e dominar o território (Subra, 2007). Por norma, estes conflitos geram-se em torno da vontade de dominar pontos e fracções chave dos territórios, nomeadamente aqueles que permitam aos interessados impor a sua vontade e perpetrar as actividades que desejam.

Esta lógica transpõe-se facilmente para a actividade turística, uma vez que é comum procurar-se adquirir determinadas infra-esturas em pólos específicos que facilmente atraíam visitantes, disputa que dá origem aos *territórios conflito*<sup>345</sup>, áreas valiosas que despertam o interesse de muitos, que se opõem para legitimar o seu controlo (idem, 2007). Deste modo, os conflitos não emergem apenas dos impactos do turismo, estando muitas vezes na sua origem, balizados por questões estratégicas e geopolíticas. Apesar dos movimentos de emancipação social, da contra-cultura e liberalização social, o antagonismo entre grupos estará sempre presente, incrementado por tais dinâmicas de dicotomização territorial.

De acordo com Fortuna (2011), o antagonismo gera-se por intermédio de relações de posicionamento sócio-ideológico entre a forma urbana, política e a própria vida pública, de como se relacionam os movimentos sociais com a urbanização das cidades, a democratização das facetas da vida social e afins. É comum registarem-se acções e movimentos de grupos minoritários com ânsia de aceitação, que geram tumulto

---

<sup>343</sup> Parques temáticos, centros comerciais, assim como outros móveis: navios-cruzeiro.

<sup>344</sup> Despoletadas por factores sociológicos como o desemprego, o baixo poder económico, o recurso a drogas por efectivação de estados anómicos, fazendo por consequência, emergir marginalidade.

<sup>345</sup> O autor que cunhou o termo, Philippe Subra, atenta também para a importância das territorialidades, da escala dos conflitos e dos seus impactos, utilizando como objecto de estudo as disputas na aquisição de empreendimentos portuários e outros elementos chave situados no litoral.

em comunidades mais conservadoras<sup>346</sup>. A tensão e o conflito têm por base o uso do território e da própria “lei” apropriativa que se impele sobre o mesmo, validando a tese dos *territórios de subjectivação* (Guattari, 1985), que sob o invólucro das sociedades do consumo, do risco e do conflito têm vindo a postular uma extinção de sentimentos de união e pertença, sendo pautados pelo individualismo social, motivo de diluição da importância do espaço público.

Kant e Habermas, defendiam a ideia de que o espaço público revestia um lugar de livre acesso que permite a grupos de cidadãos formar opiniões livres, a qual começa a perder força perante a modernidade. A partir do momento em que o espaço público se fragmenta, começa a efectivar-se a sua própria reconfiguração<sup>347</sup>, dado que o mesmo, tem vindo a ser re-organizado de acordo com os meios de produção de bens de consumo provenientes do sector terciário que passam a padronizar modos de vida, distanciando as elites das classes populares e da classe média (Abrahão, 2008). Daqui emana uma encenação, proveniente do estabelecimento de empreendimentos turísticos que simulam o espaço público (entre muros), realidade que ocorre em centros comerciais, ruas, praças e caminhos, tudo é simulado/encenado em ambientes privados (Baudrillard, 1991), como sucede nos *resorts*<sup>348</sup>. Esta dinâmica conduz à criação de *anatomias*, ou seja, à deslocalização de elementos geográficos (Fernandes, 2020).

Segundo Meyer (2001), o processo dissemina-se através da transferência em rede para territórios contíguos, gentrificando os espaços através de um zonamento e ocupação do solo pré-determinados, condicionados pela injeção de capital dos agentes privados.

Deste modo, não só o espaço público recua, como se fragmenta, fazendo com que os grupos sociais mais desfavorecidos sejam fixados territorialmente por vontades alheias, tornando-se prisioneiros da hierarquia social plasmada sobre o território (Ascher, 2001). Tal organização por fragmentos é ubíqua em todo o globo, fazendo parte integrante de muitas realidades societárias, assemelhando-se à noção de *fragmentação de habitat*<sup>349</sup>, fenómeno no qual se dá uma divisão das áreas de ocupação

---

<sup>346</sup> Por exemplo: fenómenos como o *apartheid* e movimentos de comunidades como a LGBT.

<sup>347</sup> Seguindo-se a emergência da encenação, infra referida.

<sup>348</sup> Elementos da prática turística caracterizados pela sua natureza fechada, experiência exclusiva, pautados por grande planeamento, que pretendem simular e encenar, sendo dotados de “naturezas artificiais” (Patuleia, 2012).

<sup>349</sup> Conceito proveniente da Biologia da conservação.

de uma espécie, ocorrendo essa divisão a várias escalas, pautada pela produção de consequências heterogêneas nas populações (Johnson, 1980).

Como exemplo pode observar-se a figura 4, fotografia bastante mediatizada<sup>350</sup>, ilustrativa da fragmentação planejada, segregada pelo *status* social.



**Figura 4-** Fragmentação do espaço, marcada pela desigualdade social.

Fonte: <http://www.tucavieira.com.br/A-foto-da-favela-de-Paraisopolis>, autor: Tuca Vieira.

Para além da segregação evidente observada na figura 4, sublinha-se que o espaço menos favorecido continua a ser público para as elites, que de uma forma cuidada e controlada conseguem transpor o muro, usufruindo do espaço, enquanto que o inverso dificilmente acontecerá (por exemplo, nesta lógica, o turismo suprime, ou expulsa, nas palavras de Sassen (2016), populações e espaços geográficos, incorporando alguns e suprimindo outros).

De grosso modo, a monopolização do espaço vai surgindo pelas elites, detentoras de bairros fechados e infra-estruturas de negócios, dando azo ao estabelecimento de edificações e serviços *premium* que acabam por fomentar processos gentrificativos. Dentro da lógica turística, esta realidade é muito marcante, trazida essencialmente pelos processos de *turistificação*<sup>351</sup>.

<sup>350</sup> Tirada na favela de Paraisópolis em São Paulo, Brasil.

<sup>351</sup> Conceito explorado mais à frente no presente trabalho (capítulo 2).

## **1.8 Infra-estruturas, serviços premium e gentrificação**

O desenvolvimento espacial, seja urbano, seja rural, acaba por assentar nos modelos capitalistas de fluxos de capital<sup>352</sup>, infra-estruturando os espaços, que são acompanhados pela proliferação de serviços, muitos deles *premium*, que trazem consigo processos gentrificativos bastante severos.

Esta realidade revela, uma vez mais, a natureza expansionista da globalização, pautada por fluxos de vários agentes que intensificam a necessidade de investimentos a vários níveis, representando uma das dimensões primárias das sociedades do consumo (Govers, 2009). Assume centralidade a lógica de se aliar a oferta de serviços e acessibilidade a recursos habitacionais de qualidade, com o investimento em novos bens infra-estruturais ou culturais<sup>353</sup> que acabam por representar alterações deliberadamente pesadas nos espaços, vindo associadas a um vincado reposicionamento urbano através do *marketing* (Baker, 2007). Os problemas começam a surgir quando se criam serviços adjacentes às áreas habitacionais que carecem de uma natureza multi-variada<sup>354</sup>, apelando apenas a uma pequena fracção de actores sociais<sup>355</sup>, promovendo consciente ou inconscientemente, a *gentrificação* local. Segundo Mendes (2010: 23):

*A gentrificação é, por definição, um processo de 'filtragem social' da cidade. Vem desencadear um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, indicando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vincada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares.*

Um dos exemplos mais sonantes corresponde aos centros históricos das cidades<sup>356</sup>, que devido à sua herança histórica e valor identitário de ponto nuclear urbano, onde foi originalmente planeada a construção e desenvolvimento do espaço, são alvo de processos de revitalização. Vistos como sendo o coração de uma cidade,

---

<sup>352</sup> Tendencialmente, assentes na ideia da maximização, quanto mais, melhor. Sem embargo, hodiernamente surgem correntes de pensamento que sugerem que se deve meditar sobre o lugar a partir de uma lógica menos expansionista, reflexão já apontada por João Ferrão em 1994, aquando da sua análise das *idades médias*, que ocupam um lugar entre as metrópoles e os centros urbanos de menor dimensão, mas que podem assumir um papel fundamental ao nível do desenvolvimento regional, quando suportadas por um planeamento estratégico e políticas de ordenamento adequadas (Ferrão *et al.*, 1994).

<sup>353</sup> Que requerem infra-estruturas específicas ou de suporte para se efectivarem.

<sup>354</sup> Que se encontre ao alcance de todos, nomeadamente, classes sociais distintas.

<sup>355</sup> Classes sociais mais abastadas.

<sup>356</sup> A *gentrificação* pode ser um factor de *desterritorialização-reterritorialização* das populações locais em territórios turísticos, realidade abordada adiante.

testemunhos vivos de épocas passadas, (Salgueiro, 1992) representam focos de intervenção polarizadores de capital humano. O aproveitamento económico de edificações e solos de baixo custo fazem uso da sua força cultural para implementação de serviços que gentrificam o local. Ocorre um estrangulamento das *territorialidades*, assim como das práticas quotidianas devido ao encolhimento do espaço físico individual, sejam, por exemplo, parques de estacionamento congestionados e supermercados sobrelotados. Recicla-se, por consequência, a população que ocupa o espaço, perpetrando-se processos de mudança social.

O conceito de *gentrificação* foi criado em Londres na década de 60 através dos estudos de R. Glass que analisavam os hábitos da classe alta inglesa das áreas rurais (popularmente conhecida como *gentry*) que ocupava o seu espaço rural, mas que ao mesmo tempo possuía habitações em zonas “quentes” das cidades, acrescentando valor aos bairros (Van Weesep, 1994). Esta realidade acentuou-se perante a urbanização da sociedade, foco de intervenção pesado, tido como sinónimo de desenvolvimento, consagrando um abandono dos estudos sobre a sub-urbanização e declínio sócio-económico pelos fenómenos trazidos com a metropolização e centralidade atribuída aos grandes pólos urbanos (Bataller, 2000).

Contudo, não se limita apenas à dimensão urbana, traçando também, itinerários sócio-exclusivos em áreas rurais. Para se efectivar um fenómeno gentrificativo é necessária a presença de dois elementos, uma escala que afecte todo um bairro, aldeamento ou mini comunidade, que origine uma segregação sócio-residencial, e uma ideia pré-concebida de que as infra-estruturas se ergueram com destino a uma classe específica, seja baixa ou média, mas que acaba por ser apropriada por classes *premium* da hierarquia social<sup>357</sup> (Redfern, 1997).

Deixa-se a questão: até que ponto a saturação infra-estrutural, seja de vias de acesso, seja de serviços e de edificações modernas acaba por ser uma vantagem? A heterogeneidade de realidades dificulta a resposta. Destarte, nem sempre a melhoria dos bens materiais repercute aspectos positivos no foro pessoal. Por exemplo, o projecto “Minha casa, minha vida” levado a cabo pelo governo brasileiro, financiou milhões de habitações, promovendo vivências mais dignas, mas colateralmente afastou as

---

<sup>357</sup> Esta realidade pode emergir do turismo e das dinâmicas a si adstritas/associadas, problemática que prontamente se aborda (linhas abaixo).

populações das cidades, forçando-as a processos de *desterritorialização*, com o aumento da distância entre a moradia, o centro das cidades e o território de sustento.

Claramente, o foco do presente trabalho centra-se sobre os processos mais pesados de exclusão socio-económica de espaços previamente abertos a todos, inferidos por fenómenos como o turismo, actividade proeminente da modernidade, enraizado nos modelos pós-fordistas de acumulação de capital. Dentro da lógica de estudo da Sociologia Urbana, a fragmentação social do espaço é consumada pela acção directa do capitalismo. Os autores Savage, Ward e Warde (2003) apontaram quatro eixos que acreditam resultar das dinâmicas gentrificadoras:

- Re-ordenamento do substracto social da cidade onde ocorre a troca nas áreas centrais da mesma, de um grupo social por outro de maior *status* cultural e/ou económico;
- Formação de núcleos sociais homogéneos quanto ao estilo de vida e características culturais;
- Transformação física da paisagem urbana, com a especialização de serviços urbanos e uma re-estruturação urbana que prevê importantes melhorias arquitectónicas;
- Ocorre uma capitalização do solo urbano e um incremento nos valores das habitações em propriedade;

Face ao exposto supra, avança-se que a *gentrificação*<sup>358</sup> é um fenómeno transversal a todos os processos e temáticas abordadas no presente estudo, dado materializar um risco no qual o turismo incorre através dos impactos que infere nos lugares de chegada, fomentando por consequência, processos de redução das opções por parte das comunidades locais que, por um lado, poderão ver os seus rendimentos aumentar, mas que por outro, poderão perder essas mais-valias com o crescimento local da “inflação”<sup>359</sup>. Ilustrando genericamente um processo gentrificativo, apresenta-se de seguida a figura 5, que expõe os fenómenos sequenciais experienciados ao longo das décadas nos EUA, Canadá e Europa.

---

<sup>358</sup> Espera-se que os dados que se procuram coligir, assim como os resultados da investigação possam contribuir para perceber se o turismo originou *gentrificação* em Portimão.

<sup>359</sup> Das rendas, do preço dos bens de consumo básico e dos mais diversos serviços.



**Figura 5-** O processo de *gentrificação* na dinâmica da (re)organização urbana nos Estados Unidos, Europa e Canadá.

Fonte: Furtado, Carlos, 2014.

Após explanação dos contornos da *gentrificação* que, sequencialmente, comportam a decadência de um espaço, a sua revitalização, e a substituição dos estratos sociais a si agregados, aduz-se que é um fenómeno cada vez mais presente nos pólos urbanos, e por consequência, nos territórios turísticos<sup>360</sup>.

Deste modo, e tal como exposto, é um processo que habitualmente surge acoplado ao turismo, pautado pelo encarecimento do imobiliário, assim como pelo nível de vida do território afectado, que acaba por emergir do crescimento do local enquanto pólo turístico. Neste sentido, a identidade ligada ao turismo, pode ser criada por intermédio da divulgação/comercialização das potencialidades, naturais ou artificiais, que os locais têm para oferecer. Essa difusão surge muitas vezes adstrita a procedimentos específicos, planeados, assentes numa lógica de maximização económica que se prende com factores e técnicas específicas, como sucede com o *city branding* e com o *marketing urbano*, fenómenos que prontamente se explicam e analisam (no ponto subsequente).

### **1.9 O *city branding* e o *marketing urbano*: o efeito inverso**

De acordo com o enaltecimento do território através do seu desenvolvimento, avizinham-se técnicas que permitem consolidar a sua identidade, através da confecção de uma imagem robusta de aliciação a populações externas.

<sup>360</sup> Sabendo-se claro, que nem todos os territórios turísticos são pólos urbanos.

A lógica de *branding* emerge da necessidade de conceder aos locais/regiões/cidades uma imagem de marca que lhes confira uma identidade própria e única, que efective uma distinção das demais localidades. Passa, fundamentalmente, por expor em larga escala as suas potencialidades endógenas, contribuindo para a coesão sócio-territorial e para uma mercantilização de recursos “caseiros”.

Sem prejuízo das finalidades do *city branding* e do *marketing urbano* supra elencadas serem, à partida positivas, o que se pretende nesta secção, é demonstrar o efeito negativo do turismo, atestando que o impulsionar da imagem dos locais e dos seus recursos poderá surtir efeitos perjorativos sobre os mesmos, produzindo em última instância, resultados adversos aos inicialmente esperados pelos *stakeholders* que produzem o *branding* e o *marketing*. Essa realidade poderá ocorrer a partir de certo limite<sup>361</sup>, onde são extravasadas barreiras do aceitável e os territórios são alvo de sobrecarga humana e infra-estrutural, factores que poderão condicionar modos de vida. Resumidamente, pode dizer-se que a comercialização da imagem do destino turístico é bem sucedida, mas atinge um nível que começa a inferir efeitos negativos sobre o próprio território<sup>362</sup>.

Alguns exemplos do impacto do *city branding* e do *marketing*, que por razões distintas, geraram cenários negativos são: a má imagem de Benidorm no panorama turístico (por não ter vendido as suas potencialidades da melhor forma), e Barcelona<sup>363</sup>, que até há pouco tempo, na memória recente usufruía de uma imagem positiva, comercializada profusamente a nível internacional. Hoje, Barcelona depara-se com uma imagem em decadência, que enseja factores como o nacionalismo, a saída de empresas da sua área de influência, mas sobretudo, focos sociais de reprovação do turismo, dado que a percepção do excesso de práticas arroladas a essa actividade se tornaram sinónimo de perturbação para os moradores locais. Neste sentido, é fundamental perceber que estas ferramentas de difusão de potencialidades territoriais poderão comportar um efeito inverso ao pretendido, de cariz, primordialmente negativo.

---

<sup>361</sup> O limite varia conforme as características das cidades/áreas/locais em questão, assim como das suas populações.

<sup>362</sup> Noção que se prende com o ciclo do turismo (composto por fases) que é explicado com recurso a modelos. Neste âmbito, recorre-se ao modelo de Butler (1980), abordado, analisado e correlacionado com o tema em estudo no Capítulo 3.

<sup>363</sup> O caso de Barcelona será abordado e analisado ulteriormente.

Tendencialmente, o grau de sucesso dos locais passa pela forma como a promoção da sua oferta cultural, de património e recursos naturais é efectuada. A finalidade deverá resultar de uma convergência entre a procura externa pelo espaço, e de um acréscimo da qualidade de vida das populações (Dennie, 2011). Na sua essência, o *branding* comporta duas tipologias centrais, a orgânica, e a estratégica. De origem orgânica, assinalam-se os territórios que adquiriram uma identidade de acordo com fenómenos mediáticos de grande impacto que neles tenham ocorrido, sejam de cariz histórico, revolucionário, natural, ou com características únicas que definam o espaço (Gaio, 2007). A formulação identitária é assim automática.<sup>364</sup> Nestes casos sustém-se que a ruptura com a base identitária é praticamente impossível, ressaltando-se a grande carga simbólica e emocional que a associação entre território e determinado acontecimento ou fenómeno possui<sup>365</sup>. Por sua vez, de cariz estratégico, o *branding* advém da ideia de uma criação artificial de identidades, projectando o carácter manufacturado à escala internacional de forma planeada através dos recursos endógenos dos territórios (Idem, 2007).

De acordo com Avraham e Ketter (2012), sublinha-se que a crescente competição entre países no que concerne à necessidade de atrair investimentos, capitais estrangeiros e turistas, implica um dever constante de possuir uma imagem forte e positiva perante o exterior e que, aquando da materialização de uma imagem negativa, mesmo que não seja baseada em factos, existe uma ruptura na capacidade de comercializar o território, de o tornar, por exemplo, num destino turístico rentável, de sucesso.

A par do *branding*, atesta-se também a centralidade do *marketing territorial*, seja urbano, seja rural. Com base numa postura consumista, o *branding* é promulgado por manobras governativas emanantes do poder político e sector privado com fins lucrativos. Já o *marketing territorial*, materializa-se em larga medida por escoar comercialmente a identidade criada através do *branding*, aludindo às mais-valias intrínsecas dos sistemas, e do carácter convidativo do espaço público (Baker, 2007). A maximização da presença territorial nas redes de difusão fomenta o aumento exponencial do espaço, promovendo a oferta de serviços e acessibilidade a recursos

---

<sup>364</sup> Exemplos orgânicos: Amsterdão "*Iamsterdam*", Las Vegas "*Sin City*".

<sup>365</sup> Exemplo: Hiroshima e Nagasaki, duas cidades indissociáveis dos bombardeamentos, atómico (1º) e termo-nuclear (2º) durante a segunda guerra mundial.

habitacionais de qualidade. Consubstancialmente, este binómio canaliza esforços na consolidação de oferta turística, passando pela realização de eventos que estimulem a vontade consumista das populações (Mullins, 1991). Quanto maiores forem os índices de fluxos turísticos<sup>366</sup>, mais bem sucedida se torna a importação de pessoas, ilustrando a natureza interactiva que o turismo infere na transformação territorial.

No entanto, apesar de actuarem como mecanismos de redefinição dos territórios como já mencionado, nem sempre o resultado é positivo, não pelo insucesso de aliciação turística, mas pela efectivação de receber os seus fluxos (que poderão ser excessivos, impondo impactos negativos, surtindo o efeito inverso ao inicialmente previsto, positivo, de crescimento económico do território).

De um ponto de vista estrutural, a dinamização económica dos locais é fulcral, mas na perspectiva de quem vive no espaço, reveste uma questão que pode consumir uma opressão devido à perda de controlo sobre o território, à perturbação do quotidiano e à emergência de frentes de conflito (Roscoche, 2012). A disrupção de actividades mais óbvia passa pelo entupimento de serviços, vias de acesso e canais específicos de práticas sociais<sup>367</sup>, consumando a insuficiência de recursos endógenos, impacto transversal a autóctones, visitantes e turistas. Nos casos mais severos realiza-se a apropriação efectiva de recursos de elevado valor<sup>368</sup>, assim como a privatização de espaços outrora lúdicos de cariz público<sup>369</sup>.

Habitualmente, regista-se um *marketing* para dentro, para os locais, e outro para fora, para os turistas. Quando o segundo, de índole externa, se torna no modelo de comercialização do território dominante, começam a surgir os problemas abordados.

Por fim, salienta-se a destruição efectiva do espaço por acção dos visitantes, que de forma consciente ou inconsciente, alteram a paisagem, o próprio espaço e destroem o seu valor prático e identitário<sup>370</sup>.

---

<sup>366</sup> Legítimos ou adulterados (ocasionalmente assiste-se à manipulação de dados para criar a ilusão de sucesso de políticas e medidas levadas a cabo na dinamização dos locais com recurso ao turismo).

<sup>367</sup> Espaços de lazer, superfícies comerciais, infra-estruturas de emergência.

<sup>368</sup> Apropriação de poços de petróleo de países mais desfavorecidos por grandes potencias mundiais.

<sup>369</sup> Domínio de praias por imposição de negócios monopolistas de espaço. Exemplo: “prainha” no Algarve, praia parcialmente privada por estabelecimento de *resort* de luxo.

<sup>370</sup> Exemplo: praia *riviera nayarit* no México, apelidada de paraíso natural, que acabou por ser “destruída” pela poluição provocada por turistas que inundaram o seu reduzido areal após a difusão viral do local nas redes sociais.

O exemplo mais pragmático no Algarve recai sobre a praia de D. Ana em Lagos. A acção mecânica das águas do mar ao longo de séculos deu azo a processos de erosão contínuos que desenharam um areal paradisíaco, fomentando uma procura internacional da praia por pessoas de todo o mundo.

De modo a responder aos fluxos internacionais, procedeu-se à elaboração de obras de requalificação, em concreto, levadas a cabo pelo município e pelo Ministério do Ambiente para alimentar artificialmente a referida praia, acabando por gerar conflitos e sentimentos de revolta por toda a zona de Lagos e arredores. Perpetrou-se uma panóplia de frentes de conflito, entre autóctones e visitantes, moradores e autarquia, e demais *stakeholders* envolvidos, sublinhando o desrespeito sobre os valores deontológicos da natureza democrática, através do negligenciamento da vontade popular<sup>371</sup>, beneficiando-se cidadãos estrangeiros e os fluxos de capital. A figura 6, ulteriormente representada, exhibe o antes e depois da alteração do espaço.



**Figura 6-** Praia de D. Ana (antes- à esquerda, e depois-à direita), exemplo de alterações do espaço para satisfazer a procura turística, assinalando a perda de controlo sobre o espaço (por parte dos moradores locais).

Fonte: [www.tvi24.iol.pt](http://www.tvi24.iol.pt)

<sup>371</sup> Foram elaboradas manifestações e petições públicas de oposição aos procedimentos de deposição sedimentar no areal.

## **1.10 O peso das desigualdades sociais na fragmentação territorial e a dispersão de ocupação do espaço**

A segregação foi-se enraizando de forma paradigmática no cerne das cidades industriais e das sociedades modernas (Salgueiro, 1998). À luz desta realidade, as actividades económicas assumem o monopólio do controlo espacial, materializando-se por consequência, sectores propícios ao lucro financeiro, como as actividades turísticas. Os grupos sociais mais desfavorecidos são relegados para áreas geográficas diversas, que têm em comum (geralmente) o facto de estarem “encravadas”, tornando-se os elementos desses grupos, prisioneiros dos seus próprios bairros (Ascher, 2001). Assiste-se a uma formulação de fronteiras (que carecem de natureza política), que são limites efectivos, que condicionam comportamentos, e muros que limitam a actuação dos actores de classes sociais antagónicas. O geógrafo Staszak (2017) define estes elementos como *limites performativos*<sup>372</sup>, pela sua natureza de controlo, de impor comportamentos.

A delimitação territorial de onde começam e acabam as *territorialidades* de elites e “populares” é extremamente evidente, representando traços de autoconfinamento, pautados pela segregação desenfreada entre classes sócio-economicamente dissonantes (Ascher, 2001). A fixação de populações mais carentes em zonas periféricas dos territórios caracteriza a degradação ascendente que se vai registando no espaços marcados por processos de *gentrificação* rígidos (Cifelli, 2012). Este fenómeno emerge como consequência lógica do capitalismo, que por sua vez foi o criador do urbanismo, do mundo moderno ao qual o homem se vinculou, que define vivências e modos de vida, atribuindo a cada indivíduo o seu lugar dentro das cidades, mediante o seu estatuto atribuído por directrizes capitalistas (Harvey, 2008<sup>373</sup>). A *gentrificação* surge portanto, como um elemento indissociável do capitalismo, versando sobre processos de encarecimento dos territórios que acompanham o incremento do custo de vida das comunidades locais, e o acentuar das desigualdades sociais. A experiência urbana, não é, em contornos gerais, democrática, pela imposição que infere

---

<sup>372</sup> Na sua obra “*Frontières en tous genres- cloisonnement spatial et constructions identitaires*”.

<sup>373</sup> Este autor utiliza como alicerce, a perspectiva crítica apresentada por Lefebvre na sua obra de 1968 “O direito à cidade”. Perante o fortalecimento gradual do capitalismo, atenta para a necessidade de articular o produto excedente gerado pelas actividades económicas com a consciência nos processos de urbanização, dotando os *despossuídos* (desígnio que atribui aos indivíduos mais desfavorecidos, afectados por fenómenos como a *gentrificação*) de poder, de ditar a direcção dos processos de urbanização, de capacidade de decisão que deverá ocorrer sempre em moldes democráticos.

sobre as suas populações (idem, 2008), sendo permeável às dinâmicas constantes de segregação.

Esta é uma realidade bem preponderante nas cidades, resultado de uma projecção socialmente expressiva no território (Lefebvre, 1972). Indo ao encontro do modelo hegemónico de periferização urbana norte americano (*urban sprawl*), verifica-se um processo contínuo de materialização de *cidades difusas*, marcadas essencialmente, por fenómenos constantes de descentralização e re-centralização, tanto das actividades laborais, económicas e lúdicas, como do capital social que se desloca no espaço. Surgem aqui os conceitos de *edge city*, *ex-urbs*, *cidade difusa*, *metápolis*, *híper-cidade*, *e-topia* e afins, que procuram dar resposta aos novos fenómenos de ocupação territorial (Monclús, 1998).

Perante a complexidade destes processos, observa-se o progressivo desordenamento do território a acentuar-se, pautado por espaços homogéneos, em que as zonas residenciais se misturam com as áreas turísticas e de lazer (Martins, 2011). Neste ponto surgem dois fenómenos, a *apropriação premium do espaço*, e a *progressividade invasora de locais pré-estabelecidos*.

O primeiro termo, diz respeito às situações em que o espaço é reclamado pelas elites, está pré-destinado, devido ao valor elevado dos solos, enquanto que o segundo, consiste na infiltração de serviços ou habitações em zonas edificadas previamente estabelecidas, que se enraízaram nos locais antes do despertar de interesses económicos (no caso algarvio, indubitavelmente ligados ao turismo). Representam, de forma genérica, o grau de permeabilidade e infiltração que o turismo tem nas redes, e principalmente, de se deslocar no território, evidenciando as disparidades sociais, que acabam por traçar o “*gap*” no poder económico das classes que ocupam o espaço (Fortuna, 2006).

Os bairros camarários operam como testemunhos vivos destas dinâmicas de re-estruturação espacial, ocupando zonas periféricas (de índole recente), ou zonas *premium* (pelo estabelecimento precoce em áreas que posteriormente se tornaram valiosas pela localização geográfica ou potencialidades endógenas de cariz natural<sup>374</sup>). No entanto, o

---

<sup>374</sup> Geográfica: proximidade de praias ou posterior nível de acessibilidade por transformação do espaço. Potencialidades endógenas, lugar onde se acaba por descobrir recursos de elevado valor (exemplo: petróleo, que desperta o interesse de grandes empresas de extracção).

foco de perturbação sócio-espacial, ganha forma, não pela abolição e reconstrução do espaço em si, mas pelos potenciais conflitos que despoleta. Geralmente, as actividades associadas ao turismo de sol, praia e golfe destinam-se, predominantemente às classes altas<sup>375</sup>, traçando os muros e condicionalismos de adesão por critérios estritamente sócio-económicos. Nas regiões e comunidades de identidade turística, o grosso de alterações do espaço concretizam-se quase sempre com vistoria à época balnear (no Algarve), que ao erguer edificações e construir espaços com melhores condições, reserva-os sempre às classes turísticas, estando esses elementos, muitas vezes fora do alcance dos autóctones por questões económicas (Roscoche, 2012).

Terminando o presente ponto, consagra-se o encerramento de referenciais teóricos aludentes às dinâmicas que envolvem o território (de controlo, de acesso, de *gentrificação*, de *desterritorialização* e *reterritorialização*) e à proliferação de conflitos baseados no espaço em geral, elaborando-se ulteriormente, o desenvolvimento de reflexões acerca do turismo enquanto fenómeno complexo de imposições e gerador, ele próprio, de conflitos.

---

<sup>375</sup> Apesar das praias serem, à partida, espaços públicos.

---

## ***CAPÍTULO II***

### *“Turismo- Contornos e Dinâmicas”*

## **2.1- Turismo, o itinerário de um fenómeno complexo com efeitos positivos e negativos**

Como decorrência lógica do conteúdo exposto no capítulo anterior, procede-se a uma abordagem crítica sobre um dos fenómenos centrais e mais complexos do século XXI, o turismo, que é definido pela OMT como:

*(...) as actividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadias em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros (IPV, 2005:17).*

O turismo aquando da sua génese (e de forma gradual), fez uso dos mecanismos industriais do capitalismo e da compressão do espaço-tempo (Harvey, 2009), ganhando ímpeto com o passar dos anos, visando satisfazer a ânsia pelo lazer das populações (a nível mundial). Essa natureza viria a ser complementada pelos pressupostos das correntes materialistas<sup>376</sup> (de consumo) que caracterizam as sociedades contemporâneas e se prendem com a obtenção do maior lucro possível<sup>377</sup>. Deste modo, o fenómeno em si, torna-se uma ferramenta de satisfação de necessidades e de obtenção de capital, de dinamização económica e social, que satisfaz hetero-necessidades<sup>378</sup>.

Enraizado numa lógica desterritorializadora, de múltiplas *territorialidades*, o turismo assenta numa natureza nómada, de procura pelo novo, e, particularmente, pelo lazer. Porém ao longo da história, registaram-se cenários de pré-turismo, seja pela deslocação no espaço por diversas razões, seja por processos de *reterritorialização* temporários. Acredita-se que até os fenómenos despoletados pelos modelos expansionistas de conquista da era dos descobrimentos e medievalidades, eram sucedidos por visitas aos novos territórios adquiridos, por lazer ou negócios. Já no *livro do êxodo*<sup>379</sup>, se atestava a vontade de viajar com a deslocação de Moisés pelo Mar Vermelho, sucedendo o mesmo com a ideia superficial da Arca de Noé ser uma espécie de cruzeiro arcaico (Fernandes, 2007). Por consequência, ao longo dos anos começou a

---

<sup>376</sup> Preconizados por Marx e Engels.

<sup>377</sup> Neste caso, colhido pelos agentes e *stakeholders* que fornecem e possibilitam a oferta turística.

<sup>378</sup> De grupos antagónicos, os fornecedores de serviços, de oferta turística, e os consumidores, os turistas.

<sup>379</sup> Designação do segundo livro do antigo testamento da bíblia cristã.

massificar-se uma ideia inconsciente de viajar, de sair de ponto A para ponto B. Foi um processo contínuo que atravessou todas as eras da existência humana até à modernidade.

Com carácter contemporâneo, o turismo começou a ganhar forma no século passado à luz da conquista de melhores condições laborais, assentando no respeito pela dignidade humana, traduzindo-se num alargamento do tempo livre das populações, factor que despertou a ânsia pelo lazer (Jardin, 2001). Acredita-se que a actividade turística “moderna” nasceu no século XIX com o inglês Thomas Cook<sup>380</sup> que, a par da chegada das linhas férreas, criou a primeira agência de viagens do mundo, enfatizando tarifas baixas que se destinassem a todos os estratos da população, promovendo viagens em grupo (Fernandes, 2007). A par desta inovação, Cook despoletou um grupo de negócios secundários, promovendo o *marketing* turístico, roteiros de viagens, e pacotes especiais para clientes, aproximando populações turísticas de estabelecimentos hoteleiros. Porém, foi na segunda metade do século XX que se deu o “boom” da actividade turística, impulsionada pelos desenvolvimentos tecnológicos (Krippendorf, 2003), liberalização das sociedades e abolição dos quadros patriarcais de opressão, concedendo autonomia e poder económico a várias classes sociais<sup>381</sup>. Acaba por definir-se (o turismo) como um reflexo dos estilos de vida das sociedades pós-modernas (Urry, 1996).

Em pleno século XXI, o turismo afirma-se como um dos principais sectores de actividade na dinamização da economia, moldando territórios e definindo vivências. Ganhou contornos enquanto fenómeno sócio-cultural através do aumento de fluxos demográficos e da criação de actividades económicas específicas que acarretam consigo a implementação de infra-estruturas (Leite, 2008), funcionando como um sistema de alargamento, trazendo transformações e inovação, principalmente mais-valias, mas pode também ser fonte de frustração social. É pautado por ciclos de aceitação e rejeição por parte das comunidades.

Sustém-se que o turismo efectiva uma apropriação dos territórios, e em consequência, afecta vivências locais, consagrando portanto uma perturbação na linearidade de eventos que compõem a prática quotidiana (Beni, 2002). Esta dinâmica

---

<sup>380</sup> O modernismo do paradigma de Cook é, actualmente, obsoleto, encontrando-se em falência. As lógicas em que opera o turismo da vanguarda, da época presente, alteraram-se, recorrendo à intermediação das novas tecnologias.

<sup>381</sup> Essencialmente no período pós segunda guerra mundial com o aumento da produtividade e implementação dos sistemas laborais de férias pagas.

advém da componente estritamente económica do turismo, da maximização de capital, da venda de *outputs* turísticos. No entanto, a sua influência é tão marcante actualmente que, Coriolano (1998: 9) defende que:

*(...) a importância e o significado do turismo no mundo tem crescido de forma tão expressiva que vem dando a esta actividade lugar de destaque na política geo-económica e na organização espacial, vislumbrando-se como uma das actividades mais promissoras para o futuro milénio.*

O modelo dominante de turismo massificado diluiu-se<sup>382</sup>, dando origem a um desdobramento de nichos de actividade turística com objectivos próprios. Esta realidade foi trazida pela irregularidade do comportamento humano, motivado pela mudança, pela ambição de usufruir de experiências únicas e exclusivas<sup>383</sup>. No pós segunda guerra mundial começaram a surgir todo o tipo de actividades ligadas ao turismo, alargando-se a um espectro extenso que se prolongou até ao dias de hoje. Assim, quanto à tipologia do turismo, enumeram-se *turismo cultural, turismo rural, turismo de negócios, ecoturismo, turismo gastronómico, turismo religioso*, entre outros. Destarte, surgem hoje novos paradigmas, registando-se transições do velho para o novo turista<sup>384</sup>, caracterizados por traços comportamentais que se prendem com as transformações do turismo, com as adaptações que o fenómeno faz às realidades sociais vigentes (Poon, 1993). Essa modernização dos viajantes, acompanha a emergência de fenómenos como o *turismo criativo*, modelo que presta enfoque às culturas dos territórios, dos seus lugares, permitindo que os visitantes, possam usufruir de experiências únicas e autênticas, pautadas por uma aprendizagem dos costumes locais (Richards, 2011).

Esta ruptura (com a unilateralidade com que o fenómeno era abordado) consagrou-se devido à insustentabilidade do modelo massificado dos anos 50, que se

---

<sup>382</sup> No sentido de se transformar, de irradiar novas actividades, não no sentido de se extinguir, possuindo grande pujança no mundo actual (sendo o foco de análise do presente trabalho).

<sup>383</sup> Em larga medida, distintas daquelas que se encontravam estandardizadas.

<sup>384</sup> A autora Auliana Poon (1993) no seu livro "*Tourism, Technology and Competitive Strategies*", estrutura uma análise comparativa entre aquele que considera o turista velho (pré anos 90), desactualizado, com o turista novo (da década de 90), ilustrando as diferenças entre ambos e as suas desactualizações e modernizações comportamentais. Bem se sabe, que a sua análise efectiva se encontra obsoleta, tendo passado perto de 30 anos desde a sua formulação, no entanto, a lógica inerente à sua perspectiva mantém-se intacta, na medida em que o turista se actualiza, se moderniza, e acompanha tendências, definindo as suas viagens em função de critérios variados. Na aludida comparação, o turista novo é mais versátil, mais conhecedor da variedade que acompanha os territórios de destino e mais aberto a experiências, enquanto que o turista velho é mais rígido, menos camaleónico, dotado de práticas e comportamentos estandardizados no que tange à envolvimento com elementos turísticos e às experiências em si (Poon, 1993).

tornara obsoleto e largamente estandardizado. Para Sarmiento (2009) esta transição originou-se devido a quatro fenómenos chave: desrespeitou a integridade dos sistemas naturais e dos seus recursos; falhou na disseminação de potencialidades e exclusividade territorial, homogeneizando ideias de práticas de lazer; acelerou processos de desenvolvimento quantitativos em detrimento da qualidade de espaços e serviços; contribuiu para uma distribuição desigual das receitas adquiridas com o próprio desenvolvimento que gerou.

Em síntese, o problema identificado assenta na lógica expansionista do sector do turismo, a necessidade imanente de incrementar a mobilidade do capital, com fluxos constantes, que representam um dos seus motores. Portanto, a crise não se radica na falta de capital, mas sim, na imobilidade do mesmo (Harvey, 2011).

Efusivamente cinético e progressivo, o turismo representa um processo que atravessa todas as personagens dos territórios, múltiplos actores, influenciado o território e sendo influenciado reciprocamente (Vera *et al.*, 1997). Em grande medida, tem surgido associado a modelos progressistas de desenvolvimento, mas contraposto por posições contra-hegemónicas de criticismo<sup>385</sup>. Assistiu-se na literatura científica a um faseamento heterogéneo de abordagens críticas sobre o fenómeno do turismo. Positivas e negativas, de índoles várias. Enumeram-se aqui, oito pontos ilustrativos da mudança de paradigmas:

1ª visão: predominantemente favorável, que vê o turismo como uma ferramenta de mudança, de rejuvenescimento territorial<sup>386</sup>, de dinamização económica, de facultação de práticas, de criação de valor e identidade;

2ª visão: pautada pelo cepticismo<sup>387</sup>, começam a levantar-se questões que alertam para a desapropriação do espaço, da saturação territorial, da re-estruturação identitária, da disrupção de práticas quotidianas, de perjurativismo para as comunidades locais;

---

<sup>385</sup> Têm sido trabalhados mais os méritos do fenómeno turístico, embora haja produção sobre os efeitos ambientais do mesmo, nomeadamente teses de doutoramento nas áreas da Geografia e Sociologia (ex: de índole nacional- *Percepção dos residentes sobre o impacto do turismo na sua qualidade de vida o caso do concelho de Loulé*, 2012; de âmbito internacional- *Percepção dos impactos do turismo na ilha da Boa Vista, Cabo Verde*, 2015).

<sup>386</sup> Dentro da mesma lógica, de um ponto de vista favorável, o turismo também pode ser encarado como agente de reforço das tradições, precursor de algum revivalismo ou como fenómeno de protecção dos valores do passado e da memória. Estas vertentes são hoje vistas como elementos dotados de potencial de mercado.

<sup>387</sup> Podendo revestir um pensamento crítico que procura atenuar os optimismos do passado.

3<sup>o</sup> visão: ambiental, começam a surgir interrogações de sustentabilidade, acerca dos impactos impostos por actividades satélite desencadeadas pela oferta e procura turística;

4<sup>a</sup> visão: económica, que questiona os modelos de negócios e exploração do mercado em função de recursos locais que favorecem actores alheios, privados, substancialmente representa uma fonte de rendimentos desiguais, uns beneficiam mais, outros menos;

5<sup>a</sup> visão: cultural, salientou o valor patrimonial dos territórios, da mercantilização da herança histórica dos destinos turísticos;

6<sup>a</sup> visão: territorial, que vê o turismo como re-estruturador do território, que se apropria, que baliza os acessos, que determina quem entra, quem sai, quem usufrui, quem não usufrui;

7<sup>a</sup> visão: política, turismo visto como um agente de mudança, um reflexo de ideologias políticas de governação, um processo de mobilização de massas, e um agente económico essencial para a sustentabilidade regional;

8<sup>a</sup> visão: complexa, basicamente a perspectiva mais assertiva e dominante, que observa o turismo como um fenómeno plural, que assume várias formas e produz um manancial de efeitos variados;

Perante tal heterogeneidade de posições<sup>388</sup>, surgiram visões antagónicas, opostas diametralmente por efeitos positivos e negativos. De um ponto de vista económico, Mathieson e Wall (1990) sugerem que os aspectos positivos impostos pelo turismo são de cariz variado a esse nível, alargando-se desde a criação de emprego e rendimento à valorização territorial em sentido amplo (pela procura externa), passando pelo aumento do empreendedorismo, chegando ao aperfeiçoamento dos modelos económicos de desenvolvimento local. Em contrapartida, os autores apontam como efeitos negativos o endividamento pessoal, a criação de uma forte dependência da actividade turística enquanto fonte central de lucro e o risco de produção<sup>389</sup>/importância sazonal. Tratando-se de um fenómeno sistémico, as vantagens e desvantagens do turismo transpõem

---

<sup>388</sup> Que prontamente se expõem, abordam.

<sup>389</sup> De receitas lucrativas que beneficiem o território e os seus moradores.

esferas da vida quotidiana. Pode apontar-se assim, a existência de um turismo *idílico* e de um turismo *não idílico*.

No entanto, as diferentes tipologias do turismo, assim como as distintas posições das comunidades e heterogeneidade de investigações pessoais, acabam por distinguir os conceitos, colocando-se as seguintes questões: o que é de facto uma prática turística idílica e não idílica? Para quem? Turistas ou comunidades locais? A única semi-resposta aceitável é que o impacto, quando se fala de turismo, é o resultado da interacção entre os turistas, as comunidades locais e os meios receptores, levando-nos à segunda secção de impactos, os sociais e culturais.

De âmbito social, Ruschmann (1999) atenta que os impactos negativos se sobrepõem aos positivos, alegando que, positivamente, se procede ao melhoramento de infra-estruturas<sup>390</sup> locais e de serviços para responder de forma eficaz à demanda turística, conferindo aos visitantes condições dignas para as estadas, e ao incremento de contacto com culturas e formas de ser e fazer distintas. Em contrapartida, aponta que, negativamente, o turismo propicia: uma forte alienação da população local; uma desintegração da própria comunidade do seu espaço e valores; uma economia pessoal e familiar à mercê da hegemonia do motor turístico; a proliferação de cenários de marginalidade, confrontos violentos, e a emergência de casos de prostituição; a aculturação inconsciente de práticas dos estrangeiros em detrimento dos alicerces culturais próprios.

A investigação (e literatura) científica tem vindo a preocupar-se com estes impactos, produzindo estudos de cariz nacional e internacional. No panorama nacional, atenta-se para alguns casos concretos, aludindo-se a uma análise de impacto da actividade turística realizada na cidade de Aveiro<sup>391</sup> (em 2012), onde se verificaram efeitos positivos e negativos detectados a partir de uma análise multivariada.

No referido estudo, de acordo com as autoras Eusébio e Carneiro (2012), apesar do balanço dos efeitos do turismo ser positivo, surgem problemas adstritos ao incremento da actividade turística. De acordo com os habitantes deste pólo urbano,

---

<sup>390</sup> Saúde, moradias.

<sup>391</sup> No que toca à escolha de exemplos do impacto da actividade turística em território nacional, não se optou por implementar um critério rigoroso, seleccionando-se apenas, pólos urbanos de índole litoral que poderão ter semelhanças (ainda que residuais) com o turismo praticado em Portimão (ex: afluência de turistas a praias). Conforme exposto, como primeiro exemplo, seleccionou-se Aveiro.

registam-se casos de aumento da criminalidade, de preços dos serviços e bens, de transmissão de DST<sup>392</sup>, de consumo de estupefacientes, e infere-se a diminuição da tolerância face a outras culturas, a perda da qualidade dos serviços prestados e uma dissolução gradual da identidade cultural (Eusébio; Carneiro, 2012).

Em Santa Maria da Feira, a crescente importância atribuída à feira medieval veio originar uma aura de sazonalidade na cidade, trazendo problemas de congestionamento das vias e principais artérias da urbe, muito pela impreparação estrutural para acolher grandes fluxos de pessoas, focando-se também na exploração dos visitantes, acontecimentos que pontualmente geram pequenos focos de conflito (Oliveira; Salazar, 2011).

Outro estudo nacional, levado a cabo na cidade do Porto, releva que, na memória recente, o turismo cresceu exponencialmente naquela cidade, comportando um conjunto de impactos negativos (e positivos), que inevitavelmente acompanham o aumento do volume de visitantes, nomeadamente práticas ilícitas, o aumento da marginalidade e actividades ligadas a comportamentos de risco<sup>393</sup> (Bondarenko, 2018).

De índole internacional, atenta-se para um rol de cidades e focos turísticos que apresentam sintomas graves de excesso de turismo (*overtourism*<sup>394</sup>), padecendo dos problemas supracitados, destacando-se o caso do Rio de Janeiro (na área mais central do ponto de vista económico, destinada a turistas, onde o problema é o volume) e o turismo praticado nas favelas (onde os aspectos negativos centrais se prendem com questões éticas<sup>395</sup>), que assume contornos extremos no que diz respeito ao surgimento da criminalidade e da prostituição, passando pela Costa Rica que atesta que, o extravasar dos limites do sustentável<sup>396</sup>, ocorre também em paisagens de teor naturalista, que carecem da forte presença do urbano (Visentin; Bertocchi, 2019). Já noutra análise

---

<sup>392</sup> Doenças sexualmente transmissíveis.

<sup>393</sup> Entre outros, como o abandono das actividades tradicionais, a sobrelotação das atracções locais, os impactos ambientais.

<sup>394</sup> Percebido pela OMT (2003) como o impacto negativo que o turismo tem num destino, tanto da perspectiva dos cidadãos locais, como dos visitantes.

<sup>395</sup> Apesar desta diferença de dinâmicas dentro do mesmo território turístico, a livre circulação de pessoas permite que grandes fluxos de visitantes, de turismo de nichos, de experiências mais exclusivas (nas quais se insere o turismo praticado nas favelas), se cruze com os agentes do turismo de massas. Logo, apesar de o problema aqui referido não se centrar sobre as questões éticas características das favelas, a adversidade a si associada de aumento da criminalidade, pode irradiar para o turismo de massas que caracteriza o Rio de Janeiro enquanto pólo turístico, devido ao referido cruzamento de pessoas.

<sup>396</sup> A nível de exploração das capacidades do território e do teor das actividades praticadas, algumas de risco, outras simplesmente, de carácter excessivo, desmedido.

levada a cabo no Brasil por Cristiane Rezende (2005), no município de Carrancas, Minas Gerais, constatou-se que aquelas localidades que são pautadas por ambientes tensos e problemas sociais, pré turismo, tendem apenas a agravar-se com o fenómeno, sublinhando a autora que:

*Os impactos sociais percebidos como negativos dizem respeito ao aumento no consumo de drogas e de assaltos no município. E que: foram também considerados como aspectos negativos os conflitos entre os carranquenses e o “pessoal de fora”, e do conflito da actividade turística e as actividades agropecuárias.* (Rezende, 2005)

Os casos paradigmáticos de Veneza, Barcelona e Maiorca<sup>397</sup>, demonstrados em estudos e sondagens aplicadas aos moradores locais, admitem existir um problema de exacerbação da perda de identidade cultural, da efectivação de conflitos e do surgimento de sofrimento popular face à hegemonia da máquina turística, em concreto, no âmbito do acesso a habitações, que se tornou, amplamente, uma comodidade destinada apenas aos turistas, implementando por consequência, dinâmicas de desapropriação que levam à expulsão dos autóctones devido à *gentrificação* que disparou, gerando valores de rendas impraticáveis para os rendimentos auferidos pelas comunidades locais (Vives-Miró *et al.*, 2018).

Também a Islândia e a Gronelândia, registam dinâmicas que esboçam até onde podem chegar os tentáculos do turismo, que infere pressão sobre países com fraca capacidade de suporte<sup>398</sup> para satisfazer a demanda de lazer (que aumentou significativamente nestes territórios, pelas especificidades únicas que oferecem, a nível de clima, de paisagem, de cultura), demonstrando que a pressão da actividade turística não é característica, apenas de climas quentes, mas que explora todas as potencialidades únicas que os territórios têm para oferecer (Visentin; Bertocchi, 2019). Dentro desta linha, Krippendorf (2003), na sua obra “Sociologia do Turismo”, aduz que o turismo em massa, é por si só problemático, visto que mais tarde ou mais cedo, levará à exaustão dos territórios.

---

<sup>397</sup> Casos de Barcelona e Maiorca são explorados em maior detalhe ulteriormente no presente trabalho.

<sup>398</sup> É o caso dos dois países referidos, que carecem de uma infra-estrutura turística (tanto em pólos urbanos como nas comunidades típicas, diga-se rurais, de climas frios- na ordem dos graus negativos), preparada para dar resposta ao aumento de volume de visitas que se tem registado na memória recente (Visentin; Bertocchi, 2019).

Quando se analisa o turismo é importante substanciar a sua complexidade, assim como o desdobramento de cenários a que pode dar origem. Torna-se então importante, pôr de parte a sua visão idílica (que é “não científica”), procedendo-se à análise objectiva do fenómeno que junta actores sociais múltiplos. Assim, perante o foco do presente trabalho, enaltece-se a acção transformadora do turismo enquanto máquina de opressão. O facto de existir desenvolvimento local, do espaço físico, das entidades que possuem o *dominus* das actividades, não quer dizer que existam vantagens para a comunidade local, que deveria representar uma das finalidades<sup>399</sup>, um dos alvos a melhorar, ou pelo menos a ser tida em conta. Ora à luz de um Estado de direito que se orienta por linhas pragmáticas fundadas na legalidade democrática, subordinada à Constituição, que determina que todo o poder reside no povo, esta realidade demonstra que na prática o poder reside na capacidade de gerar capital<sup>400</sup>. A consequência da transformação musculada/opressiva, traduz-se pela emergência de desigualdades. Bedim (2008: 11), reforça esta noção, afirmando que:

*O turismo, enquanto esfera produtiva diferenciada, suscita a co-existência, a (des)integração ou a super-posição de distintas formas de relações de produção, engendrando e acentuando desigualdades a partir dos diferenciados ritmos de desenvolvimento”* (Bedim, 2008: 11).

À luz da complexidade dos fenómenos turísticos, concluí-se que os mesmos detém um perfil essencialmente apropriativo, seja de apropriação física ou de práticas subjectivas. Independentemente da sua natureza, tais fenómenos acabam por ser elementos de definição de vivências.

## **2.2 Turismo enquanto processo de apropriação territorial**

À luz das noções elencadas sobre o turismo, consta-se que, na actualidade, este funciona como um agente dotado de ambivalência e um produtor/consumidor de espaço que ordena e desordena o território, ao mesmo tempo que consome e produz paisagens. Por regra, resulta principalmente da criação de um produto com base em características

---

<sup>399</sup> Ainda assim, sabe-se que o turismo é sobretudo dinamizado pelo capital que está em movimento, muitas das vezes sem rosto, daí não existir uma preocupação com o local. A comunidade local deveria ser tida em conta aquando da implementação de dinâmicas inseridas em modelos de *turismo comunitário*, promovidos pelos agentes oriundos e sediados no espaço.

<sup>400</sup> Claramente os alicerces desta realidade enraízam-se na legalidade, no âmbito jurídico. No entanto, assentam também nas dinâmicas de poder do contrato social que se orientam pela permanência do bem-estar das comunidades integrantes de um Estado soberano, que à luz do exposto, não possuem capacidade de salvaguardar o seu próprio espaço, sendo este, apropriado por um fenómeno económico, o turismo.

locais<sup>401</sup> (ou também externas e de outras ordens, que possam ser comercializadas e façam sentido de um ponto de vista sustentável e económico<sup>402</sup>) que é vendido ao exterior. Comercializa-se o território sem registo de um trespasse efectivo, modelo que assenta na força da oferta turística.

A própria oferta turística comporta duas fases, uma primária, original, e uma outra, secundária, construída artificialmente. Inicialmente, o território possui características próprias, uma estrutura ambiental, de ecologias humanas e físicas variadas que dão azo a linhas de actuação turística específicas, enquanto que numa segunda fase chegam os processos de imputação de estruturas humanas, como a construção de vias de acesso, a materialização de espaços de lazer, o *marketing* proferido pelas agências de viagens e afins (Beni, 2002).

A faceta apropriativa do turismo coloca em causa o conceito de Soja (1971) sobre a existência de uma *justiça espacial*, dado que o próprio turismo possui uma necessidade contínua de espaço, de adaptação que se enraíza num processo de difusão constante em contextos muito diversificados. Materializam-se aqui choques culturais e sociais, sobretudo entre quem chega e quem está, mas também entre quem ocupa o território, que procura dominar uma parcela espacial com diferentes finalidades. Nesta óptica, começam a desenhar-se fronteiras, assentando o turismo em três lógicas de apropriação: a que ultrapassa fronteiras (desvaloriza); outra que vai a limites previamente definidos (muros); e a mais importante, o turismo que cria os seus próprios limites<sup>403</sup>; Dentro destes parâmetros pode apontar-se um levantamento de novas discontinuidades, consagrando *gentrificação*, desigualdades e erguendo muros dentro do próprio território.

Construir e moldar territórios turísticos, nunca é um processo harmonioso, isento de culpas, interesses e ideologias, estando sempre associado a uma ânsia específica (Coriolano, 2006). Estas vontades carecem de uma honestidade deontológica para com os seus cidadãos, levado a cabo pelo erário público-privado. No turismo, o poder é, por

---

<sup>401</sup> Nem sempre sucede, existindo excepções à regra, por exemplo, o que acontece com os parques temáticos, que oferecem uma experiência diferenciada (de várias ordens) ou criam ambientes imaginários e de fantasia. Radicam-se especialmente, em transportar o turista, o visitante para um contexto distinto daquele que caracteriza o território onde se localizam.

<sup>402</sup> Mormente a nível de impactos e de produção de lucros e riqueza.

<sup>403</sup> Por exemplo: práticas turísticas com limites sociais (destinadas às elites) e etários (regulados em relação de idade). No entanto, o perfil do turista pós-moderno é bastante diversificado, transversal a todos os indivíduos da sociedade.

norma, de quem se movimenta, da extensão das *territorialidades*, e de forma basilar, de quem monopoliza actividades e fracções territoriais.

Quando o conjunto de actividades turísticas passa a definir o território, a estruturá-lo à sua imagem, efectiva-se a *turistificação* (Leite, 2008). Resultado de uma convergência entre as potencialidades territoriais e da acção humana sobre o próprio território, pautado por recursos naturais, artísticos, históricos, tecnológicos, que a par de um património apropriável, actuam como ferramentas de aliciação de turistas (Gonçalves, 1996). É um processo de sinergias, orientado por linhas capitalistas de comercialização do território, abrindo caminho ao turismo. Procura primordialmente, construir paisagens optimizadas para a prática turística pretendida, de acordo com os modelos a adoptar ou a reforçar (Barros, 1998), funcionando como uma consolidação logística. Segundo Leite (2008: 42):

*O território está a ser turistificado e é no momento em que as dinâmicas desse território passam a ser influenciadas pelo desenvolvimento dessa actividade económica e prática social que se pode denominá-lo um território turístico.*

Dentro destas transformações, deve-se preconizar uma abordagem integrada de políticas públicas atendendo ao desenvolvimento económico e social, mas ao mesmo tempo, prezando uma compreensão entre os espaços físicos e geográficos e entre as relações humanas que acompanham os processos de transformação, inerentemente, turistas e comunidades locais (Barretto, 2004). A transição de um espaço patrimonial (para autóctones) para um espaço turístico é marcada por uma ruptura nas simbologias, na transformação paisagística, na velocidade com que a vida acontece, numa re-estruturação das próprias vivências. Mais profundamente, a redefinição identitária, alarga-se ao próprio ambiente físico, como enuncia Ruschmann (1999: 34):

*Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direcções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.*

Em suma, a irreversibilidade do processo consagra um *output*, destinado ou coercivamente imposto à comunidade local, que carece de voto na matéria<sup>404</sup>, levado a cabo pela força de entidades privadas e hegemonia do poder político. Neste sentido, relembra-se que o turismo, apesar de operar como actividade privada, tem o Estado como regulador<sup>405</sup>.

### **2.3 Comunidades turistificadas**

De grosso modo, são os fluxos de estranhos que usufruem, tanto das potencialidades do turismo como da essência da viagem, mas são as comunidades de destino que são turistificadas. Não obstante, afigura-se fundamental perceber quem controla esse processo<sup>406</sup>, existindo dois extremos diametralmente opostos, o *turismo de resorts*<sup>407</sup> (mais desligado da comunidade local) e o *turismo comunitário*<sup>408</sup> (controlado e promovido por agentes endógenos).

As transformações induzidas realizam-se *in situ* pela lógica apropriativa explanada linhas acima. Enquanto produto de aquisição, o espaço torna-se um laboratório de experimentação, dado que a co-existência espacial de actores com capital de mobilidade diferenciado, justifica (ou não) o arrastamento de serviços que passam a definir também as comunidades locais.

Aquando da sua génese, o turismo nasceu com uma identidade elitista, operando enquanto entidade com mobilidade espacial que (re)produz, desloca e territorializa diferentes formas de capital (Fernandes, 2013). Dentro dessa *territorialização*, de longo ou curto prazo, nascem *territorialidades*, as visitantes, que podem ser confinadas, estandardizadas, que se ligam a simbologias que vão ao encontro às registadas nos seus países de origem. Habitualmente são extensas, caracterizadas por elevado poder

---

<sup>404</sup> Na maior parte dos casos, podendo situações extremas, serem decididas por referendo.

<sup>405</sup> Conforme exposto anteriormente no capítulo 1, atentando (e reforçando 1 vez mais) também que, muitas vezes, não existe uma comunicação clara e territorialmente abrangente entre poder político e *stakeholders* privados, levando a que, o Estado, não conheça grande parte dos seus interlocutores (em particular, aqueles que operam no sector do turismo).

<sup>406</sup> Este ponto, representa um dos objectivos a atingir com a realização da presente tese.

<sup>407</sup> Modelo de turismo mais fechado, mais exclusivo, que se ergue com base no capital privado, alheio à comunidade local.

<sup>408</sup> Previamente definido.

económico que permite transpor fronteiras e contornar muros. Turisticamente falando, reitera-se, uma vez mais, que o poder, tendencialmente é de quem se movimenta<sup>409</sup>.

Para Bauman (2003) o sentimento comunitário transmite sensações de calma, a comunidade é, fundamentalmente, um pano de fundo que permite pertencer a um grupo vasto, heterogéneo de estranhos, que invulgarmente emitem um sentimento de pertença, de paraíso inconsciente. Esta estabilidade é alterada pela prática turística a partir do momento em que o turismo traz consigo um leque de mudanças, impactos e oportunidades (Leite, 2008), alterando a consciência de integridade da comunidade. Perante a “opressão” capitalista, evidencia-se que as comunidades locais não são passivas, assistindo-se progressivamente a um *empowerment* (Friedman, 1992) perante possíveis constrangimentos. Começam a surgir *lobbies*<sup>410</sup>, reacções (positivas e negativas), marcadas por líderes, de carácter sindical que se assemelham à contra-hegemonia da contra-cultura.

Um exemplo pragmático que acentua o poder da *rés pública* recai sobre as investidas privadas de explorar petróleo em território algarvio, realidade rejeitada pelas comunidades locais, devido à perturbação não só ambiental, física, social, turística, mas também pela própria consciência de controlar o espaço, de fazer frente à apropriação externa, ao controlo dos recursos, de fracções do território, e interferência directa com a estabilidade sócio-emocional de cariz comunitário. A aceitação e a rejeição, prendem-se em larga medida, com a mudança, positiva ou negativa, que altera o original, deturpando patrimonialidades ou simbolismos pessoais<sup>411</sup>.

De índole política, assume-se que a monocultura<sup>412</sup> turística representa um entrave à maximização económica. Existe uma necessidade de diversificar a oferta ou de reduzir a sua proliferação massificada. A política rege-se por critérios estritamente macro-económicos, atendendo àquilo que acha que poderá trazer crescimento. Deste modo, se a monocultura fizer uso das potencialidades locais, sejam recursos naturais,

---

<sup>409</sup> Sendo importante mencionar que nem sempre é assim. Exemplo: indivíduos com grande poder económico que optam por, apenas praticar actividades turísticas a nível regional, próximas da sua área de residência. São práticas que esboçam *territorialidades* curtas, quando comparadas com o turismo internacional, mas que colocam entraves à tese absolutista de que o poder económico se encontra interligado a *territorialidades* extensas (que ilustra que quem se movimenta, detém o poder).

<sup>410</sup> Grupos de pressão, que apesar de não exercerem poder (político), abstendo-se, procuram influenciá-lo, de acordo com os seus interesses.

<sup>411</sup> Atentando (ainda que involuntariamente) contra o *interaccionismo simbólico* e a *segurança ontológica* das populações, como já visto anteriormente.

<sup>412</sup> Quando verificada, a desfiliação com o local atinge o seu expoente máximo.

patrimoniais ou culturais, mas não apresentar receitas económicas favoráveis, renegam-se as raízes do local em prol da mudança, do novo, em suma, da dinamização. Por exemplo, para Mia Couto (2005) a expulsão de uma população/comunidade efectiva-se a partir do momento em que a sua cultura é transformada. Aqui constata-se que a extinção da individualidade representa um segundo foco negativo que afecta as comunidades locais, extinção consagrada pela alteração de costumes, tradições, reestruturação identitária, e desvalorização de património.

Para além das alterações físicas que o território sofre, também as suas funcionalidades se alteram (Cavaco, 2006), alargando-se a mudança para a componente social. Ser turistificado é ser aculturado pela hegemonia económica que o turismo induz nos locais. Desta forma, assiste-se à transição progressiva da actividade laboral do sector primário para o sector terciário, fenómeno que foge ao controlo das comunidades que são forçadas a aderir à mudança. Segundo Urry (1996), apesar dessa imposição, regista-se o desenvolvimento territorial e infra-estrutural, dado que o *boom* do turismo massificado na época balnear se deveu à melhoria dos meios de transporte e da construção de vias de acesso.

Utilizando como exemplo as cidades, Mullins (1991) defende que a turistificação representa um modelo das sociedades e cidades pós-modernas, urbanizadas pelo turismo, que inadvertidamente acabam por turistificar as próprias comunidades<sup>413</sup>. Após o início do processo, torna-se impossível diluir a imagem da *turistificação*, excepto quando se consagram movimentos de *reterritorialização* permanentes. Com a assimilação identitária de comunidade turistificada, ganha forma a própria noção de ter de criar uma boa imagem para receber agentes externos, de re-solidificação das capacidades endógenas do território, e da própria expressão cultural. Começa-se a tentar preservar a noção de que o destino turístico é idílico para o turista, alheio à noção de que pode estar confinado, mesmo que não o seja para os moradores locais (Vieira, 2002).

Nota-se aqui a existência de uma consciência de inferioridade perante quem visita, de ter de agradar incondicionalmente, mesmo que para tal, se negligencie o próprio bem-estar. Emerge, neste sentido, com centralidade a noção de *hospitalidade*, a

---

<sup>413</sup> Isto na óptica das comunidades que, de algum modo, se envolvem com o turismo, existindo outras que ficam à sua margem.

qual de acordo com Walker (2002) define como: *é tão antigo quanto a própria civilização[...]. Deriva da palavra de origem francesa 'hospice' e significa dar ajuda / abrigo aos viajantes. A hospitalidade, comercial ou doméstica, representa um dos factores chave do sucesso turístico, assentando num modelo estrutural de toda a linha social de acolhimento, estendendo-se desde um grupo de estruturas físicas do espaço à positividade de atitudes dos receptores (Camargo, 2004). No entanto, perante os dois conceitos, substancia-se uma diferença central, a vertente doméstica preserva o genuíno sentimento de ajudar o próximo, de acolher visitantes por gosto, enquanto que a óptica comercial se enraíza na maximização de lucros, de beneficiar da presença dos turistas (idem, 2004). Neste sentido, Barretto (2004: 147) reforça a mesma ideia apontando que:*

*A tendência parece ser que os relacionamentos entre visitantes e visitados sejam cada vez mais profissionais, à medida que os serviços turísticos e os próprios turistas se profissionalizam.*

A pré-relação estabelecida começa, desde logo, a ser pautada por interesses próprios, por um lado pelo espaço e as suas potencialidades, por outro, pela exploração económica. Contudo, a escala de impactos sócio-culturais do turismo e da *turistificação* das comunidades locais derivam do estilo de turismo que é desenvolvido, das características do território turístico (nível de desenvolvimento, recursos e potencialidades), do perfil sócio-económico dos turistas e da postura da comunidade receptora (Lindberg; Johnson, 1997). Segundo Aires *et al.* (2010), a natureza do envolvimento das comunidades receptoras, quando positivo, previne a materialização de “não lugares<sup>414</sup>” e “bolhas”, locais amorfos de interacção, potenciando ao mesmo tempo, a ideia teatral da oferta turística, ofuscando a transparência da observação dos turistas.

Em suma, não existe a construção de uma nova identidade<sup>415</sup>, mas sim uma re-estruturação condicionada pela *turistificação* territorial. Pode aqui elencar-se a

---

<sup>414</sup> Conceito cunhado por Marc Augé (1992) que se radica na relação dos actores sociais com o espaço, de como as mudanças e transformações do mesmo, ditas normais/naturais/inevitáveis, vão substituindo, por exemplo, a “cidade antiga” pela “cidade nova” (Augé, 2005). O autor foca-se em elementos como hipermercados, cadeias de hotéis, entre outros, sem os analisar a fundo, procurando perceber qual o seu impacto na re-estruturação económica, simbólica e social da sociedade (Sá, 2014).

<sup>415</sup> Em bom rigor, nunca existe, a identidade é como o território, pode alterar-se, sofrer mudanças, mas restam sempre vestígios/fracções do mesmo, podendo o turismo revalorizar o passado. No entanto, a realidade é dinâmica, assumindo-se que, com base nessas re-estruturações, os processos de difusão espacial e agentes de reconversão e mutação são inevitáveis, fazendo parte dos fenómenos inerentes aos territórios.

expressão pesada que a componente territorial exerce sobre a componente humana, dado que, se o território é turístico, a comunidade, inconscientemente adoptará traços e práticas ligadas ao turismo. Esta “aculturação” baseada na transformação espacial e na relação entre visitantes e locais começa a ilustrar cenários de conflito, fenómeno estruturador dos ambientes sociais. Na tabela 7, abaixo representada, podem observar-se alguns elementos negativos na *turistificação* das comunidades.

**Tabela 7-** Aspectos negativos dos processos de *turistificação* nas comunidades-alvo.

<b>Impactos negativos do turismo nas comunidades turistificadas</b>
-Perda de privacidade;
-Conflitos e tensão, inter-comunitários e intra-comunitários;
-Excesso de indivíduos, sobrelotação do espaço;
-Alteração da paisagem e de simbologias;
-Influência e necessidade do sector terciário;
-Comercialização de actividades culturais;
-Congestionamento de vias de acesso e de serviços;
-Criação de assimetrias sociais, culturais e espaciais;
-Mudança/re-estruturação identitária;
-Dependência nas épocas altas do turismo (conforme o seu tipo);
-Necessidade de renovação constante da oferta turística;

Fonte: Elaboração própria, adaptado de OMT (1997).

De modo a robustecer algumas das ideias formuladas acerca da *turistificação* e dos seus efeitos, faz sentido evidenciar algumas situações concretas em que esses efeitos se fazem sentir. Assim, apresenta-se a figura 7<sup>416</sup>, ilustrando 2 situações que operam como testemunhos empíricos da influência que o turismo tem nos territórios turistificados.

Note-se que, em ambos os cenários, se apresentam objectos com finalidades distintas, mas caracterizados pela língua inglesa, com informações endereçadas aos turistas e feitos para turistas<sup>417</sup>. Esta realidade não representa qualquer tipo de problema (à partida), destarte, não existe um único vestígio da língua portuguesa<sup>418</sup>, apenas

<sup>416</sup> Ambas as fotografias foram tiradas em Portimão, o território de análise.

<sup>417</sup> No caso dos terminais multibanco é para tornar os dispositivos mais “*user friendly*”, dada a forte presença de estrangeiros na região. Objectivamente, pondera-se também que a relação entre as comunidades locais e o turismo pode ser conotada pelo conflito, mas também, ser caracterizada pela *hospitalidade* (anteriormente referida), fenómeno que implica que o controlo está no local, como sucede no *turismo comunitário* (também definido no presente trabalho).

<sup>418</sup> Seria esperado, num território de Portugal, encontrarem-se dispositivos de informação escritos em português com traduções feitas para outras línguas de forma secundária, funcionando a título informativo para a maior variedade de pessoas possível.

inglesa, o que confirma que se efectivam mudanças do espaço (mesmo que pequenas), apenas com a função de agradar aos visitantes, facto propagado pela *turistificação*.



**Figura 7-** Efeitos da *turistificação* (a uma escala micro).

Fonte: Fotografias próprias do investigador.

## **2.4 Possíveis conflitos**

Perante uma balança económico-turística desequilibrada começam a colocar-se questões como: Há conflito? Entre quem? As pessoas controlam ou não controlam os espaços? Qual é o grau de conflito? Qual a natureza do conflito?

Com base na literatura científica e nas dinâmicas dos próprios processos turísticos, recorrendo também à coadjuvação de uma experiência empírica pessoal<sup>419</sup>, sustém-se que os conflitos surgem como um elemento inerente ao comportamento bio-social, que define os contornos das estruturas sociais.

No presente estudo, a sua natureza é multivariada, registando-se frentes de conflito heterogéneas, entre os mais diversos grupos, actores e entidades. Podem ser de âmbito estritamente territorial, podem ser gerados em torno de confrontos pela vontade de estabelecer *territorialidades*, podem ser de natureza institucional, que opõem interesses de grupos sociais a instituições públicas e privadas, podem ganhar forma devido à hegemonização de serviços. O desenvolvimento sustentável em prol do turismo, tendencialmente, surge em torno de interesses económicos, ecológicos e sócio-

<sup>419</sup> Pelo estudo do fenómeno aqui materializado.

culturais. Sem embargo, o turismo é uma criação humana, um processo desterritorializador de fins essencialmente lúdicos<sup>420</sup>, portanto, fará sentido prestar centralidade às relações humanas que o compõem, assim como à expressão territorial na sua efectivação.

Neste âmbito, Boaventura de Sousa Santos (1997) avança a noção de *topoi(s)*, os quais define como lugares comuns, retóricos e abrangentes de determinada cultura. Numa lógica de globalismo localizado trazida pelo turismo, admite-se que existe um choque cultural que afecta a estabilidade de tais locais: em termos de idades, em matéria de actividades, acessos a níveis, campos e domínios em que o conflito surge, postulando-se que a capacidade económica dos agentes locais é sempre abalada, na ordem do “tinha acesso a..., já não tenho”. Consagra-se uma transformação efectiva das estruturas territoriais e de todos os elementos que lhe estão adstritos (Vera *et al.*, 1997).

A relação entre turistas e autóctones funciona com base num processo recíproco de hetero-avaliação. Porém, é mais vincadamente influenciado pela percepção positiva ou negativa que os moradores detém dos estranhos, assumindo que, perante a existência de disparidades económicas, o poder de aquisição e exclusão de bens e actividades é que estabelece o grau de proximidade ou afastamento entre os grupos (Krippendorf, 2003). Tende a registar-se, que quando as populações locais aspiram ou já tentaram atingir o nível<sup>421</sup> de vida dos visitantes, sem sucesso, atribuem a culpa aos turistas pela sua incapacidade de aceder e usufruir do seu próprio território/espço (Archer; Cooper, 2002). Como factor subsidiário, surge também a natureza do modelo turístico das áreas.

O turismo institucionalizado preza, em grande medida (mas não só<sup>422</sup>), a questão lucrativa da herança capitalista, enquanto que o turismo de nichos, que tradicionalmente se faz em zonas de comunidades mais acolhedoras<sup>423</sup>, envolve-se mais na prestação de uma experiência culturalmente rica.

Para além da vertente económica, também a interferência de estranhos na vida diária se ergue como fonte de descontentamento para os autóctones. Estes agentes locais

---

<sup>420</sup> Com excepções, apresentando-se práticas turísticas com finalidades distintas, por exemplo, o turismo de negócios.

<sup>421</sup> Tendencialmente elevado ou muito elevado.

<sup>422</sup> O turismo de fluxos transnacionais também opera ao nível do *ecoturismo*, do *turismo rural* e de aventura, entre outros. É, no entanto, importante caracterizar o modelo, substanciando a sua dinâmica (geral) face às tipologias de turismo de nichos, mais focadas na experiência, e, por norma, menos nos lucros económicos (pelo menos em grandes montantes).

<sup>423</sup> Por exemplo, no turismo rural de zonas pouco desenvolvidas.

sofrem uma quebra de laços que poderá ser bastante perjurativa, dado que existe a possibilidade de se perder a comunidade original e não arranjar outra. A modificação da comunidade surge por intermédio da infiltração do turismo na esfera quotidiana das populações, numa lógica apropriativa, como acontece com o espaço físico. Por exemplo, Aires *et al.* (2010: 42) aponta que :

*Empreendimentos turísticos que excluem as populações locais são elementos hostis que geram relações de conflito, tanto na comunidade quanto nas suas relações com os turistas.*

Aqui tem de se efectuar uma gestão de *laços fortes* e *laços fracos*, de preservação do património estabelecido, e não de aculturação de práticas, costumes e sobretudo de cedência à integração desenfreada na prestação de serviços turísticos com a finalidade de acumular capital (Mathieson; Wall, 2006).

De acordo com Granovetter (1983), os supracitados *laços fortes* dizem respeito à conexão que os indivíduos têm com outras pessoas, mediante redes organizadas, que se caracterizam pela semelhança de interesses<sup>424</sup>, dando origem a ciclos/grupos fechados (*clusters*) de intercâmbio de informação e de interações próximas. Já os *laços fracos*, assentam na disseminação de inovação, orientando relações entre agentes com formações e experiências diversas, que não partilham elementos, gostos ou perspectivas comuns<sup>425</sup>.

À luz de potenciais conflitos emanados pelo turismo, na lógica da gestão pessoal e colectiva, há que manter os *laços fortes*, e gerir, com tolerância os *laços fracos*, na óptica de preservar uma convivência sã entre grupos distintos, isto é, a nível intra-comunitário, composto por visitados, dever-se-á apostar na coesão comportamental face aos visitantes, visando estabelecer contactos positivos com os ora turistas, evitando, em última instância, potenciais conflitos. Porém, a natureza dos confrontos nas relações humanas pode assumir contornos distintos, dado que as interações directas podem ser ambivalentes. Os residentes locais cruzam-se com turistas nacionais de outras localidades e com turistas estrangeiros. De forma habitual, o nível de tolerância para com pessoas de outros países costuma ser superior àquele que se regista entre

---

<sup>424</sup> Exemplo- grupos de amigos que frequentam os mesmos espaços e que têm gostos semelhantes.

<sup>425</sup> Podendo estender-se a todo um modo de vida, comportamental, ou cultural distinto. Facto que, por regra, se costuma observar em indivíduos com nacionalidades distintas, o que acontece no turismo.

compatriotas, muito devido à consciência dos diferentes níveis de *status*<sup>426</sup>, o que revela existir maior hospitalidade<sup>427</sup> endereçada aos turistas com estatuto mais elevado.

Ligada ao *status*, surge a *arrogância cultural*, definida pela própria OMT (2003) como um factor nacionalista e narcisista de práticas culturais próprias nos destinos turísticos, acentuando o desdém que os visitantes sentem pelas comunidades receptoras. Muitas vezes os próprios turistas forçam a substituição de símbolos locais<sup>428</sup>, procurando deixar a sua própria marca<sup>429</sup>. Esta re-ordenação de símbolos pode ter expressão *física* ou de *consciência*.

De natureza física, subjazem as alterações que se podem confirmar empiricamente, seja pela adição de elementos relativos a nacionalidades diferentes no território, seja pela transformação literal de espaços destinados a receber o próximo ciclo de turistas com características semelhantes. Por exemplo, no Algarve, é comum proceder-se à adição de bandeiras de outros países em bares que, geralmente, marcam presença constante nos mesmos<sup>430</sup>, sendo também habitual, observar-se a presença de traduções (do português para a língua inglesa) de todo o tipo de elementos<sup>431</sup>: sinais de trânsito, monumentos, nomes de superfícies comerciais.

Por sua vez, apelando à consciência popular, marcam-se as alterações comportamentais dos autóctones que são geradas pelos encontros com turistas de culturas diferentes (formas de atender novos clientes, de organizar o negócio local). Também de forma indirecta, tal pseudo-substituição se perpetra, ganhando forma em eventos lúdicos de expressão cultural estrangeira. Assiste-se a uma permutação de

---

<sup>426</sup> O que subconscientemente impele mais respeito para com os outros (à medida que sobe).

<sup>427</sup> E conseqüentemente, mais aceitação (ou tolerância).

<sup>428</sup> Por exemplo, a anglicização da toponímia, tal como sucedeu no programa estratégico “*Allgarve*” promovido e implementado pelo ex-ministro da economia e da inovação (2005-2009), Manuel Pinho, onde se promoveu o nome da região com dois “L”, prestando-lhe o desígnio de “*All*” (todos), sublinhando o seu carácter turístico, aberto ao mundo, pautado pela inclusão.

<sup>429</sup> Desde o turista que expressa a sua identidade cultural em êxtase, de modo a chamar a atenção para a sua presença, ao turista que prima em exibir a sua superioridade de posses materiais em relação aos locais (Exemplo: em Vilamoura, Portimão e Albufeira, encontram-se as marinas ocupadas, quase na totalidade, por embarcações de grande valor pertencentes aos turistas, contrapostos por um número reduzido de posses de magnatas locais).

<sup>430</sup> Exemplos: *Irish pubs*.

<sup>431</sup> Atenta-se novamente para a questão das *anatópias*, da criação de encenações de outros lugares, onde o turista transforma o objecto desejado, sendo a relação entre ambos, interactiva.

artistas nacionais (cantores e afins) por artistas internacionais que apelem à satisfação massificada de turistas que se encontrem no espaço<sup>432</sup>.

As próprias relações conflituosas podem assumir contornos internacionais desde a origem. Por exemplo, no ano de 2010, a “*Thomas Cook*”, entidade dominante de oferta turística e maior responsável pela chegada de britânicos ao Algarve, entrou em conflito com a AHETA<sup>433</sup>. Em causa estava um cancelamento de operações para a região (do Algarve) no Inverno, derrogação efectivada pela existência de alegados descontos nos alojamentos, oferecidos sem se consultar as próprias entidades de acolhimento (JP, 2010). Apesar de não envolver os grupos-alvo de interesse, este caso apresenta relevo na óptica do “desdém” que a posse de capital suscita nos actores que dele usufruem.

Em contrapartida, nem sempre os conflitos que se geram são entre turistas e autóctones, surgindo também, disputas dentro dos próprios grupos, podendo ser de cariz *intra comunitário* e *inter comunitário*. Os conflitos *inter comunitários* recaem sobre o foco de análise do presente trabalho, ganhando forma entre indivíduos de comunidades distintas que se cruzam, enquanto que os *intra comunitários* materializam-se por choques que ocorrem no seio das próprias comunidades, ou de comunidades distintas com a mesma finalidade<sup>434</sup>. Entre autóctones, é comum observar-se a competição entre serviços destinados ao comércio/consumo, como acontece com os restaurantes, bares e discotecas que procuram angariar clientes para maximizar lucros e vencer a concorrência.

Outro caso importante, estrutura-se mediante a noção egoísta de usufruir de território alheio sem prestar qualquer contributo à comunidade local, ou até mesmo ao território. Ilustrando tal situação, adopta-se o caso do turismo recreativo, da circulação em autocaravanas<sup>435</sup>. No caso algarvio, em concreto Portimão, o recurso aos referidos

---

<sup>432</sup> Obviamente, também os autóctones podem ter acesso aos eventos marcados pelos artistas, mas a questão é que só existirá esse contacto pelo facto de o turismo o permitir em primeiro lugar.

<sup>433</sup> Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve.

<sup>434</sup> Exemplo: quando turistas alemães entram em confronto com turistas ingleses no Algarve porque o seu clube de futebol perdeu uma partida ou por existir uma disputa por um quarto de hotel.

<sup>435</sup> Recentemente (no ano 2020), em Sagres, terá sido constituída uma brigada de populares que agiu no sentido de expulsar os auto-caravanistas de locais públicos, de modo a precaver situações semelhantes às que aqui se relatam. Esta acção emergiu devido à inactividade do poder político e das autoridades competentes para regularem a situação. Os autóctones descontentes, agiram pela intolerabilidade face ao barulho produzido e aos detritos que se iam acumulando devido à permanência de vários grupos de pessoas nos espaços públicos onde se encontravam parqueados os aludidos veículos. Foram também alvo

veículos representa uma realidade negativa de longa data, congestionando pontos da cidade, ocupando o espaço sem licenças especiais e sem o pagamento de quaisquer taxas. A esta situação acresce o facto de, muitas vezes, os seus proprietários produzirem poluição sonora durante a noite, e fazerem, de forma reiterada, uso sistemático de recursos públicos para realizar tarefas destinadas à esfera doméstica e privada<sup>436</sup>.

De natureza puramente nómada e recreativa, os grupos de pessoas<sup>437</sup> que fazem uso dos areais das praias como local de alojamento, têm gerado ao longo dos anos sentimentos de revolta por parte de autóctones que arrendam casas, e pelas entidades hoteleiras, alegando que o comportamento suscita afloramentos de acções semelhantes, levando a que a prática se alastre<sup>438</sup>. Têm-se registado, oficialmente, protestos das comunidades locais<sup>439</sup>, manifestando o desagrado com uma utilização egoísta do território que ocorre sem se providenciar um retorno justo, endereçado aos agentes endógenos do território<sup>440</sup>. Perante esta realidade, Barreto (2004: 147) defende que os: *Turistas e população local têm diversos graus de empatia, dentro de um leque que vai da simpatia à hostilidade, passando pela cordialidade profissionalmente trabalhada.*

De acordo com o índice de irritabilidade de Doxey (1975), os pontos de convergência e de interação entre turistas e locais (ou residentes) atravessam quatro estágios distintos: *euforia, apatia, irritação e antagonismo*. Nas duas primeiras fases consagra-se o contacto com a novidade, acompanhada de sensações predominantemente positivas, levando a comportamentos efusivos de convivências pautadas pela tranquilidade e, habitualmente, de festa. No entanto, com a banalização da novidade, surgem as duas fases subsequentes que se inclinam para a criação de desconforto e semi-perda de controlo do espaço, culminando, por fim, numa fase de antagonismo, ganhando forma os conflitos. Empiricamente, este processo apresenta-se como uma isoquanta descendente, como se pode observar na figura 8.

---

de reprovação de vários comportamentos que foram observando por parte dos auto-caravanistas, e por conflitos ocasionais encetados por parte destes, com quem, por ali passava.

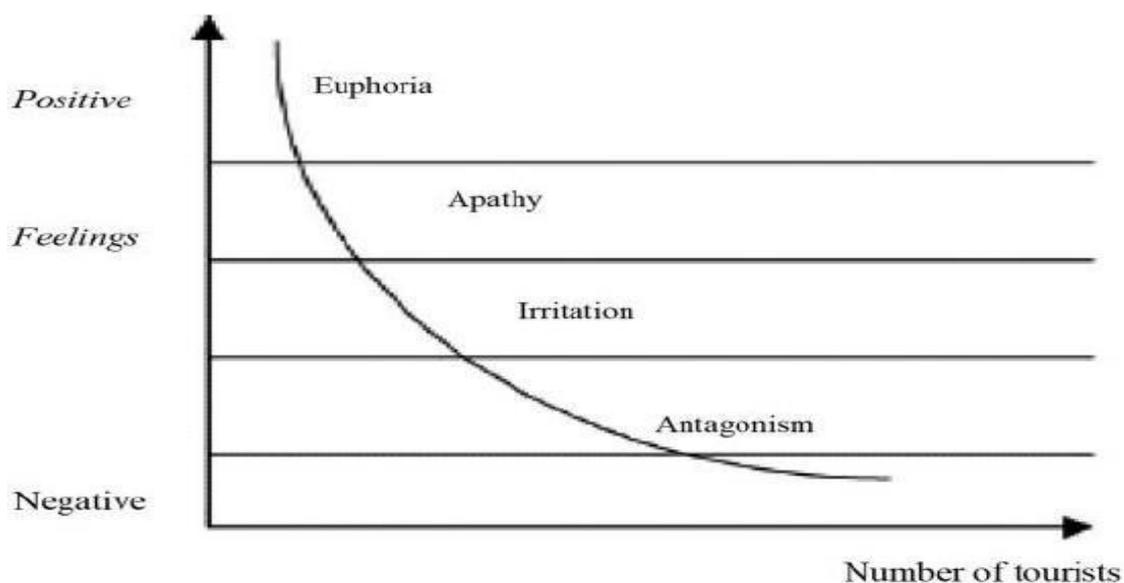
<sup>436</sup> Tomar banho em espaços públicos, usar casas de banho de estabelecimentos privados e afins.

<sup>437</sup> Grupos variados.

<sup>438</sup> Devido ao facto de prejudicarem os negócios.

<sup>439</sup> Perante a autarquia.

<sup>440</sup> Casos concretos têm sido alvo de notícias periódicas nos jornais e outros *media* (digitais).



**Figura 8-** Modelo sequencial de fases de aceitação do turismo.

Fonte: Doxey J., 1975.

Alguns autores chegam a apontar a existência de uma quinta fase, a do arrependimento (Ruschmann, 1999), na qual as comunidades locais se apercebem das mudanças trazidas pelo turismo ao seu espaço, mas que se conformam (sem nunca aceitá-las), tendo a consciência que é tarde demais para agir. Nestes casos, perpetra-se a *desterritorialização in situ* avançada por Rogério Haesbaert (2006)<sup>441</sup>.

Apesar de representar uma tendência, este facto não é doutrina, dependendo dos grupos sociais em contacto, de quais os seus costumes, práticas, e abordagens intersubjectivas. No entanto, o grau de contacto com a população local depende, em grande medida, da vontade dos turistas<sup>442</sup>, assumindo que as suas *territorialidades* podem materializar-se pela transposição paisagística de acordo com um “campo” selectivo, culturalmente definido pela sua nacionalidade (Pearce, 2001). Existe aqui um desequilíbrio de poder, de autonomia. A população local é forçada a interagir com os turistas em caso de cruzamento de *territorialidades* ou de prestação de serviços, contudo, o inverso não acontece<sup>443</sup>.

Todavia, perante a rejeição dos autóctones, o ambiente receptor passa a ter uma “aura” diferente, de condicionalismos no acesso a serviços e ao espaço. Esta relação assenta numa troca recíproca de favores, onde, na maioria dos casos, os agentes internos

<sup>441</sup> Explanada na primeira secção do presente trabalho.

<sup>442</sup> Porém, não é sempre assim, pois existem casos nos quais o contacto com a população local é negado (exemplo- Coreia do Norte).

<sup>443</sup> Pela natureza nómada associada ao papel do turista, da mobilidade acrescida, caracterizada por *territorialidades* extensas. Em concreto, se um turista não está satisfeito com o destino escolhido, poderá ir-se embora quando quiser, e consequentemente, optar por outro.

pretendem beneficiar economicamente dos visitantes, enquanto que os agentes externos procuram usufruir do ambiente em que se encontram (Baldissera; Bhal, 2012).

Para além das motivações que regem ambos os lados, a pior pressão surge das desigualdades, da ascendência social do *status* (Silva, 1988), dado que o antagonismo é catalizado pelo capital e *territorialidades*. Surge daqui uma conduta voluntária de renegar a dignidade do local de destino, e muitas vezes das suas populações, assumindo que, em larga medida, o turismo de massas interage directamente com as sociedades receptoras sem nunca chegar a integrá-las (Mathieson; Wall, 1990). Neste sentido, Flores e Silva (2001: 178) defendem que as típicas relações entre visitantes e visitados consagram a noção de que:

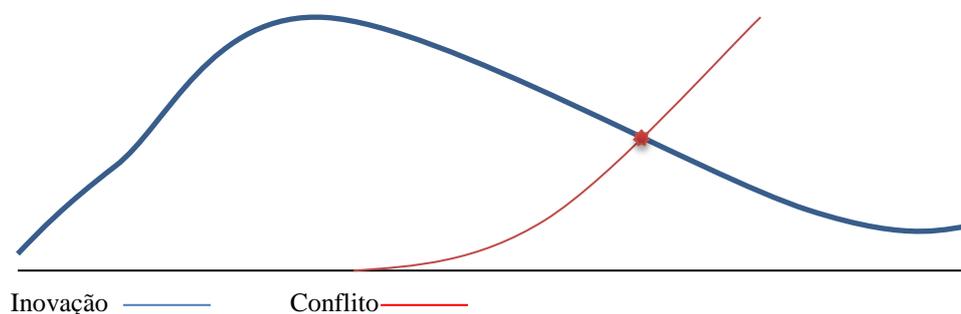
*Existe uma falta de consciência quanto às responsabilidades individuais de cada pessoa com o “outro”, com pouca ou nenhuma participação ou respeito pelas normas e condutas locais. À excepção do turista explorador, que se tenta integrar e interagir com a população receptora, inclusive aprendendo o seu idioma os demais tipos de turistas raramente tem essa preocupação...*

Resumindo aquilo que foi abordado no presente ponto, constata-se que as inovações impostas pelo turismo ocorrem em ciclos, como um processo em escada que sucede por impulsos. Faz-se acompanhar de períodos de inovação, alternando sistematicamente com hiatos de estagnação. A própria inovação, após implantação, a par do ciclo de vida da opinião sobre o turismo, sofre um decréscimo de fama e popularidade, dando azo à posterior emergência de conflitos, como se pode observar na figura 9 (infra). Vianna (2017), profere orientações neste sentido, alegando que no início, toda a actividade turística e empreendimentos são inovação, aquando da implementação de infra-estruturas e da canalização de meios, mas que não se encontram desligados das políticas urbanas, do ordenamento do território, da transformação do espaço e paisagens, e dos impactos ambientais, factor que levará à emergência de conflitos.

Por norma, as comunidades turistificadas aceitam a mudança, até serem dotadas de uma percepção cabal dos impactos gerados, e das esferas quotidianas afectadas.

Resta referir que o modelo turístico do Algarve, devido à sua natureza, torna-se um precursor da convergência de classes sociais bastante antagónicas, opondo

diametralmente grande poder económico com baixo poder económico (perpetuando choques entre classes alta e média/baixa).



**Figura 9-** Ciclo de vida da inovação e emergência de conflitos.

Fonte: Elaboração própria, com base na perspectiva de Vianna (2017).

Concluindo este ponto e, face ao ciclo de vida da inovação que se afigura finito, faz sentido abordar um dos elementos chave do presente trabalho, direccionando a discussão para a alçada dos conflitos. Visa-se portanto, analisar a dinâmica desses fenómenos, os contornos em que ocorrem, qual a sua natureza, e qual a postura dos agentes e grupos sociais envolvidos. Esta análise, utilizará como alicerce o pressuposto supra abordado, imbuído na figura 9, pautada pela curva da inovação, que inevitavelmente acaba por decrescer (linha azul), estagnando a par da incapacidade de propagar uma oferta turística renovada de forma vitalícia, fazendo deste modo, emergir o descontentamento<sup>444</sup>, que opostamente à inovação, tem tendência para ganhar ímpeto, numa lógica de ascendência (ver linha vermelha).

## **2.5 Ciclos de aceitação e rejeição do turismo por parte das comunidades locais**

À semelhança dos ciclos de inovação supra mencionados e potencial emergência de conflitos<sup>445</sup>, subscreve-se que a aceitação e rejeição dos visitantes também ocorre em

<sup>444</sup> Das comunidades locais. Destarte, esse descontentamento poderá permear outros tecidos sociais, envolvendo outros *players* ou *stakeholders* (ex: investidores de capital, quando a inovação cessa e o retorno em termos económicos decresce ou estagna).

<sup>445</sup> É importante apontar que a emergência de conflitos depende sempre do planeamento do desenvolvimento e da oferta turística. Contudo, é muito difícil agradar as comunidades de forma homogénea, daí recorrer-se ao termo “potencial”.

ciclos. Esta realidade é explicada parcialmente pelo modelo de Doxey em consonância com o modelo de desenvolvimento turístico de Butler, todavia, à equação acresce uma terceira variável, a imprevisibilidade da subjectividade.

Em concreto, o contacto entre grupos não terá de evoluir numa lógica faseada como preconizada pelos modelos, podendo a espontaneidade de opiniões negativas surgir com a simples presença ou ideia de presença de estranhos no território, pelo intransigível síndrome do “invasor”<sup>446</sup> (Serrano *et al.*, 2004).

Perante esta noção, o poder político deve executar um planeamento territorial<sup>447</sup> cirúrgico, analisando de forma pragmática a percepção comunitária do turismo mediante a realização de estudos sistemáticos que enunciem a postura comunitária perante o fenómeno<sup>448</sup> (Carvalho, 2010). Assim, perspectivando uma atenuação dos efeitos dos ciclos subsequentes, os órgãos políticos de administração pública devem assumir que o (...) *planeamento do turismo deve envolver a população local e, principalmente, o poder público, o qual deve instituir normas e diretrizes para estabelecer políticas públicas adequadas a cada necessidade.* (Oliveira *et al.*, 2010). O envolvimento da sociedade civil pode conduzir à filtragem de implementação de práticas e empreendimentos reprováveis pelas comunidades locais, concedendo um poder de decisão e fiscalização de processos que aumente a confiança social nas instituições públicas.

Dentro desta lógica, Serrano *et al.* (2004) apresenta a “dialética do turismo”, defendendo que a sua eventual aceitação se prende com 2 dilemas centrais, o primeiro que diz respeito ao problema do lucro e da redistribuição, e, o segundo, incorpora a perspectiva de se criar uma aura de necessidade do turismo para a região, uma implantação mental nos núcleos receptores.

Em detalhe, o primeiro dilema consiste na obrigatoriedade do turismo ter de produzir receitas altas (que justifiquem as transformações e apropriação territorial) e que posteriormente sejam redistribuídas pelos actores locais. Perpetra-se uma espécie de arrendamento do próprio território, que silencia indivíduos descontentes,

---

<sup>446</sup> Ideia de apropriação ou pseudo-apropriação territorial face à presença turística.

<sup>447</sup> No qual existe uma tensão clássica, retratada entre o desejo da ordem (de regular o turismo) e a desordem associada a momentos de lazer, de decompressão (sobretudo de massas humanas) e de todo o aparato (i)material de que se organiza para satisfazer essas procuras.

<sup>448</sup> Em certa medida, também se enaltece a importância de debates sobre estas questões, como se registou no encontro/convenção da OMT sobre o turismo excessivo em Londres no ano 2017.

essencialmente, pelos valores altos das rendas cobradas que se convertem em lucro. Por sua vez, o segundo dilema prende-se com questões de *marketing* e propaganda levadas a cabo pelos agentes políticos e económicos, que têm como finalidade convencer que o desenvolvimento da região depende somente do sucesso do turismo. Em suma, ilustra a capacidade de persuasão dos *stakeholders* sobre as massas.

Neste âmbito, podem substanciar-se duas situações distintas, uma em que o turismo “falha”, outra em que o turismo alcança o sucesso. Não obstante, os sentimentos de descontentamento e conseqüente conflito são inevitáveis, e, apesar de distintos em ambas as situações, são semelhantes. Na primeira situação, erguem-se reacções violentas perante a incapacidade dos órgãos políticos dinamizarem as regiões administrativas e obter receitas profícuas para a sua comunidade, enquanto que na segunda, emergem as conseqüências típicas de insatisfação, *desterritorialização*, entre outras.

O processo é assim ambivalente, mas conjectura os ciclos de conflito como um traço estruturante do próprio turismo. Efectuando um exercício e tornando a lógica do turismo adstrita ao pensamento *Hegelian*, pode dizer-se que a *tese* se intitula como a pujança do turismo e a natureza do seu impacto, a *antítese*, esboça a aceitação/rejeição do turismo, e a *síntese*, culmina nos moldes que alicerçam os comportamentos que definem se o próximo ciclo é positivo ou negativo<sup>449</sup>.

No entanto, a imagem do turismo não pode ser só construída, consolidada e vendida numa escala macro, os fenómenos que ocorrem a escalas micro também produzem efeitos, positivos ou negativos, que contribuem para a eventual aceitação ou rejeição. Nesta linha, têm-se vindo a propagar práticas utilizadas por agentes com fins lucrativos que levam à reprovação do turismo, dando origem a ciclos negativos cada vez mais constantes. Como exemplo prático e recente, surgem as dinâmicas de contratos de arrendamento de moradias, processos que ultimamente têm privilegiado o turista em detrimento dos moradores locais.

É comum os proprietários forçarem os inquilinos locais a abandonarem as moradias através de uma pressão paulatina de incremento dos preços da renda dos

---

<sup>449</sup> Hegel nos seus estudos sobre a razão desenvolveu o movimento do *Raciocínio dialético* que se organizava em três fases: 1ª Tese: Afirmção geral sobre o ser; 2ª Antítese: Constitui a negação da tese. A antítese é a primeira negação que também pode ser negada; 3ª Síntese: Constitui a negação da negação; nela se encontram a tese e a antítese repensadas, no caso, reformuladas.

imóveis<sup>450</sup> com a aproximação das épocas altas, abrindo caminho à possibilidade de fecharem negócio com clientes turísticos que, por norma, num curto período de tempo, possibilitam um fluxo de capital muito mais elevado<sup>451</sup>. Com base nesta assunção, torna-se necessário sublinhar que a rejeição/aceitação de turismo e a aceitação/rejeição de turistas não são fenómenos equivalentes, podendo substanciar-se que o turismo enquanto fenómeno engloba todos os processos a si inerentes<sup>452</sup>, enquanto que os turistas apesar de serem os vectores do fenómeno turístico, podem ser fraccionados em grupos, tornando a sua aceitação/rejeição muito mais difícil de tangir<sup>453</sup>. Segundo Serrano *et al.* (2004):

*O turista é, assim, sujeito de um sentimento ambíguo de aceitação/rejeição; no imaginário do colectivo de cada grupo social, ele é visto de uma forma diferente. Para alguns, vive-se graças a ele; para outros vive-se mal por culpa dele.*

Deste modo, é seguro afirmar-se que a proximidade ou hetero afastamento entre grupos se evidencia de acordo com as *mundividências*<sup>454</sup> dos elementos que compõem os mesmos.

Em suma, subscreve-se que os conflitos ocorrem tal como as crises cíclicas de super-produção do capitalismo elencadas por Karl Marx<sup>455</sup> (também abordadas por Thomas Malthus e por John Maynard Keynes), mas que devido às suas características mais dinâmicas, típicas da contemporaneidade, são mais frequentes e mais vincadas<sup>456</sup>.

## **2.6 Análise de ciclos de rejeição impostos pela saturação do turismo: estudos de caso**

De modo a ilustrar pragmaticamente os ciclos de rejeição ao turismo e presença de pesados fluxos turísticos, faz sentido analisar casos em que o descontentamento comunitário atingiu níveis críticos de rejeição. Deste modo, foram seleccionados 2

---

<sup>450</sup> A materialização do fenómeno da *gentrificação*, já referido anteriormente.

<sup>451</sup> Realidade há muito presente no Algarve, que actualmente, se começa a disseminar para outras cidades, como são os casos de Lisboa e Porto, cidades marcadas por um cosmopolitismo crescente.

<sup>452</sup> Práticas consumistas, actividades de lazer, transformação territorial, consumo de paisagens, produção de paisagens.

<sup>453</sup> Na medida em que a sua heterogeneidade faz com que os locais aceitem alguns turistas, mas rejeitem outros. Exemplo: em função da nacionalidade.

<sup>454</sup> Formas de perceber o mundo com base nas suas experiências pessoais.

<sup>455</sup> Apontadas pelo autor na sua obra “O Capital”, onde aborda o capitalismo enquanto fenómeno sócio-mundial, apontando as suas falhas.

<sup>456</sup> Devido à exposição nos *media* e afins.

casos em Espanha devido à realidade sócio-económica deste país, também ibérico, apresentar algumas semelhanças à de Portugal<sup>457</sup> em diversas vertentes (Reis, 2010), expondo-se ulteriormente, a reprovação do turismo massificado em Barcelona e Maiorca. Estas regiões traduzem na perfeição a fase de antagonismo presente no modelo de Doxey supra-mencionado, pautadas pela reprovação do turismo e por conflitos declarados entre grupos locais e visitantes.

### **2.6.1 Barcelona**

Turisticamente falando, Barcelona integra constantemente o top 20 dos pólos turísticos de eleição a nível mundial, tendo vindo a construir uma identidade turístico-económica forte que assenta na sua herança cultural, assim como nos seus recursos naturais. Tais atributos vão, de forma crescente, sendo consolidados por investimentos (contínuos que se propagam no tempo) de peso em empreendimentos destinados à demanda turística. Como consequência, a massificação dos fluxos de visitantes tem vindo a incrementar uma rejeição solene das comunidades locais, tornando-se um caso paradigmático da saturação territorial e comunitária imposta pela *turistificação*.

O desgaste dos autóctones perante o fenómeno acentuou-se bastante nos últimos anos, factor que terá levado ao aumento da tensão entre grupos. Nesta óptica, têm sido produzidos alguns estudos e análises, mormente no sentido de aferir a gravidade do enigmático caso de Barcelona, que se afigura como extremo.

De acordo com Caparrós (2017), a principal preocupação dos moradores da cidade é o turismo e tudo aquilo que o acompanha, sobrepondo-se a questões de grande impacto social como o desemprego, a criminalidade ou as rendas das habitações, tipicamente elevadas. Por sua vez, Dominguez (2018), faz uso do termo *turismofobia*<sup>458</sup> para caracterizar o caso de Barcelona, que é definido pela total aversão ao turismo, alegando que o mesmo terá sido utilizado pelos meios de comunicação social espanhóis

---

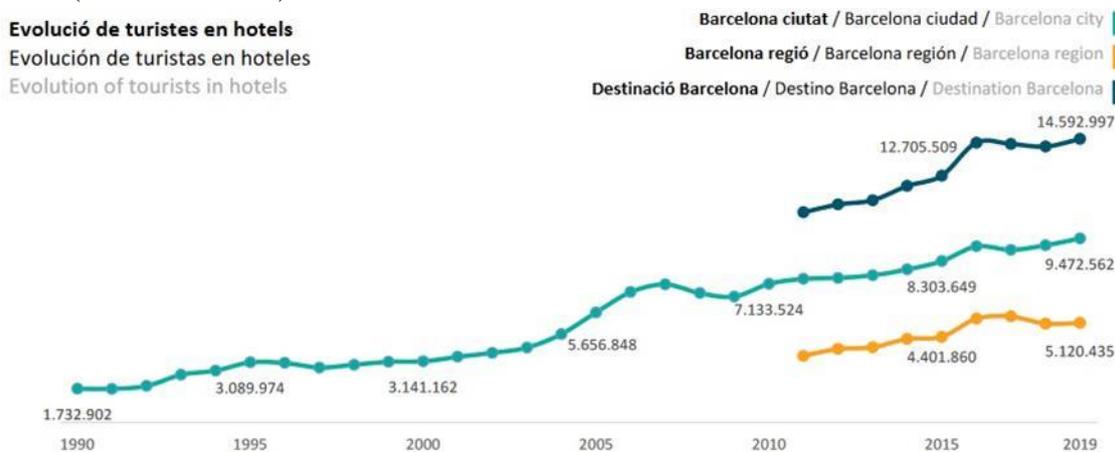
<sup>457</sup> Até certa medida, apresentando os países diferenças significativas. As semelhanças, prendem-se fundamentalmente, com indicadores adstritos ao poder de compra dos cidadãos, a taxa de desemprego, a posição dita intermédia que ocupam actualmente na Europa, distinguindo-se noutras matérias como dimensão, número de habitantes, práticas culturais, entre outros (Reis, 2010).

<sup>458</sup> Adoptado no seio de outros estudos, como do artigo “Turismofobia: os dois lados da problemática” de Ponath e Oliveira (2019)”

(nos quais também terá sido referido o conceito de *turistofobia*<sup>459</sup>) para descrever os fenómenos que levam à reprovação turística.

Já em meados de 2014, existiam receios da cidade se vir a tornar um “parque temático”, sentimento que fica expresso no documentário “*Bye Bye Barcelona*”, testemunho empírico da crise que se avizinhava, incrementada pelo aumento da afluência turística àquela urbe nos anos seguintes (Silva, 2017). O grau de repúdio, emerge e ganha mais notoriedade, emergindo *movimentos anti turismo*, assentes nas dinâmicas associadas a comportamentos de activismo radical<sup>460</sup>, que terão ocorrido no passado verão de 2017, onde grupos de indivíduos encapuzados terão logrado parar um autocarro turístico (na via *la Rambla*<sup>461</sup>), imobilizando o veículo, e redigido no pára-brisas “o turismo mata os bairros”<sup>462</sup> (Dominguez, 2018).

No que tange a dados concretos, visando ilustrar o volume de turistas que ocorrem a Barcelona, apresenta-se o gráfico 1, atinente ao número de dormidas/presenças (em hotéis) de turistas naquela região geográfica num período de 20 anos (de 1990 a 2019).



**Gráfico 1-** Dados do número de Turistas e pernoitas/dormidas em Barcelona em hotéis.

Fonte: Relatório da actividade turística de Barcelona em 2019; Observatori del Turisme a Barcelona (2019).

Atente-se que a curva é crescente, registando-se num período de 4 anos (entre 2015 a 2019), um acréscimo de 1.887.488 dormidas de turistas em estabelecimentos

<sup>459</sup> Como o próprio nome indica, é estabelecida uma analogia com a noção de *xenofobia*, tendo a mesma valência, mas neste caso, direccionado, por parte do habitante local, ao visitante, em bom rigor, ao turista.

<sup>460</sup> Levados a cabo por, um(a) grupo/organização juvenil da esquerda independentista de origem catalã, de seu nome *Arran*.

<sup>461</sup> Famosa via que liga a Praça da Catalunha ao Porto Velho.

<sup>462</sup> Terão, segundo o autor, efectuado acções semelhantes contra bicicletas de aluguer, testemunho das iniciativas implementadas no seio daquela cidade com vistoria a estimular a oferta turística.

hoteleiros na cidade de Barcelona. Excluem-se portanto, as dormidas noutras tipologias de alojamento turístico como pensões e hóspedes, apartamentos turísticos, entre outros. Contudo, esses elementos também registaram uma subida na presença de turistas nos últimos anos: hostels e pensões- 642.104 (2015) e 917.855 (2019); apartamentos turísticos- 308.409 (2015) e 370.029 (2019); vivendas de uso turístico- 9.472.357 (2015) e 11.433.427 (2019); turismo em parques de campismo- 643.338 (2015) e 736.932 (2019); turismo rural- 100.506 (2015) e 167.266 (2019) (Observatori del Turisme a Barcelona, 2019).

Parece inegável que a situação de Barcelona atingiu níveis críticos, visto que até há relativamente pouco tempo, o turismo era um dos motores de desenvolvimento urbano, caracterizado por uma aceitação plena dos impactos por parte das elites locais e demais habitantes, passando para um estado de rejeição total, de acordo com sondagens realizadas a nível interno que atestam que mais de cinquenta por cento da população é contra o turismo e turistas (Gant, 2017). Existe ainda, uma clara distinção no que diz respeito à aceitação de agentes externos, dado que os imigrantes, por vezes, são (à luz do clima de rejeição do turismo que se regista em Barcelona) facilmente aceites, enquanto que os turistas, aquando da sua chegada, em muitas ocasiões, são rotulados como uma ameaça<sup>463</sup> (Burgen, 2018).

Sucintamente, apresentam-se algumas linhas que esboçam um ciclo de rejeição do turismo, dado que as comunidades locais de Barcelona<sup>464</sup>:

- Reprovam fortemente a sobrelotação do espaço e congestionamento dos serviços;
- Afirmam que o turismo é um problema mais grave que a pobreza<sup>465</sup>;
- Preocupam-se com a perda da identidade territorial devido à proliferação constante de lojas, estabelecimentos e infra-estruturas destinadas ao turismo;

---

<sup>463</sup> Esta dinâmica representa um fenómeno curioso, pois direcciona-se em sentido contrário da percepção geral que existe acerca destes dois fluxos (turismo e imigração), esboçando contornos particulares sobre o turismo de massas, entendido, por vezes, como sendo um catalizador para o excesso de turismo.

<sup>464</sup> Posturas apresentadas nos órgãos de comunicação social (telejornais, jornais *on-line*, como o público, o expresso, o jornal de notícias, vários jornais espanhóis, e em maior detalhe, na reportagem da RTP 3 “Turistas vão embora”).

<sup>465</sup> Tal afirmação resultou de um estudo acerca dos fenómenos negativos que mais assolam a cidade de Barcelona levado a cabo pelo poder local.

-Encontram-se revoltados com medidas políticas que impuseram contingências na sua prática do quotidiano<sup>466</sup>;

-Para além da saturação do espaço enaltecem os riscos secundários que irradiam do fenómeno (por exemplo, chegaram a aplicar-se restrições ao tráfego automóvel dos turistas de modo a reduzir o número de emissões de gases poluentes que aumenta substancialmente durante os períodos de grande concentração turística);

-Elaboram manifestações públicas e movimentos anti-turismo, alertando para a massificação que se encontra longe de abrandar ou estagnar;

Neste ponto, é importante salientar que os órgãos políticos e agentes económicos se regem pela lógica da “mão invisível<sup>467</sup>” apontada por Adam Smith<sup>468</sup> (2014<sup>469</sup>), na sua doutrina acerca do comportamento económico-social, dado que o alcançar de uma situação de reprovação massificada dos fenómenos espelha a presença de interesses próprios que se encontram encobertos por práticas de bem-agir social<sup>470</sup>, de promover o turismo como sinónimo de bem-estar e desenvolvimento. Esta realidade vem chocar de frente com as teorias de inclusão social através do turismo, dado que a degradação do conforto comunitário coloca em causa a prática de um desenvolvimento/turismo sustentável.

Deste modo, delega-se que a viabilidade de Barcelona enquanto destino turístico viola o princípio da reciprocidade do turismo, a partir do momento em que os locais perdem controlo sobre o próprio território e a suas vivências são afectadas, contrapostas

---

<sup>466</sup> Medidas orientadas no sentido de impulsionar ainda mais o turismo.

<sup>467</sup> Ideia adstrita ao comportamento individual na actividade económica, na qual, no exemplo original, um indivíduo comerciante, efectua a sua actividade laboral em proveito próprio, portanto, com interesse individual, mas ajudando também a economia comunitária, sem ser a sua intenção inicial, promovendo interesses sociais. Há portanto, uma acção que infere um resultado diferente do esperado pelo agente, ora no caso do turismo, o mesmo sucede, mas numa lógica inversa, negativa, promovendo-se popularmente, agir pelo bem de todos (interesse social), mas procura-se, essencialmente, satisfazer interesses particulares (portanto de índole dissimulada, que pode comportar efeitos negativos, como verificado no caso de Barcelona).

<sup>468</sup> Filósofo e economista britânico de renome, um dos clássicos da ciência económica.

<sup>469</sup> Data da obra original: 1776. Uma das obras clássicas da economia.

<sup>470</sup> Em prol do todo, da sociedade, da comunidade.

pelo controlo de sectores inteiros da cidade<sup>471</sup> por parte do turismo e dos turistas (Gonçalves, 1996)<sup>472</sup>.

Terminando a exposição do caso de desgate turístico de Barcelona pautado por um forte ciclo de rejeição, apresenta-se a figura 10, ilustrativa da mobilização das comunidades locais e ONG's face ao descontrolo da massificação turística.



**Figura 10-** Manifestação contra o turismo em massa, Barcelona.

Fonte: <http://fortune.com/2015/03/30/barcelona-tourism/>

## 2.6.2 Maiorca

Ao contrário de Barcelona, Maiorca representa um caso de desapropriação territorial mais opressor, mais desterritorializador devido às suas características geográficas enquanto território. Os processos de *turistificação* são mais severos devido ao espaço confinado, limitado por água, que obriga à monocultura de actividades do sector terciário e à convivência com um espaço fechado, caracterizado exclusivamente pelo turismo<sup>473</sup>.

De acordo com White (2016) a identidade turística da ilha é cada vez mais pautada pela disrupção instaurada na vida das comunidades locais, que têm manifestado de forma regular o seu descontentamento com a sobrelotação e *turistificação* do território, alertando para o facto de os recursos limitados e decrescentes serem um

<sup>471</sup> Locais afirmam que existe uma transformação bastante célebre das áreas habitacionais em parques temáticos de folclore turístico.

<sup>472</sup> A realidade é tão dramática que tem sido alvo de atenção na cultura popular. Um bom exemplo é o, já referido documentário/filme “*Bye Bye Barcelona*”, do realizador venezuelano Eduardo Chibás.

<sup>473</sup> Existe uma consciência popular de que se encontra em andamento um processo de conversão de todo o território num parque temático.

problema cada vez mais proeminente na região, assim como várias práticas de risco levadas a cabo pelos turistas que produzem tumulto social e revoltas por parte dos autóctones.

Neste sentido, têm vindo a ser aplicadas várias medidas legislativas para controlar acções irresponsáveis que enalteçam a imagem negativa acerca do turismo na região. Entre elas, destacam-se a proibição de nudez em zonas públicas e bares, a imposição de uma lei seca destinada aos turistas, a proibição do *balconing*<sup>474</sup>, e a abolição do *pub crawling*<sup>475</sup>.

Este controlo atenta para o comportamento irresponsável dos turistas, que segundo os locais é perpetuado ao longo de ciclos e ciclos de fluxos turísticos (idem, 2016). Aqui, afirma-se importante notar, que à semelhança da *arrogância cultural* promulgada pela OMT (2003), existe também uma arrogância comportamental que se efectiva pela falta de respeito do alheio, de hetero vivências, onde os turistas demonstram um desdém pela noção de que os territórios turísticos, são também eles, a casa dos autóctones.

No mesmo registo do exercício realizado para Barcelona, ulteriormente, apresentam-se alguns dos principais factores de rejeição do turismo massificado em Maiorca, uma vez que os autóctones afirmam que<sup>476</sup>:

- Algumas medidas políticas tomadas em prol do turismo condicionaram negativamente as suas vidas (proibição de estacionamento em determinados espaços porque ficavam “mal” aos olhos dos turistas). Exemplo: Catedral “A seu” ou “Sandstone”);
- Representantes de ONG’s locais referiram que existe uma tentativa de transformar o território num parque temático devido ao pesado processo de *turistificação* e de isolamento planeada dos seus residentes e áreas habitacionais, apelando a uma segregação óbvia entre clientes (turistas) e presentes (moradores locais);

---

<sup>474</sup> Prática que consiste em saltar das varandas dos hotéis ou apartamentos para a piscina.

<sup>475</sup> Actividades levadas a cabo pelos bares que fomentam a alcoolização dos indivíduos a *low cost*, tendencialmente com promoções e ofertas destinadas a turistas.

<sup>476</sup> Tal como em Barcelona, as posturas expostas foram apresentadas nos órgãos de comunicação social (telejornais, jornais on-line, público, expresso, jornal de notícias e jornais espanhóis, e em maior detalhe, na reportagem da RTP 3 “Turistas vão embora”).

- Expressam preocupação agravada com a escassez de recursos;
- Reprovam a transformação frenética do território, dominado, quase somente, pelo turismo;
- Demonstram pesado descontentamento pelas práticas e comportamentos dos turistas, alegando que os mesmos, inferem danos físicos no espaço e propriedades e também originam vários cenários de poluição física<sup>477</sup>, estética<sup>478</sup> e sonora<sup>479</sup>;
- Manifestam-se contra o entupimento de serviços (exemplo: nas urgências dos hospitais devido a casos constantes de intoxicação alcoólica);

Ilustrando os sinais de resistência e descontentamento sentidos em Maiorca, apresenta-se a figura 11 composta por 2 situações distintas que se tornaram virais na internet e fizeram as manchetes de vários jornais, demonstrando os sinais de saturação do território implementados pela apropriação territorial do turismo. Em ambas as imagens, podem-se observar mensagens negativas direccionadas aos turistas por parte dos autóctones.



**Figura 11-** Sinais de insatisfação com a presença de turistas em Maiorca.

Fonte: <http://uk.reuters.com/article/us-spain-tourism->

<sup>477</sup> Pela poluição dos espaços que abrem caminho a impactos ambientais negativos.

<sup>478</sup> Casos de alcoolização extrema nas ruas e a prática de relações sexuais e nudez nas vias e estabelecimentos públicos.

<sup>479</sup> Pela constante poluição sonora nocturna e ruído permanente durante os dias.

## 2.7 Questões ambientais

De modo menos aparente, surgem as questões ambientais ligadas ao turismo, representando um foco de atenção gradual que se prende com os impactos que o turismo impele sobre os recursos naturais das regiões, gerando relações de conflito.

A consciência ambiental tem vindo a aumentar um pouco por todo o mundo, pautada por uma re-estruturação de formas de actuar de diversas indústrias e sectores, e que, no âmbito do turismo, veio fortalecer uma dessas formas, o ecoturismo (Souza, 2011), uma das novas tendências do sector, que segundo a OMT (2003), representa aproximadamente 10% das práticas turísticas de todo o mundo. Este crescimento emana da lógica de que, a modificação ambiental, é inevitável quando se constroem as condições necessárias para um território ser convertido em destino turístico. Cooper *et.al.* (2007: 210) corrobora esta noção, alegando que: *Assim que a actividade turística ocorre, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo, seja através do processo de produção do turismo.*

Não obstante o seu carácter modificador, é notória a existência de um número elevado de sinergias que podem ser identificadas entre a actividade turística e os recursos naturais e culturais, que poderão representar uma mais-valia para o sector, mas que raramente eram tidas em conta pelos gestores territoriais<sup>480</sup> (ressalvando-se que actualmente essa realidade já não sucede, existindo um cuidado em identificar quaisquer potencialidades, das quais se possa tirar proveito), culminando em situações em que o turismo entra em rota de colisão com esses mesmos recursos, operando contra si próprio (Partidário, 2015). Posto isto, verifica-se que o ambiente se apresenta como um elemento dicotómico, podendo representar, tanto um entrave, como uma oportunidade para o turismo. A sua função será definida pela tipologia de turismo praticado e pelas características a si inerentes, assumindo que existem modelos turísticos mais perjorativos para os recursos e paisagens naturais que outros, levantando a questão da

---

<sup>480</sup> Relembre-se que a alocação de recursos, a elaboração de planos de actuação estratégicos e metodologias de intervenção vão-se aprimorando, desenvolvendo-se com os tempos, evoluindo, o turismo é um fenómeno dinâmico, em permanente mutação e adaptação, pelo que se afigura normal, que no passado nem todas as perspectivas de acção fossem levadas em conta.

sustentabilidade (que se afigura mais grave nas *anatopias*<sup>481</sup>, isto é, nas realidades turísticas exógenas ao contexto local e regional<sup>482</sup>).

Os impactos na esfera ambiental colocam em causa a efectivação de um turismo sustentável, chocando de frente com boas práticas de conservação da herança natural dos territórios, assim como da progressiva supressão dos seus elementos de cariz cultural. Apesar da centralidade dos recursos naturais, a noção de desenvolvimento sustentável resulta de uma harmonia de sustentabilidades, podendo apontar-se a económica, social, espacial, política, ecológica e cultural (Sachs, 2002).

Nesta perspectiva, pretende-se analisar a posição ambiental enquanto barreira para o turismo, dado que é esta posição que abre caminho à reprovação dos seus impactos e aos conflitos. Estes emanam da rota de colisão em que as práticas turísticas se encontram de forma constante com diversos elementos. Na fauna, postula-se que existem práticas que afectam negativamente a presença de certas espécies no território, que se afastam tanto pela presença humana, como pela transformação do espaço e dos seus *habitats* naturais (Kerber; Silva, 2012). O mesmo acontece com os solos, dado que a constante pressão que é imposta sobre os mesmos<sup>483</sup> potencia a abolição crescente da sua capacidade de reter água e elementos essenciais à vida, condicionando também a flora dos locais.

Junto à costa, também se perpetra a destruição de ecossistemas costeiros pela instauração contínua de infra-estruturas, espaços artificiais como baías, marinas e portos, elementos que também abrem caminho à erosão costeira (Schmidt *et al*, 2011). Como último exemplo, recorre-se à extinção de corais para circulação de navios de grande porte destinados à prática turística, tal como acontece com o grande volume de cruzeiros que transitam junto da costa portuguesa<sup>484</sup>. No entanto, apesar destes impactos, de acordo com Boo (1992: 27) salienta-se que:

---

<sup>481</sup> Dinâmica abordada pelo autor João Luís Fernandes (2020) em “Arquétipos e paisagens. Simulacros e anatopias geográficas nos territórios contemporâneos de consumo, lazer e turismo”.

<sup>482</sup> Exemplos: manter relvados, verdes e idílicos, em ambientes mediterrânicos.

<sup>483</sup> Construção constante de infra-estruturas.

<sup>484</sup> Algo semelhante ocorre em Veneza (mais um caso paradigmático dos excedentes do turismo), onde vários activistas e moradores esboçam sistematicamente o seu descontentamento perante a entrada e saída constante de cruzeiros de grande porte nas vias aquáticas da cidade, dado que os barcos empurram grandes quantidades de água (em profundidade) contra os alicerces das mais variadas infra-estruturas ali presentes, fenómeno que aumenta o risco de colapso das mesmas (a longo prazo).

*O problema principal em compreender impactos ambientais do turismo é que poucas ferramentas científicas existem para determinar as mudanças mais subtis. A metodologia de avaliação de impactos para estabelecer a capacidade de carga biológica é ainda pouco utilizada. Consequentemente, nós sabemos pouco sobre os impactos ambientais a longo prazo do turismo sobre os recursos naturais.*

De cariz mais prático, salienta-se que um dos principais focos de preocupação no turismo litoral no que concerne a impactos ambientais, prende-se com as redes de saneamento básico, que por regra são insuficientes para suportar o peso massificado da ocupação territorial nas épocas altas. Os canais das redes acabam por perecer à luz de uma saturação derivada de cargas de efluentes domésticos superiores à sua capacidade de suporte, o que potencia despejos de esgotos e fossas nas praias, facto que fomenta um descontentamento dos autóctones e das ONG de consciência ambiental<sup>485</sup>. Aqui, não só a componente prática de uma fracção do território está a ser afectada, como também está a ser colocada em causa a saúde pública, a imagem local, a potencialidade económica e prática das praias enquanto bens consumíveis de lazer. Os efeitos nocivos na esfera ambiental incorrem num efeito bola de neve, agregando consequências múltiplas que acabam por cimentar conflitos e ciclos de rejeição turística (Souza, 2011).

Como corolário do presente ponto, apresenta-se a tabela 8 que consiste numa compilação de alguns dos principais impactos negativos no meio ambiente resultantes da máquina turística, representando ao mesmo tempo, fontes de conflito e reprovação da apropriação territorial imposta pelo turismo que se evidencia através da deterioração de recursos naturais, um dos principais focos de debate sobre os efeitos do turismo nos territórios, trazido à ribalta pela crescente consciência ambiental das sociedades contemporâneas.

---

<sup>485</sup> No Algarve, exemplo da ASMAA.

**Tabela 8-** Impactos negativos do turismo no ambiente que originam potenciais conflitos.

<b>Impactos negativos do turismo na esfera ambiental que abrem caminho ao descontentamento e aos conflitos</b>
-Conflitos e tensão inter-comunitários entre grupos e órgãos públicos (locais e ONG pró-ambientalistas e poder político e turistas);
-Necessidade de re-abastecimento mais severo e constante das redes de água potável;
-Afectação da qualidade de vida das comunidades locais, potenciando necessidades de deslocação no espaço (para fugir aos efeitos nocivos);
-Aumento da produção de resíduos sólidos;
-Crescimento exponencial do consumo de energia eléctrica;
-Aumento da poluição derivada da elevada concentração de veículos no espaço;
-Sobrecarga das redes de esgotos, abrindo caminho à poluição de rios e mares pela ausência de tratamento de resíduos eficiente;
-Modificação identitária, e dissolução de uma prática quotidiana mais sustentável;
-Imposição constante de novas infra-estruturas pesadas que vão abolindo os espaços naturais (estradas, aterros, sistemas de drenagem);
-Degradação e consumo de paisagens naturais, paisagens históricas, paisagens simbólicas;

Fonte: elaboração própria, adaptado de Kerber e Silva (2012).

Em suma, a consciência ambiental encontra-se interligada a padrões de bem-estar e de qualidade de vida, sendo cada vez mais uma das preocupações das entidades de administração pública e das comunidades locais. Portanto, representam elementos centrais quando se procura avaliar as potenciais rupturas topofílicas que geram sentimentos de rejeição do amplo espectro transformador do turismo. Assim sendo, faz sentido promover uma inventariação dos recursos culturais e naturais, aquando da mobilização de procedimentos inerentes à intervenção administrativa do território e gestão do turismo, operando-se neste sentido, numa óptica de optimização territorial, e não de abolição de elementos que caracterizam os espaços<sup>486</sup> (neste caso, elementos de saúde ambiental e recursos naturais, como as praias).

## **2.8 Níveis de conflitualidade**

Os níveis de conflitualidade variam conforme a fase da vida turística do território em análise, podendo ser superficiais, moderados ou graves.

Os conflitos de índole superficial prendem-se, de forma basilar, com um descontentamento leve que, por norma, derivam de casos isolados de choque entre

<sup>486</sup> Exemplo: sobrecarga infra-estrutural nas praias; Desmatamento de espaços verdes que conferem identidade aos locais em prol da urbanização; O caso concreto dos mangais (conjuntos de manguezais ou “mangues”, que são ecossistemas situados na costa/margem de corpos marinhos, portanto na junção, entre espaço terrestre e marinho) no Brasil;

actores sociais distintos. Contudo, esboçam que a tolerância individual para com os visitantes é extremamente volátil, estando sempre presente a noção dos invasores, dos “que vêm de fora para a minha terra”.

De ordem moderada, podem apontar-se conflitos preponderantes que causam elevados níveis de reprovação turística e que tendencialmente são recorrentes, mas que por alguma razão ainda não atingiram níveis *mainstream*, em que se registre publicamente um descontentamento massificado. No entanto, são bem perceptíveis através das relações directas entre locais e turistas. Evidenciam-se também pela acumulação crescente de fluxos turísticos no território e pela *turistificação* semi-massificada, pre-emptória e indicativa do crescimento exponencial que poderá vir a ocorrer brevemente no sector do turismo. São o nível de conflito mais proeminente nos destinos turísticos, dado que existe uma linha ténue que separa a necessidade de estabilidade económica que o turismo concede à região, da postura negativa face à sua *turistificação* e apropriação territorial.

Por fim, os níveis de conflitualidade graves emergem quando existem fortes factores de rejeição face às práticas turísticas e presença de visitantes no território. Estes cenários são marcados por um antagonismo vincado, em que se materializam dissonâncias notórias de cariz económico, social, cultural, ético e comportamental. São fases críticas que dão azo a situações como as apresentadas em Barcelona e Maiorca<sup>487</sup>, de reprovação evidente<sup>488</sup> do turismo. Também há aqui, a questão da importância do perfil do autóctone. De que residente local se pode falar? Há o autóctone que trabalha por conta de outrém (que exerce uma actividade laboral relacionada com o turismo, aprovando-o moderadamente<sup>489</sup>), o autóctone empresário (que beneficia directamente dos lucros emanados das actividades económicas provenientes do turismo, registando por norma, uma aprovação forte do fenómeno) e o autóctone indiferente, que nem sequer trabalha no sector turístico (mais vulnerável a rejeitar o turismo por não necessitar do mesmo, enfrentando apenas os aspectos negativos de ocupação territorial). Com base nestes perfis, torna-se mais fácil perceber o grau de conflitualidade.

---

<sup>487</sup> Como previamente abordado nos pontos 2.5.1 e 2.5.2.

<sup>488</sup> Mas nunca total. Actualmente, na sequência da pandemia Covid-19, existem *stakeholders* que se queixam da falta de turistas, dados os impactos negativos que se têm registado na economia.

<sup>489</sup> Por necessidade financeira.

De modo a balizar a gravidade da conflitualidade faz sentido mencionar a posição de Castellani *et al.* (2007) que avança a noção de *carga social*, um conceito que estabelece um limite que não pode ser ultrapassado pelas actividades turísticas, enunciando que a partir do momento em que essa linha é transposta, começam a surgir efeitos negativos nas comunidades locais. No entanto, tal fronteira não é tangível, homogénea e transversal a todos os destinos turísticos<sup>490</sup>, devendo ser identificada pelo poder político em articulação com a percepção e posição das comunidades locais.

Quanto à natureza dos conflitos, podem surgir pela via humana e social, pautados pelo hetero-descontentamento entre grupos<sup>491</sup>, por disputas territoriais de desordenamento e apropriação do espaço, pela competitividade económica entre agentes ou por antagonismo sócio-cultural. Habitualmente, essa natureza é traduzida por intermédio de elementos concretos do território, derivando, por exemplo, de uma componente estética ou sonora, que quando ameaçadas, abrem caminho à manifestação tempestuosa dos conflitos. A origem das conflitualidades pode ser multivariada, ganhando forma por inúmeros fenómenos que têm vindo a ser analisados ao longo do presente trabalho. Todavia, reforçando algumas ideias expostas no capítulo 1 (atinentes à identidade e componentes multissensoriais dos territórios), postula-se que duas das principais fontes de conflito, derivam de factores tão simples quanto a estética e a sonoridade dos espaços

### **2.8.1 Conflitualidade derivada da Estética**

Um dos principais focos de emergência de conflitualidades é a abolição da componente estética da paisagem. O consumo, alteração e produção de paisagens artificiais abre caminho ao descontentamento, agravando-se posteriormente, com a imposição de muros que declaram a exclusividade dos locais que se vão erguendo e ganhando forma.

No cerne do descontentamento encontram-se, especialmente, os processos pesados de urbanização e de infra-estruturação do território, coadjuvados pela implementação de todo o tipo de elementos que possam enaltecer a prática turística. A própria ocupação infra-estrutural do espaço acarreta uma dependência proeminente de capital estrangeiro e de entidades internacionais, priorizando as suas próprias áreas de

---

<sup>490</sup> Pela heterogeneidade que define os demais destinos turísticos pelo mundo fora, em função das suas características intrínsecas de várias ordens.

<sup>491</sup> O processo mais analisado no presente trabalho.

interesse e moldando o território à sua imagem (Martins, 2007). É comum urbanizarem-se grandes áreas geográficas com *resorts* e as chamadas “vilas turísticas”, que estão à partida, fora do leque de espaços a usufruir por parte dos locais<sup>492</sup>, sendo portanto áreas, no geral, mortas sem interesse para os mesmos<sup>493</sup>. Há então alteração física, estética e funcional de espaços recém condicionados que outrora eram de livre acesso.

Existe ainda, uma vertente paradoxal inerente à componente estética das paisagens, dado que muitas vezes, estas representam um dos factores base que contribui para os territórios se tornarem destinos turísticos em primeiro lugar, sendo posteriormente alteradas (de forma inevitável) pelo mesmo objectivo. Com base nestas dinâmicas, sublinham-se dois elementos essenciais que permitem definir a presença ou a inexistência de conflitos: o planeamento e o ordenamento do território.

De acordo com Oliveira *et al.* (2010), o planeamento deverá ser erguido com base num conhecimento assertivo da vontade da população local<sup>494</sup>, do poder público e dos turistas. A existência prévia de uma estrutura social, económica e natural forte é um pré-requisito para o sucesso dos territórios enquanto destinos turísticos. Fala-se portanto, em *ordenamento turístico*, uma capacidade funcional que permita compatibilizar espaços ou solos rústicos com espaços ou solos urbanos, exacerbando as potencialidades físicas e económicas dos territórios (Machado, 2010). Este consenso diz respeito ao grau de eficácia que o poder político, munido de todos os seus recursos, tem de regular o bem-estar e desenvolvimento dos seus habitantes (Zoído, 2001).

Sustém-se portanto, que as alterações estéticas deverão ser controladas (quando não sejam imperativas), ou absolutamente necessárias (para benefício do território e de todos). De acordo com Sanderson (2009), esse controlo é alcançado com as políticas de ordenamento do território que deverão, em larga medida, contribuir para uma tripla mudança cultural focada: numa democratização efectiva dos processos levados a cabo por parte das entidades da administração pública; no incremento da resiliência e eficiência da políticas públicas; na prática de uma “cultura” de território mais

---

<sup>492</sup> Por já possuírem moradias no local, e em segunda instância, por motivos económicos (assumindo que poderiam almejar usufruir desses mesmos espaços enquanto clientes).

<sup>493</sup> Assume-se que tudo depende dos casos, do maior ou menor grau de inserção no contexto social e geográfico.

<sup>494</sup> Apesar de este depender da velocidade com que se efectiva, dado que existe turismo que não acelera o lugar (este mantém o seu ritmo) e turismo que é acelerador, que incute um ritmo mais célere, dotado de mais fluxos, mais impactos, e, em última instância, afirma-se mais disruptivo.

respeitadora do interesse comum dos cidadãos, almejando sempre, medidas proeficientes de carácter inclusivo e interactivo.

Para Sachs (2002), a ausência de planeamento colocará em causa a sustentabilidade social, económica, ecológica, espacial, cultural e política. Efectivamente, a carência de planeamento culminará, em primeira linha, na reestruturação e alteração estética da paisagem, dado que os empreendimentos livres começam a proliferar. Perante esse descontrolo, erguem-se as rupturas topoflicas enunciadas no capítulo 1, assim como as desvalorizações pré-estabelecidas de determinados elementos<sup>495</sup>. É também comum registarem-se casos de privação de contemplar a estética da paisagem, aquando da construção de grandes infra-estruturas comerciais e de teor habitacional (novas) que ofuscam espaços habitacionais<sup>496</sup> (já estabelecidos).

Com a componente estética, prende-se ainda, o preenchimento excessivo de áreas urbanas que já se encontram densamente sobrecarregadas, aumentando a tensão entre agentes, algo muito comum na dualidade entre turismo hoteleiro e residencial (Brito, 2009). Apesar de serem modelos de negócios que congreram vários factores como preços, qualidade das moradias, espaço e afins<sup>497</sup>, também se prendem com a componente visual das próprias edificações e com a beleza paisagística que oferecem (da qual fazem parte). Aqui surgem conflitos derivados da disputa entre quem poderá fornecer o melhor produto estético (idem, 2009).

Na tabela 9 são apontados alguns dos impactos de cariz antrópico e ambiental inferidos pela *turistificação* dos locais<sup>498</sup>, que despoletam consequências negativas que abrem caminho aos conflitos.

---

<sup>495</sup> Como por exemplo, os bens imobiliários.

<sup>496</sup> Reforça-se a noção de contiguidade que caracteriza as cidades algarvias do litoral, onde os espaços habitacionais se misturam com empreendimentos comerciais e turísticos.

<sup>497</sup> Sublinhando que na óptica desta abordagem, há uma imagem que prevalece: o turismo massificado que pode ser observado em locais como Benidorm ou Marbella, embora nem sempre seja assim.

<sup>498</sup> Como já analisado anteriormente, concluiu-se que é um fenómeno marcado por processos complexos de re-organização física e funcional dos territórios.

**Tabela 9-** Factores que potenciam a alteração estética dos territórios turísticos.

<b>Factores que alteram, em larga escala, a estética dos territórios turísticos</b>
-Poluição dos corpos de água (mares e rios devido a esgotos não tratados e a óleo de jet-ski, barcos);
-Poluição dos solos (pelo aumento da produção de lixo que se regista com o aumento populacional que caracteriza o turismo);
-Construção elevada de infra-estruturas destinadas ao armazenamento e fornecimento de água potável (reservatórios, canais e redes). Uma sobrecarga neste ponto pode representar um risco para as reservas de lençóis freáticos;
-Necessidade de construção de infra-estruturas atinentes à produção de energia eléctrica (assumindo que o consumo aumenta consideravelmente com a <i>turistificação</i> de um território, devido à infra-estruturação pesada que acompanha o processo);
-Alteração da paisagem natural (e também antrópica), caracterizada por um pesado desmatamento que se concretiza com a finalidade de construir hotéis, <i>resorts</i> , campos de golfe e redes de acesso (estradas) para evitar o congestionamento dos espaços;
-Acções antrópicas na costa (exemplo: assoreamento, destruição de recifes de coral);
-Degradação da fauna e da flora (desmatamento, caça e pesca predatória, destruição propositada de falésias e arribas);
-Construção de empreendimentos turísticos e de áreas habitacionais inflacionadas com o intuito de aumentar a capacidade do território, de modo a fazer face aos elevados fluxos populacionais que o poderão ocupar;

Fonte: Adaptado de Oliveira *et al.* (2010).

Por norma, apesar da finalidade de alterar a paisagem se realizar com uma funcionalidade específica, é considerada sempre um factor negativo pelas comunidades locais.

De cariz contemporâneo, alude-se à vontade de explorar petróleo no Algarve por parte de grandes empresas, possibilidade amplamente reprovada pelos habitantes da região, que se opõe, não só aos pesados impactos ambientais, mas também<sup>499</sup> às potenciais alterações estéticas da paisagem e ao perjúrio imposto sobre o valor das próprias praias, enquanto fontes de riqueza territorial. Pode-se ainda usar como exemplo, a intervenção municipal em zonas de praias com arribas em risco de derrocada, de modo a precaver potenciais desastres. Ora a prioridade será sempre a segurança das populações presentes, no entanto, os recortes geomorfológicos das encostas representam um dos factores que determinam o *appeal* dos espaços<sup>500</sup>, sendo

<sup>499</sup> Atente-se neste âmbito, que os valores da paisagem turística podem ser prejudicados pelo próprio turismo, mas também por outras actividades. No caso concreto, optou-se por se recorrer ao exemplo da potencial exploração de petróleo.

<sup>500</sup> Como ocorre nas viagens turísticas pelas grutas das praias ao longo da linha de costa algarvia.

constantemente regulados por planos como o POOC<sup>501</sup> (CCDRA, 2016), mas popularmente reprovado pelos locais<sup>502</sup>.

Em suma, os conflitos emanam da re-organização do espaço físico, paisagístico e estético, opondo moradores locais ao próprio fenómeno turístico e a potenciais empreendimentos que de si derivem, sempre caracterizados por factores topofílicos. Também surgem do confronto entre comerciantes turísticos pela lógica competitiva de oferecer a melhor paisagem e produto estético possível; da união de forças entre todos os intervenientes turísticos contra o poder político ou medidas que alterem o que fomentou a identidade turística do local inicialmente<sup>503</sup>; do uso do território enquanto destino turístico poder conduzir à proliferação de alterações paisagísticas de índole negativa, prejudicial, não terapêutica<sup>504</sup>;

### **2.8.2 Sonora**

As conflitualidades derivadas de factores sonoros irradiam das questões de supressão de bem-estar individual e colectivo, que consagram uma diminuição da qualidade de vida dos moradores. Segundo Needham *et al.* (2008), a componente sonora de um território<sup>505</sup> representa um dos principais indicadores de medição dos níveis de satisfação das comunidades locais. Ao contrário da componente estética, a sonoridade do território interfere directamente no quotidiano dos indivíduos, não é passiva. Poderá colocar em causa o bem-estar (individual e colectivo), a saúde (psicológica, física), a prática laboral e toda a sanidade sócio-individual das pessoas. De acordo com Carvalho e Rocha (2008: 33):

*O facto de se reconhecer o ruído como sinónimo de incómodo provém, essencialmente, do facto de, em determinado momento, não ser agradável estar sujeito a esse estímulo e preferir a sua ausência, mais do que os eventuais dolos que possa causar à saúde do receptor.*

---

<sup>501</sup> Plano de ordenamento da orla costeira, o qual estipula directivas de fiscalização e destruição controlada de troços de arriba que representem risco antrópico.

<sup>502</sup> É comum defender-se que as arribas e rochas é que contribuem para a beleza das praias algarvias.

<sup>503</sup> Paisagens específicas (como no exemplo prestado acerca das arribas e encostas rochosas).

<sup>504</sup> Poluição, aumento da produção de lixo.

<sup>505</sup> Pode ser muito variada, caracterizada por ruído e poluição sonora, ausência dos mesmos e afins. Também factores positivos que definem a identidade local podem ser aqui incluídos, como por exemplo: os sons dos barcos de pesca a chegar ao cais serem característicos da zona ribeirinha de Portimão, entre outros casos. Nestes casos existe uma receptividade subconsciente a estes sons, que caracterizam aquele local e que permitem fazer com que as pessoas estabeleçam uma relação com o espaço e a sua sonoridade.

Evidenciando a importância dos ruídos, aponta-se a emergência da preocupação com a prevenção dos níveis de poluição sonora nos municípios, devendo os mesmos ser regulados, traduzindo-se esta preocupação, no aparecimento de planos municipais de redução de barulhos (Rocha; Carvalho, 2008). A sua função passa pela inventariação de metodologias e aplicação de medidas que permitam suprimir ou mitigar os décibéis excessivos de certas actividades que ocorrem diariamente nos territórios. Grande parte desses ruídos provém de actividades ligadas ao turismo ou a práticas inerentes à sua realização<sup>506</sup>. Por exemplo, constata-se que o desordenamento do território característico do turismo litoral deu origem a um leque de efeitos secundários negativos, dentro dos quais, se destaca o entrelaçamento constante de infra-estruturas habitacionais com infra-estruturas reservadas a práticas de recreação nocturna altamente ruidosas, destinadas, fundamentalmente, aos turistas.

Por regra geral, as estratégias de comercialização da oferta turística abrem caminho à consagração de eventos e práticas<sup>507</sup> que entram em choque com a rotina laboral das comunidades locais<sup>508</sup>, que por norma, não se encontram de férias, aquando da época alta que diz respeito aos períodos de repouso/lazer dos turistas. Existe aqui um desequilíbrio de poder e de privilégio, enaltecendo-se que, a qualidade de vida dos locais pode ser sacrificada em prol do bem-estar dos visitantes.

Neste âmbito, Lefebvre (1997) apresenta a sua ideia de *ritmanálise*, um conceito que defende traduzir a “música” das cidades mediante identificação de ritmos quotidianos e sonoridades a si inerentes. Nesta ideia, o autor define que esse ritmo comporta uma componente espacial e outra temporal, que são estabelecidas, em concreto, pelos espaços onde ocorrem (públicos ou privados) e pela altura do ano em que sucedem determinadas práticas.

Para o caso concreto, enaltece-se a segunda variável, assumindo que o ritmo se torna negativo nas épocas altas, a partir do momento que choca, uma vez mais, com a qualidade de vida dos locais. A legislação e fiscalização ficam aquém das expectativas na maior parte dos casos, dado que nos territórios turísticos, é esperado que existam

---

<sup>506</sup> Exemplo: barulho dos meios de transporte como os aviões que produzem grandes quantidades de ruído, mas que se avizinham como necessários, por representarem um dos vectores que possibilita a chegada de turistas estrangeiros aos destinos turísticos nacionais.

<sup>507</sup> Exemplos: Concertos e festivais de verão.

<sup>508</sup> Que muitas vezes acabam por trabalhar em serviços que postulam actividades semelhantes.

períodos de elevada agitação diurna e nocturna, emanantes de práticas que concentram grandes densidades populacionais (Urry, 1996).

Constata-se assim, que este tipo de conflitualidade emerge do decréscimo da qualidade de vida das comunidades locais que, não irradiando directamente da má fé das actividades turísticas, acompanha os processos a si inerentes que ocorrem pela parafernália tecnológica, industrial e de funcionamento dos serviços que são fonte inevitável de poluição sonora, produtos necessários do localismo globalizado que vão permeando as malhas de actuação do turismo (Fortuna, 1999).

---

### ***CAPÍTULO III***

*“Algarve, um caso paradigmático do turismo de sol e  
mar”*

### **3.1- Modelo turístico do Algarve, a identidade económico-turística<sup>509</sup>**

A construção de territórios turísticos surge de uma canalização de esforços de agentes distintos, essencialmente do mercado, turistas e promotores territoriais (Knafou, 1996). A sinergia entre estes elementos, a par das potencialidades endógenas das regiões, estruturam os modelos turísticos. É crença geral que a identidade turística do Algarve, tal como a conhecemos hoje, nasceu em 1962, data em que se registaram movimentos de exódo rural na região em direcção ao litoral, na qual se iniciaram projectos de infra-estruturação de áreas costeiras e em que se popularizou a difusão de publicidade acerca das potencialidades das praias algarvias (clima e temperatura da água) nos países nórdicos<sup>510</sup> (Brito, 2009<sup>511</sup>). A mutação da região ganhou uma forma mais evidente com a abertura do aeroporto de Faro três anos mais tarde (1965), promulgando o Algarve como um território aberto ao mundo.

Na sequência do estabelecimento do aeroporto, começou a registar-se um aparecimento de hotéis e edificações de lazer transversal à faixa litoral da região (Freitas; Dias, 2012). A década de 60 marcava assim, o início do Algarve contemporâneo, urbanizado pelo turismo, desenvolvido pelo turismo, uma construção enraizada no modelo turístico de “sol e mar”, um verdadeiro paradigma da *turistificação* (idem, 2012). Na década seguinte, com a queda da ditadura, começaram a intensificar-se os fluxos turísticos em direcção à região, motivados pela recém adquirida capacidade de expressão livre das comunidades locais que aos poucos começaram a promover as potencialidades do território. Aludindo a esta evolução, a CCDRA (2003: 10) afirma que:

*O Algarve tornou-se num território aberto ao exterior, com uma sociedade cosmopolita e uma economia dinâmica, onde os serviços ganharam grande preponderância. A região é hoje o principal destino turístico do país, sendo a marca “Algarve” conhecida internacionalmente.*

---

<sup>509</sup> Relembre-se, conforme exposto no início da tese, que o presente capítulo e todos os seus pontos se referem ao Algarve em geral. Apenas são feitas pequenas alusões a Portimão a título de exemplo, visando-se estabelecer também, algumas ligações à investigação de campo propriamente dita.

<sup>510</sup> Como a Inglaterra e a Suécia.

<sup>511</sup> Na obra em questão, “Território e turismo no Algarve”, o autor Sérgio Brito faz uma análise das transformações territoriais da região na década de 60, a qual aponta como sendo o ponto de partida para o processo de *turistificação* (aborda ainda, outros períodos temporais), evidenciando a especialização da economia apoiada no turismo. Nesta esteira, explica os demais fenómenos e factores que construíram o Algarve turístico que, nas décadas subsequentes, se consolidou como referência do modelo sol e mar.

Porém, a presença de turistas começou a registar-se no século XIX<sup>512</sup>, onde se observaram os primeiros movimentos turísticos pautados por diferentes finalidades, mas sempre em pequena escala. Por exemplo, constata-se que vários viajantes (nacionais e estrangeiros) se deslocavam em direção a Monchique devido às suas águas termais com fins terapêuticos (Leite, 2008). Nessa altura ignorava-se a potencialidade do binómio sol e mar, que no início do século XX viria a ganhar alguma notoriedade<sup>513</sup> com a chegada às bancas da *revista de turismo*, uma publicação periódica (1916-1924) que fazia análises de destinos turísticos, tendo mencionado o potencial desperdiçado até então que representava a região algarvia (Rafael, 2015).

Apenas um ano antes, a realização do primeiro congresso regional do Algarve tinha prestado indícios da possível força do turismo para a região, onde Tomás Cabreira<sup>514</sup> começou a promover a necessidade de se investir em sectores chave para hegemonização do turismo, seguindo-se este fenómeno, à abertura do casino no local (Portimão), cinco anos antes (Cunha, 2012).

Apesar de um desenvolvimento paulatino, muito marcado pelo isolamento geográfico do resto do país, e pela falta de infra-estruturas críticas necessárias para dotar as populações de condições básicas para a vida (como a rede eléctrica, a rede de esgotos e de águas) (Rafael, 2015), vários empreendimentos foram ganhando forma no período pré *boom* turístico que se estendeu até finais da década de 40, nomeadamente a construção de hotéis em vários pontos chave da região, como o Hotel da Rocha em Portimão, o grande Hotel de Faro, o Hotel Internacional (adjacente às Caldas de Monchique) e afins (Brito, 2009). Por consequência, em meados de 1950 os agentes locais já começavam a promover a região como força turística, procurando um nicho de mercado e perspectivando a consagração de negócios de família e actividades económicas focadas nos serviços, fenómeno que viria a chamar a atenção das elites, industrializando o espaço e abrindo caminho para processos de urbanização.

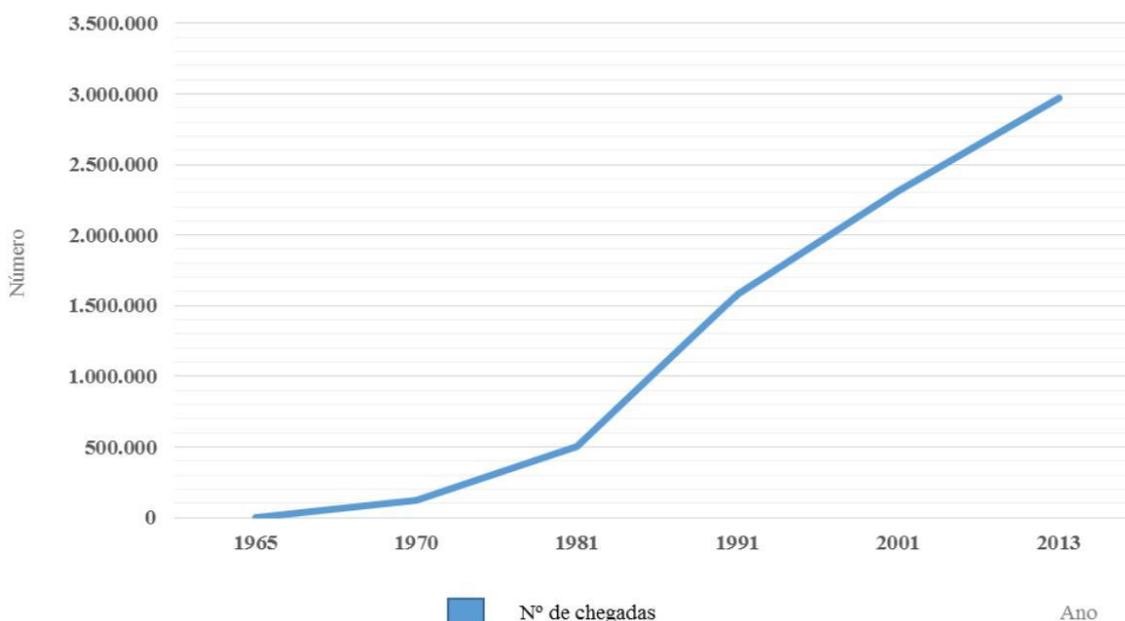
---

<sup>512</sup> Ainda que o Algarve não estivesse na rota principal do *Grand Tour*, um fenómeno social que se iniciou no século 18 e que revestia os moldes de um itinerário de viagem pela Europa, onde os *Grand Tourists*, em larga medida, jovens britânicos de classes altas, partiam à descoberta de locais longínquos, com fins estritamente lúdicos (Salgueiro, 2002).

<sup>513</sup> Que viria a ganhar ímpeto pela queda das praias de “águas frias” (como a Figueira da Foz) que decresce em paralelo com a subida do turismo algarvio em termos de procura interna. A importância das águas quentes foi crescente, acompanhada sempre, pelo valor dado ao clima ameno da Praia da Rocha, no caso de Portimão (Batista, 2015).

<sup>514</sup> Na época, ex ministro das finanças, natural do Algarve. Foi em sua homenagem que se deu o seu nome à principal avenida da Praia da Rocha, em Portimão, um dos núcleos centrais da oferta turística na Europa.

De 1960 a fins da década de 80 o modelo turístico de sol e mar consagrou-se, transmitindo o *feeling* de fórmula vencedora, massificando a oferta hoteleira, estipulando a proliferação desmesurada de restaurantes, e, essencialmente, dos fluxos turísticos (Leite, 2008). Com o início da década de 90, assistiu-se à implementação do turismo nos planos de ordenamento do território (PDM e PROTAL), atestando a sua posição como principal motor de dinamização da economia local/regional (idem, 2008). Neste sentido, os dados do INE relativos ao número de chegadas ao aeroporto de Faro desde 1965, apresentados abaixo (gráfico 2), acabam por comprovar a noção de D. Harvey<sup>515</sup> (2009<sup>516</sup>) acerca do encurtamento das distâncias pela compressão do espaço-tempo, assim como o processo de maturação do modelo turístico sol e mar do Algarve, demonstrando que a prática turística é coadjuvada pela modernização dos meios de transporte.



**Gráfico 2-** Chegadas ao aeroporto de Faro, 1965-2013.

Fonte: INE, 2014.

Actualmente, defende-se a predominância do modelo “sol, mar e golfe”. Ademais, enumerando os produtos estratégicos da oferta turística da região fortemente estabelecidos, podem apontar-se também a *meeting industry*<sup>517</sup>, o turismo residencial e os *resorts*, o turismo náutico e o turismo de bem-estar (TP, 2015). Por sua vez, com um

<sup>515</sup> Também abordada por Friedman (2005) em “O mundo é plano. Uma História breve do século XXI”.

<sup>516</sup> A edição original da obra “Condição Pós-moderna” é de 1989.

<sup>517</sup> Tipo de dinâmica turística que tem como finalidade efectuar reuniões entre grandes grupos com influência no sector do turismo (as convenções/reuniões têm, por norma, objectivos específicos).

carácter emergente começam a fazer-se notar, o turismo de natureza, o turismo cultural e o turismo gastronómico e de vinhos (idem, 2015). Deste modo, o processo turístico no Algarve mudou em termos quantitativos, mas também qualitativos.

A dinamização da oferta representa um aspecto positivo, de rejuvenescimento, de contra-estagnação da identidade económico-turística da região. Segundo a CCDRA (2006), a requalificação constante do território e dos seus produtos deverá constar em todas as agendas políticas, evitando a consumação de uma monocultura turística<sup>518</sup>. É um processo que deverá assentar em quatro vectores estratégicos: diversidade, competitividade, excelência e sustentabilidade<sup>519</sup> (PROTAL, 2004).

Apesar dos ciclos de inovação e rejuvenescimento, os produtos subsidiários de oferta turística no Algarve, ainda são vendidos como experiências complementares ao sol e mar (TP, 2015), em grande medida, devido à demanda massificada dos recursos provenientes das áreas costeiras (Leite, 2008). Esta realidade tem desencadeado uma fixação de infra-estruturas desmesurada no litoral, fomentando o chamado “arco metropolitano do Algarve” (PNPOT, 2011), muito impulsionado pela qualidade das vias de acesso, como a auto-estrada A22, denominada “Via do Infante”<sup>520</sup> (Leite, 2008).

Elementos como o turismo de saúde, o turismo de negócios e o *touring* são ramificações do “sol e mar”, enquanto que o turismo de natureza e o turismo náutico<sup>521</sup>, se encontram na fase de desenvolvimento, sendo alvo das estratégias de planeamento territorial (TP, 2015). Neste sentido, o PROTAL, o PO, e o CRESC (inserido no Portugal2020), apontam que o turismo assume uma posição central<sup>522</sup> para o crescimento e estabilidade da região, através de um enfoque musculado em estratégias de revitalização do modelo sol e mar, nunca arriscando uma ruptura total com o mesmo. Tal posição, materializa-se face à demanda internacional, sustendo-se que os países europeus mais ricos<sup>523</sup> elegem o Algarve como região *premium* para a prática turística, com base nas condições climáticas e no modelo “sol e mar”. Esses mesmos países

---

<sup>518</sup> Exemplo: elevada dependência de um único recurso para promover a oferta turística, como acontece com parques temáticos (marcam grande presença no Algarve como o “*Slide & Splash*”, o “*Aqualand*”, o “*Aquashow*”, o “*Crazy World*” e o “*Zoomarine*”).

<sup>519</sup> No âmbito destes sectores estratégicos, o PENT (Plano Estratégico Natural do Turismo) emerge com centralidade, sendo abordado algumas linhas adiante.

<sup>520</sup> De um ponto de vista inicial, tendo esta artéria fundamental para o trânsito no Algarve vindo a deteriorar-se bastante nos últimos tempos.

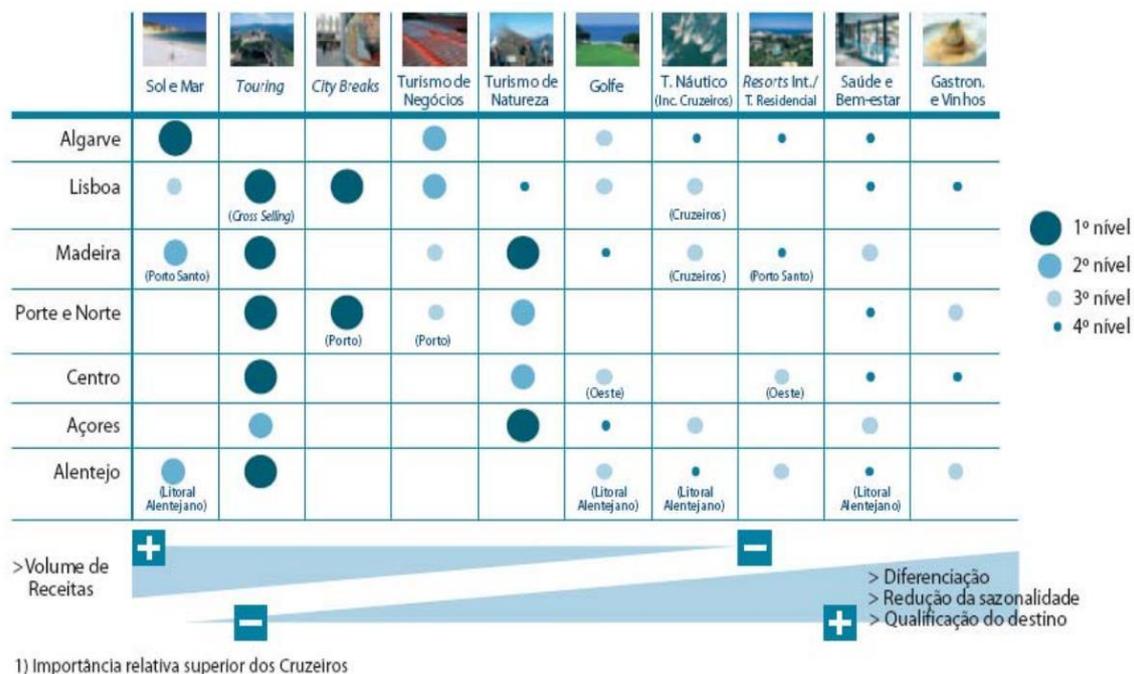
<sup>521</sup> Por norma também é associado ao modelo “sol e mar”, no entanto, aqui pensa-se na lógica fluvial.

<sup>522</sup> Atente-se para a nota anterior, sublinhando, contudo, que o PENT tem vocações estratégicas regionais.

<sup>523</sup> Reino Unido, França, Alemanha.

representam o grosso das deslocações e das ocupações hoteleiras da região, sendo os precursores de investimentos chave que dinamizam a economia local<sup>524</sup>.

O modelo turístico do Algarve é assim complexo, ganhando novas actividades e renovando paulatinamente a sua identidade, a sua oferta<sup>525</sup>. Contudo, a hegemonia do sol e mar define, não só o território, mas as comunidades e todo o tipo de actividades. Por exemplo, segundo o PENT, o único produto turístico de nível 1<sup>526</sup> do Algarve (figura 12) é a qualidade do sol e mar, registando-se também como a única região nacional a atingir a classificação máxima neste parâmetro.



**Figura 12:** Contribuição dos produtos turísticos por região.

Fonte: PENT, 2012.

O binómio “sol e mar”, para além de definir a identidade económico-turística da região, tem predominado no tempo, com altos e baixos, mas mantendo a sua força. Os ciclos de vida dos destinos turísticos podem ser avaliados pelo modelo proposto por Butler (1980), literalmente conhecido como “modelo do ciclo de vida dos destinos turísticos”, que foi aplicado no Algarve com base em quatro indicadores: número de passageiros processados no aeroporto de Faro; número de dormidas; número de unidades de alojamento classificado; capacidade de alojamento em número de camas; O

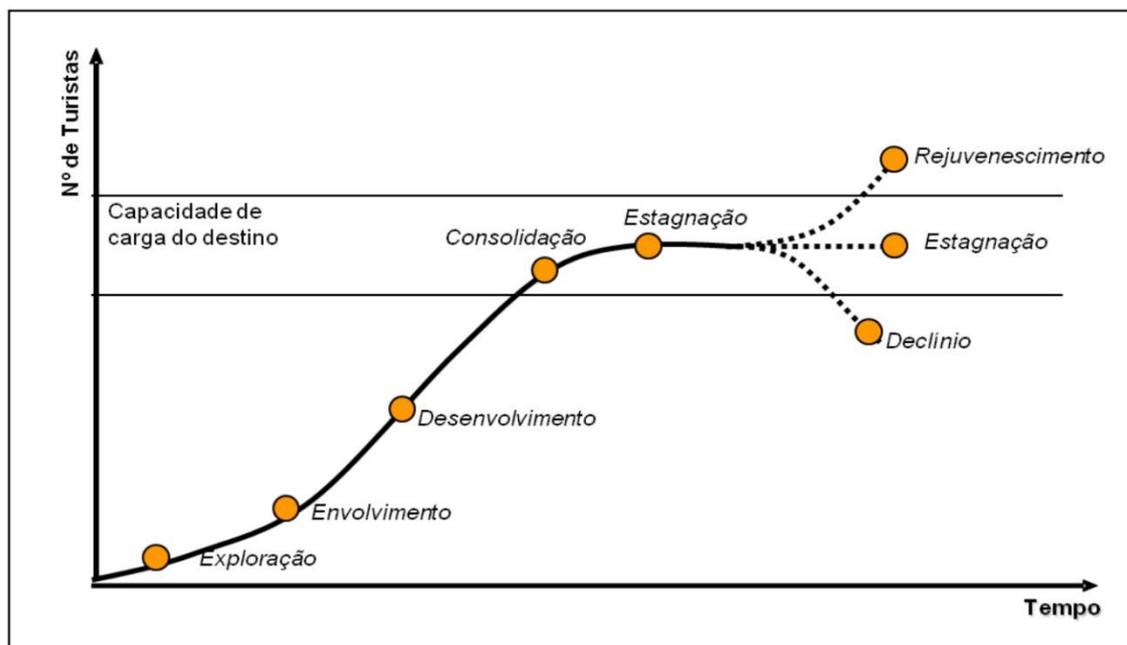
<sup>524</sup> Sempre com uma presença maioritária dos turistas ingleses.

<sup>525</sup> Apesar de representar, ele mesmo, uma monocultura de actividade económica da região.

<sup>526</sup> Produtos avaliados em 4 níveis.

resultado da aplicação da ferramenta revelou um grande crescimento económico da região desde a criação da sua identidade turística (em 1962) até ao ano de 2013<sup>527</sup> (TP, 2014: 341). Em detalhe, o dito modelo, adopta uma estrutura sequencial que se inicia na exploração das potencialidades territoriais, assim como na experimentação/avaliação de capacidades dos potenciais protótipos turísticos<sup>528</sup>, passando pelo envolvimento, desenvolvimento e, por fim, consolidação do modelo de turismo adoptado.

Numa segunda fase<sup>529</sup>, o modelo robustece-se, começando a apresentar sinais de estagnação, perante a qual se virá a definir a sua verdadeira potencialidade, perceptível perante o despoletar de um possível rejuvenescimento, declínio ou linearidade de inércia (Almeida, 2009, adaptado de Butler, 1980) (Figura 13).



**Figura 13-** Modelo do ciclo de vida dos destinos turísticos.

Fonte: Almeida, C. M. B. R. (2009), adaptado de Butler, R. (1980).

Perante o modelo apresentado e com base no percurso histórico da construção da identidade turística do Algarve, tornou-se possível substanciar uma análise da região enquanto destino turístico de sol e mar (Tabela 10).

<sup>527</sup> Ano a que corresponde a aplicação do modelo, conforme exarado na tabela 10 (infra).

<sup>528</sup> Que façam uso das potencialidades endógenas do próprio território, sendo portanto, aqueles que melhor as exploram.

<sup>529</sup> Actualmente pode identificar-se uma outra fase, pós-pandemia Covid-19, a qual ainda reserva contornos e efeitos incertos.

**Tabela 10-** Processo de afirmação do modelo de sol e mar do Algarve<sup>530</sup>.

Fases	Períodos	Acontecimentos
<b>Exploração</b>	Finais do século XIX, inícios do século XX;	-registo de breves práticas turísticas; -turismo essencialmente selectivo;
<b>Envolvimento</b>	Século XX (até ao fim da década de 50);	-empreendimentos turísticos começam a ganhar ímpeto;
<b>Consolidação</b>	Década de 60 a década de 80;	-grande desenvolvimento urbano, infra-estrutural, de serviços; -internacionalização consolidada da marca Algarve como destino turístico <i>premium</i> ;
<b>Estagnação</b>	Inexistente;	-crescimento regional contínuo, assim como da máquina do turismo;
<b>Rejuvenescimento/estagnação/declínio?</b>	Actualidade (pós-década de 90);	-complexidade; -fluxos massificados; -oferta turística heterogénea (pré-diversificada, mas pautada por uma oferta hegemónica do turismo de sol e mar (monocultura inconsciente); -não há declínio evidente, mas sim ciclos de aceitação e rejeição de práticas, pautadas por oscilações no volume de presença de turistas; -estratégias de crescimento com base no turismo adoptadas pelos governos e planeamento estratégico;

Fonte: Elaboração própria, feito com base no modelo de Butler (1980).

Assim, pode afirmar-se que a identidade do Algarve a par do seu espaço e comunidades, também foi por si próprio (enquanto território), uma construção turistificada (nos seus moldes actuais<sup>531</sup>). Todos os seus núcleos polarizadores de actividades se ergueram com recurso ao turismo, como são os casos de Albufeira, Portimão e Vilamoura, que cresceram exponencialmente nas últimas décadas (Freitas; Dias, 2012). Crescimento que foi incrementado pela chegada de capital estrangeiro, estabelecendo uma apropriação territorial e monopolizando actividades e serviços, abrindo caminho a potenciais conflitos.

Perante eventuais conflitos coloca-se uma nova questão<sup>532</sup>: quem controla o espaço, os processos de transformação, e por consequência, o monopólio de actividades turísticas? De grosso modo, investidores privados, tendencialmente estrangeiros, de grande poder económico (multinacionais), que efectivam a *desterritorialização in situ*<sup>533</sup> (ainda que de forma involuntária). Vilamoura esboça bem esta realidade, complexo de

<sup>530</sup> Na fase de consolidação, a região beneficiou do aumento da procura interna, da solidificação das classes médias, por isso, o Algarve turístico está neste cruzamento entre as mudanças internas e a permeabilidade do país ao exterior.

<sup>531</sup> Não esquecendo que existe um Algarve antes do turismo, o que engloba Portimão. O que se coloca é a relação do turismo com o passado, onde parece ter havido um corte, mas registam-se tentativas de recuperar essa filiação à memória.

<sup>532</sup> Relembre-se que anteriormente já tinham sido elaboradas questões atinentes à problemática dos conflitos, orientados no sentido de interrogar a sua natureza. Neste ponto, assume-se o teor da sua génese que despoleta antagonismo grupal.

<sup>533</sup> De âmbito geral, mas faz sentido atentar para a *desterritorialização* de gestão, de propriedade, dado que as empresas pertencem a entidades estrangeiras, alheias ao território que serve como palco para as suas actividades.

luxo que se ergueu estritamente em função do turismo, com recurso generalizado (mas não total) a capitais estrangeiros.

A rede hoteleira é um testemunho dessa apropriação, na qual, segundo o *ranking* dos maiores hotéis presentes na Europa, nove dos maiores grupos mundiais marcam presença no Algarve (tabela 11).

**Tabela 11:** Presença de grupos hoteleiros internacionais no Algarve.

	Grupo	Sede	Número de Hotéis na Europa em Março de 2010	Número de quartos na Europa em Março de 2010	Nome do Hotel no Algarve	Localização no Algarve
1	Accor	Paris, França	2310	252.273	Ibis	Faro
2	Best Western	Arizona, EUA	1393	94.231	Best Western Hotel Marinur	Albufeira
					Best Western Hotel Dom Bernardo	Faro
3	Inter Continel Hotel Group	Reino Unido	586	93.598	Best Western Hotel Marinur	Armação de Pêra
					Best Western Hotel Dom Bernardo	Vilamoura
6	The Rezidor Hotel Group	Bruxelas	252	51.774	Radison Blue Resort & Spa	Portimão
8	Tui AG	Alemanha	183	47.961	Club Quinta da Ria	Tavira
9	Hilton	EUA	184	45.000	Hilton Vilamoura As Cascatas Golf Resort & Spa	Vilamoura
13	Starwood	EUA	158	38.528	Le Méridien Golf and Resort	Portimão
					Pine Cliffs Residence	Albufeira
					Sheraton Algarve Hotel	Albufeira
18	Riu	Palma de Maiorca, Espanha	57	16.953	Hotel Riu Palace Algarve	Albufeira
43	Club Med	Paris, França	55	Não Mencionado	Club Med da Balaia	Albufeira

Fonte: Adaptado de modelo presente na página:

<http://www.hotelmanagementnetwork.com/features/feature81054>

Apesar da consolidação do modelo “sol e mar” ter acompanhado a criação de um modelo turístico que é reconhecido tanto a nível nacional como internacional, as características do Algarve, fazem com que a região se depare com um problema estrutural no que tange ao turismo, a sazonalidade.

### 3.1.1- Sazonalidade

A economia algarvia encontra-se regulada por critérios que lhe são alheios<sup>534</sup>, definindo-se, como já referido, pela sua identidade económico-turística. Enquanto que

<sup>534</sup> Neste âmbito, em função do clima e não dos critérios económicos recém abordados.

Portugal sofre de um problema de desemprego estrutural<sup>535</sup>, o Algarve acarreta um segundo tipo de desemprego, o sazonal<sup>536</sup>.

Segundo Ruschmann (1999), assiste-se a um conjunto de transtornos no sector do emprego, trazido pela monocultura turística que actua como actividade central de desenvolvimento da região. Como resultado, assinalam-se vivências precárias para as comunidades locais, sistematicamente dependentes da afluência de visitantes à região. Existe portanto, um conflito de interesses, onde se opõe diametralmente, apropriação territorial por agentes exógenos, à necessidade da presença e acção desses mesmos elementos para a subsistência e funcionamento das comunidades turistificadas.

Ora a sazonalidade turística, regional ou local, ganha forma por intermédio de factores como o clima, tradições e costumes, natureza dos negócios locais, que operam com base na lei da oferta (dos serviços) e efeitos de calendário (Frechtling, 2001). Com esta noção presente, aponta-se que Portimão depende fortemente de todos estes elementos, dado que a sua conjugação define em absoluto a capacidade de funcionamento económico da cidade. No entanto, o clima evidencia-se como sendo o factor mais determinante, condicionando fortemente os fluxos turísticos que procuram, quase que exclusivamente, sol e mar.

De acordo com Koenig-Lewis e Bischoff (2005: 206), os factores que definem a sazonalidade são mais abrangentes, prendendo-se sobretudo, com técnicas de *pull and push*. Os autores estipulam que os factores *pull* dizem respeito a elementos como o clima na área de recepção, a elaboração de eventos e as épocas desportivas (caça, pesca e golfe). Quanto aos factores *push*, assinalam-se o clima na área de origem, a data do ano (Páscoa, feriados), os benefícios institucionais (férias), os acessos (condicionados, os meios de transporte), a pressão social de ter de estar na moda, e a inércia e tradição (idem, 2005). No entanto, estas definições estipulam razões que justificam a sazonalidade na óptica de quem procura os destinos turísticos, do que os motiva a viajar, mas a realidade é que a sazonalidade é mais densa, é intrínseca aos sistemas de

---

<sup>535</sup> Tipo de emprego que se enquadra no estado sócio-económico do país, que de acordo com as suas características internas, negativas, potenciam a perda de emprego por parte dos cidadãos.

<sup>536</sup> É o desemprego que se prende com as flutuações de ocupação do espaço, trazido por fenómenos como o turismo. Exemplo: nas épocas altas, as comunidades locais trabalham nos serviços do sector, nas épocas baixas, os estabelecimentos fecham para férias e remetem os indivíduos para o desemprego.

territórios turísticos caracterizados pelo clima quente<sup>537</sup>, inferindo impactos significativos nas vivências individuais.

Por norma, assiste-se a uma transição marcante do sector primário para o sector terciário por parte da mão de obra local. Tal fenómeno efectiva-se devido à extinção progressiva de espaços e negócios inerentes à prática agrícola, condicionados pelos baixos índices de rentabilidade de capital, devido à hegemonia dos negócios turísticos. A população autóctone torna-se refém de uma monocultura laboral, o que infere repercussões negativas a uma escala macro-económica, acusando maior presença em casos de redução efectiva de fluxos turísticos na região<sup>538</sup> (Ruschmann, 1999). Muitos dos empreendimentos destinados ao turismo continuam a estar fora do alcance das comunidades locais devido à sazonalidade, uma vez que os negócios e serviços de donos de negócios nacionais (de outras zonas do país), e de países estrangeiros, se destinam, quase que estritamente à população turística, operando numa lógica de maximização de lucro, fechando portas fora da época balnear. Nesta perspectiva, Guerreiro (1993) aduz mesmo que o Algarve é um território devassado pelo turismo, que toda a sua essência se formula e vende em torno do fenómeno.

Deste modo, o grau de acesso é restrito nas épocas altas, e inexistente nas épocas baixas, não deixando as infra-estruturas de ocupar o espaço físico no território. Perpetua-se a obrigatoriedade de conviver com as alterações no espaço sem obter qualquer tipo de vantagem com a sua presença. Neste sentido, adensa-se a abolição de espaços de transição livre, condicionando-se também a exploração dos mesmos por agentes locais (para outras finalidades), ressaltando-se, contudo, que o Algarve tem vindo a trabalhar para tentar atenuar essa sazonalidade<sup>539</sup>.

A sazonalidade apresenta-se como um entrave à construção de moldes de um modelo de turismo sustentável, assumindo que para se atingir essa meta, se tenha que fomentar a inclusão económica, ambiental, e, principalmente social (Santos, 2011).

---

<sup>537</sup> Quando esses territórios não se afirmem como metrópoles de grandes dimensões que possam oferecer toda uma panóplia de mais-valias para as populações (sejam oportunidades de emprego ou acessibilidade exclusiva a serviços).

<sup>538</sup> Se a procura turística baixa, diminui também a necessidade de mão de obra nos serviços turísticos, que domina de forma geral os empregos disponíveis na região. Existe portanto, um problema que se impõe aos indivíduos locais, condicionados permanentemente pelo sucesso turístico da região para sobreviver (em sentido amplo, claramente existem vários empregos de outra natureza, compondo estes, no entanto, uma fracção mínima da oferta laboral no Algarve).

<sup>539</sup> Com a realização de alguns eventos de interesse turístico, fora da época alta, como aconteceu por exemplo, com edições do evento “Rota do Petisco” que caracteriza a oferta gastronómica da região.

Partindo da premissa que o turismo em Portimão<sup>540</sup> é dissonante, normativamente definido por índices de estatuto sócio-económico, deduz-se que o facto de empurrar os habitantes locais para o desemprego, conjugado com a fraca produtividade de que padece nas épocas baixas, faz diminuir o seu estatuto<sup>541</sup>, antagonizando as premissas de inclusão social e económica.

Na óptica de Hall e Richards (2000), deve prestar-se uma atenção minuciosa à sustentabilidade das comunidades locais, dado que representam o alicerce da construção de um turismo sustentável.

No entanto, as questões relativas à sazonalidade têm sido alvo de atenção do poder político e do planeamento territorial, assumindo posições centrais no PO Algarve, no PROTAL e no CRESC2020<sup>542</sup>.

Com maior destaque, podem apontar-se os programas Algarve e Algarve365, desenvolvidos com o objectivo de focalizar esforços nas áreas da arte e da cultura, potencializando os recursos endógenos da região através de uma difusão e comercialização de elementos que esboçam a sua herança cultural. Este esforço prendeu-se estritamente com o objectivo de atenuar a sazonalidade da região, considerada como um dos principais entraves ao crescimento económico da mesma. No entanto, mediante o exposto, verifica-se que as questões de sazonalidade são amplamente abordadas com um carácter negativo, ensejando os benefícios de fomento económico que o aumento dos fluxos turísticos, ao longo do ano, podem trazer à região.

Na literatura, há portanto, uma lacuna de investigação, onde raramente se confere uma voz à posição dos moradores locais, procurando saber se de facto há uma aceitação positiva da ausência de fluxos turísticos na época baixa e de todos os impactos secundários que os mesmos acarretam<sup>543</sup>.

É importante precisar que a época baixa, quando há sazonalidade<sup>544</sup>, não esboça em absoluto a ausência de turismo, há turismo em poucas quantidades ou proporções moderadas. Tendencialmente, será nestas épocas que existe uma maior aceitação do

---

<sup>540</sup> Área de intervenção do estudo de caso, analisada em detalhe no capítulo seguinte.

<sup>541</sup> Enquanto região, território e produto turístico.

<sup>542</sup> Todos os planos abordam o fenómeno como sendo negativo, traçando metas e objectivos que almejam contrariar as tendências sazonais do Algarve.

<sup>543</sup> Sobrelocação do espaço, congestionamento (fenómenos analisados ulteriormente).

<sup>544</sup> Este fenómeno é, de facto, um dos riscos inerentes ao turismo.

turismo, estando os locais, mais receptivos aos fluxos turísticos mais controlados, seja pelas facilidades no atendimento (em próle do número inferior de pessoas relativamente às épocas altas), seja pela dinâmica de lucrar na época baixa ou de fidelizar potenciais clientes para o futuro. Em contrapartida, há uma diminuição acentuada na colheita de lucros.

A sazonalidade funciona assim como uma balança de mediação entre tensões, permitindo equilibrar as posturas institucionais/individuais de aceitação e rejeição do turismo. Destarte, a distinção tem de ser feita a escalas distintas, dado que os impactos a um nível macro distinguem-se daqueles que se verificam a um nível micro.

No primeiro caso, sustém-se que os impactos são sempre negativos, uma vez que a produtividade da região diminui, abarcando também consequências que se radicam no prejuízo dos indivíduos, mormente nos fenómenos supramencionados (desemprego e afins). Por outro lado, no segundo caso, aludindo ao bem-estar pessoal, pode afirmar-se que existe um efeito de válvula de escape, permitindo aos autóctones (trabalhadores do sector ou não), uma possibilidade de usufruir do espaço mais livremente, de atenuar o esforço empregado no trabalho, e ainda, obter lucros (claramente mais baixos ou vincadamente mais reduzidos do que na época alta) com enfoque no turismo de nichos e de fraca densidade de clientes<sup>545</sup> (tipologias de turismo cada vez mais proeminentes, que assentam na lógica de *city brakes* e de fugas em alturas de menor confusão para experiências calmas; exemplo: a semana da Páscoa no Algarve, caracterizada pelo clima ameno, desprovida de confusão e com grande parte dos serviços e estabelecimentos a funcionar<sup>546</sup>).

Como dado empírico da sazonalidade da região, apresenta-se o gráfico 3 que exhibe os valores para a taxa de ocupação e estada média nos estabelecimentos hoteleiros, perspectivada com uma divisão trimestral. Apesar da variável da estada média apresentar valores negativos ou baixos, enaltece-se com destaque a taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros, um indício forte do aumento populacional que se regista nas épocas altas.

---

<sup>545</sup> No entanto, esta perspectiva é negligenciada devido ao facto de vários empresários pagarem rendas muito elevadas em zonas *premium*, o que traduz prejuízo em manter os estabelecimentos abertos nas épocas de menor procura. Contudo, os empreendimentos turísticos são muito mais numerosos do que aqueles que ocupam essas áreas, podendo os lucros dos agentes económicos ser equilibrados, dado que nas épocas, baixa e média, os gastos com produtos de venda e facultação de serviços (água, luz,) também são muito menos sonantes.

<sup>546</sup> Os fluxos de estrangeiros tem vindo a aumentar ao longo dos anos nesta época.

Note-se também, que se regista uma descida drástica nas ocupações logo após o término do verão. Evidentemente que a queda seria esperada devido à hegemonia do modelo “sol e mar”, mas atente-se para o facto de a taxa de ocupação nunca apresentar números negativos (ao contrário da estada média) o que adverte para a questão de existir turismo, privilegiando-se porém, a preferência por não usufruir de estabelecimentos hoteleiros.



**Gráfico 3-**Taxa de ocupação e estada média nos estabelecimentos hoteleiros, evolução trimestral (variações homólogas).

Fonte: Ine (2016), turismo de Portugal .

A par das dinâmicas de ocupação territorial e serviços de alojamento, salientam-se também, os níveis de desemprego que oscilam de acordo com as épocas baixa, média ou alta do turismo de sol e mar. Na tabela 12 apresentam-se os valores da taxa de desemprego por cada região nacional. As variações são semelhantes em todos os casos, mas atenta-se que as alterações em quase todas as regiões apresentadas oscilam poucos pontos percentuais (por norma, aproximadamente 1% entre cada trimestre).

No entanto, nos valores atinentes ao Algarve, é importante notar-se a presença da maior discrepância de valores (3%) entre as épocas mais frias e as mais quentes (10,2% e 7,3%). Estas percentagens operam como um testemunho vivo da importância do turismo para o desenvolvimento económico e social da região, mas também

corroboram a premissa de que as dinâmicas de produtividade são extremamente sazonais, e em última instância, desfavoráveis para a população, que se apresenta como receptora de um dano colateral do modelo “sol e mar”, próspero apenas na época alta.

**Tabela 12-**Taxas de desemprego por região NUTS II (NUTS 2013).

	<b>3T-2015</b>	<b>2T-2016</b>	<b>3T-2016</b>
<b>Portugal</b>	<b><u>11,9</u></b>	<b><u>10,8</u></b>	<b><u>10,5</u></b>
<b>Norte</b>	13,6	11,6	11,8
<b>Centro</b>	8,2	8,4	8,0
<b>Área Metropolitana de Lisboa</b>	12,8	11,6	10,9
<b>Alentejo</b>	11,8	12,7	12,0
<b>Algarve</b>	<b><u>10,2</u></b>	<b><u>8,1</u></b>	<b><u>7,3</u></b>
<b>R.A. Açores</b>	12,1	11,0	10,7
<b>R.A. Madeira</b>	14,7	13,0	13,2

Fonte: Adaptado de modelo de “Ine “ (2016), inquérito ao emprego- 3º trimestre de 2016”.

Porventura, repare-se uma vez mais, no tratamento da sazonalidade como um fenómeno negativo para a região, ponderando-se apenas, variáveis de crescimento económico e produtividade. A literatura científica é, portanto, ausente quanto às questões de bem-estar das comunidades locais, tanto em abordagens de teor crítico como em construção de índices de análise e agregação de dados estatísticos<sup>547</sup>.

### **3.2 Indicadores das grandes tendências**

No encadeamento da exposição de indicadores que atestam as oscilações que se fazem sentir sobre variáveis como o desemprego e a ocupação de espaços hoteleiros, faz sentido analisar as grandes tendências que surgem do fenómeno turístico no Algarve. Deste modo, selecionaram-se o número de dormidas registadas ao longo dos anos, com uma distinção entre meses para ilustrar como existe um aumento progressivo de procura turística na região, e a relevância que o turismo tem para o crescimento económico da mesma (avaliado nesta óptica enquanto factor positivo, mormente na sua índole de estímulo económico que se traduz num aumento do PIB, e em rendimentos mais volumosos para as famílias locais). Em detalhe, verificou-se o seguinte:

<sup>547</sup> O grosso dos dados prende-se com os resultados da análise de outras problemáticas (como os exemplos expostos do emprego e das dormidas) e variáveis, não incidindo propriamente sobre a sazonalidade, afigurando-se necessário tirar ilações dos dados disponíveis em função dos meses e épocas do ano.

**-Aumento das dormidas:** registam-se congruentemente valores altos, sempre na ordem dos 87,2% (valor mais baixo) como se pode observar abaixo nos dados correspondentes ao mês de Agosto (gráfico 5). Ilustrando também a força do sector turístico na região, verifica-se (gráfico 4) que também nos meses precedentes à época balnear (no caso concreto, o mês de Maio), onde se registam aumentos das temperaturas<sup>548</sup>, foi-se consagrando um aumento gradual de ocupação de quartos hoteleiros ao longo dos anos. No mês de maio os valores mais baixos de ocupação coincidem com a conjuntura pré-crise, crise e pós-crise<sup>549</sup>, dado que nos anos seguintes (sensivelmente a partir de 2014), despoletou-se um aumento contínuo de ocupação. Quanto ao mês de Agosto, pode-se concluir que a crise teve um impacto muito pouco significativo na procura turística, comprovando-se que apesar dos entraves económicos, as pessoas, por norma, não abdicam do lazer.



**Gráfico 4-** Ocupação de quartos hoteleiros no mês de Maio no Algarve.

Fonte: AHETA, 2017.

<sup>548</sup> Fomentados pela problemática das alterações climáticas e efeito de estufa.

<sup>549</sup> Económica, a nível mundial que se despoletou em 2008.



**Gráfico 5-** Ocupação de quartos hoteleiros no mês de Agosto no Algarve.

Fonte: AHETA, 2017.

Também faz sentido substanciar a diferença que opera ao nível das dormidas de hóspedes residentes e de hóspedes não residentes na região (dados presentes no gráfico 6). Verifica-se que os valores de dormidas dos hóspedes não residentes apresentam oscilações, mantendo no entanto, valores muito superiores às dormidas dos hóspedes residentes. No segundo grupo, pode observar-se a existência de uma linearidade crescente, o que justifica um conjunto de práticas reiteradas de consumo de estabelecimentos hoteleiros com contornos constantes. Esta comparação possibilita comprovar a importância da região no panorama internacional, assim como constatar que o turismo se ergue preferencialmente ao público estrangeiro, e que os perfis sócio-económicos também podem surtir influência nestes casos. Para além da comprovação empírica, o INE (2017), usando como alicerce a sua base de dados conclui que:

-2009 marcou o ponto de viragem em larga escala para os lucros dos estabelecimentos hoteleiros, suprimindo o marasmo registado nos anos de crise;

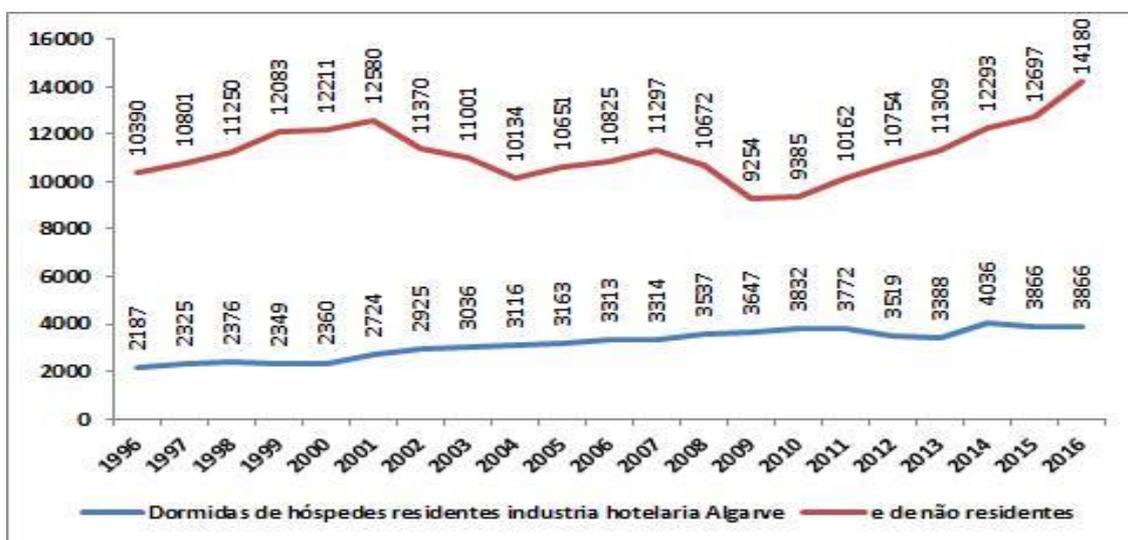
-O crescimento em grande escala iniciou-se em 2009 e consolidou-se no ano 2014, a partir do qual se começaram a praticar maiores preços correntes<sup>550</sup>;

<sup>550</sup> Diz-se que o PIB está calculado a preços correntes, quando a produção de cada ano está avaliada aos preços desse mesmo ano, por exemplo, a produção de 2009 a preços de 2009, a produção de 2010 a preços de 2010, e por aí adiante.

-Em termos de proventos económicos, aduz-se que a média por cada dormida gira à volta dos 50 euros quando estão em causa preços correntes, e consegue-se um retorno de €32.2 a preços constantes<sup>551</sup> (de 1995);

-O cenário pré-crise era igualmente favorável, mas macro-economicamente menos rentável, uma vez que no intervalo de anos, emergiram mais estabelecimentos;

-Os valores de dormidas de residentes da região<sup>552</sup> atestam a qualidade dos diferentes pólos turísticos, seduzindo habitantes de cidades vizinhas que buscam diferentes especialidades de oferta turística (turismo gastronómico, nocturno, sol e mar);



**Gráfico 6-** Dormidas de hóspedes na indústria hoteleira do Algarve (residentes e não residentes).

Fonte: Brito, Sérgio, 2017, adaptado de INE.

-**Verbas e financiamento:** os investimentos públicos têm sido notórios nas questões do turismo, ultrapassando largamente outros sectores, contribuindo para a *turistificação* e monoculturização de actividades na região;

-**Crescimento económico:** a região do Algarve tem vindo, cumulativamente, a registar índices positivos de desenvolvimento, apresentando um ciclo de prosperidade que ganhou ímpeto com a dissolução da crise económica. Nesta óptica, pode verificar-se

<sup>551</sup> Diz-se que o PIB está calculado a preços constantes, quando a produção de cada ano é avaliada aos preços de um determinado ano, seleccionado como ano base.

<sup>552</sup> Aqueles hóspedes que têm residência na região geográfica do Algarve.

que o PIB da região registou a maior taxa de variação (4,7%) a nível nacional (tabela 13). Face às questões de bem-estar por agregado familiar, expõe-se porventura, que apesar das flutuações supra abordadas do desemprego sazonal, no ano fiscal de 2014<sup>553</sup> houve um incremento de poder económico das famílias da região, registando-se taxas de variação na ordem dos 4,4% sobre o rendimento primário<sup>554</sup>, e de 3,2% inferido no rendimento disponível<sup>555</sup> (tabela 14). Há portanto, uma aparente melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (em termos de poder de compra).

**Tabela 13-**Produto interno bruto por NUTSII-2015.

Regiões	2015			
	10 <sup>6</sup> Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	52.926	29,5	4,2	1,9
Centro	33.962	18,9	4,1	1,9
A. M. Lisboa	65.344	36,4	3,4	1,2
Alentejo	11.465	6,4	3,2	1,4
<b>Algarve</b>	<b>7.856</b>	<b>4,4</b>	<b>4,7</b>	<b>2,7</b>
R. A. Açores	3.785	2,1	2,1	1,7
R. A. Madeira	4.159	2,3	0,8	-0,1
Extra-regio	42	0,0	1,4	0,5
<b>Portugal</b>	<b>179.540</b>	<b>100,0</b>	<b>3,7</b>	<b>1,6</b>

Fonte: Adaptado de modelo de “INE” (2016), Contas regionais de 2016.

**Tabela 14-** Rendimento primário e rendimento disponível das famílias por NUTSII-2014.

Regiões	2014					
	RP			RD		
	Total	Estrutura	Var. Anual	Total	Estrutura	Var. Anual
	10 <sup>6</sup> Euros	%	%	10 <sup>6</sup> Euros	%	%
Norte	34.840	29,5	2,0	35.389	30,3	0,7
Centro	22.740	19,2	0,9	23.779	20,4	-0,6
A. M. Lisboa	42.305	35,8	-1,0	38.773	33,2	-1,9
Alentejo	7.534	6,4	1,6	7.857	6,7	1,2
<b>Algarve</b>	<b>5.358</b>	<b>4,5</b>	<b>4,4</b>	<b>5.297</b>	<b>4,5</b>	<b>3,2</b>
R. A. Açores	2.786	2,4	0,4	2.791	2,4	0,5
R. A. Madeira	2.675	2,3	-0,9	2.841	2,4	-1,5
Extra-regio	23	0,0	-70,0	20	0,0	-72,7
<b>Portugal</b>	<b>118.260</b>	<b>100,0</b>	<b>0,6</b>	<b>116.747</b>	<b>100,0</b>	<b>-0,4</b>

Fonte: Adaptado de modelo de “INE” (2016) Contas regionais de 2016.

<sup>553</sup> Os dados disponíveis no INE apenas incidem sobre o ano fiscal de 2014 (facultados à base de dados no final de 2016). Os dados relativos aos anos seguintes encontram-se em tratamento.

<sup>554</sup> Rendimento grosso que as famílias recebem, não tendo ainda o volume de receita recebida, alvo de desfalque por pagamentos das contribuições para a segurança social.

<sup>555</sup> Rendimento atinente ao poder económico efectivo dos agregados familiares, definidos após o pagamento de impostos e contribuições para a segurança social. Representam o montante concreto que as famílias possuem para aforrar ou utilizar em acções comerciais.

Com base no exposto neste ponto, pode dizer-se que são inúmeros os indicadores que traduzem a efectivação do processo de *turistificação* um pouco por todo o Algarve. Escolheram-se porém, aqueles que exemplificam a dependência que a região tem do fenómeno turístico (que fomentam, amplamente, o turismo de massas), a qual pode abrir caminho a movimentos de rejeição turística.

Lembre-se que o crescimento descontrolado assenta em pressupostos de índole capitalista, realizado muitas vezes sem planeamento, o que possibilita o desordenamento do território e o descontentamento da população (Oliveira *et al*, 2010). Assim sendo, na secção ulterior procura-se analisar fenómenos menos abordados que poderão estar na origem de posições de aceitação e rejeição do turismo no Algarve.

### **3.2.1 Factores que motivam a aceitação ou rejeição do turismo no Algarve**

No presente ponto, esquematiza-se um conjunto de fenómenos que conduzem à rejeição e aceitação do turismo. Procura-se aqui prestar um contributo para a supressão da lacuna bibliográfica acerca de alguns fenómenos negativos do turismo<sup>556</sup>. Como factores de rejeição que revestem grandes tendências sistemáticas de acompanhamento da época balnear, salientam-se o crime, as questões de emergência, as limitações adstritas ao sector da saúde<sup>557</sup>, as carências individuais de âmbito laboral, entre outras.

Em detalhe, nas questões de emergência sustém-se que: a noção de risco prende-se com a probabilidade vezes a consequência de ocorrerem eventos nefastos ou críticos (Gonçalves *et al.*, 2007), ganhando forma nesta óptica, pelo aumento das possibilidades dessas situações sucederem. Segundo o SNS, os serviços do INEM apresentam, sistematicamente, um esforço acrescido durante a época balnear, onde, apesar de o número de solicitações dirigidos aos recursos humanos de socorro não ser proporcional ao aumento populacional verificado nas épocas altas, existe um acréscimo substancial do número de chamadas de emergência (SNS, 2017). Surgem então, problemas de ineficiência operacional, o que gera impactos em torno de 3 eixos: nas questões

---

<sup>556</sup> Existe, em vasta medida, como vem sendo anunciado ao longo do trabalho, uma abstenção quase total de abordagens críticas ao fenómeno do turismo no Algarve. Privilegia-se, em amplo espectro, uma visão idílica do fenómeno enquanto dinamizador territorial, quase como, se de uma campanha de *marketing* empresarial se tratasse. É necessário prestar um olhar a vivências individuais, a uma escala micro que opera como testemunho dos quotidianos e experiências locais.

<sup>557</sup> Problemática abordada mais à frente (no ponto 3.5.1) por fazer mais sentido, dado prender-se com as dinâmicas de sobrelotação espacial.

laborais<sup>558</sup>; na criação de situações e comportamentos de risco; na utilização dos recursos (ocupados);

Nas questões laborais, assinalam-se dinâmicas que afectam negativamente a produtividade individual e colectiva, e a própria identidade sócio-profissional. Perante as dificuldades operacionais, o *feedback* negativo por incapacidade de realização do trabalho (assistência médica, situações de socorro) poderá ser delegado contra os trabalhadores e não sobre as deficiências (insuficiência de equipamentos e meios) que abalam a sua actividade laboral<sup>559</sup>. Há portanto, uma acção perjorativa que se impõe sobre os serviços, pressionando os assalariados que acabam por cultivar sentimentos de revolta e rejeição para com a actividade turística que influi um aperto sobre o volume de trabalho e perfeição com que o mesmo é efectuado<sup>560</sup>.

Num segundo ponto, declara-se que a criação de situações de risco se eleva com a presença de turistas devido à maior concentração populacional e à prática de comportamentos descuidados que os mesmos praticam<sup>561</sup> (Van Tran; Bridges, 2009). Como avança a AHETA (2017) e diversas fontes da comunicação social, uma parte significativa das situações de resgate levadas a cabo pelos nadadores salvadores envolvem turistas, em grande medida, pelo desconhecimento das áreas que frequentam e por uma ponderação errónea acerca dos níveis de risco que caracterizam determinadas acções.

Quanto à utilização de recursos, não existem equipamentos e infra-estruturas disponíveis para satisfazer toda a procura<sup>562</sup>, uma vez que os níveis de investimento nestas áreas não é proporcional à afluência turística. Perspectiva-se aqui, ilustrar que a esfera laboral de alguns profissionais é afectada, uma vez que os factores de risco

---

<sup>558</sup> Que se insurgem sobre os trabalhadores destes serviços.

<sup>559</sup> Responsabilização é endereçada aos trabalhadores (meios para um fim), não ao sistema (base estrutural).

<sup>560</sup> Algo comum no sector gastronómico, no qual se verifica um decréscimo na qualidade de pratos (e dos produtos) à base de peixe (sardinha e carapau assado, por exemplo) pela necessidade constante de confeccionar grandes quantidades dos mesmos para satisfazer a demanda.

<sup>561</sup> Em actividades no mar e espaços de recreação nocturna. A observação é feita num sentido amplo, não querendo afirmar que todos os intervenientes apresentam comportamentos de risco ou descuido. Há no entanto, tendência para mais relaxamento e sentido de aventura por parte dos visitantes por se encontrarem de férias em locais desconhecidos, onde também não conhecem ninguém (concedendo maior liberdade para realizar actos que talvez não fariam nas suas terras de origem).

<sup>562</sup> Questão abordada em detalhe no ponto 3.5, alargando-se a análise de falta de meios não só aos funcionários do ISN, em concreto os nadadores salvadores, mas aos restantes meios de emergência, do INEM- por exemplo, helicópteros de resgate, ambulâncias, entre outros.

umentam e existe uma maior necessidade de esforço por parte dos trabalhadores locais, que actuam, grande parte das vezes, com deficiências ao nível dos recursos.

Por exemplo, de acordo com dados do ISN<sup>563</sup> (2020), os cursos de formação de nadadores salvadores revestiram um número total (muito reduzido) de 12 percursos formativos ministrados no ano de 2008 (período de referência em que se registou um elevado decréscimo face a épocas anteriores, mantendo-se a tendência em temporadas ulteriores), dispondo em conjunto, de 350 vagas, e para os quais apenas se inscreveram 64<sup>564</sup> candidatos, nomeadamente 18 em Portimão, 14 em Albufeira e 27 em Faro, encontrando-se os restantes pontos do Algarve sem quaisquer meios (ISN, 2020). Estes valores têm sido mais ou menos os registados em anos subsequentes, dado que em 2020, o número médio por concessão principal<sup>565</sup> de apoio balnear situa-se entre os 12 e os 15 elementos (idem, 2020). No mesmo registo, no que tange ao policiamento junto à costa, levado a cabo pela PM<sup>566</sup>, dotada de competências de fiscalização e de salvamento, existem apenas 300 efectivos para cobrir/patrolhar 800 quilómetros de praias a nível nacional, sendo que existem portos no Algarve com apenas 1 efectivo de serviço<sup>567</sup> (ASPPM, 2020).

Relativamente às variáveis da criminalidade, verifica-se que existe um acréscimo nas épocas altas devido ao cruzamento diário de inúmeros actores sociais e das suas características e experiências variadas (segundo o RASI-2020, o distrito de Faro, nos anos 2019 e 2020<sup>568</sup>, registou um total de 43 987 de participações<sup>569</sup> de ilícitos junto das entidades de autoridade<sup>570</sup> e policiais, surgindo em 4º lugar no *ranking* dos 18

---

<sup>563</sup> Instituto de Socorros a Náufragos.

<sup>564</sup> Em 2020 foram formados, no país inteiro, 200 nadadores salvadores, quando se esperavam 2000 mil (impacto gerado pela pandemia covid 19) (ISN, 2020).

<sup>565</sup> As de maior dimensão, mais centrais, existindo as secundárias, que ocupam menor espaço, munidas de um número residual de efectivos (2 ou 3 nadadores salvadores).

<sup>566</sup> Polícia Marítima.

<sup>567</sup> Por exemplo, o posto de Sagres. Mais se adita que as instalações de Quarteira (no concelho de Loulé) recém inauguradas (em outubro de 2020), permanecem fechadas, apesar de se revelarem essenciais para estabelecer ligações céleres com os portos de Portimão e de Olhão.

<sup>568</sup> Os valores deste ano, conforme explanados no texto, apesar de expressivos face à realidade do resto do país, foram muito inferiores ao considerado “normal” para a região devido à pandemia covid- 19, onde o sector do turismo registou perdas significativas e um funcionamento atípico, pautado por inúmeras limitações de operacionalidade.

<sup>569</sup> No pós-pandemia existe a percepção de que se registou um aumento na criminalidade, sobretudo durante os períodos nocturnos.

<sup>570</sup> Ministério Público- DIAPS.

distritos e das regiões autónomas nacionais<sup>571</sup>). Esta realidade pode ser avaliada à luz de duas ópticas: dos crimes praticados contra turistas; dos crimes praticados por turistas.

Em primeiro lugar, os casos mais comuns são aqueles nos quais os turistas são vítimas de crimes (roubos, furtos, violação, agressão), uma vez que se encontram em lugares pouco familiares<sup>572</sup> e baixam a sua consciência de segurança devido às características de relaxamento inerentes às férias, dado que as mesmas, por regra geral, representam uma válvula de escape às frustrações do quotidiano (Van Tran; Bridges, 2009). Neste âmbito, efectivam-se 2 situações, uma em que existe realmente um aumento deste tipo de crimes (que acompanham o simples facto de haver turismo), ou outra ligada à tipologia dos turistas que frequentam os espaços (idem, 2009).

O segundo tipo de crimes, mais raros prendem-se com a eclosão de crimes praticados por turistas<sup>573</sup> (Rosetto, 2011; ECPAT, 2008<sup>574</sup>). Podem ocorrer de forma individual ou colectiva. Na primeira formulação, os actos ilegais ocorrem por intermédio de indivíduos que aproveitam o tumulto gerado em áreas de grande concentração populacional para praticar actos criminosos contra os intervenientes locais. A não vinculação ao território, palco de crime, permite uma maior flexibilidade de evasão à justiça e às forças de segurança<sup>575</sup> (Globo, 2014).

---

<sup>571</sup> Atrás de Lisboa (com 154 491 ocorrências registadas), do Porto (108 339 participações) e de Setúbal (com 58 844 efetivações de queixas-crime)- RASI, 2020. Atente-se que, em termos de dimensão, a criminalidade é mais preponderante nas áreas metropolitanas devido à grande densidade populacional que as caracteriza, mas no caso do distrito de Setúbal que tem um total de 875 656 habitantes (segundo os censos de 2011), quase o dobro daqueles registados no distrito de Faro (composto por 467 495 habitantes-censos 2011), existe uma diferença menos expressiva do que se esperava em termos de números brutos adstritos à prática de crimes (de 14 857 registos de participações de ilícitos penais, entre os distritos). Esta dinâmica ocorre porque, no Verão, o Algarve regista mais entradas de queixas nos serviços de piquete das entidades policiais do que nas outras regiões do país, devido à existência de mais crime nos centros urbanos turísticos e mais dinheiro a circular devido aos contornos das práticas lúdicas que se praticam no território (OSCOT, 2010).

<sup>572</sup> Ou superficialmente conhecidos, admitindo a hipótese de terem sido realizadas visitas prévias aos locais.

<sup>573</sup> Neste âmbito, surgem modelos do fenómeno turístico que abrem caminho a tipologias específicas de crime como sucede no *turismo sexual*, onde se registam casos em que os adeptos da prática, em bom rigor, os turistas, procuram estabelecer contactos com crianças, e encetam práticas sexuais com menores de idade nos países de destino, sendo esse, o objectivo último da viagem, da experiência de predadores sexuais, que neste âmbito, são também visitantes (Rosetto, 2011).

<sup>574</sup> Relatório centrado no *turismo sexual* com enfoque nos crimes de abuso, violação, e contra a autodeterminação sexual de menores, ilustrando apenas um nicho da prática no geral (que envolve contactos de índole física/afectiva entre adultos), mas que representa uma tipologia de crime específica, levada a cabo, estritamente por turistas.

<sup>575</sup> Como acontece com os carteiristas estrangeiros nos transportes públicos em Lisboa ou nas multidões de festas nocturnas no Algarve. Atenta-se também para o caso do Brasil, quando albergou o mundial de 2014, onde se registaram vários crimes cometidos por turistas, que ora se deslocaram ao país para assistir

De outra perspectiva, sucedem-se os crimes colectivos, perpetrados por grupos que se materializam devido ao ambiente próprio que o turismo de sol<sup>576</sup> e mar suscita em espaços de recreação nocturna e praias (pela grande densidade populacional). Observa-se que os crimes desta tipologia, e de outras<sup>577</sup>, como referido anteriormente, sobem nas épocas altas, atinentes aos meses de Verão. Recorre-se aos dados do “RASI<sup>578</sup>- 2019” para ilustrar esta realidade, expondo-se a tabela 15 referente a informações relativas à época balnear do aludido ano (em detalhe, que compreende o período entre 15 de junho e 30 de setembro). A informação em concreto, prende-se com uma operação policial levada a cabo pela PSP e GNR<sup>579</sup> (e congéneres europeias<sup>580</sup>) adstrita aos meses de verão em zonas turísticas<sup>581</sup>, pautadas pelo modelo “sol e mar” em análise, visando a manutenção da ordem pública.

**Tabela 15-** Dados do ano 2019 da operação policial sempre presente -“Verão seguro<sup>582</sup>”.

Número de acções	5.380
Elementos empenhados	38.582
Número de detidos	3.048
Autos levantados	44.694

Fonte: RASI, 2019

Atente-se para os valores apresentados, destacando-se o total de detidos que se fixam em 3.048. Para uma percepção cabal, sublinha-se que o volume de incidentes que culminam na privação temporária de liberdade (até à apresentação dos indivíduos alvo

---

aos jogos de futebol, tendo por acréscimo, aproveitado o tumulto para perpetrar práticas criminosas como roubos e furtos (Globo, 2014).

<sup>576</sup> Regista-se a emergência de novas tipologias de crimes, específicas, pensadas, como é o caso das fraudes perpetradas por agentes tidos como detentores de capital ou de estatuto enquanto turistas/viajantes. Em detalhe, são indivíduos oriundos de um determinado país (ex: Inglaterra) que detém uma reputação positiva no que tange ao turismo, e se fazem valer do *status* para evitar pagar serviços e levar as suas pretensões avante, recorrendo a práticas fraudulentas (TVI24, 2017).

<sup>577</sup> Crimes individuais, crimes involuntários, crimes por desconhecimento da lei portuguesa praticados por parte de turistas estrangeiros, entre outros.

<sup>578</sup> Relatório Anual de Segurança Interna.

<sup>579</sup> A GNR também tem o programa “Turismo Seguro” (que funciona à parte), mas não disponibiliza publicamente os dados estatísticos acerca das ocorrências. Mais se adita que os valores aqui disponíveis e exarados são da PSP.

<sup>580</sup> Ex: *Guardia Civil*.

<sup>581</sup> No que concerne ao patrulhamento de prevenção, existem também a “Operação Férias” (PSP) e o programa “*Tourist Support Patrol*” (GNR) (RASI, 2019).

<sup>582</sup> Relembre-se que os dados não são afectos apenas às ocorrências registadas em território nacional, pois englobam acções policiais de congéneres europeias da GNR e PSP. O intuito aqui, é evidenciar que os modelos de turismo de massas acarretam consigo dinâmicas de concentração populacional que potenciam a prática de crimes e de contra-ordenações.

de detenção a primeiro interrogatório judicial<sup>583</sup>), que ocorrem ao abrigo de outros programas de teor policial em épocas festivas<sup>584</sup>, todos somados são compostos por um valor total de 1.624 pessoas detidas (RASI, 2019). Existe portanto, uma diferença de 1.424 detenções efectivadas, entre a época balnear, e os remanescentes períodos festivos todos em conjunto. Já os restantes dados, traduzem que no âmbito de 5.380 acções efectuadas, foram levantados 44.694 autos, expondo que em cada operação policial, registaram-se em média, 8<sup>585</sup> infracções (contra-ordenações ou crimes).

Por exemplo, surgem no contexto referido as rixas características do tumulto gerado por grandes aglomerados populacionais, que resultam em casos de agressão severos que constituem a prática de crimes, quando se registem agressões graves<sup>586</sup> (e simples, desde que preencham os requisitos estipulados no código penal).

A título de exemplo pode aludir-se ao caso registado em Albufeira no ano de 2017, onde grupos de jovens britânicos que rumaram ao Algarve ao abrigo do programa “*Portugal invasion*” protagonizaram várias agressões em bares, chegando mesmo a envolver-se em confronto aberto com as forças policiais. Em alguns órgãos da comunicação social foram entrevistados vários empresários que alegaram que o turismo descontrolado na região abre caminho às condições ídlicas para este tipo de cenários, apelando em grande medida às instituições públicas, agentes hoteleiros e operadores turísticos para tomarem medidas de controlo necessárias e urgentes para preservar os espaços e a qualidade de vida de quem ali vive e tem o seu negócio (JN, 2017). O próprio presidente da Região do Turismo do Algarve, afirmou que este tipo de casos eram constantes e que a criminalidade acrescida que se regista com o *boom* turístico coloca em causa, não só a qualidade de vida das pessoas, mas também a imagem do próprio território<sup>587</sup> (idem, 2017).

---

<sup>583</sup> Perante autoridade judiciária competente, nomeadamente o juiz de instrução, conforme artigo 141º do CPP.

<sup>584</sup> Levadas a cabo na época da Páscoa, do Carnaval, do Natal, entre outros.

<sup>585</sup> Valor arredondado, sendo o valor exacto, 8,3.

<sup>586</sup> Graves em sentido sociológico, dado que juridicamente falando, se distinguem 2 tipos de agressão: grave e simples, preenchendo as 2, quadros de prática criminosa, sendo distinguidas em função da moldura penal aplicada.

<sup>587</sup> Podendo colocar em causa a imagem da segurança do mesmo, conferindo uma ideia errónea a potenciais visitantes, ou mesmo locais que recebem ver-se envolvidos em situações de perigo. Também os negócios poderão ser prejudicados à luz dessa realidade.

Igualmente comuns, emergem os furtos colectivos, levados a cabo tanto por locais, como por turistas, e ainda por oportunistas<sup>588</sup>. Estes casos ganham forma nos areais das praias, onde os banhistas normalmente deixam os pertences e se tornam presas fáceis. Os indivíduos que realizam tais actos têm vindo a ser apelidados de “ratos de praia”, sendo a sua actuação mencionada nos jornais<sup>589</sup>, notícias corroboradas por avisos/alertas proferidos por parte das forças de segurança quanto à sua presença nas principais praias da região.

### **3.3 Espaço geográfico**

Quanto ao espaço geográfico propriamente dito, o Algarve físico encontra-se a sul do país, constituindo a região mais meridional do território nacional. Estende-se ao longo de 5 412 km<sup>2</sup> e subdivide-se em 2 grandes sectores, o barlavento (oeste) e o sotavento (este) (Carmo; Santos, 2011).

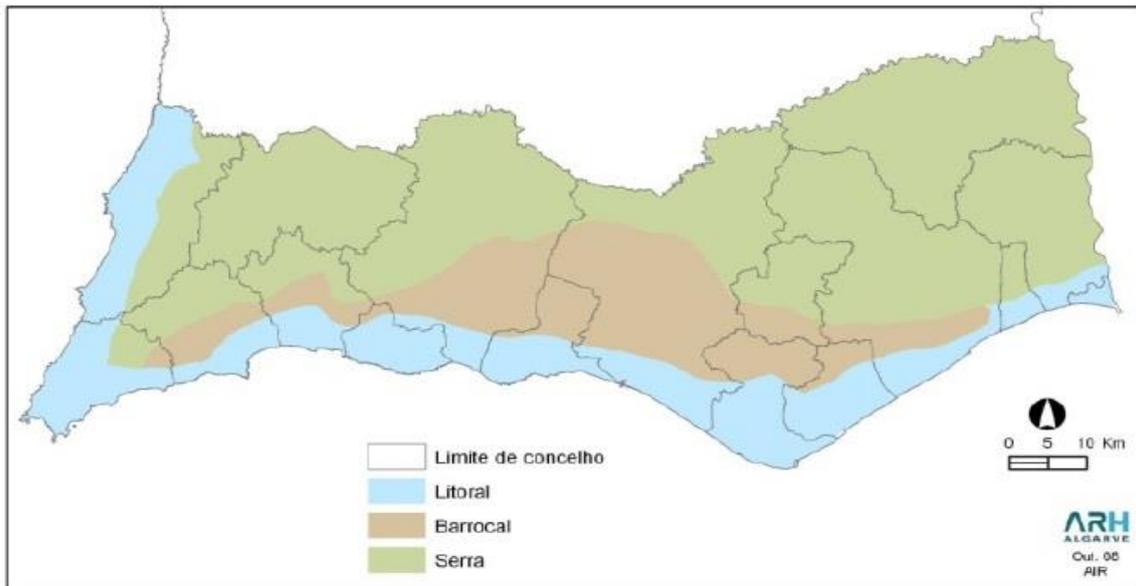
São demarcadas 3 sub-regiões no território: a serra, o barrocal e o litoral (conforme cartografia de figura 14 infra apresentada). Como quarta região, também se refere, ocasionalmente, a chamada beira-serra, uma faixa longitudinal que demarca a transição entre a serra e o barrocal (Guerreiro, 1993). As áreas de maior renome, nas quais se verificam a presença de acidentes geográficos, são a Serra de Monchique, a Ria Formosa, o Rio Guadiana, o Rio Arade e a Serra do Caldeirão (presentes na figura 15, que também destaca, ao longo da linha litoral, as áreas balneares dotadas de bandeira azul). Todas estas áreas se organizaram como elementos dotados de oferta turística<sup>590</sup>, fazendo uso das suas potencialidades endógenas.

---

<sup>588</sup> Pequenos grupos que rumam aos locais turísticos com o intuito de praticar crimes de roubo e furto por existirem mais alvos.

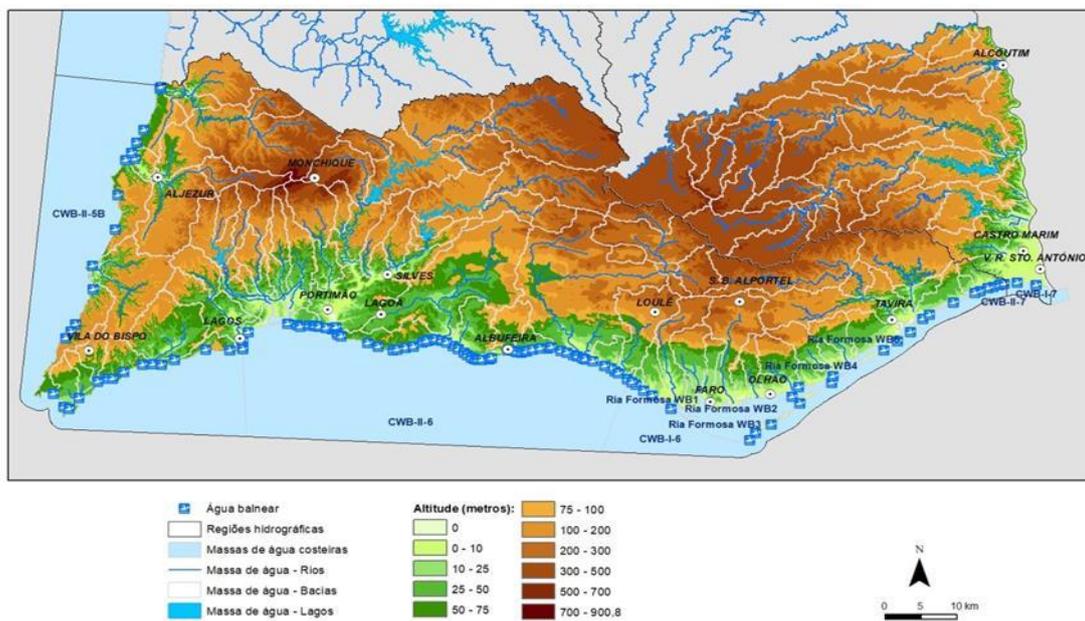
<sup>589</sup> Essencialmente regionais, mas também de assento nacional .

<sup>590</sup> Alguns tornaram-se pólos de atracção, marcos turísticos, mas essa transformação não se verificou em todas as áreas elencadas, como é o caso da Serra do Caldeirão que reveste os contornos de uma Geografia do Turismo assimétrica.



**Figura 14-** Exposição cartográfica das 3 sub-regiões do território algarvio, Litoral (azul), Barrocal (vermelho) e Serra (verde)- Ordenamento biofísico do Algarve.

Fonte: ARH do Algarve, 2009.



**Figura 15-** Fisiografia e hidrografia da região do Algarve com destaque para as zonas balneares dotadas de bandeira azul.

Fonte: APA, ARH do Algarve- época balnear, 2020.

De um ponto de vista histórico, assinalaram-se 5 épocas fulcrais para a constituição do território: a época pré-romana, a época romana, a época bárbara, a época árabe (que etimologicamente deu origem ao nome Algarve, dado que as regiões

portuguesas conquistadas possuíam a designação Al-andalus, e a região em concreto, Al-Gharb, e por fim, a época da reconquista portuguesa, onde D.Afonso III selou a inclusão do Algarve no território português cristão (AAVV, 1963; Gomes, 2002). Devido à sinergia da região com o mar, desde logo cedo, o Algarve afirmou-se como um dos pontos-chave da então expansão territorial portuguesa, albergando bases das frotas marítimas e assinalando o potencial de fixação litoral de populações<sup>591</sup> (Gomes, 2002).

Demograficamente, segundo os censos 2011, o Algarve possui uma população total de 451 005 habitantes, o que representa 4,27% da população do país (INE, 2013). Existem fortes variações demográficas na região, impulsionadas pelo turismo que muitas vezes dificultam as leituras correctas da população presente<sup>592</sup>, adversidade derivada de factores como a compra de imóveis por parte de turistas nacionais e estrangeiros. Há, neste âmbito, a já mencionada dicotomia territorial de elevada sobrecarga antrópica junto ao litoral, e um antagónico marasmo que caracteriza o interior da região. O próprio PROTAL<sup>593</sup> (2007) apresenta uma grande preocupação com o re-equilíbrio territorial, estabelecendo várias medidas de intervenção para colmatar as dissonâncias de desenvolvimento económico e social entre as unidades territoriais da região.

Uma das grandes preocupações do planeamento territorial do Algarve passa pelo estabilização/equilíbrio da rede urbana, que se procura alcançar por intermédio de um crescente desenvolvimento das redes viárias e uma aposta forte no sector turístico, pautado pelo enriquecimento constante do modelo “sol e mar” e da promoção do turismo cultural nas zonas do Baixo Guadiana, da Serra e da Costa Vicentina, de modo a consolidar a oferta turística da região e atenuar a dissonância entre litoral e interior<sup>594</sup> (PROTAL, 2007). Apesar de se registar um aumento gradual na procura pelo Algarve rural, a essência e cosmopolitismo da região, cingem-se à hegemonia costeira. De modo

---

<sup>591</sup> Que se especializaram na sua relação com o mar (efectivando-se através da pesca e demais actividades laborais e, crescentemente, lúdicas).

<sup>592</sup> A qual se afirma difícil de calcular e é muito variável.

<sup>593</sup> Adiante, abordam-se outros documentos estratégicos mais recentes. Apenas se decidiu recorrer, em primeira instância, ao PROTAL- 2007 para criar uma linha sequencial lógica em termos cronológicos, avançando-se que serão referidos o PENT (2012), os PNPO (2011 e 2019) e o Turismo2020 (em diferentes pontos do trabalho, conforme se afigure necessário).

<sup>594</sup> O objectivo radica-se na finalidade de proceder à requalificação, incrementar a qualidade, a diversidade e mitigar sazonalidades espaciais e temporais.

a ilustrar esta realidade, apresenta-se a figura 16, correspondente ao modelo territorial proposto pelo PROTAL.

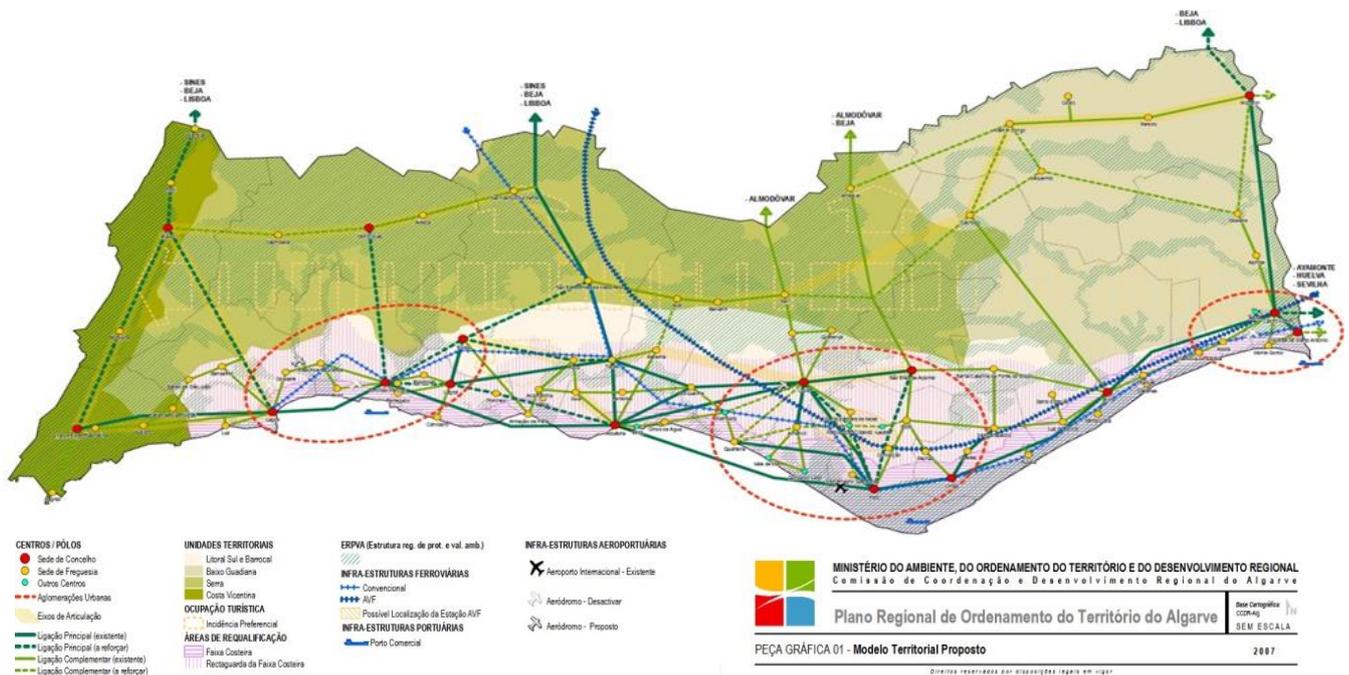


Figura 16: Modelo territorial proposto pelo PROTAL<sup>595</sup>.

Fonte: adaptado de Protal, 2007

Atente-se portanto, para a mencionada dissonância regional, ilustrando que as aglomerações urbanas de grande dimensão apenas surgem junto do litoral, sustentadas pelo modelo turístico dominante da região<sup>596</sup>. Nesta perspectiva, torna-se interessante questionar se existirão focos de rejeição do turismo, mormente no lado dos habitantes do interior que certamente podem atribuir os desequilíbrios territoriais (população envelhecida, falta de mão de obra jovem, falta de investimento) à fixação generalizada no litoral. Neste aspecto, pode-se certamente, apontar o turismo como o difusor deste antagonismo territorial de abundância e precariedade de desenvolvimento.

A par dos espaços físicos, apresenta-se o clima como um dos atributos *premium* da região, caracterizado por ser ameno e sem grandes irregularidades. É pautado por Verões longos e quentes, que são contrapostos pelos seus Invernos chuvosos sem temperaturas muito baixas. Contudo, existem variações a nível geográfico, diferindo o

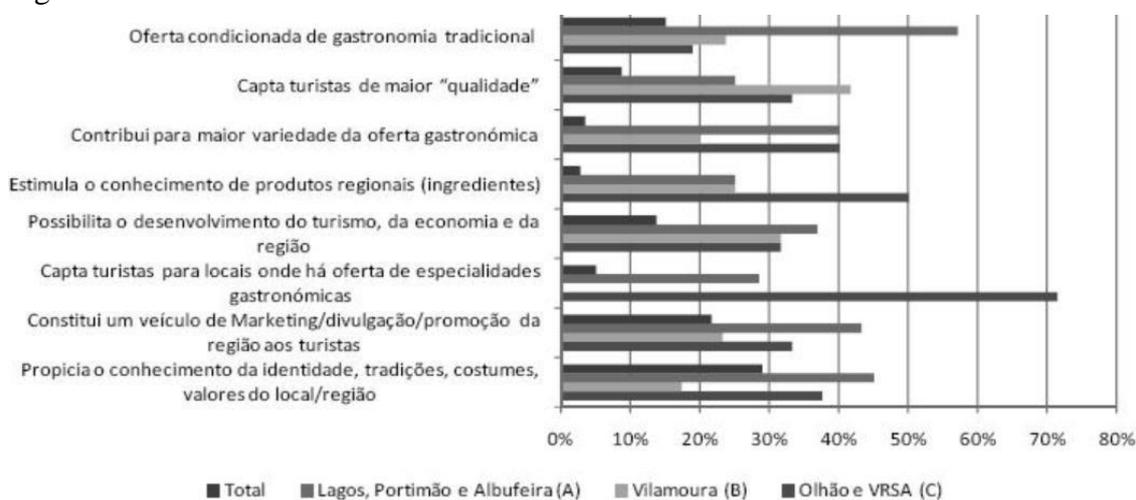
<sup>595</sup> Ulteriormente apresenta-se também o modelo territorial do PNPOT (2019) com enfoque naquilo que refere sobre o Algarve.

<sup>596</sup> Dominante por ser aquele com a presença quase hegemónica, como se vem reiterando ao longo do texto, não obstante, têm vindo a existir investimentos noutros modelos, mas o desenvolvimento desses elementos encontra-se ainda numa fase embrionária (em termos de pujança e identidade/afirmação).

clima do Barrocal e Litoral sul das zonas de serra, constatando-se ainda que a presença de maior adversidade climatérica se faz sentir na costa ocidental pela forte influência da agitação marítima do Atlântico. Os invernos apresentam, tendencialmente, temperaturas que oscilam entre os 6° C e os 14° C graus, enquanto que os Verões revelam valores de referência na ordem dos 17° C a 30° C (motivo que justifica os grandes fluxos turísticos que emanam dos países nórdicos, fomentados pelas diferenças climatéricas). Este clima favorece também a temperatura das águas das praias. (IPMA, 2018).

Por sua vez, a gastronomia representa também, um dos pontos fortes da região, estimulando largamente o turismo gastronómico nacional. Apontam-se os pratos típicos, (arroz de lingueirão, cataplanas de marisco, gaspacho, choquinhos à algarvia, entre outros), os doces (dom rodrigos, estrelas de figo em amêndoa) e os produtos locais, alvo de protecção etimológica (sal de Tavira e mel da serra de Monchique) e geográfica (citrinos do Algarve e a batata doce de Aljezur). Para difusão dos produtos, crescem em larga escala, eventos como a feira dos enchidos de Monchique, o festival da sardinha de Portimão e o evento festivo destinado ao marisco de Olhão.

Ilustrando a importância deste sector para a região, apresenta-se o gráfico 7 que expõe as razões (no âmbito do turismo gastronómico) que levam os turistas a procurar o Algarve.



**Gráfico 7-** Importância da oferta de gastronomia tradicional numa região turística como a algarvia.

Fonte: Henriques; Custódio, 2010.

Com base nos dados do gráfico 7, verifica-se que a especialidade da gastronomia, isto é a sua exclusividade territorialmente vinculada, é que define a sua

procura, operando como um contributo para a efectivação do modelo turístico do Algarve ligado ao mar, dado que Olhão e VRSA<sup>597</sup> comportam os maiores índices de procura, mormente pela sua capacidade de comercializar marisco. Chama-se também a atenção para a hegemonia por agregado dos pólos de atracção turística não selectivos (moderadamente acessíveis em termos de poder económico) como Lagoa, Lagos, Portimão e Albufeira neste sector, comportando em valores médios, o maior sucesso em função da procura turística. Um exemplo pragmático, radica-se no número de dormidas em alojamentos turísticos (de todas as tipologias<sup>598</sup>) registados nos territórios referidos, conforme exposto na tabela 16.

**Tabela 16-** Total de dormidas nos alojamentos turísticos por concelhos do Algarve no ano 2019.

	<b>Nº Total de dormidas em alojamentos turísticos</b>
	<b>Total</b>
<b>Territórios/Anos</b>	<b>2019</b>
<b>Algarve</b>	<b>20.900.495</b>
<b>Albufeira</b>	8.527.933
<b>Alcoutim</b>	14.257
<b>Aljezur</b>	88.073
<b>Castro Marim</b>	213.886
<b>Faro</b>	600.692
<b>Lagoa</b>	1.676.100
<b>Lagos</b>	1.412.179
<b>Loulé</b>	2.821.956
<b>Monchique</b>	88.492
<b>Olhão</b>	180.541
<b>Portimão</b>	2.572.958
<b>São Brás de Alportel</b>	16.549
<b>Silves</b>	355.886
<b>Tavira</b>	726.992
<b>Vila do Bispo</b>	411.008
<b>Vila Real de Santo António</b>	1.192.993

Fonte: Adaptado de Pordata, 2020.

Conforme exarado, verifica-se que os ora referidos pólos turísticos foram aqueles que registaram o maior número de dormidas, atentando-se que os mesmos, passaram a barreira dos milhões de visitantes. Contudo, sem um teor tão turistificado como os referidos núcleos, surgem também Loulé e Vila Real de Santo António com valores elevados (o primeiro concelho com 2.821.956 dormidas e, o segundo, com

<sup>597</sup> Vila Real de Santo António.

<sup>598</sup> Hotéis, aldeamentos turísticos, *hostels*, entre outros.

1.192.993). Em 2019<sup>599</sup>, houve portanto, 6 concelhos algarvios a quebrar a barreira de pelo menos 1 milhão no que concerne ao número de dormidas em alojamentos turísticos (liderados por Albufeira com 8.527.933 dormidas, seguida de Loulé com 2.821.956, aparecendo Portimão em terceiro lugar com 2.572.958, sucedido por Lagoa com 1.676.100, depois Lagos com 1.412.179, e por fim, Vila Real de Santo António, exibindo 1.192.993). Com efeito, releva perceber, a disponibilidade desses espaços físicos, visando aferir em termos proporcionais a demanda que cada pólo acarreta consigo, pelo que se expõe, na tabela 17, também o número de alojamentos turísticos disponíveis em cada um desses territórios.

**Tabela 17-** Total de Alojamentos turísticos por cada concelho do Algarve (os quais registaram mais de um milhão de dormidas).

	<u>Nº de Alojamentos Turísticos</u>	<u>% de valores de alojamentos turísticos em relação ao país</u>	<u>Nº e % de dormidas</u>
<u>Territórios/Anos</u>	<u>2019</u>	<u>2019</u>	<u>2019</u>
<b>Portugal</b>	<b>6.833</b>	<b>100%</b>	<b>70.158.964 (100%)</b>
<b>Algarve</b>	<b>990</b>	<b>14,49%</b>	<b>20.900.495 (29,79%)</b>
<b>Albufeira</b>	238	3,48%	8.527.933 (12,16%)
<b>Lagoa</b>	68	0,99%	1.676.100 (2,39%)
<b>Lagos</b>	129	1,89%	1.412.179 (2,01%)
<b>Loulé</b>	124	1,81%	2.821.956 (4,02%)
<b>Portimão</b>	102	1,49%	2.572.958 (3,68%)
<b>Vila Real de Santo António</b>	40	0,59%	1.192.993 (1,70%)

Fonte: Adaptado de Pordata, 2020

Note-se que em termos de espaços destinados a acomodar visitantes, Albufeira encontra-se munida de 238 estabelecimentos<sup>600</sup> (3,48% da oferta do país), o que lhe presta uma vantagem significativa face aos restantes concelhos, podendo de alguma forma, justificar a sua hegemonia registada em termos brutos. Seguem-se Lagos e Loulé com um número também respeitável no que diz respeito à disponibilidade de alojamentos, onde Lagos em proporção de dormidas/camas disponíveis apresentou menos expressão que Loulé<sup>601</sup>, que comporta a maior extensão geográfica do Algarve<sup>602</sup>, quando se aborda a delimitação por concelhos. Ora neste sentido, Portimão,

<sup>599</sup> Foi seleccionado este ano por ter sido pré-pandemia Covid-19, a qual causou impactos significativos no sector do turismo em todo o país. Deste modo, 2019 traduz os números do turismo num ambiente de normalidade no Algarve. Por exemplo, os efeitos negativos causados pela situação de pandemia tiveram impacto na redução no número de alojamentos turísticos, tanto em Portugal no seu todo (em 2019 eram 6.833 e em 2020, apenas 5.183), como no Algarve (a queda foi de 200 unidades, de 990 para 790)-(Pordata, 2020).

<sup>600</sup> Mais 109 do que Lagos, o segundo território com maior número de alojamentos turísticos.

<sup>601</sup> Lagos- 1.412.179 dormidas e 129 alojamentos. Loulé- 2.821.956 dormidas e 124 alojamentos.

<sup>602</sup> Facto que também poderá justificar a sua procura e capacidade de albergar muita população.

área de estudo, apresenta a terceira menor capacidade de estabelecimentos disponíveis (102- correspondente a 1,49% da oferta do país), mas o terceiro maior volume de dormidas (2.572.958- 3,68%), o que demonstra a sua forte identidade turística enquanto núcleo urbano de atracção de agentes externos. O mesmo sucede com Lagoa, território dotado de poucos alojamentos (68- 0,99% da capacidade de Portugal), mas com grande expressão em termos de dormidas (1.676.100- 2,39 %). Por fim, VRSA carece de um teor turístico tão consolidado como os outros pólos em evidência, no entanto, com apenas 40 espaços disponíveis (em 2019) abertos a dormidas (0,59 % em termos de percentagem da oferta do país), quebrou a barreira do milhão de visitas (1.192.993- 1,70%).

Atendendo ainda a questões ligadas à gastronomia, reitera-se a importância da agricultura e da pesca na região, que funcionam como alicerces da oferta de produtos consumíveis que penetram o sector do turismo. Algumas especialidades de produção agrícola são os frutos secos, destacando-se os figos, amêndoas e alfarrobas, acrescentando ainda, a aguardente de medronho destilada, popularmente produzida, na zona de Monchique<sup>603</sup>. Quanto à pesca: representa o baluarte, não de desenvolvimento económico por excelência, mas de principal motor de difusão da cozinha tradicional algarvia, reforçada pelos elevados índices de procura de peixe e marisco por parte dos visitantes.

Na óptica do desporto, o território é conhecido por prestar enfoque ao automobilismo e ao motociclismo (muito por força do investimento facultado ao autódromo internacional do Algarve), ao ciclismo, ao golfe (principal atracção desportiva da região<sup>604</sup>), ao futebol (para além da vertente tradicional de “futebol de 11”, também na sua vertente de praia), ao voleibol (tradicional e de praia), e em larga escala, aos desportos náuticos (*surf*, *windsurf*, motonáutica e afins).

Em questões de educação, o Algarve é amplamente pautado pela influência da UALG<sup>605</sup>, composta por 4 pólos estratégicos de difusão do ensino superior, 3 localizados em Faro (Penha, Saúde e Gambelas), e 1 em Portimão (*campus* de Portimão), especializando-se este último, em matérias académicas relacionadas com o turismo (gestão hoteleira, hotelaria, turismo e lazer). Como ensino de segunda geração,

---

<sup>603</sup> Menciona-se também, a importância da extracção e comércio de cortiça.

<sup>604</sup> Mas condicionado pelos altos custos a si associados.

<sup>605</sup> Universidade do Algarve.

têm vindo a surgir também entidades de ensino superior privado que visam colmatar a dicotomia territorial que opõe diametralmente Portimão e Faro<sup>606</sup>. Este esforço tem vindo a ser elaborado com a ambição de prevenir o êxodo rural da região, almejando preservar potenciais recursos humanos qualificados, formados internamente.

Relativamente a questões de desenvolvimento, com enfoque no incremento da modernização regional, encontram-se em andamento projectos que estudam a hipótese de desenvolvimento de uma linha de metro entre as cidades de Faro e Olhão, a possibilidade de implementação de infra-estruturas de suporte a comboios de alta velocidade (TGV) que permitam a inserção numa região com a qual tem ligações (sul de Espanha), a ambição de construir um aérodromo internacional do Algarve (ao que tudo indica, num espaço geográfico adjacente ao já existente autódromo), e por fim, a criação de um espaço internacional de congressos (em Loulé ou Faro), que almeja extinguir a ideia de que o Algarve apenas opera como uma região satélite em relação ao resto do país, que se afigura estritamente profícua na época balnear. Outros factores de riqueza que impulsionam os ciclos de inovação, são o património histórico e o património etnográfico da região<sup>607</sup>.

Todos os sectores mencionados encontram-se inseridos numa agenda política e cultural complacente com a actividade turística, aduzindo sempre a meta do crescimento económico em detrimento do bem-estar comunitário, uma vez que grande parte dos empreendimentos e produtos elencados, se destinam a satisfazer os desejos dos visitantes em detrimento dos habitantes locais, caracterizados em grande medida, pelo aprimoramento da acessibilidade (ligações viárias de meios de transporte), o que induz uma maior transposição de espaços a velocidades cada vez maiores. No entanto, faz ainda sentido subscrever que a focalização em melhorar os centros turísticos acusa constantemente uma capacidade infra-estrutural limitada para albergar grandes fluxos de turistas. Há desta forma, esforços desiguais na óptica do *marketing* e da venda do produto *per se*, o que acaba por inferir problemas de congestionamento locais que se radicam, tanto na pressão imposta sobre o espaço físico, como na disponibilidade de

---

<sup>606</sup> Por serem os núcleos de representação do barlavento e sotavento, concentrando em si, grande parte da actividade que ocorre no Algarve (não só de índole turística, mas de todas as ordens).

<sup>607</sup> Caracterizado, fulcralmente, pela sua diversidade. Um exemplo desta variedade são os sotaques, pautados por fonéticas bastante heterogéneas, ilustrando formas de proferir palavras e expressões muito diversificadas, não havendo contudo, um número preciso acerca de todas as pronúncias/formas de encetar diálogo presentes na região.

satisfazer necessidades de todas as ordens (serviços). Esta realidade é abordada nos pontos seguintes.

### **3.4- Sobrelotação do espaço**

O fenómeno de sobrelotação/superlotação do espaço está directamente ligado à, anteriormente mencionada, capacidade de carga das comunidades locais, assumindo que a sensação de sobrelotação se manifesta quando as preferências comunitárias e grau de conforto pessoal (ou colectivo) são violados, passando-se por uma restrição da liberdade de deslocação ou actuação no espaço (Edwards *et al.*, 2011). Porventura, este sentimento é uma consequência lógica da produção de destinos turísticos que se ergueram com base na consumação idílica de alguns factores críticos como: orientação estratégica; identidade do destino e imagem; participação dos *stakeholders*; implementação, monitoramento e avaliação (Flores, 2016).

A sobrelotação poderá ser humana ou física, assumindo que com o aumento da presença antrópica no espaço advém a presença de elementos físicos<sup>608</sup> que contribuem para o congestionamento dos destinos turísticos. Severiades (2000) revelou que a sobrelotação do espaço é proporcional à necessidade das economias locais, devendo no entanto, ser balizada para controlar práticas excedentes, alegando que a satisfação, alta ou baixa, de ambos os grupos emana da intensidade da actividade turística praticada. Por sua vez, Manning *et al.* (2002) atentou que o congestionamento imposto pelo turismo sustém um impacto social muito negativo nas comunidades locais, influenciando a taxa de aceitação da presença dos visitantes.

Assiste-se também a estratégias institucionais e sectoriais<sup>609</sup> de lucrar com o turismo em detrimento dos territórios *per se*, em concreto, quando se analisam entidades como agências de viagens, empresas de transportes e estabelecimentos hoteleiros. Nos 2 primeiros casos, por intermédio de *marketing* e incentivos indirectos, induzem-se potenciais clientes a rumar a territórios turísticos de sonho, distantes, em prole do lucro<sup>610</sup>. Nestes casos, vende-se um produto que não pertence juridicamente à entidade

---

<sup>608</sup> Exemplo: carros, barcos, auto-caravanas.

<sup>609</sup> Sector dos transportes, imobiliário, entre outros.

<sup>610</sup> Exemplo: agências de viagens e empresas de transportes que baixam os preços para viagens e estadas no Algarve na época balnear. Este decréscimo nos preços materializa-se com a finalidade de aumentar os lucros, dado que o número de afluências à região dispara nestas alturas. Contudo, tais dinâmicas servem de catalizadores à potencial sobrelotação territorial dos destinos.

que o comercializa, colocando-se a responsabilidade de providenciar aos compradores um bom serviço sobre os residentes dos destinos em causa<sup>611</sup>.

O turismo é, deste modo, um negócio que faz uso do território através de estratégias confeccionadas para rentabilizar as suas potencialidades e de vendê-lo enquanto produto. Faz algum sentido recorrer a um exemplo histórico que demonstre fenómenos semelhantes<sup>612</sup>. Assim, estabelece-se uma analogia entre a gestão de maximização do produto turístico perpetrada por agentes modernos, detentores de capital e poder de decisão (política e de gestão territorial), e a perspectiva económica de David Ricardo<sup>613</sup> (1846) acerca da lei dos cereais<sup>614</sup>, teoria normativa de cariz proteccionista à qual se opunha. Em concreto, este economista britânico denunciava problemas associados à valorização de medidas proteccionistas face aos produtos britânicos, e às taxas impostas sobre as importações de cereais de outros países europeus que forçavam o aumento da produção interna (para subsequente exportação), e que, por consequência, induziam o cultivo de todo o tipo de terras, incluindo as pouco áridas. O mesmo sucede nos territórios turísticos, onde todas as fracções de espaço se apresentam como potenciais objectos de conversão turística, meros elos na cadeia da *turistificação*. Com base nesta comparação explanativa, torna-se lógico colocar em paridade a forma como a ocupação de parcelas de terra menos áridas era realizada em Inglaterra no século XIX e a ocupação de todos os espaços possíveis de converter em negócios turísticos na realidade contemporânea inerente aos territórios turistificados<sup>615</sup>.

Deste cenário surge a saturação espacial, caracterizada pela convergência entre espaços habitacionais e zonas turísticas, dando origem a territórios contíguos, de malhas urbanas desordenadas que se caracterizam pelos elevados aglomerados populacionais que vêm a sua qualidade de vida decrescer em função da massificação infra-estrutural e demográfica. Ora neste sentido, surgem, uma vez mais, as dualidades.

---

<sup>611</sup> Para os quais é canalizada a revolta ou fúria, em casos de insatisfação com o usufruto do “produto”.

<sup>612</sup> De índole diferente, ajustada à conjuntura da época.

<sup>613</sup> Desenvolveu teorias de grande relevo e impacto científico e social, destacando-se, por exemplo a teoria dos lucros (e da renda da terra) e a teoria das vantagens comparativas (Silva, 2003). Ficou também conhecido pelo seu antagonismo intelectual com Thomas Malthus, defensor de modelos, essencialmente proteccionistas no que toca a medidas e modelos económicos (idem, 2003).

<sup>614</sup> Norma associada a um modelo doutrinário de proteccionismo económico. David Ricardo defendia que a preservação desta lei levaria à estagnação total da economia britânica (Salvadori; Signorino, 2013).

<sup>615</sup> Atenta-se que aqui se encontra, de alguma forma, implícito o conceito de *capacidade de carga*, o qual será abordado e definido alguns parágrafos à frente.

Em primeiro lugar, opõe-se o interesse nacional ao interesse localizado (comunitário), dado que existe uma consciência generalizada de internacionalizar cada vez mais o Algarve<sup>616</sup>, de vender a sua imagem, de fidelizar clientes turísticos internacionais de modo a estimular e fazer crescer a economia nacional. Em sentido amplo, a finalidade é nobre e pragmática, todavia, e uma vez mais, a comunidade turistificada é quem tem de sofrer as alterações e suportar as consequências<sup>617</sup>.

Em segundo lugar, analisando simplesmente a tónica basilar do lazer, sustém-se a existência de uma hipocrisia turística (inconsciente) dos visitantes. Uma vez que um dos atributos da região é o seu clima, não se afirmando como moralmente justo, os visitantes usufruírem do território na época alta em férias, enquanto que as comunidades locais não podem desfrutar do seu próprio território<sup>618</sup> nas épocas mais propícias, encontrando-se vinculados às suas práticas laborais, muitas vezes mais severas no Verão<sup>619</sup>.

Em terceiro lugar, coloca-se em extremos opostos o colectivo e o singular, ou seja, enquanto que as entidades e estabelecimentos lucram, a qualidade de vida dos trabalhadores desce<sup>620</sup>.

A impreparação infra-estrutural acarreta um foco secundário de problemas que caracterizam a hiper-lotação espacial. A capacidade limitada cruza-se em larga medida com a capacidade insuficiente, isto é, as infra-estruturas não carecem apenas de dimensão e recursos humanos para responder à demanda que acompanha os fluxos turísticos, apresentando também, fragilidades estruturais (ex: podem estar obsoletas) para suportar, em primeira linha, essa carga (Massiani; Santoro, 2012). Pensa-se aqui, por exemplo, nas estradas e vias de acesso, enaltecendo o papel que a Via do Infante tem na ligação dos eixos Este/Oeste da região. Esta via é regulada por taxas de

---

<sup>616</sup> Uma das principais metas definidas pelo CRESC-Algarve2020.

<sup>617</sup> Processos de urbanização, de re-estruturação económica e social, decréscimo na qualidade de vida (por aumento da carga de trabalho diária e da dependência do sector). Está aqui um dos problemas da globalização, as vantagens são distribuídas *ex-situ* e os malefícios ficam no local, *in situ*, cumprindo atentar, que não será assim em todas as circunstâncias, é um dualismo por vezes arriscado, mas também reveste os moldes de um esquema de reflexão e um ponto de partida para analisar o problema.

<sup>618</sup> De um ponto de vista apenas lúdico, encontrando-se a exercer as actividades laborais. Reitera-se ainda, que nem toda a população se encontra abrangida, aludindo-se apenas à grande fracção que opera nos serviços ligados ao turismo (hotalaria, restauração e afins). Não obstante, existe aqui uma forma de injustiça espacial.

<sup>619</sup> Por norma, trabalham-se mais horas.

<sup>620</sup> Sustém-se que esta noção representa uma hipótese, nem sempre é assim.

transição, em grande parte motivada pela afluência de turistas à região, o que se traduz em avultadas receitas fiscais para o Estado.

O problema surge quando as comunidades locais se vêem forçadas a recorrer à alternativa, às estradas nacionais, fortemente degradadas e impreparadas para acomodar elevados fluxos de tráfego. Ao longo do território subjaz a estrada nacional 125, apelidada de “estrada da morte” que regista os maiores índices de sinistralidade do país durante a época balnear, onde grande parte das vítimas são turistas que recorrem a *car renting* e transitam nesta estrada por motivos de proximidade das moradias arrendadas e de espaços de entretenimento (SI, 2016). A ANSR<sup>621</sup> admite a impreparação desta via, assim como de várias vias adjacentes e dispersas, as quais qualifica como “pontos negros da sinistralidade no Algarve”, aduzindo na assinatura de um protocolo de segurança com a AMAL<sup>622</sup>, a necessidade de rever a capacidade territorial para albergar fluxos tão elevados de veículos nas estradas (idem, 2016).

De modo a ilustrar esse aumento de tráfego na região com a chegada da época balnear, apresenta-se a tabela 18, correspondente às viagens/deslocações efectuadas na via rápida A22 (auto-estrada). Ora com base nos dados expostos, verifica-se que o aumento do número de veículos que ali transitam é crescente ao longo do ano, atingindo o seu expoente máximo nos meses de julho e agosto, voltando a registar um decréscimo no mês subsequente (setembro). Relembre-se que grande parte dos indivíduos que transitam naquela estrada se irá fixar temporariamente (na condição de turistas) nos pólos turísticos sites nas proximidades dos acessos rodoviários, incrementando temporariamente o volume populacional desses territórios.

---

<sup>621</sup> Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

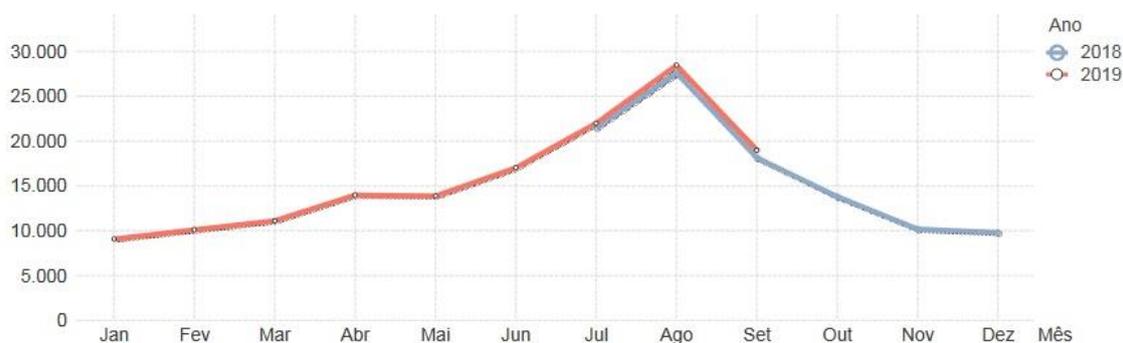
<sup>622</sup> Comunidade inter-municipal do Algarve.

**Tabela 18-** Dados de tráfego rodoviário do 3º trimestre dos anos 2018 e 2019 na via rápida A22.

<b>A22 (viajantes na ordem dos milhares por troço de estrada)</b>															
<b>Anos</b>	<b>2018</b>						<b>2019</b>								
<b>Meses</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>
Bensafrim-Lagos	6.138	7.600	5.779	4.827	3.923	3.858	3.611	3.788	4.022	4.640	4.829	5.341	6.323	7.531	5.942
Lagos-Odiáxere	12.197	15.862	10.936	8.394	5.647	5.162	4.983	5.376	6.007	7.892	8.109	9.832	12.689	16.284	11.543
Odiáxere-Mexilhoeira	13.304	17.376	11.756	8.919	5.749	5.058	4.706	5.304	6.086	8.443	8.534	10.587	13.816	18.292	12.427
Mexilhoeira-Alvor	14.408	18.649	13.026	9.986	6.382	5.619	5.267	5.934	6.630	9.077	9.287	11.486	14.842	19.015	13.759
Alvor-Portimão	14.723	19.154	13.175	10.011	6.370	5.627	5.500	6.081	6.906	9.222	9.513	11.806	15.071	19.533	13.853
Portimão-Lagoa (Silves)	20.668	27.455	17.950	13.263	8.980	8.002	7.557	8.525	9.554	12.437	12.758	16.045	20.874	27.360	18.607
Lagoa(Silves)-Alcantarilha	25.996	34.010	22.683	17.349	12.354	11.208	10.640	11.938	13.064	17.464	17.014	20.966	26.586	34.284	23.505
Alcantarilha-Algoz	28.927	37.946	25.102	18.852	13.303	12.225	11.978	13.123	14.321	18.047	18.658	22.960	29.294	38.088	25.949
Algoz-Guia	28.992	38.278	25.084	18.661	13.009	11.997	11.394	12.824	14.082	17.894	18.531	23.036	28.485	38.704	26.012
Guia-A2/A22	35.258	44.985	30.057	22.221	15.914	15.166	14.431	15.680	17.321	21.992	22.267	28.186	35.548	45.454	30.889
A2/A22-Boliqueime	34.384	42.781	29.165	22.650	16.967	16.395	14.907	16.808	18.456	22.669	23.049	27.819	35.034	44.019	30.513
Boliqueime-Loulé	38.809	46.005	33.978	27.616	20.999	20.064	19.147	20.974	22.552	27.351	28.388	32.836	39.998	47.772	35.629
Loulé-Faro (Aeroporto)	34.608	41.299	29.980	24.162	18.071	17.367	15.973	18.054	19.483	24.409	25.120	29.175	36.152	43.126	31.888
Faro (Aeroporto)-Faro (Estói)	21.465	27.279	17.422	13.317	11.027	11.036	10.417	11.252	11.950	13.952	13.595	16.675	21.891	28.013	18.023
Faro(Estói)-Olhão	18.784	24.808	15.005	10.889	8.320	8.408	7.605	8.460	9.368	11.643	11.049	14.136	19.107	25.751	15.734
Olhão-Tavira	18.270	23.984	14.522	10.628	8.168	8.224	7.372	8.222	9.134	11.413	10.686	13.613	18.419	24.877	15.209
Tavira-Monte Gordo	12.744	17.178	9.775	7.211	5.476	5.740	4.983	5.663	6.429	8.061	7.124	9.253	12.975	18.334	10.404
Monte Gordo-Castro Marim	13.999	18.348	11.360	8.557	7.354	7.354	6.537	7.192	7.722	9.675	8.848	10.722	14.403	19.942	11.857
Castro Marim-Ponte Internacional do Guadiana	13.834	18.398	10.303	7.828	6.570	7.287	6.267	6.820	7.575	9.611	9.927	11.197	15.122	19.963	11.179

Fonte- Adaptado de Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, 2019.

Como complemento dos valores exarados, expõe-se ainda o gráfico 8, que faculta uma noção visual do aumento de tráfego rodoviário na A22 nos meses de Verão, atingido o seu nível máximo no mês de agosto, estabelecendo-se um aumento entre o ano de 2018 e o ano de 2019 (no 3º trimestre destes períodos temporais).



**Gráfico 8-** Valores de tráfego registados na via A22 do Algarve durante os anos 2018 e 2019.

Fonte- Adaptado de Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, 2019.

Por outro lado, visando demonstrar a aludida sinistralidade da EN 125, expõem-se alguns dados (tabela 19) adstritos ao número de óbitos registados no período compreendido entre os anos 2010 e 2017. Atente-se, que para além da A22, esta via é o principal trajecto que estabelece a ligação entre a costa oeste e a fronteira este (com Espanha), percorrendo todo o território algarvio paralelamente (e na proximidade) à linha do litoral. Note-se que os valores somados de todos os acidentes mortais<sup>623</sup> registados nas restantes estradas (69) são inferiores aos ocorridos na EN 125 (84).

**Tabela 19-** Acidentes mortais ocorridos nas principais vias da região do Algarve entre 2010-2017.

Vias Rodoviárias	EN 125	A22	IC1	EN2	EN270	EN395	EN396	EN398
Número de acidentes com óbitos	84	19	13	11	10	5	5	6

Fonte- Adaptado de Observatório ACP, 2018.

Perante o exposto, sabe-se que o incremento do volume populacional nos meses de Verão é gerado pelo turismo, tendo sido contabilizadas apenas as viagens que se dão por via rodoviária em 2 das estradas do Algarve, assumindo-se que o congestionamento se agrava nos pólos turísticos com a chegada de turistas que se deslocam ao território com recurso a outros meios de transporte (avião, autocarro, comboio, entre outros).

Acrescendo ao antagonismo e condicionamento que a sobrelotação do espaço despoleta no seio das comunidades locais, assumindo por exemplo a centralidade que as praias e paisagens ocupam no sucesso turístico de Portimão, pode afirmar-se que o fenómeno em si, é um dos catalizadores principais da emergência de conflitos.

De acordo com Cazelais (2009), a grande concentração de pessoas pode fazer subir a tensão entre grupos<sup>624</sup>, enaltecendo que a escassez de espaço considerado adequado para práticas lúdicas tranquilas é determinante na manutenção de uma convivência pacífica. Recorre-se aqui, uma vez mais, à noção de *capacidade de carga*<sup>625</sup>. Anteriormente abordada na óptica humana, utiliza-se no presente ponto, como sendo a capacidade física que o território tem para albergar os fluxos turísticos até se

<sup>623</sup> O número total deste género de sinistros na região fixa-se em 331 mortos no período apresentado, englobando este valor, os acidentes e atropelamentos registados não só na rede de estradas externas (de ligação), mas também no interior das localidades. Este valor tende também, a ser mais alto na época balnear (ACP, 2018).

<sup>624</sup> Com práticas culturais distintas; diferentes estatutos económicos; valores variados; finalidades heterogéneas (indivíduos mais velhos e famílias procuram tranquilidade, enquanto que grupos mais jovens tendem a preferir actividades mais enérgicas e extravagantes).

<sup>625</sup> Analisada anteriormente, na questão das conflitualidades à luz das ideias de Castellani *et al.* (2007).

começarem a registar efeitos negativos na área em si (Middleton; Hawkins, 1998). Trata-se, fundamentalmente, de uma questão de sustentabilidade, poucas vezes respeitada, abrindo caminho não só ao descontentamento das comunidades locais, como à carência de sanidade/estabilidade de funcionamento dos espaços em si.

A *capacidade de carga*, conceito que se prende com a noção de que *os factores macro-ambientais impõem restrições sobre o número de pessoas que determinada zona pode suportar*<sup>626</sup> (Fernandes, 2005), continua a mesma, erguendo-se constantemente edificações imobiliárias/habitacionais de grande valor, o que as coloca fora do espectro de possibilidades de aquisição dos moradores locais. Perante tal realidade, assiste-se a uma *reterritorialização* gradual de ex turistas no território, que acrescem à população já residente<sup>627</sup>, somando-se posteriormente, o número de visitantes que saturam a capacidade física, infra-estrutural e funcional do território. A lógica é simples, para a mesma capacidade (limitada), mais pessoas (virtualmente infinitas)<sup>628</sup>. Alguns indicadores que permitem comprovar que a tendência de aumento da população visitante tem sido gradual, são os indicadores atinentes às dormidas<sup>629</sup> e prática de actividades lúdicas como o golfe. Os dados da última década revelam que a tendência se mantém, realidade que pode ser observada abaixo nos gráficos 9 e 10.

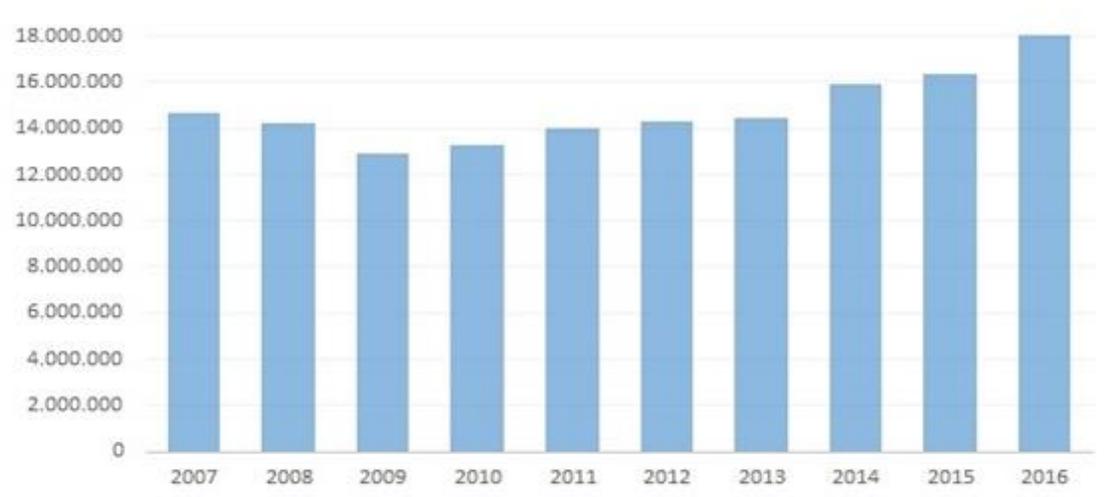
---

<sup>626</sup> Quando os limites são ultrapassados, a qualidade de vida das populações é colocada em causa.

<sup>627</sup> Realidade que constitui um facto interessante, revelando que o turismo não é uma experiência que se inicia com a saída de casa e se encerra com o regresso, o fenómeno pode ter efeitos de longo prazo. Um turista pode tornar-se um novo investidor, um futuro residente, um activista de causas, entre outros. Existem exemplos para todos estes casos, revelando a complexidade do objeto de estudo que tem capacidade para originar várias análises com base nos seus contornos, efeitos e dinâmicas.

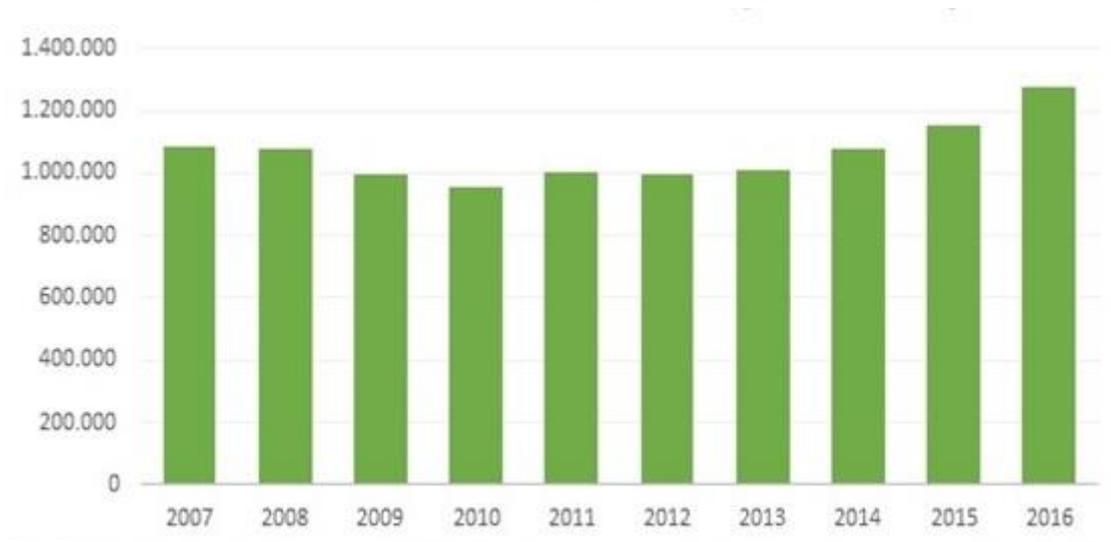
<sup>628</sup> Claro que é virtualmente impossível precisar todos os movimentos de entrada e saída no território (sem falhas), perante a intangibilidade da vontade individual, apenas se torna possível, registar dados concretos como a ocupação hoteleira, institucional, e afins. Bem se sabe que já existem métodos de registo da população presente como os sinais deixados por *smartphones* e outras ferramentas, contudo, estes recursos não estão isentos de falhas/lacunas, por exemplo, quem entra no território pode não possuir um *smartphone*, pode desligá-lo, ficar sem rede...

<sup>629</sup> Atente-se que o aumento poderá ser temporário e não definitivo. Enaltece-se também que as dormidas são transversais a todo o tipo de estabelecimentos e moradias próprias para arrendamento, divergindo dos gráficos apresentados anteriormente no ponto 3.2 que se destinam a ilustrar somente esta dinâmica no âmbito do ramo hoteleiro.



**Gráfico 9-** Dormidas no Algarve (2007-2016).

Fonte: ANA, 2017 aeroportos de Portugal.



**Gráfico 10-** Voltas de golfe no Algarve (2007-2016).

Fonte: ATA- Associação turismo do Algarve (2017) com base em dados da Ass. Algarve golfe.

De ambas as figuras, pode apenas deduzir-se que a soma dos números da ocupação hoteleira e das voltas de golfe no Algarve, adicionadas ao número de já residentes, ilustra a tendência de pressão na capacidade do território albergar grandes quantidades de população. Há portanto, uma procura crescente e uma capacidade de desenvolvimento que poderá não satisfazer/acompanhar essa demanda.

Existe assim, um vasto leque de consequências associadas à sobrelotação dos destinos turísticos, não se cingindo os efeitos negativos ao local de destino e aos seus habitantes, mas gerando dissonâncias e antagonismo entre os próprios visitantes. Entram aqui em choque os estilos de turismo que buscam ambientes calmos e as

tipologias do fenómeno de grande agitação, opondo também turistas com perfis diferenciados. Popularmente, existe uma grande fatia de potenciais visitantes que evita determinados destinos turísticos devido à grande densidade populacional nas épocas altas (Massiani; Santoro, 2012). Esta premissa ilustra um esboço da complexidade que o estudo de fenómenos ligados ao turismo acarretam, dado que o próprio sucesso turístico poderá inferir danos inconscientes a potenciais lucros<sup>630</sup>, mesmo quando é amplamente pautado pelo sucesso.

Desta forma, a sobrelotação/superlotação do espaço apresenta-se como um efeito colateral do sucesso do território enquanto destino turístico, desencadeando um leque de efeitos que se desdobram, positiva e negativamente, no seio das comunidades. Terminando o presente ponto, podem contemplar-se 2 exemplos pragmáticos de sobrelotação espacial, presentes na figura 17 (A e B).

Na figura 17-A pode constatar-se a força/influência que as praias<sup>631</sup> têm para o turismo (em Portimão, e em geral, no Algarve), demarcando-se ao longo do seu areal um vasto número de ocupantes. Já na figura 17-B, assinala-se o congestionamento inerente ao turismo na região, efectivado por intermédio das filas de trânsito que se vão formando nos principais acessos às cidades<sup>632</sup>.



**Figuras 17A e 17B-** Sobrelotação do espaço (A); Congestionamento nas vias de acesso à cidade (Via do Infante) (B).

Fonte: *google images*, 2021<sup>633</sup>.

<sup>630</sup> A *turistificação* despoleta várias ramificações de actividade na óptica das tipologias do turismo, não sendo possível, em última instância, satisfazer toda a gente (e a procura).

<sup>631</sup> Em evidência: Praia da Rocha.

<sup>632</sup> Neste caso Portimão, a área de estudo do presente trabalho.

Face ao exposto, cumpre relevar que o fenómeno turístico acarreta consigo uma série de efeitos nos territórios, que se estendem das infra-estruturas aos demais elementos que compõem o espaço físico, social e o próprio quotidiano. Assim sendo, no ponto seguinte, aborda-se outra dessas decorrências colaterais.

### **3.5- Escassez de recursos**

Para além do congestionamento territorial, uma das consequências directas da sobrelocação do espaço é a escassez de recursos. Segundo Malthus (2004) estes são quantificáveis, limitados e territorialmente definidos, enquanto que a densidade populacional é volátil, podendo oscilar de acordo com as dinâmicas de ocupação do espaço. Todavia, cumpre relevar, que no caso do turismo o panorama é mais complexo, a dimensão quantitativa é importante (por norma, o fenómeno canaliza mais população), mas a qualitativa também assume centralidade devido ao aumento de consumos per capita (ex: de água, necessário para a prática do golfe).

No caso concreto, a polarização dos núcleos turísticos corrobora a visão de Malthus (que se coaduna com a vertente/dimensão qualitativa), perpetrando um aumento exponencial da densidade populacional (e dos consumos a si associados) de determinados territórios em épocas concretas. Por norma, a disponibilidade de recursos encontra-se orientada para suprimir as necessidades dos territórios em causa, quantificando os índices de necessidade com base em dados estatísticos de índole demográfica das populações residentes. Assim, a capacidade de disponibilizar recursos é neutralizada aquando de uma multiplicação excessiva da população que se aglomera num curto intervalo de tempo.

Compete ao governo local a mobilização de verbas e canalização de esforços para aumentar a capacidade intrínseca do sistema para albergar os grandes fluxos de visitantes. Destarte, este processo é por natureza, paulatino, seja por incapacidade financeira, seja por morosidade de aprimoramento dos espaços e infra-estruturas.

Neste âmbito, salienta-se que os recursos afectados são de todas as ordens, essenciais, materiais, funcionais e até humanos. De ordem essencial, apontam-se os bens de consumo básicos, os mais importantes, que apesar de se encontrarem em

---

<sup>633</sup> Sublinha-se que o ideal para representar a realidade nestes casos serão sempre fotos efectuadas pelo próprio investigador, não obstante, dado que o fenómeno ilustrado é deveras comum, optou-se por implementar elementos gráficos já existentes, dada a sua abundância em fontes abertas.

grandes quantidades, sofrem um decréscimo notável nas épocas altas, pautados ainda, pela inflação de preços que acompanham os territórios de turismo massificado.

Por sua vez, os recursos materiais são os de cariz físico (infra-estruturas, transportes públicos, elementos concretos para utilização, objectos e afins), que apenas permitem utilizações para certos grupos e indivíduos de cada vez<sup>634</sup>.

Em terceiro lugar, os recursos funcionais dizem respeito aos sectores de serviços e à competência intrínseca do município/governo local para satisfazer as necessidades dos visitantes e habitantes locais. Alargam-se também à própria capacidade económica destas entidades, à sua aptidão para fazer investimentos públicos e aplicar medidas e políticas públicas. Por fim, o aumento exponencial de turistas no Algarve<sup>635</sup>, e, em concreto, na cidade de Portimão, tem acentuado a escassez de recursos humanos qualificados a trabalhar no sector do turismo, fenómeno que se tem notado devido à nova tendência dos *city breaks*<sup>636</sup> (TP, 2006).

Pela mesma lógica, encontram-se também afectados os bens materiais, normalmente substituíveis e duradouros, que apesar de possuírem uma importância menos relevante que os bens essenciais, condicionam vivências. São constituídos por todos os elementos-alvo de consumo ou de utilização supérflua, não obrigatórios para a sobrevivência individual. Condicionam porém, o quotidiano, alargando-se a todas as actividades lúdicas ou laborais. Quanto aos bens funcionais, podem substanciar-se os recursos basilares dos quais depende o bom funcionamento da própria acção e prática social, elementos atinentes ao desempenho funcional do quotidiano, à semelhança do que acontece na, já referida<sup>637</sup>, premissa base do estrutural funcionalismo (Parsons, 1968), onde existem diversas entidades a trabalhar em conjunto para produzir um resultado final satisfatório, assumindo-se que, mediante eventual falha operacional de uma dessas entidades, o colapso sistémico afigura-se inevitável.

No presente caso, pode-se então, estabelecer uma analogia entre as “entidades/partes” do funcionalismo e os bens funcionais aqui mencionados, sendo estes elementos como os serviços (abstractos, sem base material) ou bens substituíveis,

---

<sup>634</sup> Número de mesas num restaurante, número de quartos num hotel, número de bilhetes e espaço num parque aquático, número de barcos e *jet-skis* para alugar no turismo náutico e por aí fora.

<sup>635</sup> Analisado no ponto anterior (3.4).

<sup>636</sup> Correspondem às estadas de curta duração numa determinada cidade, revestindo uma das novas formas de prática turística dos tempos correntes.

<sup>637</sup> Na secção do enquadramento teórico.

sucedâneos, duradouros de natureza física. Um dos exemplos mais sonantes, de ordem imaterial, diz respeito ao sector da saúde, dado que a possível falta de médicos se afirma como um entrave no acesso à saúde para todos os indivíduos<sup>638</sup>. A carência de recursos humanos neste domínio é proeminente em Portugal, sendo difícil providenciar um serviço célere e de qualidade para a população em geral<sup>639</sup>. Ora esta tendência atinge níveis dramáticos nas épocas altas no Algarve, por força da dimensão e intensidade dos fluxos turísticos<sup>640</sup> que à região acorrem.

A *capacidade de carga turística* emerge aqui com centralidade, inclinando-se sobre o fenómeno do turismo em sentido amplo<sup>641</sup>. Tal como o conceito de *capacidade de carga*, este termo abarca um vasto número de indefinições e interpretações, facto que ganha força pela subjectividade de critérios de avaliação dessa capacidade. Essencialmente, existem preocupações que se prendem com a inexistência de métodos eficientes de mensuração dessa *capacidade de carga turística*, vigorando na literatura três críticas predominantes: a *capacidade de carga turística* não é estática, mas sim mutável; a qualidade da experiência turística é subjectiva, o que a torna em larga medida, vazia; a impossibilidade de quantificar e analisar todos os recursos que espelhem uma capacidade real (Massiani; Santoro, 2012). Com base nesta assunção, verifica-se que existe de facto, uma *capacidade de carga turística* inerente aos territórios (que depende da sua geografia, clima, espaço disponível e o número de recursos necessários que consagrem a oferta turística), mas a sua optimização é de difícil manuseamento. Para a OMT (1983) o termo recai sobre a:

---

<sup>638</sup> De acordo com uma investigação realizada por jornalistas da entidade “Diário de Notícias” verificou-se que, no início do verão de 2022 existiam “(...) 526 914 utentes inscritos nos centros de saúde do Algarve para 378 médicos e 526 enfermeiros. É a segunda região do país mais afectada pela escassez de recursos humanos. O ACES do Barlavento é dos mais carenciados. Profissionais e utentes sentem-no bem na pele, sobretudo em época de verão”. A notícia pode ser consultada em “<https://www.dn.pt/sociedade/mais-de-90-mil-utentes-sem-medico-de-familia-e-preciso-muita-ginastica-para-dar-cobertura-14930634.html>”. Visto que a crise em termos de recursos humanos na área da saúde se tem agravado nos últimos anos no Algarve, ainda não existem dados actuais, tratados em bases de dados oficiais (por exemplo- INE), pelo que se primou pela pesquisa e análise de notícias de profissionais que coligiram informação directamente junto das entidades de teor hospitalar.

<sup>639</sup> Esta realidade é abordada em detalhe no ponto seguinte 3.5.1.

<sup>640</sup> Sendo, no entanto, muito marcante na região durante todo o ano. Existe falta de profissionais de saúde e de condições infra-estruturais e logísticas que assegurem o normal funcionamento dos serviços (exemplo: urgências hospitalares).

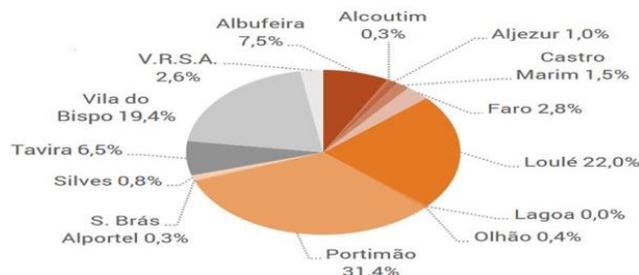
<sup>641</sup> Difere portanto, das abordagens anteriores de capacidade de carga social (atinente à tolerância demonstrada pelos habitantes locais e à capacidade de carga física, de suporte material: infra-estrutural e espacial do território).

...capacidade de suporte ou tolerância de uma área para acolher um número de visitantes sem alterar o seu estado natural, o que implica um limite ao crescimento turístico numa área sem que se modifique o seu entorno. (OMT, 1983)

Como metodologia de gestão, poderá recorrer-se à materialização das “cidades inteligentes”, noção que se radica na catalização de diferentes recursos tecnológicos e energéticos para implementar uma gestão territorial sustentável, contemplando sinergias entre a sociedade civil, o sector privado e a administração pública (Rodriguez *et al.*, 2007). Este processo insere-se em agendas administrativas que acompanham a revolução tecnológica, almejando solucionar desafios de gestão territorial.

Em larga medida, poderão ser a resposta na determinação de quais os números máximos de agentes necessários para preencher o território, assim como possibilitar a criação de condições e limites de mudança aceitáveis para acolher maiores fluxos turísticos, sempre dentro de uma óptica sustentável (Massiani; Santoro, 2012). Essa sustentabilidade alicerça-se, em parte, no número de recursos disponíveis, tendo sempre presente, que a *capacidade de carga turística* resulta de uma interacção entre a capacidade de carga (disponibilidade física) e a existência (e acesso) de recursos de todas as ordens.

De uma forma geral, têm-se registado vários investimentos que visam incrementar esta capacidade, dotando o Algarve de ferramentas suficientes para albergar os fluxos turísticos, como se pode observar no gráfico 11, atinente aos gastos associados a cada município da região para solidificar a sua oferta e disponibilidade de recursos.



**Gráfico 11-** Territorialização do investimento por NUTS III (QREN: 2007-2013<sup>642</sup>).  
Fonte: Portugal2020, 2019.

<sup>642</sup> Atente-se que os dados foram implementados aquando do desenvolvimento da tese que, como se sabe, é um trabalho contínuo que se propaga durante um período considerável de tempo, sendo relevantes durante a materialização do referencial teórico, da investigação de campo e tratamento de dados. Apesar da inevitável desactualização, operam como um testemunho do desenvolvimento da região do Algarve ao longo do tempo, destacando-se no caso concreto, um marco temporal importante no crescimento de Portimão enquanto foco de investimento.

Repare-se que a distribuição do investimento é notoriamente desigual, onde três dos concelhos, Portimão, Loulé e Vila do Bispo concentram 73% da sua totalidade. Ora se o enfoque é prestado a pontos estratégicos, que neste âmbito se encontram ligados ao turismo, as restantes fracções territoriais carecem de incentivos necessários para combater a possível deficiência de alguns recursos que sustentam a presente discussão.

Fazendo alusão à natureza basilar da Economia enquanto ciência da escassez, pode admitir-se a existência de uma economia do turismo (Santos; Kadota, 2012). Debrucha-se, principalmente, sobre as dinâmicas de mercado que dizem respeito à produção e consumo de produtos turísticos, no entanto, pode alargar-se à diminuição efectiva do valor total dos bens para as comunidades locais.

Sustém-se que o valor de determinado bem, elemento destinado a suprimir uma necessidade, se baseia na sua utilidade. A partir do momento em que se registam decréscimos na quantidade de certos bens, a procura aumenta e o seu valor e utilidade sobem. Há portanto, um inflaccionamento de bens de consumo, que não se prende isoladamente com a especulação imobiliária (a subida de valor mais negativa e marcante nos territórios turísticos<sup>643</sup>). Por exemplo, no Algarve, como se sabe, a sardinha assada é um bem de consumo típico, referencial da gastronomia da região, o qual, em termos de disponibilidade, tem vindo a sofrer um decréscimo<sup>644</sup> com o passar dos anos (conforme exposto na tabela 20), tanto pela pesca descontrolada, como pela necessidade de se lucrar com a sua comercialização, factos que potenciaram um aumento significativo do seu valor<sup>645</sup>.

**Tabela 20-** Peixe capturado: total e por alguns tipos de peixe- Sardinha.

Tipo de Peixe	Sardinha		
	2002	2009	2019
Quantidade pescada no Algarve (em toneladas)	10.884	5.168	1.985

Fonte: adaptado de Pordata, 2020.

O declínio do volume de pesca de sardinha exarado foi significativo, dado que num período de 7 anos terá caído para menos de metade (entre 2002 e 2009, de 10.884 toneladas para 5.168), e, num segundo ponto, voltou a decrescer, situando-se no

<sup>643</sup> No sentido em que coloca a vida de muitos autóctones com baixos rendimentos em perigo de desalojamento.

<sup>644</sup> Recorde-se, uma vez mais, que a pesca deste tipo de peixe foi limitada por regulamentação legislativa do então governo constitucional de Portugal no passado.

<sup>645</sup> Nomeadamente quando consumidos em estabelecimentos de restauração.

pretérito ano de 2019, na ordem das 1.985 toneladas. Sendo o produto abordado, um dos baluartes da oferta gastronómica da região, que motiva deslocações ao território e estimula a economia, revela-se uma problemática que se poderá agravar mais no futuro<sup>646</sup>, podendo existir benefício imediato para quem comercializa a sardinha em ambiente de restauração, mas negativo no que diz respeito ao consumidor local, ao autóctone (pelo aumento do preço e eventual escassez).

Neste sentido, regista-se uma tripartição de influências directas: sobre os capitalistas activos (autóctones que trabalham por conta própria), capitalistas passivos (autóctones que trabalham por conta de outrém) e os turistas (também capitalistas passivos<sup>647</sup>). Feita a distinção, aduz-se a efectivação de efeitos positivos para a economia local que recaem sobre a geração de renda, estímulos aos investimentos nos sectores, aumentos na contratação de trabalhadores e afins, beneficiando os autóctones que são empresários.

Para os turistas, registam-se efeitos negativos, acabando estes por pagar mais pelos serviços. Quanto aos autóctones que trabalham por conta de outrém no Algarve (o grosso da população, que são 159 800 dos habitantes<sup>648</sup> - PORDATA, 2021), são afectados pelo aumento dos preços dos bens e não colhem as receitas como os empresários, e, como consequência, vêem a sua carga de trabalho aumentar (Santos; Kadota, 2012). Assim, a escassez de recursos afirma-se como um dos principais catalizadores para o desencadeamento de conflitos, ilustrando um dos cenários em que os valores de carga social e limites que a balizam foram ultrapassados (Manning *et al.*, 2002).

Num segundo foco, salienta-se que os recursos começam a faltar aos autóctones, não pela sua escassez física, mas sim pela carência na sua vida, derivada da regulação imposta pelo turismo, que quando massificado, passa a ditar as regras de consumo, manuseando os indivíduos pela lei da oferta e da procura e pelos preços elevados. Colau (2015: 1) enaltece esta realidade, alegando que:

---

<sup>646</sup> Agravação que certamente poderá ser impulsionada pela pandemia Covid- 19.

<sup>647</sup> Embora no seu âmago sejam todos activos, mas dotados de papéis diferentes.

<sup>648</sup> Compostos por indivíduos com diferentes graus de escolaridade completos, desde o ensino básico até ao superior. Mais se adita que, segundo a mesma base de dados (POORDATA, 2021), o número de trabalhadores por conta própria que operam como empregadores se radica nos 14 800 indivíduos.

*Qualquer cidade que se sacrifique sobre o altar do turismo de massas será abandonada pelos seus habitantes quando estes já não puderem arcar com o custo da habitação, alimentos e necessidades diárias básicas.*

Como terceira fonte de constrangimento, aponta-se a escassez de recursos que gera insatisfação, não para os autóctones, mas para os turistas. Esta situação surge interligada aos fluxos demográficos massificados que se apresentam em volume muito superior ao número de recursos locais (humanos, materiais, espaciais) para satisfazer a demanda. A incapacidade do território de destino em suprir as necessidades dos visitantes é atribuída aos receptores e não à presença volumosa dos primeiros. Neste sentido, a agenda política da ONU (2017: 39) para questões ambientais e processos de desenvolvimento a si associados, enaltece que:

*O turismo pode criar uma grande pressão sobre os recursos locais, como energia, alimentos e outras matérias-primas que já podem ser escassas”, o que é impulsionado pela noção de que: “Uma grande demanda é colocada sobre esses recursos para atender às altas expectativas que os turistas costumam ter (aquecimento adequado, água quente, etc.).*

Percebe-se que, em posição desfavorável está sempre o destino turístico, operando-se na lógica predominante de satisfação de necessidades de quem consome. Efectiva-se também, a degradação do território enquanto atracção cultural, e em micro-economia, a diminuição da qualidade de vida, potenciada pelo inflacionamento dos produtos em geral (Massiani; Santoro, 2012).

A identidade cultural é pressionada pela emergência de serviços e massificação das redes de oferta turística que se fazem sentir pela força da *turistificação*, negligenciando os seus componentes, nomeadamente a valorização de património histórico, de valores, de atitudes, de percepções, de instituições e de vivências, (todos estes elementos se alteram com o turismo). Por sua vez, o inflacionamento dos preços dos produtos para além de condicionar a vida das comunidades locais, impõe-se também aos turistas, que apesar de se encontrarem numa situação que convida a despende mais dinheiro, se têm vindo a tornar cada vez mais conscientes em questões de grande inflacionamento.

### 3.5.1- Serviços

No Algarve o processo de urbanização foi tardio e originou uma rede de serviços essenciais algo limitada<sup>649</sup>, o que representa um problema quando o território se torna sobrelotado (Leite, 2008).

Vários estudos<sup>650</sup> têm levado a cabo o desenvolvimento de metodologias de avaliação da *capacidade de carga turística* (como o *índice de saturação turística*<sup>651</sup>) de regiões, apoiando-se porventura, na eficiência que o território tem, mesmo com recursos em défice, focando-se secundariamente nos impactos sócio-culturais impostos aos conjuntos de pessoas residentes. A sustentabilidade assenta na percepção destas comunidades acerca da saúde do seu território turistificado, onde o seu apoio se afirma como uma premissa necessária para o desenvolvimento das actividades comerciais, sócio-culturais e políticas da indústria, podendo esse mesmo apoio, ser condicionado pelo funcionamento deficiente dos serviços locais (Hanafiah *et al.*, 2013).

No Algarve, (e em concreto, Portimão<sup>652</sup>), os serviços de saúde são aqueles que apresentam padecer de um maior impacto negativo nas épocas altas. Uma vez que a ocupação do território aumenta exponencialmente, regista-se de forma constante, que a escassez de profissionais de saúde e condições logísticas dos centros hospitalares da região se afiguram como entraves num acesso a serviços médicos equitativo para todos. Tem-se portanto, privilegiado os visitantes com consultas específicas (programa “consulta do turista”) e atendimentos únicos, como se averiguou na iniciativa avançada

---

<sup>649</sup> Redes de abastecimento de água, saneamento, esgotos e estradas. Historicamente, aduz-se que todas estas redes eram precárias, pautadas pelo fraco desenvolvimento que caracterizava Portimão nos tempos das indústrias conserveiras, facto que seria alterado pela (já mencionada) urbanização de 60, que induziu a construção mais célere de tais elementos (visando acompanhar os processos de desenvolvimento desencadeados pelo turismo). Esta celeridade deu origem a redes de abastecimento com uma capacidade que não acompanharia a progressão da urbanização até aos dias de hoje.

<sup>650</sup> Exemplos: “*The carrying capacity of a tourist destination. The case of a coastal Italian city*” de Elena Maggi e Franco Lorenzo Fredella; “*Modelling Saturation Intensity in the Destination of Croatia: A Panel Data Approach* (2015)” de Zdravko Šergo, Jasmina Gržinić e Darko Saftić.

<sup>651</sup> Pode-se aqui referir, a existência de um índice de mensuração da saturação do turismo, que presta enfoque ao relacionamento entre variáveis que caracterizam, tanto turistas como autóctones. Em detalhe: O “Índice de Saturação Turística” (TSI) é o produto da proporção do número anual de turistas para a população residente (T / P) e das receitas turísticas para o produto interno bruto (TR / PIB). Reveste portanto, uma ferramenta *on-line* de mensuração da capacidade de carga e da população excedente presente nos territórios (Cunha, 2003).

<sup>652</sup> Analisado em detalhe no capítulo seguinte.

pela ARS<sup>653</sup> em 2016 ao abrigo do mesmo plano, que visou a implementação de postos de assistência médica nas praias, exclusivamente para turistas.

De uma forma geral, existindo apenas 3<sup>654</sup> hospitais públicos na região (Faro, Lagos e Portimão), constata-se um decréscimo na qualidade de vida das comunidades locais, dado que em grande medida, os centros privados<sup>655</sup> praticam preços muito elevados, fixados a pensar na população estrangeira que, por sua vez, acaba por recorrer aos serviços impostos por políticas como a “consulta do turista”. Por exemplo, José Carlos Martins, presidente do SEP<sup>656</sup>, fazendo referência ao crescente número de greves dos profissionais de saúde, refere que os recursos humanos já são escassos, e que com a realização dessas acções nos centros hospitalares, o impacto é muito mais elevado no Algarve do que nas restantes zonas do país, referindo que:

*É esperado um aumento de afluência em Portimão e em Faro perante uma grande adesão à greve ou total ausência de enfermeiros dos centros de saúde. Poderá haver uma sobrecarga, mas só aí porque tem que ver com o período de verão (SP, 2015<sup>657</sup>).*

Visando ilustrar o acréscimo de procura de serviços de saúde adstritos ao Algarve nos meses mais quentes, faz sentido expor alguns dados concretos. Assim, apresenta-se a tabela 21, correspondente à marcação de consultas<sup>658</sup>, consumadas nos postos do sistema nacional de saúde disseminados pelo Algarve com recurso ao serviço administrativo “SNS24<sup>659</sup>” ao longo do pretérito ano 2019. As consultas em epígrafe não cobrem todas as áreas da Medicina, excluindo campos de especialidade<sup>660</sup>.

---

<sup>653</sup> Administração regional de saúde (neste caso, do Algarve).

<sup>654</sup> Como unidade pública também existe o “Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul”, mas não se contabiliza devido ao seu carácter de especificidade. Todas as restantes unidades de prática médica são de índole privada, segregando-se entre clínicas e hospitais (generalistas e de especialidades).

<sup>655</sup> Ao todo existem 7 hospitais privados no Algarve, e inúmeras clínicas.

<sup>656</sup> Sindicato de Enfermeiros Portugueses.

<sup>657</sup> Avança-se que o problema é crescente, estendendo-se actualmente, não só aos meses de Verão, mas ao ano inteiro, registando o Algarve o pior desempenho de serviços e assistência médica do país (SNS, 2017).

<sup>658</sup> Seria ideal expor dados de procura de serviços de saúde diacrónicos ao longo do ano em todas as suas dimensões, no entanto, a ARS, entidade oficial de dados adstritos a esta área no Algarve, apenas disponibiliza informações correspondentes a determinadas tipologias do fenómeno, pelo que se optou pelo indicador “marcação de consultas”, que opera, em certa medida, como um testemunho dessa eventual procura. Excluem-se portanto, afluência física dos utentes aos serviços de urgência, as marcações de consultas nas especialidades, entre outros.

<sup>659</sup> Serviço digital de marcações *on-line* e telefónicas.

<sup>660</sup> Diga-se oftalmologia, cardiologia e adiante.

**Tabela 21-** Resumo de marcação de consultas SNS 24: serviço administrativo (2019).

Ano 2019	Planeamento familiar	Reforço/Recurso	Saúde Adulto	Saúde Infantil	Saúde Materna	Com sucesso	Sem sucesso
Janeiro	4	8	95	3	-	130	627
Fevereiro	7	5	99	2	-	131	524
Março	2	4	94	3	-	127	515
Abril	4	8	103	5	-	142	550
Maió	10	23	279	9	2	345	922
Junho	14	22	283	7	1	353	975
Julho	7	20	353	8	5	413	1382
Agosto	11	30	342	9	3	415	1395
Setembro	10	37	486	17	5	580	2077
Outubro	18	39	641	23	6	765	2407
Novembro	13	29	542	17	10	623	2023
Dezembro	5	24	371	10	1	432	1420
<b>Total</b>	105	249	3688	113	33	4456	14817

Fonte: ARS, 2020.

Analisando os dados acima expostos, pode constatar-se que, em 2019, se registou um acréscimo significativo no número de marcação de consultas a partir de maio, altura em que começam a surgir os primeiros turistas, devido ao aumento da temperatura na região (assim como da disponibilidade da procura, dado que a sazonalidade tem um suporte físico, mas também social, familiar). O número de marcações mantém-se crescente até outubro, diminuindo apenas, nos últimos meses do ano. Certo que findo setembro, inicia-se uma época mais propícia à descida da temperatura, potenciando a emergência de doenças relacionadas com o sistema respiratório<sup>661</sup> (o que poderá fazer aumentar o número de telefonemas e consequentes agendamentos de consultas), contudo, a tendência no que concerne à ocupação territorial por parte de visitantes, tem-se vindo a propagar no tempo, em bom rigor, até meados de novembro, pelo que o número adicional de marcação de consultas poderá estar, em certa medida, correlacionada com a permanência de turistas no território<sup>662</sup>. De notar ainda, que o número de insucesso em assegurar consultas é mais elevado do que aquelas que são consumadas, sendo esta dinâmica, pautada também por uma tendência crescente ao longo do ano, voltando a diminuir apenas no mês de dezembro.

Na óptica dos serviços de emergência, consagra-se um ocupar pleno dos recursos disponíveis, dado que os mesmos são limitados e alguns deles são mesmo

<sup>661</sup> Constipações, gripes, entre outras.

<sup>662</sup> Relembre-se a questão do turismo homeotérmico, em que se verifica uma afluência de turistas de países com climas mais frios a territórios caracterizados por condições climáticas que consideram ser agradáveis naquela altura do ano (ex: agentes turísticos dos países do norte da Europa que viajam para o Algarve e recorrem ao “sol e mar” mesmo nas estações mais frias).

necessários para cobrir várias regiões. Ora, durante o período de Verão, registam-se mais ocorrências do que no resto do ano, tanto pelo volume de pessoas, como pelas práticas ligadas à praia e à recreação nocturna, e tal como no âmbito da saúde, nos serviços de emergência e socorro, a região apresenta fragilidades devido à falta de investimento e de programas de reforço logístico especial na época balnear.

Na tabela 21 (infra) é possível observar em dados objectivos, os recursos que a região do Algarve detém para fazer face a situações de emergência, sendo à primeira vista, indicados para a densidade populacional e extensão geográfica da região, assim como para as suas dinâmicas de distribuição territorial. Todavia, é importante notar que na época balnear os serviços continuam a operar com a mesma capacidade, mas para o triplo ou quádruplo da sua capacidade de carga (de acordo com os dados do INE atinentes à ocupação territorial em 2016). Também se expõem dados relativos a Portugal continental de modo a aprimorar a consciência (comparando valores) acerca do número de meios de cada natureza que são necessários para dar resposta a situações de emergência específicas.

**Tabela 22-** Recursos inerentes à emergência médica para dar resposta às necessidades no Algarve.

<b>Meios de Emergência Médica</b>	<b>Algarve</b>	<b>Portugal Continental</b>
<b>Helicóptero de Emergência Médica</b>	1	5
<b>Viatura Médica de Emergência e Re-animação (VMER)</b>	3	44
<b>Ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV)</b>	4	40
<b>Ambulância de Transporte Inter-Hospitalar Pediátrico (TIP)</b>	1	4
<b>Unidade Móvel de Intervenção Psicológica de Emergência</b>	1	4
<b>Ambulância de Emergência Médica (AEM)</b>	6	56
<b>Motociclo de Emergência Médica (MEM)</b>	1	8
<b>Posto de Emergência Médica (MEM)</b>	16	300
<b>Ambulância de Socorro de Reserva c/protocolo INEM</b>	2	157
<b>Ambulância de Socorro s/protocolo INEM</b>	2	37
<b>N.º Total de Meios</b>	37	655
<b>População Residente</b>	450.966	10.030.968
<b>N.º Meios p/100.000 habitantes</b>	8,2	6,5

Fonte: adaptado de SNS, 2017.

Também os serviços de segurança têm apresentado de forma constante a sua preocupação face à pesada ocupação territorial, colocando em destaque a escassez de efectivos suficientes para manter a segurança das áreas turísticas e moderar/resolver eventuais situações “complicadas”. Têm vindo a ser disponibilizados cada vez mais operacionais das forças de segurança para focos de risco, o que se revela de forma geral insuficiente, dado que apesar do carácter preventivo ser positivo, em casos de tumulto social, a vertente reactiva do trabalho policial fica aquém das expectativas<sup>663</sup>. Estima-se que 80% da criminalidade do país, nos meses de verão, se encontra concentrada no Algarve<sup>664</sup> (INE, 2017). Para contrapor esta tendência, foi elaborado recentemente o programa “Algarve seguro 2017<sup>665</sup>” que visa aumentar o número de acções de

<sup>663</sup> Apesar da eficiência das forças policiais, não lhes é, de todo possível, solucionar e responder a todas as situações.

<sup>664</sup> Estes dados que possibilitam realizar análises comparativas são sempre interessantes, no caso, por permitirem avaliar se as oscilações em termos de criminalidade podem ser um efeito colateral do turismo de massas (e da sua capacidade de concentrar nos mesmos espaços muitos indivíduos).

<sup>665</sup> Que certamente se reproduzirá nos anos seguintes.

policciamento e fiscalização, destacando também, mais operacionais para o território. No entanto, os números ainda ficam abaixo do esperado, contando o programa, apenas com cerca de 1270 militares da GNR e 879 agentes da PSP para todo o Algarve (RP, 2017).

Como último exemplo, não aludindo apenas às entidades que protegem o bem jurídico “vida”, aponta-se o caso dos serviços de recolha de lixo. Por regra, os estabelecimentos comerciais e de restauração, aumentam a produção de detritos em paridade com o volume da clientela, o que sempre dificultou uma eliminação de resíduos eficiente pelos mecanismos públicos nesta matéria. Foi criado pela Algar<sup>666</sup> um serviço de recolha de lixo extra, o serviço “Ambilinha” estritamente orientado para remover os detritos extra produzidos durante a época balnear. Apesar da iniciativa, o serviço começou prontamente a falhar, dado que o volume de turistas é tão grande que os elementos de recolha não conseguem remover atempadamente os resíduos produzidos pelos estabelecimentos (SI, 2016).

De acordo com Ruschmann (1999), as praias e os serviços de infra-estrutura e entretenimento encontram-se entre os maiores alvos de sobrecarga, condicionando directamente a qualidade de vida das comunidades locais. Em segunda instância, emerge a competitividade no sector privado, assumindo que os serviços públicos se revelam insuficientes para satisfazer as necessidades dos utentes.

Com efeito, os moradores locais vêem-se obrigados a recorrer a entidades privadas que acarretam custos bem elevados, não só na saúde (como já referido), mas numa vasta gama de serviços. O mesmo sucede no sector da hotelaria, essencial para execução da actividade turística, mas que também poderá ser utilizado por indivíduos oriundos do Algarve que viajem para outros pontos da região. Nesse caso, serão confrontados com os valores médios mais altos para estadas no panorama nacional. A tabela 23 esboça essa realidade, onde se constata que o preço médio por noite num hotel é de 201 euros (independentemente do número de estrelas).

---

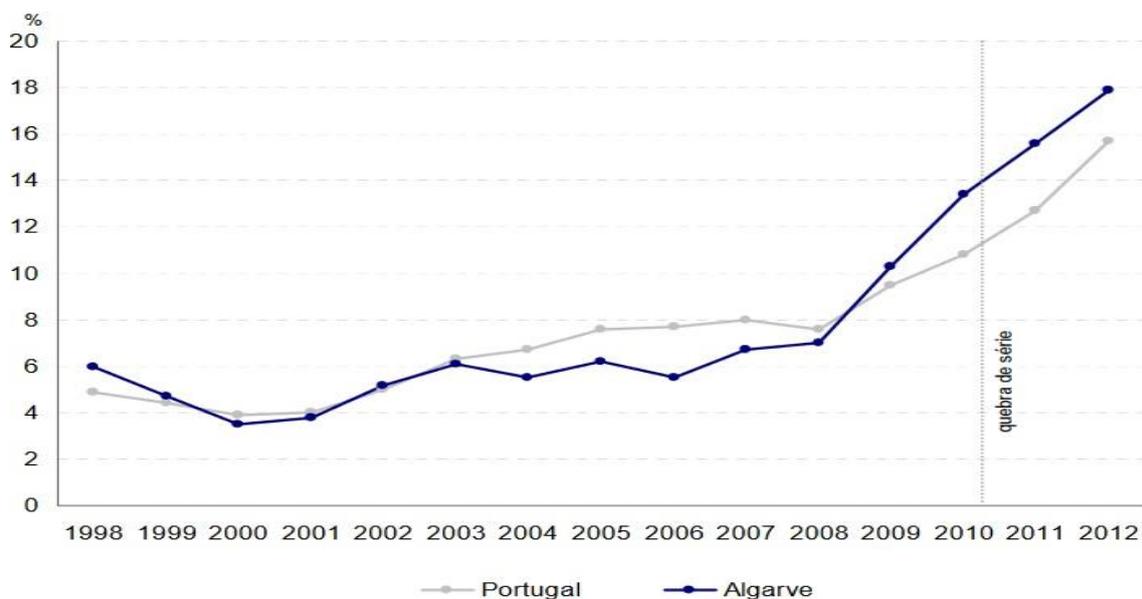
<sup>666</sup> Entidade que opera na esfera de protecção do meio ambiente, responsável pela recolha e tratamento de resíduos e detritos na região.

**Tabela 23-** Preço médio por noite em entidades hoteleiras por região- ano 2016.

Regiões	Agosto 2016	Julho 2016	Agosto 2015	Varição face a agosto 2015	Varição face a julho 2016
Açores	117 €	111 €	104 €	12,50%	5,41%
Madeira	108 €	98 €	98 €	10,20%	10,20%
Norte	91 €	86 €	83 €	9,64%	5,81%
<b>Algarve</b>	<b>201 €</b>	<b>167 €</b>	<b>186 €</b>	<b>8,06%</b>	<b>20,36%</b>
Lisboa	118 €	113 €	112 €	5,36%	4,42%
Centro	80 €	77 €	78 €	2,56%	3,90%
Alentejo	91 €	89 €	93 €	-2,15%	2,25%

Fonte: Trivago- estudo de tendências, 2016.

Os dados elencados são atinentes ao ano 2016, marco temporal, onde a economia do Algarve se encontrava em estabilização, no pós recuperação da crise económica de 2008 que se prolongou vários anos, e antes da conjuntura actual, com carências económicas graves induzidas na sociedade por intermédio da pandemia covid-19. Atenta-se apesar disso, para os preços elevados praticados, distanciando-se o valor médio de cada noite num estabelecimento hoteleiro no Algarve em 83 euros da segunda região mais cara, Lisboa. Ora, atendendo ao desemprego que sempre assolou o Algarve, em grande medida devido à sazonalidade<sup>667</sup>, não se afigura viável para os seus moradores poderem usufruir desses alojamentos em função dos valores cobrados. Neste âmbito, recorre-se aos gráficos 12 e 13, que esboçam a evolução do desemprego na região nas últimas décadas.

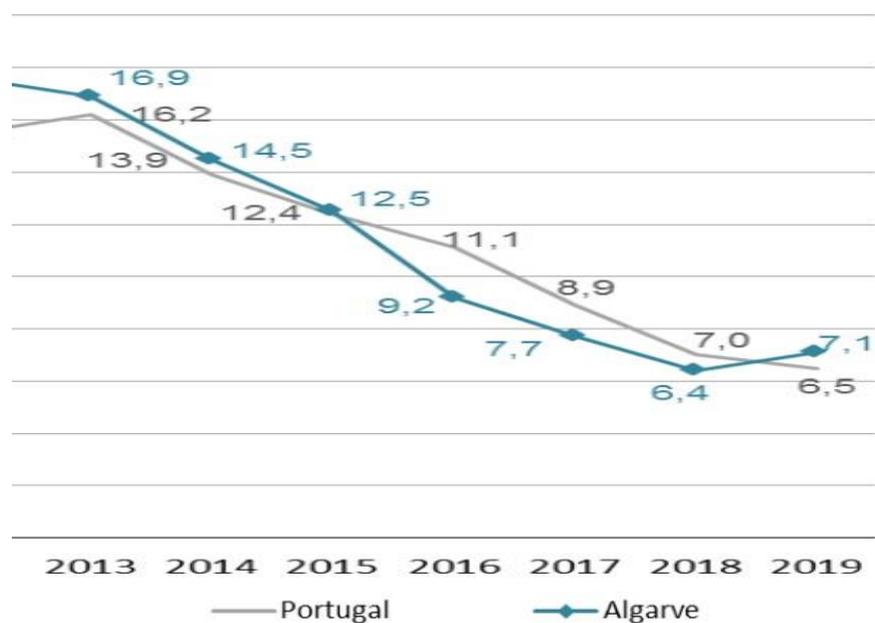


**Gráfico 12-** Valores do desemprego entre 1998 e 2012, com destaque para o marco temporal de 2010.

Fonte- INE, inquérito ao emprego, 2014.

<sup>667</sup> Previamente abordada.

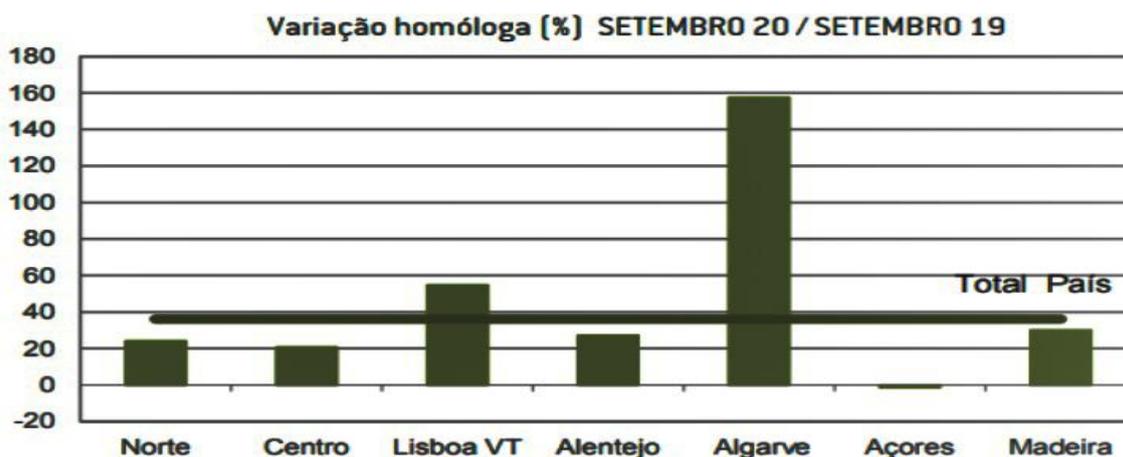
Com base no elencado, dando continuidade à análise, infra, no gráfico 13, expõem-se em valores percentuais, dados ilustrativos da queda gradual da taxa de desemprego no Algarve, aquando do início da recuperação paulatina da economia no pós crise de 2008. Assim sendo, destacam-se os valores de 2016 (taxa de desemprego abaixo dos 10% - conforme já referida a sua importância acima) e de 2018, chegando-se a uma taxa mínima de apenas 6,4% de desemprego. Esta supressão da falta de emprego caracteriza-se pela recuperação da máquina turística e do sector imobiliário, facto que viria a ser agravado de forma mais significativa em 2020 com o eclodir da pandemia Covid-19 (conforme se verá a seguir).



**Gráfico 13-** Taxa de desemprego entre 2013 e 2019.

Fonte- INE, Estatísticas do emprego, 2021.

Conforme mencionado, repare-se que o sector terciário é sempre o mais afectado aquando da eclosão de crises, verificando-se que, apesar de um equilíbrio notório constante entre os valores do desemprego em Portugal no seu todo e a região do Algarve ao longo dos anos, é em 2008 que se dá uma alteração notoriamente negativa. Constata-se, conforme apostado no gráfico 14 (exarado abaixo) que o mesmo aconteceu recentemente, uma vez que a pandemia covid- 19 afectou gravemente vários serviços, gerando efeitos muito negativos na alçada do turismo, e por consequência, na economia do Algarve.



**Gráfico 14-** Desemprego registado por Regiões: 2019 – 2020.

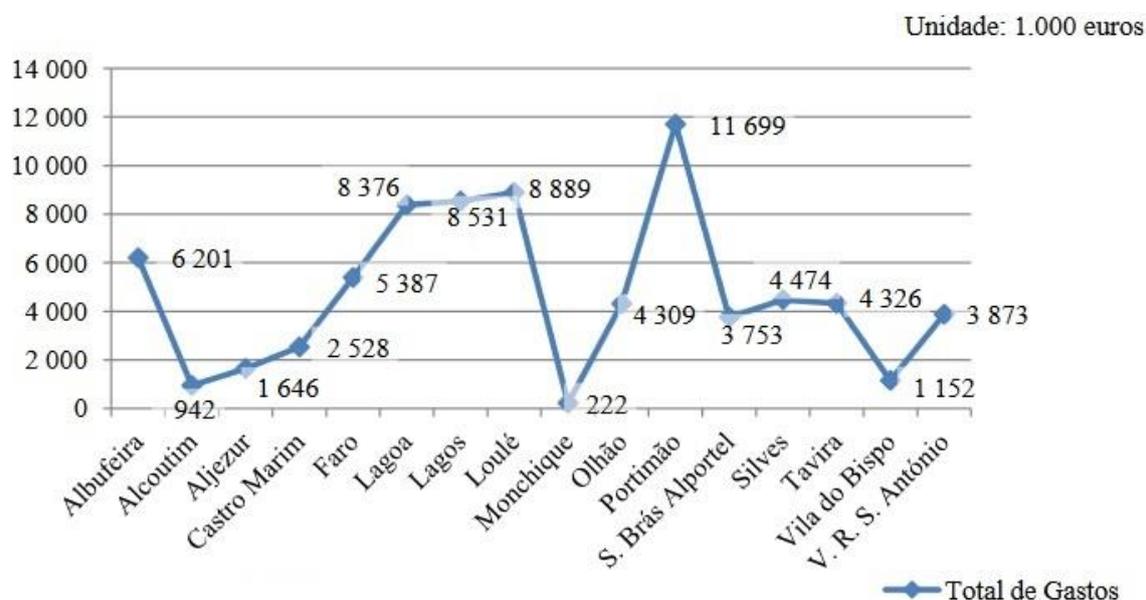
Fonte: IEFP, 2020.

É importante sublinhar a quebra identificada, onde a monocultura turística se faz notar, visto que em Setembro de 2019 os valores do desemprego sustinham números tidos por “normais<sup>668</sup>”, sendo estes, contrapostos por subidas vertiginosas no montante de indivíduos desprovidos de qualquer actividade profissional. A taxa de variação relativa ao desemprego entre setembro de 2019 e o mesmo mês do ano seguinte (2020) no Algarve, registou um aumento de 157,5%. Segue-se Lisboa e Vale do Tejo com uma subida de 54,7%, o Alentejo que se fixou num acréscimo de 27,3%, a região norte que comportou uma elevação percentual de 24,1% e a zona centro com um escalar do desemprego que se radicou nos 20,7% de aumento.

Nas regiões autónomas, estipula-se que a diferença se substanciou nos 30,1% entre meses homólogos no que diz respeito à Madeira, e nos Açores, não se terá verificado qualquer aumento efectivo da taxa de desemprego. Reitera-se que todas as percentagens de variação de outras regiões do país somadas, são inferiores à subida do desemprego no Algarve devido ao impacto que os serviços, aquando da sua estagnação (ou quase) têm no território.

<sup>668</sup> Os habitualmente registados na região, tendo em conta, os seus índices de desenvolvimento económico e social.

Salientam-se também os serviços e actividades económicas ligadas ao turismo que agradecem essa sobrecarga, acabando por magnetizar o maior número de pessoas devido ao peso que possuem num território turistificado<sup>669</sup> (Ruschmann, 1999). Positivamente, podem-se apontar serviços (de todas as ordens) que nascem exclusivamente devido ao turismo, e que em fases posteriores à época alta, acabam por beneficiar a população local. Porém, dada a sua origem, regista-se com frequência a prática de preços elevados. Esta dinâmica sucede também a nível da cultura, onde se verifica que o grosso dos investimentos efectuados se prende com fins de exploração turística, onde os pólos urbanos orientados para essa tipologia de oferta congregam o maior volume de gastos por parte das câmaras municipais<sup>670</sup> (conforme apresentado no gráfico 15).



**Gráfico 15-** Total de gastos efectivos com a cultura no Algarve em 2010.

Fonte: Antiga Lota de Portimão (Projecto Cultural) –Plano Estratégico (Vaz, 2014).

Atente-se que já no encerrar da década passada, em 2010, a cultura era apenas mais um meio para fomentar o desenvolvimento do turismo, onde Portimão, Loulé, Lagos, Lagoa e Albufeira já se destacavam dos demais concelhos no que tange à identidade turística. Portanto, existe uma canalização de fundos endereçados à promoção cultural para estimular, em última instância, o desenvolvimento do sector terciário, escopo de actuação económico que beneficia do encarecimento dos produtos

<sup>669</sup> Serviços de lazer: restauração, comércio.

<sup>670</sup> Seleccionaram-se dados de 2010, por ter sido um dos anos em que se apostou mais na cultura em Portimão, área geográfica do estudo de caso.

que comercializa e dos serviços que presta, mas que é afectado pelo congestionamento, estagnação, desemprego e outros factores de ordem social que se vão consumando no seio do território.

Em suma, é importante sublinhar que não existe uma ruptura total nos serviços, mas sim uma pressão que os restringe, culminando essa restrição, na diminuição da qualidade de vida dos residentes.

### **3.5.2- Bens de consumo básicos<sup>671</sup>**

Dentro da panóplia de recursos já mencionados que se extinguem durante as épocas altas, faz sentido aprofundar a análise da escassez dos bens de consumo básicos<sup>672</sup>.

Estes bens são avaliados mediante o seu grau de utilidade (pela regra geral dos bens, supra mencionada), isto é, da sua capacidade em satisfazer necessidades básicas, o que define a sua importância no quotidiano. Em termos económicos são medidos em função do seu *valor total* e *valor marginal*. O primeiro termo representa o valor de uma unidade de produto “x”, enquanto que o segundo, se radica no valor atribuído a cada unidade adicional do produto (Porto, 2014). Com esta noção presente, enuncia-se que os bens de consumo são imprescindíveis para a subsistência e qualidade de vida mínima de todas as populações. Ora com o forte congestionamento populacional induzido pelo turismo, ocorre uma supressão de tais bens, sublinhando-se duas consequências proeminentes, a escassez *per se*, ou a inflação (em ambos os casos, há o problema de acesso a um recurso<sup>673</sup>).

Pode dizer-se que a inflação se prende directamente com o *efeito de rendimento*. Este faz-se sentir nas comunidades locais, dado que os rendimentos, por norma se mantêm inalterados, mas o nível de vida e o preço dos bens consumíveis tem tendência

---

<sup>671</sup> Neste ponto, assim como no presente capítulo (e como referido na abertura da tese, na introdução), existe uma interpolação intencional entre as duas escalas em análise, o Algarve no seu todo e Portimão, visando-se deste modo, demonstrar que na óptica da identidade turística, ambos os territórios, apresentam vários pontos homogéneos, destacando-se porventura, também as suas diferenças, focando, claro as especificidades de Portimão. Tal relação é realçada de modo a ilustrar qual a posição da cidade em análise, a nível turístico, no panorama regional, e consequentemente nacional. Existe ainda um recurso claro à discussão teórica, expondo ideias e obras de autores que sustentem o conteúdo apresentado. Relembre-se, no entanto, que apesar das aproximações entre diferentes pontos da região, os territórios que constituem o Algarve são bastante diversificados, portanto Portimão, não será representativo de todos.

<sup>672</sup> Explanados duas secções atrás (ponto 3.5).

<sup>673</sup> A questão da acessibilidade reveste um tema típico de interesse geográfico.

para subir. Apesar disso, pode aplicar-se parcialmente o *paradoxo de Giffen*<sup>674</sup> (Porto, 2014), partindo de um princípio de necessidade, no qual as comunidades locais, independentemente da subida dos preços dos bens de primeira ordem, costumam consumi-los em quantidades maiores, precavendo a sua escassez ou eventual subida. Destarte, nem sempre é possível racionar as quantidades de produtos devido à escassez *per se*, que acompanha as dinâmicas de turismo massificado.

Sustém-se que os recursos territoriais são finitos, o que previne uma prática isolada de auto-subsistência. Por exemplo, o abandono progressivo do sector agrícola e do sector piscatório dão origem a um decréscimo da capacidade intrínseca dos territórios para produzirem os seus próprios bens alimentares, impelindo a necessidade de dependência externa de cadeias de abastecimento de produtos, o que normalmente acontece em dias premeditados (temporalmente estabelecidos de acordo com as agendas das empresas e fornecedores), gerando quebras no acesso livre aos bens.

Atente-se contudo, que esta discussão é por ora distanciada da realidade empírica do Algarve, sendo aqui abordada devido aos contornos consumistas que as práticas levadas a cabo na região acarretam. Serve portanto, de reflexão adstrita às problemáticas em estudo, aos efeitos satélite que o turismo de sol e mar sazonal inferem no território. Assim, enaltece-se também a escassez derivada da natureza das regiões turísticas, nas quais se insere, muitas vezes, o consumo avultado de produtos típicos do local, como é o, já referido, caso da sardinha que devido a medidas legislativas se encontra limitada quanto às quantidades que podem ser pescadas, mas que ao mesmo tempo é vendida em grande volume, privilegiando-se o comércio em detrimento da possibilidade de usufruto pessoal/intra-comunitário. Segundo Barretto, (2009) por norma, os locais são expropriados dos seus direitos, suportando as “insolências” dos turistas chegando ao ponto de abdicarem dos seus próprios bens em função de ganhos económicos<sup>675</sup>

Tendencialmente, os impactos sobre a disponibilidade de recursos básicos provenientes do território são coerentes com a sua disponibilidade inicial, sendo mediados pela saturação que se impõe em determinados sectores, mormente naqueles

---

<sup>674</sup> O mesmo se poderá dizer da “lei de Engel” que prevê que quanto menor é o rendimento médio de uma população, maior tenderão a ser os seus gastos em bens de primeira ordem (alimentares). O mesmo refere a “lei de Schawbe”, articulando o mesmo raciocínio, mas com enfoque nos bens têxteis.

<sup>675</sup> Na sua obra “Turismo e Cultura: discussões contemporâneas” são compilados vários estudos que esboçam esta realidade.

que servem de sustento à actividade turística<sup>676</sup> (Massiani; Santoro, 2012). Desta forma, prevê-se a fragilidade de territórios menos desenvolvidos que apresentem recursos naturais que motivem/convidem processos de *turistificação*. Pensa-se portanto, que os níveis de perjúrio em termos de disponibilidade de recursos revistam alguns dos impactos negativos subjacentes ao turismo, em concreto, na óptica da saturação a níveis macro (afecta o sistema/comunidade em geral) e micro (potencia efeitos perjorativos na esfera privada dos indivíduos) de estabilidade dos sistemas.

Os negócios locais, à partida beneficiados<sup>677</sup>, tornam-se reféns da actividade e políticas externas, dado que necessitam de realizar importações de determinados produtos para se manterem em actividade, produtos esses que apresentam picos de altas nos mercados internacionais devido ao facto das transacções se realizarem com um território turístico<sup>678</sup>. Os próprios pontos de revenda de bens de consumo básicos são regulados pelas entidades de administração central, garantindo que há limites impostos sobre os preços desses elementos, contudo, mediante condições de escassez, verifica-se a necessidade de se recorrer a produtos homónimos, inflacionados pelas leis dos mercados.

Uma outra questão prende-se com o consumismo em si, não sendo possível tangir milimetricamente as quantidades de bens de consumo básico utilizados por agregado familiar, o que precipita a existência de posturas dissonantes face à problemática da escassez (Campbell, 2001). Pode haver escassez para uns, mas não para outros, definindo-se essa, em prol do poder económico e das leis do rendimento. No Algarve esta lógica é tacteável quando se abordam determinados recursos ou serviços como a prática de golfe, que acompanhando o modelo sol e mar, apesar das pressões sentidas, continua a possuir uma posição de destaque na região.

Deste modo, apesar das limitações incutidas às comunidades locais, a escassez como referido, apenas se infere a alguns, dado que agentes económicos privilegiados podem continuar a aumentar o território turístico, a sua malha de serviços e a usufruir dos mesmos (ainda que sejam *premium*), como é o caso do golfe. Ilustrando a sua força,

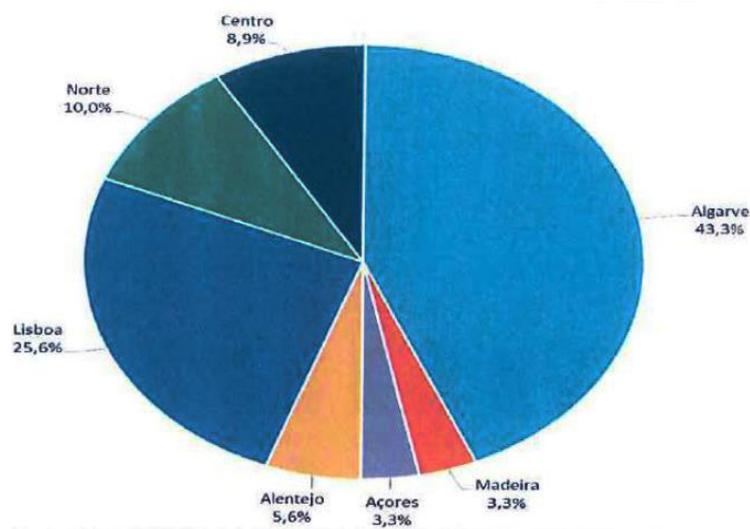
---

<sup>676</sup> Pensa-se neste caso, em bens alimentares por exemplo.

<sup>677</sup> Pelos apoios financeiros que recebem.

<sup>678</sup> Há portanto, um aproveitamento dos intervenientes dos mercados neste sentido, motivados pelo estrito objectivo de colher lucros mais elevados do que o normal.

recorre-se ao gráfico 16, um testemunho da proeminência que a referida prática desportiva acarreta na região.



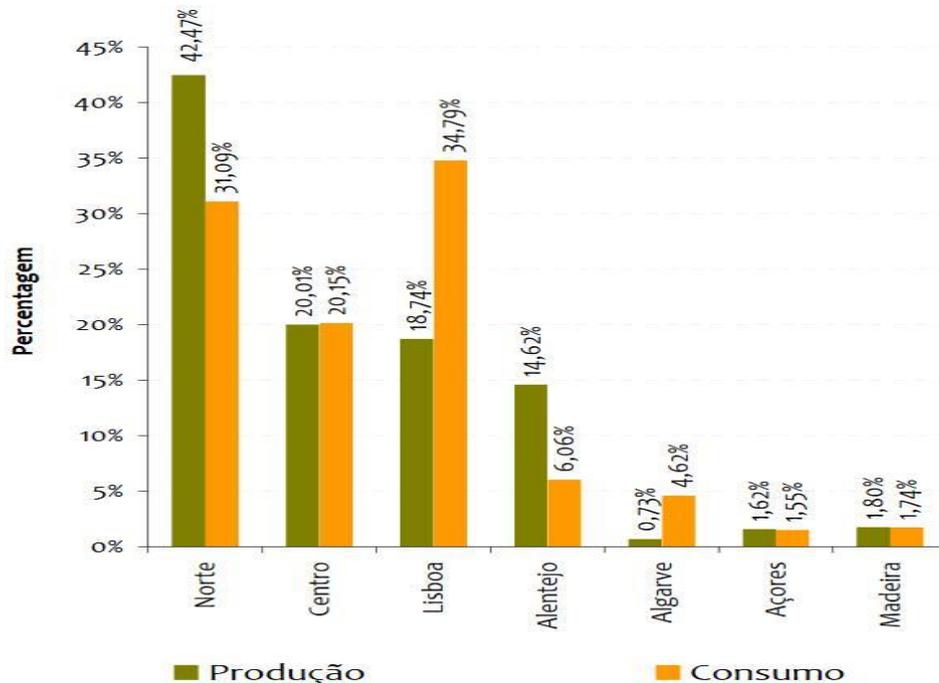
**Gráfico 16-** Quota dos buracos nos campos de golfe, por região turística, em 2017.  
Fonte: Turismo de Portugal, 2018.

Repare-se que o Algarve, no que toca à oferta de serviços de golfe, mediante o número de buracos/circuitos associados a cada campo disponível na região (são 39 no total) representa 43,3% dos recursos desta tipologia a nível nacional. Existem portanto, dissonâncias relativamente à alocação de recursos, onde se continua a investir em determinados serviços, em detrimento de outros, não existindo uma gestão sustentável que permita acautelar a capacidade de carga do território e a disponibilidade de recursos.

Nesta esteira, de acordo com Goeldner e Ritchie (2012), a solução passa por respeitar a *capacidade de carga turística*, implementando políticas de gestão territorial sustentáveis com efoque numa sobreposição dos efeitos positivos aos negativos, baseando-se numa quantificação racional dos recursos disponíveis (básicos, físicos, materiais e funcionais), que não atente contra o bem-estar das comunidades locais e contra o desenvolvimento turístico, levado a cabo pela satisfação que os turistas obtém com o consumo nas condições desejáveis<sup>679</sup>. Ademais, quando existe um défice estrutural, torna-se inviável proceder a esse equilíbrio, dado que a gestão incorrecta poderá condicionar ambos os grupos. Um exemplo dessa dinâmica radica-se na

<sup>679</sup> Básicas e especiais, que se intersectam com as questões atinentes aos bens de consumo em geral.

correlação basilar entre produção e consumo de energia no Algarve que se expõe com recurso ao gráfico 17.



**Gráfico 17-** Distribuição por região da produção e do consumo de energia eléctrica em 2010.

Fonte: PO Algarve 21, 2013.

Os dados exibidos, esboçam a deficiência em que opera um bem funcional, de cariz básico e essencial (de acordo com as necessidades das sociedades contemporâneas), na medida em que, a região do Algarve, num período pautado pelo investimento na oferta turística e recursos culturais<sup>680</sup> (ano 2010), era uma das únicas (para além de Lisboa) que produzia energia a um nível muito mais baixo do que aquele que consumia. É importante substanciar esta dinâmica, dado que o aumento no consumo se deverá à relação que a área geográfica no seu todo tem com o turismo, salientando-se que poderá advir daí o gasto, onde as faturas são pagas pelos agentes económicos a operar nos locais, o qual é superior à capacidade de produção energética do território.

<sup>680</sup> Como referido anteriormente.

A impossibilidade de precisar em concreto os valores de consumo de bens básicos<sup>681</sup>, dificulta a apresentação de dados estatísticos tratados que ilustrem o fenómeno da escassez concretamente. Contornando essa lacuna, com base nas contas dos concelhos da região, faz-se, para além da energia, uso de indicadores que assinalem o consumo do bem básico mais elementar, a água. Apesar da água canalizada não ser um recurso escasso<sup>682</sup> no que toca ao usufruto por parte dos consumidores, serve de modelo de avaliação, à tendência de aumento do consumo na época alta, na qual se propicia a carência dos bens físicos. No gráfico 18 (abaixo ilustrado), apresentam-se os níveis de consumo/fornecimento de água na região do Algarve.

Note-se portanto, que as localidades que apresentam maior consumo, condizem com os pólos turísticos por excelência (Albufeira, Portimão e Lagos) ou com as áreas com maior extensão geográfica (Loulé e Faro). Segundo as Águas do Algarve (2020), o volume de consumo é notoriamente mais acentuado nos pólos de atracção turística. Esta realidade também pode ser observada por intermédio do gráfico 19 que expõe o consumo de água relativo aos anos de 2017 e 2018, com uma separação ao nível dos meses. Atente-se que o consumo é consideravelmente elevado na época alta (que se estende de Junho a Setembro<sup>683</sup>), e mais ou menos homogénea nos restantes meses<sup>684</sup>.

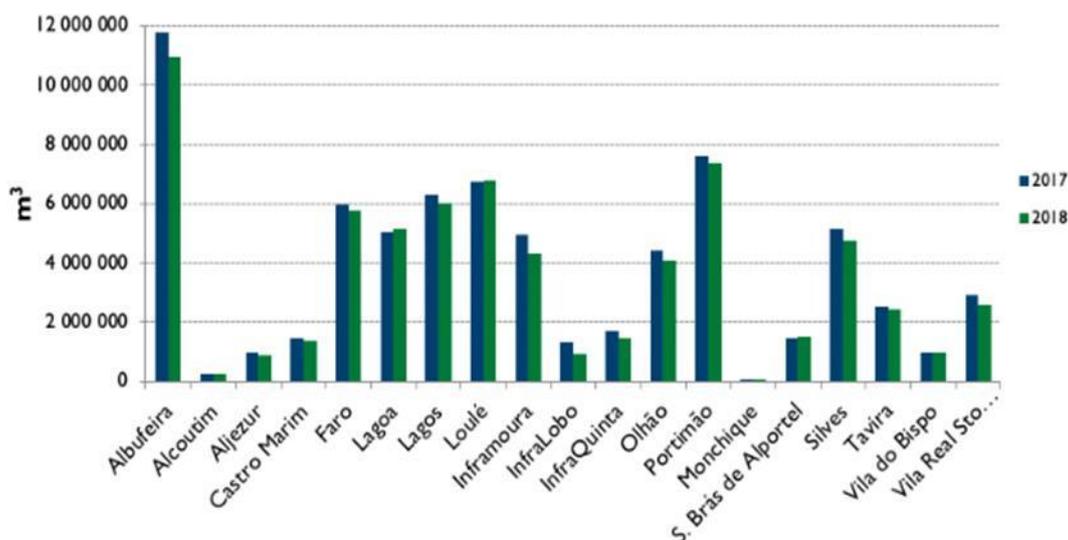
---

<sup>681</sup> Existem indicadores, contas de inventário de superfícies comerciais que traduzem o número de bens comprados, mas nunca se sabe se os mesmos chegam a ser consumidos. Seria necessário elaborar estudos sistemáticos junto dos consumidores do território de modo a obter resultados mais precisos (o que também se revelaria insuficiente, por ser impossível contabilizar bens de todas as ordens).

<sup>682</sup> Em termos brutos, podendo afigurar-se como um recurso escasso em épocas de seca e de consumo muito acrescido.

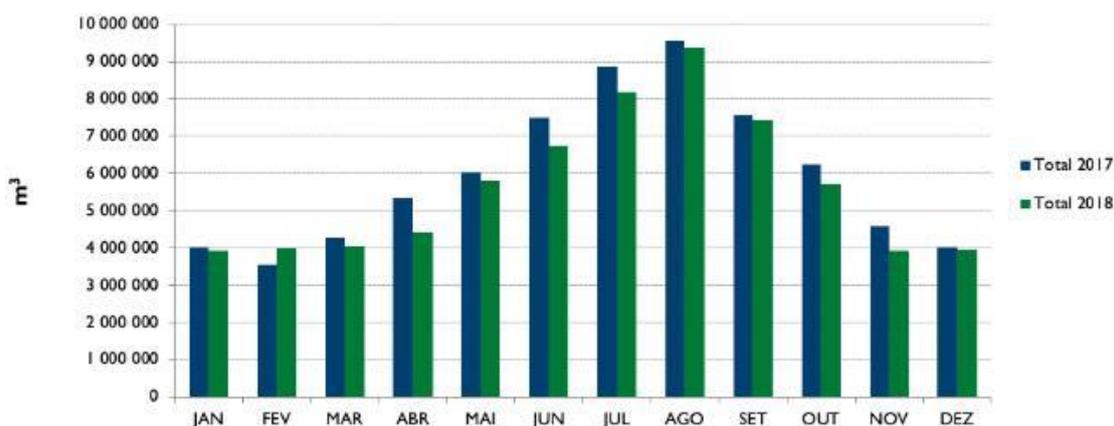
<sup>683</sup> A predominância crescente de factores climáticos favoráveis têm propiciado uma afluência turística mais precoce em termos de meses e prolongada no tempo ao longo do ano.

<sup>684</sup> Repare-se que nos meses de Novembro e Dezembro os valores são omissos, muito provavelmente por ausência de dados por parte da instituição.



**Gráfico 18-** Evolução anual do volume de água fornecida aos utilizadores Municipais nos anos 2017 e 2018 (m3).

Fonte: Águas do Algarve, 2020.



**Gráfico 19-** Consumo de água nos anos de 2017 e 2018 no Algarve.

Fonte: Águas do Algarve, 2020.

Assim, sustém-se que os impactos que opõem diametralmente excessos (população) e escassez (recursos), operam a dimensões distintas, comprometendo o funcionamento, tanto de serviços, como de disponibilidade de bens de várias ordens. Apesar do impacto não ser tão significativo a nível dos bens de consumo básico, dado que existem várias alternativas (de produtos) provenientes da proeminência de mercados de concorrência monopolística<sup>685</sup> (Porto, 2014), prevê-se que o turismo massificado satura não só o espaço físico, mas também os elementos a si inerentes.

<sup>685</sup> Como também existem alternativas que possibilitam colmatar a falta de eficiência dos serviços com capacidade limitada.

Destarte, cumpre relevar, que tem existido um esforço no Algarve para potenciar uma maior eficiência, visando contrariar algumas das dinâmicas referidas, realidade já preconizadas pela ERTA<sup>686</sup> (2014), que se focava em pressupostos de desenvolvimento assentes na competitividade, na qualidade e no crescimento sustentado da região. No que concerne aos recursos hídricos, usados no exemplo, o PREHA<sup>687</sup> (2020) prevê avaliar as disponibilidades e consumos hídricos no Algarve (Barlavento e Sotavento), ao mesmo tempo que estabelece medidas de curto e médio prazo que visam promover a re-utilização da água tratada, com a finalidade última de incrementar a eficiência do uso dessa tipologia de recursos no território.

Uma lógica semelhante encontra-se inerente ao programa Turismo2020 (2019) que prevê um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo a ser desenvolvido na alçada do turismo. Com efeito, os alojamentos hoteleiros têm assumido esta postura, registando o maior volume de investimento privado na região no sector turístico, conforme esboça a tabela 24, correspondente aos fundos provenientes do QREN (2013-2017), que à data, previam melhorar a oferta de serviços num período de até, pelo menos, uma década.

**Tabela 24-** Investimento privado no turismo por actividade turística- QREN (2007-2013).

Actividade turística	Nº de projectos	Euros	Percentagem
Alojamento hoteleiro	38	75.598.929,04	<b>51,5%</b>
Turismo no espaço rural	6	5.928.657,14	<b>4,0%</b>
Restauração	17	3.710.214,96	<b>2,5%</b>
Agências de viagem	6	293.743,51	<b>0,2%</b>
Animação turística	32	12.209.906,30	<b>8,3%</b>
Outras actividades	12	49.067.439,45	<b>33,4%</b>
Total	110	146.808.890,40	<b>100,00</b>

Fonte: Adaptado de Turismo2020, 2019.

Repare-se que os alojamentos congregam uma totalidade de 55,5% dos investimentos da região, demonstrando o cuidado e necessidade de facultar uma melhor estada, de aprimorar a oferta turística, primar pela hospitalidade no que tange à qualidade dos espaços de acomodação da população que viaja, e, potenciar a eficiência, não só na relação entre *inputs* e *outputs*, mas na gestão e economia de recursos (Oliveira *et al.*, 2015).

<sup>686</sup> Entidade regional de turismo do Algarve.

<sup>687</sup> Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve.

Exarados alguns dos pontos essenciais que caracterizam o Algarve enquanto território turístico, de relevo a nível nacional, prontamente, se direccionará a análise para Portimão enquanto paradigma da *turistificação* em Portugal.

---

## ***CAPÍTULO IV***

*“A transformação identitária de Portimão, contornos e dinâmicas adstritas ao fenómeno da turistificação”*

#### **4.1- Portimão, percurso identitário de um paradigma da turistificação- características e particularidades**

No pretérito capítulo foram delineadas as características do Algarve no seu todo, enquanto território turístico, tendo sido abordados vários elementos que também definem Portimão. Apesar da área de estudo ter sido invocada várias vezes na referida secção, procede-se agora, a uma análise da cidade de modo a enquadrar pragmaticamente os leitores naquilo que são as dinâmicas inerentes ao território seleccionado no âmbito da investigação.

É feita uma abordagem histórica e cultural, passando-se pela avaliação da evolução demográfica do município, assim como dos processos de transformações urbanas e turísticas. Em bom rigor, são demonstrados alguns dos efeitos do turismo na região, que se consolidaram ao longo dos anos, sendo esta exposição realizada com recurso a fotografias pontuais e a conceitos<sup>688</sup> teóricos<sup>689</sup>. Visa-se aqui, fortalecer o acervo informacional que servirá de alicerce e justificação à estratégia adoptada para a pesquisa de campo. Mais se adita que, em consonância com o exposto supra relativamente ao modelo e identidade turística do Algarve, opta-se em certas circunstâncias, por se fazer, breves alusões à região algarvia no seu todo. Não se pretende, misturar escalas de análise, mas sim correlacionar dimensões específicas de ambas, de modo a potenciar uma percepção cabal das particularidades que definem Portimão enquanto território turístico.

Nos pontos ulteriores, procede-se então, à explanação e apresentação das demais especificidades que compõem a área de estudo.

#### **4.2- Dados históricos e geográficos de Portimão**

De modo a ilustrar a capacidade transformadora do turismo sobre os territórios, seleccionou-se como área de estudo a cidade de Portimão, um núcleo polarizador da actividade turística e foco de intervenção económica, profundamente envolvida no sector do turismo. Territorialmente pautada por recursos naturais que são apreciados pela sua beleza e que apelam à ambição individual de obter lucro (com a sua exploração<sup>690</sup>), é caracterizada por um clima ameno com baixas oscilações,

---

<sup>688</sup> Alguns já discutidos previamente, outros que se definirão para explicar as dinâmicas em análise.

<sup>689</sup> E a ferramentas tecnológicas- SIGS.

<sup>690</sup> De estabelecer negócios, induzida pela ânsia pelo lazer.

apresentando picos nas épocas altas. Em termos demográficos ultrapassa a cidade de Faro (capital de distrito) nos meses mais quentes<sup>691</sup>, concentrando no seu âmago, grandes fluxos populacionais (de índole turística) como se pode observar na tabela 25, atinente a todo o ano de 2019 que expõe o número de dormidas em alojamentos turísticos dos referidos pólos urbanos.

**Tabela 25-** Total de Dormidas nos alojamentos turísticos de Portimão e Faro-ano 2019.

	<b>Alojamentos turísticos</b>
<b>Territórios</b>	<b>Total</b>
<b>Ano</b>	<b>2019</b>
<b>Algarve</b>	20.900.495
<b>Faro</b>	600.692
<b>Portimão</b>	2.572.958

Fonte: Adaptado de pordata, 2020.

De acordo com estes dados, apesar de se centrarem sobre o ano 2019 na sua totalidade e não apenas na época alta do turismo de sol e mar (meses de Verão), pode verificar-se a importância e o peso de Portimão enquanto pólo turístico do Algarve, albergando um total de 2.572.958 indivíduos nos seus alojamentos turísticos, um número consideravelmente superior ao registado pela capital de distrito, Faro, com um valor bruto de 600.692 dormidas.

De um ponto de vista histórico, sustém-se que Portimão representou uma área habitada desde o neolítico, cuja ocupação humana terá começado em Alcalar (Morán, 2019), passando pelos processos de romanização e culminando com a formação da Vila Nova de Portimão (1476) durante o reinado de D. Afonso V<sup>692</sup>. Em bom rigor, o processo de génese remonta a 8 de agosto de 1463, quando o monarca efectua uma doação do território, visando fundar um novo aglomerado populacional, que adoptaria a designação de “São Lourenço da Barrosa” (Ventura; Marques, 1993). Sucederam-se outras doações a membros da nobreza<sup>693</sup>, que de forma contínua foram desenvolvendo a então vila e áreas envolventes, investindo-se bastante, na construção naval e na exportação de produtos locais<sup>694</sup> (idem, 1993), actividades que viriam a fomentar a

<sup>691</sup> Muito pela fama da Praia da Rocha a nível nacional e internacional, e também, pelo restante conjunto de praias que se encontram no território, percebidas popularmente, como sendo algumas das melhores do país (ex: Praia do Barranco das Canas, amplamente designada de “Praia do Alemão”).

<sup>692</sup> Século XV.

<sup>693</sup> Rui Afonso de Melo e D. Gonçalo Vaz de Castelo.

<sup>694</sup> Figos, azeite, cortiça, entre outros.

elevação daquele território a cidade pela primeira vez<sup>695</sup> em 1777<sup>696</sup>, por intermédio do Marquês de Pombal que reconheceu a importância estratégica<sup>697</sup> de Portimão, por representar um fio condutor entre mar e serra, pela capacidade de produção agrícola, e pela crescente autonomização em relação a Silves<sup>698</sup> (Lima, 1940).

Após um período temporal extenso, no século XX, à luz da massificação dos processos de revolução industrial um pouco por todo o mundo<sup>699</sup>, Portimão elevou-se definitivamente a cidade (a 11 de dezembro de 1924), marco agilizado pelas acções sindicalistas de anarquismo, impostos pela emancipação das classes operárias<sup>700</sup> (Soares *et al.*, 2011). A afirmação do estatuto de cidade deveu-se ao então presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, tido em larga escala como o grande agente da transformação e crescimento da cidade de Portimão, o “pai” da cidade, de onde era natural (Ventura; Marques, 1993). Grande parte do desenvolvimento urbano e de construção identitária, deveu-se à indústria conserveira e ao seu estatuto de centro piscatório de referência.

No entanto, de acordo com as ideologias progressistas de maximização do proveito do espaço, as indústrias e práticas económicas dominantes entraram em declínio, convertendo-se a cidade de Portimão, num centro turístico procurado internacionalmente<sup>701</sup> (CMP, 2016). Todo o seu processo de desenvolvimento urbano ganhou ímpeto na década de 60, acompanhando a transformação registada no resto do território algarvio, com a construção do aeroporto de Faro, e crescente entusiasmo pelo clima atraente (popularmente apelidado de “mediterrânico”, por se assemelhar ao clima dos Países que se encontram na esfera de influência do Mar Mediterrâneo).

Por ora, de forma célere, Portimão foi-se transformando também em termos demográficos, tornando-se na segunda cidade mais populosa da região algarvia (Marques, 1999), a qual, a par desse crescimento, se desenvolveu significativamente

---

<sup>695</sup> Tendo revertido ao estatuto de vila por ação de D. Maria I após falecimento de D. José, assentando tal decisão, em visões políticas distintas defendidas pelos monarcas, que inferiram o afastamento do Marquês de Pombal dos processos de decisão.

<sup>696</sup> 22 anos após o grande terramoto de 1755 que terá afectado Vila Nova de Portimão em larga escala, causando danos extensos e onerosos.

<sup>697</sup> Que um século mais tarde, em 1873 se volta a evidenciar, quando são definidas novas rotas de ligação marítima entre a vila, Lisboa e Porto (Ventura; Marques, 1993).

<sup>698</sup> À data representava um importante símbolo da monarquia em Portugal.

<sup>699</sup> Cronologicamente a 3ª revolução industrial. Essencialmente na Europa, EUA e Japão.

<sup>700</sup> Das quais se destacaram entidades históricas de peso na fundação da cidade como José Buísel.

<sup>701</sup> A identidade piscatória da cidade ainda é forte, mas foi largamente ofuscada pela massificação do turismo enquanto actividade económica predominante.

com o início da década de 90, altura em que o turismo bem enraizado, definia a extensão da malha urbana de Portimão que se foi efectivando, como se pode observar na figura 20, onde se contrapõe, o seu núcleo infra-estrutural em 1924 afecto à zona portuária, aquando da sua elevação a cidade, à sua condição e identidade já turística<sup>702</sup>, referente aos anos 90.



**Figura 20-** Planta de Portimão em 1924 (à esquerda) e em 1990<sup>703</sup> (à direita).

Fonte: Arquivo histórico do museu de Portimão, (MP, 2018).

Apesar de existir um hiato temporal de 66 anos que separa as 2 plantas expostas, no qual decorre do processo evolutivo, um crescimento urbano inevitável, note-se a formulação clara de pólos específicos que emergem com finalidades concretas. Em 1924, destaca-se a azul a então zona portuária, ponto essencial da cidade que potenciava a actividade piscatória, enquanto que ao lado, a poucos metros, assinalado a vermelho, encontrava-se o então ponto nuclear da cidade<sup>704</sup>, dotado das principais actividades económicas que também operava no sentido de apoiar a actividade piscatória. A verde, neste contexto, apresentavam-se pequenos aglomerados residenciais, disseminados pelo

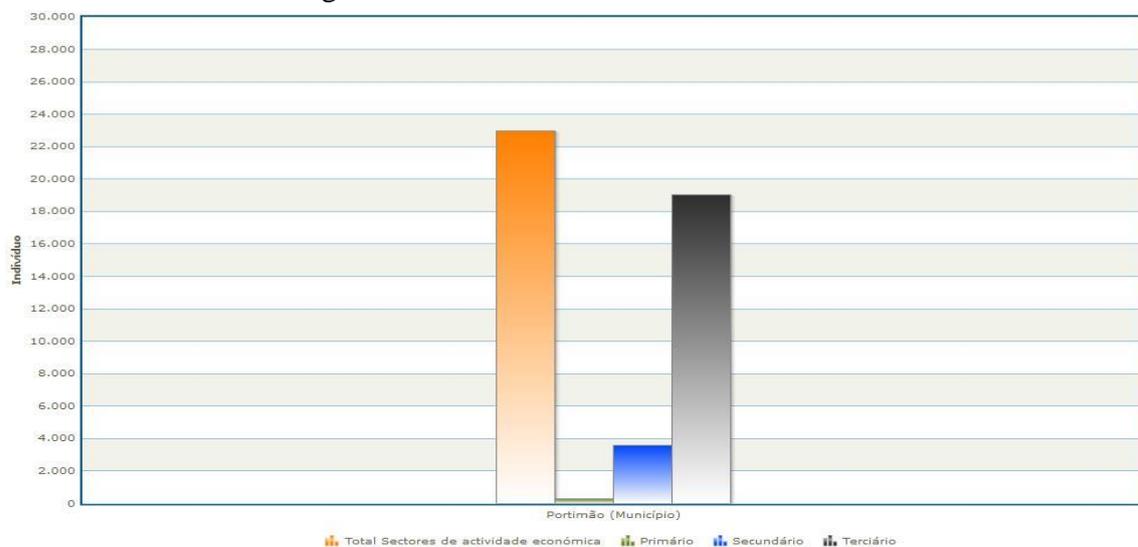
<sup>702</sup> Iniciada com o *boom* dos anos 60.

<sup>703</sup> Verde- Zonas, essencialmente, residenciais (em 1924) e já com serviços e estabelecimentos comerciais (em 1990); Azul- Zona portuária, de actividade piscatória em 1924 e, em 1990, já pautada por serviços, negócios e residências; Vermelho- Pontos nucleares da cidade, de concentração populacional e centralização de actividades, destacando-se as lúdicas e turísticas no que diz respeito ao ano 1990 (direita).

<sup>704</sup> Também conhecido como *Central Business District*.

território. Em contrapartida, no que respeita aos anos 90, verifica-se que o outrora centro económico da cidade trocou de lugar com a área portuária. Em detalhe, as principais actividades de índole económica migraram para a área azul, enquanto que a verde, se situa um local multi-facetado, pautado por serviços, por oferta turística, por espaços de restauração, entre outros elementos. Já a vermelho, constata-se a presença da nova área da cidade, que quase se autonomiza em relação ao resto da mesma, possuindo uma identidade muito própria, a Praia da Rocha, já com um desenvolvimento bastante relevante. Esta dualidade é um testemunho gráfico da transição identitária de Portimão.

Outra prova dessa mudança estrutural disruptiva<sup>705</sup> também pode ser transmitida através do peso que cada sector possui no funcionamento e desenvolvimento económico do município de Portimão, onde os serviços (sector terciário), nos quais se insere o turismo, representam o grosso da actividade laboral exercida pela população activa e de fluxos de capital, que compõem os alicerces da estabilidade económica do território conforme se observa no gráfico 20<sup>706</sup>.



**Gráfico 20-** População empregada no município de Portimão de acordo com os censos (2011): total e por sector de actividade económica.

Fonte- Pordata, 2020.

<sup>705</sup> Cumprindo refletir sobre o que permaneceu da memória do passado, de como se integra a ex indústria conserveira no panorama actual da cidade. Aqui, o museu de Portimão reflete uma importante preservação histórica dessas transformações/preservações, sendo um vestígio emoldurado do próprio passado.

<sup>706</sup> Dados agregados ao nível do sector terciário, não existindo outros disponíveis mais desagregados, à escala dos elementos que se inserem em cada um dos quadros de actividade (primário, secundário ou terciário).

Geograficamente, Portimão localiza-se na malha ocidental (conhecida como barlavento) da faixa litoral do Algarve, uma cidade portuguesa no Distrito de Faro, apresentando aproximadamente um volume populacional de 55 614 habitantes (INE, 2013). Encontra-se dividida em 3 freguesias<sup>707</sup>, Alvor, Mexilhoeira Grande e Vila Nova de Portimão, ao longo de 182,06 km<sup>2</sup> de área, albergando elementos fulcrais da actividade turística portuguesa, como a Praia da Rocha e o autódromo internacional do Algarve (IGP, 2013). É banhada a sul pelo Oceano Atlântico, mas beneficia da proximidade do equador (em relação ao resto do país), da influência do Mar Mediterrâneo e das massas de ar quente e seco provenientes do norte de África, que em consonância com a estrutura das serras da região (que bloqueiam os ventos frios do norte), fomentam um clima temperado, dando azo a uma presença de dias quentes durante grande parte do ano e uma fraca precipitação média<sup>708</sup>.

O centro histórico da urbe, a “zona ribeirinha”, encontra-se a cerca de 2 km de várias praias, operando como um dos principais focos de atracção identitária da cidade (e local propício ao turismo familiar, pelo seu ambiente descontraído), e é amplamente marcada por actividades lúdicas (um dos principais focos de mobilização de turistas para além das praias). O município é limitado a norte pelo concelho de Monchique, a leste por Silves e Lagoa e a oeste por Lagos; a sul, converge litoralmente com o Oceano Atlântico (idem, 2013).

Nas figuras 19, 20 e 21 pode observar-se a delimitação geográfica do município à escala nacional, divisão por freguesia e a extensão da cidade em si, com destaque para as praias (principais focos de actividade turística, assim como os locais adjacentes), o centro da cidade, e por fim, o rio Arade, núcleo polarizador de actividades comerciais, lúdicas e de prestação de vários serviços.

---

<sup>707</sup> Cartografia apresentada linhas abaixo.

<sup>708</sup> Não esquecendo que a latitude influencia a temperatura (quando a latitude sobe, a temperatura desce). Neste sentido, a latitude da área geográfica onde Portimão se encontra é favorável a temperaturas mais elevadas, existindo ainda, outros factores locais como as correntes marítimas, a proximidade do mar e a topografia que contribuem para o referido clima ameno.



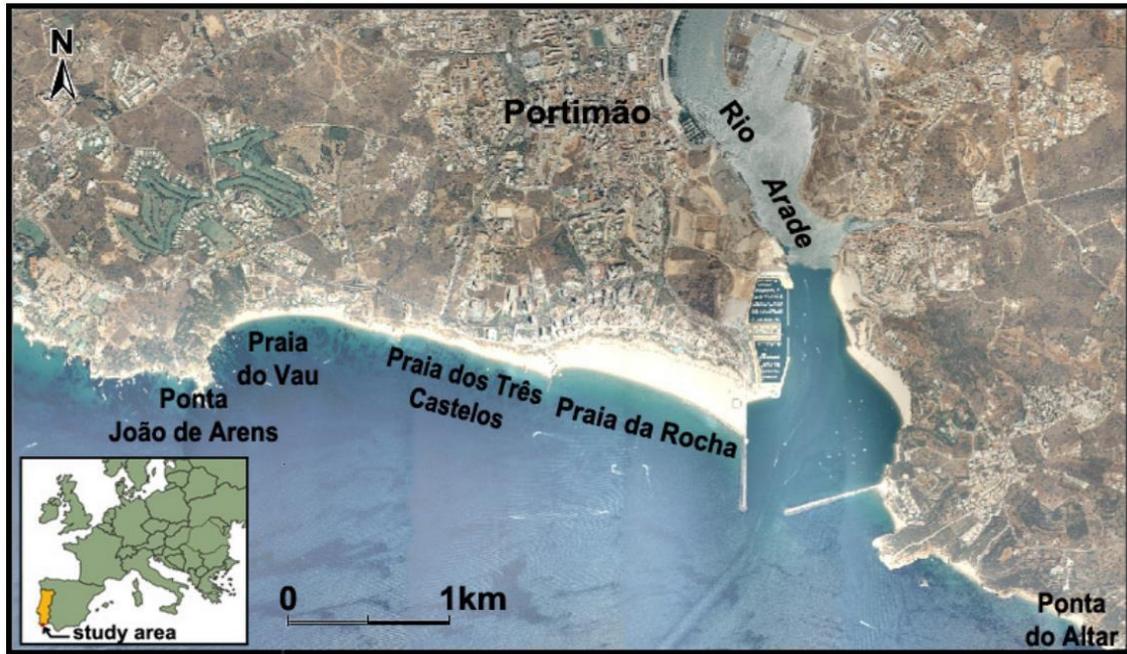
**Figura 19-** Localização geográfica do concelho de Portimão no panorama nacional.

Fonte- Adaptado de modelo presente em “[www.gestaoeducacional.com.br](http://www.gestaoeducacional.com.br)”.



**Figura 20:** Área geográfica do concelho de Portimão e divisão administrativa das suas 3 freguesias.

Fonte: Produto de SIG, disponível em “<https://geoportal.cm-portimao.pt/mapa/epl>”.



**Figura 21:** Vista aérea da cidade de Portimão com destaque para as praias, rio Arade e o centro da cidade.

Fonte: Freitas e Dias, 2012.

Sobre a localização, segundo o modelo territorial do PNPOT (2019), ilustrado na figura 24, Portimão encontra-se num corredor de elevada urbanização sazonal que se desenvolve, de forma linear, ao longo da costa, mas na qual também se registam polarizações diversas, dando azo à criação de eixos específicos. A área geográfica do concelho encontra-se no núcleo de um desses pontos estratégicos, onde se evidencia uma convergência tri-partida entre Lagoa-Portimão-Lagos<sup>709</sup> e, para além disso, esse povoamento linearmente demarcado (e costeiro), muito assente no turismo sazonal, tem-se vindo a estender para o Barrocal, uma vez que não se afigura difícil encontrar oferta turística a alguns quilómetros da costa<sup>710</sup>.

Mais se releva, ainda na figura 22, que Portimão, alberga um dos únicos portos equipados com terminal de cruzeiros<sup>711</sup> existentes no Algarve (o outro encontra-se localizado na Marina de Vilamoura<sup>712</sup>), permitindo desta forma, conceder mais uma oferta turística que se encontra limitada, bipolarizada em dois pontos específicos da

<sup>709</sup> Isto num corredor Oeste-Este onde Portimão está inserido, seguindo este para Espanha, pelo que existem outros pontos importantes, como por exemplo, a ponte que liga Vila Real de Santo António a Ayamonte.

<sup>710</sup> Num raio de, aproximadamente, 4 a 6 km.

<sup>711</sup> Terminal de Cruzeiros de Portimão.

<sup>712</sup> Em Quarteira, denominado *Cruzeiros da Oura lda*.

região. As principais rotas de ligações internacionais, que servem tanto o turismo, como outros sectores também representa um traço da identidade do pólo turístico.

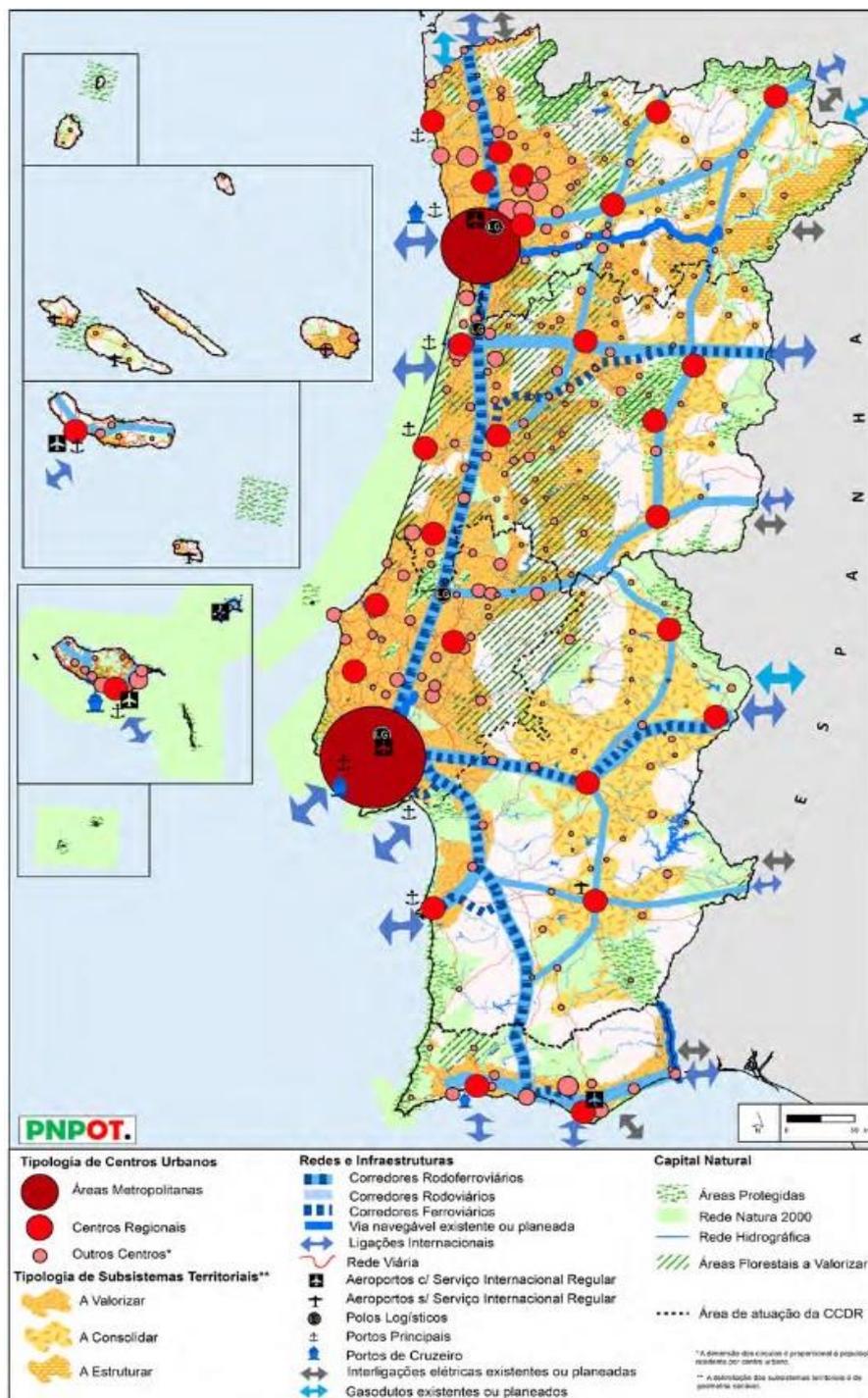


Figura 22- Modelo territorial do PNPOT.

Fonte- PNPOT, 2019.

Após a exposição geral dos contornos e dinâmicas de índole fundamentalmente geográfica (na sua perspectiva física), faz sentido expor as características demográficas

que caracterizam Portimão, assim como analisar os percursos e processos de urbanização do seu território. Com efeito, procede-se a esta abordagem prontamente.

### **4.3- Dados demográficos e processos de urbanização**

De um ponto de vista demográfico, Portimão representa um caso de efusivo crescimento, trazido essencialmente pelo turismo. Não só a sua malha urbana e infra-estrutural cresceu com o desenvolvimento da zona ribeirinha e sequente cosmopolitismo adquirido pela Praia da Rocha, mas toda a sua população aumentou e diversificou-se sob o ponto de vista cultural. Em grande parte, pela fixação de estrangeiros, ex-turistas que ali se reterritorializaram.

Neste âmbito, de acordo com Ventura e Marques (1993), o concelho de Portimão registou o segundo maior aumento populacional da região desde meados da década de 50, aferindo que o grande ímpeto de crescimento se situou entre o início da década de 70 e a década de 80. Este período de crescimento viria a ser superado mais tarde com a modernização dos mecanismos interligados ao turismo, característicos da pós-modernidade consumista<sup>713</sup>, registando-se um novo grande salto no número de habitantes entre 2001 e 2011 (tabela 26).

**Tabela 26-** Número de habitantes do Concelho de Portimão ao longo dos anos censitários.

Número de Habitantes															
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
9383	10567	11826	13700	15697	14983	21131	21419	23697	24142	25195	34464	38833	44818	55614	59896

Fonte: INE (Recenseamentos Gerais da População), 2021.

Para além da população residente, as actividades económicas e lúdicas do concelho proporcionaram, ao longo dos anos, movimentos pendulares de comunidades da periferia, assim como visitas constantes de turistas fora da época balnear. Algumas dessas deslocações acabam por consagrar-se como fenómenos de *reterritorialização*

<sup>713</sup> Atente-se que as actividades associadas ao turismo assim como os referidos mecanismos é que se radicam numa lógica consumista, tal como preconizado na ideia da noção de *sociedade do consumo*, aquela que se encontra num avançado estado de desenvolvimento capitalista, pautada por uma elevada aquisição e consumo de bens (Braudrillard, 1995). Temática abordada por autores como Jean Baudrillard, Zygmunt Bauman e Gilles Lipovetsky. O modelo turístico do Algarve, por sua vez, ainda está marcado pelo expansionismo da modernidade, de sol e praia, distanciando-se, portanto, de uma identidade pós-moderna.

definitiva, o que acaba por aumentar a massa demográfica, assim como desequilibrar a pirâmide etária<sup>714</sup>. Ao longo das décadas pode observar-se o crescente envelhecimento da população<sup>715</sup> (tabela 27).

**Tabela 27-** População residente no Concelho de Portimão, por grupo etário.

Número de habitantes por Grupo Etário												
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
0-14 anos	4 862	5 538	4 970	6594	6 098	5 876	5 519	5 690	7 557	7 124	6 666	8 715
15-24 anos	2 406	3 025	3 033	4 251	4 001	4 224	3 811	4 030	4 736	5 663	5 944	5 687
25-64 anos	5 808	6 486	6 228	9 149	9 845	11 694	12 547	13 100	17 701	20 213	24 456	31 008
=ou > 65 anos	676	846	641	1 076	1 347	1 690	2 265	2 765	4 470	5 883	7 752	10 204
>Id. Desc.	2	36	86	25	26	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: INE (Recenseamentos Gerais da População), 2013.

Aludindo à subdivisão ao nível das freguesias, estipula-se que a freguesia de Alvor se estende ao longo de 15,25 km<sup>2</sup> de área e alberga 6 154 habitantes, o que resulta numa densidade populacional de 403,5 hab/km<sup>2</sup>, enquanto que o limite administrativo da Mexilhoeira Grande apresenta uma extensão de 88,41 km<sup>2</sup> de área e possui 4 029 habitantes dando origem a um volume populacional de 45,6 hab/km<sup>2</sup> (INE, 2013). Estes dados permitem atestar a força que o sector terciário possui na região, ilustrando que a Mexilhoeira Grande apresenta valores muito mais reduzidos de habitantes do que as freguesias de Alvor e Portimão, mormente na sua relação com a extensão do seu espaço geográfico quando comparada com Alvor (que possui menos extensão física e mais população).

A freguesia de Alvor beneficiou claramente do cosmopolitismo emergente da cidade de Portimão enquanto pólo turístico, fazendo-se valer ao mesmo tempo, das suas potencialidades endógenas (praias, ria, proximidade do centro de Portimão), afirmando-se em larga medida, como uma extensão da oferta turística no concelho<sup>716</sup>.

Uma vez mais, contempla-se a capacidade de aliciação do turismo, acabando por intervir directamente na componente demográfica da cidade. Com base nesta assunção,

<sup>714</sup> Normalmente quem se reterritorializa são pessoas com idade avançada (pelas possibilidades económicas e pela ideia de terem visitado o território quando eram mais novos, almejando gozar a reforma em locais mais calmos). Não se exclui a noção de que estas pessoas podem trazer consigo filhos ou familiares mais jovens, mas de acordo com o perfil dos turistas apresentados pelos estudos/relatórios sistemáticos do Turismo de Portugal (à data de 2017), esta é a tendência.

<sup>715</sup> Atente-se que são cruzados diferentes tipos de envelhecimento: o que sucede na população portuguesa (em contornos gerais, mais precário e *in situ*) e o da população estrangeira (com uma efectivação *ex situ*, o qual, em sentido amplo, é pautado por outras condições económicas). O Algarve ilustra as diferentes territorialidades de envelhecimento em Portugal.

<sup>716</sup> Operando como um segundo pólo turístico, local semi-central, preferido por alguns turistas, e funcionando como um nicho para outros.

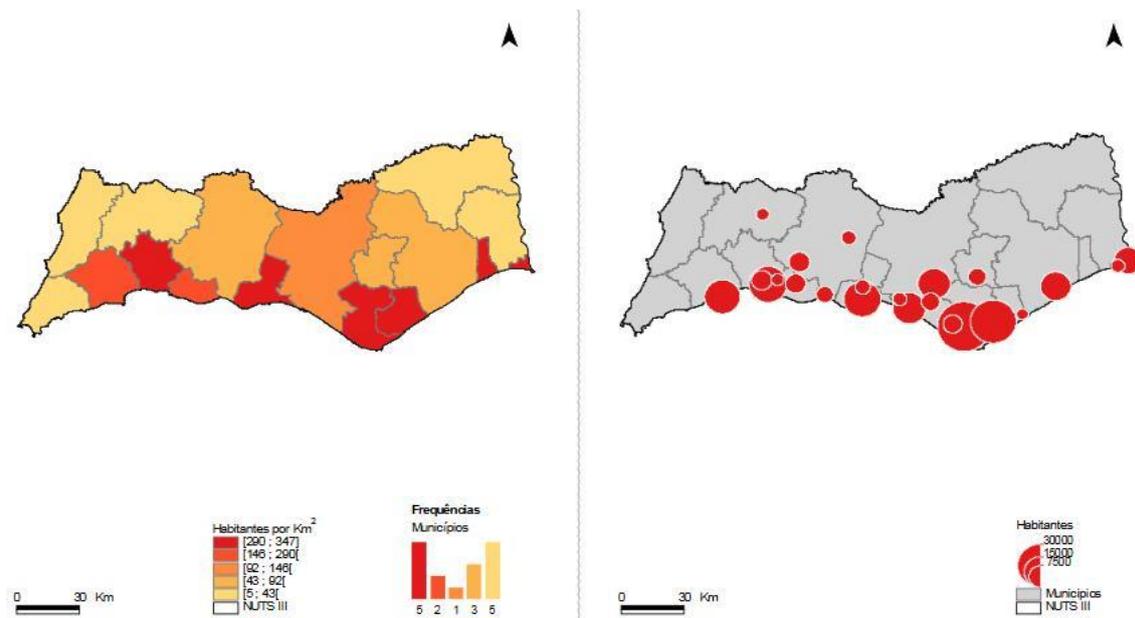
torna-se relevante avaliar se o turismo foi, efectivamente, um factor determinante para as dinâmicas de *territorialização* ou *reterritorialização* no caso concreto. Para tal, na tabela 28, abaixo representada, pode observar-se a evolução da população do município de Portimão nos últimos anos, assim como estabelecer análises comparativas com os restantes municípios da região algarvia, tendo-se sempre presente a identidade dos territórios em análise, isto é, se os mesmos são focos turísticos. Por sua vez, a figura 23 (lado A), apresenta uma realidade cartográfica da mesma realidade, enquanto que o lado B expõe os locais do Algarve com 2 mil ou mais habitantes.

**Tabela 28-** Densidade populacional (Censos 2011) nos Municípios do Algarve.

Territórios	Nº médio de indivíduos por Km2	
	1960	2011
<b>Anos</b>		
<b>Algarve</b>	63,0	90,3
<b>Albufeira</b>	104,7	290,3
<b>Alcoutim</b>	16,1	5,1
<b>Aljezur</b>	25,2	18,2
<b>Castro Marim</b>	33,3	22,4
<b>Faro</b>	176,4	319,8
<b>Lagoa</b>	155,7	260,3
<b>Lagos</b>	80,1	145,8
<b>Loulé</b>	59,0	92,4
<b>Monchique</b>	37,3	15,3
<b>Olhão</b>	237,5	346,9
<b>Portimão</b>	133,0	305,5
<b>São Brás de Alportel</b>	60,3	69,5
<b>Silves</b>	49,1	54,6
<b>Tavira</b>	45,7	43,1
<b>Vila do Bispo</b>	33,5	29,4
<b>Vila Real de Santo António</b>	242,3	312,8

Fonte: Adaptado de Pordata<sup>717</sup>.

<sup>717</sup> Última actualização 26-06-2015.



**Figura 23-** Densidade populacional do Algarve (2011) (lado A); População residente em lugares com 2000 ou mais habitantes (lado B).

Fonte: Resultados definitivos dos censos Algarve, 2011.

Atente-se nos dados expostos, onde se verifica que Portimão apresenta uma área geográfica significativamente menos extensa que a maior parte dos concelhos (excluindo Albufeira, Lagoa, Olhão, S. Brás de Alportel, Vila do Bispo e Vila Real de Stº António). Ainda assim, consegue apresentar uma das maiores densidades populacionais de todos os municípios (conferindo-lhe centralidade local e regional), que analisada com base na *ratio* entre as variáveis *população-espaço*, foi dos municípios que mais se expandiu em termos demográficos, basilarmente por acção do turismo. Relembre-se que a década de 60 marcou o início da revolução do turismo um pouco por todo o Algarve, e em específico, em Portimão, sendo seguramente até metade desta época que se começou a registar a decadência da indústria conserveira (processo de desindustrialização), daí atribuir-se este crescimento à acção do turismo (terciarização), fenómeno que foi ocupando o seu espaço e mudando a malha urbana<sup>718</sup>.

Num período de 51 anos a população do território de Portimão praticamente duplicou, tendência equiparada apenas por Albufeira, outro centro turístico de eleição.

<sup>718</sup> Não obstante, é importante reter que todo o processo é interactivo e depende de contexto, não existindo um plano definido para se efectivar a substituição de uma actividade por outra, mas na realidade foi acontecendo. Em rigor, deixou de haver conjuntura internacional que suportasse a indústria conserveira e ganhou força um ambiente global que promoveu o turismo.

Acompanhando o *boom* populacional, é possível constatar também a força do concelho de Portimão enquanto bastião nacional (um dos principais) de oferta turística. Com base na informação dos PDM da década de 90, já se podiam observar traços de consolidação de pólos turísticos, com destaque para Albufeira, Lagoa e Portimão, através da análise da proporção entre a área geográfica total e a percentagem de urbanização do solo urbano e turístico (tabela 29).

Neste âmbito esclarece-se que, o *solo urbano* corresponde ao total do edificado e frações territoriais construídas em cada um dos territórios, enquanto que o *solo turístico* apresentado está inserido no urbano, portanto será todo o solo turístico construído (dentro dos perímetros urbanos), excluindo-se os locais de teor turístico sem infra-estruturas antrópicas planeadas para o turismo, como serras pautadas por ambientes e paisagens maioritariamente naturais<sup>719</sup> (releva-se que, no tempo presente, se encontra tudo muito artificializado, com altas e baixas densidades, sendo difícil existirem paisagens inalteradas), e os elementos e conjuntos de urbanizações e edificações dispersas<sup>720</sup>.

Por sua vez, a percentagem de urbanização apresentada infra, é um valor relativo à superfície total de cada território identificado, adstrito a cada um dos concelhos analisados.

---

<sup>719</sup> Exemplo: espaços naturais de serras que não se encontrem a ser exploradas por entidades para fins turísticos, mas que mesmo assim, são alvo de procura por parte de visitantes que ambicionem usufruir de experiências na natureza.

<sup>720</sup> Núcleos turísticos situados fora dos perímetros urbanos, por exemplo, alguns *resorts* isolados que prestam experiências de exclusividade, e sobretudo, tranquilidade.

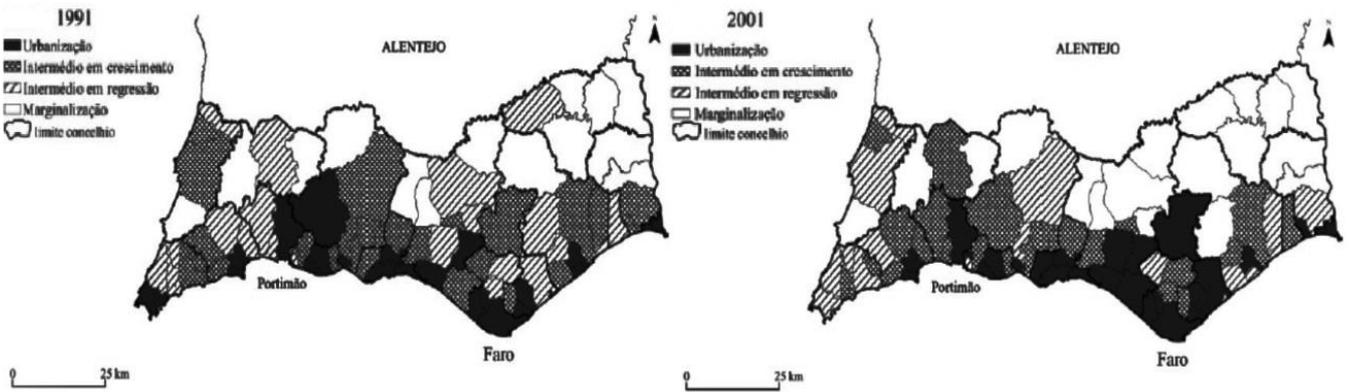
**Tabela 29-** Compilação de dados dos PDM da década de 1990: Total do Solo Urbano + Turístico.

	Área Total (km <sup>2</sup> )	Total Solo Urbano + Turístico (km <sup>2</sup> )	% de Urbanização
<b>Albufeira</b>	14 056	1 646	11,7
<b>Alcoutim</b>	57 533	263	0,5
<b>Aljezur</b>	32 353	676	2,1
<b>Castro Marim</b>	30 086	607	2,0
<b>Faro</b>	20 159	1 562	7,8
<b>Lagoa</b>	8 826	1 235	14,0
<b>Lagos</b>	21 286	1 569	7,4
<b>Loulé</b>	76 427	5 103	6,7
<b>Monchique</b>	39 529	228	0,6
<b>Olhão</b>	13 088	839	6,4
<b>Portimão</b>	18 291	1 660	9,1
<b>São Brás</b>	15 337	429	2,8
<b>Silves</b>	68 005	1 378	2,0
<b>Tavira</b>	60 700	973	1,6
<b>Vila do Bispo</b>	17 901	579	3,2
<b>Vila Real S. António</b>	6 087	557	9,2
<b>Total</b>	<b>499 582</b>	<b>19 308</b>	<b>3,9</b>

Fonte: CCDRA (2003), com base nos PDMs (documento avulso da Revisão do PROTAL).

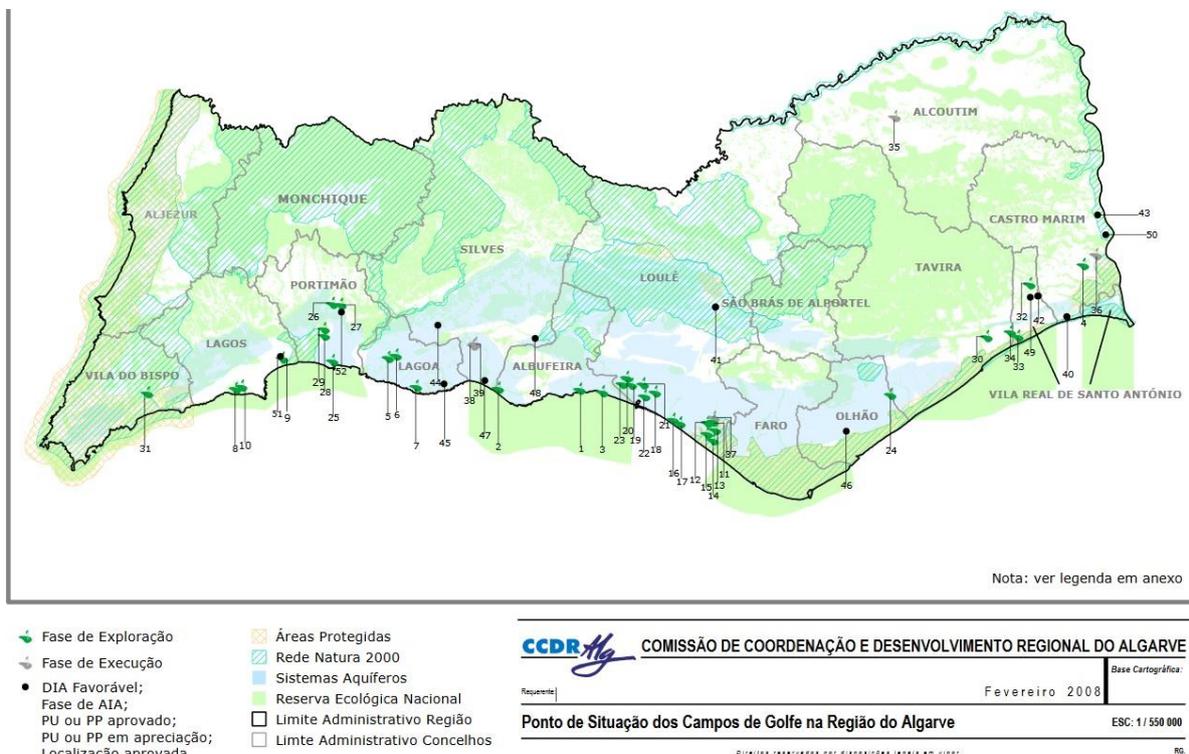
Com base nos números apresentados, faz sentido substanciar uma realidade gráfica do avanço dos processos de urbanização que ocorreram no Algarve com o advento do turismo, já consolidado. Deste modo, a figura 24 é explícita para o efeito, contrapondo, os perfis de cada concelho no que concerne ao desenvolvimento urbanístico entre 1991 e 2001.

Note-se que se registaram diversas alterações, no entanto, cumpre destacar primacialmente, que o solo urbanizado, que se afigura como indiciário de desenvolvimento, inferiu-se nas áreas litorais, coincidindo em larga medida, com os pólos turísticos, afectos ao modelo “sol e mar” (nos quais se insere Portimão).



**Figura 24-** Desenvolvimento urbanístico dos municípios do Algarve entre 1991-2001.  
 Fonte: Adaptado de “Os perfis territoriais do Algarve: análise socio-demográfica” (Carmo; Santos, 2011).

Na mesma lógica, visando prestar uma noção acerca do solo turístico (mais difícil de cartografar na íntegra devido à sua heterogeneidade), recorre-se a um exemplo pragmático: a disposição territorial das instâncias destinadas à prática de golfe, ícone da região que acompanha o modelo “sol e mar”. Por conseguinte, apõe-se a figura 25, que esboça o panorama de ocupação territorial dessa prática desportiva de luxo.



**Figura 25-** Localização dos campos de golfe no Algarve.

Fonte: CCDRA, 2008.

A diversidade de campos de golfe dispersos pela região, opera como um testemunho da extensão do solo turístico, adjacente à malha urbana, uma vez que se trata de uma prática de índole exclusiva, que muitas vezes está somente ao alcance de agentes com poder económico alto, demonstrando que a restante oferta turística de acesso menos restrito, se encontra disseminada por todo o território.

À luz do exposto, verifica-se que o processo de urbanização foi deveras volumoso. Porém, os dados estatísticos não conferem em detalhe a que tipo de estruturas urbanísticas se referem (distinguindo percentagens de estruturas industriais, habitacionais, turísticas). Segundo Mullins (1991), os contornos do mundo moderno deram azo à emergência de um tipo de urbanização pós-industrial, impulsionada pelo desejo social pelo lazer, atentando para o despoletar da *urbanização turística*. Em concreto, este tipo de urbanização difere da tradicional *urbanização industrial*. É neste ponto que se torna possível dissociar “*ciudades*” de “*ciudades turísticas*”, devendo estabelecer-se uma margem que separa o processo de indução urbana, da apresentação do produto final.

As cidades ditas comuns, apresentam um rol multivariado de actividades e identidades, fazendo-se valer da sua força enquanto núcleo de polarização de serviços e actividades de ordens distintas, enquanto que as cidades turísticas assentam fortemente sobre uma prática reiterada e contínua que vai estruturando a sua essência desde o núcleo à periferia (Clavé, 1998). Como ponto chave, sustém-se ainda que, neste tipo de cidades, privilegiam-se as práticas consumistas em detrimento de factores e actividades de produção, o que confere a identidade ao processo de urbanização desde a base (Mullins, 1991). Portimão insere-se claramente no âmbito das cidades turísticas por força da sua capacidade de fixar população, distinguindo-se das localidades do interior que tendem a sofrer perdas demográficas.

As *ciudades turísticas* têm, por norma, a tendência de ser urbanizadas pelo capital abundante, abrindo caminho à estrangeirização do seu território (Luchiari, 2000). Quer com isto dizer-se que, oportunamente, os processos de urbanização são levados a cabo por capitais estrangeiros de grandes empresas que se fazem valer do liberalismo da globalização, trazendo consigo o benefício de terem de pagar avultadas rendas ao

município. São exemplo disto, as já abordadas questões de mudança identitária<sup>721</sup> do território que se efectivam com a homogeneidade de serviços à escala internacional, derivados da construção de redes de *fast food*, estabelecimentos hoteleiros e *shopping centers* (idem, 2000). Este crescimento segmentado abre caminho à ocupação de espaços inviáveis ou pouco aconselhados<sup>722</sup>.

Portimão representa um caso de desordenamento da actividade turística, onde as malhas urbanas são heterogéneas e crescem de forma irregular, em grande medida devido aos empreendimentos privados de grande dimensão. Quaisquer terrenos são permeáveis à intervenção antrópica desde que representam potencialidades para a exploração turística. O PENT (2012) atesta mesmo que se deve fazer uso das exclusividades naturais do território, incentivando, por exemplo, a fixação de negócios em praias e falésias, locais de risco expostos à acção do mar<sup>723</sup> (pela erosão, inundação e risco de derrocada). As re-apreciações apostas no plano “Turismo2020” de 2016 que substituiu o PENT, voltam a ser reforçadas estas noções, subscrevendo a necessidade de incrementar os caminhos traçados na oferta turística dos últimos anos, valorizando o sol e mar, prestando mais força à prática do golfe na região, apelando à sua internacionalização. Como novidade, surge a vontade estratégica de retomar caminhos de sucesso registados com o turismo da saúde, onde foram definidas linhas de acção para reforçar a comercialização de recursos termais e terapeúticos, apostar no turismo sénior e no incremento da utilização das tecnologias da informação para efectivação dos serviços turísticos (Turismo2020, 2016).

Para além da designação prevista no PNPOT (2011) da existência de um “arco metropolitano do Algarve”, começa a verificar-se também a existência de um arco infra-estrutural da linha de costa intra cidadina que se vai efectivando pelos processos de urbanização contínuos, pesados e sobretudo desordenados. Com efeito, esta noção prevalece no PNPOT- 2019 (apesar de serem referidos eixos e pólos urbanos regionais e não a existência de um arco metropolitano), o qual estabelece áreas estratégicas de intervenção (sistema natural, sistema social, sistema económico, sistema de conectividade e sistema urbano) para fomentar a coesão territorial e o desenvolvimento

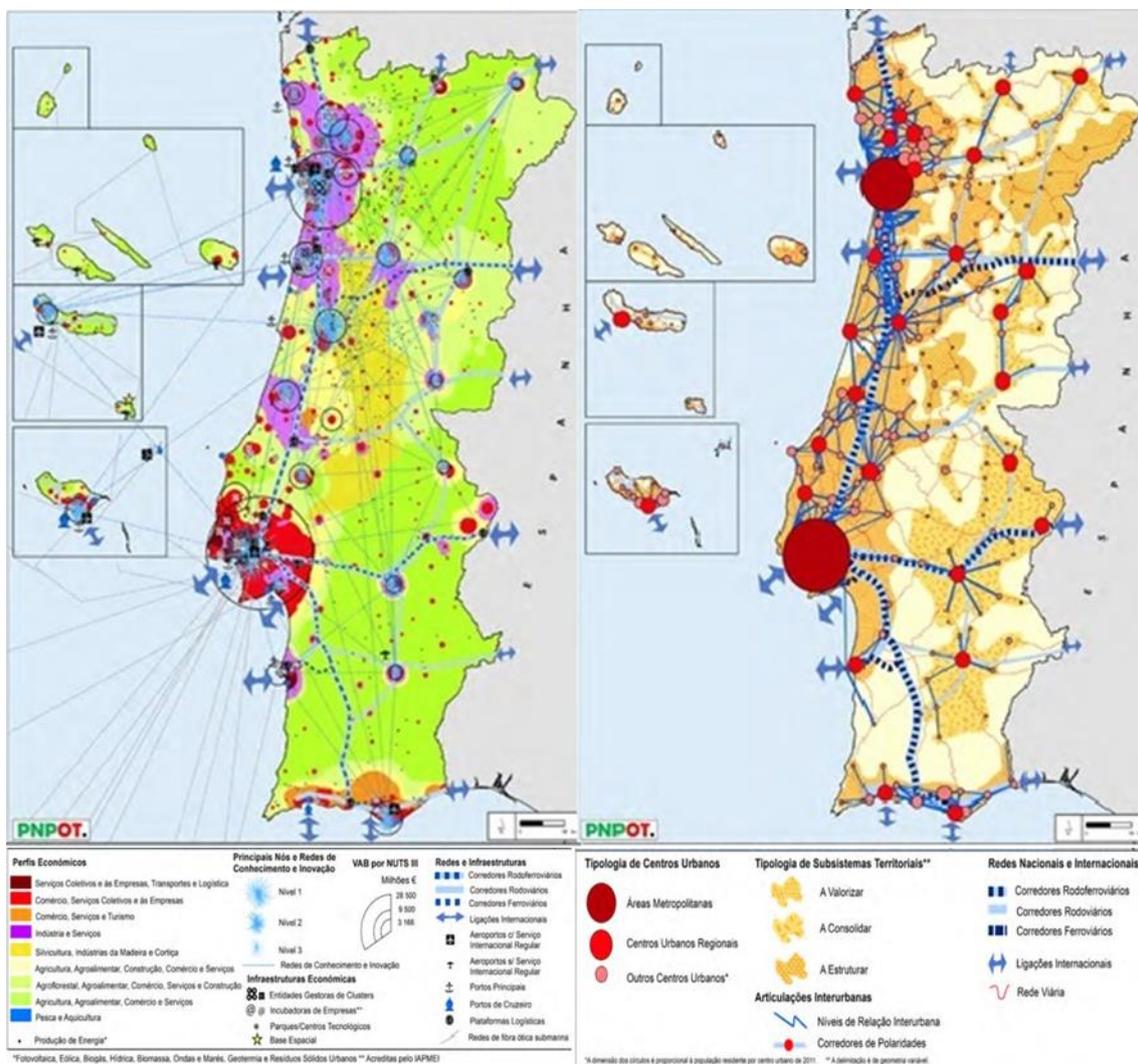
---

<sup>721</sup> A cidade globaliza-se, chegam mais actores, mais “*players*” internacionais, muitos em rede, com caras desconhecidas. No âmbito desta geopolítica local, desconhece-se onde está o poder que orienta esses fluxos.

<sup>722</sup> Construção de *resorts* de luxo e hotéis sobre falésias.

<sup>723</sup> Com efeito, os planos e estratégias oficiais estão a incrementar o risco.

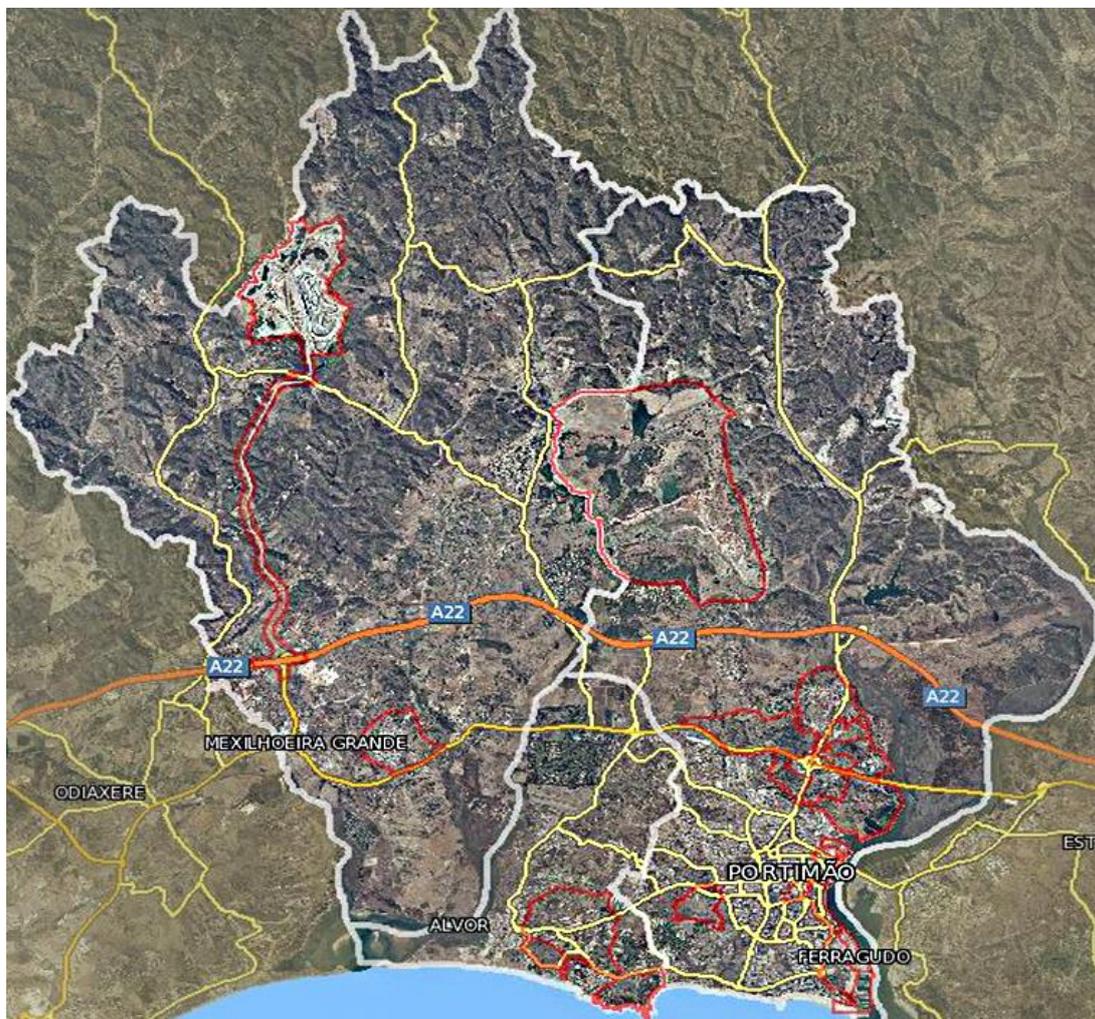
do país, capacitando-o com características idóneas para competir com congéneres europeus. Ora no que ao Algarve diz respeito, este documento estratégico, reforça a ideia de que os pólos metropolitanos (e zonas polarizadoras, como são o caso de Portimão e Faro) têm uma responsabilidade de crescimento, visando, em última instância, estabelecer padrões de qualidade que permitam a competitividade económica a nível internacional, onde a região deverá ser pautada pela valorização dos subsistemas territoriais, marcados pela presença de várias forças do terceiro sector, conforme exarado na figura 26, que esboça a concentração de serviços no sistema económico (26-A), e a necessidade de desenvolver aquela que é a rede urbana e espaços envolventes da região (26-B) (PNPOT, 2019).



**Figura 26-** Modelo territorial do sistema económico dos pólos metropolitanos e centros regionais de Portugal (A, lado esquerdo); Modelo territorial atinente ao desenvolvimento do sistema urbano de Portugal (B, lado direito).

Fonte: PNPOT, 2019.

Em termos de planos de urbanização e ordenamento com vista a desenvolver núcleos de crescimento turístico, voltando a Portimão, apresentam-se, na figura 27, os seguintes (da esquerda para a direita): plano de pormenor do Escampadinho; plano de urbanização da Mexilhoeira Grande; plano de urbanização do Alto Poço e Alvor; plano de urbanização Morgado do Reguengo; plano de urbanização de hotelaria tradicional; plano de pormenor Barranco do Rodrigo; plano de pormenor “norte da cidade de Portimão”; plano de pormenor Taipas; plano de pormenor Horta do Palácio; plano de urbanização UP4; plano de pormenor o Bom Retiro; área crítica de recuperação e reconversão urbanística da zona antiga da cidade de Portimão; plano de pormenor UP5 sul; plano de urbanização UP5, turismo náutico e comercial do rio Arade. Por conseguinte, atesta-se que o município está sobrecarregado de limites que definem áreas de intervenção de vários planos.



**Figura 27-** Ordenamento do território do concelho de Portimão com evidenciação de planos de urbanização em curso com vistoria ao desenvolvimento de núcleos turísticos.

Fonte: geo. Algarve digital, Sig Escala 1: 77257, 20km.

Em suma, Portimão cresceu exponencialmente ao longo das décadas, crescimento esse que foi trazido pelo turismo que, por sua vez, germinou alterações espaciais, demográficas e identitárias. Todos estes factores podem estar na origem de comportamentos de reprovação de determinadas práticas turísticas, dado que (como visto anteriormente) perpetuam a rejeição, por parte das comunidades locais, dos impactos permanentes do turismo. Assim sendo, procede-se à explanação dos pressupostos que tornam Portimão num interessante objecto de estudo, dadas as suas dinâmicas.

#### **4.4- Relevância da cidade de Portimão para a problemática em estudo**

Perante os dados apresentados no ponto anterior, constata-se que o turismo foi bastante marcante na cidade de Portimão, conferindo-lhe uma posição de destaque no panorama algarvio<sup>724</sup>, tanto pelo seu estatuto de núcleo polarizador e difusor de actividades turísticas, como pelas transformações literais do seu território.

Aquando da transição de um território para território turístico podem substanciar-se dois tipos de recursos, os *pré-turísticos* e os recursos *pós-turísticos* (Henriques, 2003). Os primeiros, anteriores ao turismo, são compostos por todos os elementos que compõem o espaço físico, os recursos e paisagens naturais que não foram alterados na sua forma/estrutura<sup>725</sup>, enquanto que os segundos, que emergem no período pós-acção do fenómeno, se prendem com a criação de recursos artificiais, antrópicos, orientados para satisfazer potenciais fluxos de visitantes que se desloquem ao espaço.

Preconizando a possibilidade de ocorrerem dinâmicas de *desterritorialização in situ*, *gentrificação* e reclusão espacial (a ser avaliado com a realização do caso de estudo), torna-se imperativo analisar se a *turistificação* do espaço ocorreu visando o desenvolvimento de um turismo sustentável. Segundo a OMT (2003) essa meta só pode ser atingida perante a soma cumulativa de três factores essenciais: promover uma oferta de qualidade às populações visitantes; estabelecer uma balança equilibrada entre custo/benefício; e em terceiro lugar, melhorar substancialmente a qualidade de vida das

---

<sup>724</sup> Contudo, relembre-se uma vez mais, que os territórios turísticos do Algarve são muito diversificados, assumindo-se que Portimão não os pode traduzir a todos.

<sup>725</sup> Pela ação antrópica, apesar de, potencialmente, existir ou já ter existido interação humana com os mesmos (a qual é, virtualmente inevitável, sendo utópicos os pensamentos acerca da existência de uma capacidade que permita proceder à identificação de espaços prístinos, puros e “arcadianos”). Exemplo: desmatamento de zonas florestais para a construção de hotéis.

comunidades receptoras. Aplicando esta lógica ao caso concreto, pode questionar-se se de facto há uma prática sustentável no que toca à esfera turística. Começando por desconstruir os 3 pontos, verifica-se que relativamente à questão da oferta, existe de facto uma qualidade elevada que se destina aos turistas, tendo não só Portimão, mas todo o Algarve ganho consecutivamente vários prémios nacionais e internacionais<sup>726</sup> que ilustram a qualidade dos seus serviços. Destarte, é importante esclarecer que apesar do contributo prestado para a imagem de Portimão enquanto pólo turístico, os referidos galardões são da “indústria turística”, vêm de dentro para dentro, e no geral, são pouco sensíveis ao espaço público e às populações locais<sup>727</sup>.

Em segunda instância, analisando as relações custo/benefício, assinala-se que é difícil equacionar todos os investimentos ligados à promoção turística. No caso do sector público, os esforços de investimento são por norma, negativos, facto que deriva dos pesados custos de injeção de capitais e meios no sector do turismo, necessitando-se em grande medida, de infra-estruturas e recursos amplos que possibilitem dar uma resposta efectiva à demanda turística. No caso de Portimão, esta realidade ganha face nas despesas do município, tendo o mesmo, em meados de 2015, ficado desprovido de quaisquer verbas para investir<sup>728</sup>. O mesmo não se pode dizer do sector privado, que apesar das suas dimensões variadas (*stakeholders* com diferente poder de investimento) não “dá cartas” ao público acerca dos seus lucros/meios/acções/prejuízos, sendo tal realidade comprovada empiricamente<sup>729</sup>.

Em terceiro lugar, aborda-se a questão da qualidade de vida das comunidades receptoras, o que representa uma incógnita, sendo um dos focos do trabalho em questão, operando o mesmo, na óptica de procurar avaliar o grau de aceitação ou rejeição do turismo na cidade de Portimão (relembre-se que os resultados da investigação apresentam-se no capítulo 5). No entanto, também já foram apontados os pontos

---

<sup>726</sup> Exemplos: *Annual World Luxury Hotel Awards*; *Publitoris Portugal Trade Awards*; *World Travel Awards*;

<sup>727</sup> Que revestem os objectos de estudo desta investigação.

<sup>728</sup> Derivado de casos de crimes de administração danosa e maus investimentos. Foi mesmo aberto inquérito para apurar responsabilidades penais devido a crimes de corrupção, fraude e burla, mormente no âmbito do processo de investigação do caso “cidade do cinema”, projecto que almejava converter uma vasta parte da cidade de Portimão num empreendimento de luxo, semelhante aos estúdios cinematográficos presentes em *Hollywood*. Curiosamente, o investimento prendia-se, fundamentalmente, com a ambição de elevar a fasquia na oferta do turismo de luxo, contrabalançando o território, dado que Portimão faria, neste sentido, frente a Vilamoura (no turismo de luxo, uma vez que a cidade em estudo já se afirma como foco de turismo preferencial a vários outros níveis: turismo desportivo, turismo gastronómico, turismo recreativo, demais tipologias já elencadas previamente).

<sup>729</sup> Por crescimento evidente, falência e consequente encerramento de estabelecimentos e afins.

positivos e negativos trazidos pelo turismo para as comunidades receptoras à luz das ideias de Mathieson e Wall (1990). Podem apontar-se fenómenos anteriormente explanados que se encontram presentes na cidade de Portimão (não se sabendo todavia, o seu grau, a analisar com a recolha de dados junto do público-alvo), tais como: *desterritorialização*; *gentrificação*; aumento das desigualdades sociais; definição de vivências (quase imperatividade de funções laborais ligadas ao terceiro sector); *turistificação* involuntária de comunidades; desemprego sazonal; consumo e alteração de paisagens; redefinição e reorganização do espaço; potenciamento de *rupturas topofílicas*; influência perjorativa da *segurança ontológica* dos autóctones;

Em suma, Portimão enquanto foco de análise, afigura-se como uma área semi-representativa<sup>730</sup> dos processos de *turistificação* trazidos pelo modelo “sol e mar” em Portugal. Com base nesta assunção, podem salientar-se alguns pontos que esboçam a sua importância para a compreensão dos fenómenos de apropriação territorial do turismo e progressiva *desterritorialização*:

- É um caso paradigmático da *turistificação*;
- Representa um produto perfeito do fenómeno de urbanização turística;
- Popularmente denominada de capital do turismo<sup>731</sup> (essencialmente na área geográfica do barlavento<sup>732</sup>);
- Pólo turístico de importância internacional;
- Palco de multiculturalidades, pautado por *territorialidades* muito heterogéneas e estatutos sócio-económicos dissonantes;
- Convergência de infra-estruturas obsoletas e degradadas com infra-estruturas *premium* devido à acção do turismo;

---

<sup>730</sup> Assumindo-se que existem trajetórias que se repetem nos territórios turísticos portugueses pautados pelo modelo sol e mar, ainda assim, permanecem especificidades, não podendo Portimão representá-los a todos, mas certamente se aproximará de alguns (do ponto vista económico, social ou geográfico).

<sup>731</sup> Título, por vezes, também atribuído à cidade de Albufeira por intermédio de alguns indivíduos, não existindo portanto, homogeneidade quanto à designação. Não obstante, Portimão, retém também, de forma popular, o estatuto de “capital do barlavento” (nos concelhos albergados por aquela área, enumerados de seguida). Relembre-se que existe barlavento (área geográfica ocidental) e sotavento (fracção territorial que compõe o oriente algarvio), sendo a cisão evidenciada a meio da região, onde cada parcela é composta por 8 concelhos (barlavento- Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo; sotavento- Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira, e Vila Real de Santo António).

<sup>732</sup> Apesar de existirem elementos que residem no sotavento que também defendem esse título, mas não existindo designação oficial, registam-se posturas muito heterogéneas face a esta questão. No entanto, os pólos que costumam surgir no debate, englobam sempre Portimão e Albufeira, aparecendo, em alguns casos, Lagos ou a área de Vilamoura.

- Caracterizado por áreas turísticas altamente gentrificadas que, paulatinamente, conduzem a processos de *desterritorialização*;
- A densidade populacional na época balnear representa o ambiente perfeito para a emergência de conflitos;
- A incapacidade infra-estrutural para dar resposta a todas as necessidades, seja nos serviços lúdicos e de primeira necessidade (ex: saúde), seja no congestionamento dos espaços e locais;
- Por convergência de todos os pontos anteriores, apresenta-se como o modelo idílico de análise de aceitação/rejeição do turismo em território nacional;

#### **4.5- Transformações territoriais e áreas de intervenção do estudo**

No que concerne a transformações territoriais, em Portimão assiste-se a um entrelaçamento constante entre edificações degradadas, pertencentes, algumas delas, à classe média (essencialmente, composta pelos autóctones e moradores oriundos de diferentes locais que se territorializaram na cidade, em larga medida, membros do tecido social que integra a foça laboral de serviços, empresas e instituições públicas) e várias à classe baixa<sup>733</sup> (composta por antigos pescadores, trabalhadores agrícolas, reformados e elementos da etnia cigana), e infra-estruturas erguidas estritamente com fins turísticos, de elevada qualidade, ao longo de toda a sua malha urbana, fruto da conversão de uma urbe outrora modesta<sup>734</sup>, para um centro de referência no âmbito do turismo.

De acordo com Leite (2008), este fenómeno deve-se inteiramente à *turistificação* ininterrupta<sup>735</sup> que se tem realizado na cidade, que actualmente, terá abolido quase na íntegra, a sua herança piscatória e agrícola, focando-se na densificação da malha urbana com edificações de luxo, à luz do referencial que acredita conduzir todo o processo de desenvolvimento da cidade, a Praia da Rocha, estipulando que o seu modelo de disposição ordenamental (a nível de serviços, e estruturas habitacionais) se vai imiscuindo em todos os pólos do território. Verifica-se aqui uma natureza composta, albergando a cidade dois focos de desenvolvimento urbano, um misto, formado por alomerados em que elites e populares se misturam, e zonas de desenvolvimento mais

---

<sup>733</sup> Em certos casos, média.

<sup>734</sup> Devido ao seu cariz confinado, que a caracterizou até meados do século XIX, ainda Vila (CMP, 2016).

<sup>735</sup> Desde a década de 60, conforme exposto anteriormente.

recente, que empurraram as classes menos abastadas para fora do núcleo urbano (idem, 2008).

Visando ilustrar este processo de reconversão e diversificação, recorre-se à figura 30, onde se constata a herança piscatória de Portimão e a sua outrora forte identidade enquanto núcleo destacado na intervenção da indústria conserveira, impulsionada pela actividade da pesca registada no território, e o seu carácter contemporâneo de centro urbano turistificado. Em detalhe, a figura 28 representa esse passado, expondo o número (13) de fábricas que operavam em Portimão na primeira metade do século XX (década de 40).



**Figura 28-** Fábricas de conserva na 1ª Metade do Século XX (anos 40<sup>736</sup>) Portimão.

Fonte: Duarte, 2003.

Por sua vez, na figura 29 pode-se observar um fotograma actual (2020) da área geográfica da Marina de Portimão e espaços contíguos. Destaca-se neste sentido, a criação de lugares destinados à actividade turística. Assinalados a vermelho encontram-se estabelecimentos destinados ao alojamento (Hotel *Tivoli* Marina, abaixo) e negócios endereçados a turistas (ex: aluguer de iates). A amarelo, estão em evidência as áreas que se destinam ao estacionamento de viaturas que circulem por ali, locais que outrora careciam de pagamento de emolumentos, mas que hoje em dia, estão sujeitas a tarifa, cujo valor é deduzido em função do tempo de estacionamento. Esta dinâmica foi

<sup>736</sup> Ano concreto não especificado.

introduzida pela grande afluência de visitantes àquela localidade, sendo colocado ponto de controlo que baliza o número de acessos. Com outra natureza, exposto a azul, está um aglomerado de habitações destinadas a venda e arrendamento<sup>737</sup>, cujos valores são, por norma, elevados, devido à natureza turística da área em questão. Por fim, a cor de rosa, o perímetro identificado corresponde ao areal da Praia da Marina, artificialmente induzido (finais dos anos 90), onde se encontra um estabelecimento de restauração, lazer e diversão nocturna, assim como concessões privadas e serviços de desportos aquáticos. Nas proximidades, adstritos à avenida principal, estão sediados vários restaurantes e lojas. Todo o enfoque desta área é a oferta turística.



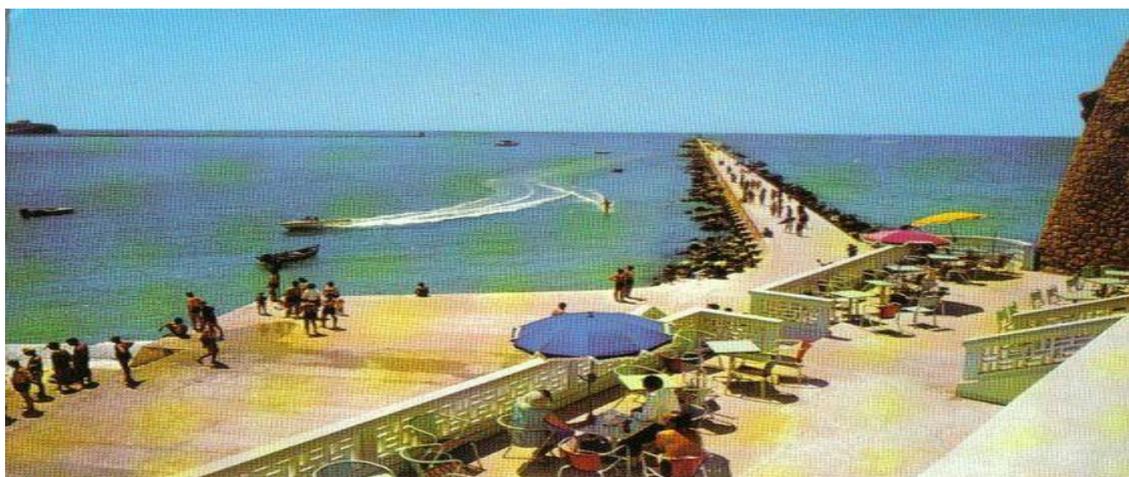
**Figura 29-** Ortofotomapa de espaços destinados à oferta turística, à habitação, e locais contíguos que foram influenciados pela *gentrificação* induzida pelo turismo<sup>738</sup>.

Fonte- Adaptado de *googlearth*, 2020.

Como complemento da re-estruturação da área da marina, expõe-se a figura 30, correspondente à mesma nos anos 80, antes da construção das estruturas físicas que hoje a compõem, assim como da implementação artificial do actual areal que materializa a Praia da Marina, alternativa contígua à Praia da Rocha. Não obstante, note-se os traços da identidade turística, pautada pelas esplanadas, pessoas a usufruir das águas, e a presença de prática de desporto aquático.

<sup>737</sup> Ocupado no Verão, principalmente, por turistas que também fazem uso dos espaços da marina para ancoragem de embarcações de várias tipologias, veleiros, lanchas, entre outros.

<sup>738</sup> Vermelho- Unidade hoteleira (Tivoli); Amarelo- Locais de estacionamento pago; Azul- Apartamentos turísticos (alguns para venda e muitos servem como propriedades para arrendamento); Cor de Rosa- Praia da Marina, composta pelo areal, por estabelecimentos de restauração, de diversão nocturna e demais espaços lúdicos;



**Figura 30-** Área da actual Praia da Marina de Portimão, antes da inserção artificial do areal (anos 80<sup>739</sup>).

Fonte- Arquivo da CMP, 2020.

O exemplo mais sonante de tal transformação, de cariz recente, recai sobre a urbanização “Encosta da Marina”, uma localidade previamente despida de edificações, ocupada exclusivamente pela comunidade *Calon* (ou *calão*)<sup>740</sup> e classes menos abastadas, é actualmente, um local *premium*, pesadamente infra-estruturado e caracterizado por rendas altas, destinado estritamente a turistas e às elites. A transformação registada efectivou-se por intermédio da proximidade geográfica que a área tem à Praia da Rocha<sup>741</sup>. Para além dessa realidade, a *gentrificação* acompanhou esta re-estruturação do local, colocando termo a negócios locais que foram substituídos por novos serviços que praticam preços de produtos de satisfação de necessidades básicas extremamente elevados<sup>742</sup>.

Recorre-se, neste âmbito, a elementos visuais, na figura 31 exhibe-se a antiga área do estromal (onde se localiza, actualmente o aglomerado urbanístico da encosta da marina) pautada por um depósito de água, circundado de vegetação no topo de um acidente geográfico. Atente-se ainda para a existência de várias habitações antigas

<sup>739</sup> Ano concreto não especificado.

<sup>740</sup> Nome atribuído aos indivíduos de etnia cigana oriundos da Península Ibérica. Em Portugal há quem use o termo *calão*, deixando o desígnio *calon* para os sujeitos espanhóis que pertencem a este grupo étnico. Em termos culturais diferem ao nível das práticas festivas, recorrendo por exemplo, os portugueses ao uso de guitarras para convívios, enquanto que os espanhóis se exprimem através do estilo de dança, flamengo.

<sup>741</sup> O pólo central de actividade turística na cidade de Portimão, analisado posteriormente nas secções atinentes à caracterização do território de estudo e de desenvolvimento da investigação (apresentação e análise de resultados).

<sup>742</sup> Em larga escala dizem respeito a supermercados pertencentes a cadeias internacionais de comércio, que se caracterizam pela venda de produtos característicos de outros países que tenham forte presença turística na área.

(bairro operário), ocupadas outrora, pelos funcionários da fábrica S. Francisco, situada a alguns metros dali.



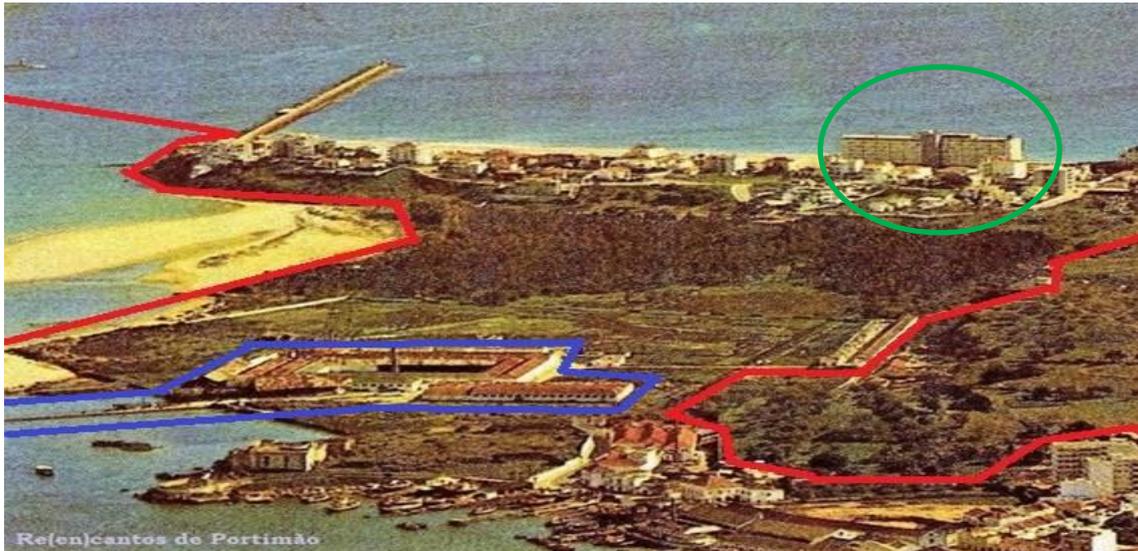
**Figura 31-** Área do Estrumal, anos 50.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/costumesportimao/media>.

Nos anos 70, permanecia a lógica presente duas décadas atrás (anos 50), recém abordada, destacando-se que a oferta turística cingia-se (em grande medida) à Praia da Rocha, podendo-se identificar, na figura 32, a presença do Hotel Algarve<sup>743</sup>. Todavia, destaca-se a vermelho a ausência da Marina de Portimão e todos os elementos de índole turística (e residencial) a si associados (expostos supra), assim como a inexistência da malha urbana que compõe a Encosta da Marina. A azul, sublinha-se ainda a presença da fábrica de S. Francisco, estrutura que já não existe na actualidade, que deu origem ao actual porto comercial de Portimão e ao adjacente terminal de contentores.

---

<sup>743</sup> Inaugurado em 1967, fruto de um projecto do arquitecto Raúl Tojal (Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2014/10/hotel-algarve.html>).



**Figura 32-** Área do Estrumal, década de 80 com destaque para vários elementos.

Fonte- Adaptado de Arquivo da CMP, 2020.

Por fim, é evidenciado um fotograma actual (figura 33), destacando-se a vermelho, a urbanização em questão, a Encosta da Marina<sup>744</sup>. Assinalados a verde, à direita, encontram-se os bairros camarários<sup>745</sup>, erguidos nos anos 30 para as classes mais desfavorecidas, e com a mesma cor, mais à esquerda, o bairro dos operários, que se destinava a acomodar os funcionários da antiga fábrica de S, Francisco, produtora de conservas. Já a amarelo (do lado esquerdo) encontra-se um espaço pautado pela ocupação de elementos da comunidade *calon*<sup>746</sup> que vivem em condições precárias. Em contrapartida, na outra delimitação a amarelo (do lado direito), existe um descampado

<sup>744</sup> Na óptica dos conflitos, adstritos a esta localidade, também surgem as queixas da pouca percentagem de autóctones que ocupam o local e zonas circundantes, fundamentalmente, pela perturbação sonora perpetrada pelos turistas (que arrendam, que frequentam estabelecimentos ali presentes, e que transitam na via pública). Esta noção radica-se no papel do investigador-observador que, no terreno, vai recolhendo factos, leituras, constatações, não existindo, portanto, um suporte físico que ilustre essa dinâmica. Deste modo, tal fenómeno é popular entre os portimonenses, especialmente na época balnear.

<sup>745</sup> Bairro Pontal e Bairro Amarelo.

<sup>746</sup> O turismo praticado em Portimão e a sua expansão potenciaram vários fenómenos de *reterritorialização* no seio desta comunidade, efectivando processos de re-alojamento em zonas periféricas (ex: bairro da cruz da parteira e bairro das cardosas/mira Cabo), consumados para o aproveitamento de parcelas territoriais (previamente ocupadas pelos *calon*) para o estabelecimento de empreendimentos turísticos. Naquela que é a resposta propriamente dita levada a cabo pela comunidade cigana face à monocultura do turismo, sublinha-se que foi registada uma adaptação às dinâmicas trazidas pelo fenómeno, sendo os esforços e práticas de venda ambulante (actividade laboral mais praticada pelos *calon*), canalizados para zonas turísticas, onde os clientes desejáveis se tornaram os turistas (como sucede na área da Praia da Rocha, local em que encontram, durante todo o ano, bancas destinadas ao comércio de artigos variados) e demais visitantes exógenos a Portimão. Ocorreu assim, uma deslocalização de focos de venda do centro da cidade que previamente estavam estabelecidos junto do mercado municipal e áreas próximas. Os processos de re-alojamento continuam a efectivar-se actualmente, visando a iniciativa de teor social, conceder a todos os membros da comunidade, condições dignas de habitação, conforme consta do artigo online inserido no website:

“observador.pt/2021/09/23/demolidas-barracas-junto-a-mercado-de-portimao-para-realojar-familias/”

que até aos finais da década de 90 registava a presença de famílias da referida comunidade. Com efeito, nesse período temporal, essas pessoas foram re-alojadas (no bairro Coca Maravilhas) para se iniciarem as obras de construção da urbanização da Encosta da Marina. O aglomerado destacado a azul representa mais uma área *premium*, dotada de infra-estruturas de luxo que foram criadas sob a influência do turismo na região. Por fim, contornada a cor de rosa, com um teor turístico estabelecido, está o complexo da Vila Rosa (construído nos anos 70 e 80), reconhecido pela oferta de vários serviços e pela proximidade da Praia da Rocha.



**Figura 33-** Ortofotomapa com várias áreas em evidência que demonstram a hibrididade da malha urbana.

Fonte- Adaptado de googleearth, 2020.

Com base nesta realidade, nos seguintes pontos, detalham-se os locais ilustrativos das inúmeras transformações que acompanharam o território de Portimão, expondo-se, por consequência, assente nas dinâmicas criadas por essas transformações, os locais seleccionados para implementação das metodologias de investigação, caracterizados por grandes concentrações populacionais.

#### **4.5.1 Locais ilustrativos da transformação territorial**

Em primeiro lugar, faz sentido expor as transformações ocorridas no centro turístico de referência da cidade de Portimão, a Praia da Rocha. Apresentando-se oportunamente, a figura 34, correspondente ao início da década de 60 (antes do fenómeno de arranque da *turistificação*), onde se pode observar o reduzido número de infra-estruturas turísticas no espaço (à partida, 3), localizadas no topo das falésias. Em

segundo lugar, chama-se a atenção para a dimensão do areal, estritamente reduzido, testemunhando a então identidade piscatória<sup>747</sup> e pré-turística da cidade.

Observe-se, posteriormente, uma imagem contemporânea (figura 35), salientando uma urbanização densa e turisticamente motivada, partindo do facto que, grande parte das infra-estruturas devem a sua génese ao turismo (estabelecimentos hoteleiros, bares e zonas habitacionais destinadas ao arrendamento). Complementando a comparação, repare-se também na extensão do areal (artificialmente produzido) e na exploração do seu espaço por entidades privadas em consonância com a acção do município (para implementação do passadiço de madeira).



**Figura 34-** Praia da Rocha em 1960.  
Fonte: Dias e Freitas, 2012



**Figura 35-** Praia da Rocha em 2020.  
Fonte: fotografia própria do autor, 2020<sup>748</sup>.

<sup>747</sup> Que não motivava a alteração dos espaços da cidade com vista a aumentar a sua capacidade de suporte de grandes aglomerados populacionais.

Como segundo exemplo, seleccionou-se a área da Boavista, uma área periférica da cidade, outrora um aglomerado predominantemente residencial que se redefiniu e redimensionou enquanto espaço comercial de grande movimento. A complexização da malha urbana da cidade fomentou uma deslocalização de vários serviços e lojas para a periferia, factor que viria a convergir com a imperatividade de responder às necessidades da homogeneização dos produtos da globalização<sup>749</sup> trazida pelo turismo.

Desta forma, em prole do turismo, foi criada toda uma rede de acessos (para eliminar os engarrafamentos) e superfícies comerciais para possibilitar o descongestionamento dos pólos centrais da cidade (envelhecidos e com fraca capacidade). Pautou-se portanto, uma adaptação crescente da zona para receber grande volume de pessoas que, de certa forma, ainda se afirma como insuficiente. Em concreto, observando a figura 36, que esboça a realidade do ano 2005<sup>750</sup> (altura em que os empreendimentos começaram a ganhar forma), verifica-se a presença de espaços vazios (situados mais à esquerda, e no centro do mapa), e de alguns armazéns abandonados (situados na zona mais à direita da figura 36, assinalada a vermelho).

Já no ano 2015<sup>751</sup> (figura 37), observa-se a presença de grandes infra-estruturas nos locais outrora vazios, ganhando forma, o centro comercial *Aqua* e o *Retail Park* de Portimão (ambos compostos por várias lojas, que são alvo de comércio intenso por parte dos turistas na época balnear). Por acréscimo, as edificações previamente abandonadas foram recuperadas, tanto pelo sector privado (construção de loja *Decathlon*, elemento situado mais à esquerda na figura 37), como pelo sector público, coadjuvado por diversas entidades (organizações e empresas), colaboração que efectivou a construção da Portimão Arena<sup>752</sup> (estrutura situada mais à direita na figura 37).

---

<sup>748</sup> Mês de Outubro.

<sup>749</sup> Como sucede, por exemplo, no sul de Espanha. Realidade também presente na Avenida Tomás Cabreira, conforme dados exarados na exposição do trabalho empírico (no capítulo 5).

<sup>750</sup> Nesta altura (ano 2005, aproximadamente), aprovaram-se planos de aproveitamento de espaços periféricos pautados por transformações paulatinas de zonas que se apresentassem estagnadas em termos de desenvolvimento, daí a selecção da imagem corresponder ao ano 2005.

<sup>751</sup> As transformações realizaram-se de forma lenta e gradual, ao longo de um período de 10 anos (aproximadamente), facto que justifica a selecção do ano 2015 para efeitos expositivos.

<sup>752</sup> Empreendimento de cariz cultural, operando como um centro recreativo de espetáculos e eventos, os quais são muitas vezes, direccionados a turistas.



**Figura 36-** Ortofotomapa da área da Boavista e arredores no ano de 2005.  
Fonte- Geo Algarve (SIG), Portimão 2005. Escala 1:2696.



**Figura 37-** Ortofotomapa da área da Boavista e arredores no ano de 2015.  
Fonte: Google maps, 2015 (Da esquerda para a direita: Decathlon; Retail Park; Aqua; Portimão Arena).

#### **4.5.2 Construção de infra-estruturas**

O número de infra-estruturas acompanhou a redefinição paulatina da identidade do território, crescendo a malha urbana, não apenas junto dos pólos com fortes capacidades turísticas, mas também em zonas outrora degradadas. A cidade foi alvo de um pseudo programa de requalificação sem grande investimento público, assentando em larga medida, no oportunismo que abraçou capitais estrangeiros e nacionais privados de grandes grupos comerciais.

Como exemplo, aponta-se a construção do hotel de luxo “Júpiter Marina Hotel” na avenida “Estrada da Rocha”, que apesar do nome, não se encontra na zona *per se* da

Praia da Rocha, fazendo a ligação da zona ribeirinha à mesma. O local abordado representa uma zona envelhecida composta por habitações predominantemente antigas que foram apanhadas de surpresa por construções modernas que começaram a inflacionar o valor daquela área.

A tendência começa a surgir um pouco por toda a cidade, caracterizando-se por uma infra-estruturação *premium* não polarizada, nem estrategicamente adstrita ao pólos intra citadinos de interesse turístico, mas sim a todas as fracções territoriais com terrenos disponíveis, constituindo oportunamente, *lobbies* destinados a pequenas elites locais/internacionais (Mullins, 1994). Em frente a este novo projecto, encontra-se o convento de São Francisco, monumento em avançado estado de degradação que enaltece o valor do património local e a sua cultura, mas que demonstra o contraste gerado pela apropriação territorial do turismo como se pode observar na figura 38. O processo elencado por Brito (2009), de “urbanização motivada pelo lazer” continua.



**Figura 38-** A vermelho, Hotel de 5 estrelas, Júpiter Marina Hotel, a azul escuro, o perímetro do terreno que envolve o referido monumento, azul claro, a o convento de S. Francisco.

Fonte: adaptado de googlemaps, 2020.

Na figura 39, pode-se observar a natureza de um hotel recém construído (inaugurado em 2017), dotado de características de luxo, enquanto que na figura 40, contempla-se o convento de S. Francisco, tendo sempre em mente que as edificações são contíguas, acabando por ilustrar como o turismo infere modificações em todo e qualquer local de um território turistificado.



**Figura 39-** Hotel de Luxo, “Júpiter Marina Hotel “.

Fonte: googleimages, 2020.



**Figura 40-** Convento de São Francisco, monumento local em avançado estado de degradação.

Fonte: googleimages, 2017.

Reforçando a mesma noção, alude-se também às edificações de cariz privado que esboçam a agressividade do mercado de arrendamento. Em diversos pontos da cidade podem observar-se aldeamentos de luxo destinados somente à prática de negócio, tendo estes, emergido também em zonas outrora “más”, que ganharam um novo sopro de vida com o fenómeno do turismo, mas que passam automaticamente a ser locais exclusivos, balizados por muros, destinadas aos detentores do capital certo.

Esta urbanização planeada, encontra-se estritamente orientada para responder às necessidades consumistas das elites e para os turistas exercerem controlo num espaço a si alheio (Clavé, 1998). A regra da realidade urbana assenta agora num incremento da comunhão entre zonas degradadas e envelhecidas, e, empreendimentos turísticos de luxo. Na figura 41 observa-se esta dualidade na Zona Ribeirinha, e na figura 42, no Porto de Portimão, em contraste com um dos novos bairros da moda já referenciados, a Encosta da Marina.



**Figura 41-** Zona ribeirinha, contraste entre edificações degradadas e estabelecimentos novos, destinados predominantemente, ao arrendamento turístico.

Fonte: fotografia própria, 2017.



**Figura 42-** Encosta marina (atrás) e casas da estrada da rocha (do antigo bairro operário) junto ao porto de Portimão (à frente).

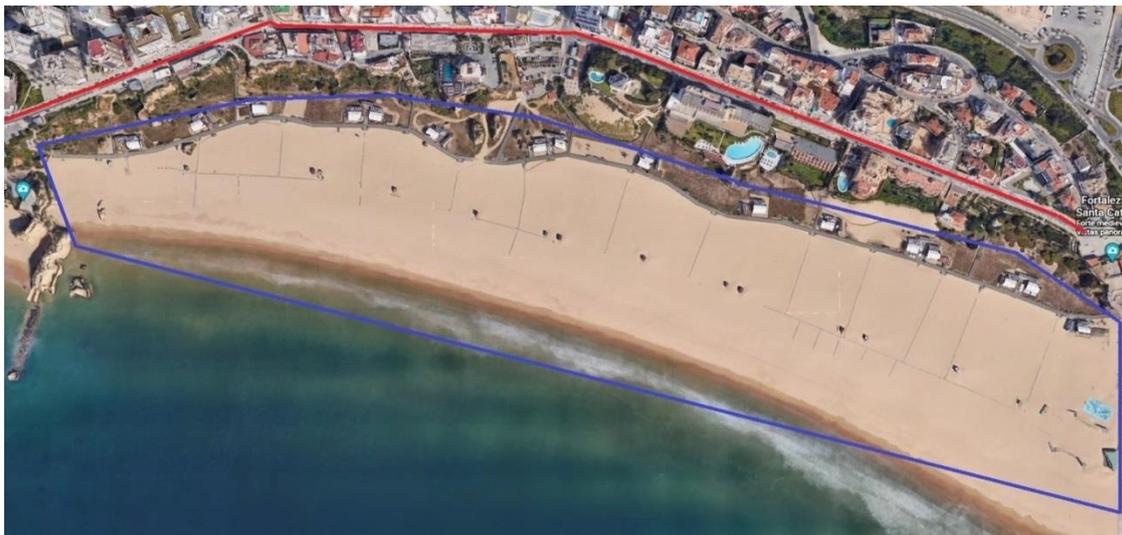
Fonte: fotografia própria, 2017.

### 4.5.3 Locais chave de intervenção para a investigação

No encadeamento da exposição das transformações territoriais e proliferação de infra-estruturas em que o turismo foi o vector de dinamismo dessas mudanças, apresentam-se os núcleos chave da oferta e procura turística da cidade.

A figura 43 expõe 2 focos de intervenção acoplados à investigação de campo<sup>753</sup>. A vermelho, encontra-se assinalada, a Avenida Tomás Cabreira, local histórico do nascimento da cidade enquanto centro turístico, albergando o grosso dos estabelecimentos hoteleiros da região, troço onde se localizam vários bares<sup>754</sup> e espaços de diversão nocturna, empreendimentos de luxo e inúmeros restaurantes e esplanadas. Por sua vez, a azul está evidenciado o areal da Praia da Rocha, composto pelas concessões privadas de espreguiçadeiras e desportos náuticos (com elementos para aluguer), restaurantes e locais desportivos. Embora próximos, ambos os locais possuem as suas dinâmicas próprias, cumprindo objectivos distintos, mas que são detentores do traço comum de polarizarem grandes massas populacionais, cruzando, na época alta, de forma constante, autóctones com turistas.

Desta forma, estas áreas assumem-se como paradigmas da antropização do litoral (Dias; Freitas, 2012), assim como um foco de intervenção obrigatório na óptica do trabalho, tanto no seu desenvolvimento teórico como na recolha de dados concretos.



**Figura 43-** Ortofotomapa da Avenida Tomás Cabreira e areal da Praia da Rocha.

Fonte: googleearth, 2020- SIG, Escala 1:2436.....0\_46m.

<sup>753</sup> Sessões de observação, inquéritos, entrevistas e produção de fotos.

<sup>754</sup> Este local carece de um título oficial, sendo designado com o nome da Avenida (Tomás Cabreira).

Em segundo lugar, com contornos mais recentes, apresenta-se a Marina de Portimão (figura 44). Essencialmente, reveste a identidade de um empreendimento ambicioso, composto por edificações refinadas, pautado por espaços de recreação nocturna e restaurantes característicos de um turismo de luxo. Também contém habitações para arrendamento e para venda, sendo uma zona *premium*, gentrificada e destinada à(s) classe(s) alta(s).

Podem observar-se no local destinado à ancoragem de barcos, veículos de luxo (iates na sua maioria) de população estrangeira<sup>755</sup>, registando-se praticamente, uma apropriação deste espaço na ordem dos 90% por parte de turistas com elevado poder económico, que apenas visitam ocasionalmente a cidade ou que possuem, nesta área, moradias de férias. Para além deste domínio/controlado, efectivado sobre uma parcela do território por parte de turistas e empresários locais, a marina surge como um ponto de interesse da cidade, pela forte presença turística e pelo grande número de autóctones que transitam avultadamente pelas vias públicas. Este local representa o expoente máximo do crescente culto de turismo de luxo, exclusivo de quem possui poder económico e territorialidades muito extensas<sup>756</sup>.



**Figura 44-** Marina de Portimão (zona dos bares, praia da marina e passeios pedestres).

Fonte: googleearth, 2020- SIG, Escala Escala 1:3500....0\_67m.

<sup>755</sup> Facto que facilmente se comprova empiricamente, pela presença de bandeiras estrangeiras e inscrições variadas, redigidas noutras línguas plasmadas no corpo dos barcos.

<sup>756</sup> Evidentes pelo poder económico, pelo facto de serem estrangeiros e de poderem dar-se ao luxo de transitar com menos barreiras (que os autóctones) no território, tanto por terra como por mar. Não existe, contudo, liberdade total, pois há factores externos que condicionam essa transição livre, por exemplo, a questão da pandemia Covid- 19, que limitou quaisquer mobilidades durante a sua vigência.

Em terceiro lugar, sucede-se a Zona Ribeirinha da cidade, antigamente um centro piscatório de renome, tornou-se paulanitamente, num centro turístico que congrega inúmeras actividades lúdicas. Esta área é pautada por estabelecimentos de turismo gastronómico especializados em comida tradicional da região, esplanadas<sup>757</sup>, carrosséis, actividades ligadas ao rio Arade (passeios de barco, almoços e jantares também em transportes fluviais e marítimos, desportos náuticos) e ainda inúmeros pontos de comércio (de vários tipos). A sua importância prende-se com tal dinamismo, sendo o principal centro de turismo familiar da cidade. Quem não procura essencialmente o modelo “sol e mar”, tem tendência a transitar nesta área<sup>758</sup>. É também um local de grande concentração de turistas séniores que procuram espaços mais calmos (do que as praias muito congestionadas). Reitera-se que esta área que era pautada por um ritmo (mais) tranquilo, outrora um centro fundamentalmente piscatório, representando em primeira instância a zona histórica da cidade, também se converteu à luz dos factos, num centro turístico dentro de uma cidade turística.

Tornou-se portanto, num local relevante para a investigação, não só pelo forte teor turístico, mas também por ser frequentado por autóctones de idades avançadas, e de pescadores que reprovam as novas imposições naquele que foi outrora, o seu espaço. Assim, representou um ponto chave na realização das sessões de observação e distribuição de inquéritos<sup>759</sup>. Na figura 45, a área a vermelho engloba o passeio pedestre (junto à água), a zona das esplanadas (evidenciadas a azul e rosa), o comércio e restauração (assinaladas a cor de rosa), e estabelecimentos de comércio de gelados (apontados a azul), praça de eventos<sup>760</sup> (destacado a lilás), bancas de produtos e carrosséis<sup>761</sup> (local da roda gigante a amarelo; a verde, espaço para outras diversões e estabelecimento de tendas com vistoria à venda de produtos diversificados, de artesanato, natureza têxtil, entre outros).

---

<sup>757</sup> Afere-se aqui a importância da emblemática “casa inglesa” um dos espaços/núcleos turísticos mais antigos da cidade, tendo etimologicamente ganho o nome devido à importância que o turismo acarreta e pelo elevado número de turistas estrangeiros que frequentam o local.

<sup>758</sup> Assim como aqueles que procuram, fundamentalmente, o sol e mar.

<sup>759</sup> Metodologias apresentadas e explicadas ao pormenor no capítulo seguinte, onde é, inicialmente, facultado um enquadramento geral acerca das ferramentas de análise seleccionadas, e uma explicação mais pormenorizada junto da exposição dos resultados empíricos obtidos com cada um desses métodos de investigação.

<sup>760</sup> Onde se realiza, habitualmente, o festival da sardinha.

<sup>761</sup> Elementos não visíveis, pois a sua montagem, por regra, é efectuada aquando da chegada da época balnear, sendo o fotograma do mês de Novembro, actual. Mais se adita que no ano de 2020, os ora elementos referidos não foram estabelecidos devido à pandemia Covid- 19, e os seus efeitos negativos na esfera turística.



**Figura 45-** Ortofotomapa da área (Zona<sup>762</sup>) Ribeirinha de Portimão.

Fonte: googlearth, Sig Escala Escala 1: 50 m.

No encadeamento da exposição gráfica desta área, face à impossibilidade de ilustrar em detalhe alguns dos elementos referidos, faz-se recurso à figura 46, que demonstra a presença da roda gigante, tendas e carrosséis, habitualmente presentes no espaço em questão. As imagens remontam aos pretéritos anos de 2016 (46-A) e de 2019 (46-B), esboçando-se, na primeira demonstração gráfica, a estrutura do espaço (no período diurno), e na segunda, a afluência de pessoas ao mesmo (durante a noite).



**Figura 46-** (A-lado direito; B- lado esquerdo) Roda gigante, tendas e espaços de diversão da Zona Ribeirinha de Portimão, estabelecidos na época balnear.

Fonte- google images, 2020<sup>763</sup>.

<sup>762</sup> Apesar de, geograficamente, se tratar de uma área, o nome do lugar, propriamente dito, é de facto, “Zona Ribeirinha”, assim conhecida pelos populares.

<sup>763</sup> Não se plasmam aqui, fotografias do investigador, dado que estes elementos (roda gigante, tendas e carrosséis), não foram estabelecidos recentemente (em 2020) devido à pandemia Covid- 19. De acordo

Relativamente a focos de interesse que polarizem todo o tipo de actores sociais (autóctones e turistas de vários grupos e classes), seleccionaram-se 2 superfícies comerciais que constituem as 2 maiores áreas de comércio da cidade, os hipermercados “continente” e “Aqua”.

Na figura 47 pode-se observar a zona correspondente à entidade Continente (a vermelho) que se insere numa área de actividades comerciais mais amplas, estando geograficamente localizado junto de um supermercado, *Lidl* (destacado a azul), outro da franquia *Aldi* (contornado a verde), e um restaurante *McDonald's* (evidenciado a amarelo). Esta fracção do território é de extrema importância na época balnear, tanto pelo congestionamento que sofre (nas vias de acesso e no interior dos estabelecimentos), como pelas interacções e cruzamentos que se registam entre grupos e indivíduos distintos. Ao longo dos anos, os moradores locais têm vindo a condenar estes espaços, apelidados de novas “dinâmicas de consumo” como fonte de angústia, dado que os turistas fazem compras e uso dos serviços nestes espaços (de grandes empresas) em detrimento dos negócios locais (mais caros e inflacionados pelo turismo), o que representa apenas pontos negativos: o território fica ocupado/congestionado e o proveito é nulo, não havendo estímulo da economia para os moradores empreendedores.



**Figura 47-** Área comercial paralela à avenida V6 (n124) e Avenida Miguel Bombarda.

Fonte: googlearth, Sig, Escala: 1: 30m.

---

com a natureza dinâmica de realização do presente trabalho, e do aprimoramento e revisitação de secções, não terá sido realizado um registo visual do mesmo no período em que as infra-estruturas expostas se encontravam presentes.

À semelhança do ponto anterior, postula-se que o actual núcleo comercial da cidade emergiu no seio de uma área previamente habitacional. O hipermercado “Aqua” (destacado a vermelho) surgiu como resposta ao congestionamento que surgia junto do Continente, tornando o território bipolarizado em termos de serviços atinentes a práticas comerciais (de todo o tipo).

A densidade populacional eleva-se tanto nas estações quentes que a par da construção deste centro, pode observar-se na figura 48, a presença de um *retail park* (a azul) e de um restaurante de *fast food* (a verde) para responder às avultadas remessas de pessoas. Nos arredores, encontra-se ainda um segundo estabelecimento comercial (com contornos a cor de laranja), um supermercado (apresentado a lilás) e outros serviços do género (a amarelo- centro comercial; a rosa, espaços de venda destinados a artigos de bricolage e desporto; a castanho mais uma superfície repleta de serviços e lojas de várias índoles), operando estes elementos como um testemunho da urbanização radical que se tem vindo a inferir na cidade, motivada estritamente pelo turismo, servindo de prevenção para as épocas altas. Como resultado, esta zona outrora calma, caracterizada por se situar numa área intermédia entre as principais saídas da cidade, congestionam-se deliberadamente<sup>764</sup>.



**Figura 48-** Área da Boavista com destaque para um Hipermercado/*shopping center* (a vermelho), para o *retail Park* de *Portimão* (a azul) e serviços e espaços comerciais circundantes (a amarelo, verde, roxo, cor de rosa, preto e laranja).

Fonte: googleearth, 2020, Escala 1: 40m.

<sup>764</sup> Aumentou-se a capacidade física do território para satisfazer necessidades comerciais, mas as alterações de redes de acesso a si adjacentes foram insuficientes.

Terminando, sublinha-se que a exposição das características e importância destes locais servem de base à justificação da escolha das ferramentas que constituem a metodologia de investigação. Assim sendo, procede-se na secção seguinte à explanação dos pressupostos base da investigação de campo, detalhando objectivos, metodologias de investigação, e as hipóteses formuladas.

---

## ***CAPÍTULO V***

*“Apresentação da Metodologia e resultados da  
Investigação”*

## **5.1- Metodologia de investigação**

As metodologias de investigação representam um dos pontos basilares para a operacionalização do estudo, determinando *à priori*, a qualidade e quantidade dos dados recolhidos, são portanto, o alicerce do mesmo. Deste modo, os procedimentos metodológicos adoptados para a realização da presente tese apoiaram-se num conjunto de técnicas: a leitura e revisão bibliográfica, a análise documental, a observação, a aplicação de inquéritos, a realização de entrevistas e a efectivação de uma reunião com o gestor territorial da área de estudo (representante da CMP, a chefe do gabinete de ordenamento do território), visando um debate (e *brainstorming*) de ideias, que assentou, em última instância, numa entrevista não estruturada (livre, em que foram colocadas cerca de 20 questões espontâneas sem recurso a qualquer guião). Na presente secção, inicialmente, estas ferramentas são referidas/apresentadas de forma sucinta, sendo aprofundadas mais adiante, (ainda no corpo deste capítulo 5), onde são detalhados os dados empíricos da investigação<sup>765</sup>.

A selecção, não de uma, mas de várias ferramentas analíticas, permite recolher uma grande variedade de dados, dotando os resultados de investigação de uma maior coerência, visto que os instrumentos propostos se complementam, permitindo identificar tendências, ou a falta de sinergia entre as diferentes informações recolhidas.

As abordagens propostas destinam-se ao grupo-alvo identificado para o estudo, os autóctones da cidade de Portimão, procurando estabelecer uma análise objectiva da sua percepção face às problemáticas em escrutínio, tendo em atenção uma aplicação estatisticamente balizada que envolva classes etárias distintas e indivíduos de ambos os sexos/géneros (recorrendo-se, neste registo, a uma amostra por conveniência). A confluência e variedade de testemunhos origina um processo analítico de perspectivas e interpretações distintas dos fenómenos, englobando quase todas as facetas e componentes de uma realidade que contrasta com a simples tentativa de resumi-los a regularidades e comportamentos previsíveis (Oliveira, 2005). Assim, a percepção de trajectórias dos agentes envolvidos, traça os contornos da realidade, potenciando o conhecimento dos factos, e o porquê da sua existência, não esquecendo que:

---

<sup>765</sup> O destaque será dado aos inquéritos, à observação e às entrevistas, uma vez que a pesquisa documental e a revisão bibliográfica tiveram maior significância na elaboração da componente teórica do trabalho, apesar de se manterem expressivas em todas as secções, às quais concedem contributos contínuos.

O processo de pesquisa, então, não representa uma clara sequência de procedimentos fragmentados que seguem um padrão, mas uma desordenada e complexa interacção entre os mundos conceptual e empírico, em que a dedução e a indução ocorrem a um mesmo tempo (Rey, 2002, p. 73).

Em fase de pós-pesquisa, o tratamento e análise quantitativa dos dados recolhidos, foi feito com recurso ao *software* de tratamento estatístico SPSS (versão 20).

### **Questão de partida**

Iniciando a exposição detalhada dos alicerces da investigação, faz sentido relembrar a questão de partida, apresentada no início do trabalho, que se traduz em: Existem dinâmicas de desterritorialização e de conflito impostas pelo turismo na cidade de Portimão?. Com base nesta interrogação podem configurar-se vários objectivos a atingir, definindo qual o mais importante, e quais os secundários<sup>766</sup>.

### **Objectivos<sup>767</sup>**

De acordo com as dimensões do estudo, afirma-se necessário um delineamento pragmático dos objectivos da investigação, enaltecendo a importância e carácter abrangente do *objectivo central*, assim como os focos de análise secundários, os *objectivos específicos*.

### **Geral**

-Analisar os processos e dinâmicas de *territorialização* e *desterritorialização* impostos pelo turismo em Portimão, evidenciando potenciais conflitos e relações entre turistas e autóctones;

### **Específicos**

-Evidenciar as transformações físicas e sociais implementadas pelo turismo na área de estudo;

---

<sup>766</sup> Também importantes, mas que não incorporam o ponto fundamental da questão de partida, actuando como factores que permitem robustecer a investigação, os seus resultados e a natureza dos fenómenos.

<sup>767</sup> Ulteriormente, no ponto 6.3, consuma-se uma análise com o fito de verificar se todos os objectivos foram cumpridos.

- Estabelecer uma análise comparativa entre *territorialidades* e capitais de mobilidade distintos, avaliando o grau de permeabilidade do(s) espaço(s), mediante a facilidade de acesso(s) e saída(s) do(s) mesmo(s);
- Abordar a natureza transformadora do turismo e qual o seu impacto na economia, vivências e espaço físico da cidade de Portimão;
- Enumerar as trajectórias, dinâmicas e alterações sócio-comportamentais de visitantes e autóctones;
- Explorar potenciais focos de conflito, através das dinâmicas de deslocação no espaço, de interacção social e de comportamentos;
- Demonstrar como a sobrelotação do espaço leva à escassez de recursos locais e condicionamento de serviços, influenciando vivências;

### **Hipóteses**<sup>768</sup>

A natureza prospectiva de um estudo académico pressupõe a necessidade de se procurar uma resposta científica para um determinado problema. Ao construir hipóteses explicativas que possam estar no cerne da problemática abordada, obtém-se uma pedra angular de coordenação de actividades, procurando-se validar ou excluir hipóteses através das metodologias analíticas de investigação científica e os resultados obtidos. De acordo com Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1992) a hipótese: *fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz que, a partir do momento em que ela é formulada, substitui nessa função a questão da pesquisa*. Usando como alicerce, esta orientação, deliniaram-se as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1-** Existe uma perda efectiva de controlo sobre o próprio espaço que condiciona a qualidade de vida e o quotidiano das comunidades locais, e é imposta pelos fenómenos de transformação do turismo;

**Hipótese 2-** A lógica de auto-sustentação urbana enraizada nas actividades turísticas potenciou a supressão das *territorialidades* dos autóctones;

**Hipótese 3-** As rupturas topofílicas e frentes de conflito derivam de dinâmicas territoriais essencialmente gentrificadoras e de reclusão territorial;

---

<sup>768</sup> No ponto 6.4 do trabalho encontra-se uma secção que esboça a validação ou invalidação das presentes hipóteses, as quais são elaboradas com base nos resultados da investigação.

**Hipótese 4-** O grau de permeabilidade<sup>769</sup> do território acentua as *multiterritorialidades* dos turistas e, por consequência, também as desigualdades sociais entre estes e os autóctones;

**Hipótese 5-** Os trajectos e versatilidade de actuação no espaço, acesso a serviços e costumes, são potenciados por factores sócio-económicos e culturais;

**Hipótese 6-** A cidade de Portimão encontra-se estruturada de modo a conceder uma experiência de acolhimento *premium* aos turistas em detrimento das comunidades locais;

**Hipótese 7-** A *gentrificação* imposta pelo turismo tem potenciado processos de *desterritorialização in e ex situ* e *reterritorialização* das populações autóctones;

Para testar as hipóteses formuladas<sup>770</sup> recorreu-se às metodologias já mencionadas, apresentando-se em detalhe, a sua essência e qual o seu contributo para a investigação. Sublinha-se, uma vez mais, que as ferramentas metodológicas enunciadas possuem um carácter complementar entre si, com o objectivo final de produzirem informação rica e detalhada.

### **Observação**

Como metodologia “base”, propõe-se a elaboração de múltiplas sessões de observação directa<sup>771</sup> dos grupos sociais<sup>772</sup> e locais chave supracitados para efectivação da investigação. A natureza interactiva da observação permite um contacto próximo com espaços de interesse das populações em estudo, ao mesmo tempo que permite perceber os interesses dos indivíduos. Neste âmbito, salienta-se que: *As observações sociológicas incidem sobre os comportamentos dos actores, na medida em que manifestam sistemas de relações sociais, bem como sobre fundamentos culturais e ideológicos que lhes subjazem.* (Quivy; Campenhoudt 1992: 23)

---

<sup>769</sup> Acesso a locais.

<sup>770</sup> Algumas das hipóteses formuladas poderiam, eventualmente, de forma cumulativa, confirmar-se (ou refutar-se), contudo, optou-se por definir um número mais extenso de possibilidades explicativas para, aquando da realização da validação ou invalidação das mesmas, produzir análises mais detalhadas, mais minuciosas, consoante a informação adquirida e tratada com a pesquisa empírica.

<sup>771</sup> Entende-se que esta opção metodológica é, uma ferramenta por vezes negligenciada na Geografia, não obstante, opera como complemento dos inquéritos e entrevistas o que permite solidificar a natureza das informações coligidas junto do público-alvo. Assim sendo, ulteriormente, no ponto 5.2 proceder-se-á a uma explanação detalhada dos contornos da utilização desta metodologia no presente estudo.

<sup>772</sup> Neste âmbito, não se observam só os autóctones, mas também os turistas, de forma a estabelecer uma análise comparativa de comportamentos e posturas, e estudar a natureza da sua relação.

Nesta óptica, prestou-se uma atenção minuciosa aos elementos mencionados ao longo do corpo do trabalho, e presentes no âmago das hipóteses de pesquisa, de modo a analisar o poder económico, o acesso aos serviços, o grau de permeabilidade nos espaços, a natureza das *territorialidades*, e quem são as “vítimas” e “elites” dos espaços gentrificados<sup>773</sup>. Para tornar as sessões mais produtivas foi elaborado um guião (constante da secção dos anexos- número “I”) com referenciais específicos sobre o que procurar, assim como uma esquematização cronológica das mesmas<sup>774</sup>, esta plasmada no corpo do trabalho.

### **Inquéritos**

O recurso aos inquéritos por questionário representa um ponto fulcral na recolha de informação, que se consuma através da quantificação objectiva de dados do público-alvo. Funcionam, de forma basilar, como a pedra angular de orientação do estudo<sup>775</sup>. Torna-se pertinente a sua aplicação a uma população-alvo, dado que possibilitam fazer uma análise relativa às percepções que estes têm, no que concerne às questões de conflito, de *desterritorialização*, das actividades turísticas e económicas, de sobrelotação do espaço, da escassez de recursos, das transformações sócio-espaciais e de processos adjacentes<sup>776</sup>. É possível, assim, obter informação objectiva quanto à percepção das pessoas sobre a problemática em causa.

Quanto à natureza da população-alvo, foram abordados indivíduos de todas as faixas etárias (selecção feita por interesse ou conveniência), de modo a obter dados relevantes que permitam avaliar dinâmicas de actuação turística e não turística, assim como o grau de satisfação para com a realidade vivida, se é positiva ou negativa. A essência passa por abordar as problemáticas uma a uma: perceber se existe a percepção de *desterritorialização*, qual a postura dos habitantes locais acerca da *turistificação*, qual a percepção acerca das *territorialidades* e *multiterritorialidades* e analisar a

---

<sup>773</sup> Para analisar esta dinâmica seriam essenciais entrevistas na área do imobiliário, opção que não foi tomada, contudo, mediante as ferramentas empregadas, recolheram-se indícios da sua presença, de acordo com aquilo que é a percepção do público-alvo.

<sup>774</sup> Detalhando datas, duração temporal das mesmas, quais os locais de observação, e quais os grupos e/ou autores observados.

<sup>775</sup> Pelo volume de informação que produzem, transversal a todos os indivíduos definidos para a amostra. Os passos e particularidades que levaram à definição da amostra (e à sua escolha), assim como ao método de recolha seleccionado, encontram-se detalhados no posterior ponto 5.4 e nas suas subsecções (em detalhe, na 5.4.2 e na 5.4.3).

<sup>776</sup> Possível *gentrificação* e levantamento de muros (os quais podem ser em sentido figurado, revestindo barreiras de acesso, lugares onde não se entra).

interacção entre grupos, feita com recurso à comparação de respostas que permitam equacionar motivações pessoais.

Relativamente à tipologia das amostras, podem definir-se duas metodologias de análise, as *amostragens probabilísticas* e *não probabilísticas*.

O primeiro tipo enceta várias técnicas, a *amostra aleatória simples* (em que todos os elementos da amostra ou população têm a mesma probabilidade de ser escolhidos), a *amostra estratificada* (prevê a sub-divisão da amostra em sub-grupos), a *amostra sistemática* (usada, fulcralmente, para estudar indivíduos a longo prazo) e a *amostra por clusters* (ou conglomerados, que permite agrupar indivíduos, representando a população total face à característica que se procura medir).

Já no que diz respeito à *amostragem não probabilística*, definem-se como sub-tipos, a *amostra por conveniência* (onde se procura seleccionar uma amostra que seja acessível), a *amostra por quotas* (técnica faseada que prevê a definição de grupos, que representam uma quota parte da amostra total, formulados, por regra em função de algumas características, como sexo e idade) e a *amostra por bola de neve* (onde participantes da amostra inicial que integram o estudo nomeiam o próximo participante).

Em bom rigor, o método que comporta maior validade científica prende-se com a implementação de técnicas de *amostragem probabilísticas*, com as quais é possível demonstrar a representatividade da amostra através da estimação de graus de confiança, permitindo elaborar generalizações relativas à população total. Contudo, de acordo com Ochoa (2015) o seu nível de rigor exige que, sejam cumpridos sem qualquer falha possível os seguintes requisitos:

(1) *todos os elementos da minha população apresentam uma probabilidade maior que zero para ser seleccionados na amostra;* (2) *Conhecer precisamente a probabilidade para cada elemento, também chamado de probabilidade de inclusão.*

Neste âmbito, torna-se necessário, recorrer a um marco amostral<sup>777</sup> fidedigno, que apresente dados precisos acerca de todos os membros da população, ferramenta basilar que deve ajudar o investigador a implementar técnicas rigorosas que façam com

---

<sup>777</sup> *Um marco amostral é uma lista de elementos que compõe o universo que queremos estudar e também representa de onde a amostra é retirada. Os elementos pesquisados podem ser indivíduos, mas também podem ser lares familiares, instituições ou qualquer outro segmento que possa ser pesquisado. Cada um desses elementos presentes no marco amostral é conhecido como unidade de amostragem* (Ochoa, 2015).

que todos os elementos da amostra tenham a mesma probabilidade de ser escolhidos. Ora estes critérios, levantam sérios desafios à investigação, distanciando-se de uma hipótese realista de desenvolver o próprio estudo, realidade que define que, tendencialmente, as análises de impacto do turismo, se realizam com recurso a *amostragens não probabilísticas* (Martins, 2017).

Por consequência, uma *amostragem probabilística* levantaria entraves à investigação, em primeira instância, porque seria necessário existir uma base de sondagem que permitisse que qualquer elemento da população alvo tivesse uma hipótese de ser escolhido, sendo portanto, imprescindível o investigador ter acesso a todos os elementos da mesma no momento de seleção da amostra<sup>778</sup> (Vicente, 2012), e, em segundo lugar, devido à implicação de maiores custos, recursos e tempo<sup>779</sup> (todos eles limitados).

Deste modo, optou-se por uma *amostragem não probabilística por conveniência*, que permite uma recolha rápida de informação de acordo com os parâmetros preconizados pelo investigador, devendo respeitar-se três critérios, nomeadamente: a amostra ter uma dimensão considerável<sup>780</sup>, ser heterogénea, e os seus constituintes possuírem traços da população que se afigurem relevantes para o estudo (Vicente, 2012). Na mesma perspectiva, Churchill (1998: 301), concede validade aos resultados conseguidos com este tipo de análise *não probabilística por conveniência*, estando ciente das suas limitações face aos métodos probabilísticos, defendendo no entanto, que a amostra poderá oferecer as contribuições solicitadas, atendendo à avaliação do investigador.

Assim, face ao exposto, a amostra será *não probabilística*, elaborada por *conveniência* (ou interesse), na qual se fará a distribuição de questionários em pontos chave da cidade de Portimão, pautados por grande afluência de pessoas (sendo respondidos na presença do investigador ou dos distribuidores destacados para o efeito<sup>781</sup>). Atente-se que, neste tipo de método, os participantes são escolhidos por se encontrarem, no momento da abordagem, disponíveis para participar no estudo (Babbie,

---

<sup>778</sup> Algo inviável dada a sua dimensão, a extensão do território e as características específicas da própria amostra.

<sup>779</sup> A investigação está, *a priori*, balizada por um período recomendado de 3 anos, tendo assim, sido orientada desde a sua génese, facto que congrega uma linha temporal estreita.

<sup>780</sup> O critério é o seguinte: a dimensão tem de ser grande o suficiente, em termos de volume, para ser representativa da população/universo em estudo (em função do número total desta/e).

<sup>781</sup> Logo, representantes do Investigador.

2009), sendo interpelados espontaneamente na rua, nos locais de trabalho, em locais de lazer, entre outros, não se recorrendo a técnicas e parâmetros rígidos, previamente balizados. Essa distribuição recairá apenas sobre uma pequena parte da população (500 indivíduos<sup>782</sup>), sendo os inquéritos distribuídos ao longo de todas as estações que compõem o ano civil (em concreto, prolongou-se por 20 meses, de 01 de janeiro de 2017 a 31 de agosto de 2018<sup>783</sup>, sem interrupções), dado que o público-alvo são os autóctones (questionários presentes na secção dos Anexos- IV).

Ainda no que tange à recolha de informação, levou-se em conta, a dinâmica de distribuir questionários a elementos com características variadas, em função de variáveis qualitativas (sexo, idade), e dado que se trata de uma *amostragem não probabilística por interesse/conveniência*, não se implementam quaisquer técnicas específicas de teor prático, como por exemplo, tabelas de números aleatórios<sup>784</sup>.

### **Entrevistas**<sup>785</sup>

De âmbito qualitativo, recorreu-se às entrevistas. Estas permitem ao investigador retirar informação e formular elementos de reflexão mais ricos (quando comparados com os dados provenientes dos inquéritos), detalhados, e de acordo com vivências pessoais específicas, sobre a temática em causa.

A entrevista acarreta consigo uma grande vantagem, uma vez que, revela ao investigador determinados aspectos do fenómeno em estudo, que poderiam não ter sido procurados inicialmente, completando, assim, as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras e metodologias heterodoxas. Neste caso, far-se-á uso de entrevistas estruturadas, pautadas pela presença de perguntas abertas e fechadas. Esta ambiguidade, suscita a

---

<sup>782</sup> A justificação para selecção da dimensão amostral detalhada encontra-se explanada mais adiante. Destarte, pode avançar-se que foram utilizados elementos de referência standardizados para a realização de estudos estatísticos em função da dimensão total das populações, assim como se recorreu a plataformas *on-line* de cálculo de números idílicos a utilizar para este efeito, tendo em conta os números da demografia de Portimão de acordo com os dados dos censos de 2011 (portanto, na ordem dos 55 614 habitantes). Foi ainda tida em conta a proporção de indivíduos por km<sup>2</sup> na freguesia de Portimão, local onde se aplicaram maior parte das metodologias para definir, de forma mais precisa, o número amostral a adoptar.

<sup>783</sup> Conforme exarado no cronograma plasmado num dos pontos iniciais do trabalho, em concreto, na secção “Etapas da Investigação”.

<sup>784</sup> Características dos métodos probabilísticos.

<sup>785</sup> No que concerne ao tratamento das entrevistas, o método escolhido, será explicado na secção de detalhe adstrita a esta metodologia (mais adiante), composta por uma primeira parte explanatória, e um segundo ponto de exposição de resultados, complementado por análise dos dados recolhidos, pautada por avaliações comparativas e reflexões de balanço. Porém, de forma sucinta, pode-se avançar que o método elencado, se funda na análise de conteúdo directo, operando de forma semelhante à *grounded theory* (também clarificada na referida secção com recurso a notas explicativas).

vantagem de obter informação chave procurada pela óptica do investigador, pré-definida, como possibilita a manifestação de autonomia de ideias, conferindo fluxos mais ricos de informação, ou seja, permite questionar indivíduos, segundo os objectivos do estudo, no entanto, dá sempre lugar a outras questões que surjam, onde os entrevistados possam manifestar abertamente as suas opiniões.

As entrevistas<sup>786</sup> foram aplicadas a elementos chave da efectivação da actividade turística na cidade, em detalhe, aos representantes (trabalhadores e donos) de entidades privadas que lucram com o turismo (que conhecem bem as suas dinâmicas no território), e a uma figura pública que tem verbalizado publicamente, nas redes sociais e *youtube*, as suas opiniões acerca do turismo em Portimão. Estas escolhas (explanadas em detalhe, aquando da exposição do conteúdo e análise das entrevistas, mais adiante, no presente capítulo), fizeram sentido para demonstrar como as posturas de diferentes *stakeholders* poderão divergir ou convergir, apesar das diferenças que os caracterizam, da actividade que desempenham, do poder que têm no desenrolar das práticas turísticas, ou do benefício que retiram (ou podem retirar) do fenómeno<sup>787</sup>.

O rol de questões é transversal a todas as problemáticas identificadas no estudo, procurando-se estabelecer análises comparativas entre testemunhos, e por consequência, desenhar posturas de aprovação ou rejeição do turismo. Estipula-se portanto, a realização de 5 entrevistas, um número pequeno que possibilita recolher grande quantidade de informação<sup>788</sup> (assumindo-se claro, que existe sempre o risco de ficarem potenciais entrevistas relevantes por realizar<sup>789</sup>, não obstante, foi este o critério escolhido pelo investigador<sup>790</sup>), uma vez que existe a possibilidade dos entrevistados manifestarem opiniões pessoais, e de explicar o porquê dessas posturas.

Esta ferramenta metodológica confere ao investigador uma maior proximidade ao agente que faculta a informação, não se cingindo ao balizamento imposto pelos questionários. Ora apesar de existir um guião, existirão sempre tópicos e pensamentos

---

<sup>786</sup> O número de entrevistas realizadas encontra-se exarado adiante. No que tange ao seu formato, foram inicialmente gravadas (aquando da sua realização) e, posteriormente transcritas (a partir da referida gravação), conteúdo plasmado em anexo III (na secção ulterior ao capítulo das referências bibliográficas).

<sup>787</sup> A nível económico ou de outras naturezas.

<sup>788</sup> Os entrevistados são ainda, quase todos de naturalidade portimonense, conhecendo bem as dimensões em análise no presente estudo, pelo que os seus testemunhos serão sempre baseados na sua experiência, não só profissional actual (ligada ao turismo), como pessoal, pautada desde sempre, pelo contacto com o turismo na cidade de Portimão.

<sup>789</sup> A outros *stakeholders* com interesse para o estudo.

<sup>790</sup> Que prontamente se explica e justifica.

que surgirão fora do acervo de questões, sendo também analisada a postura (física e emocional) da pessoa questionada, permitindo, perceber dentro do possível, o estado de espírito com que o indivíduo transmite a informação (se aparenta estar tranquilo, entusiasmado, incomodado com os tópicos abordados, relaxado, entre outros). Daqui retiram-se indícios da veracidade das afirmações, que conjugados com o nível de detalhe presente nas respostas permitem compilar grande quantidade de informação, servindo as entrevistas, de complemento qualitativo aos resultados produzidos pelos questionários (aplicados numa escala muito mais vasta).

### **Reunião com o gestor territorial**

Perante a natureza do estudo, afigurou-se relevante, perceber qual a posição deste *stakeholder* face às problemáticas em análise, pelo que se promoveu uma reunião (com *brainstorming* de ideias e realização de 1 entrevista não estruturada) com o gabinete de ordenamento do território da CMP. Este género de dinâmicas são bastante profícuas, permitindo ao investigador recolher informação tratada (e oficial) que assenta em dados que só a entidade CMP possui, tal como concede a possibilidade de aferir qual a postura da instituição perante o turismo e os fenómenos a si associados (e qual o seu grau de envolvimento nos mesmos). Esta metodologia abre ainda, a hipótese de o investigador, recolher informação “livre”, relevante que surja no decorrer do diálogo, passível de ser plasmada no corpo do trabalho.

### **Disposição de detalhes das metodologias**

O presente ponto serve para atentar que, apesar da apresentação e explanação das escolhas metodológicas que compõem o presente capítulo, optou-se também, por detalhar de forma mais pormenorizada os contornos de cada ferramenta, junto dos dados e do trabalho empírico em si. Esta opção prende-se com a finalidade de facilitar a inteligibilidade do trabalho, contextualizando cada etapa realizada, exibindo as suas condicionantes e as posturas, acções e decisões tomadas pelo investigador. Assim, a cada exposição de resultados obtidos é aposto um enquadramento prévio que justifica cada etapa empírica e como foi feito o tratamento de dados.

### **Contributos para futuros estudos**

Recorrendo a toda a base teórica apresentada no presente trabalho, constata-se que a complexidade pós-modernista estrutura vivências, levadas a cabo por elementos

precursores do desenvolvimento sócio-económico. O turismo é um desses bastiões de re-estruturação, que comprime (numa lógica de concentração<sup>791</sup>) e usufrui do território. Torna-se necessário avaliar quais as consequências negativas que daí surgem a longo prazo, prestando centralidade às comunidades locais, aos elementos subjectivos do espaço físico. Assim, a análise proposta presta a *blueprint* de como este fenómeno se materializa em Portugal, numa região competitiva como o Algarve. O diagnóstico obtido permitirá avaliar a expressão da *desterritorialização* à escala local, atestando que a perda de controlo do território é o reflexo de processos históricos de desenvolvimento sócio-cultural, urbano e económico, mas também da emergência de fenómenos que “assimilam” todas essas esferas por intermédio da sua força.

Permitirá também ilustrar o posicionamento, individual e colectivo, acerca das restantes problemáticas (*gentrificação, turistificação*), surtindo noções práticas do que é a *capacidade de carga turística*, que se efectiva com expressão no território e na sociedade, mas permitirá, sobretudo, ouvir as populações autóctones que podem receber estranhos no seu espaço e que poderão vir a ser ofuscadas pela sua presença. Também o contributo puramente científico, de influenciar futuros trabalhos, e futuros estudantes/investigadores a aprofundar o tema, ou a resolver problemáticas semelhantes, assume centralidade.

O presente estudo pretende ainda, conceder visibilidade às questões de conflito (que poderão existir ou não), que por norma, mesmo não sendo evidentes, poderão ser fonte de frustração, depressão e inércia, de entrave a vivências plenas, permitindo dar voz a quem poderá sentir que perde território<sup>792</sup>. Um problema trazido sistematicamente à ribalta pelo senso comum, poderá assim, ser testado à luz da investigação científica.

Por fim, procura-se enaltecer que o cariz sócio-geográfico estabelece uma ponte que esbate a linha ténue de análises científicas de comportamentos e dinâmicas humanas, aproximando a Sociologia da Geografia, com o contributo de várias áreas do conhecimento.

---

<sup>791</sup> Que avoca para si grande atenção e centraliza actividades e actores (endógenos e exógenos), tornando-se um marco definidor dos territórios, influenciando-os nas suas características, dinâmicas e finalidades.

<sup>792</sup> A perda efectiva ou sentimento de perda, tal como as questões de conflito, podem ou não existir, não sendo um dado adquirido, pelo que, nesta fase do trabalho, se tratam apenas de hipóteses por comprovar. As hipóteses serão confirmadas ou infirmadas após o tratamento dos dados obtidos com as metodologias de investigação.

## Potenciais limitações do estudo

De modo a sustentar uma perspectiva analítica da realidade que se propõe estudar, afirma-se como imperativo esboçar as potenciais limitações do estudo, criando mecanismos de auto-regulação e limitação individual no que diz respeito às metodologias a empregar e como empregá-las.

Como primeira limitação, salienta-se, derivado da natureza do estudo e da área geográfica em análise, que a escala de trabalho será reduzida, incidindo em 3 ou 4 pontos chave da cidade de Portimão, ou seja, aqueles que melhor ilustrem a interacção directa entre turistas e autóctones (na óptica de analisar frentes de conflito, proposta nos objectivos).

Outra limitação prende-se com o facto dos fluxos demográficos de natureza turística se afigurarem como pendulares, oscilando de forma desregulada, podendo colocar entraves à investigação, diminuindo abordagens ao público-alvo heterodoxas, através da homogeneização de actores sociais presentes no espaço<sup>793</sup>.

Num segundo patamar, e em contornos gerais, existem sempre limitações adstritas ao próprio método de recolha de informação. Por outro lado, poderiam ter sido seguidas outras metodologias, por exemplo, optar-se por separar aqueles indivíduos/*stakeholders*/agentes que retiram benefícios do turismo, daqueles que não retiram, e com base nessa divisão, criar dois universos que poderiam ser comparados: diga-se, a percepção dos que usufruem de vantagens, contraposta àqueles que não são beneficiados e que, no limite, poderão ser mais intolerantes com as externalidades do turismo.

Em terceira instância, no que concerne às metodologias de investigação propriamente ditas, enumera-se que: a observação poderá ser influenciada pela própria percepção (sempre limitada<sup>794</sup>) do investigador, e dos comportamentos e características dos agentes analisados, presentes nos locais de recolha de informação nos momentos em que realizam as sessões observacionais; os inquiridos incidirão sempre, e apenas, sobre uma amostra, que num território dotado de milhares de habitantes (cidade), nunca traduzirá em termos absolutos a postura da população na íntegra; as entrevistas

---

<sup>793</sup> Predominância avultada de turistas ingleses no Algarve e, em concreto, em Portimão.

<sup>794</sup> Enquanto ser humano dotado de limitações (em sentido amplo), apesar de, se almejar manter sempre a isenção e transparência totais.

padecerão da mesma limitação que as sessões de observação, podendo ser condicionadas pela perspectiva analítica do próprio investigador, tanto no que tange à formulação das questões relevantes, assim como na sua aplicação e execução, nomeadamente no sentido em que o interlocutor vai explorando, em tempo real, as respostas dos entrevistados; em termos de tratamento qualitativo, ainda nas entrevistas, poderia ter sido implementada outra tipologia de avaliação, como por exemplo, o método *delphi*<sup>795</sup> para facultar uma análise mais pormenorizada e cuidada dos conteúdos dos depoimentos (tudo isto poderá ser utilizado em trabalhos futuros, salientando-se contudo, que os métodos utilizados nesta tese são cientificamente válidos, os quais virão a preencher lacunas nos estudos que abordam o turismo, que são, no geral, mais optimistas e focados nos seus aspectos positivos);

Em termos de operacionalização da investigação em si, assume-se que poderiam ter sido tomados outros caminhos como: entrevistar mais agentes, ter aferido melhor o peso positivo do turismo na cidade, fazer análises distintas, balizar temporalmente as tarefas de campo de forma diferente, poder-se-ia ter analisado um segmento da população, ou dois, e depois compará-los (ex: idosos e jovens); também teria sido exequível fazer interpretações divergentes daquelas que foram feitas a partir dos resultados dos inquéritos. Contudo, é preciso delinear estratégias, segui-las e implementá-las. Neste registo, no presente trabalho esperam-se resultados interessantes (a ser exibidos adiante), podendo este, vir a prestar um contributo importante para a percepção das problemáticas em análise, sendo pautado também por alguma ousadia na forma como conjugou várias metodologias.

Por fim, reitera-se ainda, que o contacto directo e aplicação da metodologia de observação será estritamente efectuada nos meses de maior calor, junho, julho e agosto<sup>796</sup>, dado que esta época representa o grosso da ocupação turística no Algarve, proveniente do modelo “sol e mar”, o que acaba por balizar uma janela de actuação comportamental que se confina a uma pequena fracção do ano<sup>797</sup>.

---

<sup>795</sup> Modelo sequencial, faseado, com a finalidade de facilitar processos de tomada de decisão, que assenta na comparação de previsões entre grupos de especialistas e aquelas proferidas por conjuntos não estruturados de indivíduos (não especialistas) (Marques; Freitas, 2018).

<sup>796</sup> Em termos operacionais, poderiam ter-se tomado outros caminhos como entrevistar mais agentes, fazer análises distintas, balizar temporalmente as tarefas de campo de forma diferente, entre outras formas de actuar, todavia, é preciso delinear estratégias, segui-las e implementá-las (como referido anteriormente).

<sup>797</sup> Onde provavelmente, os ânimos e comportamentos poderão ser mais exacerbados.

## **5.2- Apresentação dos resultados da investigação**

Após a apresentação da metodologia, procede-se à exposição dos dados recolhidos depois da aplicação da mesma. Apresenta-se uma descrição minuciosa de cada passo metodológico, aplicação e situações particulares, culminando cada exposição com a elaboração de uma secção reflexiva acerca dos dados recolhidos, pautada por uma análise de como cada elemento responde ou não às problemáticas levantadas com os objectos de estudo (se há ou não *desterritorialização in situ*, se existe conflito entre turistas e autóctones, qual a percepção acerca da presença ou ausência de sobrelotação do espaço, e se as transformações e sobrecarga espacio-territorial, em caso de se registar a sua presença, condicionam vivências).

## **5.3- Observação**

No âmbito da metodologia de observação, foram elencadas 5 zonas chave da actividade turística na cidade de Portimão: a Avenida Tomás Cabreira, o areal da Praia da Rocha, a Zona<sup>798</sup> Ribeirinha, os centros comerciais (Aqua e Continente) e a Praia da Marina (rua dos bares e praia). Foram realizadas no total, 31 sessões de observação com uma duração de 3 horas cada, e em alguns casos específicos, de 1 hora e 30 minutos.

Em termos funcionais, as sessões de observação consistiram num acompanhamento próximo e directo (não participante<sup>799</sup>) de dinâmicas de interacção entre vários agentes sociais, com foco nos dois grupos distintos em estudo, autóctones e turistas. Este acompanhamento foi dinâmico dado que, em detalhe:

-A posição do observador foi, em locais de grande movimento, fixa, de modo a comparar comportamentos e tendências que se poderiam manter de dia para dia. No entanto, também foi móvel<sup>800</sup>, quando eram presenciados cenários de interesse, por exemplo, de algum conflito entre intervenientes, justificando-se nestes casos, promover alguma proximidade da situação para recolher

---

<sup>798</sup> Relembre-se que, aqui o termo “Zona”, é parte integrante do nome da área.

<sup>799</sup> Recorde-se que, apesar de pequenas interacções que são inevitáveis e que vão surgindo no decorrer da implementação desta metodologia, ela é, essencialmente não participante, focando-se na lógica de observar com maior distanciamento, ainda que o limite entre a participação e a não participação, possa ser, por vezes, ténue.

<sup>800</sup> Neste registo, atenta-se que na literatura vai emergindo o conceito de *metodologias móveis*, noção que prevê que: *...ao incorporar as mobilidades aos métodos de pesquisa, busca-se avançar na compreensão de alguns dos traços característicos da vida contemporânea...* (Büscher; Veloso, 2018).

informação acerca do teor da interacção, implicando, portanto, mobilidade por parte do investigador;

-Em termos de distanciamento, entre investigador e agentes sociais em estudo, primou-se sempre por ser adoptada uma posição de proximidade, de modo a recolher informações mais ricas e precisas, visando reter a intenção cabal dos comportamentos observados. Não obstante essa postura, dados os locais seleccionados para a observação e o elevado número de agentes observados, a distância também fez parte de algumas recolhas de informação, facto derivado do afastamento físico que alguns indivíduos tinham do investigador. Nesses casos concretos, optava-se por registar a caracterização sociográfica, o que faziam, quais os locais que frequentavam, qual a nacionalidade<sup>801</sup> e o estatuto económico, se estavam em família, com amigos<sup>802</sup> ou sozinhos, e qual a natureza das eventuais interacções sociais, através do cenário e linguagem corporal, dado não ser possível perceber a natureza das conversas mantidas;

-A observação foi, em contornos gerais, não participante, primando-se sempre por essa vertente metodológica, que apenas não se manteve em situações pontuais em que se registaram breves interacções com alguns indivíduos que abordaram o investigador por assuntos superficiais<sup>803</sup> (sendo pontualmente, realizadas comunicações de outra índole, nas quais terá sido o investigador a indagar algum funcionário de esplanada e de outros serviços acerca de alguns grupos de clientes, ou em que o próprio, também foi questionado por estar a tirar apontamentos);

-Toda a informação relevante foi registada em suporte de papel, sendo recolhida de acordo com um guião previamente desenvolvido, com orientações acerca do que procurar e que informações recolher (cf. Anexo I<sup>804</sup>). Com um teor mais

---

<sup>801</sup> Assumindo-se que nem sempre será fácil de deduzir com esta metodologia, radicanando-se as assunções na percepção do investigador, o qual, recolhe elementos empíricos como: traços comportamentais, uso de línguas estrangeiras, características físicas (cor da pele, cabelo, olhos, estatura), locais que são frequentados, dinâmicas de consumo de produtos, formas de estar, entre outros elementos. É intentada uma avaliação precisa (a qual em certos casos pode não ocorrer), e sempre que se verifiquem dúvidas quanto à nacionalidade (segregando entre indivíduos nacionais e estrangeiros em sentido amplo), não se retiram conclusões acerca desses casos concretos.

<sup>802</sup> Ao tentar identificar estas situações, recorre-se à mesma lógica aplicada na identificação da nacionalidade dos agentes observados, recém explanada- ver nota anterior.

<sup>803</sup> Perguntar as horas, pedir informações, solicitar direcções.

<sup>804</sup> Que constam da secção de anexos, situada após o espaço destinado à bibliografia, no final do estudo.

sucinto, encontram-se mais algumas orientações infra acerca das características que se procurou avaliar, e quais as razões para tal;

Com efeito, para melhor compreender as posições, objectivos e finalidades dos autóctones e turistas e qual a sua relação, procurou-se registar comportamentos, actividades e interacções observadas. Estes registos foram extremamente importantes dado que: *Os métodos de observação directa captam comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho* (Quivy; Campenhoudt, 1992:23), o que torna a autenticidade dos actos experienciável directamente pelo investigador, ilustrando sem equívocos a natureza das acções<sup>805</sup>.

O processo foi elaborado com a finalidade de ser o mais minucioso possível e recolher o maior número de informação relevante, tendo em conta várias características sociais, como diferenças de género, idade, características físicas, comportamentos nos estabelecimentos, comportamentos na rua, assim como o estatuto sócio-económico, e classe<sup>806</sup>. Com base na identificação de tais características, tornou-se possível identificar a que grupo-alvo os indivíduos pertenciam (turistas nacionais, turistas estrangeiros e autóctones), e assim perceber a extensão das suas *territorialidades*, as suas dinâmicas de consumo, de frequência de serviços, práticas, actividades e afins. Sublinha-se aqui, que a observação inserida nas técnicas de investigação não documentais, permite detalhar quais os elementos pré-definidos a avaliar, perspectivando uma análise global e intensiva do objecto de estudo (Almeida; Pinto, 1975). Subscreve-se ainda, que as sessões de observação se dividiram em 2 grupos distintos, sessões diurnas e sessões nocturnas.

Esta divisão prende-se com a heterogeneidade funcional dos espaços observados, dado que de dia possuem uma função diferente da função prevista para a noite<sup>807</sup>. As sessões nocturnas realizadas foram em menor número que as diurnas, com excepção da Avenida Tomás Cabreira na Praia da Rocha (área muito frequentada tanto

---

<sup>805</sup> Não obstante a escolha desta posição, assume-se que, de facto, estas questões podem ser entendidas como sendo mais metodológicas do que de conteúdo.

<sup>806</sup> Analisados em função dos estabelecimentos frequentados, dos tipos de roupa, e das dinâmicas de consumo em estabelecimentos.

<sup>807</sup> Durante o dia, tendencialmente, destinadas a actividades práticas ligadas à praia, almoços e frequência de esplanadas; à noite- a passeios familiares, entre amigos e, por norma, ligados às tradicionais actividades lúdicas de cariz nocturno, como frequência de bares e discotecas.

de dia como de noite), devido à questão da taxa de ocupação dos locais, que durante a noite se torna substancialmente mais baixa.

Nesta esteira, foi elaborado um cronograma das sessões de observação a realizar, repartindo todas as sessões pelo mês de agosto<sup>808</sup>, o epítomo da ocupação turística na área. Em cada local, as sessões foram realizadas com uma semana de intervalo, de modo a observar diferentes pessoas, grupos de indivíduos, a taxa de ocupação dos locais (sobretudo espaços públicos) e estabelecimentos, quais os grupos que efectuaram os mesmos trajectos, qual a proporção de autóctones e de turistas, e em última instância, quais os níveis de tolerância entre grupos. Atenta-se que, de facto, esta metodologia possibilita relevar dinâmicas pouco reflectidas nas informações estatísticas oficiais, concedendo ao investigador percepções mais precisas<sup>809</sup> daquilo que são os contornos reais de actuação nos espaços propriamente ditos.

Ilustrando tais factos, ulteriormente, apresentam-se em detalhe, as especificidades de cada caso observado. A informação recolhida foi vertida em 5 pontos: o primeiro descritivo, sobre o plano (o que observar) e local de observação na respectiva zona (posição geográfica das sessões); o segundo, sobre elementos que esboçaram sinais de conflito e descontentamento entre os actores sociais analisados; o terceiro, relativo aos graus de acesso e territorialidades percebidas; o quarto, correspondente à presença de fenómenos de desterritorialização *in situ*; Por fim, para todas as zonas foi elaborado um pequeno quadro comparativo entre traços, actividades e dinâmicas caracterizadoras dos autóctones e turistas (com distinção evidente entre ambos).

No âmbito do segundo ponto, o critério de análise de conflito prendeu-se com o número de interacções registadas que fossem de natureza tensa (através do teor de conversas e posturas agressivas, mas que nunca extravasam o limite de ofender o outro ou de interferir na sua esfera de liberdade pessoal) e de conflito efectivo (físico, de ameaças verbais, insultos, de intimidação, ou de manifestação de desagrado perceptível, em que a pessoa alvo desse sentimento perceba, sem equívocos o teor negativo que a ela se dirige) pelo que se desenvolveu a seguinte escala:

- Inexistente- não foram registadas quaisquer interacções conflituosas;

---

<sup>808</sup> Apenas uma das sessões se realizou no mês de Julho.

<sup>809</sup> Contudo, sempre condicionadas pela própria percepção do investigador.

- Presente- Quando eram visíveis situações de intolerância, mas que nunca chegaram a confronto, apenas se notava tensão, ou insatisfação na interacção verbal;
- Muito Baixo- 1 interacção conflituosa;
- Baixo- 2 interacções conflituosas;
- Médio- 3 a 4 interacções conflituosas;
- Elevado- 5 a 7 interacções conflituosas;
- Muito Elevado- mais de 7 interacções conflituosas;

No fim de todos os casos é efectuado um balanço final dos principais elementos de reflexão que se puderam formular com a metodologia da observação. Face ao exposto supra, serão emitidos juízos avaliativos através de um texto de análise, mormente no sentido de analisar os fenómenos já referidos. Contudo, no caso dos conflitos, aplica-se também a escala recém definida, como complemento das ilações extraídas dos comportamentos e cenários observados.

Por fim, refere-se que, em alguns dos casos, aquando da realização da observação em si, também foram brevemente questionados alguns agentes locais (trabalhadores principalmente) sobre alguns pontos interessantes para o estudo, sustentando mais robustamente, as noções construídas com a observação.

### **5.3.1- Esquematização das sessões de observação**

No que concerne à esquematização das sessões de observação, foram elaborados cronogramas destinados a calendarizar as datas nas quais se implementaria a metodologia. Os dias seleccionados prenderam-se com as características de cada uma das áreas seleccionadas, por exemplo, na Avenida Tomás Cabreira sita na Praia da Rocha, optou-se por encetar observações aos sábados, que por regra, é o dia mais movimentado da semana naquela área (devido à presença de vários restaurantes, esplanadas, entre outros espaços de interesse, e pela proximidade da praia). Em termos de intervalo entre sessões a realizar na mesma área geográfica, foi estipulado um hiato correspondente a uma semana, definindo-se um total de 4 sessões (totalizando 20,

quando englobadas todas as áreas de intervenção) a realizar por cada um dos focos de análise. Esta organização pode ser verificada na tabela 30.

**Tabela 30-** Sessões de observação diurnas.

Sessões de observação (diurnas)	Praia da rocha (Avenida Tomás Cabreira)	Praia da rocha (areal)	Zona ribeirinha	Centros comerciais (Aqua e continente)	Marina de Portimão (praia e rua dos bares)
1ª sessão	05-08-2016	31-07-2016	01-08-2016	02-08-2016	03-08-2016
2ª sessão	12-08-2016	07-08-2016	08-08-2016	09-08-2016	10-08-2016
3ª sessão	19-08-2016	14-08-2016	15-08-2016	16-08-2016	17-08-2016
4ª sessão	26-08-2016	21-08-2016	22-08-2016	23-08-2016	24-08-2016

Fonte: elaboração própria.

A mesma lógica foi aplicada às sessões de observação realizadas nos períodos nocturnos, pautadas por um número total inferior àquelas que foram realizadas durante o dia (11), uma vez que a natureza das áreas abordadas, ditava que não se registariam movimentos com interesse para o foco do trabalho (exemplo: os centros comerciais encontravam-se encerrados no período nocturno, desprovidos de pessoas ou actividades). Optou-se novamente, pelos hiatos de 7 dias, variando o dia da semana para cada uma das áreas, tendo sempre em conta, as suas características e dinâmicas. Em detalhe, a calendarização das sessões nocturnas encontra-se exarada na tabela 31.

Sessões de observação (nocturnas)	Praia da rocha (Avenida Tomás Cabreira)	Praia da rocha (areal)	Zona ribeirinha	Centros comerciais (Aqua e continente)	Marina de Portimão (praia e rua dos bares)
1ª sessão	03-08-2016	06-08-2016	4-08-2016	05-08-2016	06-08-2016
2ª sessão	13-08-2016	-	11-08-2016	12-08-2016	7-08-2016
3ª sessão	20-08-2016	-	-	-	-
4ª sessão	27-08-2016	-	-	-	-

**Tabela 31-**Sessões de observação nocturnas.

Fonte: elaboração própria

Com a calendarização definida e, uma vez que esta metodologia cruza o sincronismo com o diacronismo, as variações de horário são importantes para situar no espaço e no tempo as dinâmicas analisadas, tendo sido estipulados horários de observação genéricos tanto para o dia, como para a noite, e intervalos temporais

específicos para áreas de observação com características particulares<sup>810</sup>. Deste modo, ter-se-á elaborado a tabela 32, com uma esquematização gráfica que vai de encontro às recém apresentadas.

**Tabela 32-** Hiatos temporais estipulados para realização das sessões de observação.

Locais/Sessões	Duração- Intervalos temporais	
	Diurnas	Nocturnas
Praia da Rocha (Avenida Tomàs Cabreira)	09:00 - 20:00	20:00- 06:00
Praia da Rocha (areal)	09:00 – 20:00	23:00 – 01:00
Zona ribeirinha	09:00 – 20:00	20:00-01:30
Centros comerciais (Aqua e Continente)	10:30- 20:00	20:00 – 01:00
Marina de Portimão (praia e rua dos bares)	09:00 -20:00	20:00 – 06:00

Fonte- Elaboração própria

Ressalva-se que, apesar do exposto, a realidade é dinâmica, diferindo sempre do planeamento, da teoria, pelo que, se registaram pequenas variações temporais<sup>811</sup> na óptica da recolha de informação empírica daquela aqui prevista, contudo, em contornos gerais, as sessões correram sempre destes parâmetros.

Na análise que se segue, são também apontadas, em situações que se considerem relevantes, horas específicas em que acontecimentos importantes ocorreram, visando facultar uma percepção cabal da natureza das acções, comportamentos e dinâmicas observadas, uma vez que as mudanças diacrónicas e temporais no uso do espaço, são essenciais para uma compreensão plena dos contornos do emprego desta metodologia.

### **5.3.2- Dados gerais<sup>812</sup>**

De uma forma geral, pôde comprovar-se empiricamente as disparidades sociais entre turistas e autóctones<sup>813</sup> por intermédio de dinâmicas de consumo, da frequência de

<sup>810</sup> Por exemplo, o areal da Praia da Rocha durante a noite, por regra, encontra-se vazio, desprovido de qualquer movimento, estando populado até por volta da 01:00 hora.

<sup>811</sup> Algumas sessões prolongaram-se mais 30 minutos do que o previsto, outras foram encurtadas em cerca de 10/15 minutos.

<sup>812</sup> As análises serão feitas de forma geral, em texto corrido, sem substanciar uma divisão entre sessões diurnas e nocturnas, estabelecendo-se contudo, referências a horas concretas, de modo a enquadrar as acções observadas nos intervalos temporais definidos na tabela anteriormente apresentada. Ademais, no final de cada análise geral é exarada 1 tabela compilatória dos principais factores identificados para os períodos de dia e para os de noite.

<sup>813</sup> Para perceber como é feita a distinção entre estes elementos e os turistas portugueses, sugere-se consultar as pretéritas notas nº 677 e nº 678. Não obstante, neste contexto, é mais fácil substanciar a diferença, dado que os elementos empíricos e características físicas, comportamentais, adereços utilizados e pronúncias (talvez o aspecto mais sonante) usados por ambos os grupos, são muito particulares

espaços, da capacidade de aceder a serviços *premium*, e do tipo de bens de que os elementos observados se faziam acompanhar (exemplo: viaturas em que chegavam aos locais).

Relativamente às territorialidades também foi possível colher indícios de dissonâncias entre os diferentes graus de acesso a locais, e conseqüente versatilidade de se deslocar no espaço e transpor limites.

Também sem grandes surpresas, se pôde observar como a sobrelotação do espaço influencia quotidianos e comportamentos, e abre caminho a situações de conflito e de hetero-insatisfação.

Os níveis de desterritorialização foram mensurados de acordo com a premissa de “quem detém a hegemonia do controlo do espaço”, tanto na óptica da gestão, se são os investidores locais, os nacionais ou os estrangeiros<sup>814</sup> que dominam os estabelecimentos e serviços (analisando a questão do controlo exógeno<sup>815</sup>), como na vertente de quem exerce o controlo efectivo sobre o espaço, se são os actores sociais locais ou os turistas. Para tal, requereu-se o conhecimento de alguns agentes locais que brevemente partilharam informação acerca do tema mediante interacções momentâneas. Ainda como complemento, a observação ajudou a comprovar empiricamente esses testemunhos.

### **5.3.3- Praia da Rocha (Avenida Tomás Cabreira)**

Na lista de localidades seleccionadas, a avenida principal da Praia da Rocha pode apontar-se como o alicerce da realidade turística de Portimão. A área é composta por cafés, restaurantes, lojas, espaços destinados a actividades desportivas, hotéis e habitações privadas. Sob o ponto de vista geográfico, as sessões de observação tomaram lugar no centro da avenida (rua dos bares) e nos pólos opostos, ou seja, no fim da avenida (junto à fortaleza de S. Catarina e junto ao “miradouro”).

---

(especialmente nos actores sociais oriundos do Algarve). O largo conhecimento que o investigador possui acerca do território (numa lógica antropológica, de participante) e dos seus agentes autóctones também ajuda nessa distinção, assumindo-se sempre, a possibilidade de o mesmo incorrer em erro, e quando assim é, em caso de dúvida não se tiram conclusões que possam vir a ser plasmadas erroneamente no corpo do presente trabalho. Há portanto, a condicionante adstrita a esta metodologia, da percepção de quem observa ser influenciada pelas suas mundividências, percepções e experiências.

<sup>814</sup> Se forem de indivíduos alheios ao território, há controlo exógeno.

<sup>815</sup> Conceito que define que o fenómeno da *desterritorialização* se aplica também à lógica de gestão dos espaços presentes num território, podendo ser comerciais ou de outra índole. Concede a ideia de que, o poder sobre determinada fracção territorial, não pertence aos agentes sociais nativos do mesmo.

Sem grande surpresa, a maior parte dos actores sociais presentes no espaço eram turistas (durante todo o período de tempo, ou seja entre as 09:00 e as 04:00 horas<sup>816</sup>), mais estrangeiros que portugueses. Em função do género, verificou-se a presença de mais mulheres que homens e de faixas etárias na ordem dos 20 anos para cima. Registaram-se 2 grupos dominantes, famílias<sup>817</sup> e grupos de jovens<sup>818</sup>, não se afigurando possível avançar com valores quantitativos precisos, registando-se aqui, uma aproximação à realidade<sup>819</sup> (facto que emerge das limitações intrínsecas a esta ferramenta metodológica, de observação). Em concreto, os turistas com idade mais avançada passeavam pela avenida sem objectivo definido (entre as 09:00 e as 00:00 horas). Os mais jovens, por sua vez, compunham o maior volume populacional das esplanadas e locais da vida pública (mais fixos), sempre caracterizados por conversas em alto volume e interacções variadas. Todos os turistas se faziam acompanhar de materiais destinados à praia (nos períodos entre as 09:00 e as 11:00, e as 14:30 e as 18:00 horas) (em alguns casos só mesmo a toalha<sup>820</sup>), enquanto que os autóctones presentes eram essencialmente jovens e, tendencialmente, não se faziam acompanhar de nada, na maior parte dos casos, também somente de toalhas.

As desigualdades sociais eram evidentes pelos espaços frequentados (durante o dia e também no decorrer da noite), pelas formas de vestir, pelos meios de transporte, pelos locais de alojamento (observando quem entrava e saía dos hotéis, com classificação distinta<sup>821</sup>), pelas dinâmicas de consumo (tipo de refeições e bebidas consumidas nos restaurantes, ou de compras efectuadas nas lojas disponíveis na avenida) e fundamentalmente, pela forma de estar no espaço e de interagir.

Por norma, as classes sociais altas (de turistas) dispendem mais dinheiro em serviços que os autóctones e turistas nacionais que já conhecem o local (ex: gastar

---

<sup>816</sup> Conforme mencionado anteriormente, é importante evidenciar horas, pois existe uma variação temporal entre acções observadas. Alude-se às metodologias de correlação espaço tempo de T. Hagerstrand (1967), que cartografou as espacialidades-temporalidades do quotidiano, que poderiam beneficiar a investigação neste âmbito, contudo, não terá sido uma opção aquando do planeamento da mesma.

<sup>817</sup> Numerosas, tendencialmente, na ordem dos 4 elementos para cima.

<sup>818</sup> Também numerosos, mas com valores muito mais heterogéneos do que as famílias (estendendo-se de grupos de 2 pessoas até 15 ou 16).

<sup>819</sup> Não se tratando de observação participante, torna-se impossível apontar, se alguns elementos constituem de facto famílias, ou se se encontram nas faixas etárias adequadas para serem considerados jovens.

<sup>820</sup> Os mais jovens costumam levar carga ligeira para a praia, os pais com crianças pequenas e os mais idosos, por norma, transportam mais objectos.

<sup>821</sup> Pela tradicional classificação de estrelas e preços.

moedas nos telescópios de observação da paisagem na fortaleza por cima da praia, nos comboios de passeios locais destinados ao contemplar visual dos elementos do espaço). Neste âmbito, constatou-se que os restaurantes mais caros e estabelecimentos que reproduzem encenações hipermodernas<sup>822</sup> de cariz cultural<sup>823</sup>, diga-se *Irish pubs*, eram frequentados, na sua maioria, por estrangeiros, sendo o número de indivíduos nacionais (que eram por norma, também turistas), residual nas superfícies comerciais com maior exigência económica, e praticamente inexistentes nos *Pubs*<sup>824</sup>, realidade que indicia sinais de uma maior limitação de movimentos<sup>825</sup> por parte dos habitantes locais (quase inexistentes em ambas as tipologias de estabelecimentos referidos, excepto, dois casos isolados em que se verificaram entradas nos mesmos<sup>826</sup>).

Concluí-se que para os visitantes (estrangeiros), consumir tudo o que o espaço tem para oferecer faz parte da experiência turística. Curiosamente a área é tão povoada por turistas e ex turistas tornados residentes, que muitos dos serviços se encontram em línguas estrangeiras (ex: caixas multibanco)<sup>827</sup>.

As interações foram bastante heterogéneas, ocasionalmente menos boas, e progrediram negativamente com o avançar do dia (verificando-se alguma tensão entre intervenientes por volta das 13:00, hora de almoço, pautada por grande volume de pessoas nos estabelecimentos de restauração, e após o jantar, cerca das 22:00 horas), ocorrendo os piores episódios à noite (a partir das 23:00 horas). Os autóctones (maior

---

<sup>822</sup> Os moldes da globalização no que concerne ao consumo e ao turismo, encetam como prática regular, a materialização de ambientes distantes, comerciais, que reproduzem o original, criando espaços que emulam experiências culturais dos países de origem. O autor J. Luís Fernandes (2020), atenta neste sentido, para a criação de *anatópias geográficas*, que esboçam elementos que estão fora do seu lugar, reproduzidas com base em arquétipos, referências inéditas que aludem aos locais de origem.

<sup>823</sup> Por recrearem em larga medida, condições semelhantes às que compõem os estabelecimentos presentes nos países de origem dos clientes-alvo. Existem debates pós-modernos (ex: Lyotard) ou hipermodernos (ex: Lipovetsky) que abordam questões ligadas a formas de perceber e exprimir o mundo actual.

<sup>824</sup> Alguns indivíduos consumiam apenas uma bebida na esplanada (quando existia) e abandonavam o local passado pouco tempo.

<sup>825</sup> Estes elementos encontram-se em movimento, mas contornam os referidos espaços, não atravessando o “limite” da entrada, seja pela barreira económica, seja pelas características específicas (encenação de um ambiente, de uma cultura, de práticas levadas a cabo noutros países) que caracterizam aqueles espaços.

<sup>826</sup> Por regra, quando se encontravam neste local de observação, estavam na rua, a transitar ou à conversa com alguém. Num caso, um indivíduo entrara num restaurante sito na marginal, enquanto que o outro, acedeu a um *irish pub* na mesma via.

<sup>827</sup> Exemplo já apresentado no ponto 2.2. Esta tendência já se alargou ao resto do país, sendo característica de grandes pólos urbanos como Lisboa e Porto e algumas cidades do litoral de índole turística. Contudo, o fenómeno iniciou-se em grande escala no litoral algarvio, prática que se alargou também a estabelecimentos e serviços lúdicos (ex: os parques aquáticos têm toda a informação em línguas estrangeiras, para além da portuguesa, existindo publicidades efectuadas pelos mesmos, somente destinadas a turistas, totalmente em inglês).

parte trabalhadores dos serviços) expressaram descontentamento, em especial, com turistas nacionais que emigraram para o estrangeiro, facto registado mediante alguns temas de conversa, e no atendimento<sup>828</sup> directo em esplanadas e cafés (neste sentido, foi cuidadosamente observada a cordialidade, simpatia e disponibilidade registada nas conversas inerentes ao recebimento/tratamento de clientes nos serviços).

Para consolidar as percepções formuladas através da recolha empírica de informação, foram questionados directamente seguranças, empregados de mesa e funcionários (entre as 09:00 e as 00:00 horas) que faziam publicidade aos estabelecimentos na via pública (distribuição de *flyers* e angariação de clientes)<sup>829</sup>. Os testemunhos directos comprovaram a existência de múltiplos conflitos que tomavam lugar por intermédio “das mais variadas razões”.

Apresenta-se infra, a tabela 33, com dados comparativos das principais tendências observadas na Avenida Tomás Cabreira, tanto de dia como de noite.

---

<sup>828</sup> Durante todo o dia, destacando-se mais, entre as 12:00 e as 00:00 horas, período extenso que engloba os serviços de almoço, de esplanadas à tarde, de jantar e transição na via pública. A partir das 00:00 horas, apesar de ainda se registar grande movimento, muitos dos intervenientes observados acorrem para o interior dos estabelecimentos, colocando-se longe do alcance empírico do investigador.

<sup>829</sup> Tal como evidenciado anteriormente, aqui sobressai o carácter dinâmico desta metodologia, que não é estritamente conotada como *observação não participante*, sendo complementada, oportunamente por breves entrevistas, questões e interacções com agentes que pudessem facilitar o trabalho de recolha de informação.

**Tabela 33-** Diferenças entre autóctones e turistas na Praia da rocha (Avenida Tomás Cabreira).

Autóctones	Turistas
<b>Sessões diurnas (09:00-20:00)</b>	
-Pequeno número; -Em grupos pequenos (tendencialmente 2 ou 3 pessoas ou até mesmo sozinhos); -Ocupam mais a via pública e pouco os estabelecimentos;	-Grande número; -Fazem uso dos mais diversos serviços; -Em grandes grupos; -Fazem-se acompanhar de vários materiais de praia (guarda-sol, insufláveis, entre outros); -Compostos por grupos familiares e de amigos;
<b>Sessões nocturnas (20:00-06:00)</b>	
-Em grande número; -Territorialidades fixas (ocorreu observar-se os mesmos indivíduos nos mesmos locais em sessões diferentes); -Em grupos superiores aos registados durante o dia; -Compunham grande parte dos serviços mais conhecidos pela comunidade local, e economicamente mais apelativos;	-Grande número; -Ocupam a maior parte das esplanadas, cafés e restaurantes, assim como lojas destinadas ao comércio de artigos de praia e de lembranças do local; -Maior parte são turistas estrangeiros (turistas nacionais também são muitos, mas numa dimensão muito menos significativa do que os estrangeiros); -Consumem mais produtos nos locais de venda-estabelecimentos de lazer (ex: bebidas); -Territorialidades mais dinâmicas a nível de estabelecimentos (ficavam pouco tempo no mesmo local, provavelmente para conhecer mais sítios);

Fonte: elaboração própria.

**Conflito e descontentamento:** Presente durante o dia (residual) devido a casos de discussão entre empregados de estabelecimentos e turistas (principalmente nacionais). Durante a noite a situação agrava-se bastante, registando-se de forma constante situações de tensão (principalmente) e conflito (algum). A natureza do local apresenta-se como um ambiente perfeito para a proliferação de choques entre grupos, independentemente da nacionalidade. O descontentamento prende-se, essencialmente, com a avultada presença de pessoas que congestionam o espaço, tanto estabelecimentos como via pública<sup>830</sup>.

Só durante as sessões de observação nocturna (4 de várias horas) registaram-se 3 episódios de conflito nos quais foi necessária a intervenção ou presença da polícia

<sup>830</sup> Para além do observado, assume-se que podem existir muitos conflitos que não são explícitos no espaço público, podendo, porventura, “escapar” a esta metodologia (exemplo: por vezes aparecem nas redes sociais).

(todas entre as 23:00 e as 02:00 horas), 2 deles entre autóctones e turistas nacionais<sup>831</sup>, e um terceiro entre autóctones e um grupo de jovens estrangeiros.

**Durante o dia:** presente.

**Durante a noite:** presente/médio.

**Grau de acesso a locais, territorialidades:** Bastante diferenciada, tanto de dia como de noite. Este facto prende-se, fundamentalmente, com factores sociais e económicos. Sociais devido à questão da noção que acompanha os turistas, de que a oferta existente lhes é destinada. Os estabelecimentos/empresas, segundo as leis da Economia procuram obter o maior lucro possível com a comercialização dos serviços e produtos, praticando desse modo preços elevados, o que acaba por “filtrar” e condicionar a natureza dos clientes, e, neste caso, a nacionalidade dos mesmos, uma vez que por regra geral, os turistas estrangeiros são aqueles que detêm um poder de compra mais elevado<sup>832</sup>, enraizado na sua capacidade económica e disponibilidade para gastar mais dinheiro no seu período de férias.

Quanto aos factores estritamente económicos, assume-se que, para se marcar presença nos locais turísticos de elite, se tem de possuir capital (e demonstrá-lo), o que congrega uma grande concentração de estrangeiros nos locais mais solicitados, contraposta pela ausência quase total de indivíduos locais. Como exemplo, podem apontar-se os estabelecimentos<sup>833</sup> que praticam um *marketing* (em contornos

---

<sup>831</sup> Apenas numa das situações, os autóctones envolvidos eram prestadores de serviços, o que espelha um conflito no âmbito de uma relação que é comercial. Nos outros dois casos, surgiram problemas no contexto de interações levadas a cabo por consumidores de serviços (clientes de espaços) na via pública, junto de esplanadas e áreas contíguas a estabelecimentos de recreação nocturna. No que tange à questão de se tratarem ou não de autóctones (admitindo-se sempre a hipótese de poderem ser indivíduos oriundos de outras regiões do país), equaciona-se em todos os pontos, a hipótese de erro, não se plasmando aqui quaisquer dados se for esse o caso, contudo, conforme explanado noutras notas disseminadas ao longo desta secção (e de outras semelhantes) existem traços físicos, comportamentais, que permitem indicar com precisão de onde vêm os elementos observados, facto tornado mais fácil, pelo carácter móvel do investigador ao executar esta metodologia, o qual pode recolher informação empírica detalhada com alguma proximidade, o que facilita a minuciosidade nas avaliações. Existe também, de forma subliminar, a ideia do investigador participante, antropológico, que conhece bem o terreno e dinâmicas daquilo que observa, formando mundividências relevantes para recolha de informação importante.

<sup>832</sup> Mesmo que assim não seja, existe a crença por parte dos locais que essa é a realidade.

<sup>833</sup> Verificaram-se estratégias (até físicas e materiais) de selecção das entradas nalguns estabelecimentos, onde os mais restritos têm entradas mais discretas, por vezes com portas que é necessário abrir, em alguns casos com seguranças, tratando-se estas dinâmicas, de condicionantes de comportamento (assim acontece, por exemplo, com as entradas em lojas de luxo na Avenida da Liberdade em Lisboa- local *premium* e selectivo no que tange ao poder económico e à comercialização de artigos e serviços de valor elevado). Essa lógica selectiva, encontra-se presente aqui, na Praia da Rocha, sobretudo, nos repetidamente referidos (ao longo do trabalho) bares “irlandeses”, pela questão da encenação cultural, que filtra acessos

semelhantes aos utilizados pelas agências de viagens, que promovem actividades, passeios, visitas de 1 dia a destinos como Lisboa, Fátima, Gíbraltar<sup>834</sup>) e organização de eventos destinados<sup>835</sup> à população estrangeira, assim como espaços genuinamente criados para o efeito de recriar culturas internacionais ou de outras localidades do país (ex: *irish pubs*, no panorama internacional; o bar “pronúncia do norte” na Praia da Rocha, pertencente a proprietários oriundos da região norte do país<sup>836</sup>, que efectuam um *marketing* em função dessa identidade).

**Desterritorialização *in situ*:** Toda a área da Praia da Rocha esboça o espírito aberto ao mundo verificado na cidade de Portimão. Contudo, na Avenida Tomás Cabreira comprova-se pelo simples olhar, que os investimentos estrangeiros<sup>837</sup> possuem o grosso das entidades que controlam o espaço. Paralelamente, várias empresas multinacionais bastante conhecidas (produtos de *franchising*)<sup>838</sup> e *stakeholders* nacionais alheios ao território, também marcam presença. As comunidades locais apenas se afirmam através do controlo de alguns negócios de pequena e média dimensão, o que traduz uma perda de controlo e possibilidade de se lucrar com o próprio território. No que tange à esfera quotidiana, às práticas urbanas diárias e frequentes, notou-se que essa realidade, de gestão exógena, também exerce pressão sobre os autóctones, limitando comportamentos, pautados por posturas sempre mais reservadas e menos consumistas do que aquelas que foram apresentadas pelos turistas, sendo a *desterritorialização* um espelho dessas dinâmicas. Essa postura, mais reservada, alarga-se a outras escalas, reflectindo-se em atitudes conservadoras no que diz respeito à subida de rendas e encarecimento do imobiliário (no sentido de optar por não comprar por causa dessa realidade ou de não ter capacidade para o fazer), algo que se comprovou pela

---

e define quem pode ou não, ser cliente, frequentador de um espaço exclusivo. Há aqui dinâmicas de poder, balizadas pela concessão ou rejeição de acessos.

<sup>834</sup> Contudo, é importante substanciar que os fins lucrativos dessas agências assentam, estritamente, na comercialização das viagens, e por consequência, na promoção dos locais de destino e dos seus produtos turísticos. No presente caso, poderia existir a componente de aliciação de visitantes, fazendo todo o sentido como estratégia de venda do produto turístico, mas englobando também os cidadãos nacionais e locais, fomentando uma oferta abrangente, sem gerar entraves (através da promoção da exclusividade), pois os autóctones poderão ser clientes (se possível), durante todo o ano.

<sup>835</sup> Os canais de televisão disponíveis nos bares são sempre internacionais, é feita publicidade sobre jogos de futebol de ligas estrangeiras.

<sup>836</sup> Representam um importante filão de mercado na Praia da Rocha, no sector do turismo nacional.

<sup>837</sup> Atenta-se para uma das questões levantadas no ponto “A identidade sócio-territorial e a perda de ligação ao território” (sito no enquadramento teórico) acerca de uma nova Geografia do Poder que se prende com o facto do Estado não conhecer grande parte dos seus interlocutores, sendo essa, uma realidade que se manifesta na Avenida Tomás Cabreira, perante a análise elaborada acerca desta área, pautada por *stakeholders* e intervenientes económicos muito diversificados.

<sup>838</sup> Exemplo: espaços de restauração como a *Pizza Hut*, *Mcdonalds* e o *Burguer King*.

observação de quem efectuava entradas e saídas de infra-estruturas destinadas à habitação e ao arrendamento, sendo, largamente ocupadas por turistas, facto que indicia que existem limitações económicas que se reflectem em termos comportamentais, podendo inibir (no caso dos autóctones) ou demonstrar a sua versatilidade de actuação naquele contexto (turistas).

### **5.3.4- Praia da Rocha (areal)**

No areal da praia da rocha, das 09:00 às 20:00 horas, o enfoque passou pela constatação directa do número de turistas e de autóctones ali presentes, sendo impossível ter um conhecimento transparente de todas as pessoas no local, dado que os números se encontram na ordem dos milhares. As sessões de observação diurnas foram feitas junto das concessões (e também ao longo da passadeira de madeira, pautada por inúmeros restaurantes com esplanada). Deste modo, foram analisadas as dinâmicas de consumo dos grupos em observação, constatando-se que os turistas representavam o grosso dos ocupantes das espreguiçadeiras, dos serviços de massagem, do recurso às actividades de lazer (passeios de gaivota, *jetski*), e dos restaurantes e cafés (esplanadas) presentes ao longo do passadiço de madeira. Esta pequena realidade opera como um testemunho da divergência entre a capacidade económica dos agentes presentes no espaço, dado que os preços de qualquer um dos serviços supra-mencionados, são de cariz elevado, destinados a classes altas e média-altas.

Em relação a possíveis conflitos, de forma mais ou menos constante, ouviam-se reclamações por parte de indivíduos locais (facilmente identificados pelo sotaque típico do Algarve, de Portimão) sobre o elevado grau de ocupação da praia. O mesmo aconteceu, com menos frequência, por parte de turistas nacionais (também reconhecidos pela pronúncia e pela natureza de alguns diálogos). Este ponto solidifica a hetero-insatisfação entre grupos (aqui evidenciada no período diurno, entre as 09:00 e as 20:00 horas), uma vez que, apesar de não se evidenciarem conflitos directos (porque as sessões de observação também são balizadas no tempo), existe a predisposição para os mesmos se materializarem.

Durante a noite (entre as 23:30 e a 01:00 hora), foi também importante, visitar o areal da praia da rocha, devido à presença de conjuntos de pessoas que tradicionalmente afluem a zonas calmas para convívio. O grosso destes grupos é geralmente constituído por indivíduos jovens que usufruem do passadiço de madeira da praia e dos espaços das

concessões privadas (camas de plástico), que apesar de serem vigiadas à noite, se encontram vazias. Devido à dinâmica do local, o movimento era bastante reduzido.

Realizou-se apenas uma sessão de observação nocturna (entre as 23:00 e a 01:00 hora) devido ao referido movimento reduzido, tendo o período de observação durado somente 2 horas. No entanto, durante esse intervalo de tempo pôde observar-se a presença de grupos de indivíduos nacionais, grupos de sujeitos estrangeiros e grupos híbridos (compostos por agentes nacionais e estrangeiros).

Prontamente se expõe a tabela 34, visando conceder uma percepção cabal das dinâmicas contempladas no areal da Praia da Rocha.

**Tabela 34-** Diferenças entre autóctones e turistas na Praia da rocha (areal).

Autóctones	Turistas
<b>Sessões diurnas (09:00-20:00)</b>	
-Pequeno número (geral); -Organizados em grupos pequenos (tendencialmente 2 ou 3 pessoas);	-Grande número (nacionais e estrangeiros); -Fazem uso dos mais diversos serviços; -Em grandes grupos; -Fazem-se acompanhar de vários materiais de praia (guarda-sol, insufláveis...); -Compostos por grupos familiares e de amigos;
<b>Sessões nocturnas (23:00-01:00)</b>	
-Em grande número (que se foi reduzindo gradualmente com o avançar da noite); -Consumem bebidas previamente adquiridas em superfícies comerciais;	-Em grande número (que se foi reduzindo gradualmente com o avançar da noite); -Repartidos em estilos de turismo distintos (alguns destinados à diversão nocturna, outros com finalidades recreativas, chegam a acampar e passar noites nas praias com sacos cama, mantimentos, e material de praia para o dia seguinte);

Fonte: elaboração própria.

**Conflito e descontentamento:** Durante o dia (entre 09:00 e as 20:00 horas) registaram-se alguns casos de descontentamento com a presença turística, fundamentalmente devido à sobrelotação do espaço (do perímetro disponível para estender a toalha, da ocupação dos serviços, da proximidade entre os vizinhos do lado e afins). Chegou-se mesmo a observar casos de breves disputas devido à proximidade entre locais (7 casos), onde eram deixadas as toalhas e pertences<sup>839</sup>. Em contrapartida, durante a noite (das

<sup>839</sup> Foram presenciadas mais disputas, admitindo-se que muitas delas possam ter sido entre turista/turista e não apenas entre turista/local, contudo, apenas foram contabilizadas aquelas (as referidas 7), que mediante, características físicas, língua falada e pronúncia (no caso de turistas portugueses), não deixaram

23:30 à 01:00 hora), não se registaram quaisquer tensões ou antagonismos (muito provavelmente pelas dinâmicas de interacção, calmas, e a disposição no espaço)<sup>840</sup>.

**Durante o dia:** elevado.

**Durante a noite:** inexistente.

**Grau de acesso a locais, territorialidades:** Diferenciado, dado que de uma forma geral, apenas a população estrangeira e alguns grupos de turistas nacionais faziam uso dos serviços adjacentes às concessões da praia. Esta realidade sublinha a disparidade no poder sócio-económico. Normalmente, os autóctones não recorriam a esses serviços (apenas a operar em período diurno, entre as 09:00 e as 19:00 horas). Para além das actividades proporcionadas pelas concessões, também os barcos de passeio destinados ao público e a prática de *surf* (da escola de *bodyboard/surf* de Portimão) eram “dominados” pelos visitantes (neste ponto, foram questionados alguns nadadores salvadores locais e responsáveis pelos materiais das concessões, os quais afirmaram que “normalmente, só os estrangeiros é que fazem uso desses serviços”, e às vezes “alguns portugueses que estão cá de férias”).

**Desterritorialização *in situ*:** Pouco evidente, dado que maior parte das concessões e restaurantes presentes ao longo do areal pertencem a agentes locais, e em parte, a proprietários nacionais ligados a outros negócios no Algarve. Alguns espaços estão mesmo sobre tutela da Câmara Municipal de Portimão. Assim, assume-se que a *desterritorialização*/controlo externo aqui é residual.

De outro prisma, tendo em conta as características desta área, não foi exequível, identificar cabalmente limitações desterritorializadoras no quotidiano dos autóctones, depreendendo-se apenas que, dado o volume de turistas ali presentes ser muito superior ao de autóctones (período diurno, entre as 09:00 e as 19:00 horas), já existem dinâmicas desterritorializadoras que se inferem no quotidiano, uma vez que aquela fracção territorial, está territorializada, ainda que temporariamente por um grupo dominante, os turistas (estrangeiros, predominantemente). Esta dinâmica deve-se à premissa dos

---

grandes dúvidas ao investigador acerca da origem dos intervenientes (não obstante, assume-se existir sempre a possibilidade de erro, apesar de serem registados apenas os casos evidentes).

<sup>840</sup> Podendo esta ideia, ser ajudada pelo tempo bastante reduzido da sessão de observação.

turistas se encontrarem de férias ou em momentos lúdicos<sup>841</sup>, enquanto que os agentes locais poderão estar, em larga escala, na sua prática quotidiana normal, onde muitos, certamente desempenharão actividades laborais. Há portanto, *desterritorialização*, na medida em que, na altura em que o território em análise tem mais para oferecer de acordo com as suas potencialidades, aqueles que usufruem do mesmo são agentes externos.

Já noutras escalas, tratando-se de um areal de praia, fora os negócios supracitados de concessões, restaurantes e bares, não é possível aferir por exemplo, se existe encarecimento de rendas, de aquisição de propriedades ou dinâmicas desterritorializadoras de outra ordem.

### **5.3.5- Zona Ribeirinha**

A Zona Ribeirinha da cidade de Portimão representa um dos seus principais espaços de concentração turística, seja pela oferta gastronómica, seja pelo ambiente convidativo que apela a passeios junto ao rio, composto por inúmeras esplanadas e serviços destinados ao lazer. Assim, representa um dos locais predilectos dos turistas, que também referem que, o facto de ser junto ao rio, ajuda bastante a escolha de frequentar o lugar<sup>842</sup>.

As sessões foram realizadas junto à ponte do rio Arade (perto dos restaurantes de sardinha assada), junto à área das esplanadas (amplamente conhecida pela “Casa inglesa”, café muito popular entre turistas), junto ao clube naval de Portimão e zona de carrosséis e comércio (tendas de vendedores ambulantes).

À semelhança da Praia da Rocha, a Zona Ribeirinha foi uma das áreas que permitiu comprovar empiricamente a presença de disparidades sociais em função do poder económico. Nesse sector, o principal enfoque recaiu sobre as dinâmicas de consumo dos grupos observados, assim como sobre as actividades praticadas e o comportamento em geral. Foi também prestada alguma atenção ao aspecto como os intervenientes do espaço se vestiam, registando-se uma grande proporção de indivíduos vestidos informalmente. Contudo, também se contemplaram casos isolados de pessoas

---

<sup>841</sup> Existindo a possibilidade de se encontrarem em viagens de negócios, aproveitando alguns momentos para actividades lúdicas- turismo de negócios.

<sup>842</sup> Facto adquirido mediante breves interacções efectuadas durante os períodos de observação.

com indumentária formal (essencialmente entre as 09:00 e as 10:00 horas<sup>843</sup> e das 17:00 às 01:00 horas). Esta observação permitiu concluir que vários dos actores sociais procuravam uma zona turística com diferentes finalidades, o que poderia assinalar a presença de diversos tipos de prática turística distinta, de negócios, gastronómica, cultural (pelo interesse demonstrado na apreciação de monumentos, e por questões colocadas a autóctones, na sua maioria trabalhadores, acerca do espaço).

Grande parte dos autóctones que transitavam na zona não faziam uso de qualquer serviço, transitando apenas junto do rio<sup>844</sup> e formando grupos de conversa entre os elementos presentes (realidade observada durante o período total, registado entre as 09:00 e as 01:30 horas). Uma pequena fracção destes conjuntos de pessoas ocupava esplanadas, por sinal, aquelas que são localmente conhecidas como mais acessíveis do ponto de vista económico<sup>845</sup>. Em contrapartida, os turistas, durante o período integral de observação (no intervalo temporal definido das 09:00 horas à 01:30), compunham as vastas multidões que ocupavam as esplanadas, que faziam uso dos carrosséis da zona, e que usufruíam de viagens de barco no rio Arade (avistados nas filas que se materializavam no acesso às embarcações).

Entre o período diurno e o nocturno registaram-se algumas flutuações na ocupação do espaço, mas as dinâmicas mantiveram-se coerentes em ambos, verificando-se à noite (entre as 22:00 e as 00:30 horas), maior volume de pessoas, sempre com os turistas em superioridade numérica.

Neste local foram questionados (de dia e de noite) alguns empregados de mesa e autóctones, que de forma homogénea, referiram que as dinâmicas de ocupação do espaço e estabelecimentos eram “sempre assim todos os anos”, que era “ bom para os negócios”, mas “mau para quem tem de trabalhar muitas horas”. Referiram também que perante tal sobrelotação “os ânimos se elevavam muitas vezes, tanto entre trabalhadores e clientes, como entre várias pessoas presentes nos locais, que querem ser atendidos rapidamente”.

---

<sup>843</sup> Alguns das pessoas observadas neste período diurno, seriam indivíduos prestadores de serviços que laboram no local (ex: entidades bancárias ali situadas).

<sup>844</sup> Muitos deles para passearem cães.

<sup>845</sup> Em situações muito mais elementares, também frequentavam as esplanadas mais caras, para simplesmente, tomar café e ler o jornal (notavam-se ser comportamentos de rotina, pelas interacções registadas com os empregados).

No mesmo registo previamente utilizado, plasma-se abaixo, a tabela (35) de síntese dos elementos observados, aquando da efectivação das sessões diurnas e nocturnas na Zona Ribeirinha.

**Tabela 35-** Diferenças entre autóctones e turistas na Zona Ribeirinha.

<b>Autóctones</b>	<b>Turistas</b>
<b>Sessões diurnas (09:00-20:00)</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>-Em menor número que os turistas;</li><li>-Consumiam menos nos cafés, esplanadas, tendas e serviços de lazer (carrosséis);</li><li>-Apresentavam-se como o grosso de indivíduos que apenas transitam pelo espaço (passeios, usufruir de bancos de jardim e afins);</li><li>-Presentes nos locais mais acessíveis financeiramente (tendas de gelados mais baratas por exemplo);</li><li>-Baixo consumo de bens e serviços;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>-Em grande número (mais nacionais que estrangeiros);</li><li>-Muitos turistas (estrangeiros e nacionais) demonstraram já conhecer os estabelecimentos de viagens prévias, o que esboçou a formação de territorialidades planeadas com base na experiência;</li><li>-Estrangeiros, muito interactivos entre si, e com os empregados dos serviços;</li><li>-Grande consumo de bens e de serviços;</li></ul>
<b>Sessões nocturnas (20:00-01:30)</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>-Grupos de amigos;</li><li>-Permaneciam até tarde no espaço, mas sem fazer uso de serviços e estabelecimentos (ocupavam bancos de “jardim”);</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>-Grande presença de famílias e casais;</li><li>-Mais turistas nacionais do que estrangeiros;</li><li>-Não se mantinham no local por muito tempo (jantavam, iam para a esplanada, faziam uso dos serviços e abandonavam o espaço);</li></ul>

Fonte: elaboração própria.

**Conflito e descontentamento:** breves episódios de reclamação entre membros de grupos que reprovavam o atendimento dos empregados de mesa (registados em maior número das 12:00 às 15:00 horas, e entre as 18:00 e as 23:00 horas<sup>846</sup>), dado que na maior parte das ocasiões, os indivíduos estrangeiros eram servidos antes dos agentes locais e turistas portugueses, mesmo quando estes chegavam primeiro ao local. Também se registaram casos de arrufos nas filas para tendas de gelados e carróseis presentes na área (mais evidentes a partir das 22:00 horas).

**Durante o dia:** presente.

**Durante a noite:** presente.

**Grau de acesso a locais, territorialidades:** Equitativo e transversal a todos os grupos, no entanto, na prática, como mencionado algumas linhas acima, os turistas nacionais e

<sup>846</sup> Períodos pautados pelos intervalos temporais onde se efectivam os almoços e jantares, os quais fixam grande número de pessoas nos estabelecimentos. Nos intervalos de tempo imediatamente a seguir às refeições, também se observam dinâmicas semelhantes, por se lograr, em larga medida, a prática de consumo de café e a afluência às tendas de comercialização de gelados.

autóctones optavam, de forma tendencial, pelos serviços economicamente mais acessíveis<sup>847</sup>. Os estrangeiros não seguiam a mesma regra, experimentando um pouco de tudo, sem limitações, nomeadamente em serviços de esplanadas, os mais exigentes a níveis de preços, e solicitados na época balnear.

**Desterritorialização *in situ*:** Pouco evidente. Nesta área o grosso dos negócios a operar são de índole local e nacional, registando-se apenas algumas entidades multinacionais (ex: gelataria *nosolo italia*) e internacionais (ex: restaurantes chineses) de venda de bens de consumo básicos e serviços de restauração. Não se regista, portanto, uma expressão forte da *desterritorialização* no que concerne ao controlo externo, pelo menos aparente.

Já a nível de práticas do quotidiano, os contornos de dinâmicas desterritorializadoras são mais evidentes, o espaço é, pontualmente territorializado por vários turistas (das 09:00 às 01:30 horas), que se apresentam em maior volume do que os autóctones, fazendo uso, tanto de espaços que ofereçam experiências e serviços mais económicos, como de estabelecimentos considerados *premium* com artigos para venda e serviços mais encarecidos. Considera-se portanto, que o controlo daquela fracção territorial, destinada, quase que estritamente ao lazer, é controlada pelos visitantes, ainda que de forma temporária.

Na esfera das escalas específicas, há registos predominantes de encarecimento do imobiliário, por exemplo, pautados por uma constante re-organização daquela área no que concerne a infra-estruturas destinadas à habitação. Neste âmbito, passou-se da existência de pequenas moradias de teor rústico, características dos tempos áureos destinados à pesca, caracterizados por rendas flexíveis (adquiridas por moradores locais), para a emergência de estruturas novas<sup>848</sup>, marcadas por rendas elevadas<sup>849</sup> que

---

<sup>847</sup> Bastante evidente nas filas formadas nos pequenos quiosques de venda de gelados, abundantes naquela área, pautados pela prática de preços distintos.

<sup>848</sup> Conforme exarado na figura 43 que consta do ulterior ponto 4.5.2. Opta-se pelo uso de elementos gráficos exemplificativos desta dinâmica ao invés de números/estatísticas, pois estes, permitem comprovar empiricamente a transformação que se tem vindo a registar em Portimão, devido ao processo de *turistificação* em curso.

<sup>849</sup> Paralelamente, no que diz respeito às vendas, no prazo de 7 anos, na zona ribeirinha de Portimão, o valor por m<sup>2</sup>, subiu dos 1095 euros (em 2015) para 2326 euros em 2022- fevereiro (hiato temporal onde foram iniciados novos empreendimentos de teor habitacional/turístico, apesar da estagnação verificada durante a pandemia covid-19), de acordo com a entidade *Idealista* (2022). Já com base em dados da *Pordata* (2022), o valor médio dos edificadros transaccionados em Portimão no ano 2000 era de 62.571 euros, enquanto que, em 2019, se encontrava nos 140.927 euros (bem se sabe que existem outros factores como a inflação, desenvolvimento de serviços, flutuações na economia local e demais factores que condicionam os preços, contudo, a identidade turística da cidade e os vários empreendimentos de índole

são alvo de arrendamentos ou de vendas a actores externos ao território<sup>850</sup>. Em suma, verificaram-se impactos desterritorializadores<sup>851</sup> na esfera quotidiana, que apesar de não serem muito marcantes, existem.

### **5.3.6- Centros comerciais (Aqua e Continente)**

As 2 superfícies comerciais escolhidas representam os principais pólos de concentração populacional da cidade no que diz respeito à aquisição e consumo de bens de baixo valor (ex: alimentícios). Um de grandes dimensões, outro de proporções mais reduzidas, encontram-se geograficamente posicionados perto da principal avenida da urbe (artéria “v6”), o que os torna facilmente acessíveis para a população turística. Realizaram-se momentos de observação nos locais de entrada (das 10:30 às 01:00 horas), junto às caixas do supermercado, e perto das zonas da restauração e das lojas<sup>852</sup> (convergem num dos hipermercados, separadas no outro).

O principal objectivo da observação nestas superfícies recaiu sobre a forma como os grupos em análise geriam o stress associado à sobrelotação dos espaços e serviços. Deste modo, registaram-se vários episódios de choque e descontentamento entre os agentes do espaço, essencialmente nas filas de pagamento (supermercado- entre as 10:30 e as 23:00 horas; lojas e zona de restauração- mais vincados nos períodos compreendidos entre as 12:00 e as 15:00 horas e das 19:00 às 22:00).

Aquando da chegada aos locais, independentemente da hora, os fluxos de meios de transporte congestionavam deliberadamente os mesmos<sup>853</sup>, levando também à exaltação de ânimos. O pré-conflito adoptava aqui duas formas, uma interior, causada pela oferta do espaço, e uma exterior, condicionada pelo volume populacional e limitação de vias e ramais de acesso aos espaços. Dentro do local, como surpresa, os indivíduos que apresentavam uma maior urgência em abandoná-lo eram os mais velhos (faixa etária dos 60 anos). Protestavam bastante com a demora nas filas, e chegaram mesmo a reclamar com funcionários em várias situações (durante quase todo o hiato

---

turística acabam por incrementar os valores médios pelos quais os imóveis são comercializados ou arrendados).

<sup>850</sup> Uma vez mais, ver exemplos do ponto 4.5.2.

<sup>851</sup> A mudança de paradigma, da posse ser transferida dos moradores locais para agentes externos, assume aqui, vestes de uma *desterritorialização ex situ*.

<sup>852</sup> Entre as 10:30 e as 00:00 horas (portanto, até ao encerramento dos estabelecimento comerciais).

<sup>853</sup> Este facto é extremamente importante, sendo representativo daquilo que poderá acontecer dentro das malhas da cidade, noutros locais de comércio que concentram muitas pessoas. Em concreto, e muito provavelmente, o mesmo congestionamento poderá fazer sentir-se também no mercado municipal, frequentado todo o ano por uma população local mais envelhecida, que sente os efeitos do aumento da procura durante a época estival.

temporal já estipulado, das 10:30 às 23:00 horas, de forma mais evidente, nos períodos de almoço, das 12:00 às 15:00 horas e de jantar, em concreto, entre as 19:00 e as 22:00 horas).

Nestes locais, foram questionados funcionários e seguranças acerca da sobrelotação do espaço (tanto de dia, como de noite). As respostas foram, fundamentalmente, de teor negativo face ao fenómeno e à presença avultada de turistas, registando-se duras críticas ao mês de agosto pela confusão instaurada, afirmando-se que o trabalho triplica e que “é preciso muita paciência”.

Expõe-se infra, a tabela (36) compilatória dos principais elementos recolhidos com as sessões de observação.

**Tabela 36-** Diferenças entre autóctones e turistas nos Centros comerciais (Aqua e Continente).

<b>Autóctones</b>	<b>Turistas</b>
<b>Sessões diurnas (10:30-20:00)</b>	
-Em menor número; -Presentes, essencialmente, no supermercado e zonas de transição (corredores externos às lojas); -Insatisfeitos com sobrelotação do espaço; -Moderadamente vocais sobre o descontentamento;	-Em grande número (mais nacionais que estrangeiros); -Ocupavam o grosso das áreas de restauração; -Turistas estrangeiros visualmente insatisfeitos com a sobrelotação do espaço, mas com 1 postura tolerante; -Turistas nacionais insatisfeitos com filas e sobrelotação do espaço, mas pouco tolerantes e muito vocais sobre a situação;
<b>Sessões nocturnas (20:00-01:00)</b>	
-Em número bastante superior àquele registado durante o dia; -Fazem uso de serviços como o cinema (Continente) e lojas;	-Em grande número (mais reduzido que durante o dia); -Ocupam principalmente cafés, esplanadas e áreas destinadas à restauração;

Fonte: elaboração própria

**Conflito e descontentamento:** Presentes (pela tensão constante, conforme define o critério de análise), foram registados vários episódios (14<sup>854</sup>) de reclamações devido à sobrelotação do espaço (consumados durante o período de observação quase total, das 10:30 às 23:00 horas<sup>855</sup>), fundamentalmente, destinadas a todos aqueles que “vêm de

<sup>854</sup> Somatório de dia e noite. Dia- 5, noite-9.

<sup>855</sup> Quase no marco temporal de encerramento, entre as 23:00 e as 00:00 horas, onde os estabelecimentos se encontravam a operar, tal período era relativamente mais calmo, registando-se uma actividade

fora” e à capacidade insuficiente dos serviços<sup>856</sup>. Insatisfação esboçada, tanto pelos consumidores como pelos funcionários dos serviços, notando-se esta realidade, predominantemente nos supermercados e nas zonas de restauração. Os períodos de observação levados a cabo junto de lojas demonstraram-se isentos desses episódios.

**Durante o dia:** muito elevado.

**Durante a noite:** muito elevado.

**Grau de acesso e territorialidades:** Tratando-se, os locais em questão, de superfícies comerciais comuns, não existia distinção e condições especiais de acesso, à excepção de alguns estabelecimentos presentes nas áreas de restauração, marcados por bens de consumo de valor elevado.

**Desterritorialização *in situ*:** Presente pela tendencial composição dos grandes hipermercados contemporâneos, caracterizados pela presença avultada de várias empresas multinacionais<sup>857</sup> e serviços destinados estritamente aos turistas (ex: bancas que oferecem promoções a visitantes estrangeiros para parques aquáticos), constatando-se existir uma desterritorialização/controlo externo bem evidente. Essa realidade, transpõe-se também, para as actividades urbanas diárias dos autóctones, quase sempre pautadas por um atendimento preferencial destinado aos turistas (em vários serviços, excluindo-se o hipermercado propriamente dito), e por uma especulação dos preços de vários produtos, colocando-os fora do alcance de muitos indivíduos por motivos económicos<sup>858</sup>.

---

significativamente mais reduzida em relação ao resto do dia. Contudo, ainda era pautada pela presença de várias pessoas, em larga medida, nos espaços destinados à restauração (mesas).

<sup>856</sup> Corroborando a típica e popular reprovação do mês de agosto por parte dos algarvios (que é conhecida popularmente nas cidades litorais, de teor turístico da região).

<sup>857</sup> Relembre-se a sistematização de F. Tonnies (1947) abordada no capítulo teórico, evidenciando a passagem de comunidade, do doméstico, da comunidade (*gemeinschaft*) para a sociedade (*gesellschaft*). Estes são exemplos dessa dinâmica, que ilustram a transformação do espaço comunitário.

<sup>858</sup> Sublinha-se neste ponto, a ausência de dados quantitativos ilustrativos da realidade que aqui se relata, pois para proceder à recolha e compilação dos mesmos seria necessária uma metodologia diferente, mais cuidada em termos de precisão e avaliação de preços de produtos e serviços. Contudo, salienta-se o conhecimento profundo que o próprio investigador tem do terreno, conhecendo as suas dinâmicas e alterações, as quais se registam em diversas esferas durante a época alta no território de Portimão. Neste sentido, atenta-se ainda, para uma expressão proferida pelo presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), Elidérico Viegas em 2019 (pré pandemia covid- 19), onde refere que, no Algarve “Sempre foi tudo mais caro em agosto” (aludindo ao sector hoteleiro e demais serviços e actividades de comércio) - a entrevista encontra-se disponível em “[https://ionline.sapo.pt/artigo/669648/algarve- sempre-foi-tudo-mais-carro-em-agosto?seccao=Portugal\\_i](https://ionline.sapo.pt/artigo/669648/algarve- sempre-foi-tudo-mais-carro-em-agosto?seccao=Portugal_i)”.

### **5.3.7- Marina de Portimão (rua dos bares e praia)**

A par das 2 primeiras áreas analisadas (Av. Tomás Cabreira e areal da Praia da Rocha), a Marina de Portimão representa um dos locais *premium* de oferta de lazer e diversão nocturna. Incorpora um nicho dessa oferta, com características de luxo. Os postos de observação foram a zona paralela ao areal da praia (largo por onde transitam maior parte das pessoas), adoptando-se um posto intermédio para facilitar a tarefa, e tal como o título indica, a rua dos bares, e o próprio areal da praia da marina.

Os critérios de observação adjacentes a esta zona foram os mesmos apontados para a Avenida Tomás Cabreira. Esta zona é espacialmente reduzida, composta por uma rua de esplanadas, bares e restaurantes, lojas e serviços, uma pequena praia, um hotel de luxo, parques de estacionamento privados e passeios pedestres junto à zona da marina.

O grosso da população presente era composto por turistas, os indivíduos locais apenas ocupavam posições laborais, e em casos escassos, lugares nas esplanadas e cafés (realidade presente durante todo o período de observação, diurno e nocturno, ou seja entre as 09:00 e as 06:00 horas). Tendo em conta que as entidades ali radicadas praticam uma oferta turística estritamente de luxo, a maior parte das pessoas presentes encaixavam-se nas faixas etárias superiores aos 30 anos<sup>859</sup> (pelo facto de, tendencialmente, possuírem mais poder de compra que os jovens)<sup>860</sup>. Observou-se a presença de mais mulheres que homens, poucos grupos familiares, vários grupos de amigos e vários casais (tanto de dia como de noite). Esta observação, comprova também (neste local), a existência e disparidades sociais entre turistas e autóctones, dado que os principais consumidores de serviços *premium* são, quase na totalidade, turistas. Facto também corroborado através da presença de veículos estrangeiros (procedeu-se à verificação de matrículas empiricamente) presentes no parque de estacionamento da zona (pago). Os automóveis de matrícula portuguesa, em contrapartida, representavam uma minoria das viaturas presentes na zona (esta dicotomia era transversal ao período diurno e nocturno, entre as 09:00 e as 03:00 horas<sup>861</sup>).

Ainda neste ponto, os preços praticados pelos bares da zona, levam os habitantes locais a ingerir bebidas, previamente adquiridas, na rua (durante o período nocturno, entre as 21:00 e 00:00 horas), consumindo, apenas (em média) uma ou duas

---

<sup>859</sup> Dinâmica presente durante todo o intervalo temporal estabelecido para esta área, 09:00-06:00 horas.

<sup>860</sup> O turismo de luxo também tende a ser um dos objectivos preferenciais dos turistas séniores.

<sup>861</sup> Hora em que muitos actores sociais abandonavam os estabelecimentos de recreação nocturna.

no interior dos estabelecimentos. Em contrapartida, a população estrangeira, não só almoça e janta, como compra e faz uso de outros produtos extra (em ambos os intervalos temporais analisados, diurno e nocturno, na totalidade).

A ocupação do espaço alterou-se entre o dia e a noite, registando-se uma taxa de ocupação local bastante elevada à noite (com o pico registado por volta das 00:30 horas), e muito mais reduzida durante o dia<sup>862</sup> (com excepção do pequeno areal da praia<sup>863</sup>). Este facto foi mais evidente na óptica dos autóctones, dado que os turistas estão presentes em grandes quantidades ao longo de quase todas as 24 horas<sup>864</sup>.

Assim, à semelhança da Avenida Tomás Cabreira, verificou-se que a afluência de indivíduos de Portimão (e potencialmente de outros pontos do Algarve<sup>865</sup>) acresce durante a noite (a partir das 22:00 horas), muito provavelmente devido à prática laboral diurna, cingindo a actuação no espaço a horários nocturnos<sup>866</sup>.

Neste ponto, também foram questionados trabalhadores locais (tanto durante o dia como no decorrer da noite) que afirmaram que o espaço era “quase só destinado a turistas”, especialmente nas zonas *vip* dos bares e nas lojas “de aluguer de iates e outros barcos”.

Cumprе exibir ainda, um elemento gráfico de compilação das dinâmicas observadas, pelo que se expõe a tabela 37 atinente às diferenças registadas entre sessões diurnas e nocturnas na área da Marina de Portimão.

---

<sup>862</sup> Durante todo o período, das 09:00 às 20:00 horas.

<sup>863</sup> Muito preenchido entre as 10:00 e as 13:00 horas e das 14:30 às 19:00 horas.

<sup>864</sup> Relembre-se que as sessões neste espaço decorreram, no período diurno, das 09:00 às 20:00 horas e no período nocturno, duas delas, das 20:00 às 06:00 horas (as restantes tiveram o seu término às 04:00 horas). Existiram portanto, intervalos temporais de observação, que somados, totalizam um máximo de 21 horas (que são cobertas na totalidade, aquando da efectivação de todas as sessões), excluindo-se apenas, o hiato pautado entre as 06:00 e as 09:00 horas da manhã (assumindo-se que neste intervalo de tempo, o movimento será nulo ou mínimo). Contudo, cumpre justificar esta escolha, dado que a área da marina é composta, tal como já referido, por espaços de recreação nocturna com esplanadas e zonas ao ar livre (ex: Nosolo Água), que reiteradamente, na época balnear, são palco de festas que se prolongam durante toda a noite, até às 06:00 horas (por regra), suscitando a presença de pessoas na via pública, em espaços adjacentes e em lugares contíguos, sendo deste modo, um campo fértil para observar comportamentos (tendo-se sempre verificado movimento de pessoas), sejam de autóctones (em menor número), seja de turistas (em maior volume), que usufruem dos referidos elementos, permanecem na via pública e nas superfícies de diversão (onde consomem bebidas alcoólicas e interagem).

<sup>865</sup> Tem-se presente que a noção de autóctone é algo vaga, assumindo-se que podem ser indivíduos oriundos de outros pontos do Algarve, identificados por intermédio de algumas características físicas, formas de estar, fazer, actuar e pela língua falada (pautada por sotaques específicos).

<sup>866</sup> Ou pela simples preferência do tipo de diversão nocturna de elite praticada na zona. A Praia da Marina (durante o dia) não é tão solicitada como a sua vizinha Praia da Rocha, pelo facto de se tratar de uma praia fluvial, apesar de também ser frequentada por muitas pessoas.

**Tabela 37-** Diferenças entre autóctones e turistas na Marina de Portimão (rua dos bares e praia).

<b>Autóctones</b>	<b>Turistas</b>
<b>Sessões diurnas (09:00-20:00)</b>	
-Em número muito reduzido (apenas em posições laborais, passeios com e sem cão, corridas e pouco mais); -Consumiam menos nos cafés, esplanadas, tendas e serviços de lazer (carrosséis); -Presentes, essencialmente, na praia da marina;	-Em grande número (mais nacionais que estrangeiros); -Presentes nas esplanadas e <i>resorts</i> de luxo; -Principais ocupantes dos parques de estacionamento (pagos naquela área); -Passeiam bastante; -Fazem uso de serviços externos aos estabelecimentos (trampolins e insufláveis, ali presentes na época balnear <sup>867</sup> );
<b>Sessões nocturnas (20:00-06:00)</b>	
-Grande volume; -Durante a noite também fazem uso dos espaços de recreação nocturna de luxo; -Interagem moderadamente; -Pouco presentes em restaurantes e esplanadas; -Consumem bebidas alcólicas na rua, adquiridas previamente à chegada ao local;	-Grande volume; -Passeavam em grupos de amigos e famílias; -Ocupavam lugares <i>vip</i> dentro dos estabelecimentos de luxo e grande parte das esplanadas da área; -Chegavam em automóveis de luxo; -Alojados no hotel e espaços destinados ao arrendamento presentes na área (endereçados à classe alta); -Interagem muito, em certos casos, com grande alvoroço;

Fonte: elaboração própria

**Conflito e descontentamento:** Presente, devido, primacialmente, à vertente do período da noite (especialmente a partir das 22:00 horas), dado que a zona se afirma como uma extensão da Avenida Tomás Cabreira, operando como foco secundário/selectivo de diversão nocturna. Polariza assim, grandes grupos heterógeneos de indivíduos, o que cria as condições necessárias à emergência de conflitos. Curiosamente, ao contrário das típicas disputas entre grupos e pessoas (influenciadas pelo álcool, desentendimentos na prestação de serviços e outras razões), a maior parte das alterações (6 casos registados) surge entre indivíduos nacionais, entre os próprios autóctones, e mais marcadamente, entre autóctones e turistas portugueses<sup>868</sup> devido aos critérios rígidos de selecção no acesso a determinados locais, (ex: *meo spot*, e “Nosolo Água” nas noites de eventos e festas<sup>869</sup>), verificando-se 8 casos (todos depois das 22:00 horas, estendendo-se até à 01:30, intervalo temporal em que se registam muitas entradas nos aludidos locais).

**Durante o dia:** presente.

**Durante a noite:** elevado.

<sup>867</sup> Pertencentes à empresa “*Mydinamic*”, na qual trabalha um dos indivíduos entrevistados no presente estudo, cujos dados são expostos mais adiante.

<sup>868</sup> Com efeito, tratam-se aqui de categorias não rígidas, existem turistas portugueses, estrangeiros, familiares, não familiares, o que materializa uma geometria descritiva.

<sup>869</sup> Que ocorrem sempre no mês de agosto, especialmente aos sábados, dias elencados para efectuar as sessões de observação.

**Grau de acesso, territorialidades:** Diferenciados. Por norma, a localidade em questão é considerada uma zona de luxo, caracterizada por espaços e serviços destinados às classes sociais mais abastadas. Com efeito, existe uma pré-segregação notória no acesso aos estabelecimentos (especialmente durante a noite, predominantemente, a partir das 22:00 horas). Muitos dos eventos realizados nos espaços aqui presentes são filtrados por convites e pulseiras *vip*, sendo ainda analisadas as roupas, género e aparência geral dos potenciais clientes. A capacidade de lotação dos referidos locais também poderá ser relevante. Por norma, os turistas estrangeiros entram sempre, independentemente dos critérios recém mencionados serem preenchidos ou não, a selecção é feita (por norma) em função da nacionalidade. Quanto aos indivíduos portugueses, os requisitos esperados têm de ser preenchidos, e a escolha de deixar ou não passar, fica a cargo da percepção dos porteiros e agentes de relações públicas, que analisam se os aspectos esperados estão dentro do que procuram. Acontece no entanto, que famílias de outros pontos do país (identificadas pela pronúncia, e pelo facto de assim o assumirem), também costumam receber tratamento privilegiado. A maior parte de casos em que é barrado o acesso a determinados espaços é imposto a autóctones (mesmo quando preenchidos os requisitos).

**Desterritorialização *in situ*:** Área dominada por entidades estrangeiras, multinacionais, e investidores nacionais, o que à semelhança de outras áreas (como por exemplo, a Avenida Tomás Cabreira), esboça que os principais núcleos polarizadores da actividade turística de sol e mar, e de recreação nocturna, atraem a atenção de agentes económicos poderosos alheios ao território<sup>870</sup>, configurando mais um caso de fomento da *desterritorialização in situ* para os agentes locais. Quem mais se movimenta e faz uso do espaço, são sem dúvida, os turistas (nacionais e estrangeiros). Esta área, é assim, um local paradigmático em termos de *desterritorialização*, induzida pela gestão externa, ainda que se registre a presença de investidores, gestores e entidades nacionais.

Em termos de habitação, refere-se que esta é uma das áreas mais caras da cidade<sup>871</sup> (em novembro de 2021, o preço médio por metro quadrado na marina de Portimão era de 2 525 euros, enquanto que nas restantes áreas da cidade, este oscila entre os 1 814 e 2 216

---

<sup>870</sup> Apesar de estes, possuem o dever de pagar os seus impostos e obedecer a regras/regulamentos de ordenamento.

<sup>871</sup> Preço médio das habitações é de 250 mil euros, enquanto que nas restantes áreas da cidade, o valor se fixe em 180 mil euros (Idealista, 2022).

euros- IDEALISTA, 2022<sup>872</sup>), dada a sua proximidade à Praia da Rocha e ao tipo de turismo e actividades praticadas<sup>873</sup> nas suas imediações. Deste modo, registam-se rendas bastante elevadas, o que leva a que muitos proprietários de moradias aqui presentes, sejam estrangeiros, que apenas fazem uso destes espaços nas férias e época balnear<sup>874</sup>. No espaço adstrito a tais moradias, encontra-se a zona portuária da marina, onde se encontram os barcos, que na sua maioria são de proprietários estrangeiros (muitos deles, veículos de luxo, iates, lanchas, veleiros, entre outros). Existe aqui uma territorialização quase total de capital estrangeiro no espaço marítimo destinado à ancoragem de embarcações para entidades privadas.

Relativamente aos serviços e estabelecimentos, também se verificam dinâmicas desterritorializadoras, uma vez que, nesta área se pratica todo um tipo de comércio *premium*, balizando quem pode usufruir do espaço ou não, delegando, em última instância quem infere controlo, ainda que inconscientemente. Esta área é, quase que exclusivamente, destinada a turistas, e no que tange a moradores, privilegia aqueles com grande poder económico, que outrora foram turistas e que se desterritorializaram e reterritorializaram (os quais, no passado frequentaram o território como visitantes, e que anos mais tarde, decidiram fazer uma mudança do seu país ou cidade<sup>875</sup> de origem para se territorializarem e tornarem habitantes de Portimão<sup>876</sup>) ou que simplesmente, optaram por adquirir uma moradia de férias.

Em suma, para além da *desterritorialização*, induzida pela gestão externa de cariz notório, existe também *desterritorialização* adstrita a práticas urbanas do quotidiano, mormente no sentido em que são condicionadas quaisquer actividades naquele local, tanto pelo estatuto que lhe é atribuído, de lugar reservado/restrito, como pelos muros

---

<sup>872</sup> Os sites das agências imobiliárias estão dotados de algoritmos e ferramentas que permitem acompanhar os preços dos imóveis e terrenos ao longo dos meses do ano, verificando variações em termos de valor médio e de percentagem de inflação. Em termos comparativos, verificou-se também, que ao nível das freguesias existem poucas diferenças, registando-se os valores médios para a Mexilhoeira grande de 2 204 euros/m<sup>2</sup> e para Alvor 2 187 euros/m<sup>2</sup> (IDEALISTA, 2022).

<sup>873</sup> Por exemplo, desportivas e lúdicas- *Windsurf*, aluguer de iates.

<sup>874</sup> Bem se sabe que, ao nível da subsecção estatística, se registaria a possibilidade de verificar a existência de imóveis devolutos na área, o que poderia indicar uso turístico, não obstante, optou-se por demonstrar esta realidade através da selecção da área geográfica como um dos pólos centrais do estudo, onde os demais resultados exibidos acabam por transmitir ao leitor, a grande afluência (e presença) turística àquele local e quem ocupa, em larga medida, os demais imóveis ali presentes na época alta.

<sup>875</sup> Podendo ser estrangeiros ou ex-turistas nacionais de outras regiões de Portugal.

<sup>876</sup> Exemplo: Turistas estrangeiros que visitam o território durante a vida profissional activa, que trabalham no seu país de origem e ali se mantêm, visitando os destinos de férias, quando é oportuno, mas que na idade da reforma, acabam por trocar o seu país de origem pelo outrora destino turístico, desterritorializando-se e reterritorializando-se.

que se inferem pelos condicionalismos de índole e capacidade económica (por exemplo, alguém que more ali perto, dificilmente optará por ir fazer compras num mini mercado daquela zona devido à especulação que acompanha o preço de produtos, e por este, se encontrar inserido num espaço “exclusivo”<sup>877</sup>).

### **5.3.8- Balanço geral das sessões de observação**

-A nível de disposição no espaço, alguns grupos de turistas estrangeiros apresentaram percursos fiéis à sua cultura de origem. Muitos dos locais frequentados mantiveram-se semelhantes ao longo das semanas, facto que se pôde comprovar através da observação dos mesmos indivíduos, que traçaram territorialidades micro<sup>878</sup> (tendencialmente junto dos hotéis e residências);

-Comprovou-se que a população turista é tão densa que acaba por ser largamente superior ao número de indivíduos locais;

-A relação entre autóctones e turistas estrangeiros foi de uma forma geral harmoniosa, exceptuando-se alguns casos de conflito e descontentamento, registados no acesso a serviços (em maior evidência nos centros comerciais e serviços de lazer na Zona Ribeirinha, como os carrosséis) e, predominantemente, nos espaços de recreação nocturna, caracterizados pelo elevado consumo de álcool e forte choque de grupos étnicos e de diferentes culturas;

-Quanto à relação entre turistas portugueses e autóctones, esta foi mais dinâmica, registando-se casos específicos de interações algo hostis e de desrespeito. Estes cenários observaram-se maioritariamente nos centros comerciais e em serviços como bares, restaurantes, esplanadas e gelatarias (na Marina e na Praia da Rocha);

---

<sup>877</sup> Em certa medida foi algo que se notou, visto existir um pequeno espaço comercial destinado à venda de bens alimentares na “fronteira” entre o areal da Praia da Rocha e a área da Marina de Portimão, em que os clientes são quase, exclusivamente turistas.

<sup>878</sup> Faz-se aqui, uma alusão às metodologias desenvolvidas por Torsten Hägerstrand (1967), relacionadas com o estudo e simulação de processos espaciais focados na escala individual, as quais eram essenciais para perceber as dinâmicas de agregados de pessoas e características de grupos. Atentou ainda para a importância da tecnologia para a Geografia e percepção da correlação entre espaço e tempo, salientando-se o uso do método *Monte Carlo*, algoritmo matemático baseado na repetição que usa critérios de aleatoriedade para resolver problemas previamente entendidos como sendo determinísticos. Deste modo, o autor terá prestado contributos significativos no que concerne às micro escalas, sendo este ponto do trabalho, um campo fértil para a implementação das suas ferramentas metodológicas (apesar de não ter sido esse o caminho escolhido). Em tempos hodiernos, já existem trabalhos rigorosos sobre estas territorialidades, usando dados de geolocalização dos *smartphones*, especialmente na área da Cartografia Social.

-Em especial, salienta-se ainda uma relação mais tempestuosa, registada em situações de confronto ou abordagens profissionais. Aqui consumaram-se vários episódios de tratamento rude face a emigrantes portugueses que passam férias no local;

-A hospitalidade e atendimento à clientela são enviesados na maior parte dos estabelecimentos, caracterizados substancialmente, por um tratamento *premium/vip* prestado aos turistas estrangeiros, em detrimento dos indivíduos locais e turistas nacionais;

-As desigualdades sociais (já apontadas anteriormente) pareceram influenciar bastante a disposição no espaço, e as dinâmicas de consumo nos estabelecimentos. Os turistas nacionais, em grande parte dos casos, apresentam-se em grupos mais amplos e consomem menos que os turistas estrangeiros. Constatou-se ainda que, os autóctones adoptam um registo quase inexistente nos espaços (quando comparados com os outros 2 grupos, exceptuando aqui, os empregados e profissionais que integram/prestam os serviços);

-As saídas dos locais onde foram realizadas as sessões de observação, eram caracterizadas por vias de acesso sempre marcadas por grande alvoroço e ânimos exaltados. A sobrelotação e insuficiência da capacidade destes ramais de acesso (assim como parques e locais de estacionamento) era também notória, configurando mais ilações negativas formuladas acerca do congestionamento e escassez de recursos na cidade;

-Verificou-se a presença de turistas de várias idades nos mais variados espaços (faixas etárias entre os 1 e os 99 anos). Todos os locais de análise esboçaram esta heterogeneidade de idades. A tipologia turística desses elementos espaciais pareceu não influenciar escolhas, todos procuram tudo;

-Observaram-se traços concretos de turistas com perfil diferenciado, estendendo-se de simples turistas de “sol e mar” (em sentido genérico, que se satisfazem com o binómio) a turistas recreativos, culturais, gastronómicos;

-A existência de diversas faixas etárias também pareceu determinar a escolha do que fazer nos locais públicos (facto comum a todos os hetero-grupos). Os agregados de pessoas mais jovens, compostos por amigos, faziam uso da via pública para actividades de consumo e interacção (tanto nos períodos diurnos como nocturnos). Em

contrapartida, grupos familiares, casais ou pessoas singulares recorriam, primordialmente, à oferta de serviços;

-Comprovou-se a distinção enunciada na base teórica do trabalho acerca do poder, dado que as relações e interações registadas se prendiam, de forma proeminente, com a ideia pré-concebida que os grupos locais tinham dos clientes que afluíam aos estabelecimentos e espaços públicos, condicionando formas de abordagem, tons de voz, entre outros<sup>879</sup>;

-A noção de *topofilia* também se demonstrou presente, ainda que de forma residual. Comprovou-se a sua força através de várias atitudes de autóctones, que expressaram opiniões negativas sobre a presença de outros grupos, afirmando que não só perturbavam a paz dos locais, como destruíam o espaço, e que por sua causa, o mesmo alterava-se<sup>880</sup>;

-Foi também observada a existência das *multiterritorialidades* apontadas por Haesbaert (2006), que apesar de estarem presentes desde o início (assumindo que pelo facto de se falar de turistas já se fala em *multiterritorialidade*, por causa da transposição de barreiras fronteiriças, tendo sempre presente que essa condição multiterritorial é muito mais vasta<sup>881</sup>), se comprovaram a uma escala micro, essencialmente pelo acesso a vários locais no mesmo espaço em função do seu poder económico (o que não acontecia com os autóctones, e que sucedia em larga escala com os estrangeiros).

Em detalhe, ocupavam condomínios privados de luxo<sup>882</sup> com recurso ao arrendamento, faziam uso dos transportes mais caros (orientados para turistas, como viagens de barco entre portos do Algarve<sup>883</sup>) e especializados (lúdicos- exemplo: autocarros exclusivos para turistas de transporte para parques temáticos, localizados em territórios de outras zonas do Algarve<sup>884</sup>), alguns destinados à transposição rápida de

---

<sup>879</sup> Relembre-se o caso de filtragem imposto pelos estabelecimentos presentes na Marina de Portimão.

<sup>880</sup> Foram registados, em várias situações, comentários negativos destinados aos turistas, que se prendiam com o facto dos lugares ficarem poluídos, o que ocorreu, tanto no areal das praias, como nas avenidas e estabelecimentos comerciais.

<sup>881</sup> Como se comprova com o presente relato de eventos.

<sup>882</sup> Ou destinados a classes médias, que se encontram inflacionados na época balnear.

<sup>883</sup> Facto adquirido mediante observação das filas de acesso aos serviços, e no momento de ataracagem dos barcos, em que se verificava quem saía dos mesmos (ocorrência contemplada na Zona Ribeirinha e no sector portuário da Marina).

<sup>884</sup> Exemplos- Lagoa (*Slide n Splash*), Alcantarilha (*Aqualand*), Algoz (*Crazy World*), Albufeira (*Zoomarine*), Quarteira (*AquaShow*), Lagos (*Zoo*).

escalas territoriais (recurso às avionetas de aeródromos locais<sup>885</sup>, que fazem passeios de lazer, mas ligam rapidamente Portimão a áreas e cidades vizinhas), recorrendo ainda a tecnologias de informação à distância (hoje em dia comuns, mas pautadas nestes casos, em grande parte das vezes, por equipamentos modernos, de valor elevado) fazendo uso de toda a variedade de serviços numa lógica multi-escalar dentro da escala local, sem quaisquer entraves, desde restaurantes a hotéis (tanto de cariz económico como espaços de luxo) e a todas as experiências de passeio (visitas às grutas sitas ao longo da costa) ou consumo (aquisição de produtos típicos do Algarve<sup>886</sup>), independentemente dos valores cobrados para aderir a essas práticas.

Cabalmente, daquilo que se observou, para os turistas não se afigura como uma realidade a presença de muros, enquanto que para os autóctones, apesar de usufruírem também de uma *multiterritorialidade*, essa é mais condicionada, mais confinada;

-Registou-se ainda, a presença das chamadas *territorialidades mecânicas*<sup>887</sup> ou de eleição, pautadas por trajectos fixos e sistemáticos de prática quotidiana (ex: turistas estrangeiros nos bares expressamente destinados a actividades ligadas à sua cultura de origem);

-As situações de conflito e descontentamento registadas (em todos os locais), prenderam-se com a sobrelotação do espaço e com a inferioridade numérica de indivíduos locais no mesmo, prestando indícios de processos de *desterritorialização in situ*<sup>888</sup> em curso (que poderão ser momentâneos ou que se poderão propagar no tempo);

Em suma, as sessões de observação foram bastante profícuas, acabando por comprovar algumas das hipóteses formuladas com o desenvolvimento da investigação. Existem dinâmicas de conflito, existem territorialidades muito heterogéneas (definidas e balizadas por factores de estatuto social e de poder económico), existe um descontentamento com a sobrelotação do espaço, que irradia principalmente das comunidades locais, mas que, com alguma surpresa, também se estende aos turistas

---

<sup>885</sup> O mais conhecido, o aeródromo municipal de Portimão localiza-se na área dos Montes de Alvor.

<sup>886</sup> Como a sardinha assada, cujo preço dispara na época balnear, fundamentalmente nos estabelecimentos de restauração, mas também nos mercados municipais e superfícies comerciais.

<sup>887</sup> Caracterizadas pelas movimentações premeditadas e repetitivas ao longo dos dias. O termo “territorialidades mecânicas” é um conceito próprio, utilizado neste âmbito, apenas pelo investigador.

<sup>888</sup> Conceito de Haesbaert (2006), abordado no enquadramento teórico do trabalho.

nacionais e até a alguns estrangeiros, e, existem muros, em concreto, muitos espaços de acesso controlado<sup>889</sup>.

Por fim, atesta-se que o supra exposto, sugere que esta metodologia faculta indícios importantes acerca das problemáticas em estudo, podendo afirmar-se que representam conclusões objectivamente generalizáveis. Tratam-se, como se sabe, de dinâmicas difíceis de analisar por métodos convencionais, onde as estatísticas oficiais são falíveis e pouco precisas. Em bom rigor, fala-se aqui, de fragmentos da realidade, obtidos com uma metodologia de índole sociológica, mas com um teor marcadamente antropológico<sup>890</sup> na medida em que se prende com a investigação que esta ciência tem feito do turismo, em particular, no que concerne à relação entre turistas e populações locais que deve ser observado de um ponto de vista de análise desse sistema de funcionamento e de interacção, e não apenas da perspectiva do mercado (de consumo/venda) que explora o fenómeno turístico (Araújo *et al.*, 2016). No entanto, com base nesta lista de ilações, comprovou-se que muitas das transformações do espaço são destinadas a quem vem de fora<sup>891</sup>, vindo deste modo, a dar-se azo a processos lentos, mas presentes de *desterritorialização in situ*.

Os sinais de resistência face às transformações impostas pelo turismo no território, e a apropriação territorial em grande escala (turistificando as comunidades<sup>892</sup>), estiveram assim, presentes em todos os locais de observação.

## **5.4- Inquéritos**

Visando robustecer as dimensões abordadas na observação, em segunda instância, recorre-se à aplicação dos inquéritos por questionário, perspectivando a implementação de uma metodologia quantitativa e da produção de dados estatísticos

---

<sup>889</sup> Não esquecendo que os acontecimentos que evidenciaram tais realidades, ocorreram em períodos curtos de tempo, balizados pelos limites auto-impostos para a implementação da metodologia.

<sup>890</sup> Relembre-se que a génese expressões como o “*touree*”, o indivíduo local que se transfigura (falsificando os seus costumes, aparência, modos, comportamentos, entre outras características) para encenar o passado e a personagem “típica” que vai ao encontro do imaginário (estereotipado) do turista, essencial para a percepção da relação entre os grupos aqui em análise, emerge da antropologia (Grünewald, 2003).

<sup>891</sup> Coloca-se a questão da *falta de soberania*, discutida por Saskia Sassen (2006) quando aborda e analisa, por exemplo, situações em que os objectivos nacionais, são re-orientados para satisfazer necessidades de projectos globais. O mesmo sucede no caso em estudo, onde a soberania da escala local é colocada em causa, em função da satisfação e bem estar de elementos exógenos ao território.

<sup>892</sup> Existem vários modos e modelos de *turistificação* das comunidade que se mercantilizam, por vezes, seguindo negócios agressivos; que se desfilam da dinâmica dos tempos (encenando o passado para satisfazer o cliente).

que contribuam para um entendimento relativo à percepção das comunidades locais acerca dos fenómenos em estudo. Deste modo, procede-se ulteriormente, à exposição detalhada, de todo o percurso, e desafio que foi criar os questionários, aplicá-los e analisar as respostas obtidas com os mesmos.

#### **5.4.1 A construção dos inquéritos por questionário**

Os inquéritos por questionário<sup>893</sup> revestiram a metodologia que consumiu mais tempo (tanto no desenvolvimento e distribuição, como no tratamento dos dados). Procuraram essencialmente, recolher informação bruta atinente às posições adoptadas pelos residentes da cidade de Portimão face ao turismo. Estruturalmente, o questionário é composto por 45 questões, segregadas em 4 grupos distintos:

**1º Grupo- Caracterização sociográfica**, que procura conhecer as características qualitativas dos inquiridos (sexo, idade...);

**2º Grupo- Posição face ao Turismo em Portimão e transformações territoriais**, uma secção que almeja perceber o grau de envolvimento que os residentes locais tiveram na re-estruturação física e identitária da cidade e qual a sua posição face às alterações registadas;

**3º grupo- Relação entre turistas e autóctones**, um ponto que analisa quais os graus de empatia e receptividade das comunidades locais para com os visitantes e possíveis “invasores”, tentando balizar quais os níveis de aceitação e tolerância entre hetero-grupos;

**4º grupo- Escassez de recursos**, grupo de questões que esboça os efeitos da sobrecarga territorial no desenrolar da vida dos agentes locais, mensurando o grau de interferência que é inferido no quotidiano dessas pessoas;

Quanto à tipologia das questões, foram usadas em grande parte, perguntas fechadas que facultam uma resposta directa (facilitando a posterior análise), mas também perguntas abertas (orientadas na perspectiva de conhecer opiniões espontâneas acerca das problemáticas, sem condicionantes pré-estabelecidas) e semi-abertas, algumas delas mensuradas por escalas de *Likert* com 5 níveis<sup>894</sup>.

---

<sup>893</sup> Disponível na secção dos anexos.

<sup>894</sup> Que se podem discernir no modelo de inquérito presente na secção dos anexos.

### **5.4.2 Recolha da informação**

Os questionários foram levados à população em suporte de papel, tendo sido distribuídos por toda a cidade de Portimão com principal incidência nas áreas de intervenção apontadas no ponto 4.4.3. Foram entregues em lojas, restaurantes, na rua, em habitações, centros comerciais e nos cafés. Tratando-se de uma *amostra não probabilística*, este método foi o mais adequado, e afigurou-se profícuo (relembrando-se, que os participantes do estudo, são abordados por se encontrarem disponíveis naquele momento). A recolha da informação decorreu ao longo de todo o tempo de desenvolvimento da tese, onde foram “contratados” distribuidores de questionários (num total de 5 pessoas para além do autor do trabalho).

O inquérito foi distribuído em português<sup>895</sup> e foram esclarecidas dúvidas junto da população. Numa fase inicial foram distribuídos questionários de teste que apresentaram grande receptividade junto da comunidade, mas que sofreram algumas alterações devido a sugestões prestadas pelas pessoas abordadas<sup>896</sup>.

### **5.4.3- População-alvo e amostra**

Definiu-se como população-alvo para a investigação, os autóctones da cidade de Portimão (englobando residentes<sup>897</sup> do concelho e nascidos) com idades transversais a todas as faixas etárias (15-99 anos de idade<sup>898</sup>), com o intuito de se obter respostas heterogéneas, potenciadas por pessoas com características distintas (exemplo: sexo), mas também em fases da vida diferentes. Relembre-se que a aceitação e reprovação da *turistificação*<sup>899</sup> se poderá prender com experiências pessoais, estilos de vida, nível de escolaridade, o tempo de residência no espaço e o usufruto do mesmo em épocas

---

<sup>895</sup> Equacionou-se a hipótese de serem abordados residentes estrangeiros que não falassem português, pelo que seriam prestadas explicações em inglês (por ser o idioma mais usado no mundo) aos inquiridos por parte do investigador e dos distribuidores, visando esclarecer dúvidas acerca das questões e dos temas em análise.

<sup>896</sup> Essencialmente pelo tipo de linguagem e terminologia técnica e científica (um número muito reduzido de indivíduos também se queixou do tamanho do questionário, não surtindo estes juízos de opinião, efeitos no modelo final).

<sup>897</sup> “Antigos” e novos.

<sup>898</sup> Jovens, adultos e idosos, excluindo-se as crianças até aos 14 anos devido ao detalhe técnico e complexidade de algumas questões, apesar destas, serem pontualmente explicadas aos inquiridos, se necessário.

<sup>899</sup> E dos restantes fenómenos já explorados.

diferentes, factores que permitem contemplar panoramas dissonantes e desenhar um todo coerente<sup>900</sup>.

Relativamente à amostra, visando a sua definição, recorreu-se a dados oficiais do INE (2013) relativos a Portimão, ao uso de uma ferramenta *on-line* de cálculo<sup>901</sup> (e seus referenciais), e a uma avaliação da natureza da própria investigação e das suas limitações<sup>902</sup>.

Segundo dados dos censos 2011 para a região do Algarve, o Concelho de Portimão apresenta, como referido anteriormente, um total de 55 614 habitantes distribuídos pelas 3 freguesias (40 000 no interior das malhas da cidade), e uma densidade populacional, de aproximadamente, 305,5 hab./km<sup>2</sup> no concelho e de 600,2 hab./km<sup>2</sup> na cidade/freguesia (INE, 2013). Ora tendo em conta que os locais seleccionados para intervenção, se localizam na freguesia de Portimão que engloba a cidade<sup>903</sup>, sendo esta representativa do território concelhio, foi usado como referência o valor da densidade populacional adstrita àquela fracção territorial de 600,2 hab./km<sup>2</sup>, o que materializaria, em proporção, uma amostra de 600 pessoas<sup>904</sup>. No entanto, foram ainda explorados valores de referência utilizados por vários portais de investigação *on-line*, que disponibilizam ferramentas que permitem o cálculo ídílico a atribuir a uma investigação de acordo com os pressupostos e parâmetros apresentados.

Um desses endereços consultados, foi o “*surveymonkey.com*”, um *website* orientado para o desenvolvimento de pesquisas electrónicas com recurso a inquéritos por questionário. Nesse portal, foi possível utilizar um algoritmo matemático, através da inserção de dados<sup>905</sup>, que permitiu calcular de forma assertiva o número ideal de questionários a distribuir para efectuar a investigação, tendo por base, os dados brutos

---

<sup>900</sup> A comprovar ou refutar com a posterior análise dos resultados.

<sup>901</sup> Ulteriormente apresentada, o nome, e em que consiste.

<sup>902</sup> Trabalho individual, a possibilidade de muitos inquéritos aparecerem em branco, ou de não serem, correctamente preenchidos.

<sup>903</sup> Atente-se que, quando é feita a referência à cidade e aos dados aos quais se recorre na presente investigação, são sempre os do Concelho de Portimão, expostos linhas acima. Apenas se alude aos dados da freguesia para determinação/definição do tamanho da amostra em função da densidade populacional de habitantes por Km<sup>2</sup>, por se entender que os locais seleccionados para a intervenção são todos na freguesia de (Vila Nova de) Portimão. Os dados do concelho são mais indicados para a investigação, pois as pessoas abordadas para integrar o estudo, poderão ser provenientes das outras unidades territoriais (Alvor e Mexilhoeira da Carregação), conforme será questionado nos inquéritos aplicados.

<sup>904</sup> Recorreu-se a este referencial.

<sup>905</sup> Do tamanho do universo amostral, do tipo de estudo pretendido, entre outros.

da população da cidade de Portimão e a natureza do próprio estudo<sup>906</sup>. Após o cálculo, os valores deverão ser coincidentes (ou próximos) dos apresentados na tabela 38 (infra), modelo de referência dos valores a aplicar com base no tamanho da população.

**Tabela 38-** Valores de referência para o tamanho da amostra.

População	Número ideal de Inquéritos a aplicar por número de habitantes					
	Margem de Erro			Nível de Confiança		
	10%	5%	1%	90%	95%	99%
<b>100</b>	50	80	99	74	80	88
<b>500</b>	81	218	476	176	218	286
<b>1000</b>	88	278	906	215	278	400
<b>10000</b>	96	370	4900	264	370	623
<b>100000</b>	96	383	8763	270	383	660
<b>1000000+</b>	97	384	9513	271	384	664

Fonte: Adaptado de modelo presente em “[pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/](https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/)”.

Neste contexto, lembre-se que, tratando-se de uma *amostragem não probabilística* não fará sentido recorrer a uma margem de erro e estimação de nível de confiança rigoroso<sup>907</sup> devido à inexistência de um marco amostral. Deste modo, assumem-se os valores de margem de erro e nível de confiança da tabela 38 como mera referência, destinados a coincidir com o número ideal de questionários a ser preenchidos.

Com efeito, a margem de erro adoptada foi de 5%, com um respectivo intervalo de confiança de 95%, o que potenciará uma necessidade mínima de 376 questionários preenchidos (portanto, tudo acima destes valores seria aceitável, e representativo da população total). A diferença entre o valor proposto de 376 e os 600 habitantes previstos inicialmente, seria de 224 questionários, um volume significativo, pelo que se optou por um meio termo, dividir essa diferença ao meio, o que daria 112 inquéritos. Em termos práticos, optou-se por arredondar esse número por defeito, para os 500 questionários que se viriam a aplicar. Esta decisão emergiu do facto de, sendo esta uma *amostragem não probabilística*, existem fortes probabilidades de muitos dos inquéritos não serem preenchidos, totalmente ou parcialmente (devido à flexibilidade deste tipo de

<sup>906</sup> Estudo de percepção, tipo de amostra.

<sup>907</sup> Vários investigadores chegam a defender que para este género de amostragem nem sequer se usam margens de erro e níveis de confiança.

amostragem, carente de muito rigor), o que representaria um vazio de informação no âmbito dos 376 inquéritos de referência. Deste modo, acautela-se essa situação, ampliando o número de questionários aplicados (margem de 124), aproximando-se mais, do valor adstrito ao número de habitantes por km<sup>2</sup>, de 600.

Reforçando a ajuda da ferramenta para definir a amostra, pareceu também que 500 inquéritos seria o número correto a adoptar, dada a tipologia da investigação (trabalho individual) e do facto de Portimão ser uma cidade relativamente pequena no panorama nacional.

Em suma, em termos da amostra, optou-se por uma *amostra não probabilística* (pressupostos de escolha já explanados neste capítulo 5) composta por 500 autóctones da cidade de Portimão. Esta escolha procurou ainda, atribuir aos indivíduos participantes do estudo, as mesmas chances de resposta, dado serem abordados por conveniência, sem critérios específicos.

#### **5.4.4 Organização e tratamento da informação**

Face ao exposto, com base nos pressupostos e valores apresentados, procede-se, de seguida, à exposição detalhada dos resultados adquiridos com a aplicação dos inquéritos por questionário.

Num primeiro ponto, expõem-se as tendências subjacentes às questões fechadas presentes nos inquéritos, realizando-se primariamente, uma análise focada no teor das questões propriamente ditas, com base em cada uma das variáveis consideradas relevantes.

Posteriormente, será realizada uma análise bivariada de algumas das questões apresentadas, visando-se neste aspecto, realizar alguns cruzamentos entre variáveis que se afiguram essenciais para o estudo, permitindo formular respostas para algumas questões fundamentais para a problemática (exemplo- quem beneficia com o turismo? Os casados? Os idosos? Aqueles que têm um emprego turístico?).

Numa terceira fase, privilegiar-se-á uma análise multivariada dos dados, almejando deste modo, fortalecer a investigação através de uma passagem por todos as instâncias de avaliação (univariada, bivariada e multivariada). Pretende-se portanto, gerar grupos que esbocem uma tendência de postura face às problemáticas em estudo,

expondo-se neste âmbito, as características qualitativas dos integrantes dos *clusters* formados.

De outra natureza, reserva-se ainda um ponto que se destina à análise das questões abertas que integraram os questionários, onde se providenciam transcrições integrais das respostas facultadas pelos inquiridos. Pretende-se aqui, a par das entrevistas (aplicadas a *stakeholders* da oferta turística), prestar ao leitor, uma perspectiva transparente do pensamento dos indivíduos (uma fracção, dado serem 500) que participaram no estudo, levando em conta, a livre manifestação de posturas face aos fenómenos em investigação<sup>908</sup>.

Por fim, sublinha-se que no final de cada exposição, existe uma pequena secção de balanço e avaliação dos dados apresentados em cada um dos pontos que compõem esta fase de análise metodológica.

#### **5.4.4.1 Estatística descritiva (Questões fechadas)**

##### **1º Parte Caracterização sociográfica**

Na primeira variável em análise, atinente ao sexo dos inquiridos, pode constatar-se, na tabela 39, que a distribuição dos inquéritos foi equilibrada, tendo-se inquirido 234 homens (46,8%) e 266 mulheres (53,2%)<sup>909</sup>, totalizando os quinhentos questionários previstos para “N<sup>910</sup>”. Relembre-se que não se procurou efectuar uma partição equitativa de 50/50 em função do sexo/género, dado que a análise foi *não probabilística*, motivando a aleatoriedade dos inquiridos (aqueles que se iam encontrando nas áreas estipuladas para distribuição de questionários). O resultado foi, portanto, uma maior participação das mulheres. A disposição gráfica desta realidade apresenta-se na tabela 39.

---

<sup>908</sup> A uma escala mais superficial e menos detalhada do que nas entrevistas.

<sup>909</sup> De acordo com os dados da população da cidade (concelho) no anos de 2017/2018 (aplicação dos inquéritos e conseqüente tratamento) da base de dados Pordata (2020), estes valores são representativos da população total de Portimão, composta à data por 26222 (47,15%) indivíduos do sexo masculino e 29152 (52,85%) do sexo feminino, uma vez que são bastante próximos aos obtidos com a aplicação dos questionários (apesar de não se ter recorrido a um método de *amostragem não probabilística por quotas*).

<sup>910</sup> Letra que, em estatística, representa o número total da amostra, da população em estudo.

**Tabela 39- Género/sexo dos inquiridos.**

		<b>Sexo</b>			
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	masculino	234	46,8	46,8	46,8
	feminino	266	53,2	53,2	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

A segunda variável analisada foi a idade dos integrantes da amostra, que se revelou bastante heterogénea. Em dados concretos, as pessoas mais jovens inquiridas têm 15 anos, enquanto que a mais velha apresenta uma idade de 82 anos (reitera-se que a amplitude etária se estendeu desde os 15 aos 99 anos).

O número que se repete mais vezes (a moda), corresponde a 34 anos e a média de idades recai sobre os 37 anos<sup>911</sup>. Estes valores atestam a abrangência dos residentes da cidade de Portimão abordados, revelando ainda, em certa medida, que a população activa foi aquela que mais prontamente colaborou no estudo.

Na tabela 40 pode-se observar em detalhe a idade e o número de inquiridos pertencentes à mesma faixa etária.

---

<sup>911</sup> Apenas a título de curiosidade: a mediana também é 34.

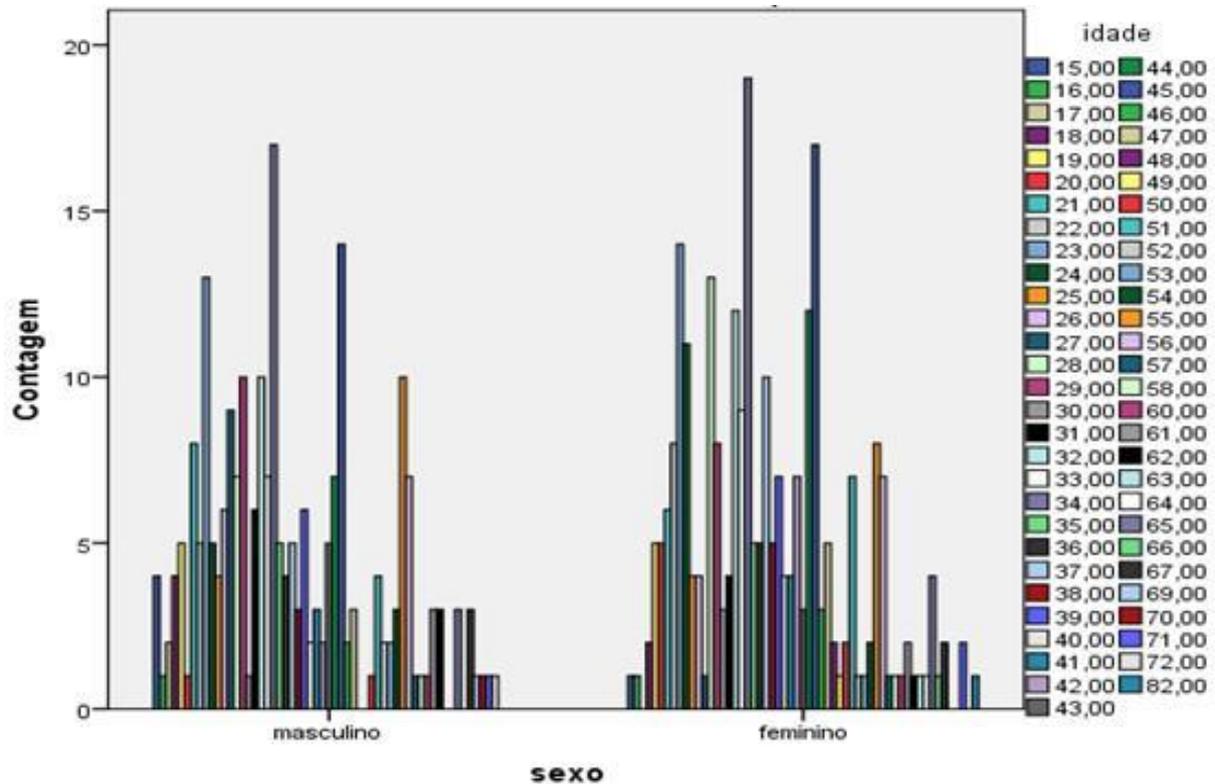
**Tabela 40-** Idade dos inquiridos.<sup>912</sup>

		Idade			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	15,00	5	1,0	1,0	1,0
	16,00	2	,4	,4	1,4
	17,00	2	,4	,4	1,8
	18,00	6	1,2	1,2	3,0
	19,00	10	2,0	2,0	5,0
	20,00	6	1,2	1,2	6,2
	21,00	14	2,8	2,8	9,0
	22,00	13	2,6	2,6	11,6
	23,00	27	5,4	5,4	17,0
	24,00	16	3,2	3,2	20,2
	25,00	8	1,6	1,6	21,8
	26,00	10	2,0	2,0	23,8
	27,00	10	2,0	2,0	25,8
	28,00	20	4,0	4,0	29,8
	29,00	18	3,6	3,6	33,4
	30,00	4	,8	,8	34,2
	31,00	10	2,0	2,0	36,2
	32,00	22	4,4	4,4	40,6
	33,00	16	3,2	3,2	43,8
	34,00	36	7,2	7,2	51,0
	35,00	10	2,0	2,0	53,0
	36,00	9	1,8	1,8	54,8
	37,00	15	3,0	3,0	57,8
	38,00	8	1,6	1,6	59,4
	39,00	13	2,6	2,6	62,0
	40,00	6	1,2	1,2	63,2
	41,00	7	1,4	1,4	64,6
	42,00	9	1,8	1,8	66,4
	43,00	8	1,6	1,6	68,0
	44,00	19	3,8	3,8	71,8
	45,00	31	6,2	6,2	78,0
	46,00	5	1,0	1,0	79,0
	47,00	8	1,6	1,6	80,6
	48,00	2	,4	,4	81,0
	49,00	1	,2	,2	81,2
	50,00	3	,6	,6	81,8
	51,00	11	2,2	2,2	84,0
	52,00	3	,6	,6	84,6
	53,00	3	,6	,6	85,2
	54,00	5	1,0	1,0	86,2
	55,00	18	3,6	3,6	89,8
	56,00	14	2,8	2,8	92,6
	57,00	2	,4	,4	93,0
	58,00	2	,4	,4	93,4
	60,00	2	,4	,4	93,8
61,00	5	1,0	1,0	94,8	
62,00	4	,8	,8	95,6	
63,00	1	,2	,2	95,8	
64,00	1	,2	,2	96,0	
65,00	7	1,4	1,4	97,4	
66,00	1	,2	,2	97,6	
67,00	5	1,0	1,0	98,6	
69,00	1	,2	,2	98,8	
70,00	1	,2	,2	99,0	
71,00	3	,6	,6	99,6	
72,00	1	,2	,2	99,8	
82,00	1	,2	,2	100,0	
Total		500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

<sup>912</sup> Admite-se que poderia ter sido implementada uma pirâmide etária, por norma, mais intuitiva para expor os dados das faixas etárias da população participante no estudo, contudo, primou-se por manter a uniformidade visual dos elementos gráficos introduzidos no trabalho.

\De modo a perceber quais as características dos participantes do estudo, recorreu-se a um agrupamento por *cluster*, expondo em detalhe cada valor de idade e o género de cada um dos inquiridos (gráfico 21). Assim, percebe-se facilmente o volume de pessoas de cada sexo por faixa etária que respondeu ao inquérito.



**Gráfico 21-** Relação idade/sexo dos participantes<sup>913</sup>.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Quanto ao estado civil, pôde verificar-se (tabela 41) que o grosso (223 pessoas) dos inquiridos, se encontra casado/a ou a viver maritalmente (44,6% da amostra). Também em grande número, apresenta-se a população solteira, em concreto 213 pessoas (42, 6%). Por fim, em números mais reduzidos, encontram-se os indivíduos divorciados ou separados (58 ou 11,6%) e viúvos (6 ou 1,2%).

<sup>913</sup> Para expor os presentes dados, seria, como já referido acima, mais sugestivo a elaboração de uma pirâmide etária, contudo, todos os dados aqui analisados, assim como os seus produtos e testemunhos gráficos plasmados no presente trabalho, foram produzidos com recurso à ferramenta *SPSS* (já mencionada), que implementa como *standart*, este modelo visual, aquando da introdução de variáveis que comportem muita informação (neste caso, as diversas idades dos inquiridos).

**Tabela 41-** Dados do estado civil dos inquiridos.

<b>Estado civil</b>					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	solteiro/a	213	42,6	42,6	42,6
	casado/a ou a viver maritalmente	223	44,6	44,6	87,2
	divorciado/a ou separado/a	58	11,6	11,6	98,8
	viúvo/a	6	1,2	1,2	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Procurou-se também, saber a naturalidade dos inquiridos, que apesar de se ter estipulado à partida que teriam todos de residir em Portimão, sabia-se que nem todos seriam naturais do território. O que se apurou foi que: 336 indivíduos (67,2%) são efectivamente naturais da freguesia de Portimão, 104 (20,8%) são provenientes de outras freguesias inerentes ao concelho, 32 (6,4%) são portugueses de outras localidades, 26 (5,2%) são de origem estrangeira e vivem actualmente na cidade<sup>914</sup>, e que 2 pessoas se abstiveram de providenciar o seu local de origem (0,2%).

Perante estes resultados, podem-se constatar 2 realidades: a existência de fenómenos de des/re-territorialização dos inquiridos; indícios de uma conjuntura abordada ao longo do estudo, ex-turistas que se territorializaram no território. Estes valores encontram-se plasmados no tabela 42 (apresentada abaixo).

**Tabela 42-** Naturalidade dos inquiridos.

<b>Naturalidade</b>					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	2	,4	,4	,4
	da freguesia onde reside atualmente	336	67,2	67,2	67,6
	de outra freguesia do município/concelho de Portimão	104	20,8	20,8	88,4
	de outro município/concelho fora de Portimão	32	6,4	6,4	94,8
	de um país estrangeiro	26	5,2	5,2	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

<sup>914</sup> Atente-se que, de facto, num território turístico, a mobilidade não é exclusiva dos turistas, verificando-se que a comunidade local homogénea é um imaginário que não existe, registando-se muitas heterogeneidades.

Foi também importante conhecer o grau de escolaridade dos inquiridos (dados expostos no tabela 43 infra), não só para reter uma caracterização sociográfica mais coerente acerca dos mesmos, mas também, para se efectuar ulteriormente, análises estatísticas bivariadas e multivariadas com base nestes dados.

Assim, constatou-se que apenas 1 pessoa (0,2%) não completou qualquer nível de escolaridade, que 6 pessoas (1,2%) completaram o 1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário), que 17 pessoas (3,4%) concluíram com sucesso o 2º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório), que 61 atingiram como nível de instrução máximo o 3º ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano), que em larga escala, 240 (48%) se ficaram pela escolaridade obrigatória (12º ano actualmente), que 100 indivíduos (20%) frequentaram o ensino superior, e que, por fim, 75 pessoas (15%) completaram o ensino superior (independentemente do grau: licenciatura, mestrado ou doutoramento).

**Tabela 43 - Grau de escolaridade dos inquiridos<sup>915</sup>.**

		<b>Escolaridade</b>			
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não completou qualquer nível de escolaridade	1	,2	,2	,2
	1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário)	6	1,2	1,2	1,4
	2º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório)	17	3,4	3,4	4,8
	3º ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)	61	12,2	12,2	17,0
	12º ano (antigo 7º ano do liceu)	240	48,0	48,0	65,0
	bacharelato ou frequência do ensino superior	100	20,0	20,0	85,0
	ensino superior (licenciatura, mestrado, doutoramento)	75	15,0	15,0	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

No que diz respeito à ocupação, registaram-se 9 respostas em branco (não responde, 1,8%), 106 respostas de “desempregado/a” (21,2%), 271 de “exerce uma actividade profissional (54,2%), 65 de “procura primeiro emprego” (13%), 32 de “estuda” (6,4%), 9 de “reformado” (1,8%), e 8 de “outro” (1,6%). Aqui, depreende-se

<sup>915</sup> Não foi analisada ao detalhe a escolaridade, por exemplo, dos estrangeiros, optou-se apenas, por prestar um enquadramento geral do nível de instrução de todos os inquiridos em termos brutos.

que apesar do grosso dos inquiridos estar empregado, existe ainda uma grande fatia da amostra que se encontra sem exercer qualquer actividade laboral (por diferentes razões, algumas delas óbvias, como a menoridade legal para trabalhar), o que poderá, em certa medida, atestar que a sazonalidade imposta pelo turismo dificulta a estabilidade laboral<sup>916</sup>. Estes valores podem ser observados na tabela 44.

**Tabela 44-** Ocupação dos inquiridos.

Ocupação					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	9	1,8	1,8	1,8
	Desempregado/a	106	21,2	21,2	23,0
	exerce uma actividade profissional	271	54,2	54,2	77,2
	procura primeiro emprego	65	13,0	13,0	90,2
	estuda	32	6,4	6,4	96,6
	reformado	9	1,8	1,8	98,4
	outro	8	1,6	1,6	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

De modo a analisar também a influência que o turismo infere na esfera laboral, e a presença que tem no território, foi questionado aos indivíduos abordados qual a natureza do seu emprego, e se no mesmo, tinham contacto com turistas ou com o turismo *per se*<sup>917</sup>. Esta questão é importante, nomeadamente para perceber quem beneficia ou não com o turismo, de modo a avaliar se esse facto influencia as respostas. Com efeito, este cruzamento será feito posteriormente na secção destinada à análise bivariada<sup>918</sup>.

De acordo com o gráfico 22 (infra apresentado), constatou-se que a grande maioria dos inquiridos não respondeu, (218 indivíduos, 43,6% da amostra), o que era esperado, uma vez que se registou um grande número de desempregados e de menores na análise da questão anterior.

No entanto, 105 indivíduos (21%) revelaram ter um emprego turístico, e outros 144 (28,8%), afirmaram que o seu emprego não se relacionava com qualquer actividade

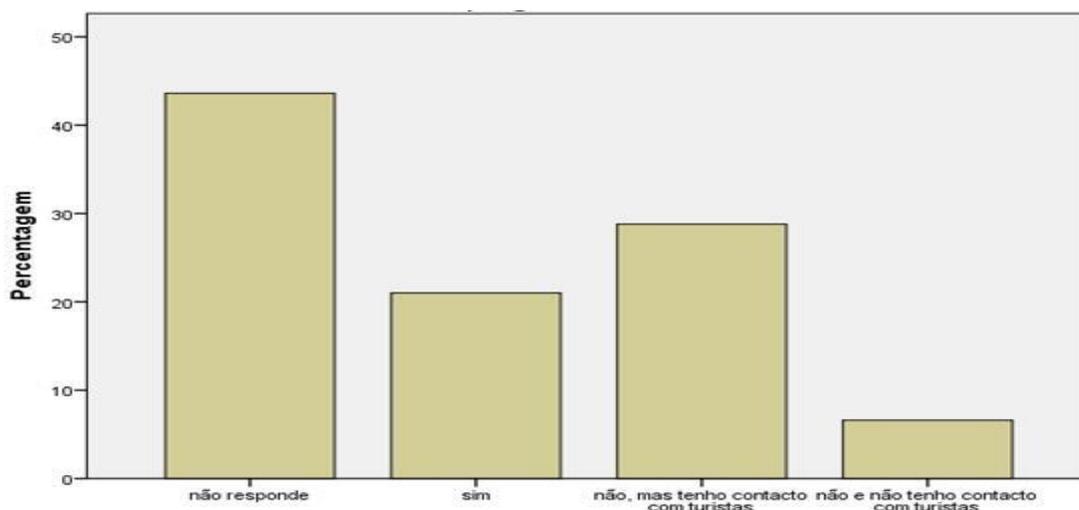
<sup>916</sup> Tal como esboçado anteriormente (na secção teórica atinente à problemática da sazonalidade).

<sup>917</sup> Actividades, efeitos directos (transformações do espaço por exemplo).

<sup>918</sup> Sobre esta questão, recorrendo à variável “ocupação”, destinam-se as tabelas de análise 61, 67, 73, 79, 85 e 91 da referida secção da tese.

ligada ao turismo, mas que tinham muito contacto com turistas. Já a restante minoria, 33 pessoas (6,6%), atestaram não ter um emprego turístico nem contacto com turistas.

Depreende-se, com base nestes dados, a influência e apropriação subliminar que o turismo gera em torno de actividades e vivências no território. Apesar de não ser um apoderamento generalizado, acaba por ditar a natureza das actividades laborais num grau significativo, o que por consequência, surte efeitos negativos na economia da região, e dos seus habitantes devido à sazonalidade.



**Gráfico 22-** Emprego Turístico- (Dados acerca da natureza do emprego dos inquiridos, se é um emprego relacionado com o turismo ou não).

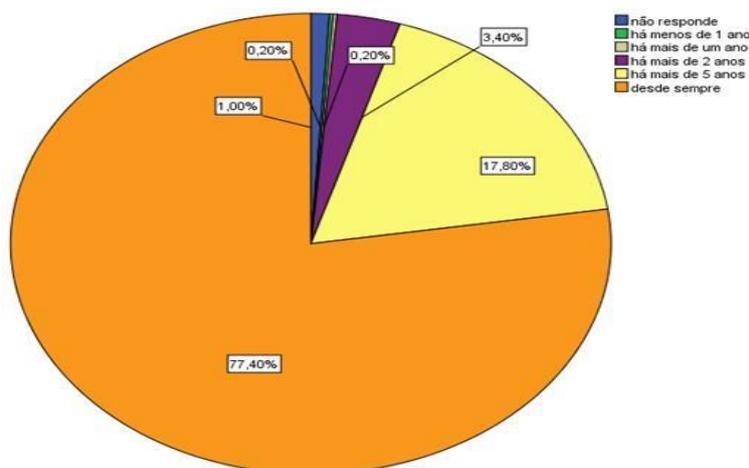
Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Analisando a questão 8, pode observar-se no gráfico 23, que a maioria dos inquiridos vive na cidade de Portimão desde sempre (77, 40%: 387 indivíduos), e que o somatório das restantes opções congrega 22,60% da população. Em detalhe, registou-se que: 17,80 % (89 pessoas) dos inquiridos reside em Portimão há mais de 5 anos; 17 (3,40%) dos elementos abordados com a metodologia, fizeram da cidade o seu *habitat* há mais de 2 anos; equitativamente 0,20%<sup>919</sup> (0,40% dividido pelas 2 opções de resposta) dos participantes exprimiu residir na cidade, apenas há pouco mais de um ano, e os outros 0,20%, há menos de um ano.

Esta realidade esboça a existência contínua de processos de *desterritorialização* e *reterritorialização*, uma vez que, alguns dos residentes supra mencionados, não são originalmente provenientes de Portimão centro, mas sim de freguesias distantes, de

<sup>919</sup> Apenas 1 indivíduo.

outras freguesias inerentes ao concelho, ou de países estrangeiros<sup>920</sup>. Concluindo a análise, alude-se que 1% dos inquiridos não respondeu.



**Gráfico 23-** Tempo de residência em Portimão (há quanto tempo vivem os inquiridos em Portimão?).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

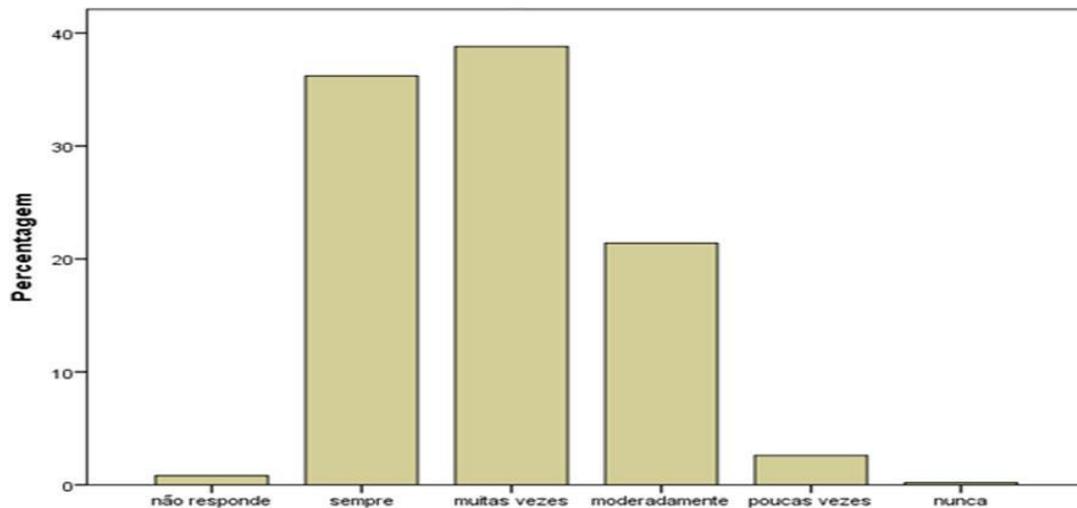
Por fim, de modo a selar o primeiro grupo de questões “caracterização sociográfica”, procurou-se analisar qual o entendimento, envolvimento, interesse e percepção que os autóctones possuíam face às transformações territoriais.

Deste modo, quando questionados acerca dessas transformações, constatou-se que: 4 indivíduos não responderam (0,8%); 181 afirmaram que acompanharam<sup>921</sup> desde sempre todas as transformações territoriais em Portimão (36,2%); 194 pessoas aduziram que têm acompanhado as mudanças muitas vezes, mas não sempre (38,8%); 107 dos inquiridos não mostraram muito interesse na temática, mas revelaram que estão moderadamente cientes das alterações estruturais que têm ocorrido ao longo dos tempos (21,4%); o número de pessoas que demonstraram um interesse reduzido no assunto foi de 13 (2,6%), assumindo que foram poucas as vezes que notaram mudanças ou que lhes

<sup>920</sup> Veja-se a nota de rodapé nº 745, recorrendo-se aqui à mesma lógica, de prestar apenas, uma noção geral no que tange ao período temporal de residência dos inquiridos no território, não incidindo a questão, sobre informação mais detalhada que preveja há quanto tempo os moradores estrangeiros se encontram territorializados em Portimão.

<sup>921</sup> Se estiveram cientes que algumas transformações ocorriam, se presenciaram de uma forma ou de outra a sua evolução (se foram intervenientes directos ou meros espectadores), se foram comprovando empiricamente que o território se alterava em determinado foco por terem contacto directo com os espaços transformados/modificados. Exemplo: indivíduo que passa num local todos os dias para ir trabalhar, onde não existira qualquer infra-estrutura, e que a determina altura, inicia-se ali uma construção de um hotel, que vai ganhando forma com o passar do tempo, e a referida pessoa, “acompanha” o processo (à distância, sem intervir) desde a sua génese até à sua conclusão.

deram importância; apenas 1 dos intervenientes admitiu nunca ter notado ou prestado atenção a qualquer tipo de alterações na sua cidade (0,2%). Toda esta informação em valores percentuais pode ser contemplada no gráfico 24.



**Gráfico 24-**Transformações territoriais (análise da questão 8).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

## **2ª Parte- Posição face ao Turismo em Portimão e transformações territoriais**

No encadeamento do primeiro grupo de questões, procede-se agora à análise do grupo “Posição face ao turismo em Portimão e transformações territoriais”.

Procurando saber qual a posição dos inquiridos acerca das transformações impostas pelo turismo em Portimão, verificou-se que a maioria acredita que as alterações em sentido amplo são positivas (213 pessoas, 42,6%). Em contrapartida, também em grande volume, apresentaram-se as posições negativas sobre o fenómeno, onde 187 pessoas (37,4%) expressaram manifestamente o seu desapeço pela reestruturação do território. Em menor número (94 indivíduos, 18,8% da amostra), posicionaram-se aqueles que acreditam que as ditas transformações lhes são indiferentes, e os que se abstiveram de responder (6 pessoas, 1,2%).

Com base nestes dados, torna-se possível deduzir que existem alguns indícios de descontentamento com um dos impactos directos do turismo, a *turistificação* territorial, dado que 37,4% da população se encontra insatisfeita. Não obstante, como já referido, a maioria dos inquiridos acredita que as transformações são positivas, 42,6% (tabela 45), assumindo-se portanto, que a amostra está muito dividida. No entanto, estas questões dos conflitos podem não ser compagináveis apenas com os números, as maiorias não se

podem impor às minorias e a focos de conflito que, mesmo vindo desses agregados minoritários, não podem ser esquecidos. Torna-se relevante, saber quem são os descontentes, e em sinergia com outras metodologias, tentar compreender o porquê dessa postura, quais as variáveis que se afiguram como negativas.

**Tabela 45-** Posição acerca das transformações territoriais.

O que acha das transformações?					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	6	1,2	1,2	1,2
	positivas	213	42,6	42,6	43,8
	negativas	187	37,4	37,4	81,2
	indiferentes	94	18,8	18,8	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Aprofundando o entendimento acerca deste impacto, recorre-se a uma análise bivariada<sup>922</sup>, cruzando as variáveis idade/transformações com o intuito de perceber se existem faixas etárias que aceitam o turismo de forma mais orgânica que outras. Os resultados deste cruzamento traduziram o seguinte:

-Em 171 jovens (faixa etária dos 15 aos 30 anos), registaram-se 85 respostas positivas, 2 de “não responde”, 57 negativas e 27 “indiferentes”. Em termos de proporção, contempla-se que 49,70% dos jovens é a favor das transformações do território trazidas pelo turismo, que 33 (3%), pensa que as ditas alterações são prejudiciais para o território, que 15,78% não ligam ao facto de existirem ou não transformações e, por fim, que 1,16% não achou pertinente responder à questão;

-Na população activa, composta por 309 elementos (faixa etária dos 31 aos 64) foram prestadas 125 respostas positivas, 5 de “não responde”, 114 negativas e 65 indiferentes. Isto significa que: 40,45% desta faixa é a favor da mudança, que 36,89% tem uma posição negativa face a essa mesma mudança, que 21,04% dos inquiridos diz que as transformações não lhes fazem qualquer diferença, e que 1,62% não prestou qualquer resposta;

<sup>922</sup> Após a realização da análise univariada (estatística descritiva) dos dados, é feita uma análise bivariada mais detalhada (para algumas questões específicas, análises presentes no ponto 5.3.5). No entanto, a análise elaborada para o caso das transformações territoriais apresentada anteriormente no trabalho, é feita em prole da variável sexo, distribuindo as respostas pelas faixas etárias. Assim, achou-se por bem realizar este pequeno exercício nesta secção, analisando dinâmicas de resposta apenas em função da idade dos inquiridos (note-se que esta situação não é efectuada para todas as questões analisadas).

-Em terceiro lugar, no que diz respeito aos idosos, foram inquiridas 20 pessoas (faixa etária dos 65+) e colhidas 3 respostas positivas, 16 negativas e 1 indiferente<sup>923</sup>.

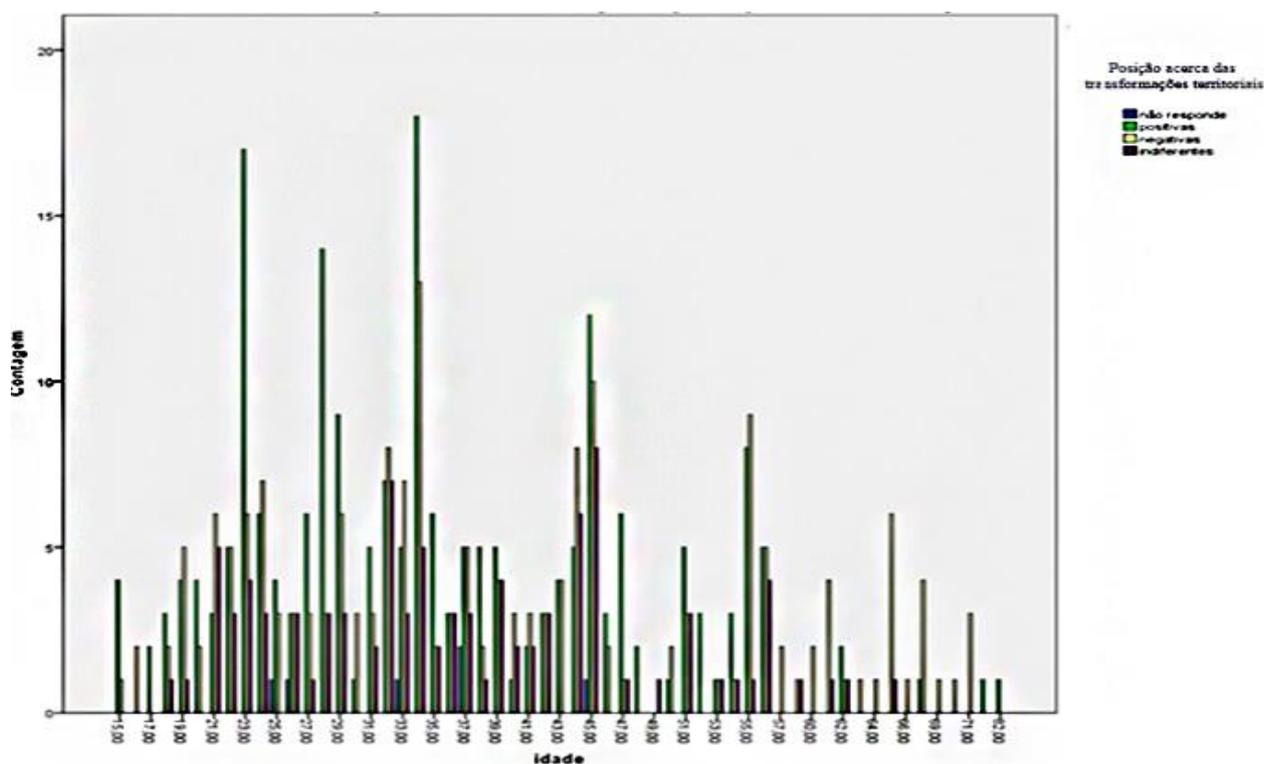
Note-se, por fim, que o número de inquiridos em cada faixa etária é diferente, facto que se prende com a disponibilidade e colaboração das pessoas abordadas, no entanto, é importante dentro de cada faixa, analisar as proporções supra apresentadas, operando estes valores como referenciais daquilo que as pessoas sentem face às transformações territoriais em função da fase da vida em que se encontram. O que se conclui a partir do gráfico e dos valores analisados, é que existe uma maior aceitação por parte das pessoas mais jovens no que toca a potenciais factores de mudança do que nos caso dos idosos<sup>924</sup> (gráfico 25). Há portanto, uma presença subliminar da vontade de manutenção do original, de preservação topofílica em detrimento da mudança, por parte de quem teve contacto com o território durante um período de tempo mais extenso. Assume-se portanto, que os resultados obtidos possam radicar-se no facto dos jovens sentirem menos saudosismo, e por acréscimo, mais resiliência para as alterações/mutações.

Em contrapartida, recolhem-se traços de que as populações jovens aceitam a transformação como um fenómeno natural da modernidade, de ruptura de heranças culturais em prole dos benefícios trazidos pela complexização das sociedades e os fenómenos a si inerentes, neste caso o turismo. É importante também notar, o relevo que assumem as posições de indiferença, que de certo modo, acabam por espelhar a existência de um nihilismo topofílico, de ausência de ligação ao território, assentando numa lógica de “se mudar, mudou”.

---

<sup>923</sup> Não houve abstenção de resposta neste grupo.

<sup>924</sup> Gera-se a noção de que o envelhecimento torna as sociedades mais conservadoras.



**Gráfico 25-** Posição face às transformações territoriais impostas pelo turismo em Portimão em função da idade dos inquiridos.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS<sup>925</sup>.

Tendo em conta que a *turistificação* do território é uma realidade em andamento na área de Portimão, era imperativo abordar um dos pontos chave propostos no estudo, em concreto, avaliar de acordo com a percepção de quem habita no território, se existem, de facto, processos de *desterritorialização* efectivos na cidade.

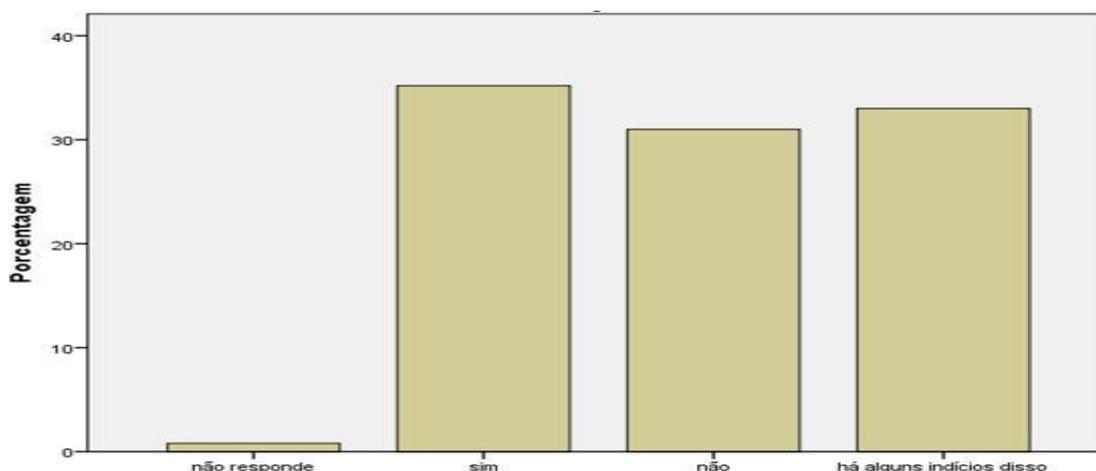
Deste modo, os inquiridos foram confrontados com esta questão de uma forma directa. Após uma explicação detalhada acerca do conceito a cada indivíduo, obtiveram-se os seguintes resultados: 176 dos inquiridos (36,2%) acreditam existir indícios que a perda de controlo sobre o seu próprio território (*desterritorialização in situ*)<sup>926</sup> é um fenómeno presente e algo marcante em Portimão; 165 (33%) dizem que existem alguns

<sup>925</sup> Alude-se aqui ao problema da exportação de ficheiros com elementos gráficos do SPSS, mencionado em nota técnica constante no início do trabalho.

<sup>926</sup> Relembrando-se que o uso deste conceito é do investigador, que os inquiridos apenas deixam indícios da existência do fenómeno. Não obstante, o conceito é explicado de forma genérica aos actores alvo dos questionários, constando no corpo da própria pergunta, conforme Anexo III da seção dos anexos, ulterior ao ponto destinado às referências bibliográficas. Alude-se, uma vez mais, ao carácter genérico das questões dos inquéritos, formuladas em sentido amplo, onde se pergunta aos inquiridos se acham que perderam acesso a fracções do território. Contudo, teria sido interessante perceber se têm essa sensação devido a perda de casa, perda de acesso a uma parte da cidade ou a estabelecimentos comerciais. A associação feita ao conceito de *desterritorialização* emerge das respostas que se prendem com o “sim, perdemos acesso a local “x” ou “y” e “há alguns indícios da *desterritorialização*”, após ser explanado em que consiste.

indícios claros do fenómeno; 155 (31%) afirmam não acreditar que se esteja a efectivar um processo de perda de controlo do seu território; os restantes 4 (0,8%) inquiridos, optaram por deixar a questão em branco; lendo nas entre-linhas, pautam-se que de acordo com a percepção dos autóctones, existe uma forte presença de perda de controlo do seu território, uma vez que não só a fracção maior das pessoas abordadas alega directamente que existe *desterritorialização in situ*, mas também o grupo que defende existirem indícios pode ser inserido dentro de uma lógica de negatividade, pois se há indícios, há de facto mudança negativa trazida pelo turismo.

Assim, no gráfico 26 encontram-se plasmados estes detalhes, podendo comprovar-se empiricamente a superioridade de respostas que atestam a existência de *desterritorialização in situ* em Portimão.



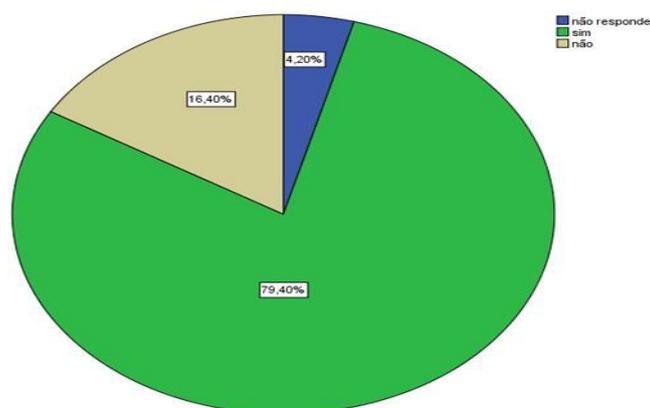
**Gráfico 26** - Desterritorialização in situ- Posição acerca da existência do fenómeno em Portimão.

Fonte: elaboração própria com o recurso ao SPSS 20.

Quanto ao impacto do turismo propriamente dito na vida dos autóctones, questionou-se aos mesmos se achavam que era significativo, se definia vivências e inferia alterações nas diversas esferas do quotidiano (social, económica, laboral).

No gráfico 27, verifica-se que as respostas prestadas revelaram que 79, 40% (397 pessoas) dos inquiridos acreditam que o impacto é significativo, enquanto que 16,40% (82 pessoas) disseram que o mesmo não era relevante, e 4,20% (21 pessoas) não responderam. Esta noção exemplifica-nos o quão cientes estão as pessoas da força e domínio que o turismo tem sobre o seu território, demonstrando que para além da apropriação territorial, também (em larga medida) se apodera de modos de vida (o que

se pode deduzir através do contra-balanceamento do volume de respostas positivas e negativas).



**Gráfico 27-** Impacto do turismo na vida dos autóctones (Posição dos inquiridos perante a existência/inexistência de impacto do turismo na sua vida, em geral).

Fonte: elaboração própria com o recurso ao SPSS 20.

Acerca da natureza do impacto na vida dos autóctones, com base na tabela 46, constata-se que o maior volume de posições face aos efeitos do turismo no território são negativos, dado que 249 dos inquiridos (49,8%) optou pela opção “não”. Apesar desta superioridade, também um número elevado de respostas indicaram que o impacto do turismo seria positivo (225, logo 45%) o que aduz a existência de uma quase bipartição de opiniões da amostra, saindo vencedora a opinião “não” por meros pontos percentuais (4%). Em menor escala, registaram-se 26 abstenções nas respostas (5,2%). Da interpretação destes dados em consonância com os dados das questões anteriores, começa-se a notar um padrão de posições, que esboça em traços bem presentes, existir reprovação do turismo em Portimão.

Apesar de não se registar uma posição de reprovação esmagadora, a divisão da amostra começa a tornar-se bem evidente (em 2 grupos homogéneos, com posições dominantes, a favor, e contra o turismo).

**Tabela 46-** Natureza do impacto do turismo (positivo/negativo).

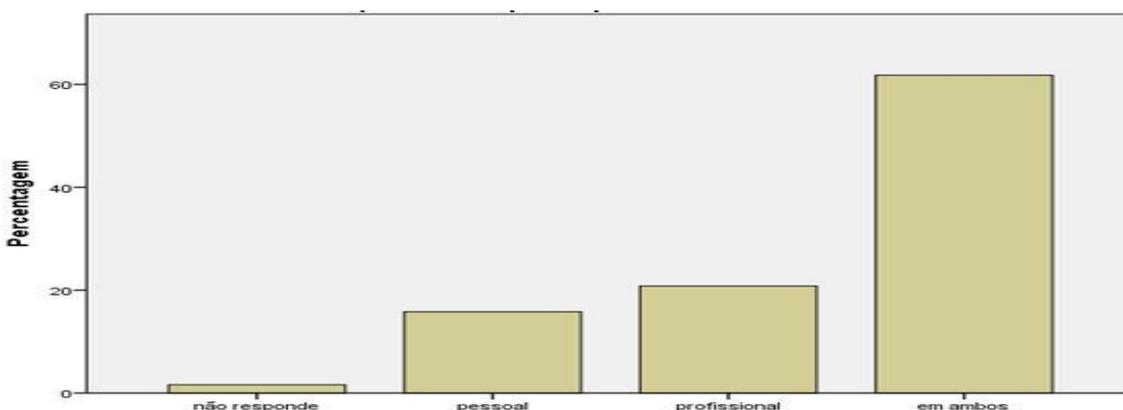
Acha que é positivo					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	26	5,2	5,2	5,2
	sim	225	45,0	45,0	50,2
	não	249	49,8	49,8	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Após a verificação da natureza do impacto, com maior incidência de respostas negativas, procurou-se saber em que aspectos da vida da população local é que se inferia essa negatividade (em maior grau) ou positividade (em menor grau).

Analisando o gráfico 28, observa-se que maior parte dos inquiridos (309 elementos, 61,8%), afirma que o impacto é transversal às 2 esferas, profissional e pessoal, enquanto que os restantes mencionaram que o turismo e a sua influência só tinha impactos (negativos/positivos) na esfera pessoal (79, 15,8%) ou na esfera profissional (104, 20,8%). Acrescenta-se ainda, que 8 pessoas não responderam (1,6%).

A esmagadora maioria da resposta “em ambos” abre caminho à comprovação de que os autóctones de Portimão têm consciência que estão à mercê de uma força externa, o turismo, que define não só o seu volume de trabalho e actividade laboral (natureza/tipologia) como também dita, em parte, a natureza das suas práticas diárias de carácter pessoal.



**Gráfico 28-** Esferas/aspectos da vida afectados pela influência do turismo<sup>927</sup>.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Procurou-se também conhecer a percepção que os autóctones possuíam sobre as dinâmicas de cruzamento entre indivíduos de classes sociais distintas, e qual o impacto que esse cruzamento poderia sustentar nos processos de acesso e usufruto do espaço. Nesta questão de cunho sociológico, em que se questionou o aumento das desigualdades sociais trazido pelo turismo, foi possível comprovar que o mesmo é de facto um agente de destabilização económica e social<sup>928</sup>. De acordo com o gráfico 29, uma maioria

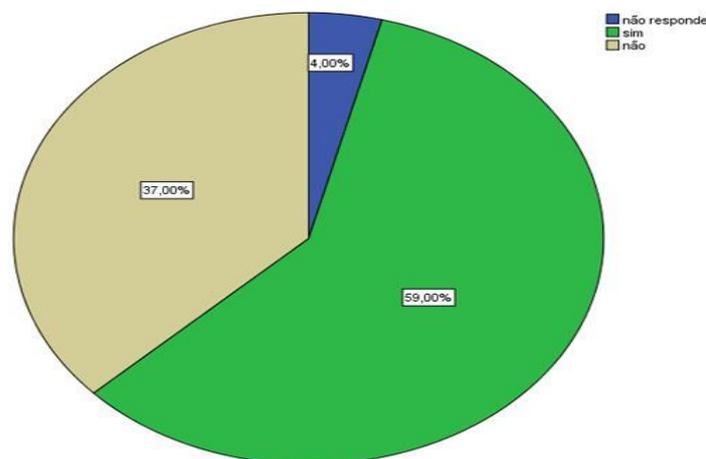
<sup>927</sup> Emerge o carácter genérico das questões, poderiam ter sido analisados aspectos mais pormenorizados como por exemplo, a falta de acesso às praias, a lugares de estacionamento, a subida de preços, entre outros.

<sup>928</sup> No território em análise, sabe-se que em sentido amplo (em todos os pólos turísticos) há sempre destabilização.

significativa dos inquiridos (295 indivíduos, 59% da amostra) acredita que o turismo é um dos fenómenos que dicotomizam o território em questões de estatuto socio-económico.

Por outro lado, 185 dos inquiridos (37%) acredita que as desigualdades sociais se mantêm iguais, não sofrendo influência directa do turismo. Por fim, os restantes 20 indivíduos (4%) não se pronunciaram sobre o assunto. Há uma vez mais, uma divisão quase clara de opiniões, prevalecendo as que colocam o turismo como fenómeno destrutivo para as comunidades locais.

Relembre-se que estes testemunhos actuam como comprovativos que as desigualdes sociais percebidas são a evidência da propagação de fenómenos como a *gentrificação* e a segregação espacial. Opõem-se diametralmente grupos claros, de um lado os abastados, de outro, os menos afortunados.



**Gráfico 29-** Impacto do turismo nas desigualdades sociais (são acentuadas pelo fenómeno?).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Analisando mais um dos pontos basilares do estudo, no qual se enraíza um dos seus objectivos centrais, foi questionado directamente ao público-alvo se achava que o turismo se apropriou do espaço.

Com 3 opções distintas de “sim, totalmente”, “sim, parcialmente” e “não de todo”, as respostas revelaram que a grande maioria defendeu que o turismo de facto se apropriou do espaço em diferentes graus. 250 indivíduos (50%) afirmaram que existe uma apropriação parcial do território da cidade por parte do turismo. Por outro lado, 140 dos inquiridos (28%) achou que o processo de apropriação foi muito mais radical, alegando que existe um domínio total do território, uma efectiva *turistificação* absoluta.

Em terceira instância, dos restantes 110 respondentes, 101 (20,2%), apontaram que o turismo não se apropriou do território de Portimão, e os outros 9 (1,8%), não prestaram qualquer resposta (esta informação pode ser contemplada na tabela 47).

**Tabela 47-** Posição acerca da natureza apropriativa do turismo<sup>929</sup>.

		<b>Turismo apropriou-se do espaço?</b>			
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	9	1,8	1,8	1,8
	sim, totalmente	140	28	28	29,8
	sim, parcialmente	250	50	50	79,8
	não, de todo	101	20,2	20,2	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

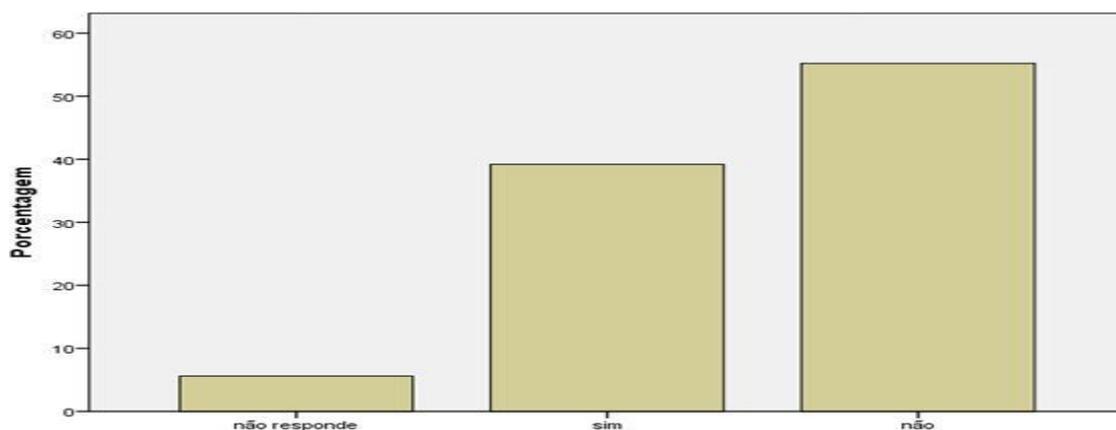
No encadeamento das questões anteriores, assumindo a prevalência de inúmeras mudanças sobre as quais recaem sentimentos mistos, foi directamente questionado aos autóctones, qual a sua posição pessoal face à presença constante de turistas na sua terra e às alterações territoriais previamente abordadas.

As respostas foram, uma vez mais, heterogéneas, pendendo para o lado negativo (gráfico 30). Registaram-se 276 (55,2%) respostas negativas, manifestando o desagrado dos habitantes locais com as alterações territoriais e, de grosso modo, com os turistas<sup>930</sup> (repare-se que a questão incide sobre os 2 elementos). Em contrapartida, também uns significativos 196 indivíduos (39,2%), disseram estar satisfeitos com ambos os elementos.

Por fim, 28 pessoas (5,2%) não se pronunciaram. Há portanto uma discrepância de 16% entre posições positivas e negativas, adensando o sentimento de saturação (maioritária) que o turismo vai colocando na cidade de Portimão.

<sup>929</sup> Uma vez mais, atenta-se para a lógica subjacente à formulação dos questionários, dotados de perguntas de carácter genérico. Assume-se que seria importante aqui, perceber qual o tipo de apropriação, quais poderiam ter sido referidos pelos inquiridos, não tendo contudo, sido esse o caminho escolhido.

<sup>930</sup> Consultar nota anterior, pois aplica-se aqui, o mesmo princípio. Poder-se-ia ter tentado perceber o porquê desse desagrado em concreto.



**Gráfico 30** - Satisfação dos inquiridos para com os turistas e as alterações inferidas pelo turismo.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

A questão 18 foi colocada estrategicamente no meio de questões de satisfação pessoal para com o turismo, para de certa forma, averiguar a proeminência do mesmo na região, uma vez que permite verificar o volume de turistas que transitam pela cidade (índice medido pelo contacto com os habitantes locais).

Relembre-se que as questões são atinentes a todo o ano, não se cingindo apenas à época alta (vulgo Verão), procurando demonstrar a influência do turismo no território em sentido amplo. Os próprios resultados esboçam essa realidade, dado que o cruzamento entre os dois grupos (autóctones e turistas) é predominantemente ocasional (gráfico 31). Esta realidade seria certamente diferente se as questões incidissem sobre os meses áureos do turismo de sol e mar.

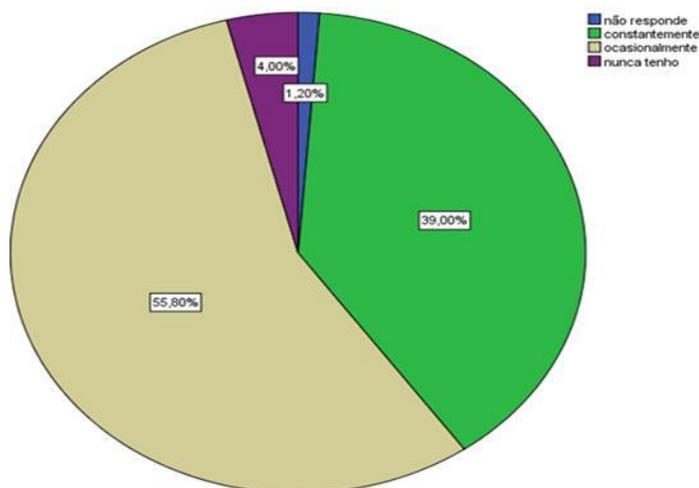
Esta opção metodológica germinou da vontade de demonstrar que a presença turística (apesar de não ser tão forte<sup>931</sup>) é constante durante todo ano, contrariando a crença popular de sazonalidade extrema<sup>932</sup>, evidenciando-se os sinais de *turistificação* densa.

Em concreto, os resultados da análise desta questão traduziram que: 279 inquiridos (55,80%) revelaram cruzar-se com turistas ocasionalmente, 195 (39%) evidenciaram que esse mesmo contacto era constante, apenas 20 (4%) afirmaram nunca

<sup>931</sup> Dando azo aos problemas de emprego e monocultura de actividades que afectam as comunidades locais, anteriormente abordados nas secções teóricas.

<sup>932</sup> Apesar dos impactos em termos de empregabilidade (e afins), ser de facto extrema e bem deliniada no tempo.

ter contacto com quaisquer turistas<sup>933</sup>, e por fim, que 6 indivíduos (1,2%) não facultaram qualquer resposta.



**Gráfico 31-** Contacto com turistas no dia a dia.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

A questão 19 teve um propósito muito específico, tendo operado essencialmente como um elemento de controlo da qualidade das respostas facultadas, analisando a coerência e veracidade das mesmas, comparando-as com a informação recolhida na questão 6/gráfico 21.

Relembre-se que a dita questão incidia sobre a natureza dos empregos dos inquiridos, se eram “empregos turísticos” ou não, e se não fossem, se os inquiridos tinham contacto directo com turistas. 50% afirmaram ter contacto com turistas (em geral, tendo ou não emprego turístico), enquanto que na presente questão (que enseja 3 componentes: “muitas vezes”, “algumas vezes” e “poucas vezes”), 58,8% das mesmas pessoas afirmaram ter contacto com turistas no seu trabalho. Verifica-se uma discrepância de 8,8% , o que é normal, uma vez que as questões estão elaboradas de formas distintas, sendo medidas por escalas de avaliação diferentes.

No entanto, o que importa salientar, é que em traços gerais existe uma margem de erro baixa, o que atesta que as respostas foram dadas atentamente e com cuidado, demonstrando que os inquiridos perceberam o questionário e a sua linguagem. Nos restantes indicadores, o mesmo se registou na questão 6, onde 45% da amostra não se pronunciou, enquanto que na presente questão, 40,8% da mesma seleccionou a opção

<sup>933</sup> Muito provavelmente vivem nos arredores da cidade, ou locais mais recatados sem grande predominância de elementos turísticos.

idêntica/análoga, a abstenção<sup>934</sup>. Por fim, na questão 6, 5% do público alvo afirmou não ter qualquer contacto com turistas no seu trabalho, enquanto que aqui, 0,4% afirmou o mesmo<sup>935</sup> (tabela 48).

**Tabela 48-** Contacto com turistas na actividade laboral.

Contacto com turistas no trabalho					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	204	40,8	40,8	40,8
	muitas vezes	237	47,4	47,4	88,2
	algumas vezes	54	10,8	10,8	99,0
	poucas vezes	3	,6	,6	99,6
	nunca	2	,4	,4	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Assumindo já a forte identidade turística que a região do Algarve tem, e estando a mesma evidentemente presente na consciência de todos os inquiridos, imputou-se aos mesmos a questão directa: “E relativamente a si, está feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada?”.

As respostas (resultados das mesmas expostos no gráfico 32) foram maioritariamente negativas, das quais, 216 (43,2%) dos inquiridos revelaram não estar de todo satisfeitos em fazer parte de uma comunidade turistificada<sup>936</sup>. Com a posição oposta, posicionaram-se 138 indivíduos (27,6%), os quais afirmaram estar satisfeitos com a *turistificação* do território, e em consequência, da comunidade. Outras 128 pessoas (25,6%) adoptaram uma posição neutra, alegando que a *turistificação* do território lhes era indiferente. Numa quarta posição, os restantes 18 participantes (2,3%) optaram por não responder. Os resultados desta questão esboçam mais um reforço à noção de que o turismo se insurge negativamente sobre o território.

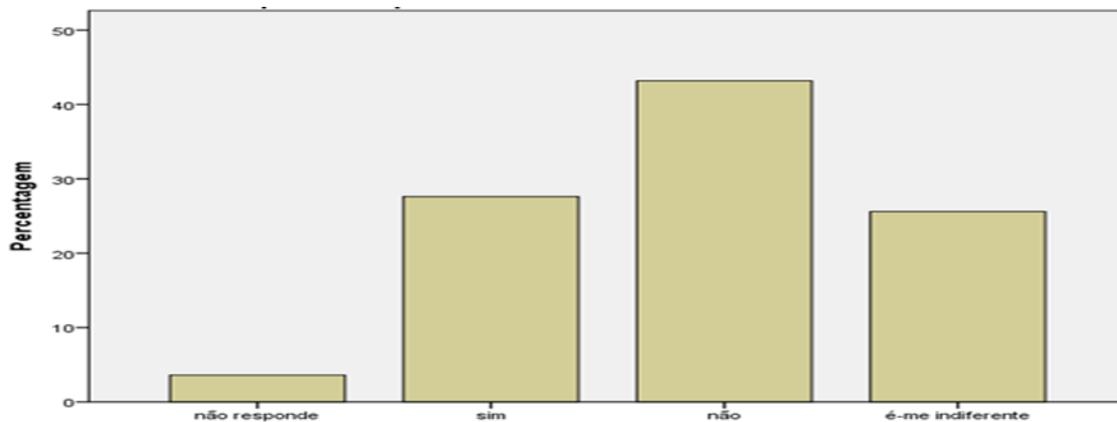
Atente-se que o grau de “interferência” é bastante elevado, postulando mesmo a re-definição da identidade de um território outrora mais variado, não focado apenas num sector (turismo). O grau de infelicidade medido nesta questão, demonstra que os

<sup>934</sup> Valor significativo, presume-se que os inquiridos possam não ter entendido a questão.

<sup>935</sup> Assim sendo, admite-se que tem de existir algum cuidado na análise dos presentes dados, não obstante, reforça-se a importância da escolha de utilizar questões de controlo, dotadas de semelhanças entre si, visando perceber qual a real posição dos inquiridos.

<sup>936</sup> Relembre-se, uma vez mais, tal como elaborado na metodologia de observação, as ideias implícitas de F. Tonnies (1947), podendo-se aqui, apontar indícios de uma noção de passagem de comunidade-*gemeinschaft* para sociedade-*gesellschaft*, pautada pela perda do doméstico e criação da complexidade da *turistificação*, do potencial, não doméstico.

inquiridos estão bem cientes desta transformação que se propaga no tempo sem sinais de abrandamento, apresentando nos seus testemunhos, a sua postura de reprovação face ao fenómeno e, ao mesmo tempo, enaltecendo a valorização dos laços topofílicos ao seu território. A re-definição identitária é também uma forma de *desterritorialização*.



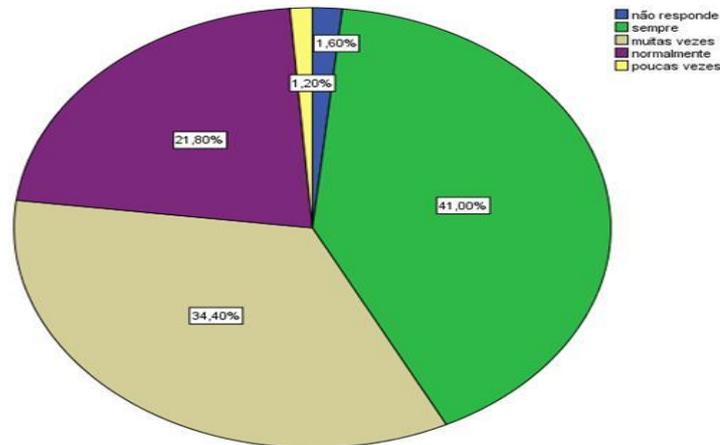
**Gráfico 32-** Posição dos inquiridos perante a noção de fazer parte de uma comunidade turistificada (Está feliz?).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Analisando também o contributo que os próprios visitados prestam aos turistas, verificaram-se respostas de cariz tendencialmente positivo (resultados expostos no gráfico 33).

Isto revela que, apesar de se ter vindo a perceber a existência de uma linha clara de reprovação do turismo, os autóctones possuem uma perspectiva positiva acerca da sua capacidade de relacionamento com os turistas. Em detalhe, 205 (41%) dos inquiridos afirmou que os turistas são sempre bem recebidos, outros 172 (34,4%) reforçaram tal noção de forma mais branda, alegando que os turistas seriam bem recebidos muitas vezes. 109 (21,8%) pessoas atestaram ainda, que a hospitalidade e inter relação social entre grupos ocorria de forma dita normal, e, por fim, apenas 8 inquiridos afirmaram que os turistas eram mal recebidos ou bem recebidos poucas vezes. 8 participantes dos questionários, não responderam (1,6% da amostra).

Depreende-se destes dados que a reprovação existente não induz uma *arrogância cultural inversa*<sup>937</sup>. Torna-se claro que existe a consciência de se cultivar padrões de hospitalidade, que se propaga pela necessidade adstrita ao sector turístico para a prevalência económica da cidade.



**Gráfico 33-** O que acham os inquiridos acerca da sua hospitalidade face aos turistas (se acham que são bem recebidos).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

De modo a dispor de mais métodos de aferir o descontentamento com o turismo, procurou-se saber se existe um gosto ou satisfação por parte dos autóctones quando interagem com turistas. Aqui adensa-se o conhecimento acerca da relação entre os grupos envolvidos no processo turístico, sendo importante começar a analisar indícios de reprovação, não do turismo enquanto fenómeno, mas de uma das suas dimensões, os seus principais actores, os turistas, e qual a aceitação por parte da contraparte, os autóctones.

De todos os inquiridos, 151 (30,2%) revelaram que gostam de ter contacto com turistas, 130 (26%) afirmaram que não gostam de ter contacto com turistas, 158 (31,6%) optaram pela opção “indiferente”, 56 (11,2%) disseram que as interações se propiciavam por mera obrigação, e os restantes 5 (1%), não facultaram qualquer resposta. Ora verifique-se que, à partida, os dados não demonstram uma postura negativa face aos turistas, no entanto, lembre-se que 130 das pessoas não gostam deste contacto e que 56 o fazem por obrigação, o que totaliza 36,8% da amostra com uma

<sup>937</sup> Conceito previamente enunciado, utilizado em função da discriminação imposta aos residentes dos territórios turísticos por parte dos turistas, que por regra, costumam ter estatutos sócio-económicos muito elevados (quando comparados com os públicos dos destinos) (Ruschmann, 1999).

postura a pender para o negativo (superando os 30,2% que afirmam gostar de ter contacto com os turistas).

Há portanto, uma ligeira discrepância entre a aceitação e a rejeição dos turistas, ainda que o grosso da amostra sugira que a presença de visitantes no seu território lhes é indiferente (tabela 49).

**Tabela 49-** Posição face ao contacto directo com os turistas.

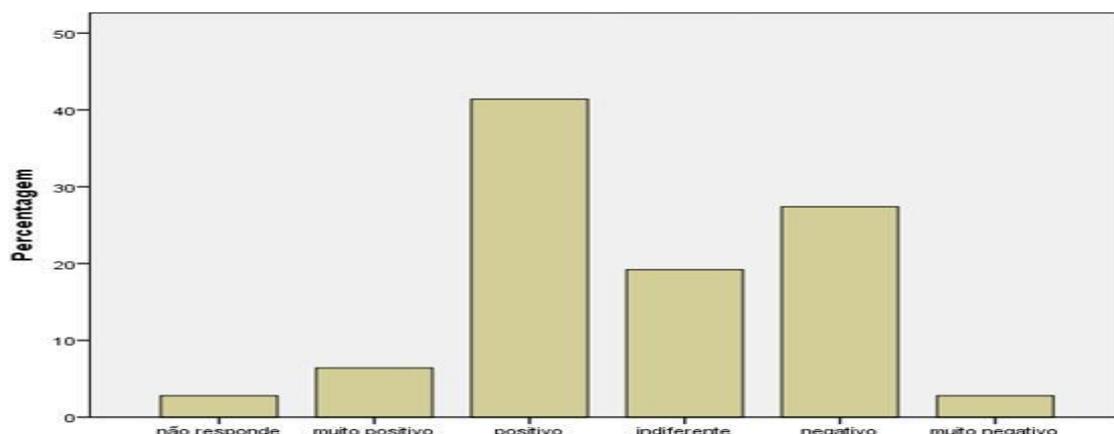
<b>Gosta de ter contacto com turistas ou fá-lo por obrigação?</b>					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	5	1,0	1,0	1,0
	gosto	151	30,2	30,2	31,2
	não gosto	130	26,0	26,0	57,2
	indiferente	158	31,6	31,6	88,8
	por obrigação	56	11,2	11,2	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Em sentido amplo, sem pormenorizar esferas concretas, questionou-se directamente aos inquiridos o que achavam do turismo na cidade de Portimão, se era positivo ou negativo. Assim, no gráfico 34 pode observar-se que 32 pessoas (6,4%) acham que o turismo é muito positivo para Portimão, e, de forma semelhante, outras 207 (41,4%) pensam que o mesmo é apenas positivo. Congrega-se aqui, 47,8% da amostra com uma postura positiva perante o fenómeno. Em contrapartida, em valores mais reduzidos, estão os inquiridos que conferem ao turismo um carácter nocivo para a sua cidade. Em concreto, 137 pessoas (27,4%) afirmam que é um fenómeno negativo, e outras 14 (2,8%) dizem que é mesmo muito negativo para o território. Ainda num terceiro panorama, encontram-se aqueles para os quais o turismo é indiferente, que representam 19,2% (96 inquiridos). Os que não responderam representam 2,8% da amostra (14 pessoas).

Esta foi das poucas questões em que o *feedback* foi positivo em termos de respostas favoráveis ao turismo, contudo, como supra mencionado, a pergunta é ampla, não prestando atenção a detalhes, e em que pontos da vida (em geral) o turismo pode ser positivo ou negativo, o que apenas nos presta um entendimento superficial do que pensam os inquiridos.

Adianta-se ainda, que para uma cidade muito turistificada (há várias décadas), que vive do turismo, 30,2% da amostra reprovar o fenómeno, é algo bastante significativo<sup>938</sup>.



**Gráfico 34-** Turismo, positivo ou negativo?

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

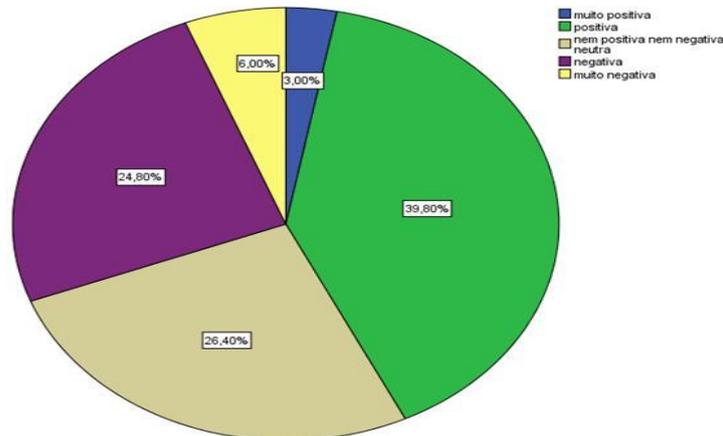
### **3º Parte- Relação entre turistas e autóctones**

Entrando na análise do 3º grupo de questões, o enfoque é prestado à relação pré abordada na penúltima pergunta da secção anterior, a interacção e dinâmicas relacionais entre turistas e autóctones.

Na questão 33, perguntou-se directamente aos inquiridos o que pensavam desta problemática, qual era a sua percepção acerca da mesma. A análise (gráfico 35) revelou que o grosso da amostra se inclinou para uma postura positiva, onde 15 (3%) inquiridos demonstraram acreditar que essa relação é muito positiva, e outras 199 (39,8%) disseram ser apenas positiva. Há então 42,8% da amostra com uma crença positiva no que toca às interacções entre os 2 grupos. Do lado oposto, contemplou-se que 124 indivíduos (24,8%) afirmaram que a relação entre grupos será negativa e que, mais dramaticamente, 30 inquiridos (6%) acreditam que a mesma é muito negativa (o que totaliza 30,8% de negatividade). Com um sentimento de indiferença, encontram-se 132 indivíduos (26,4% da amostra) que dizem que a relação não é positiva nem negativa. Note-se ainda que, nesta questão, não se registaram respostas em branco/não resposta.

<sup>938</sup> Facultando-nos indícios acerca de uma saturação crescente que se pode agravar com o passar do tempo, onde a tolerância vai diminuindo.

Em suma, de um ponto de vista da população, as relações são maioritariamente positivas, mas apesar da positividade, as posições não são de todo homogêneas, salientando a fraca discrepância que existe entre posturas díspares. Existe portanto, uma “quase bipartição” dos inquiridos, tendência que se tem vindo a registar em algumas questões. Para o estudo em si, reitera-se que, há assim, sinais de reprovação do turismo, ainda que estes não sejam absolutos.



**Gráfico 35-** Relação entre grupos positiva/negativa<sup>939</sup>.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Procurou-se então, saber se os inquiridos tinham conhecimento de situações de tensão e conflito entre os grupos em contacto. Os resultados (presentes no tabela 50) espelham uma presença forte de conflitos, dado que 86 pessoas (17,2%) responderam ter conhecimentos de várias contendas, 135 (27%) atestaram que sabiam da existência de poucos conflitos, e ainda, 191 inquiridos (38,2%) afirmaram que sabiam de algumas disputas que ocorreram, fruto dessa relação. Em contraste, apenas 62 pessoas (12,4%) assumiram não ter conhecimento de qualquer fenómeno com a natureza em questão. Por sua vez, os restantes 26 inquiridos (5,2%) não responderam. Assim, a esmagadora maioria dos inquiridos, 82,4%, referiu ter conhecimento de um ou mais conflitos<sup>940</sup>, o que espelha que as interacções entre grupos são ocasionalmente tensas.

<sup>939</sup> Teria sido interessante também, perceber o porquê dessa negatividade e quais as variáveis que justificam essa percepção, mas os inquiridos, como se sabe, incidindo numa macro escala, algo abstracta, não se focaram nessas particularidades. Não obstante, a observação, no âmbito da micro escala, demonstrou existirem acontecimentos pontuais em que a relação entre os grupos se afigura como negativa (casos espontâneos de conflito). É importante, em última instância, existir este cruzamento de resultados obtidos com ferramentas que abordam escalas distintas.

<sup>940</sup> Mantendo a tendência inerente aos questionários, não se pormenorizou qual a tipologia, se eram sonoros, de trânsito, entre outros. Em estudos futuros será importante procurar analisar estas questões.

Apesar de não ser especificado na questão o tipo de conflito, deduz-se que vários emergem de situações já referidas ao longo do estudo (como por exemplo nos espaços de recreação nocturna e de grandes aglomerados populacionais), podendo esta negatividade, ser coadjuvada pela *arrogância cultural*<sup>941</sup>, a qual pode motivar comportamentos agressivos, dado que os visitantes, pelo seu estatuto e poder económico, podem (e procuram), por norma, aceder a serviços e espaços primeiro (e muitas vezes, com mais facilidade) do que os autóctones. Em detalhe, a dinâmica de hospitalidade que visa agradar aos turistas (agentes externos), prestando-lhes vantagens sobre os demais, pode originar sentimentos de exclusão em que os actores locais, caso sejam preteridos em determinadas ocasiões, reagem com acções conflituosas como meio de retaliação.

**Tabela 50-** Conhecimento acerca de conflitos entre turistas e autóctones.

Conhece conflitos emergentes dessa relação?					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	não responde	26	5,2	5,2	5,2
	vários	86	17,2	17,2	22,4
	poucos	135	27,0	27,0	49,4
	alguns	191	38,2	38,2	87,6
	nenhuns	62	12,4	12,4	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

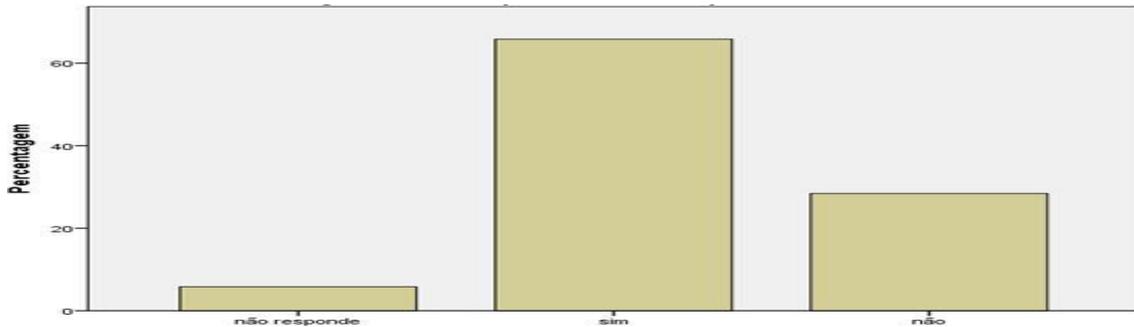
Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

No encadeamento da questão anterior, procurou-se também averiguar se os comportamentos e tolerância dos autóctones se alterava pela negativa com a presença dos turistas e com a progressão da época balnear que, por norma, vai concentrando cada vez mais pessoas no território até ao ponto de ruptura que se dá com a chegada de setembro. Com base no gráfico 36, os resultados transmitiram que 329 dos inquiridos (65,8%) alegaram que os comportamentos se alteravam, 142 (28,4%) afirmaram não

<sup>941</sup> Previamente definida, a qual ilustra os casos em que existe uma falta de respeito, por parte dos visitantes, pelas práticas e costumes locais, pelos autóctones e pelo próprio território de destino, motivada pela tendencial superioridade social dos visitantes, com maior estatuto, mais capital de mobilidade e maior poder económico do que as comunidades receptoras. Junta-se também aqui, a já referida *arrogância comportamental*, que origina as eventuais condutas e acções menos próprias, motivadas pela auto-percepção de superioridade que dá azo aos actos de violação de regras de acesso a locais, serviços e, essencialmente, comportamentais que conduzem a situações pontuais de conflito, que aqui se ponderam. Atenta-se para o caso “*Portugal Invasion*” (ocorrido em Albufeira) já relatado no presente trabalho, em que são cometidos crimes, assentes nesta lógica de impunidade, em que se podem consumir acções sem consequências, realizadas de acordo com aquela que é a auto-percepção de superioridade dos visitantes num território que não é seu (entende-se que esta não é a regra, mas existem casos pontuais desta dinâmica, como este aqui relatado).

notar alterações, não havendo portanto, perda de tolerância e reprovação dos processos induzidos pelo turismo, e os restantes 29 indivíduos (5,8%), simplesmente não se manifestaram.

Há portanto, um stress que se agrava com a intensificação do turismo, subscrevendo a perspicácia e veracidade do esquema de Doxey, começando-se na aceitação/satisfação e culminando na saturação.

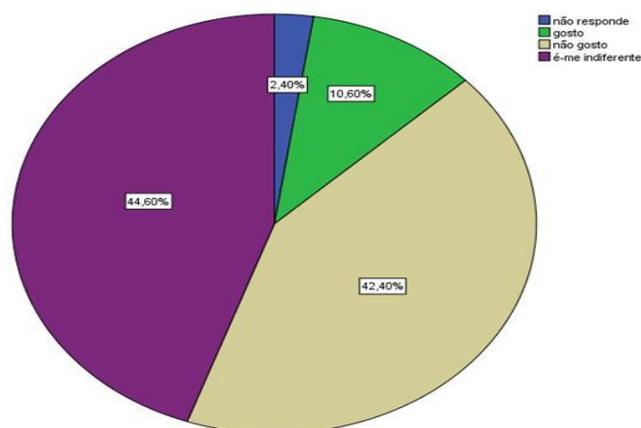


**Gráfico 36-** Noção da existência de alterações de comportamentos dos inquiridos face à presença dos turistas no território na época balnear (Notam alterações?).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

As questões anteriores incidiram sobre a percepção que os autoctónes têm dos fenómenos, contudo, na presente questão em análise, foi perguntado directamente aos inquiridos, qual a sua posição pessoal face à presença de turistas no seu território. Curiosamente, as respostas foram muito mais negativas do que as expostas previamente.

Em detalhe (dados expostos no gráfico 37), 212 indivíduos (42,40%) afirmaram não gostar da presença turística, adiantando que a sua paciência/comportamento se vai alterando negativamente, 223 (44,6%) revelaram ser-lhes indiferente a presença dos visitantes, e por fim, os restantes 12 inquiridos (2,4%) não se pronunciaram. Sublinha-se aqui, mais um traço de reprovação do turismo, desta vez, não com o fenómeno em si, mas com os seus agentes, os turistas. O posicionamento pessoal e individual face ao hetero-grupo não é, portanto, positivo.



**Gráfico 37-** Dados acerca da posição pessoal dos inquiridos atinente à presença de turistas no território.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Após conhecer as posições pessoais dos inquiridos, optou-se por conhecer a existência e o número de casos reais de insatisfação com a presença dos turistas no território. Com base na tabela 51 pode verificar-se que o número de indivíduos que assumiram ter conhecimento de casos concretos foi de 347 (69,4%), e os que revelaram não saber de nenhuma situação foram 129 pessoas (25,8%). 24 inquiridos (4,8%) não prestaram qualquer parecer. Daqui depreende-se que há de facto muitos casos de insatisfação com a presença turística, ainda que os testemunhos não sejam facultados na primeira pessoa.

**Tabela 51-** Dinâmicas de insatisfação dos inquiridos face aos turistas.

Casos de insatisfação com a presença de outros grupos					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	24	4,8	4,8	4,8
	sim	347	69,4	69,4	74,2
	não	129	25,8	25,8	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

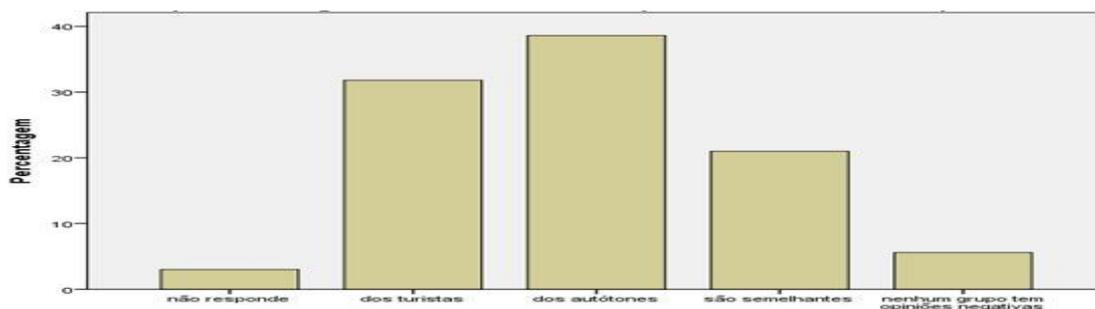
Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Também no âmbito da percepção, foi importante tentar perceber de que grupo emanavam as posições negativas, almejando precisar qual dos 2 seria mais tolerante. Era então fundamental, discernir se os autóctones eram menos tolerantes, dado que são o público-alvo do estudo, aquele que tem a sua qualidade de vida em análise. Assim, os

inquiridos foram questionados sobre qual dos grupos tinha mais opiniões negativas para com a sua contraparte.

Com base no gráfico 38, pode observar-se que grande parte das respostas apontaram para os autóctones (193, ou seja 38,6%), enquanto que 159 (31,8%), afirmaram que os turistas apresentavam mais negativismo face à comunidade receptora<sup>942</sup>.

Num panorama intermédio, 105 pessoas (21%) disseram que o negativismo é mútuo/semelhante, e 28 (5,6%) dos inquiridos acredita que nenhum dos grupos tem quaisquer opiniões negativas. Os restantes 15 (3%) indivíduos não responderam. Existe aqui um claro predomínio do descontentamento dos moradores locais, o que acentua a perda de qualidade de vida e perjúrio de bem-estar. Se os valores fossem invertidos predominaria a *arrogância cultural*, e a não rejeição do turismo.



**Gráfico 38-** Distribuição das opiniões negativas face ao hétero-grupo na perspectiva dos inquiridos (Quais são mais evidentes? Dos turistas ou dos autóctones?).

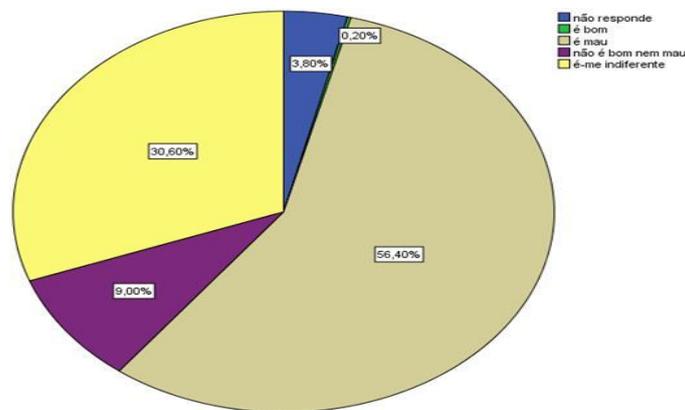
Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Na questão anterior foi estabelecido um encadeamento com a pergunta predecessora, onde se pretendeu analisar qual a postura dos inquiridos face à existência de descontentamento por parte dos grupos. Adensa-se agora, essa lógica, questionando as pessoas acerca do que pensam da natureza das opiniões registadas. Ora esta sub-análise, permite atestar o que sentem os autóctones em caso de existirem interações negativas entre os grupos. Assim sendo, em rigor, avalia-se a percepção dos inquiridos acerca das demais opiniões dentro do próprio grupo “autóctones/residentes” (inquiridos

<sup>942</sup> Relembre-se uma vez mais a *arrogância cultural*.

per se), permitindo analisar, com dados quantitativos, quantas pessoas não concordam com as posições dos seus conterrâneos<sup>943</sup>.

Deste modo, podem observar-se no gráfico 39 os resultados obtidos, que foram os seguintes: 282 (56,4%) participantes acreditam que o facto dos autóctones terem opiniões negativas acerca da presença dos turistas é mau; 45 dos indivíduos (9%) acha que não é bom nem mau; 153 dos sujeitos (30,6%) afirma que tal possibilidade lhe é indiferente; apenas 1 pessoa (0,2%) acredita que esta negatividade seja positiva; 19 (3,8%) inquiridos não responderam; Há portanto, consciência que a deterioração de relacionamentos é negativa, contudo, as análises das questões deste grupo têm vindo a demonstrar que a mesma não é de todo saudável, ou marcadamente heterogénea (positiva ou negativamente).



**Gráfico 39-** Postura face à natureza das opiniões (questão “o que pensa acerca disso?”).

Fonte: Elaboração própria com recurso ao SPSS.

Adensando a noção da percepção, e de grosso modo, da relação entre heterogrupos, incidiu-se directamente na alçada da *arrogância cultural*. Procurou-se então, saber o que pensam os autóctones acerca das atitudes, forma de estar, e comportamento dos turistas para com os actores sociais locais. Os resultados, uma vez mais, foram tendencialmente negativos (presentes na tabela 52). Em concreto, apurou-se que: apenas 23 (4,6%) dos inquiridos afirmou gostar muito de tais comportamentos; 91 (18,2%) frisaram apenas gostar; 137 (27,4%) atestaram que gostavam pouco e, ainda, 104

<sup>943</sup> Entende-se que esta percepção da problemática, faculta à investigação, mais uma perspectiva, indirecta, de analisar o eventual descontentamento com os efeitos do turismo, em que, até os próprios inquiridos acham que é negativo que outros habitantes do próprio território (também inquiridos) tenham opiniões menos boas sobre algumas dinâmicas, o que faz emergir a ideia de que, os próprios autóctones e residentes, já não aceitam o turismo, o que poderá ser negativo para Portimão, dada a sua importância no seio e desenvolvimento da cidade e arredores.

(20,8%) foram mais longe, chegando a dizer que não gostavam mesmo da postura dos turistas no seu território. Numa terceira via, posicionaram-se 126 (25,2%) indivíduos que revelaram ser-lhes indiferente (os comportamentos dos turistas), adoptando assim uma posição de limbo e alienação ao fenómeno. Fechando os números para esta questão, avança-se que 19 (3,8%) pessoas deixaram as respostas em branco.

Até ao presente ponto especulou-se sobre a existência efectiva de *arrogância cultural*, e apesar da natureza da questão não explorar directamente essa variável, constata-se que para os locais (de acordo com a sua percepção), ela é efectivamente real.

**Tabela 52-** Posição face ao comportamento dos turistas (em geral).

Opinião acerca do comportamento dos turistas “contra” os autóctones					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	19	3,8	3,8	3,8
	gosto muito	23	4,6	4,6	8,4
	gosto	91	18,2	18,2	26,6
	gosto pouco	137	27,4	27,4	54,0
	não gosto	104	20,8	20,8	74,8
	é-me indiferente	126	25,2	25,2	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

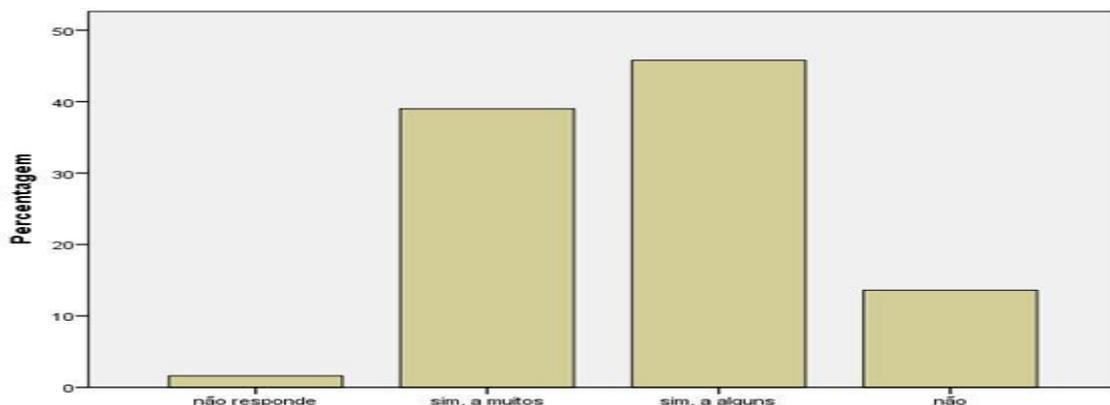
Com base na assunção de que, por norma, os turistas têm um estatuto socio-económico superior ao dos autóctones<sup>944</sup>, procurou-se saber qual a perspectiva que os últimos têm perante a sua facilidade a aceder a determinados locais. Aqui, encontra-se a questão dos muros (isto é, o turismo impede o acesso a lugares, serviços, bens de consumo), analisando indirectamente o fenómeno da *desterritorialização in situ*, e a insatisfação para com os turistas por intermédio do baixo estatuto sócio-económico (o que poderá também suster efeitos negativos na relação autóctones/turistas).

Os resultados esboçados no gráfico 40 revelam que uma esmagadora maioria dos inquiridos, acredita existir um processo paulatino de exclusão dos autóctones de diversos espaços. Em concreto, registou-se que 195 (39%) dos participantes acha que a perda tem sido muito elevada, que 229 dos mesmos (45,8%), acredita que há de facto perda de acesso a certos pontos do território, mas só a alguns, e que os restantes 68

<sup>944</sup> Por questões anteriormente já exploradas (exemplo: por se encontrarem de férias ou situação semelhante e estarem dispostos a gastar mais dinheiro).

indivíduos (13,6%) são os únicos a entender que não há perdas de acesso a locais do seu território. Acresce-se ainda, que houve 8 (1,6%) respostas em branco.

Comprova-se portanto, que as dinâmicas de *desterritorialização* paulatinas impostas pelo turismo em Portimão são uma realidade (de acordo com a percepção geral).



**Gráfico 40-** Postura face à possibilidade de perda de acesso a locais<sup>945</sup> no seu território em função da sua situação sócio-económica (questão: acha que os autóctones têm perdido acesso a lugares em função da sua condição económica?).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Incidindo directamente na problemática do domínio do espaço/território, era fulcral perceber quem controla o território na perspectiva dos autóctones, de modo a apurar se há *desterritorialização in situ* efectiva.

Deste modo, questionou-se aos inquiridos, a quem pertencia esse privilégio/responsabilidade, prestando como opções de escolha os grupos de *stakeholders* que actuam no espaço. Note-se que a pergunta foi feita num sentido amplo, não determinando controlo exclusivo de actividades económicas com fins lucrativos (negócios), permitindo assim, inserir os turistas e os autóctones que não trabalhem por conta própria. Esta perspectiva permitiu que os inquiridos manifestassem livremente a sua opinião (dentro das opções prestadas claro), mas sem forçar diversas hipóteses, que

<sup>945</sup> Releva-se ser importante, saber a que locais em concreto. No entanto, lembre-se que essa percepção foi acautelada (dentro do possível) na observação (no que concerne a alguns espaços sítos nas áreas em que decorreram as sessões da metodologia) e que, nas entrevistas, conforme exposto mais adiante, possibilitou-se aos questionados, manifestar livremente ideias acerca do tema, caso sintam que os autóctones, e que eles próprios, possam ter perdido acesso a determinados locais/espacos e que as suas territorialidades foram, de alguma forma, afectadas.

se prenderiam com a titularidade de negócios. Em detalhe, os dados apurados (tabela 53) foram os seguintes:

-A grande maioria da amostra (173 pessoas, 34,6%) acredita que o território é controlado por investidores estrangeiros<sup>946</sup>, comprovando a noção de que as actividades económicas na área são monopolizadas por elementos de outros países (desterritorializadas portanto<sup>947</sup>), muitos deles, outrora turistas. Este facto atesta claramente a perda de fracções territoriais, muitas vezes de grande dimensão;

-Em segundo lugar, concentrando 19,6% das respostas (o que congrega 98 inquiridos), apresenta-se a opção atinente ao poder político. É aqui claro o esforço das entidades públicas, orientado na perspectiva de dinamizar os territórios turísticos com o intuito de os apetrechar de atributos que potencializem uma oferta turística mais robusta;

-Também um número relevante de inquiridos (90, 18% da amostra), acredita que a maior fatia do território é dominada por investidores nacionais de outros pontos do país. Deduz-se que os capitalistas activos e agentes económicos (em geral) procuram investir em pólos turísticos devido às potencialidades de gerar lucros com várias actividades;

-81 pessoas (16,2%) revelaram achar que, quem controla o território, são os turistas. Surge aqui a questão mencionada linhas acima, que acentua a percepção que os autóctones têm dos turistas, assentando essencialmente, nas disparidades de estatuto sócio-económico que incrementam a facilidade dos agentes se deslocarem no território e aceder a espaços condicionados, coadjuvados também pela hospitalidade acrescida, e benefícios associados ao estatuto de turista<sup>948</sup>;

-Apenas 36 inquiridos (7,2%) acreditam que são os seus conterrâneos com investimentos em negócios e actividades que dominam o território;

-Talvez o ponto mais importante se centre no facto de uma ínfima quantidade de pessoas achar que os autóctones são os agentes que controlam o espaço. Apenas

---

<sup>946</sup> Atenta-se, uma vez mais, para a questão das soberanias.

<sup>947</sup> Há então *desterritorialização* e controlo/gestão externos, numa lógica de se manusear negócios de “zonas de bastidores” (à distância).

<sup>948</sup> Como a noção das consultas exclusivas prestadas pelos hospitais da região.

5 inquiridos (1% da amostra) acreditam nesta noção, o que comprova (indiciariamente) que o território é controlado por conjuntos de grupos que lhe são alheios geograficamente;

-Por fim, com menos relevância, 9 pessoas (1,8%) pensam existir outros agentes para além dos apresentados que exercem controlo sobre o território, e os restantes 8 inquiridos (1,6%), não prestaram qualquer resposta;

Concluindo a análise da questão, subscreve-se que, com base na percepção pública, no mapa mental colectivo, se acredita que o território é controlado por um conjunto muito diversificado de agentes, e que apesar das respostas não serem de todo homogéneas, pode dizer-se que, quem controla o espaço/território não são, de todo, os autóctones.

**Tabela 53- Quem controla o espaço/território<sup>949</sup>?**

<b>Quem acha que controla o espaço/território?</b>		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	8	1,6	1,6	1,6
	os turistas	81	16,2	16,2	17,8
	os autóctones (não investidores)	5	1,0	1,0	18,8
	investidores locais	36	7,2	7,2	26,0
	investidores nacionais (de outros pontos do país)	90	18,0	18,0	44,0
	investidores estrangeiros	173	34,6	34,6	78,6
	o poder político (governo local e central)	98	19,6	19,6	98,2
	outro	9	1,8	1,8	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

A questão 36 operou, em certa medida, como a segunda pergunta de controlo, acabando por inquirir os indivíduos acerca do que pensam (em traços gerais, mas com enfoque no factor tolerância)<sup>950</sup> sobre a sua relação (e dos seus conterrâneos) com os turistas (resultados presentes no gráfico 41, apresentado abaixo).

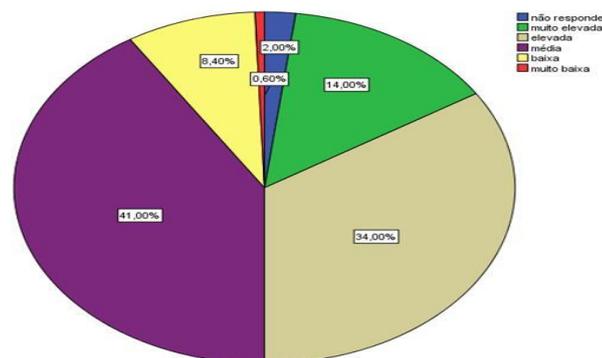
<sup>949</sup> É relevante constatar a existência da percepção que o poder está fora do país.

<sup>950</sup> Relembre-se que a questão 24 abordava a mesma problemática, mas com um cariz geral, não centrado na tolerância.

Aqui verificou-se que: 70 inquiridos (14%) acreditam que a tolerância é muito elevada; outros 170 (34%) dizem que os grupos se aceitam bastante bem (que as posturas condescendentes são elevadas); 205 (41%) referem que a tolerância é média; outros 42 (8,4%), por sua vez, acreditam que a mesma é baixa; 3 (0,6%), uma clara minoria, acredita que a aceitação tolerante é muito baixa; os restantes 10 indivíduos abordados (2%) não se pronunciaram.

Em suma, volta-se aqui a verificar uma tendência: quando se questiona acerca do respeito mútuo entre grupos e conseqüente tolerância, percebe-se (de acordo com a percepção dos inquiridos) que existe um esforço em aceitar o grupo oposto.

No entanto, quando as questões são pessoais, ou sobre casos concretos, verifica-se de facto, o inverso, isto é, que existem antinomias e atritos. Sublinha-se então, que o turismo, até aqui, tem efeitos negativos sobre o território e sobre a população local, mas procura-se tolerar esses efeitos em prol dos benefícios, facto que se manifesta nestas questões acerca da aceitação e tolerância.



**Gráfico 41-** Respostas acerca da tolerância exercida por parte de cada grupo.

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

#### 4ª Parte- Escassez de Recursos

Entrando na última parte do inquérito, procede-se à análise de questões que incidem sobre os efeitos físicos do turismo a uma escala micro<sup>951</sup>, que afectam o quotidiano e qualidade de vida dos inquiridos. Iniciando esta análise, com a questão 37, perguntou-se directamente às pessoas abordadas se achavam que os recursos (de todas as ordens) se tornavam escassos na época alta do turismo. Um total de 363 (72,6%)

<sup>951</sup> Sendo a escala macro, as mudanças territoriais abordadas na primeira secção do inquérito.

inquiridos, acredita que os recursos se tornam exíguos, enquanto que apenas 130 (26%) das pessoas da amostra pensa que tal não acontece.

Tendo em conta que se verificaram apenas 7 (1,4%) respostas em branco, constata-se que, de facto, o turismo de massas tem um efeito negativo, acentuado no quotidiano das comunidades locais (tabela 54).

**Tabela 54-** Escassez de recursos.

Recursos escassos					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	7	1,4	1,4	1,4
	sim	363	72,6	72,6	74,0
	não	130	26,0	26,0	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

De modo a perceber se a densidade populacional elevada se apresenta como mais um factor de descontentamento e reprovação do turismo por parte dos inquiridos, questionou-se aos mesmos, se a sobrelotação territorial afectava o seu quotidiano. Os resultados vieram a revelar que, em larga medida, haveria perturbação das suas vivências.

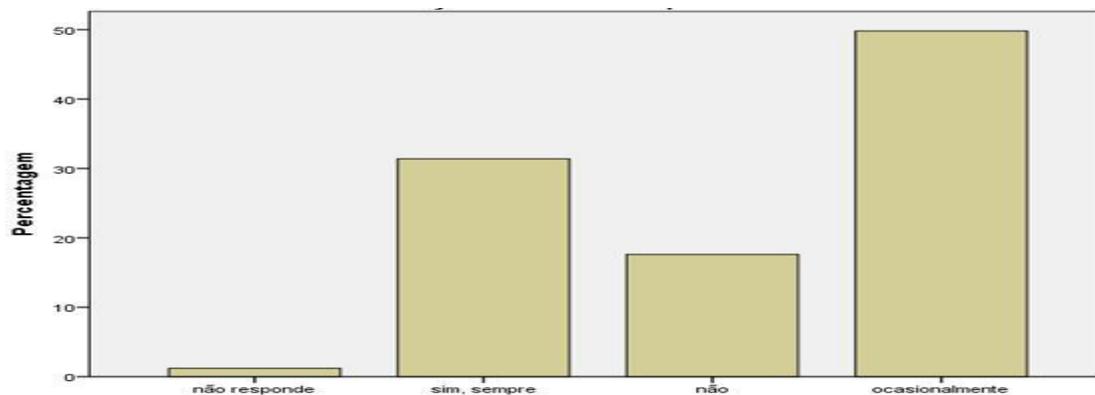
Em concreto, com base no gráfico 42 concluí-se que: 31,4% da amostra (157 inquiridos) assumiu que as interferências aconteciam sempre, sendo portanto frequentes; que 49,8% (249 participantes) revelaram que as ingerências negativas eram ocasionais; apenas 17,6% (88 indivíduos) da amostra afirmou não sentir qualquer tipo de incómodo com a sobrelotação do espaço; 1,2% (6 pessoas) não prestaram qualquer resposta.

À luz destes resultados, depreende-se que o turismo, de acordo com a percepção dos participantes do estudo<sup>952</sup>, pode ter impactos negativos para as comunidades locais numa nova dimensão, isto é, previamente verificou-se que há insatisfação a alteração de elementos físicos do território<sup>953</sup>, depois constatou-se que existe um “desdém” face ao hetero-grupo largamente mencionado (turistas), tanto quanto ao seu comportamento, quanto à sua presença e estatuto socio-económico, e agora, assiste-se a uma interferência directa dos efeitos colaterais do turismo no desenrolar do dia a dia.

<sup>952</sup> É importante reforçar esta noção ao longo do trabalho, o qual se debruça sobre a percepção existente acerca do turismo e dos seus efeitos, não se elaborando afirmações efectivas sobre os fenómenos em si, se os mesmos ocorrem ou não.

<sup>953</sup> Transformações infra-estruturais, alteração das paisagens, *turistificação*.

Existem portanto, diferentes focos de impacto gerados pelo turismo, que afectam os inquiridos de formas diferentes e em graus variáveis.



**Gráfico 42-** Sobrelotação do espaço interfere no quotidiano?

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS

Entrando na questão das territorialidades, tornou-se imperativo perceber qual a percepção e conhecimento concreto que a amostra possui acerca do capital de mobilidade dos turistas, contrapondo-o com o seu.

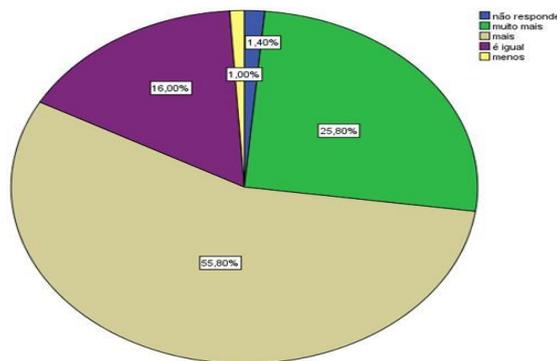
Assumindo à partida a dicotomia entre estatutos sócio-económicos díspares, verificou-se (gráfico 43) que, de facto, existe uma ideia generalizada de que os turistas acabam por controlar o espaço involuntariamente, acedendo livremente a mais locais do que os autóctones, para os quais se erguem muros.

Em detalhe, constatou-se que 129 (25,8%) dos inquiridos acredita que os turistas têm muito mais acesso a determinados locais<sup>954</sup> do que os habitantes do território; Outros 279 (55,8%) participantes da amostra, atestaram que os turistas têm mais acesso; 80 (16%) pessoas dizem que a capacidade de aceder a espaços é equivalente; apenas uma minoria de 5 (1%) inquiridos revelou achar que os turistas têm menos capacidade de ingressar em determinados locais; os restantes 7 (1,4%) indivíduos não responderam. Estes dados revelam que a esmagadora maioria da amostra (um total de 408 pessoas, 81,6% da amostra) têm consciência que as suas territorialidades são bem inferiores às

<sup>954</sup> Não foram especificados locais em concreto, optou-se por dotar as questões dos inquiridos com um carácter geral (como vem sendo reiterado ao longo desta secção), não indo muito ao pormenor, para facilitar o tratamento de dados, optando-se por recolher informação mais detalhada com as restantes metodologias, operando todas, em última instância, como complementos umas das outras.

daqueles que visitam o seu território, adensando, em certa medida, a falta de controlo sobre o seu próprio território (constatada em questões anteriores).

Por fim, repare-se que, as territorialidades não são sinónimo de acesso, mas na análise faz sentido medir a sua extensão com base na espectro intra territorial, dado que o espaço limitadamente balizado, fomenta a necessidade de equiparar extensão (até onde se consegue chegar) com o dito acesso (quem pode ou não aí chegar, com base no estatuto).



**Gráfico 43-** Postura face ao acesso que os turistas têm aos locais em Portimão (acha que é superior ao dos autóctones?)<sup>955</sup>.

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Voltando à interferência do turismo no quotidiano, e à qualidade de vida das comunidades locais, procurou-se também, saber a influência que o turismo infere no funcionamento dos demais serviços da cidade.

Os inquiridos, foram então, questionados se alguma vez tinham ficado impedidos de usufruir de determinados serviços por causa do aumento do fluxo de turistas nas épocas altas. Os resultados expostos no tabela 55 demonstraram que, de facto, existia uma grande interferência na alçada dos serviços e, conseqüentemente, na prática de um quotidiano dito normal. Em concreto, 211 participantes (42,2% da amostra) revelaram que tal “incómodo” era frequente, outros 244 (48,8%) apontaram essa interferência como sendo um acontecimento ocasional; numa perspectiva diferente,

<sup>955</sup> Atente-se, de novo, que entre as opções “mais” e “muito mais”, foram canalizadas 80% das respostas, o que revela um valor bastante significativo. Apesar do inquérito formular questões de teor geral e não particularizar quais os locais em questão, verifica-se que a percepção popular recai sobre a eventual maior versatilidade e poder que os turistas possuem em relação a si.

somente 37 pessoas (7,4%) atestaram que nunca lhes aconteceu nada semelhante<sup>956</sup>, e por fim, os restantes 8 inquiridos (1,6%) não responderam.

Nas entre-linhas este cenário reforça as ilações tiradas na questão 37<sup>957</sup> (2 questões atrás), demonstrando que os efeitos colaterais (negativos) do turismo se insurgem no simples desenrolar da vida diária, contribuindo de um ponto de vista muito pessoal (dos inquiridos), para a reprovação do mesmo.

**Tabela 55-** Disponibilidade de serviços locais.

<b>Não conseguir usufruir de serviço</b>					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	8	1,6	1,6	1,6
	frequentemente	211	42,2	42,2	43,8
	algumas vezes	244	48,8	48,8	92,6
	nunca me aconteceu	37	7,4	7,4	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Sendo este o último grupo de perguntas do questionário, optou-se também por cruzar alguns aspectos previamente abordados. Assim, incidindo novamente sobre as transformações territoriais, os inquiridos foram questionados acerca da sua razão de ser, se foram feitas espontaneamente pelo município, ou se ocorreram devido ao ímpeto do turismo. Com base no gráfico 44, verificou-se que na sua maioria, os autóctones acreditam que as transformações foram feitas com o motivo exclusivo de agradar aos visitantes, em concreto 216 (43,2%) dos inquiridos. Em menor número, 180 (36%) sujeitos apresentaram uma postura mais optimista, aduzindo que todas as transformações registadas ao longo dos anos foram feitas para ambos os grupos, locais e turistas. De outro panorama, 97 (19,4%) pessoas acreditam que as transformações foram espontâneas, feitas para o bem do município, e não em prole do bem estar dos turistas (como fruto do turismo). Em última instância, os restantes 7 indivíduos (1,4%) não se pronunciaram acerca do assunto.

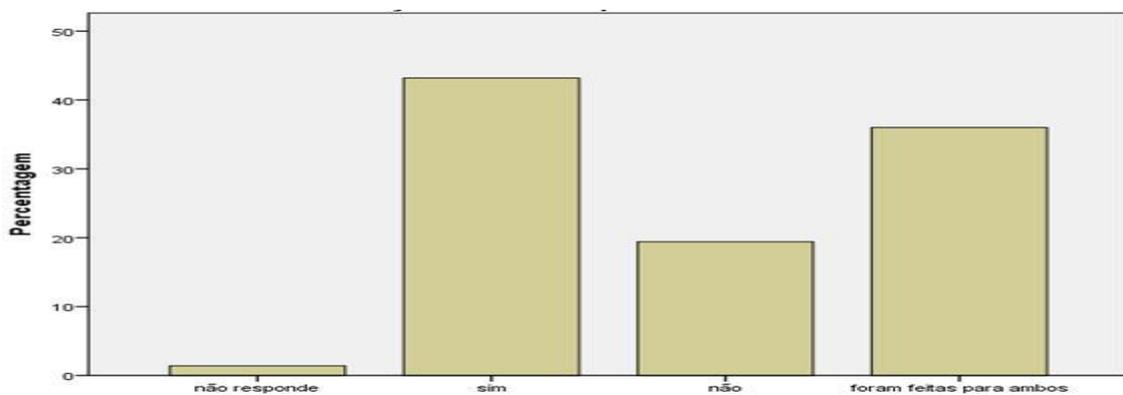
Em jeito de conclusão, subscreve-se que a percepção concreta da *turistificação* é muito forte na óptica dos inquiridos, que na sua maioria, acreditam que o seu próprio

<sup>956</sup> O que poderá ser justificado por factores como residir numa zona periférica da cidade ou afins, dado que, por norma, estas zonas comportam menos atracções turísticas.

<sup>957</sup> Atinente à escassez de recursos em sentido amplo.

território não é alterado/melhorado para seu benefício, mas sim em função do bem estar de estranhos. Não há aqui um efeito negativo directo, uma vez que, independentemente da finalidade das mudanças (por regra, para melhor), qualquer pessoa poderá usufruir delas. No entanto, relembre-se que, as mesmas estão balizadas no território/espaço, definidas pelos pontos de acesso e controlo, medidos por territorialidades e delineadas por muros.

Apesar de não ser feita aqui uma análise correlacional concreta, pode depreender-se com base nas questões anteriormente analisadas, a existência de traços de negligência das comunidades locais, que uma vez mais, de acordo com a sua percepção de poder, não têm domínio e capacidade de intervenção, acerca daquilo que acontece no seu território, sendo-lhe o controlo do mesmo, alheio.



**Gráfico 44-** Percepção acerca das transformações feitas no território e a quem se destinam (questão: acha que foram feitas para os turistas?)<sup>958</sup>.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Voltando ao âmbito das territorialidades, dada a natureza e objectivos do estudo, afigurava-se imperativo confrontar os inquiridos com o seu capital/poder de deslocação no próprio espaço, contrapondo-o com o dos turistas.

As respostas traduziram uma consciência generalizada de desigualdade entre grupos. Em concreto, 216 indivíduos (43,2%) responderem não ter dúvidas acerca da discrepância existente entre territorialidades de locais e visitantes, enquanto que outros 94 (18,8%), referiram que pensam não existir diferenças. Num panorama intermédio,

<sup>958</sup> Face aos resultados obtidos nesta questão, onde existe um entendimento de que as transformações inferidas no território se destinam maioritariamente a satisfazer as necessidades dos turistas (43,2% da amostra respondeu neste sentido), pode assumir-se que, tendencialmente, existe também uma percepção por parte dos inquiridos de uma monocultura que se vai instalando.

constatou-se que 177 pessoas (35,4%) defenderam que a capacidade de transitar no território era semelhante entre os grupos abordados. Uma pequena minoria (13 participantes, logo 2,6% da amostra) não respondeu (todos os dados podem ser observados na tabela 56, abaixo representada). Apesar de existirem algumas posições optimistas, subscreeve-se que a maioria dos inquiridos tem uma posição/consciência de inferioridade no que diz respeito às territorialidades, facto subliminarmente comprovado anteriormente.

Reitera-se portanto, uma supressão de actuar/viver no próprio território que, em certo grau, se deve ao turismo (como verificado noutras questões)<sup>959</sup>.

**Tabela 56-** Percepção dos inquiridos acerca das territorialidades dos locais e dos visitantes.

Territorialidades muito diferentes					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	não responde	13	2,6	2,6	2,6
	sem dúvida	216	43,2	43,2	45,8
	nem por isso	94	18,8	18,8	64,6
	são semelhantes	177	35,4	35,4	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

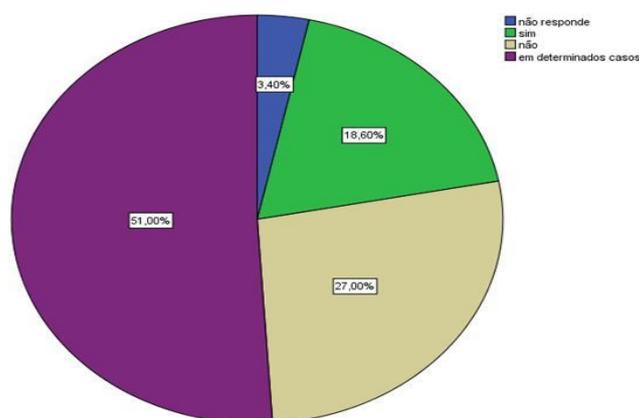
Como penúltima pergunta, voltou-se a incidir sobre a temática das territorialidades, questionando-se directamente aos inquiridos, se achavam que as suas eram asfixiadas devido ao turismo.

As respostas foram heterogéneas, não sendo pautadas por extremos, no entanto, com base no gráfico 45, pode constatar-se que apesar dos efeitos do turismo nas territorialidades dos autóctones não serem significativos, exercem sempre alguma

<sup>959</sup> Esta análise é focada no objecto do trabalho, analisando as dinâmicas de *desterritorialização* que se inferem sobre os agentes locais, assim como a eventual existência de muros, materiais e imateriais, e fronteiras que limitam e definem acessos. Contudo, assume-se, que também poderão existir espaços (públicos) que sejam vedados aos turistas, palcos de festas locais, por exemplo, um caso concreto e semelhante, é o trabalho de Premysl Mácha (2013) levado a cabo no Novo México, onde as territorialidades dos turistas estão condicionadas e as dos habitantes locais não. O autor ilustra essa realidade através da proibição imposta aos turistas de tirarem fotografias aos locais, paisagens e edifícios onde se encontrem autóctones, muito por questões culturais e religiosas. Este controlo é realizado pelas próprias comunidades ali residentes, as quais impõem essa restrição, como é o caso dos *navajos*, povo indígena, oriundo da América do Norte (Mácha, 2013). Neste sentido, relembre-se ainda, que o estudo incide sobre a percepção dos inquiridos, nomeadamente aquando da aplicação desta ferramenta metodológica (inquéritos por questionário), pelo que se depreende, com base nos resultados, que os agentes locais se encontram mais limitados na sua capacidade de acesso e mobilidade, muito pelas características de um território de turismo (essencialmente, mas não só) de massas.

influência, dado que: 255 inquiridos (51%) revelaram que em situações específicas existe uma interferência do turismo e dos seus efeitos no seu capital de mobilidade; 135 (27%) pessoas acreditam que não existe qualquer efeito negativo imposto pelo fenómeno em questão na sua capacidade de se deslocar; 93 indivíduos (18,6%) afirmam que, de facto, o turismo é nocivo para a sua liberdade de se deslocar no território e aceder a certos espaços; os restantes 17 inquiridos (3,4%) não responderam.

Conclui-se portanto, que o turismo limita, até certo grau, a liberdade que os autóctones têm para circular no seu território.



**Gráfico 45-** Posição acerca da possível supressão de territorialidades (questão: acha que são asfíxiadas?).

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Fechando o rol de questões, e a exposição de dados assentes nas estatísticas descritivas, apresentam-se os resultados da questão 45 (tabela 57), que se centra directamente sobre o sentimento de pertença (ou desligamento) ao território estudado. Os dados coligidos com esta questão selam o debate acerca da possibilidade de existir descontentamento face ao turismo, uma vez que 236 inquiridos, o grosso da amostra, revela que tal sentimento de alienação ao seu próprio território é palpável, ainda que este seja apenas ocasional (muito provavelmente agravado no Verão). Esta noção é ainda reforçada pelo facto de 67 indivíduos apresentarem uma posição mais extrema, alegando que esta sensação de falta de conexão é permanente.

Em contrapartida, dos restantes 197 inquiridos, 1 não respondeu, e os outros 196 afirmaram nunca se sentir estranhos no seu próprio território (portanto refutam qualquer sentimento de alienação). Ora este facto é positivo, uma vez que 39,2% da amostra

ainda se sente em casa<sup>960</sup>, com laços topofílicos intactos e prevalentes, mas reitera-se que a tendência é a reprovação do turismo, onde, somando o ocasional sentimento de não pertencer ao território à alienação total, obtém-se uns coerentes 60,6% (47,2% + 13,4%) de casos de insegurança acerca da ligação ao território (ainda que com diferentes graus de profundidade).

**Tabela 57-** Dados acerca do sentimento de alienação territorial dos inquiridos.

<b>Estranhos no próprio espaço</b>					
		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	não responde	1	,2	,2	,2
	sempre	67	13,4	13,4	13,6
	nunca	196	39,2	39,2	52,8
	ocasionalmente	236	47,2	47,2	100,0
	Total	500	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

### **5.3.5- Análise bivariada dos dados**

Após a exposição dos dados obtidos e das análises unidimensionais, é também importante, robustecer o estudo com uma análise bivariada dos resultados.

Este tipo de análise assenta no relacionamento entre duas variáveis distintas, evidenciando qual o grau de influência mútua, distanciando-se da análise descritiva simples através de uma explicação de fenómenos em função do critério de análise (Babbie, 2009). Desta forma, seleccionaram-se 2 questões (foi escolhida apenas 1 pergunta do primeiro grupo devido à sua natureza, e 1 indagação do grupo 3 por razões inerentes à problemática) de cada um dos 4 grupos que compõem o questionário e efectuou-se um cruzamento entre variáveis qualitativas (com base nas características pessoais/profissionais dos indivíduos) e variáveis inerentes à natureza das questões formuladas.

Esta metodologia permitiu identificar tendências, procurando perceber se factores como a idade, sexo, estado civil, naturalidade, grau de escolaridade, ocupação,

<sup>960</sup> Embora uma casa já alterada, mas longe do *domocídio* de Douglas Porteous (1988) enunciado aquando da materialização do enquadramento teórico do presente trabalho.

natureza do emprego e tempo de residência em Portimão influenciaram as respostas dadas. As questões seleccionadas em cada grupo foram<sup>961</sup>:

**Grupo 1- questão 8:** “Tem acompanhado as várias transformações impostas pelo turismo no território ao longo dos anos?”

**Grupo 2- questão 11:** “A desterritorialização in situ ocorre quando as comunidades locais perdem controlo sobre o próprio território. Acha que isso está a acontecer em Portimão por causa do turismo?”

- **questão 20:** “E relativamente a si, está feliz por fazer parte de uma comunidade “turistificada?”

**Grupo 3: questão 33:** “Numa escala mais densa, quem acha que controla o espaço (acessos, saídas, espaços, investimentos locais, empresas, e etc..)?”

**Grupo 4- questão 44:** “Sente que as territorialidades das comunidades locais são “asfíxiadas” devido ao fenómeno turístico (pessoas têm de trabalhar mais em serviços do sector, não lhes restando flexibilidade de deslocação no espaço ou tempo para fazer outras actividades de lazer e afins)?”

-**questão 45:** “De uma forma geral e para terminar, com tantos estranhos no seu território (visitantes e residentes estrangeiros, outrora turistas), de certa forma, sente-se um estranho no seu próprio espaço?”

### **Análise da questão 8**

Começando pela questão 8 e pela variável sexo, pode-se observar que existe um equilíbrio entre homens e mulheres no que toca ao acompanhamento das transformações territoriais impostas pelo turismo.

As respostas são ligeiramente mais elevadas em todas as escalas (escala de *likert* de 6 opções) no lado das mulheres, o que é normal, uma vez que existiu uma maior

---

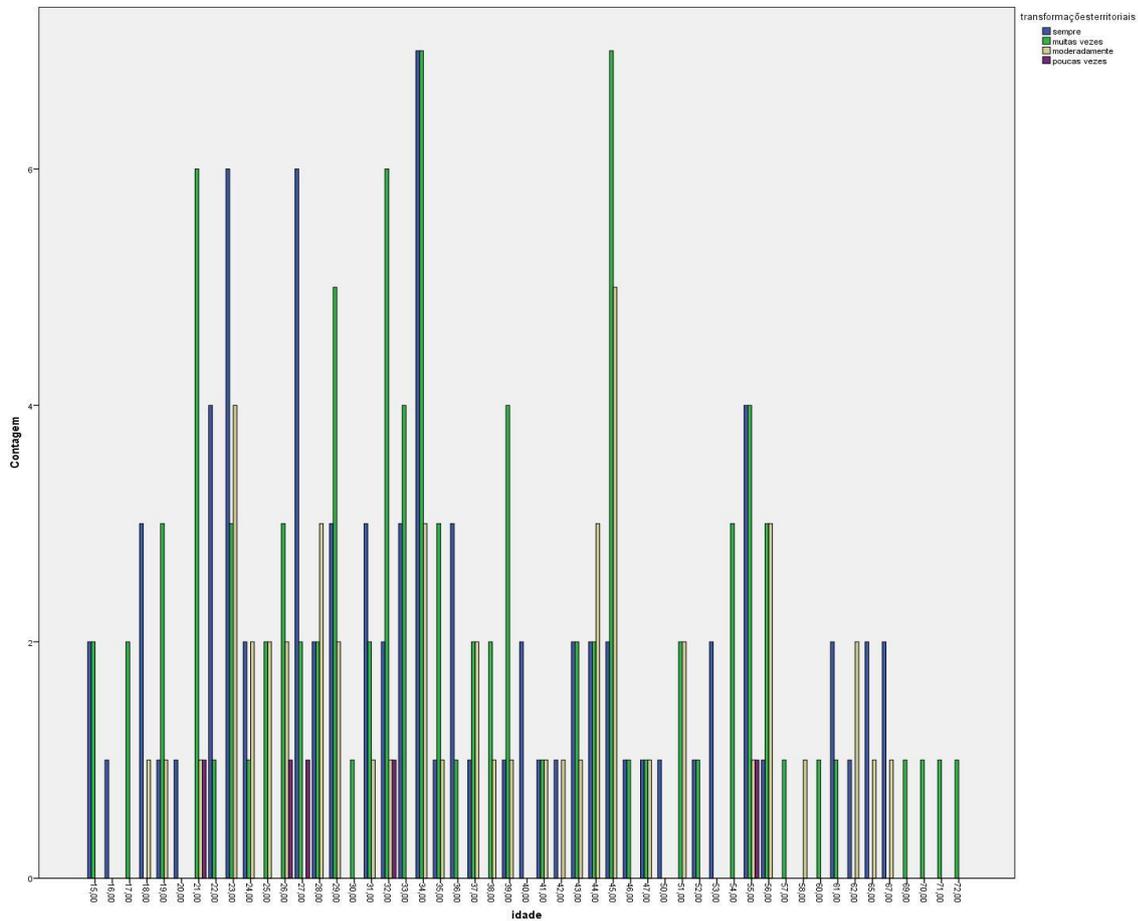
<sup>961</sup> Note-se que as questões seleccionadas incidem todas sobre uma das problemáticas de estudo, nomeadamente: transformação/re-estruturação do território; *desterritorialização*; *turistificação*; controlo do espaço; territorialidades; alienação/*topofília* para com o espaço/território. Acrescenta-se ainda que o único tópico não abordado se prende com o conflito/relação entre grupos (turistas vs autóctones), dado que as questões impostas pelo questionário se prendem com o conhecimento que os autóctones têm de situações concretas, não prestando um posicionamento pessoal acerca da temática dos indivíduos que possa ser correlacionado com as variáveis qualitativas. Deste modo, a análise singular destas questões na secção anterior (análise univariada) afigura-se como suficiente para perceber qual o posicionamento da amostra perante a existência de conflitos.

participação do sexo feminino nos questionários. No entanto, entrando em dados concretos, sustém-se que a idade parece não influenciar de forma agravada a pré-disposição para acompanhar as transformações territoriais impostas pelo turismo. Os resultados afixados nos gráficos 46 e 47 são bastante heterogêneos, registrando-se altos e baixos, inerentes a todas as faixas etárias. Já no âmbito da variável “sexo”, apesar dos valores igualmente variados, em termos proporcionais, verifica-se que os homens são aqueles que mais prestam atenção às alterações do território e dos seus elementos físicos (representado o maior volume de respostas “sempre” e “muitas vezes”, enquanto que as mulheres escolheram em grande número as opções “moderadamente” e “poucas vezes”).

Os indivíduos de ambos os sexos que acompanharam os processos de alteração mais prontamente, fixam-se nas faixas etárias dos 30 e 40 anos. No caso das mulheres, as que acompanharam menos vezes essas mesmas transformações, distribuem-se um pouco por todas as faixas e apresentam casos no intervalo de idade dos 65+ anos. Curiosamente no mesmo grupo etário, mas no sexo masculino, verifica-se que um certo número de homens revelou acompanhar sempre as alterações.

Note-se que os valores não são muito elevados porque o número de participação de idosos foi baixo, contudo, pode-se identificar a tendência de que os homens idosos ligam mais ao que acontece no território do que as mulheres da mesma idade (gráficos 46 e 47, infra).

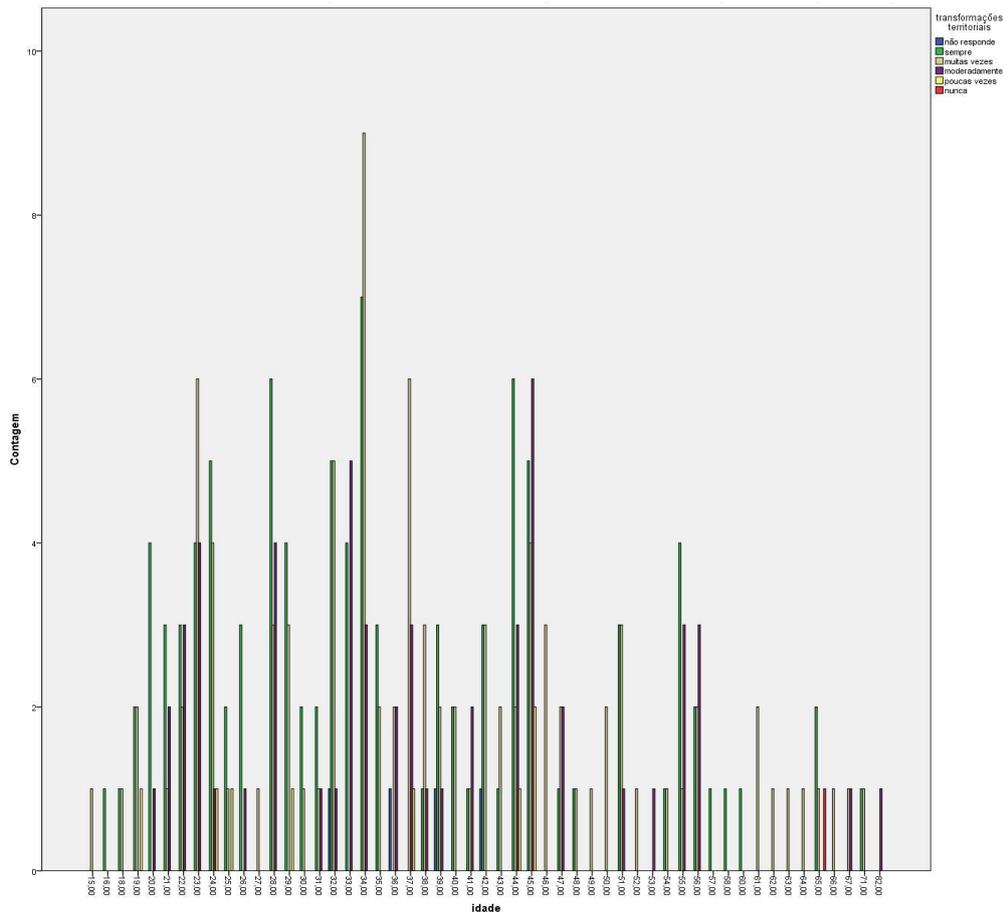
Transversalmente, e concluindo, à exceção desta noção, parece não existir uma correlação entre a idade/sexo e o interesse em observar como o território se redefine sob a égide do turismo.



**Gráfico 46-** Acompanhamento das transformações territoriais em função da idade e sexo<sup>962</sup> (masculino).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

<sup>962</sup> Este é um dos elementos gráficos referidos em nota inicial do trabalho, cujos valores não são muito fáceis de discernir, um problema da versão do SPSS utilizada, que origina a perda de qualidade dos gráficos aquando da exportação para outros programas. Independentemente da limitação, os valores e são legíveis.



**Gráfico 47-** Acompanhamento das transformações territoriais em função da idade e sexo (feminino).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Quanto ao estado civil dos inquiridos, verificou-se que os solteiros e casados<sup>963</sup> foram aqueles que revelaram prestar maior atenção às transformações do território, acompanhando-as no seu todo, sempre ou muitas vezes. Destarte, é preciso sublinhar que os valores absolutos de cada grupo são muito diferentes, pelo que esta dinâmica não é significativa.

Num patamar oposto, com valores dissonantes encontram-se os separados/as ou viúvos/as que compunham a parte minoritária da amostra, que apresentaram mais

<sup>963</sup> A questão última, prender-se-á com o envolvimento de cada um com o turismo, factor que poderá influenciar as respostas (no mesmo âmbito, também é essencial avaliar a posição dos portugueses e não portugueses, dos naturais e não naturais de Portimão perante o fenómeno, quais as suas idades, entre outros parâmetros de análise). Os referidos cruzamentos apresentam-se adiante (elaborados com recurso à análise bivariada), os quais ficarão mais evidentes com a exposição dos resultados da formação de *clusters*, que permitem discernir tendências e agrupar indivíduos, balizando as suas características, expondo as suas posições face ao turismo e qual o grau de envolvimento com o mesmo.

respostas nas opções de “muitas vezes” e “moderadamente”. Há portanto, uma preocupação generalizada de todos os grupos desta variável, demonstrando que os inquiridos se encontram bem cientes das alterações territoriais (tabela 58).

**Tabela 58-** Acompanhamento das transformações territoriais em função do estado civil.

Estadocivil * transformações territoriais (Tabulação cruzada)								
Contagem								
		Transformações territoriais					Total	
		não responde	sempre	muitas vezes	moderadamente	poucas vezes		nunca
Estado civil	solteiro/a	0	85	79	40	9	0	213
	casado/a ou a viver maritalmente	3	79	90	47	3	1	223
	divorciado/a ou separado/a	1	16	22	18	1	0	58
	viúvo/a	0	1	3	2	0	0	6
Total		4	181	194	107	13	1	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Sem grande surpresa, constatou-se que os indivíduos naturais de Portimão foram aqueles que demonstraram maior preocupação com o seu território<sup>964</sup>, acompanhando sempre ou muitas vezes as transformações inferidas pelo turismo. Também os estrangeiros que se re-territorializaram expressaram acompanhar “sempre” e “muitas vezes” os processos de transformação.

A mesma tendência apresentaram os residentes de outras freguesias do concelho, facto que já não se verificou nas pessoas que são naturais de outros concelhos e que se territorializaram na cidade. Aqui os valores de “muitas vezes” e “moderadamente” são equitativos, o que talvez espelhe um desinteresse no que sucede no seu território de acolhimento, pautado pela ausência de relações topofílicas naturais (de génese). Os dados encontram-se expostos na tabela 59.

<sup>964</sup> Talvez por possuírem mais memória do passado.

**Tabela 59-** Acompanhamento das transformações territoriais em função da naturalidade.

<b>Naturalidade * transformações territoriais (Tabulação cruzada)</b>								
Contagem		Transformações territoriais						Total
		não responde	sempre	muitas vezes	moderadamente	poucas vezes	nunca	
Naturalidade	não responde	0	0	1	1	0	0	2
	da freguesia onde reside atualmente	3	134	132	57	9	1	336
	de outra freguesia do município/concelho de Portimão	1	33	37	31	2	0	104
	de outro município/concelho fora de Portimão	0	4	13	13	2	0	32
	de um país estrangeiro	0	10	11	5	0	0	26
Total		4	181	194	107	13	1	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, a grande maioria dos inquiridos atestou acompanhar as transformações territoriais de forma constante (resultados presentes na tabela 60). As respostas de “poucas vezes”, “nunca” e as abstenções apresentam apenas valores residuais, o que revela que o nível de preocupação com as alterações impostas pelo turismo no território são transversais a todos os indivíduos, independentemente do seu grau de escolaridade.

Claramente, existem divergências entre os grupos com níveis de instrução distintos, no entanto, parecem prender-se apenas com o maior volume de indivíduos inquiridos com determinado grau (por exemplo o 12º ano, que representa o nível que mais inquiridos possuem, seguidos das pessoas com o ensino superior e o antigo bacharelato).

**Tabela 60-** Acompanhamento das transformações territoriais em função do grau de escolaridade.

Escolaridade * transformações territoriais (Tabulação cruzada)								
Contagem		Transformações territoriais						Total
		não responde	sempre	muitas vezes	moderadamente	poucas vezes	nunca	
Escolaridade	não completou qualquer nível de escolaridade	0	0	0	1	0	0	1
	1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário)	0	3	2	1	0	0	6
	2º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório)	0	5	11	1	0	0	17
	3º ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)	0	22	25	11	2	1	61
	12º ano (antigo 7º ano do liceu)	3	84	93	57	3	0	240
	bacharelato ou frequência do ensino superior	1	40	37	20	2	0	100
	ensino superior (licenciatura, mestrado, doutoramento)	0	27	26	16	6	0	75
Total		4	181	194	107	13	1	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Quanto à ocupação, pode observar-se (na tabela 61) uma tendência parecida à obtida na análise anterior (da escolaridade), uma vez que o grosso das respostas de espectro positivo (de acompanhamento das transformações) é bastante elevado nos grupos de indivíduos que exercem uma actividade profissional, nos que estão desempregados e nos que procuram o 1º emprego (portanto, a população activa).

Em contrapartida, apesar dos valores serem baixos ou até nulos (no caso da opção “nunca”), existe menos tendência para acompanhar as alterações do território nos grupos que estudam ou estão reformados<sup>965</sup>. Aqui, apesar dos números também se revelarem reduzidos, há que se pensar em termos de proporção, avançando que os índices de indivíduos que preenchem estes grupos são residuais no todo (em N), portanto, parece existir maior falta de atenção prestada às transformações físicas nos mesmos.

<sup>965</sup> Presume-se neste sentido, que cada um destes grupos (jovens, idosos, com diferentes graus de escolaridade, com profissões distintas) terá territorialidades heterogéneas, o que poderá fazer com que tenham uma visão/percepção diferente acerca das mudanças territoriais trazidas pelo turismo.

Note-se que ambos, pessoas que estudam e reformados, correspondem às faixas etárias dos extremos (jovens e idosos), o que possibilita deduzir que existe um interesse mais reduzido destes indivíduos sobre a questão abordada.

**Tabela 61-** Acompanhamento das transformações territoriais em função da ocupação.

<b>Ocupação * transformações territoriais - Tabulação cruzada</b>								
Contagem		Transformações territoriais						Total
		não responde	sempre	muitas vezes	moderadamente	poucas vezes	nunca	
ocupação	não responde	0	5	4	0	0	0	9
	desempregado	1	31	51	20	3	0	106
	exerce uma atividade profissional	3	96	101	64	6	1	271
	procura primeiro emprego	0	31	21	11	2	0	65
	estuda	0	13	9	8	2	0	32
	reformado	0	3	4	2	0	0	9
	outro	0	2	4	2	0	0	8
Total		4	181	194	107	13	1	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Analisando se a natureza do emprego (se é turístico ou não) tem efeito sobre o grau de atenção prestado às alterações no território, apurou-se o seguinte: a grande maioria das pessoas com emprego turístico e sem emprego turístico, mas com contacto com turistas, afirmou acompanhar frequentemente as transformações territoriais (valores heterogéneos, mas consistentes distribuídos por “sempre”, “muitas vezes” e “moderadamente”). Também aqueles que aduziram não ter qualquer contacto com turistas responderam, maioritariamente, acompanhar as transformações territoriais. Assim, de forma generalizada, há uma preocupação com a re-estruturação do território onde se habita, independentemente de se manter contacto directo com turistas. Os resultados encontram-se na tabela 62.

**Tabela 62-** Acompanhamento das transformações territoriais em função da natureza do emprego.

<b>Emprego turístico * transformações territoriais - Tabulação cruzada</b>								
Contagem								
		Transformações territoriais						Total
		não responde	sempre	muitas vezes	moderadamente	poucas vezes	nunca	
Emprego turístico	não responde	1	80	88	43	6	0	218
	sim	1	38	42	20	4	0	105
	não, mas tenho contacto com turistas	2	51	52	37	1	1	144
	não e não tenho contacto com turistas	0	12	12	7	2	0	33
Total		4	181	194	107	13	1	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

No cruzamento das variáveis “tempo de residência em Portimão” e “transformações territoriais” comprovou-se o esperado: os residentes mais antigos da cidade (os que vivem em Portimão desde sempre, e os que lá residem há mais de 5 anos) acompanham de forma contínua as transformações no espaço; em segunda instância estão aqueles que moram na cidade há menos tempo (outras opções para além das já enunciadas), apresentando valores residuais porque representam uma fracção muito reduzida da amostra, mas também deram na sua maioria, respostas positivas (tabela 63).

**Tabela 63-** Acompanhamento das transformações territoriais em função do tempo de residência na cidade de Portimão.

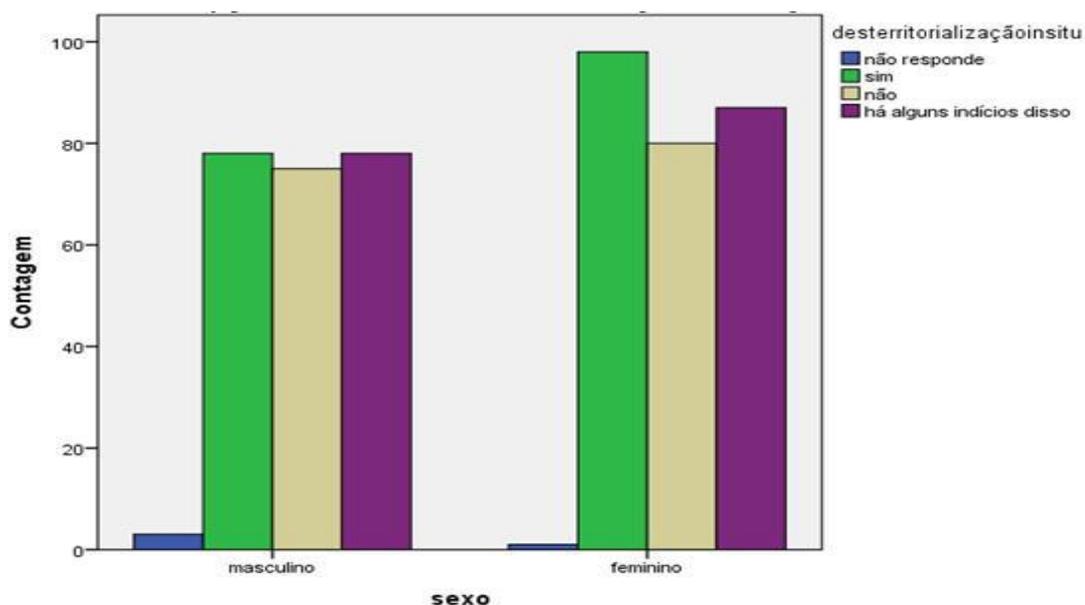
<b>Tempo de residência em Portimão * transformações territoriais - Tabulação cruzada</b>								
Contagem								
		Transformações territoriais						Total
		não responde	sempre	muitas vezes	moderadamente	poucas vezes	nunca	
Tempo de residência em Portimão	não responde	0	1	1	3	0	0	5
	há menos de 1 ano	0	1	0	0	0	0	1
	há mais de um ano	0	1	0	0	0	0	1
	há mais de 2 anos	0	4	8	4	1	0	17
	há mais de 5 anos	0	21	35	30	2	1	89
	desde sempre	4	153	150	70	10	0	387
Total		4	181	194	107	13	1	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

## Análise bivariada da questão 11

A tendência de respostas entre homens e mulheres face à existência de *desterritorialização in situ* em Portimão, foi quase igual a 100% (em função da proporção: as mulheres estão mais representadas que os homens). A única diferença assenta no facto de os indivíduos do sexo masculino apresentarem um maior índice de abstenção. Nas restantes opções as mulheres facultaram mais respostas que se radicam na lógica de existir *desterritorialização* do que na opção inversa (não), e na opção “há alguns indícios disso”, enquanto que nos homens, as respostas foram muito mais equilibradas e próximas umas das outras.

Os indivíduos do sexo feminino apresentam portanto, uma postura mais clara, no grupo masculino existe uma dispersão maior das respostas pelas opções, o que dificulta a identificação de 1 posição transparente (os resultados estão presentes no gráfico 48, apresentado abaixo).



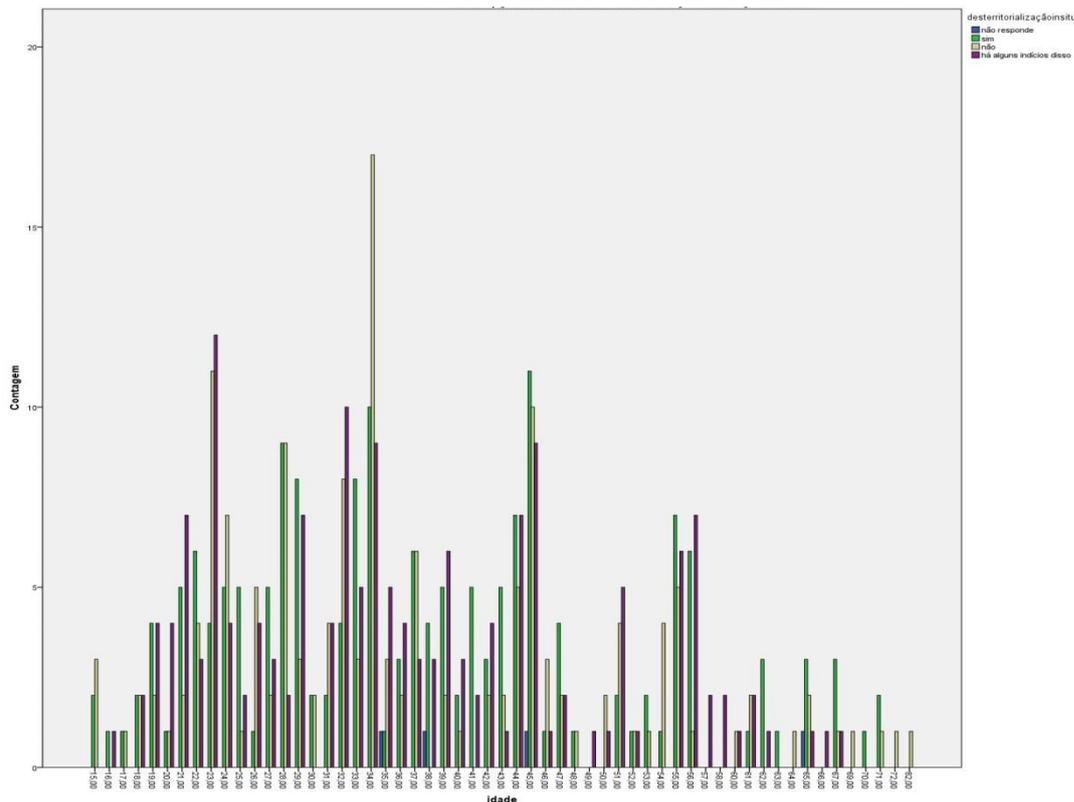
**Gráfico 48-** Percepção acerca da *desterritorialização* em função do sexo (questão: acha que este fenómeno existe em Portimão?).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Analisando o fenómeno da *desterritorialização* em função da idade, constatou-se (gráfico 49) que não existem focos de polarização em idades muito dissonantes. Seleccionaram-se os 3 valores mais altos de cada opção de resposta, e os resultados

demonstraram que todos estes valores se inserem na faixa etária dos adultos/população activa (talvez por ser o mais amplo devido às idades dos inquiridos).

Pode-se então deduzir, que os membros desta faixa etária são os que mais reprovam a potencial existência da *desterritorialização* ou são aqueles que prestam mais atenção a tais problemáticas<sup>966</sup>.



**Gráfico 49-** Percepção acerca da *desterritorialização* em função da idade.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Categorizando as respostas atinentes à existência de *desterritorialização in situ* em Portimão pelo estado civil, pôde observar-se uma inexistência de influência directa nas posições pessoais, dado que as respostas estão tri-partidamente fraccionadas de forma mais ou menos igual. Há várias respostas no “sim”, no “não” e no “há alguns indícios disso”, distribuídas por todos os grupos elencados. Com uma ínfima maioria, apresentam-se os indivíduos casados (73 respostas “sim” e 75 respostas de “há alguns indícios disso”), seguidos pelos solteiros, depois pelos divorciados e finalmente pelos viúvos (tabela 64).

<sup>966</sup> A identificação de determinado fenómeno, normalmente impele-se pela importância prestada por cada um a determinadas problemáticas, neste caso, aos impactos do turismo.

**Tabela 64-** Percepção acerca da *desterritorialização* em função do estado civil dos inquiridos.

<b>Estado civil * desterritorialização <i>in situ</i> Tabulação cruzada</b>						
Contagem		Desterritorialização <i>in situ</i>				Total
		não responde	sim	não	há alguns indícios disso	
Estado civil	solteiro/a	1	77	69	66	213
	casado/a ou a viver maritalmente	3	73	72	75	223
	divorciado/a ou separado/a	0	22	12	24	58
	viúvo/a	0	4	2	0	6
Total		4	176	155	165	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Em termos de naturalidade, as respostas também foram heterogéneas (tabela 65). Analisando em primeiro lugar, os valores das pessoas naturais da cidade de Portimão, é possível constatar uma divisão que ilustra uma quase paridade de valores entre posições perante a existência de *desterritorialização in situ* (112 indivíduos responderam: sim; 111 responderam: não; 110 responderam: há alguns indícios disso;). O mesmo sucede no grupo de pessoas naturais de outras freguesias de Portimão, mas com valores mais distantes uns dos outros. Em relação aos últimos grupos, a tendência mantém-se também, embora se verifiquem sempre valores mais reduzidos em relação ao grupo anterior, facto induzido pelo número total de indivíduos de cada grupo na amostra.

O que se depreende destes dados, é que existe de facto *desterritorialização in situ* (a percepção), uma vez que mesmo as pessoas que não são naturais de Portimão (cidade), se apercebem de fenómenos que assim o indicam<sup>967</sup>.

<sup>967</sup> Comportamento que à partida seria esperado (de certeza) nos indivíduos naturais da zona, tal como se comprovou.

**Tabela 65-** Percepção acerca da *desterritorialização* em função da naturalidade.

<b>Naturalidade * <i>desterritorialização in situ</i> Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Desterritorialização <i>in situ</i>				Total
		não responde	sim	não	há alguns indícios disso	
naturalidade	não responde	0	1	1	0	2
	da freguesia onde reside atualmente	3	112	111	110	336
	de outra freguesia do município/concelho de Portimão	1	46	25	32	104
	de outro município/concelho fora de Portimão	0	8	11	13	32
	de um país estrangeiro	0	9	7	10	26
Total		4	176	155	165	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Com base na tabela 66, verificou-se que a escolaridade não pareceu influenciar a posição face à existência de *desterritorialização in situ* em Portimão. Neste aspecto, contemplaram-se respostas muito variadas ao longo de todos os graus de instrução, distribuindo-se as mesmas, pelas posições “sim, existe”, “não, não existe” e há alguns indícios disso”.

O volume de respostas vai sendo gradual pelos níveis de instrução (dada a natureza da amostra), salientando-se que os 3 grupos mais volumosos (12º ano, bacharelato e ensino superior), apresentam resultados diferentes, mas que permitem constatar que a noção positiva sobre a existência de *desterritorialização in situ* prevalece, dado que 88 inquiridos com o 12º ano e 29 com o ensino superior acreditam que o fenómeno está presente na cidade, enquanto que apenas 30 pessoas que frequentaram o ensino superior (sem terminar o curso) pensa o mesmo. Os valores mantêm-se dissonantes nas restantes opções, mas proporcionalmente positivos dentro do mesmo grupo.

Deduz-se portanto, não existir uma correlação evidente entre o nível de instrução e a percepção acerca do fenómeno, mas há claramente, indícios a pender para a existência desse mesmo fenómeno.

**Tabela 66-** Percepção acerca da *desterritorialização* em função do grau de escolaridade.

<b>Escolaridade * desterritorialização in situ Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		<i>Desterritorialização in situ</i>				Total
		não responde	sim	não	há alguns indícios disso	
Escolaridade	não completou qualquer nível de escolaridade	0	0	1	0	1
	1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário)	1	3	1	1	6
	2º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório)	0	4	6	7	17
	3º ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)	0	22	22	17	61
	12º ano (antigo 7º ano do liceu)	2	88	69	81	240
	bacharelato ou frequência do ensino superior	0	30	39	31	100
	ensino superior (licenciatura, mestrado, doutoramento)	1	29	17	28	75
<b>Total</b>		4	176	155	165	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Uma vez mais, no âmbito da ocupação, as respostas foram bastante variadas (à semelhança do que aconteceu na questão anterior), permitindo aduzir que não existe uma influência directa entre aquilo que os inquiridos fazem profissionalmente e a sua percepção acerca do fenómeno da *desterritorialização* (tabela 67). Não obstante, em termos de proporções dentro de cada grupo, parece existir uma noção de negatividade acerca do fenómeno (este existe, de acordo com a percepção geral), que se afigura transversal a todos eles.

**Tabela 67-** Percepção acerca da *desterritorialização* em função da ocupação.

<b>Ocupação * desterritorialização in situ Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		<i>Desterritorialização in situ</i>				Total
		não responde	sim	não	há alguns indícios disso	
ocupação	não responde	0	5	2	2	9
	desempregado	2	38	29	37	106
	exerce uma actividade profissional	2	99	86	84	271
	procura primeiro emprego	0	20	20	25	65
	estuda	0	7	13	12	32
	reformado	0	5	2	2	9
	outro	0	2	3	3	8
<b>Total</b>		4	176	155	165	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Incidindo sobre a influência que a natureza do emprego possa ter sobre a percepção acerca da *desterritorialização in situ*, observou-se (tabela 68) que a ténue maioria de pessoas com emprego não turístico (com e sem contacto com turistas) acredita que o fenómeno está presente na cidade. Curiosamente, os indivíduos com actividades laborais no âmbito do turismo são aqueles que de forma mais visível, ainda que fraca (repare-se que a diferença entre o sim e o não é de 1 unidade), parece refutar o fenómeno. Existem uma vez mais, posições muito distintas que adensam a tese de que há *desterritorialização*, mas os seus efeitos não são claros para todos.

**Tabela 68-** Percepção acerca da *desterritorialização* em função da natureza do emprego.

<b>Emprego turístico * desterritorialização <i>in situ</i> Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Desterritorialização <i>in situ</i>				Total
		não responde	sim	não	há alguns indícios disso	
Emprego turístico	não responde	1	73	68	76	218
	sim	1	36	37	31	105
	não, mas tenho contacto com turistas	2	55	40	47	144
	não e não tenho contacto com turistas	0	12	10	11	33
Total		4	176	155	165	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Em último lugar, a análise feita com base no tempo de residência na cidade (tabela 69 abaixo representada) retratou o esperado: as pessoas que residem há mais tempo na cidade atestam que existe *desterritorialização* (ainda que os valores sejam apenas ligeiramente superiores). No entanto, os restantes indivíduos (em muito menor número) revelaram pensar o mesmo, apenas as pessoas que vivem há relativamente pouco tempo na cidade responderam de outra forma (5 que não existe, 4 que sim, apenas 1 unidade de diferença).

O tempo de residência no território, certamente opera, como o factor que maior coerência poderá atribuir à posição dos inquiridos, devido ao simples facto de serem os habitantes mais antigos que conhecem melhor o mesmo, quais as reconfigurações que sofreu, e quais os fenómenos que vão sucedendo no seu espectro.

**Tabela 69-** Percepção acerca da *desterritorialização* em função do tempo de residência em Portimão.

<b>Tempo de residência em Portimão * desterritorialização <i>in situ</i> Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Desterritorialização <i>in situ</i>				Total
		não responde	sim	não	há alguns indícios disso	
Tempo de residência em Portimão	não responde	0	2	2	1	5
	há menos de 1 ano	0	1	0	0	1
	há mais de um ano	0	1	0	0	1
	há mais de 2 anos	2	4	5	6	17
	há mais de 5 anos	0	36	24	29	89
	desde sempre	2	132	124	129	387
Total		4	176	155	165	500

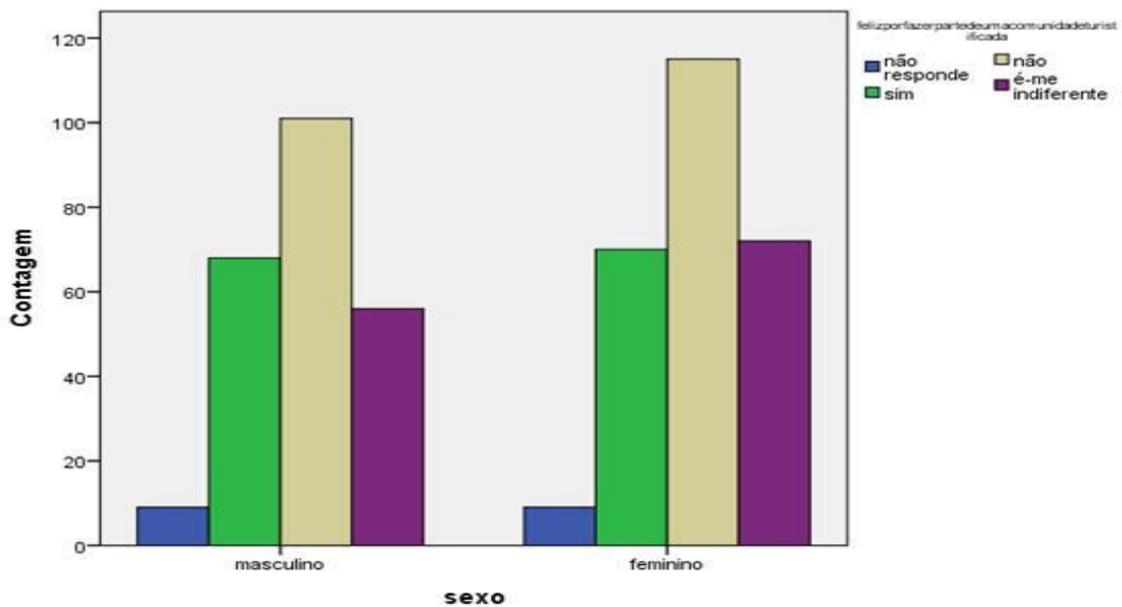
Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

### **Análise bivariada da questão 20**

Começando a análise da problemática da *turistificação* em função do sexo, pode verificar-se no gráfico 50, que existe um padrão quase comum de respostas entre homens e mulheres. Em concreto, ambos os grupos revelaram não estar satisfeitos com a *turistificação* na sua maioria. Contudo, apesar da proximidade de valores, os inquiridos do sexo feminino apresentam um volume de respostas “é-me indiferente” superior ao dos homens, enquanto que estes, deram azo a uma percentagem superior de respostas favoráveis à *turistificação*, sendo ao mesmo tempo, o índice destas respostas inferior ao das mulheres para a mesma categoria. Neste sentido a diferença é marginal, assim como o número de pessoas que não respondeu, que se afigurou muito próximo entre os 2 grupos.

À luz do exposto, apurou-se que o sexo pouco influenciava a aceitação da mudança, do enraizamento gradual da *turistificação*, numa lógica em que se regista uma aceitação ligeiramente superior do fenómeno no sexo masculino do que no feminino<sup>968</sup>.

<sup>968</sup> Note-se contudo, que as mulheres constituem a maior parte da amostra, o que traduz uma re-aproximação de postura nas respostas. Essa proximidade, assenta claro, na perspectiva de se elaborar um reajustamento de valores, baseado nas proporções de cada grupo dentro da amostra.



**Gráfico 50-** Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função do sexo).

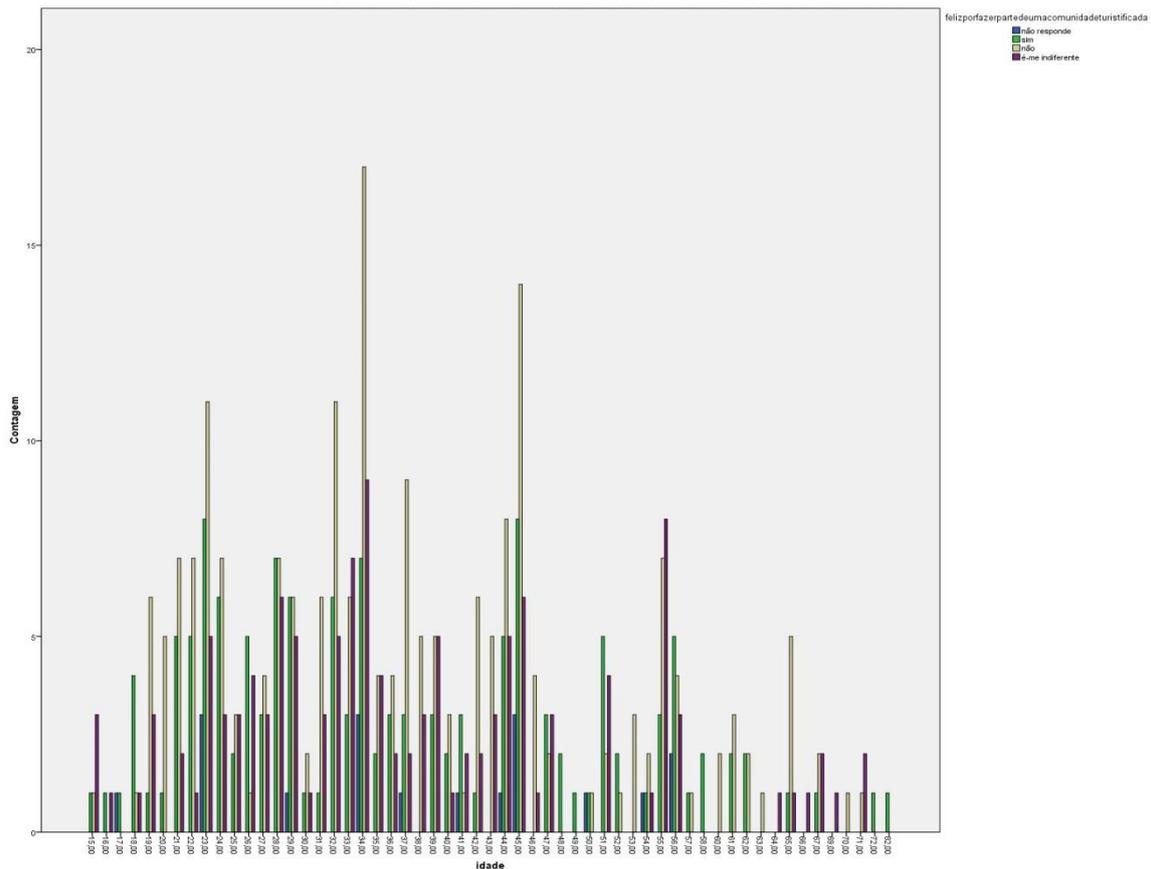
Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Em termos de análise de idade, optou-se (uma vez mais) por seleccionar os 3 valores mais elevados atinentes a cada opção de resposta, de modo a traçar uma interpretação dos resultados, uma vez que o vasto leque de idades dificulta uma análise muito mais minuciosa.

Deste modo, no gráfico 51 expõe-se que as idades que configuram o maior número de respostas “não” são os 45, 34 e 32 anos. Já para a opção “sim” os valores etários apresentados são 45, 23 e 28 anos, enquanto que os indivíduos que demonstram indiferença perante o fenómeno têm 54, 34 e 33 anos.

Em última instância, avança-se que o número de respostas em branco não é importante para este tipo de análise<sup>969</sup>. Com base nos dados, vê-se que não existe influência da idade na postura perante a *turistificação*, encontrando-se todos os valores balizados pela faixa etária da população ativa/adulta (15-65 anos), o que apela à ausência de tendências ou polarização dentro de um grupo etário com uma posição característica.

<sup>969</sup> Visto avaliar-se (apenas) o peso da idade sobre a problemática, não inferindo as respostas em branco, valor para traçar tendências (faria sentido no âmbito de medir o desinteresse, por exemplo).



**Gráfico 51-** Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função da idade).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Todos os grupos responderam, maioritariamente, que não gostavam de fazer parte de uma comunidade turistificada (tabela 70). O grosso das respostas desta natureza adveio da população solteira, o que demonstra que as pessoas com menos responsabilidades familiares (em geral), e que por regra, fazem mais uso de espaços de lazer e recreação nocturna (também em geral), demonstram algum incomódo com o fenómeno da *desterritorialização*. À partida, o grupo das pessoas casadas (também por norma) costuma apresentar comportamentos mais conservadores face à existência do fenómeno, ganhando o “não” em larga maioria.

Os valores atinentes ao grupo dos divorciados e viúvos são muito próximos, demonstrando uma posição de limbo, dada a bipartição quase exacta de respostas em cada categoria. Pode deduzir-se que existe uma pequena influência do estado civil nesta questão, ponderando que as pessoas solteiras procuram mais espaços de natureza

variada, enquanto que os casais, por norma, optam por locais de cariz familiar e mais conservador.

Esta ideia é relevante por causa da questão dos muros<sup>970</sup>, podendo estar aqui sub-entendida (e manifestando-se em diferentes graus), o que pode definir a natureza das respostas registadas.

**Tabela 70-** Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função do estado civil).

<b>Estado civil * feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada				Total
		não responde	sim	não	é-me indiferente	
Estado civil	solteiro/a	7	62	88	56	213
	casado/a ou a viver maritalmente	9	54	106	54	223
	divorciado/a ou separado/a	2	19	20	17	58
	viúvo/a	0	3	2	1	6
Total		18	138	216	128	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS

Na tabela 71 pode observar-se que a *turistificação* não é um fenómeno bem vindo para as pessoas naturais da cidade e do concelho de Portimão. O mesmo sucede com os restantes indivíduos re-territorializados, onde as respostas de insatisfação superam significativamente as respostas de complacência com a situação.

Conclui-se rapidamente, que os moradores locais reprovam a transformação massificada do território, e apesar das posições favoráveis à *turistificação*, e de indiferença perante a mesma serem volumosas (138 e 128), há de facto, instabilidade na óptica dos autóctones, gerada por essa *turistificação*.

<sup>970</sup> Como já visto, a *turistificação* induz a acção do turismo que cria os seus próprios limites, delineando fronteiras que materializam muros para certos membros da população.

**Tabela 71-** Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função da naturalidade).

<b>Naturalidade * feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada</b>						
<b>Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada				Total
		não responde	sim	não	é-me indiferente	
naturalidade	não responde	0	1	0	1	2
	da freguesia onde reside atualmente	13	99	143	81	336
	de outra freguesia do município/concelho de Portimão	3	30	42	29	104
	de outro município/concelho fora de Portimão	1	4	19	8	32
	de um país estrangeiro	1	4	12	9	26
Total		18	138	216	128	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Quando se abordou o nível de escolaridade (tabela 72), foi possível estabelecer um paralelismo com a questão anterior acerca da influência da naturalidade, porque o posicionamento dos grupos foi exactamente igual: todos reprovaram a *turistificação* do território. Note-se que o único grupo em que a tendência foi inversa corresponde a um indivíduo que não completou qualquer nível de escolaridade<sup>971</sup>. Assim, qualquer sujeito com um nível alto ou baixo reprova a *turistificação* do seu território e comunidade.

<sup>971</sup> Não que o nível de escolaridade defina intransigivelmente o grau de conhecimento de uma pessoa, mas existe uma certa correlação entre ambos, facto que poderá justificar a posição obtida. Contudo, esta menção prende-se, essencialmente, com o peso do indivíduo na amostra, o qual é, amplamente marginal.

**Tabela 72-** Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função do grau de escolaridade).

<b>Escolaridade * feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada</b>						
<b>Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada				Total
		não responde	sim	não	é-me indiferente	
Escolaridade	não completou qualquer nível de escolaridade	0	1	0	0	1
	1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário)	0	0	3	3	6
	2º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório)	0	2	10	5	17
	3º ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)	1	16	27	17	61
	12º ano (antigo 7º ano do liceu)	15	60	109	56	240
	bacharelato ou frequência do ensino superior	1	34	40	25	100
	ensino superior (licenciatura, mestrado, doutoramento)	1	25	27	22	75
Total		18	138	216	128	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Quando questionados acerca da *turistificação* em função da sua ocupação, obtiveram-se, uma vez mais, respostas variadas (tabela 73). No entanto, faz sentido salientar os valores mais altos que correspondem a uma postura de reprovação do fenómeno.

Neste âmbito, constata-se na tabela 73, que o maior índice de insatisfação corresponde ao grupo de pessoas que exerce uma actividade profissional, algo que poderá ser explicado pelo elevado volume de trabalho e congestionamento<sup>972</sup> que o turismo exerce sobre a actividade laboral destes indivíduos<sup>973</sup>. Também a confusão gerada pela actividade turística pode incrementar o nível de stress destes profissionais fora dos horários de expediente (relembre-se o modelo de Doxey).

Por sua vez, os desempregados na sua maioria reprovam a *turistificação*, algo que poderá advir da monopolização de todos os empregos pelo sector do turismo, influenciando a capacidade de arranjar emprego (que não seja turístico<sup>974</sup>). O mesmo parece ocorrer nas pessoas que procuram o 1º emprego, mas em menor escala. As

<sup>972</sup> Apesar do turismo criar empregos, mas nos inquiridos é normal surgirem estas aparentes contradições.

<sup>973</sup> Mesmo quando não sejam detentores de uma actividade laboral no sector do turismo, os efeitos colaterais negativos (sobrelotação e afins) afectam quase todos (existem algumas excepções, com base naquilo que se tem verificado nas respostas até aqui analisadas).

<sup>974</sup> Sinal de monocultura.

diferenças nos restantes grupos acompanham a tendência, todavia, os valores são demasiado baixos para surtir impacto na totalidade da amostra.

**Tabela 73-** Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função da ocupação).

Ocupação * feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada Tabulação cruzada						
Contagem						
		Feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada				Total
		não responde	sim	não	é-me indiferente	
Ocupação	não responde	0	4	1	4	9
	desempregado	2	26	42	36	106
	exerce uma actividade profissional	13	75	117	66	271
	procura primeiro emprego	1	20	32	12	65
	estuda	2	11	14	5	32
	reformado	0	1	7	1	9
	outro	0	1	3	4	8
Total		18	138	216	128	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

À semelhança da questão anterior, quando questionados acerca da *turistificação* (tabela 74) em função da natureza do seu emprego, as respostas em geral mantiveram-se. Existem mais pessoas a reprovar a *turistificação* da comunidade do que a aceitá-la. Curiosamente, até quem trabalha na área do turismo reprova o fenómeno, o que transmite a ideia de que a actividade laboral é imputada aos trabalhadores por necessidade, não por gosto<sup>975</sup>. Esta noção reforça mesmo o grau de *turistificação* existente.

<sup>975</sup> Portanto, o turismo cria empregos, mas não os mais desejados de acordo com a percepção/postura dos inquiridos.

**Tabela 74-** Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função da natureza do emprego).

<b>Emprego turístico * feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada</b>						
<b>Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada				Total
		não responde	sim	não	é-me indiferente	
empregoturístico	não responde	4	60	97	57	218
	sim	4	27	48	26	105
	não, mas tenho contacto com turistas	7	42	59	36	144
	não e não tenho contacto com turistas	3	9	12	9	33
Total		18	138	216	128	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Fechando o ciclo de análise da questão 20, apurou-se que o número de pessoas com parecer favorável sobre a *turistificação* é congruentemente mais baixo do que a sua contraparte (postura negativa), independentemente do tempo de residência na cidade. Em detalhe, observou-se que as pessoas que vivem há mais anos na cidade, apesar de se encontrarem em maior número, são aquelas que menos gostam das alterações territoriais e identitárias do local, facto provavelmente atribuído à *topofilia* e *segurança ontológica* (estes dados estão presentes no tabela 75).

**Tabela 75-** Grau de felicidade dos inquiridos por fazerem parte de uma comunidade turistificada (em função do tempo de residência em Portimão).

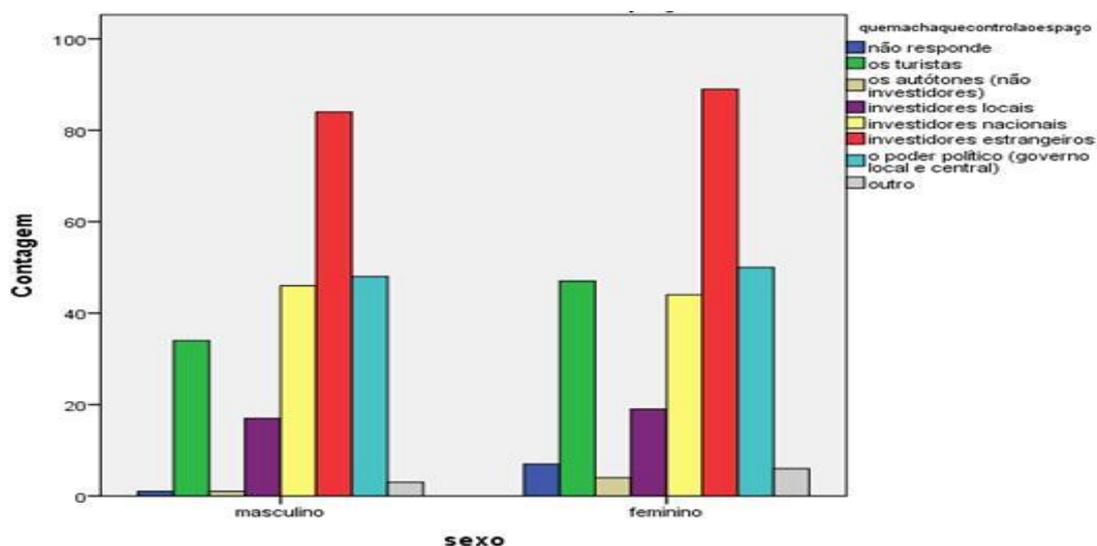
<b>Tempo de residência em Portimão * feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada</b>						
<b>Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada				Total
		não responde	sim	não	é-me indiferente	
Tempo de residência em Portimão	não responde	0	3	0	2	5
	há menos de 1 ano	0	1	0	0	1
	há mais de um ano	0	0	1	0	1
	há mais de 2 anos	0	1	7	9	17
	há mais de 5 anos	4	16	46	23	89
	desde sempre	14	117	162	94	387
Total		18	138	216	128	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

### Análise bivariada da questão 33

Na perspectiva, tanto de homens como de mulheres, quem controla o espaço são investidores estrangeiros (ver gráfico 52). No entanto, também existe um número significativo de pessoas que acreditam que esse controlo pertence ao poder político e a investidores nacionais, sendo as respostas quase simétricas em ambos os grupos de inquiridos de cada sexo. Num prisma diferente, ainda com uma percentagem relevante das respostas, surgem os turistas, membros sem cariz de gestão, mas que de acordo com os inquiridos, estão embuídos de poder no território de acolhimento (neste caso, as mulheres parecem acreditar mais no poder dos turistas).

Em último lugar, apresentam-se os investidores locais com pouca relevância, seguidos dos autóctones. Neste âmbito, o sexo dos inquiridos parece não ter peso sobre a noção acerca de quem são os “donos” do espaço, constatando-se sem dúvidas, que esse poder está fortemente concentrado nas mãos de investidores estrangeiros, consolidando a realidade da descentralização do poder, da administração externa, e consequentemente do espaço/território.



**Gráfico 52-** Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço, em função do sexo (questão: quem controla o espaço?).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

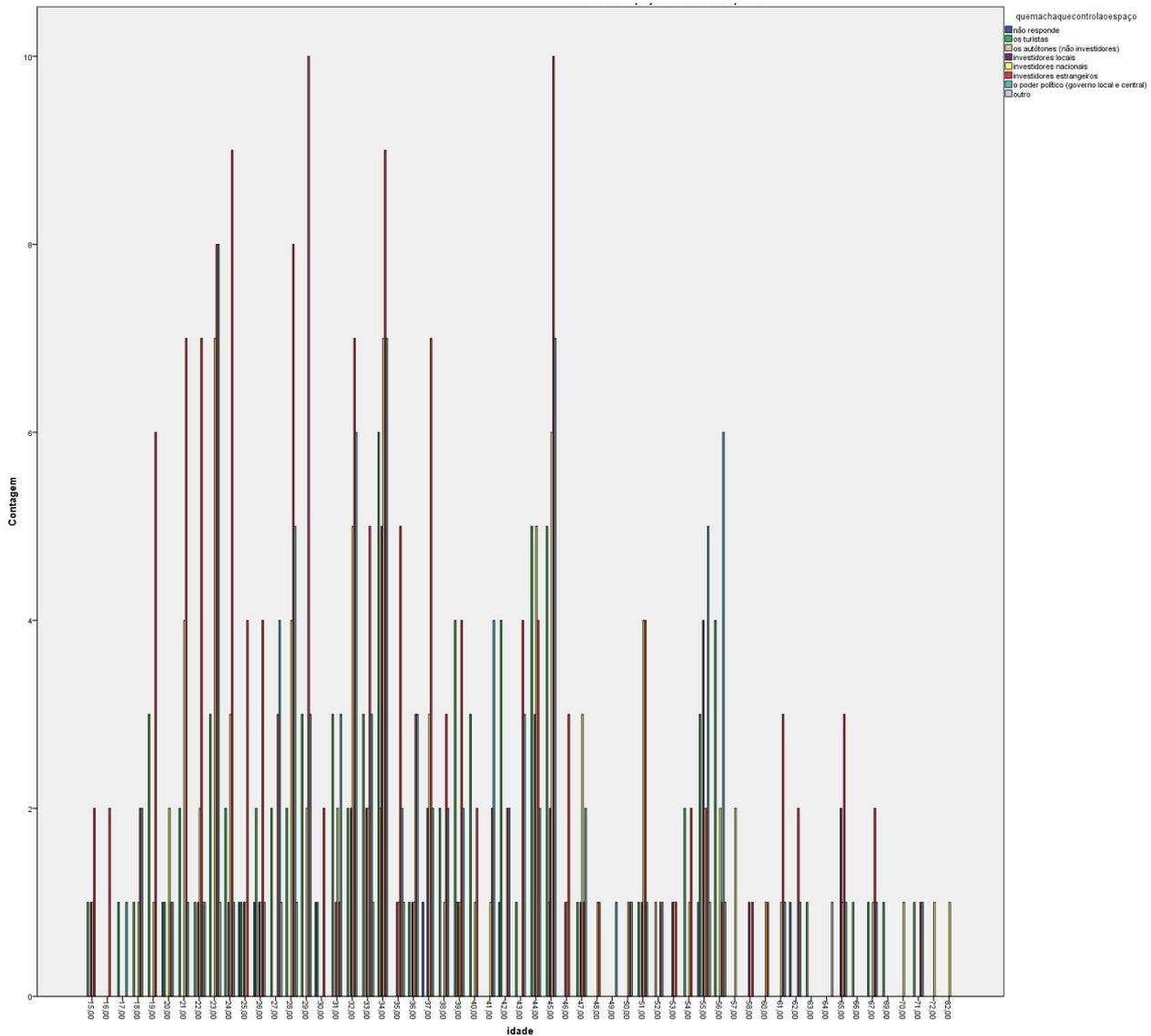
Já no que diz respeito à idade, consagrou-se a mesma realidade identificada na análise das restantes questões: todas as opções de resposta que registaram mais volume de escolha se inseriram na faixa etária dos adultos (15-65 anos), apresentando a típica

moda de idades inerentes aos intervalos etários dos 20-30, dos 30-40 e dos 40-50 anos. Como exceção, quebrando a tendência nas análises de idade, e preenchendo portanto uma novidade no caso concreto, apresentam-se os indivíduos que acreditam que quem controla o espaço, são de facto, os autóctones.

Neste sentido, as idades apresentam-se na mesma faixa etária, mas nos intervalos 50-60 e 60-70 anos, o que materializa a ideia de que a idade parece influenciar uma postura de desacreditação dos fenómenos gerados pelo turismo, ou pela convicção “que apesar dos mesmos”, o controlo do espaço não permuta de mãos. Aqui, claramente a população com idade mais avançada (próxima da transição para a terceira idade) é a detentora da posição mais conservadora face à problemática. Atente-se também, que na opção “investidores locais”, o grosso das respostas foram facultadas por pessoas com 65 anos.

Em suma, a idade influencia muito ligeiramente a percepção acerca de quem controla o espaço, sendo essa postura, mais conservadora à medida que os anos avançam, e mais hostil para com os efeitos colaterais do turismo nos estágios intermédios da vida.

No gráfico 53 (exposto abaixo), podem observar-se os detalhes em concreto, numa lógica visual entre “interlocutor que controla o espaço” e idades que mais se repetem dos inquiridos que acreditam ser determinado grupo (em detalhe, verificou-se: investidores estrangeiros: 45, 34, 29; poder político: 45, 34, 23; investidores nacionais: 23, 34, 45; investidores locais: 65; várias todas iguais: 20, 30, 42, e por aí fora; turistas: 34, 44, 45; autóctones- 64, 56, 52, 50).



**Gráfico 53-** Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço, em função da idade.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Com base na tabela 76 (que cruza estado civil com o controlo do espaço), verifica-se que a grande maioria dos inquiridos acreditam que quem controla o espaço são investidores estrangeiros, consagrando portanto, uma *desterritorialização* que se prende com a gestão externa do território. As outras respostas estão diversamente distribuídas pelas restantes opções, salientando-se que os autóctones foram o grupo que menos votos teve. Perante tal heterogeneidade, parece não haver influência entre o estado civil e a percepção concreta dos indivíduos face aos controlo das fracções territoriais.

**Tabela 76-** Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função do estado civil).

Estado civil * quem acha que controla o espaço- Tabulação cruzada										
Contagem		Quem acha que controla o espaço							Total	
		não responde	os turistas	os autóctones (não investidores)	investidores locais	investidores nacionais	investidores estrangeiros	o poder político (governo local e central)		outro
Estado civil	solteiro/a	5	29	1	8	44	85	37	4	213
	casado/a ou a viver maritalmente	1	39	4	24	37	67	48	3	223
	divorciado/a ou separado/a	2	12	0	4	7	20	11	2	58
	viúvo/a	0	1	0	0	2	1	2	0	6
Total		8	81	5	36	90	173	98	9	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

No meio desta análise foi muito importante correlacionar a naturalidade com a noção de quem controla o espaço, mormente no sentido de avaliar a postura dos residentes mais antigos da cidade (ainda que os restantes testemunhos sejam igualmente valiosos). Esta perspectiva ilustrou de forma clara que o espaço é dominado na sua maioria por investidores estrangeiros (algo que, certamente, os inquiridos com naturalidade portimonense têm constatado empiricamente desde sempre, observando por exemplo, o número de espaços estrangeiros<sup>976</sup> dos mais diversos sectores: restauração, recreação/diversão nocturna e afins). Numa escala mais reduzida, acreditam que o poder político (governo local) é o segundo *stakeholder* mais activo no território, certamente focado em fazer valer as potencialidades da região na alçada do turismo. Também com alguma relevância, parecem acreditar que os investidores de outras zonas do país têm uma influência significativa no Algarve (60 respostas), e que os próprios turistas definem, em certa medida, as regras do jogo (50 respostas). Acompanhando este itinerário, estão os residentes naturais de outras freguesias do concelho, ainda que numa escala mais reduzida.

Os restantes grupos, menos importantes dada a sua dimensão na amostra, acreditam que também os investidores estrangeiros detém o *dominus* do espaço (dados retirados do tabela 77).

<sup>976</sup> A que só estes têm acesso.

**Tabela 77-** Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função da naturalidade).

<b>Naturalidade * quem acha que controla o espaço- Tabulação cruzada</b>										
Contagem		Quem acha que controla o espaço								Total
		não responde	os turistas	os autóctones (não investidores)	investidores locais	investidores nacionais	investidores estrangeiros	o poder político (governo local e central)	outro	
Naturalidade	não responde	0	0	0	0	0	1	1	0	2
	da freguesia onde reside actualmente	5	50	5	21	60	127	63	5	336
	de outra freguesia do município/ concelho de Portimão	2	23	0	9	15	27	24	4	104
	de outro município/ concelho fora de Portimão	1	0	0	4	9	11	7	0	32
	de um país estrangeiro	0	8	0	2	6	7	3	0	26
<b>Total</b>		8	81	5	36	90	173	98	9	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Uma vez mais, de acordo com a tabela 78, retém-se a noção de que a escolaridade não infere influência directa sobre a natureza das respostas. O grosso da amostra distribui-se por possuidores do 12º ano, do ensino superior e do antigo nível de bacharelato. Todos os integrantes destes grupos, na sua maioria, acreditam que o poder sobre o espaço é de entidades estrangeiras, seguidas pelo poder político, em terceiro lugar, pelos investidores nacionais, e, em certa medida, pelos turistas (note-se que estes não são investidores, mas de alguma forma para os autóctones, têm poder sob o espaço).

Ora a amostra de acordo com o nível de escolaridade está praticamente dicotomizada (níveis de escolaridade mais altos compõem a maioria, e os níveis mais baixos representam uma fraca minoria), o que sugere que é normal que as respostas sejam tão diametralmente opostas. É no entanto, de frisar que, em traços gerais, de acordo com quem estudou mais tempo, o poder de gestão territorial está claramente desterritorializado.

**Tabela 78-** Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função do grau de escolaridade).

<b>Escolaridade * quem acha que controla o espaço? Tabulação cruzada</b>										
Contagem		Quem acha que controla o espaço?								Total
		não responde	os turistas	os autóctones (não investidores)	investidores locais	investidores nacionais	investidores estrangeiros	o poder político (governo local e central)	outro	
Escolaridade	não completou qualquer nível de escolaridade	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário)	0	0	0	0	0	4	2	0	6
	2º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório)	0	5	0	0	3	6	3	0	17
	3º ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)	3	9	1	5	14	15	12	2	61
	12º ano (antigo 7º ano do liceu)	2	39	3	21	39	83	50	3	240
	bacharelato ou frequência do ensino superior	1	14	0	6	17	40	19	3	100
	ensino superior (licenciatura, mestrado, doutoramento)	2	14	1	4	16	25	12	1	75
	<b>Total</b>		8	81	5	36	90	173	98	9

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Outro ponto importante foi o de avaliar a questão do controlo, em consonância com a ocupação dos inquiridos (resultados numéricos ilustrados na tabela 79). Aqui é muito valiosa a opinião dos indivíduos que desempenham uma actividade laboral, dado que a maioria dos empregos no território advém do sector do turismo. Com base nesta assunção, é possível ver em concreto, quem de facto está à frente desses negócios, de forma a perceber quem controla essas fracções do território (certamente que as questões dos trabalhadores foram dadas com base no seu conhecimento de causa).

Ora em dados concretos, este grupo atestou que o controlo é maioritariamente de investidores estrangeiros, seguido pelo poder local e investidores nacionais, em terceiro lugar pelos turistas, em quarto pelos investidores locais e, por fim, pelos autóctones. Note-se ainda uma curiosidade: entre todos os grupos existem apenas 3 a que não se atribui a designação de investidores (autóctones, turistas e poder político), os quais têm uma natureza distinta. O poder político é claramente um órgão de gestão territorial, logo distingue-se dos outros 2. No entanto, apesar desses 2 grupos não possuírem competências evidentes de gestão, a distinção de influência no espaço entre ambos é

bastante distinta (48 respostas contra 4 no caso dos inquiridos que trabalham, tendência que se mantém nos outros grupos).

A questão foi formulada desta forma, justamente para obter, de forma discreta, uma noção geral do estatuto que as pessoas atribuem aos grupos. Há portanto, uma consciência concreta de que os turistas “mandam” mais e têm mais influência no território do que os autóctones.

**Tabela 79-** Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função da ocupação).

Ocupação * quem acha que controla o espaço? Tabulação cruzada										
Contagem		Quem acha que controla o espaço?								Total
		não responde	os turistas	os autóctones (não investidores)	investidores locais	investidores nacionais	investidores estrangeiros	o poder político (governo local e central)	outro	
ocupação	não responde	0	1	0	0	2	5	1	0	9
	desempregado	2	15	1	5	15	35	29	4	106
	exerce uma atividade profissional	5	48	4	24	50	88	50	2	271
	procura primeiro emprego	1	8	0	1	14	32	7	2	65
	estuda	0	6	0	4	5	10	6	1	32
	reformado	0	1	0	1	3	1	3	0	9
	Outro	0	2	0	1	1	2	2	0	8
Total		8	81	5	36	90	173	98	9	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

A análise do emprego turístico em articulação com o controlo do espaço reforçou a ideia alcançada com o cruzamento entre o controlo e a ocupação<sup>977</sup> (dados apresentados na tabela 80).

Apesar do grande número de abstenção<sup>978</sup>, a classe trabalhadora (com emprego turístico e sem emprego turístico) alegou, maioritariamente, que os investidores estrangeiros são aqueles que controlam o espaço, dando também protagonismo ao poder político, aos investidores nacionais e locais, e aos turistas. Uma vez mais, verifica-se a crença de inutilidade atribuída a si próprios e aos seus conterrâneos, ficando os autóctones sempre no fim da lista.

<sup>977</sup> Previamente avaliada.

<sup>978</sup> Referente ao número de estudantes (na sua maioria menores), desempregados e reformados.

No caso das pessoas que não possuem um emprego turístico e que não têm contacto com turistas, a tendência muda, oscilando alguns valores (no entanto, próximos), e concedendo o domínio espacial aos turistas (relembre-se que é uma classe não gestora, de acordo com a formulação da questão).

**Tabela 80-** Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função da natureza do emprego).

<b>Emprego turístico * quem acha que controla o espaço- Tabulação cruzada</b>										
Contagem		Quem acha que controla o espaço								Total
		não responde	os turistas	os autóctones (não investidores)	investidores locais	investidores nacionais	investidores estrangeiros	o poder político (governo local e central)	outro	
Emprego turístico	não responde	2	33	1	11	37	79	48	7	218
	Sim	0	20	0	9	18	39	19	0	105
	não, mas tenho contacto com turistas	3	18	3	14	27	50	28	1	144
	não e não tenho contacto com turistas	3	10	1	2	8	5	3	1	33
Total		8	81	5	36	90	173	98	9	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Selando a questão acerca de quem controla o espaço, verificou-se na tabela 81, que os valores das respostas são complacentes com as tendências obtidas nos elementos gráficos anteriores. Deste modo, os investidores estrangeiros são quem controla o espaço, o que conclui a existência da percepção de *desterritorialização* que se impõe pela gestão territorial<sup>979</sup>.

<sup>979</sup> Relembre-se que a gestão exógena se pode afigurar como um factor de desterritorialização, sendo esse o princípio e o risco.

**Tabela 81-** Postura dos inquiridos acerca do controlo do espaço (em função do tempo de residência em Portimão).

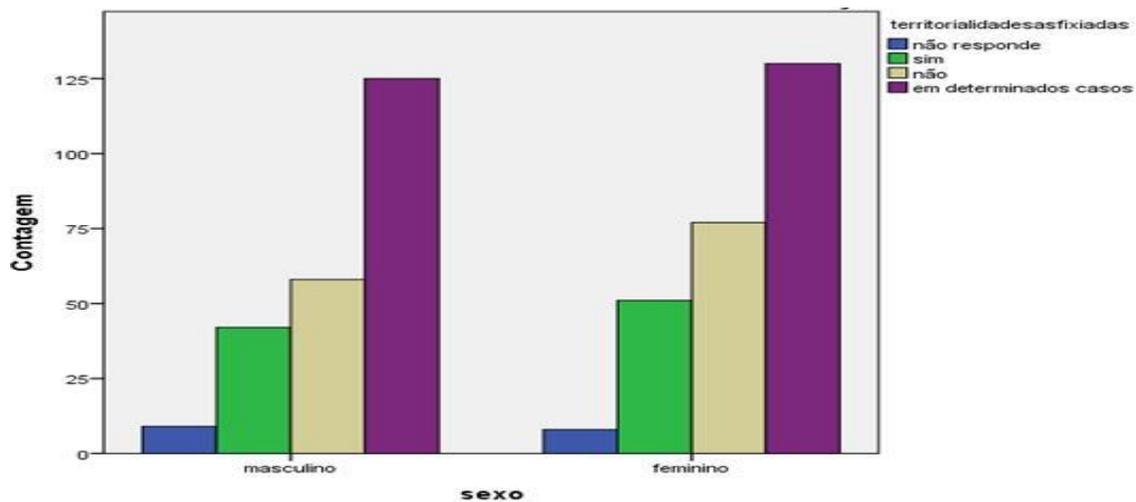
<b>Tempo de residência em Portimão * quem acha que controla o espaço Tabulação cruzada</b>										
Contagem		Quem acha que controla o espaço								Total
		não responde	os turistas	os autóctones (não investidores)	investidores locais	investidores nacionais	investidores estrangeiros	o poder político (governo local e central)	outro	
Tempo de residência em Portimão	não responde	0	0	0	1	2	1	1	0	5
	há menos de 1 ano	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	há mais de um ano	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	há mais de 2 anos	0	3	0	1	4	7	2	0	17
	há mais de 5 anos	3	13	0	9	17	28	16	3	89
	desde sempre	5	65	5	25	67	135	79	6	387
<b>Total</b>		8	81	5	36	90	173	98	9	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

#### **Análise bivariada da questão 44**

A paridade entre homens e mulheres mantém-se, registando-se uma posição comum a ambos, perante os efeitos colaterais do turismo (dados expostos no gráfico 54). Em concreto, quando questionados se achavam que as territorialidades dos autóctones são asfixiadas pela presença de eventos turísticos, concluiu-se que ambos os sexos se posicionam equitativamente: a maior parte das pessoas de ambos os grupos respondeu “em determinados casos”, enquanto que a minoria respondeu “sim” (num ponto intermédio encontram-se as respostas “não”). Não há portanto, influência do sexo na percepção face à integridade das territorialidades: todas as pessoas pensam existir interferência do turismo em certos casos, algumas pensam não haver qualquer problema, outras acreditam que há perjúrio para todos, havendo também, quem não tenha respondido.

Note-se que todos os valores são virtualmente iguais entre homens e mulheres, dispostos exactamente na mesma sequência (ligeiramente superiores nos inquiridos do sexo feminino).



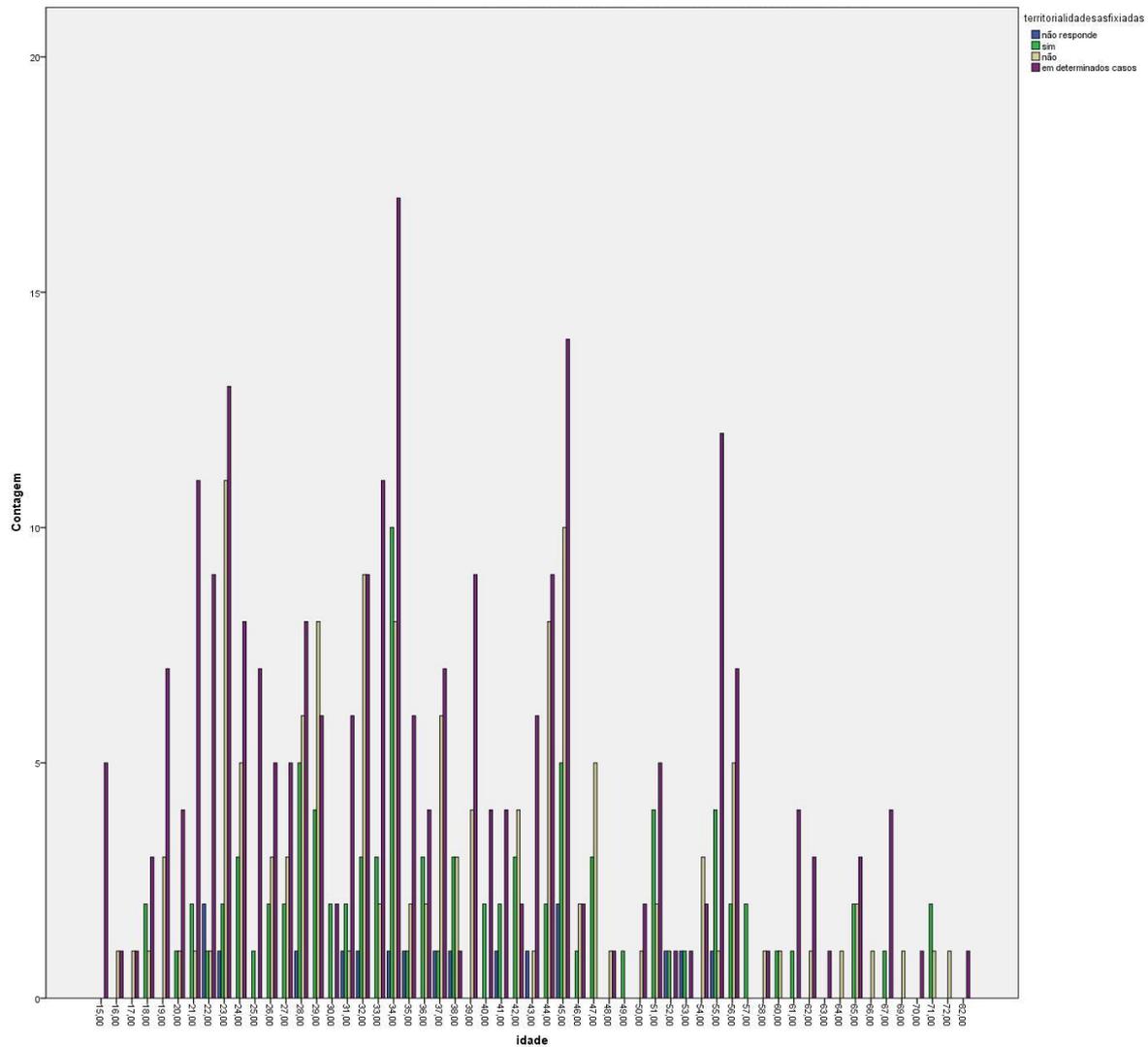
**Gráfico 54-** Consciência acerca das territorialidades, em função do sexo.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

No gráfico 55 ilustram-se os resultados da análise feita sobre as territorialidades em função da idade dos inquiridos, o qual consagra a mesma realidade observada nas outras questões: os picos estatísticos encontram-se sempre em 3 intervalos de idades, correspondentes às décadas etárias dos 20, dos 30 e dos 40 anos (em específico, os valores da opção “em determinados casos” são 45, 34 e 23; valores da opção “sim” são: 34, 28, 45; valores da opção “não” são: 23, 35 e 42; valores da opção “não responde” são 22. Repare-se que esta sucessão módica de resultados enraíza-se na natureza da amostra, na qual existem mais pessoas de uma determinada faixa etária do que de outras, o que é normal. Contudo, tem-se procurado verificar a existência de indicadores que revelem tendências (por exemplo: ver se as pessoas de 50 anos reprovam mais determinado fenómeno do que as de 20, mesmo que pertençam à mesma faixa etária pré-definida que alberga todos os indivíduos dos 15 aos 65 anos)<sup>980</sup>.

Até ao presente ponto, parece que os jovens-adultos e os adultos de meia idade (40s e em alguns casos 50s), são aqueles que mais expressam as suas opiniões, o que se reflecte nos elementos estatísticos.

<sup>980</sup> Assume-se claro, que tudo poderia ser mais fragmentado, contudo, aquando da definição de metodologias a implementar e conseqüente elaboração do planeamento de todo o processo de investigação, são tomadas decisões, pelo que se optou pelas referidas faixas etárias, envolvendo 3 grupos que albergam indivíduos de gerações muito distintas.



**Gráfico 55-** Consciência acerca das territorialidades, em função da idade.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Continuando a análise da alteração das territorialidades, verifica-se (com base nos dados do tabela 82) uma quebra da tendência registada nas questões anteriores. Há agora uma superioridade de respostas positivas (que correspondem ao não) e negativas (que se enraízam no sim). No entanto, a maioria dos inquiridos optou pela opção “em determinados casos”, ilustrando que as territorialidades são de facto asfixiadas, mas que o fenómeno não é muito significativo. Esta faceta é comum a todos os grupos.

Em termos de discrepância, os solteiros e os casados parecem ser aqueles que, apesar de acharem que existem determinados casos de supressão das territorialidades,

pensam (de forma significativa) que a problemática não é muito relevante. Os divorciados assumem o mesmo, mas com menor disparidade, e os viúvos são lineares.

Em suma, parece existir uma consciência de autonomia no que diz respeito ao capital de mobilidade pessoal nas pessoas que se inserem na população activa (solteiros, casados e divorciados, tendencialmente mais jovens que os viúvos)<sup>981</sup>.

**Tabela 82-** Consciência acerca das territorialidades (em função do estado civil).

<b>Estado civil * territorialidades asfixiadas Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Territorialidades asfixiadas				Total
		não responde	sim	não	em determinados casos	
Estado civil	solteiro/a	8	36	60	109	213
	casado/a ou a viver maritalmente	8	45	57	113	223
	divorciado/a ou separado/a	1	11	17	29	58
	viúvo/a	0	1	1	4	6
Total		17	93	135	255	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Tal como sucedeu na relação entre o estado civil e a “saúde” das territorialidades dos autóctones, as repostas “não” superaram as respostas “sim”, mantendo-se uma consciência de que as territorialidades pessoais não são afectadas. O ponto intermédio correspondente à opção “em determinados casos” que é, porventura, o mais volumoso, concede a ideia de que algumas pessoas são mais afectadas que outras (por factores como o estatuto social, o local de residência<sup>982</sup>, entre outros). A maior reprovação da ideia implícita na questão é apresentada, uma vez mais, pelos residentes naturais da cidade, seguida pelos indivíduos naturais de outras regiões do concelho, e posteriormente, pelos outros moradores portugueses e pelos estrangeiros (resultados numéricos ilustrados abaixo, na tabela 83).

<sup>981</sup> Esta assunção não é regra, mas costuma ser uma tendência, podendo haver muitos casos diferentes.

<sup>982</sup> Se for em zonas de grande movimentação turística, os habitantes estão mais vulneráveis à perda gradual de mobilidade por causa do estabelecimento de muros e condicionamento de acessos.

**Tabela 83-** Consciência acerca das territorialidades (em função da naturalidade).

<b>Naturalidade * territorialidades asfixiadas Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Territorialidades asfixiadas				Total
		não responde	sim	não	em determinados casos	
Naturalidade	não responde	0	1	0	1	2
	da freguesia onde reside atualmente	9	66	93	168	336
	de outra freguesia do município/concelho de Portimão	5	18	23	58	104
	de outro município/concelho fora de Portimão	1	3	10	18	32
	de um país estrangeiro	2	5	9	10	26
Total		17	93	135	255	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Os detentores de níveis de escolaridade mais altos (12º ano, bacharelato e ensino superior) concentraram o seu volume de respostas na solução “em determinados casos”, assumindo que as territorialidades são de facto asfixiadas, mas que tal fenómeno não é regra geral.

Deste modo, há nestes grupos, maior consciência de autonomia e optimismo, algo que apenas se inverte no conjunto de pessoas que possuem o 1º ciclo completo. Apesar das proporções serem baixas (a discrepância entre valores de “sim” e “não” é 3, e o grupo é quantitativamente, muito inferior aos restantes), pode reter-se que as pessoas detentoras de nível de instrução mais baixo reprovam o turismo, fenómeno que lhes pode afectar a capacidade de transitar no espaço (assunções formuladas com base na tabela 84).

**Tabela 84-** Consciência acerca das territorialidades (em função da escolaridade).

<b>Escolaridade * territorialidades asfixiadas Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Territorialidades asfixiadas				Total
		não responde	sim	não	em determinados casos	
Escolaridade	não completou qualquer nível de escolaridade	0	0	0	1	1
	1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário)	0	4	1	1	6
	2º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório)	0	2	4	11	17
	3º ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)	3	9	13	36	61
	12º ano (antigo 7º ano do liceu)	11	47	68	114	240
	bacharelato ou frequência do ensino superior	3	12	27	58	100
	ensino superior (licenciatura, mestrado, doutoramento)	0	19	22	34	75
Total		17	93	135	255	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

De acordo com o verificado nas questões anteriores, a norma mantém-se: os grupos que são associados a idades mais jovens acreditam que não existe perjúrio inferido às suas territorialidades, predominando a noção de que essa realidade está reservada, somente a alguns casos. Porém, a moda altera-se apenas numa vertente, na população de reformados. A dissonância é baixa, mas o inquiridos nesta condição são praticamente inexistentes.

O que se retira desta situação (em consonância com o verificado na questão anterior), é que as pessoas com idade mais avançada se opõem aos efeitos do turismo neste sentido, acreditando que perdem liberdade e extensão nas suas deslocações (territorialidades). As ilações formuladas enraízam-se nos dados da tabela 85.

**Tabela 85-** Consciência acerca das territorialidades (em função da ocupação).

<b>Ocupação * territorialidades asfixiadas Tabulação cruzada</b>						
Contagem		Territorialidades asfixiadas				Total
		não responde	sim	não	em determinados casos	
ocupação	não responde	0	2	2	5	9
	desempregado	4	20	35	47	106
	exerce uma atividade profissional	10	58	72	131	271
	procura primeiro emprego	2	6	13	44	65
	estuda	1	3	9	19	32
	reformado	0	2	1	6	9
	outro	0	2	3	3	8
Total		17	93	135	255	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

As diferenças nas respostas obtidas com base numa análise focada na natureza do emprego foram muito menores do que as que têm vindo a ser registadas (tabela 86). No cruzamento desta variável com a integridade das territorialidades, verificou-se existir, em todos os grupos, uma proximidade de posturas e um grande volume de inquiridos que não se pronunciaram sobre o assunto (provavelmente pelo facto de estarem desempregados).

Apesar deste esbatimento de respostas em cada opção, a tendência atinente às territorialidades serem afectadas mantém-se, na qual os habitantes locais parecem não acreditar que estão a perder autonomia e extensão de deslocamentos, que tal fenómeno só sucede em casos específicos.

**Tabela 86-** Consciência acerca das territorialidades (em função da natureza do emprego).

<b>Emprego turístico * territorialidades asfixiadas Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Territorialidades asfixiadas				Total
		não responde	sim	não	em determinados casos	
Emprego turístico	não responde	7	32	62	117	218
	sim	2	25	26	52	105
	não, mas tenho contacto com turistas	6	32	39	67	144
	não e não tenho contacto com turistas	2	4	8	19	33
Total		17	93	135	255	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

O consenso que tem vindo a ser verificado ao longo das questões atinentes à “saúde” das territorialidades mantém-se: a grande maioria dos inquiridos acredita que existe perjúrio face à sua liberdade de movimentação em casos específicos; existem mais posicionamentos que negam a existência de perturbação das territorialidades pessoais do que o contrário; o volume de respostas de todas as hipóteses concentram-se bastante nos grupos de indivíduos que residem há mais tempo na cidade (desde sempre e há mais de 5 anos); conforme desce o tempo de residência, as respostas vão sendo também mais reduzidas; Todos os dados podem ser observados no tabela 87.

**Tabela 87-** Consciência acerca das territorialidades (em função do tempo de residência em Portimão).

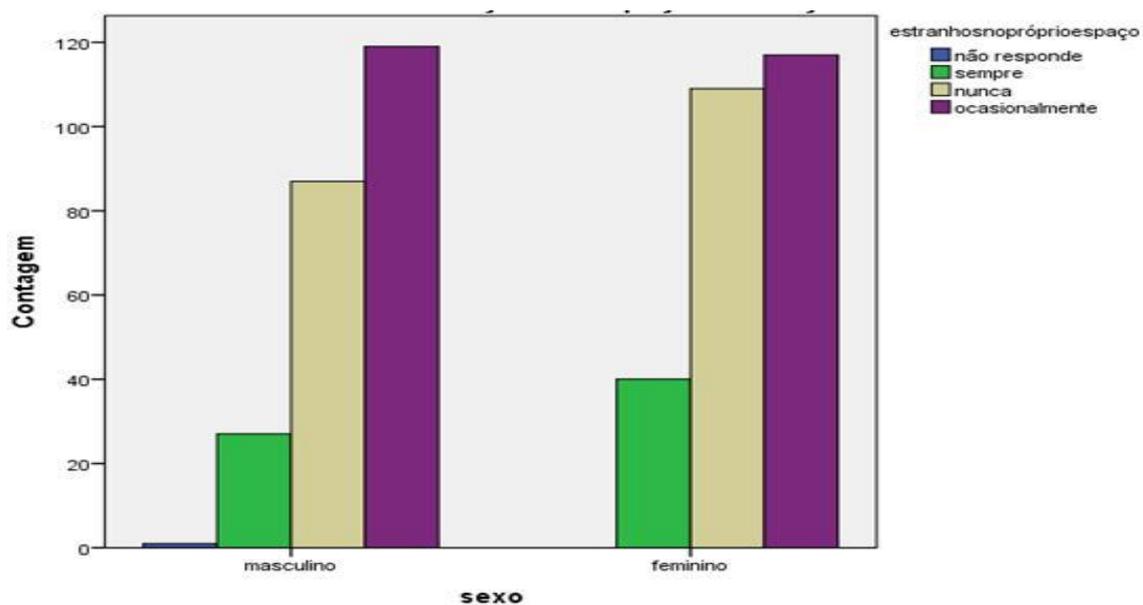
<b>Tempo de residência em Portimão * territorialidades asfixiadas Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Territorialidades asfixiadas				Total
		não responde	sim	não	em determinados casos	
Tempo de residência em Portimão	não responde	0	1	0	4	5
	há menos de 1 ano	0	0	1	0	1
	há mais de um ano	0	0	0	1	1
	há mais de 2 anos	0	3	4	10	17
	há mais de 5 anos	7	14	26	42	89
	desde sempre	10	75	104	198	387
Total		17	93	135	255	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

### **Análise bivariada da questão 45**

Entrando finalmente na análise da questão que, de alguma forma resume o objectivo geral do trabalho, pôde observar-se (gráfico 56) que homens e mulheres mantêm uma posição semelhante no que diz respeito ao sentimento de alienação do espaço. Ambos, de uma forma global, sentem-se estranhos no próprio espaço ocasionalmente (maior volume de respostas registado no campo reservado ao “ocasionalmente”). As diferenças encontram-se nas opções “nunca” e “sempre”, nas quais existe alguma discrepância de valores: as mulheres responderam em maior volume à hipótese “nunca” do que os homens, e na opção “sempre” verificou-se o inverso.

Apesar da proximidade, os homens são mais críticos, alegando que se sentem mais alienados do território do que as mulheres<sup>983</sup>. Assim, a variável sexo também influenciou, de forma superficial, as respostas facultadas nesta questão.



**Gráfico 56-** Alienção do espaço e a variável sexo (questão: sente-se um estranho no seu próprio espaço/território?).

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

De acordo com o gráfico 57, a idade parece influenciar o sentimento de alienação dos inquiridos ao espaço.

<sup>983</sup> Relembre-se que os valores brutos são levados em conta, mas não ditam a interpretação dos resultados, uma vez que as proporções de homens e mulheres são diferentes no seio da amostra.

O que se verificou foi que as opções de escolha que se radicam na existência de alienação (“ocasionalmente” e “sempre”), registaram maior número de respostas em idades predominantemente jovens: “ocasionalmente”- 23, 28, 29 e 34 anos e “sempre”- 21, 22, 23 e 34. Repare-se que a tendência se prende com a população jovem-adulta, podendo ser explicada por laços topofílicos mais fracos com o território devido ao menor tempo de vida que possuem, e pelo facto de terem nascido em épocas complexas,<sup>984</sup> de dominância do turismo e das sociedades da informação e do consumo. Existe aqui a volatilidade da modernidade (Bauman, 2001), abordada no enquadramento teórico. Não existindo apego ao território, e verificando-se a necessidade de viajar em busca de novas experiências de lazer e de emprego, entende-se que o sentimento de alienação permeia a mente dos inquiridos mais jovens.

O mesmo já não aconteceu com elementos da amostra ligeiramente mais velhos, que revelaram nunca se sentir alienados do território (as idades 32, 34, 45 compuseram o maior número de respostas prestadas neste sentido). Esta realidade pode estar relacionada com a transição geracional dos *baby boomers*<sup>985</sup> para os *millennials*<sup>986</sup>, caracterizada pelas crises económicas e crescente degradação da sociedade salarial por influência de políticas económicas cada vez mais liberais<sup>987</sup>. Assim, existindo segurança no emprego e na capacidade de usufruir das mais valias do território, assume-se que a população activa a meio da faixa etária que apresenta estabilidade económica, não se sente alienada do espaço.

Em suma, os mais jovens têm dificuldade em “fidelizar-se” ao território por questões de instabilidade e insegurança, fenómeno incrementado também, pela curta experiência<sup>988</sup> (de vida e profissional) que pode ter impossibilitado a criação de laços topofílicos suficientemente robustos.

---

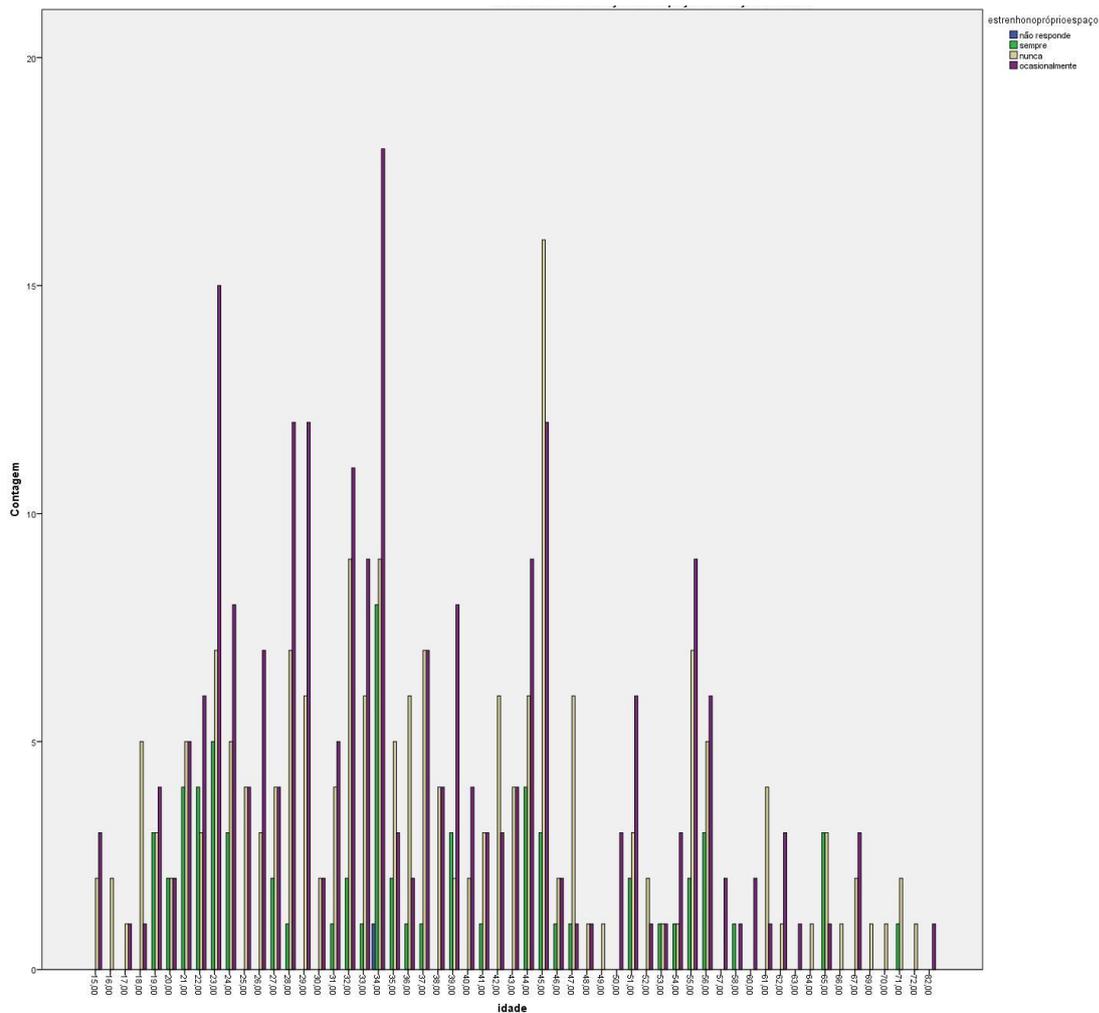
<sup>984</sup> Complexas a todos os níveis, tanto pela sua composição geral, como por tudo aquilo a si inerente (elementos provenientes da informação, característica central das sociedades pós-modernas).

<sup>985</sup> Geração de pessoas nascidas no período pós segunda guerra mundial, marco temporal onde se registou um aumento significativo da taxa de natalidade um pouco por todo o mundo.

<sup>986</sup> Diz respeito aos nados vivos registados a partir do início da década de 80 até ao final do século passado (XX).

<sup>987</sup> A actualização da base de dados do INE face ao rendimento e desemprego jovem é feita constantemente, na qual os elementos informacionais de 2018 atestam que os jovens adultos são aqueles que têm mais dificuldade em obter emprego, e que quando o conseguem, os seus rendimentos são muito inferiores àqueles que eram recebidos pela geração anterior na mesma fase da vida (noção formada com base em informações com intervalos de 10 anos).

<sup>988</sup> Quando comparada com a dos idosos.



**Gráfico 57-** Alienação do espaço e a variável idade.

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Com base na tabela 88, constatou-se que o sentimento de alienação não é permanente, e sim, predominantemente parcial. Todos os grupos à excepção dos viúvos, referiu sentir-se um estranho no seu próprio território ocasionalmente. Tal posição pode ser explicada, tanto pela re-estruturação física do espaço, como pela presença massificada de turistas.

De qualquer forma, comprova-se, uma vez mais, a identidade dinâmica do turismo enquanto agente de mudança. De outro prisma, os mesmos grupos apresentam também valores mais elevados de respostas “nunca” do que “sempre”. No caso dos solteiros, existe sempre a ideia de que estes indivíduos são mais activos a interagir com outras pessoas, praticando uma vida mais ligada ao lazer, o que faz com que aceitem bem a afluência turística, a multiculturalidade, e outras dinâmicas de interacção

social<sup>989</sup>. Por sua vez, os restantes grupos apresentam a mesma postura, aduzindo não se sentirem estranhos no seu território de forma constante, apenas ocasionalmente.

Deste modo, o estado civil parece não influenciar a ideia de pertença ao território, dado que existe coerência entre todos os grupos, que referem sentir-se alheios, mas apenas ocasionalmente. Em suma, a alienação existe, simplesmente não é determinada em função do estado civil<sup>990</sup>.

**Tabela 88-** Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função do estado civil).

<b>Estado civil * estranhos no próprio espaço Tabulação cruzada</b>						
Contagem		Estranhos no próprio espaço				Total
		não responde	sempre	nunca	ocasionalmente	
Estadocivil	solteiro/a	0	30	76	107	213
	casado/a ou a viver maritalmente	1	30	89	103	223
	divorciado/a ou separado/a	0	7	27	24	58
	viúvo/a	0	0	4	2	6
Total		1	67	196	236	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Com base na tabela 89, uma vez mais, verifica-se que os inquiridos se encontram alienados do seu território/espaço em situações ocasionais e específicas. Desta vez, analisadas as respostas em função da naturalidade, sublinha-se que todas as respostas de “nunca” são mais volumosas do que a sua contraparte, as opostas, sendo ambas, apenas superadas pela opção “ocasionalmente”. Em termos de discrepância, desta vez, parecem ser os indivíduos naturais das freguesias do concelho (Portimão inclusive) aqueles que menos acreditam sentir-se alienados (as diferenças são de 131 “nunca” e 47 “sempre”; 40 “nunca” e 14 “sempre”). A postura mantém-se para os restantes grupos, embora apresentem menor distância entre valores.

A naturalidade parece assim, influenciar a ideia de alienação em certo grau, constatando-se que, quanto mais as pessoas são ligadas “biologicamente” ao território, menor o sentimento de desapego, reforçando a confiança pessoal nas relações topofílicas que acreditam ter (os inquiridos).

<sup>989</sup> Em certa medida, influenciados por fases de socialização inseridas em épocas históricas muito mais liberais do que a geração que os antecederam.

<sup>990</sup> Que pode determinar o estilo de vida e condicionar práticas que levassem os indivíduos a atribuir ou retirar valor ao território.

**Tabela 89-** Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função da naturalidade).

<b>Naturalidade * estranho no próprio espaço</b>						
<b>Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Estranho no próprio espaço				Total
		não responde	sempre	nunca	ocasionalmente	
Naturalidade	não responde	0	0	2	0	2
	da freguesia onde reside actualmente	0	47	131	158	336
	de outra freguesia do município/concelho de Portimão	0	14	40	50	104
	de outro município/concelho fora de Portimão	1	3	14	14	32
	de um país estrangeiro	0	3	9	14	26
Total		1	67	196	236	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

A alienação ao território foi também testada em função do grau de instrução. Os resultados, presentes na tabela 90 revelaram que: a maior parte das pessoas (236) diz sentir-se alienada ocasionalmente, apresentando maior taxa de respostas neste sentido, os detentores do ensino secundário, seguidos pelas pessoas com bacharelato e por aqueles que atingiram um grau superior.

Na mesma linha, os restantes grupos mantiveram a mesma orientação (de respostas) em sentido decrescente, colocando-se em paridade com o nível de escolaridade também descendente. Na opção “nunca” registou-se a mesma situação, divergindo as posturas, apenas nos números de respostas dadas. Em terceiro lugar, pode dizer-se que a opção “sempre” registou uma ideia semelhante, orientada no mesmo sentido, uma vez mais, com valores diferentes. Note-se que o único grau com um número de respostas idênticas no “sempre” e “nunca” foram dadas por indivíduos com o 1º ciclo.

Nos restantes grupos, o intervalo entre posições antagónicas foi significativo, o que indica existir uma inclinação para o incremento da confiança em detrimento do sentimento de alienação à medida que o grau de instrução sobe (à semelhança do que se verificou na análise da correlação da naturalidade com a presente variável).

**Tabela 90-** Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função da escolaridade).

<b>Escolaridade * estranho no próprio espaço- Tabulação cruzada</b>						
Contagem		Estranho no próprio espaço				Total
		não responde	sempre	nunca	ocasionalmente	
Escolaridade	não completou qualquer nível de escolaridade	0	0	0	1	1
	1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário)	0	2	2	2	6
	2º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório)	0	1	10	6	17
	3º ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)	0	3	28	30	61
	12º ano (antigo 7º ano do liceu)	0	34	96	110	240
	bacharelato ou frequência do ensino superior	0	22	32	46	100
	ensino superior (licenciatura, mestrado, doutoramento)	1	5	28	41	75
Total		1	67	196	236	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Em termos de ocupação, pode verificar-se na tabela 91, que parece existir a mesma disposição de respostas registada na questão anterior: as posições “ocasionalmente” representam o grosso das respostas e concentram-se na classe que exerce uma actividade profissional. As pessoas que não trabalham (por razões diferentes) também apresentam respostas mais altas nesta opção, exceptuando o caso dos reformados (responderam mais vezes na opção “nunca”).

No que tange a dinâmicas de proporcionalidade, as respostas dos reformados e estudantes são muito próximas em termos de posicionamento, enquanto que as dos restantes grupos se afastam em maior grau. Existe então, uma discrepância no volume de respostas que demonstram, que apesar da posição geral dos inquiridos ser semelhante, efectiva-se com uma profundidade distinta: quem trabalha e quem procura o 1º emprego parece estar mais tranquilo quanto ao sentimento de pertença ao território do que aquelas pessoas que se encontram em situações de carência de desemprego (por motivos diferentes, e pelo facto de se encontrarem em fases da vida também divergentes), ou seja, os estudantes (tendencialmente jovens) e os reformados (população por regra, idosa)<sup>991</sup>.

<sup>991</sup> Assumindo a possibilidade de existirem pessoas que usufruíram de reformas antecipadas, daí sublinhar-se com a expressão “por regra”, podendo não representar uma verdade absoluta.

**Tabela 91-** Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função da ocupação).

<b>Ocupação * estranho no próprio espaço- Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Estranho no próprio espaço				Total
		não responde	sempre	nunca	ocasionalmente	
Ocupação	não responde	0	1	5	3	9
	desempregado	0	9	47	50	106
	exerce uma actividade profissional	1	35	103	132	271
	procura primeiro emprego	0	13	25	27	65
	estuda	0	6	10	16	32
	reformado	0	2	5	2	9
	outro	0	1	1	6	8
<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>67</b>	<b>196</b>	<b>236</b>	<b>500</b>

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Os resultados obtidos no âmbito do cruzamento da questão em análise (estranhos no próprio espaço) com a natureza do emprego, consolidaram a posição dominante da opção “ocasionalmente” em termos de respostas (tabela 92). No entanto, o número de testemunhos correspondente a cada grupo expôs a natureza de um cenário muito mais equilibrado. Em termos de valores, existem discrepâncias com números oscilantes (mais evidentes no caso das pessoas que não têm um emprego turístico nem contacto com turistas), mas que não se afigura tão proeminente como nas questões analisadas em função da naturalidade, escolaridade e afins. O contacto constante com actividades turísticas no âmbito laboral e pessoal, parece influenciar o sentimento de alienação individual, mas não drasticamente.

**Tabela 92-** Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função da natureza do emprego).

<b>Emprego turístico * estranhos no próprio espaço- Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Estranho no próprio espaço				Total
		não responde	sempre	nunca	ocasionalmente	
Emprego turístico	não responde	0	32	90	96	218
	sim	1	11	36	57	105
	não, mas tenho contacto com turistas	0	19	60	65	144
	não e não tenho contacto com turistas	0	5	10	18	33
<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>67</b>	<b>196</b>	<b>236</b>	<b>500</b>

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Por fim, os laços topofílicos voltam a fazer sentir-se (tabela 93) através da constatação de que os inquiridos que residem há mais tempo em Portimão (desde sempre e há mais de 5 anos), foram aqueles que apresentaram respostas de cariz negativo e intermédio. Esta postura alarga-se aos restantes grupos, mas com menor distância entre valores e menor volume de respostas. Existe portanto, uma influência notória adstrita ao tempo de residência em Portimão e ao sentimento de pertença/alienação, onde os moradores mais antigos, se recusam a sentir estranhos no seu território/espaço, apesar de admitirem que há determinadas ocasiões em que isso acontece, sublinhando, uma vez mais, que existe impacto negativo do turismo, que se regista interferência, e que apesar da mesma não ser dominante (a regra), está presente e ameaça a estabilidade dos autóctones em diferentes graus (é de certo modo a excepção que noutros casos se tem vindo a apresentar como regra)<sup>992</sup>.

**Tabela 93-** Sentimento de alienação imposto pelo turismo (em função do tempo de residência em Portimão).

<b>Tempo de residência em Portimão * estranho no próprio espaço- Tabulação cruzada</b>						
Contagem		Estranhos no próprio espaço				Total
		não responde	sempre	nunca	ocasionalmente	
Tempo de residência em Portimão	não responde	0	1	3	1	5
	há menos de 1 ano	0	0	0	1	1
	há mais de um ano	0	0	1	0	1
	há mais de 2 anos	1	2	4	10	17
	há mais de 5 anos	0	6	39	44	89
desde sempre	0	58	149	180	387	
Total		1	67	196	236	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

### **Cruzamento de variáveis não categóricas**

Foi também interessante cruzar variáveis não categóricas de modo a identificar padrões de resposta assentes em temáticas distintas. O objectivo aqui traçado foi tentar perceber se as pessoas que rejeitam ou aceitam determinado fenómeno, também o fazem perante outros eventos. Por exemplo: as pessoas que reprovam a *turistificação* também rejeitam a *desterritorialização*? Os indivíduos que não acompanham as transformações territoriais têm alguma noção da dimensão das suas territorialidades? Este pequeno exercício opera como mais uma camada da análise estatística proposta para o trabalho.

<sup>992</sup> Nos casos até aqui analisados com base noutras questões e variáveis.

Em primeiro lugar, procurou-se saber se os inquiridos que acreditam existir *desterritorialização in situ* em Portimão também pensam que o turismo infere influência nas desigualdades sociais. Com base na tabela 94, constatou-se que 113 pessoas assumem uma postura duplamente positiva, há *desterritorialização* e o turismo acentua desigualdades. Em segundo plano, aqueles que responderam “não” em ambas as questões apresentam um valor de 66 respostas, configurando um volume bem mais reduzido. Também faz sentido sublinhar o número “97”, que apesar de ilustrar uma posição negativa no âmbito das desigualdades sociais, assume também a existência de *desterritorialização in situ* em moldes menos dramáticos.

Os restantes valores são menos relevantes, tanto pelo seu volume, como pelo seu carácter misto, não evidenciando posições claras. Assume-se portanto, que a maior parte da amostra acredita que os 2 fenómenos são bem reais e surtem influência em Portimão.

**Tabela 94-** Cruzamento das respostas de *desterritorialização in situ*/desigualdades sociais.

<b>Desterritorialização <i>in situ</i> * turismo acentua desigualdades sociais- Tabulação cruzada</b>					
Contagem		Turismo acentua desigualdades sociais			Total
		não responde	sim	não	
Desterritorialização <i>in situ</i>	não responde	0	3	1	4
	sim	5	113	58	176
	não	7	82	66	155
	há alguns indícios disso	8	97	60	165
Total		20	295	185	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

O resultado do cruzamento de elementos aqui a salientar é claramente o número “66” que congrega uma dupla posição negativa, onde, não só estes inquiridos reprovam a *turistificação*, como aduzem que a relação entre agentes locais e turistas é negativa<sup>993</sup>.

Esta interpretação importa pelo facto de representar um cruzamento claro de reprovação que ilustra o antagonismo entre autóctones e turismo. Também o valor 60 se demonstra importante, mas pela postura inversa (duplo positivismo). Todos os restantes factores se apresentam divididos, não demonstrando um claro posicionamento face ao

<sup>993</sup> Assume-se aqui que algumas variáveis pudessem ajudar a explicar as outras, mas as opções metodológicas escolhidas não permitem averiguar essa relação, para tal, seriam necessárias medidas e ferramentas de análise diferentes das implementadas.

fenómeno em geral, esboçando que existem pessoas que aceitam umas coisas que o turismo lhes oferece, mas reprovam outras que são inevitáveis.

Existem também as respostas de indiferença face à *turistificação*, que neste âmbito acabam por não ter peso, visto que a segunda variável se prende com a percepção de indivíduos que afirmam que a transformação identitária do seu território lhes é indiferente.

Em menor escala, apresentam-se as respostas dos extremos (muito positivas e muito negativas) que também são relevantes para demonstrar que há aceitação ou descontentamento (bem delineados), mas que no seio da amostra representam valores muito reduzidos (duplamente positivos, sim + muito positiva = 8; duplamente negativos, não + muito negativa = 15), “ganhando” as posturas negativas por uma ligeira margem. Toda esta informação encontra-se empiricamente compilada na tabela 95, abaixo representada.

**Tabela 95-** Cruzamento das respostas da turistificação/relação entre grupos.

<b>Feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada * relação positiva ou negativa- Tabulação cruzada</b>							
Contagem		Relação positiva ou negativa					Total
		muito positiva	positiva	nem positiva nem negativa-neutra	negativa	muito negativa	
Feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada	não responde	1	6	5	5	1	18
	sim	8	60	41	23	6	138
	não	3	79	53	66	15	216
	é-me indiferente	3	54	33	30	8	128
Total		15	199	132	124	30	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Quando se procurou relacionar o acesso dos turistas a locais físicos à alienação do espaço dos inquiridos, pôde observar-se (tabela 96) que o valor mais significativo revelou que, popularmente predomina a noção de que os turistas têm mais acesso a locais (variados, em geral) do que os autóctones, o que faz com que estes se sintam estranhos no próprio espaço em certas ocasiões. No segundo valor mais elevado, a ideia do acesso superior mantém-se, mas subtrai-se à equação anterior, a questão da alienação.

Em quase paridade, encontram-se os valores 50 e 53 que consolidam as 2 posições recém mencionadas, mas a um nível mais denso em relação ao acesso. Os restantes números são menos significativos, variando em relação à alienação e predominando sempre na óptica do acesso.

Há portanto, um certo grau de correlação<sup>994</sup> entre as questões implícitas. No entanto, a tônica do acesso é bem mais notória e negativa para os inquiridos, dada a sua proeminência em todas as combinações possíveis.

**Tabela 96-** Cruzamento das respostas do acesso/alienação.

<b>Turistas têm mais acesso que os locais * estranhos no próprio espaço- Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Estranho no próprio espaço				Total
		não responde	sempre	nunca	ocasionalmente	
Turistas têm mais acesso que os locais	não responde	0	1	2	4	7
	muito mais	0	26	50	53	129
	mais	1	31	106	141	279
	é igual	0	9	34	37	80
	menos	0	0	4	1	5
Total		1	67	196	236	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Analisando 2 focos de alteração do quotidiano administrados pelo turismo no território, foi possível concluir que os recursos se tornam, de facto escassos, e que essa carência é acompanhada por uma perturbação do quotidiano dos inquiridos, induzida pela sobrelotação territorial. Os valores a assinalar surgem do cruzamento das respostas “sim” (tabela 97) com as respostas “sim sempre” e “ocasionalmente” (valores de 116 e 182).

Estes cruzamentos congregam 363 pessoas das 500 inquiridas, esboçando o sentimento de negatividade que emana da interferência turística. Subscreeve-se que o turismo deverá fomentar o desenvolvimento sustentável da região e não prejudicar a vida da sua população, ainda que esse perjúrio seja levado a cabo por efeitos colaterais. Esta é portanto, uma questão bem polarizada, dicotómica, onde todos os valores são importantes, pois representam casos concretos e reais de pessoas que não são afectadas (ou que são atingidas ocasionalmente) pelos problemas em análise, contudo,

<sup>994</sup> Que não é aqui calculado em concreto, pois não foi uma opção metodológica elencada para nenhum dos cruzamentos entre variáveis aqui exarados. Optou-se apenas por uma análise bivariada meramente descritiva.

estatisticamente, prima-se pela maioria, que no presente caso, revela perturbação na sua vida em 2 vertentes distintas (recursos e práticas quotidianas).

**Tabela 97-** Cruzamento das respostas da escassez de recursos/sobrelotação.

<b>Recursos escassos * sobrelotação interfere no quotidiano- Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Sobrelotação interfere no quotidiano				Total
		não responde	sim, sempre	não	ocasionalmente	
Recursos escassos	não responde	0	5	0	2	7
	sim	6	116	59	182	363
	não	0	36	29	65	130
Total		6	157	88	249	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

Em último lugar, fechando o rol de análises bivariadas, procurou-se correlacionar 2 questões focadas na problemática das territorialidades (resultados expostos na tabela 98). Esta acção operou, em certa medida, como elemento de controlo para averiguar se a postura acerca das territorialidades era coerente nas respostas registadas para as 2 perguntas (ainda que os focos das mesmas fossem diferentes), e claramente, ver como se correlacionam entre si. O grosso das respostas centrou-se nas pessoas que acreditam que as territorialidades são efectivamente muito distintas, e porventura, são também asfixiadas em determinados casos, o que justifica essa mesma divergência (o valor é de 134 respostas para este cruzamento).

Coerentemente, as posturas intermédias também tiveram um volume significativo (98), aduzindo os inquiridos deste grupo, que as territorialidades não só são semelhantes, como apenas são afectadas em certos casos específicos. Noutra vertente, afigura-se necessário, mencionar apenas mais 3 valores, o 67 que nos diz que as territorialidades são dissonantes e afectadas de forma efectiva, o 60 que traduz uma postura inteiramente oposta, e o 65, elemento de indiferença, que se mantém neutro. Ora todos os valores são muito próximos, demonstrando que existem 3 pólos evidentes de resposta que espelham as posturas verificadas na análise das questões individualmente (há portanto coerência nas respostas prestadas pelos inquiridos).

Em jeito de conclusão, apesar da proximidade, este cruzamento ilustra a realidade: existe a percepção de que as territorialidades são dissonantes e são afectadas, ainda que só em determinados casos (com impacto significativo). Toda esta informação pode ser contemplada na tabela 98.

**Tabela 98-**Cruzamento das respostas das diferenças de territorialidades/afecção das territorialidades.

<b>Territorialidades muito diferentes * territorialidades asfixiadas- Tabulação cruzada</b>						
Contagem						
		Territorialidades asfixiadas				Total
		não responde	sim	não	em determinados casos	
Territorialidades muito diferentes	não responde	2	5	3	3	13
	sem dúvida	8	67	7	134	216
	nem por isso	5	9	60	20	94
	são semelhantes	2	12	65	98	177
Total		17	93	135	255	500

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

#### **5.4.6 - Balanço final da análise bivariada**

Expõem-se no presente ponto, as reflexões baseadas nos dados recém analisados, substanciando-se uma cisão avaliativa entre variáveis categóricas (aquelas que contêm um número finito de categorias ou grupos distintos, ou seja de natureza qualitativa, como o género), e não categóricas ou quantitativas<sup>995</sup> (que comportam em si uma medição de números ou valores, por exemplo).

#### **Variáveis categóricas (ou qualitativas)**

-O sexo/género parece influenciar as respostas de forma superficial. A tendência notada em todas as questões correlacionadas com o sexo, foi de que as posições entre homens e mulheres são bastante semelhantes (apesar da diferença no número de inquiridos por grupo), primando apenas por uma pequena diferença: as mulheres são mais críticas, reprovando mais notoriamente, todos os fenómenos negativos abordados (*desterritorialização, turistificação*);

-As respostas prestadas a todas as questões variaram conforme as idades, registando-se alguns padrões, mas também particularidades que dissolvem qualquer homogeneidade. A faixa etária correspondente aos adultos monopolizou todos os picos de valores, distribuindo-se a grande parte das respostas dadas em cada opção (inerentes às questões), por pessoas com idades na ordem dos 20, 40 e 50 anos. Esta realidade traduz a inexistência de influência

<sup>995</sup> Podem ser consideradas discretas ou contínuas, não sendo contudo, assinalada essa qualificação, aquando da realização das presentes reflexões.

do factor idade sobre as problemáticas, uma vez que pessoas da mesma idade respondem coerentemente às mesmas situações. No entanto, o padrão quebra-se com o registo ocasional de respostas de jovens e idosos (ou indivíduos da faixa etária dos adultos que se aproximam dos limites entre faixas<sup>996</sup>) com carácter oposto. Verificou-se que os idosos são mais críticos<sup>997</sup>, e que pelo conjunto de análises não aceita tão bem, vários dos fenómenos impostos pelo turismo, assim como o próprio turismo ou turistas. O mesmo sucede com os jovens, mas na perspectiva inversa, onde por norma, se encontram mais receptivos à mudança, abstraíndo-se de a classificar como positiva ou negativa, simplesmente aceitam-na;

-Quando a variável de correlacionamento foi a naturalidade, manteve-se uma tendência transversal a todas as questões abordadas: a presença mais robusta de laços toponímicos das pessoas que nasceram na cidade, ultrapassa sempre as posturas restantes, seja pela positiva, seja pela negativa, conforme a natureza da questão. Os grupos remanescentes presentes em todas as questões, posicionam-se de forma semelhante aos moradores mais antigos, mas sempre num volume mais reduzido, incrementando a ideia de que o território define o posicionamento e sentimento individual de quem nele reside. Comprovam-se portanto, as ideias de Yi Fu Tuan (1980)<sup>998</sup>;

-A escolaridade pareceu não influenciar muito as respostas, sendo estas pautadas por grande heterogeneidade. No entanto, ignorando a dicotomização da amostra em função do volume dos grupos, constatou-se que quanto maior o nível de instrução, maior reprovação existe dos fenómenos associados ao turismo. Em todas as questões registou-se sempre o mesmo padrão: todos os níveis mais altos de instrução apresentaram posições de reprovação do turismo (compondo estes grupos, a grande maioria da amostra), enquanto que os grupos com menor nível de escolaridade, exibiram por vezes, respostas mistas (estes compõem uma fracção muito reduzida da totalidade dos indivíduos). Em suma, quem estudou mais: acompanhou constantemente as transformações territoriais, entende que a

---

<sup>996</sup> Próximos dos 15 ou dos 65 anos.

<sup>997</sup> Este é um aspecto importante, que demonstra que uma fracção da população tem uma percepção menos positiva perante os efeitos do turismo, potencialmente pautada por saudosismo e pela resistência à mudança.

<sup>998</sup> Adstritas à noção de *topofilia* e ao valor sentimental do apego ao território.

*desterritorialização in situ* existe, não está feliz por fazer parte de uma comunidade turistificada, tem a percepção que o controlo do espaço está nas mãos de investidores estrangeiros, acredita que os turistas têm mais acesso a locais do que os autóctones, sente que as suas territorialidades são afectadas, e sente-se um estranho no próprio espaço (ainda que de forma ocasional, sendo a única dimensão com contornos menos extremos);

-A ocupação influenciou definitivamente todas as questões, tendo-se verificado que existe alguma revolta transversal aos grupos de empregados, desempregados, estudantes e reformados<sup>999</sup>, induzida pela monopolização que o turismo faz de todas as actividades disponíveis na cidade;

-A natureza do emprego demonstrou a saturação que os trabalhadores do sector do turismo sentem. Têm menos paciência que os restantes grupos para lidar com os impactos do fenómeno, devido à grande influência que os mesmos já ocupam na sua vida, de forma obrigatória. Os restantes inquiridos (sem emprego turístico) pareceram ter uma postura mais saudável perante tais impactos, aceitando-os sem grandes problemas. Por consequência, alega-se que a tipologia do emprego condiciona a anuência das dinâmicas analisadas (*desterritorialização, turistificação, suprimimento das territorialidades*);

-Por fim, o tempo de residência em Portimão influencia claramente as respostas dadas. Em geral, todos os residentes mais antigos da cidade reprovaram fenómenos de alteração ou de impacto potencialmente negativo para o território<sup>1000</sup>. O mesmo não se verificou nos restantes habitantes, detentores de posturas menos rígidas e respostas mais voláteis<sup>1001</sup>. Por acréscimo, nas questões que colocam em causa a ligação ao território (ou conhecimento acerca do mesmo), averiguou-se que os residentes mais antigos, se uniram num prisma diferente: consideraram quase impossível deixar-se afectar por interferências externas<sup>1002</sup>, notando-se um cariz de orgulho nas respostas. Já a postura das

---

<sup>999</sup> A reprovação certamente terá fundamento em razões diferentes, dadas as características distintas dos indivíduos (inclusive a fase da vida em que se encontram), mas em última instância, o que importa é a coerência de posições face ao fenómeno em análise (que é bastante elevada no caso concreto).

<sup>1000</sup> Conforme verificado anteriormente nos valores da tabela 75.

<sup>1001</sup> Facto que, potencialmente emerge da dinâmica de os demais residentes (antigos e novos) possuírem uma memória diferenciada no que diz respeito ao que o território representa para si (com base na construção de recordações e experiências vividas em espaços que acabam por se alterar/transformar).

<sup>1002</sup> Tanto na sua vida como no território.

restantes pessoas, volta a ser menos consistente. O tempo de residência, influenciou assim as questões, em função do facto de colocar em causa as relações topofílicas dos inquiridos;

### **Variáveis não categóricas (ou quantitativas)**

-A maioria das pessoas que acredita existir *desterritorialização* em Portimão, atesta que o turismo também agrava as desigualdades sociais. Não sendo efectuada uma análise de cruzamento directo e cirúrgico (com recurso a diagramas de correlação), pode-se apenas evidenciar que os inquiridos possuem uma consciência concreta acerca dos impactos do turismo, que actua tanto na esfera física, aludente à disposição territorial de poder, como no *status* dos habitantes locais;

-Apesar da heterogeneidade, comprovou-se que a maioria da amostra reprova a *turistificação* do território, mas pensa que a relação entre turistas e habitantes locais é positiva. Sublinha-se portanto, a existência de um carácter dicotómico situacional, no qual nem tudo é positivo, nem tudo é negativo. Não obstante a prevalência de saturação de factores e elementos turísticos no território que parecem esgotar a receptividade dos autóctones ao incremento da actividade turística na região, há um clima de respeito mútuo entre grupos, aprofundando a noção de reprovação do fenómeno, e não de quem usufrui dele;

-Existe uma coerência de pensamentos que traduz que os turistas têm mais acesso que os autóctones a determinados pontos do território, efectivando-se paralelamente, um sentimento de alienação ao mesmo, ainda que este seja, na sua maioria, circunstancial;

-O grosso dos testemunhos comprovou que os recursos se tornam escassos e a sobrelotação do espaço interfere no quotidiano de forma ocasional. Desta forma, estipula-se que estes impactos são efeitos que se efectivam sinergicamente, que ocorrem de forma simultânea e, tendencialmente, inevitável;

-Quanto às territorialidades, parece existir uma ideia generalizada de que não existe grande discrepância na sua extensão, quando se fala de capitais de mobilidade de turistas e de autóctones. No entanto, registou-se que existem casos específicos em que se consagram efeitos perjurativos na capacidade dos

habitantes locais se movimentarem livremente (lembre-se que a tendência de respostas, apesar da presença das variáveis dependentes, admitiam sempre a existência de afectação de territorialidades em “certos casos”). O impacto do turismo neste sentido é, assim, superficial, mas existente;

Em jeito de conclusão, a análise bivariada permitiu elencar quais as variáveis qualitativas que influenciam as posturas apresentadas pelos inquiridos, ao mesmo tempo que ilustra quais os impactos (de natureza distinta) que os habitantes locais pensam ser mais graves e proeminentes.

### **5.4.7 -Análise multivariada**

Num terceiro estágio foi ainda realizada uma análise multivariada, de modo a passar pelos 3 graus de análise estatística (univariada, bivariada e multivariada). O objectivo do terceiro nível de avaliação passou por criar aglomerados de indivíduos que possuam características semelhantes, assimiladas em função dos seus padrões de resposta. Procurou-se portanto, verter a informação tratada em *clusters*, operando estes como vectores das posturas dominantes da amostra. Contudo, antes de realizar esta tarefa, fazia sentido “filtrar” o número de elementos de trabalho, recorrendo-se a uma análise fatorial.

#### **5.4.7.1- Inadequação da análise fatorial**

Após correlacionar algumas das variáveis de modo a tentar identificar factores que influenciasses respostas, procurou-se robustecer a análise dos dados. Antes de realizar a análise multivariada, tal como supra mencionado, equacionou-se a elaboração de uma análise fatorial, metodologia que permite criar uma escala de factores a partir das variáveis originais, desconstruindo-as em componentes de modo a possibilitar uma análise estrutural das mesmas<sup>1003</sup> (Maroco, 2007).

De acordo com Moraes (2016), a ferramenta ostenta 3 objectivos: sintetizar as relações observadas entre um conjunto de variáveis inter-relacionadas; representar um conjunto de variáveis originais observadas por intermédio de um número reduzido de factores intrínsecos; reverter os dados em factores;

---

<sup>1003</sup> As variáveis intrínsecas a determinado factor devem ser altamente correlacionadas; A finalidade passa por atribuir um *score* aos componentes/factores.

Num primeiro passo, optou-se por testar a amostra, recorrendo-se a um teste de adequação de uma possível análise fatorial, com o intuito de reduzir o número de elementos/questões com recurso à extracção de componentes. No entanto, correndo o teste de KMO<sup>1004</sup>, comprovou-se a não adequação da amostra para o método previsto, dado que o valor obtido no teste se encontra abaixo dos 0,5 o que dita a sua inadequabilidade<sup>1005</sup> (Moraes, 2016). Os valores de referência de adequabilidade para a análise fatorial podem ser observados na tabela 99, e os resultados concretos do teste, na tabela 100.

**Tabela 99-** Valores de referência para adequação da análise fatorial.

<b>KMO</b>	<b>Análise Fatorial</b>
<b>0,9-1</b>	<b>Muito Boa</b>
<b>0,8-0,9</b>	<b>Boa</b>
<b>0,7-0,8</b>	<b>Média</b>
<b>0,6-0,7</b>	<b>Razoável</b>
<b>0,5-0,6</b>	<b>Má</b>
<b>&lt;0,5</b>	<b>Inaceitável</b>

Fonte: Marcelo Moraes, 2016

**Tabela 100-** Resultado do teste de esfericidade de KMO e Bartlett elaborado à amostra.

<b>Teste de KMO e Bartlett</b>		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,496
Teste de esfericidade de Bartlett	Chi-quadrado aprox.	1029,694
	df	561
	Sig.	,000

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

#### **5.4.7.2- Análise de clusters- método K-means**

Descartando a análise fatorial, os esforços foram canalizados para uma análise por *clusters*. O método de avaliação de agrupamentos seleccionado foi a análise por *clusters k means* (agrupamento não hierárquico).

<sup>1004</sup> Teste que procura indicar a proporção da variância dos dados que pode ser considerada comum a todas as variáveis (Maroco, 2007). Assim, a finalidade é justamente atribuir cada variável a 1 factor comum.

<sup>1005</sup> Os valores de referência neste sentido variam de autor para autor. Optou-se pelo valor de referência de 0,5 por ser aquele que aparenta repetir-se mais vezes na literatura científica.

De acordo com a literatura científica podem ilustrar-se 2 metodologias dominantes de agrupamento de dados, os *métodos hierárquicos* e os *métodos não hierárquicos*. Ambos os métodos são bastante práticos, mas comportam algumas diferenças entre si.

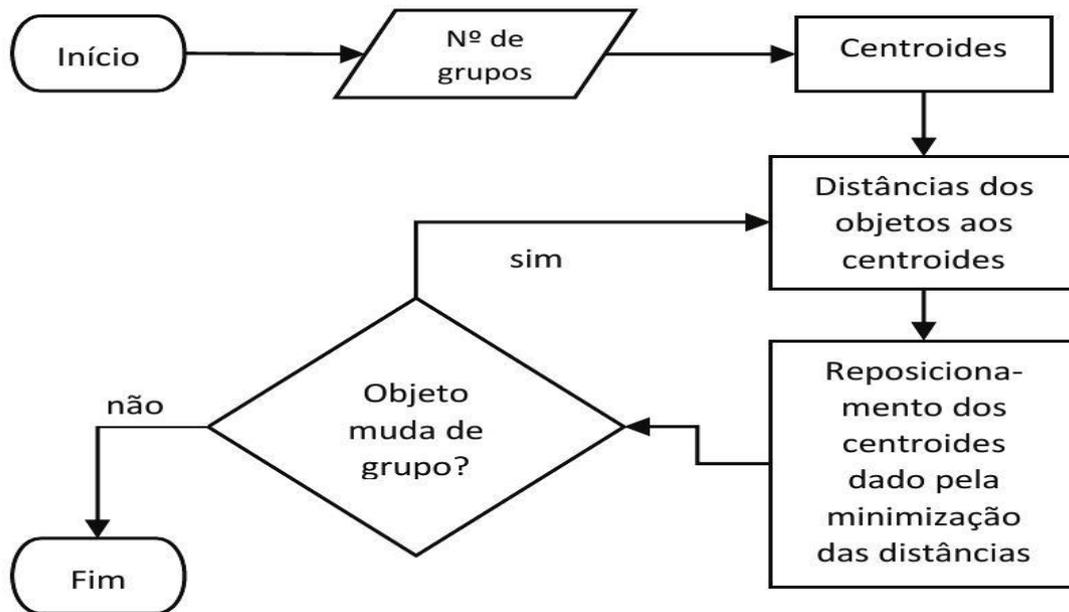
No estudo, optou-se pelo *método não hierárquico* devido à modalidade de se poder predefinir o número de *clusters* desejados, o que não é possível nos métodos hierárquicos. Um segundo motivo, prendeu-se com o elevado tempo de processamento do *método hierárquico* para dados em amostras relativamente grandes, dado que as comparações entre elementos são feitas par a par (Viana, s.d). Normalmente, esta inconveniência nota-se particularmente em amostras “N” com mais de 500 elementos. Estando a amostra em estudo no limite, foi preferível descartar o *método hierárquico* (idem, s.d). Também a perspectiva de autores como Rencher (2002) motivaram a escolha do *método K means* (pautado pela distância euclidiana<sup>1006</sup>), defendendo o autor que: a ferramenta *k means* sobrepõe-se às principais técnicas hierárquicas, apresentando no seu âmbito maior fiabilidade, maior velocidade no tratamento de dados, e ainda faculta ao investigador uma análise de resultados mais simples.

Estes factores permitem identificar padrões de comportamento e características colectivas, mediante a verificação da homogeneidade interna e da heterogeneidade externa entre agrupamentos (Reis, 2001).

Com um teor mais técnico, apresenta-se abaixo a figura 49 que ilustra as fases de funcionamento do algoritmo do *método k means*:

---

<sup>1006</sup> Na matemática representa a distância entre dois pontos, podendo ser comprovada pela aplicação reiterada do teorema de Pitágoras. No SPSS é seleccionada nos parâmetros após a selecção a tipologia de análise, neste caso, o *método k means*.



**Figura 49-** Fluxograma de execução do algoritmo *k-means*.

Fonte: Smith, Welber Centeio, 2015.

Foram designados à partida 3 *clusters*, de modo a conseguir obter, em certa medida, um escalonamento de grupos, prevendo aglomerados de concentração forte, intermédia e baixa<sup>1007</sup>, em função da importância atribuída a cada variável/problemática. Este método permite distribuir por aglomerado, elementos com características específicas e averiguar se, de facto, existem padrões que influenciam as respostas dadas, escolhas tomadas e posicionamento (dos inquiridos).

Em suma, procuram-se grupos com o mesmo perfil a propósito do tema estudado.

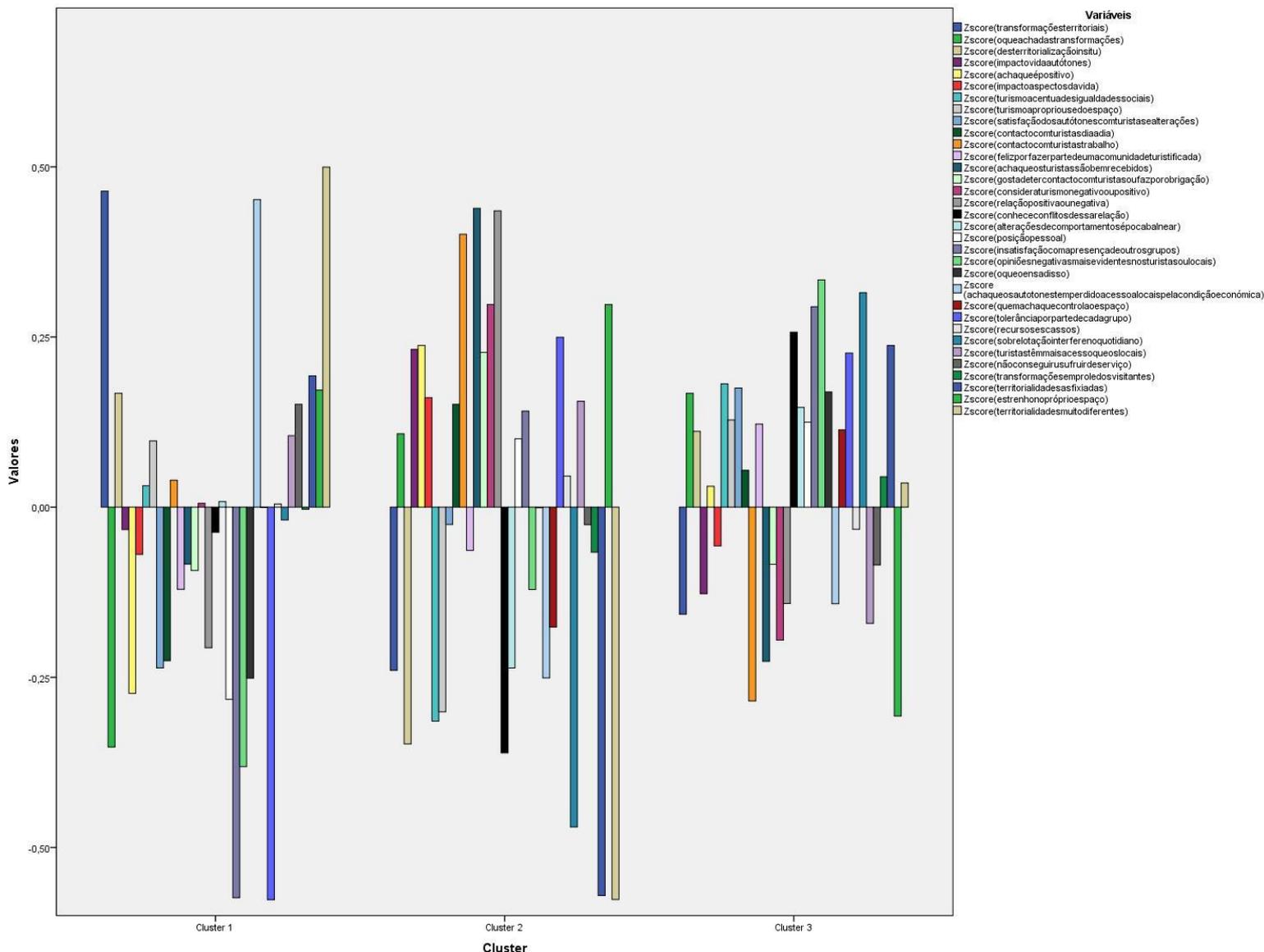
No caso concreto, dada a natureza do trabalho, é meramente avaliada a importância (medida pela distância<sup>1008</sup> dos centróides, representada graficamente) dada por cada indivíduo inserido nos *clusters* a cada questão, percebendo assim, a que temática<sup>1009</sup> foram prestadas respostas positivas e negativas.

<sup>1007</sup> Em função de cada problemática, delineando assim, grupos distintos que atribuem importância a cada problema inerente às questões.

<sup>1008</sup> Euclidiana.

<sup>1009</sup> Territorialidades, transformações territoriais, relação entre turistas e autóctones.

Desta forma, é possível recolher indícios daquilo que cada agrupamento pensa que é mais nocivo na acção do turismo na cidade de Portimão. Os resultados empíricos podem ser observados no gráfico 58 representado abaixo:



**Gráfico 58-** Distribuição gráfica dos *clusters* (centros finais).

Fonte: Elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

### 1º cluster<sup>1010</sup>

O primeiro *cluster* é formado por 145 pessoas, 82 mulheres e 63 homens com uma média de idades de 38, 31 anos, na sua maioria casados e naturais de Portimão. O

<sup>1010</sup> Adiante, após análise mais extensa e cuidada dos 3 perfis identificados são formuladas denominações concretas para cada um dos grupos aqui plasmados (desígnios expostos em tabela de síntese qualitativa).

grosso dos indivíduos deste grupo possui o 12º ano, sendo grande fracção do mesmo, trabalhadores, e possuem um emprego não turístico, mas têm grande contacto com turistas, e a grande maioria vive na cidade desde sempre (114 pessoas).

Neste grupo pode observar-se uma gama de valores altos (acima de 0,25) prestados às questões acerca de transformações territoriais, à noção de que os autóctones têm perdido acesso a locais devido à sua condição económica, e à ideia de que as territorialidades entre grupos (autóctones e turistas) são muito diferentes. Com valores baixos (abaixo de 0, 25) estão as respostas da existência de *desterritorialização in situ*, da escassez de recursos, do turismo acentuar as desigualdades sociais, do turismo se ter apropriado do espaço, do contacto com turistas no local de trabalho, de se considerar o turismo um factor negativo (com resposta desfavorável relativamente ao mesmo), das alterações de comportamentos na época balnear, da questão acerca dos turistas terem mais acesso a locais do que os autóctones, de não se conseguir usufruir dos serviços, das transformações elaboradas em prole dos visitantes, e de se sentirem estranhos no próprio espaço.

Todas as restantes questões/variáveis obtiveram *scores* negativos. Concluí-se portanto, que existe um grupo claramente mais preocupado com as transformações territoriais e com o poder dos turistas do que com a relação entre grupos.

## **2º cluster**

O segundo *cluster* é formado por 139 pessoas (74 mulheres e 65 homens) que apresentam uma média de idades de 40, 06 anos. Em grande escala, estes indivíduos encontram-se casados ou a viver maritalmente, são também por regra, naturais de Portimão, possuem o ensino secundário completo, encontram-se maioritariamente empregados (numa área alheia ao turismo) e também têm muito contacto com turistas. A maioria sempre viveu em Portimão.

Aqui os pontos com maiores *scores* foram as questões atinentes ao contacto com turistas no trabalho, as relativas à hospitalidade com que os turistas são recebidos, a questão acerca da indagação da positividade do turismo, a relação entre grupos ser positiva e negativa, e a questão da alienação ao território. Com *scores* positivos, mas baixos, ficaram as questões das transformações, do impacto na vida dos autóctones e qual o seu grau de positividade, a questão dos recursos, a questão acerca de se ter

contacto com turistas no quotidiano, a posição pessoal face aos turistas, a satisfação, a tolerância com os mesmos e o seu acesso a locais. Todos os restantes pontos tiveram *scores* negativos.

Estamos claramente perante um grupo que valoriza mais a qualidade da relação entre turistas e autóctones para uma vivência saudável, do que os possíveis impactos do turismo e as transformações territoriais.

### **3º cluster**

O terceiro *cluster* é formado por 216 pessoas, 111 mulheres e 105 homens, a bipartição mais equitativa dos 3 grupos apresentados (diferem em apenas 6 elementos). A média de idades é de 35, 03 anos. Os elementos são predominantemente solteiros, e na sua maioria são naturais de Portimão. Grande parte tem o 12º ano (no entanto, é o grupo mais instruído, registando o maior número de indivíduos com o ensino superior, 28 contra 23 de cada um dos outros *clusters*), e são, tendencialmente trabalhadores (mas também apresenta o maior número de desempregados, 54), e à semelhança dos grupos anteriores, muitos membros do conjunto não responderam (141). Por sua vez, o segundo grupo possui um trabalho alheio ao turismo (51 pessoas), mas diz relacionar-se frequentemente com turistas. A grande maioria também reside em Portimão desde sempre, no entanto, é o agrupamento com mais pessoas que se re-territorializaram na cidade (ao todo, 39 pessoas).

Neste terceiro e último grupo, foi dada uma importância mais proeminente às questões de interferência da actividade turística no quotidiano, aos impactos gerais do turismo e à natureza da relação entre grupos. Note-se que nesta pluralidade de indivíduos, a distribuição de importância foi mais constante, registando-se menos *scores* negativos (apenas 13, contrapostos por 16 em ambos os *clusters* anteriores), o que traduz uma preocupação generalizada com todas as temáticas abordadas, sendo essa mesma preocupação, amplamente moderada.

#### **5.4.7.3- Balanço da análise por clusters**

Após a exposição dos detalhes de cada um dos agrupamentos, foi possível analisar em concreto se as variáveis usadas de base para a rotulagem (variáveis atinentes à caracterização sociográfica dos inquiridos) influenciaram de alguma forma a

importância prestada a cada fenómeno/área do turismo presentes nas questões. Em detalhe, constatou-se o seguinte:

-Dada a natureza da amostra parece que a variável sexo influencia residualmente a posição face aos problemas levantados (mulheres preocupam-se ligeiramente mais com os problemas por se apresentarem em maior número). Esta realidade pode constatar-se através da elaboração de uma comparação entre agrupamentos. Usando como exemplo os *clusters* 1 e 2 observa-se que: no *cluster* 1, os valores permitem deduzir que estando em maioria, as mulheres são mais críticas do que os homens nas questões atinentes à dissonância entre estatuto e poder económico, e nas capacidades que essa diferença atribui (mais acesso a locais e territorialidades mais extensas). Por sua vez, revelam importar-se menos nas temáticas com *scores* baixos, aquelas relacionadas com a relação entre grupos (expostas no gráfico 41). No entanto, existem apenas mais 19 mulheres do que homens neste grupo, sendo uma divisão algo semelhante, o que explica que o género influencia as questões apresentadas, mas pouco. Por sua vez, no *cluster* 2, a divisão entre homens e mulheres é bastante próxima, podendo o sexo influenciar minimamente as posições positivas ou negativas;

-A idade parece não ser um factor que faça grande diferença na importância dada às diversas temáticas, uma vez que as margens diferenciais entre idades são mínimas (35, 38 e 40 anos), enquadrando-se todas na mesma faixa etária (15-99 anos);

-Em termos de estado civil, verificou-se que existe uma tendência que revela que os indivíduos comprometidos/casados se preocupam mais com questões de relacionamento interpessoal com turistas nos locais de trabalho, e com as questões de *desterritorialização in situ* e de alienação do espaço envolvente. Tal noção depreende-se do peso dado pelos 2 primeiros agrupamentos a estas questões, sendo os mesmos compostos, na sua maioria, por indivíduos em situação marital. Em contrapartida, o 3º *cluster*, volumosamente composto por pessoas solteiras, revela que as maiores preocupações se prendem com a perturbação na vida quotidiana. Há portanto, maior tolerância por parte de casais, que parecem condenar as transformações físicas do território e o

potencial perjúrio da sua actividade laboral em função de uma relação negativa com os turistas neste contexto, e maior reprovação de pessoas solteiras;

-Quanto ao nível de instrução, este não parece surtir grande influência nas escolhas e respostas dadas pelos inquiridos, uma vez que nos 3 grupos formados, se verificou que grande parte dos indivíduos possui quase que homogeneamente, o 12º ano de escolaridade. O terceiro *cluster* é aquele que apresenta maior nível de educação (28 indivíduos com o ensino superior contra 23 dos outros 2 grupos). No entanto, a discrepância de valores e a diferença do tamanho dos *clusters*, parecem não justificar uma influência notória nas posições individuais dos inquiridos;

-No que diz respeito à ocupação, há uma pequena influência nas posturas individuais. Nos 3 grupos, a grande maioria dos inquiridos encontra-se empregada (*cluster 1*: 87 trabalhadores; *cluster 2*: 93 trabalhadores; *cluster 3*: 94 trabalhadores), seguindo-se os desempregados e por aí fora. Largamente, os *clusters* são quase heterogêneos neste sentido. Contudo, a população que procura o primeiro emprego também é desempregada (por razões diferentes do grupo “desempregados”), e esta população é muito mais proeminente no 3º *cluster* do que nos outros 2<sup>1011</sup>. Assim sendo, também os desempregados parecem atribuir mais importância às questões de tranquilidade atinentes à preservação da sua qualidade de vida no dia a dia;

-Por fim, as 2 últimas variáveis de rotulagem (tempo de residência e natureza do emprego) parecem não exercer uma influência clara na importância prestada às temáticas nocivas para o território, dado que os 3 *clusters* apresentam características muito semelhantes<sup>1012</sup>. Todos ilustram uma maioria de indivíduos com empregos não turísticos e com muito contacto com turistas, e todos residem em Portimão desde sempre. Ora estas semelhanças correlacionadas com a disposição das respostas e distância dos centróides nos 3 grupos, demonstram que as posições do conjunto-alvo são bastante aleatórias, não exprimindo uma tendência. As discrepâncias nos valores intra agrupamento são normais, dado

---

<sup>1011</sup> 41 pessoas procuram o primeiro emprego (no 1º *cluster* são 16 e no 2º são apenas 8). Facto que pode ser originado pelo maior volume de jovens que integram este grupo.

<sup>1012</sup> Existindo portanto, alguma homogeneidade.

que cada *cluster* apresenta uma dimensão divergente, excluindo, uma vez mais, a possibilidade das diferentes proporções de grupos de resposta, serem negativas;

**Concluí-se:** com base na natureza dos *clusters* e nas suas características, podem identificar-se 3 grupos distintos:

-os indivíduos que se preocupam com as alterações físicas do território e com o poder dos visitantes em detrimento dos locais;

-os que se afligem, essencialmente, com a relação entre grupos;

-aqueles que demonstram inquietação com várias coisas (sem se centrar numa em particular), mas de forma mais uniforme e moderada);

Em detalhe, com base na formulação destes três grupos chega-se à conclusão que não existe apenas uma posição contrastada, de índole negativa face ao turismo, existem várias, que, perante a análise efectuada, se afirmam como sendo as 3 predominantes. Nesta óptica, é importante relevar, que essa percepção negativa acerca do fenómeno é transversal a todos os inquiridos, realidade que demonstra que o turismo exerce uma acção negativa no território, diversificada, mas presente, que afecta os autóctones de diferentes formas. Verifica-se assim, a existência de tendências, baseadas nos grupos constituídos que, assentando na natureza dos dados obtidos com os questionários, se traduzem:

-Num foco de indivíduos (145) que valorizam mais o espaço físico, e por consequência, a *topofilia*, a herança territorial, a paisagem e a estrutura geográfica em que habitam, privilegiando também a sua qualidade de vida, temendo que diferenças de *status*<sup>1013</sup> possam fazer disparar fenómenos como a *gentrificação* e condicionar acessos a locais. Em suma: **os factores de reprovação do turismo são os impactos negativos de re-estruturação que este incute no território e, por consequência, na qualidade de vida das comunidades locais.**

-Existir uma fracção da população (139 indivíduos) que se apresenta menos tolerante face às potenciais relações com hetero-grupos, reprovando

---

<sup>1013</sup> Portanto, económicas e sociais.

essencialmente, as eventuais emergências de conflitos e a saturação espacial trazida por grandes aglomerados populacionais, portanto: **o factor de rejeição adstrito ao turismo na óptica destes indivíduos, são os turistas.**

-O terceiro *cluster*, demonstra que uma parte dos inquiridos (206) revela uma preocupação generalizada com o turismo e os seus efeitos, que indicia, algum receio pelo contacto com o novo, de alteração daquilo que está instituído (assente na noção já formulada de que o fenómeno turístico é um agente de mudança), não se focando portanto, num impacto específico imposto pelo turismo que lhes cause grande negatividade, mas que incomoda de forma latente. Assim, constata-se: **os factores de rejeição do turismo são todos os efeitos adversos abordados no presente estudo (desterritorialização, turistificação, rupturas topofílicas, entre outros), mas nunca assumem um nível de impacto significativo, que justifique uma rejeição vincada.**

Por outro lado, assume-se que, em cada grupo, nunca existe uma rejeição total do turismo enquanto fenómeno, existem sim, impactos específicos que incomodam fracções distintas dos moradores locais, no entanto, o teor de negatividade dos efeitos do acção turística encontram-se presentes na totalidade da amostra.

Fechando o presente ponto, apresenta-se a tabela 101 (com contornos quantitativos) que apresenta em detalhe os valores de cada variável no âmbito dos *clusters* apurados:

**Tabela 101-** Dados completos dos 3 agrupamentos obtidos com o *método k-means*.

	<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>
<b>Sexo</b>	-82 mulheres -63 homens	-74 mulheres -65 homens	-111 mulheres -105 homens
<b>Idade</b>	-média de idade (38,31 anos) -elemento mais velho: 82 anos -elemento mais novo: 15 anos	-média de idade (40,06 anos) -elemento mais velho: 71 anos -elemento mais novo: 15 anos	-média de idade (35,03 anos) -elemento mais velho: 72 anos -elemento mais novo: 15 anos
<b>Estado civil</b>	-67 casados/as -57 solteiros/as -2 viúvos/as -19 divorciados/as	-66 casados/as -50 solteiros/as -20 viúvos/as -3 divorciados/as	-104 casados/as -92 solteiros/as -19 viúvos/as -1 divorciados/as
<b>Naturalidade</b>	-105 pessoas da freguesia onde reside actualmente (Portimão) -25 pessoas naturais de outra freguesia do concelho de Portimão -9 pessoas de outro município fora de Portimão -6 estrangeiros/as	-86 pessoas da freguesia onde reside actualmente (Portimão) -33 pessoas naturais de outra freguesia do concelho de Portimão -7 pessoas de outra freguesia fora de Portimão -12 estrangeiros/as -1 não respondeu	-146 pessoas da freguesia onde reside actualmente (Portimão) -50 pessoas naturais de outra freguesia do concelho de Portimão -12 pessoas de outra freguesia fora de Portimão -7 estrangeiros/as -1 não respondeu
<b>Escolaridade</b>	-23 pessoas têm o ensino superior -32 pessoas frequentaram o ensino superior (bacharelato) -68 pessoas têm o 12º ano -15 pessoas têm o 3º ciclo -5 pessoas têm o 2º ciclo -1 pessoa tem o 1º ciclo -1 pessoa não completou qualquer escolaridade	-23 pessoas têm o ensino superior -18 pessoas frequentaram o ensino superior (bacharelato) -78 pessoas têm o 12º ano -20 pessoas têm o 3º ciclo -6 pessoas têm o 2º ciclo -4 pessoas tem o 1º ciclo	-28 pessoas têm o ensino superior -48 pessoas frequentaram o ensino superior (bacharelato) -106 pessoas têm o 12º ano -27 pessoas têm o 3º ciclo -5 pessoas têm o 2º ciclo -1 pessoa tem o 1º ciclo
<b>Ocupação</b>	- 87 trabalhadores -28 desempregados -16 pessoas procuram o 1º emprego -9 estudantes -2 reformados -2 pessoas escolheram a opção “outro” -1 pessoa não respondeu	- 94 trabalhadores -25 desempregados -8 pessoas procuram o 1º emprego -4 estudantes -2 reformados -6 pessoas não responderam	- 93 trabalhadores -54 desempregados -41 pessoas procuram o 1º emprego -18 estudantes -5 reformados -5 pessoas escolheram a opção “outro” -2 pessoas não responderam
<b>Emprego turístico</b>	-33 pessoas têm um emprego turístico -43 pessoas não têm um emprego turístico, mas têm muito contacto com turistas -12 pessoas não têm um emprego turístico, nem têm contacto com turistas -57 pessoas não responderam	-35 pessoas têm um emprego turístico -50 pessoas não têm um emprego turístico, mas têm muito contacto com turistas -14 pessoas não têm um emprego turístico, nem têm contacto com turistas -40 pessoas não responderam	-37 pessoas têm um emprego turístico -51 pessoas não têm um emprego turístico, mas têm muito contacto com turistas -7 pessoas não têm um emprego turístico, nem têm contacto com turistas -121 pessoas não responderam
<b>Tempo de residência em Portimão</b>	-114 pessoas vivem em Portimão desde sempre -24 pessoas vivem na cidade há mais de 5 anos -6 vivem em Portimão há mais de 2 anos -1 pessoa não respondeu	-98 pessoas vivem em Portimão desde sempre -34 pessoas vivem na cidade há mais de 5 anos -4 vivem em Portimão há mais de 2 anos -1 pessoa vive em Portimão há menos de 1 ano -2 pessoas não responderam	-175 pessoas vivem em Portimão desde sempre -31 pessoas vivem na cidade há mais de 5 anos -8 vivem em Portimão há mais de 2 anos -2 pessoas não responderam
<b>Importância dada às temáticas</b>	-Preocupação com as transformações territoriais	-Preocupação com a relação com os turistas	-Preocupação com os impactos no quotidiano

Fonte: elaboração própria, feito com recurso ao SPSS.

### Comparação Qualitativa dos *Clusters*

Com base na tabela exposta, e face às reflexões supra mencionadas do posicionamento dos *clusters* perante o turismo, cumpre-se elaborar ainda, uma breve

comparação qualitativa dos grupos formulados, perspectivando uma síntese evidente dos ora aglomerados identificados.

Nesta linha, avança-se que as diferenças que caracterizam os grupos são marginais, apresentando apenas, algumas nuances no que tange a uma fracção das variáveis analisadas (por exemplo, a nível da média de idades). Em detalhe, analisam-se qualitativamente, quais as tendências inerentes a cada *cluster* com base na sua postura perante o turismo, discernindo-as com recurso às variáveis utilizadas. As observações, assentam ainda, em pressupostos de proporcionalidade<sup>1014</sup>, atendendo que a composição dos aglomerados difere em termos de volume, tendo o *cluster* 1, 145 indivíduos, o *cluster* 2, 139 indivíduos, e o *cluster* 3, 216 indivíduos. Transpondo a dimensão dos grupos para a posição face ao turismo, com recurso a um exercício de hierarquização, aduz-se que:

**-Em 1º lugar- Cluster 3-** a postura de reprovação mais predominante do turismo assenta em moldes gerais (contra a *turistificação*, a *gentrificação*, a *desterritorialização*, os turistas), onde o turismo gera disrupção leve em toda a esfera quotidiana, não sendo contudo, muito debilitante em termos práticos, mas incomoda, de forma latente, 216 dos inquiridos;

**-Em 2ª lugar- Cluster 1-** surgem os indivíduos (145) que se opõem às tranformações territoriais impostas pelo turismo;

**-Em 3º lugar- Cluster 2-** estão aqueles (139 inquiridos) que se insurgem contra os turistas (enquanto grupo);

De acordo com esta classificação, define-se o seguinte critério:

- **Cluster 3- Postura 1**
- **Cluster 1- postura 2**
- **Cluster 2- postura 3.**

Esta orientação prende-se com a análise individual de cada uma das variáveis que integraram a formulação dos agrupamentos, agindo como pontos de distinção- por

---

<sup>1014</sup> Por exemplo, é normal que o *cluster* 3 apresente um maior volume de casados, solteiros, divorciados, viúvos do que qualquer um dos outros grupos, pois compõe o grupo mais numeroso (atendendo à referência de que os grupos são bastante semelhantes no que concerne à discrepância de valores).

exemplo: o elemento mais velho da amostra apresenta a postura 2. Assim, Relativamente às variáveis, estipula-se que:

**Sexo/género**- Tanto o maior número de homens como de mulheres apresenta a **postura 1**;

**Idade**- A média de idades foi bastante próxima nos 3 *clusters*, compostos na sua maioria por indivíduos da população activa (médias 38, 40 e 35 anos) transmitindo a ideia de que, esta variável se infere ao nível geral da reprovação do turismo de forma transversal, isto é, a faixa etária dos 15-64 anos é a mais volumosa na amostra e isso reflecte-se em todas as 3 posturas. Dada esta realidade, e o facto de os indivíduos mais jovens de cada *cluster* apresentarem todos o limite mínimo de idades estipulado para o estudo, faz-se uma espécie de “desempate” por um elemento diferenciador das tendências, ou seja, pelo elemento mais velho, que neste âmbito, tem 82 anos e apresenta a **postura 2**.

**Estado Civil**- Maior parte dos casados apresenta a postura 1, o grosso dos solteiros também a postura 1, os viúvos a postura 3, e os divorciados a postura 2. Deste modo, privilegia-se a **postura 1**, aquela que se repete mais vezes.

**Naturalidade**- Todos os grupos apresentaram uma hegemonia dos residentes naturais de Portimão, atestando deste modo, que as 3 posições de reprovação do turismo se inferem mais a quem pertence ao território. Contudo, o *cluster* 3, **postura 1**, é transversal a todos os outros grupos, excluindo-se apenas, os moradores de nacionalidade estrangeira que apresentaram a postura 3.

**Ocupação**- O grupo mais volumoso em termos de população activa no mercado de trabalho, opõe-se essencialmente aos turistas (postura 3 identificada), enquanto que os restantes grupos de desempregados que procuram o 1º emprego, estudantes, reformados e indivíduos noutra situação transmitiram simpatizar com a postura 1. Ora como critério de desempate, juntam-se os grupos que não compõem a tendência da amostra (os empregados, dado serem transversais e marcantes nas 3 posturas), pelo que se identifica a **postura 1** como aquela que afecta a maior heterogeneidade de subgrupos de análise.

**Emprego turístico**- O grosso de quem tem um emprego na área do turismo (portanto que beneficia e apresenta um maior envolvimento com o fenómeno),

assim como quem contacta muito com turistas sem desempenhar uma função laboral nessa área, apresenta a **postura 1** (muito próxima da postura 3, separados apenas por valores residuais, de 1 indivíduo);

**Tempo de residência em Portimão**- Quem vive em Portimão desde sempre, divide entre si, as posturas negativas face ao turismo, que apesar de algumas diferenças, os valores não são significativos, assumindo-se que tiveram um envolvimento maior e contacto mais vincado com o fenómeno do que os restantes subgrupos. Deste modo, atenta-se para análise das restantes categorias, menos predominantes na amostra. Em concreto, os moradores territorializados há mais de 5 anos apresentam a postura 3, manifestando desagrado contra os turistas; já aqueles que ali residem num intervalo de tempo compreendido entre os 2 e os 5 anos, adoptam a postura 1. Por sua vez, dos residentes de curta data, apenas 1, que vive na cidade há menos de 1 ano, configura a postura 3. Neste âmbito, seria esperada a hegemonia dos moradores naturais de Portimão, parte dominante da amostra, pelo que se dá ênfase aos restantes valores apresentados por residentes, fazendo com que o número bruto em maior evidência, ateste que a **postura 3**, seja a mais volumosa que foge à regra.

Em termos de valores, a **postura 1** é aquela que se repete mais vezes, algo que seria de esperar dado o volume do *cluster* 3, pelo que foram usados alguns critérios de desempate pontuais, para contornar os valores absolutos, distintos de cada grupo. As **posturas 2** e **3**, surgem ambas, pelo menos uma vez nesta análise individual, demonstrando que existem subgrupos dentro de cada aglomerado que desafiam a tendência predominante expressada por outro conjunto.

Cabalmente, constata-se que para além das 3 posturas identificadas com recurso à análise multivariada quantitativa, se pode afirmar que qualitativamente, diversos factores (como o grau de envolvimento com o turismo ou o tempo de residência no território) estão directamente ligados à manifestação de descontentamento com o fenómeno turístico, e qual a natureza desse descontentamento, a quem se direcciona (por norma, mais marcado quando endereçado ao turismo em geral, depois às transformações territoriais trazidas pelo mesmo, e, por último, aos turistas em si).

Procurando verter a informação num acervo visual compilatório, expõe-se a tabela 102 que congrega os principais traços qualitativos elencados no texto exarado

supra, e faculta ao leitor uma síntese cabal dos grupos identificados. Avança-se contudo, que as classificações atribuídas a cada característica/factor grupal não atendem a uma codificação própria<sup>1015</sup> (determinada para o efeito classificatório), recorrendo-se a termos variados (ex: elevado, existe, entre outros) que pretendem exprimir os resultados já apresentados com as respostas dos inquéritos e da análise detalhada dos *clusters* acima exibida.

---

<sup>1015</sup> Por exemplo- não há critério para o termo “elevado” em termos de tradução para números concretos, no sentido de questionar, o que é elevado? O que é médio? O que é baixo? Esta análise já foi feita, aqui pretende-se, de forma cabal, facultar ao leitor uma noção geral das características de cada grupo.

**Tabela 102-** Comparação das características qualitativas dos *clusters* identificados.

	<b><i>Cluster 1</i></b>	<b><i>Cluster 2</i></b>	<b><i>Cluster 3</i></b>
<b>Desígnio</b>	<b><u>Saudosistas territoriais</u></b>	<b><u>Anti-turistas</u></b>	<b><u>Conformados com o turismo</u></b>
<b>Número de elementos</b>	145	139	216
<b>Sexo dos intervenientes</b>	Maioria mulheres (82)	Maioria mulheres (74)	Maioria mulheres (111)
<b>Postura/perfil predominante face ao turismo</b>	Esboçam preocupação com as alterações físicas do território e com o poder dos visitantes em detrimento dos locais;	Preocupam-se essencialmente com a relação entre grupos;	Apresentam-se receosos com várias coisas (sem se centrar numa em particular), mas de forma moderada;
<b>Média de idades dos elementos</b>	38 anos	40 anos	35 anos
<b>Emprego turístico</b>	33 pessoas com emprego turístico	35 pessoas com emprego turístico	37 pessoas com emprego turístico
<b>Número de elementos que vivem em Portimão desde sempre</b>	114 indivíduos	98 indivíduos	178 indivíduos
<b>Correlação com o critério “postura” definido<sup>1016</sup></b>	2º lugar	3º lugar	1º lugar
<b>Transformações territoriais</b>	Negativas	Positivas	Positivas
<b><i>Desterritorialização</i></b>	Existe	Não existe	Existe
<b>Impacto no quotidiano dos autóctones</b>	Negativo	Positivo	Negativo
<b>Desigualdades sociais</b>	Acentuam-se pouco	Não se acentuam	Acentuam-se muito
<b>Turismo apropriativo do espaço</b>	Sim	Não	Sim
<b>Contacto com turistas no dia a dia/no trabalho</b>	Não/Sim	Sim/Sim	Sim/Não
<b>Postura face à <i>turistificação</i></b>	Negativa	Negativa	Positiva
<b>Hospitalidade</b>	Alta	Alta	Média
<b>Interação com turistas</b>	Não fazem por obrigação	Fazem por obrigação	Não fazem por obrigação
<b>Natureza do turismo</b>	Positiva	Positiva	Negativa
<b>Relação entre grupos</b>	Positiva	Negativa	Positiva
<b>Conflitos</b>	Existem (sabem de alguns casos)	Existem (sabem de alguns casos)	Não existem (desconhecem a existência)
<b>Alteração de comportamentos</b>	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
<b>Insatisfação com outros grupos</b>	Não existe	Existe	Existe
<b>Limitações de acesso a espaços específicos</b>	Sim	Não	Sim
<b>Controlo do espaço</b>	Postura neutra	Predominantemente entidades externas	Controlo está disseminado por vários órgãos (externos e internos, privados e públicos)
<b>Tolerância inter grupos</b>	Alta	Média	Média
<b>Recursos escassos</b>	Escasseiam de forma residual	Escasseiam um pouco	Não escasseiam
<b>Sobrelotação</b>	Não	Não	Sim
<b>Diferenciação de acessos a locais</b>	Turistas têm mais acesso	Turistas têm mais acesso	Turistas não têm mais acesso
<b>Limitações nos serviços</b>	Sim	Não	Não
<b>Transformações para os visitantes</b>	Sim	Sim	Não
<b>Sentem as suas Territorialidades limitadas</b>	Sim	Não	Sim
<b>Estranhos no próprio espaço</b>	Sim	Sim	Não
<b>Territorialidades dissonantes</b>	Sim	Não	Sim

Fonte: elaboração própria

Terminando o presente ponto, alude-se apenas aos dados visuais da tabela elaborada, sublinhando que o turismo e os seus impactos estendem-se à malha total dos inquiridos, suscitando-se que as suas preocupações quanto aos mesmos, variam de

<sup>1016</sup> Linhas acima, aquela que se repete mais vezes.

acordo com características específicas, e com o seu entendimento daquilo que deve ser valorizado no território, e que pode ser, negativamente afectado pelo fenómeno. Mais se adita que, em termos de gestão de um território turístico, para a redução dos conflitos envolvendo cada um destes grupos, após a identificação de representantes/líderes dos mesmos, deve-se promover o envolvimento dos actores chave nos processos de decisão política e administrativa do território, estimulando o desenvolvimento de uma visão partilhada desses mesmos agentes<sup>1017</sup> (Almeida, 2013<sup>1018</sup>), tendo sempre em conta, os interesses e particularidades que caracterizam cada um. Deve-se visar ainda, a alocação de recursos para capacitar os envolvidos num processo contínuo na supressão de conflitos, onde todo o procedimento deverá ser efectivado à luz de actos formais de transparência e partilha de informação (idem, 2013).

#### **5.4.8- Análise das questões abertas**

É também importante expor algumas das respostas dadas nas questões abertas, uma vez que estas exprimem com mais detalhe os pontos de vista dos inquiridos e a sua percepção acerca de determinados aspectos, nomeadamente as questões 9 e 43 dos questionários.

Avança-se também que estas indagações foram aquelas que apresentaram maior índice de espaços em branco (em detalhe, 358 em 500 inquiridos na questão 9, totalizando 142 campos preenchidos, e 388 respostas em branco na questão 43, o que traduziu apenas 112 relatos prestados)<sup>1019</sup>. Com base nestes dados, seleccionaram-se 35<sup>1020</sup> das respostas dadas em ambas as questões, mormente aquelas que apresentam mais conteúdo relevante. Segue-se a transcrição integral dessas interrogações com uma análise cabal dos testemunhos expostos.

Na questão 9 “Qual o fenómeno que indicaria como o maior factor de mudança?” as respostas foram as seguintes:

---

<sup>1017</sup> Acautelando dentro do possível, os interesses dos demais envolvidos.

<sup>1018</sup> Recorreu-se aqui, às directrizes gerais de pensamento e solução para a gestão de conflitos prestadas pela autora no seu estudo, contudo, foram apenas seleccionadas aquelas que melhor se aplicam ao território em análise, Portimão.

<sup>1019</sup> Estima-se que a falta de cooperação nestas questões se prenda com a necessidade de redacção e dispêndio de tempo acrescido para o seu preenchimento.

<sup>1020</sup> Por se considerar um número mais do que suficiente para ilustrar as posturas dos inquiridos, dado que plasmar 254 transcrições não traria nenhum esclarecimento adicional àquilo que foram os testemunhos prestados, privilegiando-se ao mesmo tempo, alguma economia de espaço no corpo da tese. Mais se adita, que muitas dessas respostas repetem temas, impressões e perspectivas, sendo esta realidade inerente à natureza dos dados recolhidos e da metodologia implementada.

“Bastantes estrangeiros na cidade”; “Entrada de turismo estrangeiro no país”; “Turismo”; “Turismo”; “Centros comerciais, festas”; “Crescimento urbano”; “Mais unidades hoteleiras”; “Mediatização do local”; “Turismo”; “Turismo”; “Construção civil”; “O sector financeiro e o social”; “O fenómeno do arrendamento urbano”; “A urbanização do território um pouco por todo o Algarve (aqui, Portimão e no resto do território)”; “Desenvolvimento económico”; “As melhorias locais (físicas) e culturais paulatinas que foram ocorrendo por causa do turismo”; “Os negócios estrangeiros e o turismo de praia”; “Turismo sem dúvida”; “Hotelaria”; “O turismo”; “Essencialmente o turismo que trouxe consigo o desenvolvimento da restauração e do ramo hoteleiro”; “Aumento das infra-estruturas hoteleiras”; “A construção desmesurada de unidades hoteleiras”; “O clima e por consequência o turismo”; “Os negócios dos estrangeiros”; “O turismo, mas há muitos outros sectores que têm vindo a crescer aqui em Portimão e no Algarve em geral”; “Sem dúvida o turismo que é o que é por causa do clima”; “Praias”; “A aposta a nível de atracção de festas de Verão com os espaços e meios para tal”.

**Análise**<sup>1021</sup>: as respostas prestadas espelharam que a noção de que o turismo é o principal agente de mudança da região está bem presente na percepção dos autóctones. Foi assim possível, recolher indícios de que o investimento na cidade é motivado quase que exclusivamente por actividades ligadas ao fenómeno turístico (existe portanto, a percepção de uma monocultura), ilustrando a apropriação territorial que se afirma aparente. Em 97 das 142 repostas dadas, o termo turismo estava claramente presente, o que compõe 68,3% de todos os testemunhos prestados. Apenas 34 das respostas (23,9%) não incidiram sobre o fenómeno em si, prendendo-se com conceitos abrangentes como “desenvolvimento económico” e “vários empreendimentos”. Em terceira instância, as restantes 11 perguntas não incidiram directamente sobre o turismo, mas sobre elementos ligados ao mesmo (exemplos: “hotéis e “praias<sup>1022</sup>”), compondo os restantes 7,8% das respostas.

---

<sup>1021</sup> No que tange a esta análise, adiante é exibida uma pequena secção de avaliação de conteúdo onde são exarados os pressupostos que motivaram a escolha da metodologia destinada a extrair informação relevante dos elementos apurados. No entanto, pode-se referir, brevemente, que se optou por uma análise de dados directa, sem recorrer a quaisquer ferramentas como o *Nvivo* (software de análise de dados qualitativos) por exemplo.

<sup>1022</sup> Elementos que não imperam a 100% que se destinem ao turismo, dado que podem ser frequentados pelos residentes. Contudo, à luz do contexto e da natureza do território depreende-se *a priori* a finalidade a que se destinam estes elementos.

Por sua vez, na questão 43 que enseja observar qual a percepção que os autóctones têm perante a dissonância entre territorialidades de residentes e turistas<sup>1023</sup>, os testemunhos traduziram-se no seguinte:

“Turistas”; “Turistas, e vê-se bem na área da restauração e nos locais de estacionamento”; “Turistas”; “Turistas, porque têm mais dinheiro”; “Dos turistas, porque sempre tive essa sensação desde pequena”; “Na minha perspectiva parecem-me semelhantes”; “As dos turistas, nomeadamente nos serviços de saúde e de diversão”; “Dos turistas, mas não há assim diferenças muito sonantes”; “As dos turistas, por causa do poder de compra e porque quando vêm para cá vêm de férias para gastar dinheiro”; “Os serviços em geral, mas sem dúvida o turismo”; “Dos turistas, isto é tudo feito para eles”; “Com base naquilo que respondi até aqui, as dos turistas sem dúvida. Porque têm mais dinheiro e vêm para cá demonstrá-lo”; “Não sei dizer, depende muito do dinheiro que cada um tem, mas diria que os turistas, por norma, vêm para cá com muitas possibilidades porque recebem mais nos seus países de origem”; “Obviamente as dos turistas, uma vez que vêm para cá de férias e não estão preocupados com os gastos, portanto gastam muito dinheiro e estão dispostos a pagar para irem a sítios que o pessoal daqui nem sequer pondera”; “Penso não haver discrepâncias, mas são muito heterogéneas”.

**Análise:** com base nos 112 testemunhos, aferiu-se que 94 das respostas atribuíram aos turistas, territorialidades mais extensas, o que representa 83,9% do número total. 13 das respostas (11,6%) transmitiram uma postura neutra, assumindo que ambas eram semelhantes ou que dependiam do poder económico de cada um (que não havia forma de o precisar em concreto). Por fim, os restantes relatos (5, o que corresponde a 4, 5%) apresentaram dados imparciais e desprovidos de sentido<sup>1024</sup> (exemplo: a resposta “Os serviços em geral, mas sem dúvida o turismo” supra mencionada).

---

<sup>1023</sup> Em concreto, a questão ganhava forma na pergunta anterior: “Com base na sua experiência, acha que as territorialidades (extensão da capacidade de se movimentar e aceder a espaços e locais) são muito dissonantes entre turistas e autóctones?”, e materializava-se concretamente em, “Quais lhe parecem ser mais extensas? Porquê?”

<sup>1024</sup> Quando apresentadas dúvidas por parte dos inquiridos acerca dos questionários, foi-lhes explicado o que se pretendia com cada pergunta. No entanto, muitas das pessoas não colocavam qualquer dúvida, podendo em certa medida, não ter compreendido claramente a questão, daí alguns testemunhos estarem fora de contexto.

## **Balanço das questões abertas**

As questões abertas possibilitaram reter testemunhos mais complexos acerca das problemáticas, tendo reforçado de forma coerente as ilações construídas com a análise estatística das restantes interrogações. Em concreto permitiram:

-Sublinhar que o Algarve (e Portimão) é um núcleo polarizador de ex-turistas que optam por se territorializar naquele espaço geográfico, justificando a heterogeneidade de moradores de diferentes origens/localidades nacionais, freguesias ou países;

-Existe consenso perante a noção de que o turismo define o território, constatando-se pelos testemunhos prestados, que até mesmo os restantes fenómenos mencionados pelos inquiridos, se encontram directa ou indirectamente ligados ao fenómeno da *turistificação* e da identidade turística de Portimão;

-Reforça-se a ideia de que o turismo implica a entrada de capitais variados no território, os quais possuem maior poder de compra, consolidando a noção plasmada nos mapas mentais dos autóctones, que existem assimetrias de desenvolvimento entre nós (na perspectiva dos habitantes locais) e os outros (quem vem de fora);

-A última questão tinha como objectivo dar a liberdade aos inquiridos de elaborar as suas respostas face às territorialidades dos grupos em análise, o que acabou por reiterar a tendência verificada nas questões de natureza fechada: as territorialidades dos turistas são mais extensas do que as dos moradores de Portimão, facto que é definido por vários factores (mas no geral pelo poder económico);

## **5.5 Entrevistas**

À semelhança das sessões de observação, para realização das entrevistas foram escolhidas algumas entidades chave da esfera turística de Portimão<sup>1025</sup>. Essencialmente, abordaram-se agentes locais/instituições que polarizam de forma constante, grandes

---

<sup>1025</sup> Que se consideraram vozes importantes a auscultar. Naturalmente, é feita uma selecção de intervenientes e entidades-alvo a abordar, afunilando-se hipóteses de modo a realizar metas concretas e realistas para o estudo a desenvolver (pautado como qualquer outro, por condicionantes e recursos limitados).

fluxos de turistas, nos(as) quais existe um contacto constante entre *stakeholders* e funcionários com todo o tipo de turistas. Assim, como pontos estratégicos de oferta turística, seleccionaram-se empresas do sector terciário situadas nos pontos já acima utilizados para a metodologia da observação, a área (de nome “Zona”) Ribeirinha da cidade; a Praia da Rocha; a Marina de Portimão. Foram realizadas entrevistas a funcionários: do Clube Naval de Portimão; do Bar “*Quest*”; da agência de viagens “*Portimar*”; do posto de trabalho da empresa “*Mydinamycs*” na Marina de Portimão; e por fim, a uma figura pública<sup>1026</sup>, um humorista, residente em Portimão que tem satirizado nas redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) e *Youtube*, o fenómeno turístico no Algarve<sup>1027</sup> (sempre de uma perspectiva negativa apesar do teor leve e descontraído que enseja comédia).

O Clube Naval de Portimão afirma-se como um dos principais pólos de atracção turística da Zona Ribeirinha. Para além das actividades que fornece ligadas a práticas desportivas e ao mar (como a possibilidade de tirar licenças<sup>1028</sup> para condução de barcos), é também um espaço lúdico, composto por restaurante, café com esplanada e ginásio. Esta oferta ligada à posição estratégica junto ao Rio Arade, alude ano após ano à visita de turistas nacionais e estrangeiros às suas instalações.

No âmbito do entretenimento, foi seleccionada a empresa *Mydynamics*, destinada à criação de espaços de lazer junto de zonas de forte presença turística e densidade populacional. Responsável por eventos destinados às crianças (maioritariamente), especializa-se na prática de fornecer actividades divertidas a esse público, oferecendo a possibilidade de usufruir de equipamentos como trampolins e

---

<sup>1026</sup> Na linguagem da actual “*pop culture*”, um género de “*influencer*”.

<sup>1027</sup> Poderiam aqui ser analisadas em detalhe as respostas e reacções a estes conteúdos digitais satíricos, no entanto, esta não foi uma das opções metodológicas delineadas para o estudo (o consequente contacto com o entrevistado surgiu já no decorrer da investigação, assim como aquele que foi estabelecido com alguns dos produtos do seu trabalho). Não obstante, expõem-se aqui, 4 transcrições de comentários colocados em vídeos públicos disponíveis no youtube e hiperligações para os próprios elementos audiovisuais. Links de vídeos: relativo ao mês de agosto no Algarve-<https://www.youtube.com/watch?v=ufC54judy6M>; sobre os turistas no Algarve-<https://www.youtube.com/watch?v=qPkIvEUSFgE>; Alguns dos comentários disponíveis nos conteúdos referidos: “Mil gostos , haja alguém que exprima a opinião de 99% dos algarvios xD :)”; “Eu adoro este vídeo :) E conto os dias para a chegada do setembro”; “ADOREI... LOL... NAO DIRIA MELHOR.. by uma algarvia mt sofrida em agosto :D”; “Por mim tb podem ficar na vossa terra! E acima de tudo, os que vierem ao menos mostrem respeito pelos locais que têm de vos aturar em todos os cantos e mais alguns...E claro lembrem-se que a estrutura turística do Algarve noi foi construida pensada em vocês! Daí cheguem á conclusao da falta que cá fazem...”. Cumpre ainda relevar, neste prisma, que o facto de a entrevista englobar o mundo das redes sociais, acaba por ensejar um salto qualitativo no que toca à informação coligida.

<sup>1028</sup> Nos seus vários níveis, desde a carta de “marinheiro” à de “patrão da costa”.

insufláveis gigantes. O grosso da clientela é consistentemente a população turística, tanto nacional como estrangeira.

Como negócio local que regista diariamente as preferências de viagens, de agentes locais e de turistas, apresenta-se a agência de viagens “Portimar”. Geograficamente situada junto da avenida “V6”, encontra-se perto de alojamentos turísticos e das praias da cidade. Deste modo, é frequentada diariamente por turistas nacionais e estrangeiros que praticam um turismo pautado por circuitos de viagem que englobam várias terras, cidades e regiões.

O espaço “Quest” representa um estabelecimento de restauração/bar com serviço de esplanada, destinado tanto a dinâmicas de diversão nocturna, como a práticas de pastelaria/*snack bar*. Tem como particularidade, fornecer aos seus clientes a possibilidade de usufruir de jogos de vídeo e de tabuleiro, promovendo o convívio entre grupos de pessoas, sendo este o foco do *marketing* da superfície comercial. Representa portanto, um conceito original, que tem atraído muitas atenções no seio da oferta lúdica da Praia da Rocha, muito por romper com os espaços ditos “tradicionais” focados somente na gastronomia, serviços de cafetaria e pastelaria. Este bar é assim, um sinal da inovação que surge no âmbito da dinamização da oferta turística, tendo vindo a fidelizar cada vez mais clientes, dentro dos quais turistas, que se misturam com autóctones conhecedores deste espaço inovador.

Por fim, agindo como um difusor da cultura algarvia e da cidade de Portimão, Ilídio Jonas (nome fictício usado apenas na presente tese<sup>1029</sup>) também conhecido por um pseudónimo “MDC<sup>1030</sup>” (alter ego), apresentou-se como um recurso valoroso, prestando o seu contributo ao cooperar numa entrevista. O seu conhecimento acerca da região, e legião de seguidores dos seus programas e canais de *Youtube* permitiram, de certa forma, perceber a opinião de muitos dos mesmos, também residentes em Portimão (de todas as idades), dado que vocalizam e exprimem a sua concordância com o comediante em locais públicos, como as redes sociais. Neste âmbito, o entrevistado verbaliza aquilo que muitos portimonenses pensam acerca do turismo na cidade.

---

<sup>1029</sup> Explicação facultada adiante.

<sup>1030</sup> Intencionalmente abreviado, de modo a não identificar a pessoa através do uso das palavras completas.

### **5.5.1- Estrutura das Entrevistas**

Optou-se pela aplicação de entrevistas estruturadas devido à disponibilidade reduzida dos entrevistados, sempre condicionados pelos horários laborais que são pautados por horas de trabalho extra, característicos da época balnear<sup>1031</sup>.

Em concreto, as entrevistas estendem-se ao longo de 32 perguntas<sup>1032</sup>, divididas em 3 grupos: Transformações na cidade de Portimão (15 perguntas); Relação entre turistas e autóctones (9 perguntas); Escassez de recursos e congestionamento do espaço (8 perguntas). As entrevistas foram realizadas pessoalmente, sendo os diálogos registados com um gravador. Posteriormente, procedeu-se à transcrição das gravações para o papel<sup>1033</sup>.

Foi também importante seguir um guião único, de modo a recolher opiniões distintas sobre as mesmas questões, construindo a possibilidade de elaborar uma análise comparativa com base nas respostas obtidas. Para além dessa avaliação, no fim da transcrição de cada entrevista, foi elaborada uma análise de conteúdo que aspira avaliar se as respostas dos interrogados respondem às problemáticas abordadas pelo presente estudo. Com efeito, no ponto seguinte, plasmam-se as reflexões extraídas do conteúdo de cada uma das conversas realizadas, encontrando-se os corpos integrais das mesmas presentes na secção de anexos da tese<sup>1034</sup>.

### **5.5.2- Análise de conteúdo das entrevistas**

Após a descrição geral das entidades, da estrutura das entrevistas, procede-se à exposição da análise de conteúdo das mesmas, acompanhada pelos dados dos entrevistados, nomeadamente a função que desempenham, a sua idade e a empresa que representam. No que se refere ao nome dos entrevistados propriamente ditos, afigurou-

---

<sup>1031</sup> As entrevistas foram realizadas no período da tarde, entre as 15:00 e as 20:00 horas, divergindo de caso para caso (com pequenas variações), mas sempre neste intervalo de tempo. No que tange às datas de cada entrevista, as mesmas encontram-se exaradas ulteriormente, na secção de exposição da análise de conteúdo adstrita a cada conversa encetada.

<sup>1032</sup> Assume-se que, de forma geral, as entrevistas são constituídas por menos perguntas para dar maior liberdade ao entrevistado de se expressar, contudo, o foco das mesmas centrou-se em elaborar análises comparativas entre testemunhos/resultados, visando em última instância, identificar posições comuns ou diferentes entre os demais agentes.

<sup>1033</sup> De forma inteiramente fiel ao conteúdo original, corrigindo apenas palavras (proferidas com fonética incorrecta ou de carácter invulgar). Também as pontuações do texto foram atribuídas conforme o ritmo da conversa, mediante as inevitáveis pausas momentâneas a meio do diálogo.

<sup>1034</sup> Anexo III.

se necessário recorrer ao uso de nomes fictícios de modo a preservar a sua identidade e a respeitar o princípio da reserva da intimidade da vida privada, direito basilar (com assento constitucional) do qual usufruem todos os cidadãos<sup>1035</sup>.

Quanto à análise propriamente dita, optou-se por uma avaliação de conteúdo focada, elaborada com base em elementos que se consideraram importantes para apreciar a postura/percepção de cada interveniente (*stakeholders turísticos*). Foram pesados, com base no discurso dos entrevistados, pontos a favor e contra o turismo, e por consequência, redigidas algumas reflexões acerca dos conteúdos de cada conversa encetada. Este procedimento foi efectuado sem recurso a qualquer aplicação informática ou *software*.

Bem se sabe que existem outras metodologias, assim como várias ferramentas que permitem realizar uma análise qualitativa de dados (exemplos: MAXQDA<sup>1036</sup> ou IRAMUTEQ<sup>1037</sup>), mas no decorrer de uma investigação têm de se fazer escolhas, pelo que se optou por uma avaliação directa de conteúdo. Ora esta tipologia de análise focada, permitiu, em última instância, a realização de um balanço final assente no testemunhos recolhidos, procedendo-se ao seu cruzamento (das respostas, se eram contra ou a favor do turismo) e, conseqüente, formulação de ilações, numa lógica semelhante<sup>1038</sup> à usada na *Grounded Theory*<sup>1039</sup> (mais simplificada e sem passar por todas as fases).

## **Entrevista número 1**

### **Dados do entrevistado**

Entrevistado: Alberto Bettencourt.

Idade- 27 anos.

Entidade representada: Agência de viagens *Portimar*.

Função- Consultor e Comercial.

---

<sup>1035</sup> Essencialmente, prende-se com o anonimato dos cidadãos defendido pela Constituição e encontra-se presente noutros documentos que são fontes de direito, como leis avulsas e códigos.

<sup>1036</sup> Possibilita avaliar, de forma sistemática, dados qualitativos, e, interpretar dados textuais através da efectivação de análise de conteúdos.

<sup>1037</sup> Realiza análises estatísticas sobre elementos textuais ou qualquer material composto por palavras.

<sup>1038</sup> Devido à formulação de conclusões com base nos dados recolhidos e na sua interpretação.

<sup>1039</sup> Método de pesquisa/investigação desenvolvido por Barney Glaser e Anselm Strauss em 1967 composto por 5 fases, que de uma forma geral, se focam na recolha de dados, e por último, na formulação de um modelo teórico (Glaser; Strauss, 1967).

Data da entrevista- 10-08-2017

### **Análise do conteúdo- Entrevista número 1**

De uma forma geral, o interveniente entrevistado apresenta uma postura positiva face ao turismo em Portimão, salientando pontos positivos e pontos negativos (alguns sem se aperceber). De índole favorável, aceita bem o facto das transformações territoriais funcionarem como catalizadores para fluxos densos de turistas, assim como para as alterações estruturais e gráficas do território. De âmbito menos positivo, salientou, principalmente, a natureza de luxo do turismo praticado no Algarve, e em vários locais de Portimão, o que condiciona o acesso equitativo para todos aos espaços e serviços;

-Acentua desigualdades sociais devido ao preço dos serviços, enaltecendo também a presença de dissonâncias quando se fala de territorialidades;

-A sazonalidade da região é um entrave para o crescimento sócio-económico, o qual se enraíza quase que exclusivamente no turismo;

-Conflitos emergem tendencialmente entre autóctones e turistas nacionais (a razão avançada ganha forma pelo consumo de álcool);

-A *turistificação* do espaço e a presença turística para o entrevistado são elementos que fazem com que a cidade seja aquilo que é hoje, aceitando os fenómenos que daí irradiam com naturalidade;

### **Entrevista número 2**

#### **Dados do entrevistado**

Entrevistado: Cristiano Damas, 35 anos.

Entidade representada: *Mydynamics*

Função- Animador; Operador de aparelhos insufláveis e trampolins.

Data da entrevista- 14-08-2017

#### **Análise de conteúdo**

O entrevistado, de uma forma geral, procurou manter uma posição positiva face às questões formuladas. No entanto, apesar de não afirmar na primeira pessoa que se

registavam vários dos fenómenos em análise (exemplos: conflitos; sobrelotação do espaço), referiu constantemente, ter conhecimento de várias situações de carácter negativo, essencialmente nas relações entre grupos.

-Enalteceu a identidade dinâmica do turismo como motor de mudança, atestando que acreditava ser positivo para a cidade de Portimão;

-Afirmou que as territorialidades entre autóctones e turistas eram díspares em casos específicos;

-Referiu ter conhecimento de conflitos entre os dois grupos, e, apesar de não ter comprovado tais situações empiricamente, aduziu que era um fenómeno bem presente através de testemunhos de terceiros. Comprovou assim, que existe insatisfação dos autóctones com a ocupação turística, em especial no mês de Agosto;

-Na óptica da *sobrelotação do espaço*, afirmou que o fenómeno não o afectava muito, sublinhando no entanto, já ter sido “vítima” de várias situações negativas;

-Quanto à pergunta final, onde se encontra sub-entendida a noção de *desterritorialização in situ*, verifica-se que o sentimento de alienação e perda de controlo do território se evidencia, principalmente na época alta, afirmando o interveniente, que nessa altura se sente um estranho no próprio espaço;

### **Entrevista número 3**

#### **Dados do Entrevistado**

Entrevistado: Edgar Freitas, 29 anos.

Entidade representada: Clube Naval de Portimão.

Função- Instrutor de Vela.

Data da entrevista- 16-08-2017.

#### **Análise de conteúdo**

Nesta terceira entrevista, apesar de se registarem alguns pontos de indefinição por parte do entrevistado, podem retirar-se algumas ilações importantes. As posições face às questões levantadas são maioritariamente negativas. Com efeito, as respostas acusaram a presença de uma leve insatisfação trazida pelo turismo, sublinhando-se a

ideia de que os turistas possuem maior capacidade económica e maior versatilidade de actuação no espaço. Estas duas variáveis juntam-se ao pouco à vontade referido com a *sobrelocação do território* que condiciona pequenos pontos de actuação quotidiana. O entrevistado, afirmou ainda, que o turismo fomentava o *feeling* de apropriação do espaço, asfixiando territorialidades, levando-o a fazer sentir-se um estranho no próprio território (ocasionalmente).

-O entrevistado assumiu que o turismo representa a principal actividade económica da região e que as principais transformações no espaço se prenderam com a sua emergência. Contudo, afirmou que para além da sua principal função de gerar emprego, o fenómeno turístico potenciou a construção de uma região sazonal, pautada por uma dependência excessiva de serviços e actividades a si relacionados. Por fim, de acordo com o seu testemunho, constou-se que o turismo se apropriou do espaço;

-Esboçou, sem certezas absolutas, existir desigualdade social entre os grupos, atestando que no acesso a determinados locais se comprova tal realidade, o que acaba também por definir graus de capacidade de se movimentar no espaço heterogéneos;

-Referiu ter conhecimento de situações de conflito entre os grupos (turistas e autóctones), assumindo também uma postura negativa face à ocupação turística que se propaga no tempo;

-Acusou existir alteração na sua qualidade de vida, induzida pelo congestionamento de vários lugares da cidade;

-Afirmou sentir-se um estranho no próprio espaço, ainda que ocasionalmente;

## **Entrevista número 4**

### **Dados do entrevistado**

Entrevistado: Gerardo Horácio.

Entidade: Bar “*Quest*”.

Função- Dono.

Data da entrevista- 20-08-2017.

### **Análise de conteúdo:**

De uma forma geral, o entrevistado número 4 apresenta uma postura positiva, pautada por elementos de ambiguidade. Logo nos primeiros tópicos de discussão, refere o aumento do stress dos moradores locais, enaltece várias vezes a existência de conflitos, menciona a polarização do emprego devido à sazonalidade, e admite existir dissonância de estatutos sócio-econômicos e territorialidades. Adicionalmente, diz não sofrer influências directas no âmbito da sobrelotação e refuta qualquer alienação ao território, compondo esta postura, a maior positividade identificada no testemunho. No entanto, esses elementos não esboçam o núcleo das respostas prestadas, são sempre “identificados” como foco secundário de um cenário primariamente positivo, mas que padece de alguns defeitos.

Postula-se portanto, de acordo com o testemunho, que existe não uma aceitação, mas uma tolerância passiva do turismo por parte dos autóctones que se prende com a centralidade que o mesmo assume como motor económico da região. Esta constatação ganha forma mediante a reiteração sucessiva que o entrevistado faz acerca da importância da moeda e da hetero-aceitação, em troca da remuneração adjacente à prestação de serviços (de ordem comercial, no sector da restauração e afins).

### **Entrevista número 5**

#### **Dados do entrevistado**

Entrevistado: Ilídio Jonas, 28 anos.

Relevância: Humorista, figura pública com milhares de seguidores (no *Youtube* e redes sociais).

Data da entrevista- 14-09-2017.

#### **Análise de conteúdo:**

Neste caso particular, o entrevistado manifesta claramente o seu gosto pelo território, condenando em larga medida os efeitos do turismo, tanto numa escala micro, como macro, mas reconhecendo a importância do mesmo para a região. Em detalhe, as suas respostas comprovam a existência de fenómenos como a abolição da qualidade de vida, a *sobrelotação do espaço* que se afigura desastrosa perante a insuficiência infra-estrutural, e atenta para as condições laborais precárias, sublinhando em certos casos, a sua mediocridade. Refere ainda a “toxicidade” da monocultura inerente ao modelo

turístico em vigor na cidade de Portimão (sol e mar) e reprova a inércia dos moradores locais na inovação e no interesse demonstrado pelas problemáticas, e valorização do património territorial e cultural.

Em particular, na questão 6 refere a pressão negativa inferida pelo turismo na vida em geral, enumerando problemas como o aumento da sinistralidade, o acréscimo sucessivo do congestionamento de vias de acesso e estabelecimentos/serviços e o incremento da densidade populacional (que quadruplica na época alta), acontecimentos com os quais já teve contacto. Sublinha também a sua emancipação do sector do turismo (enquanto fornecedor da sua antiga actividade laboral), reforçando a ideia de que os beneficiários e sacrificados são sempre os mesmos, empresários (em alguns casos) e trabalhadores (quase sempre).

Em suma, comprova a existência da maior parte dos problemas abordados ao longo do trabalho, mas não enseja uma postura extremista, alegando por consequência, não se sentir um estranho no próprio espaço<sup>1040</sup>.

### **5.5.3- Balanço das entrevistas**

Como corolário da aplicação das entrevistas e análise do seu conteúdo, esboçam-se neste ponto, algumas linhas de reflexão geral sobre os dados obtidos. É aqui importante identificar pontos de convergência e de antagonismo das ideias dos entrevistados, de modo a ilustrar qual a posição dos *experts* em turismo acerca das dinâmicas de *desterritorialização in situ* sofridas pela comunidade local, assim como as tendências conflituais entre grupos (autóctones, turistas nacionais e turistas estrangeiros) e os fenómenos de congestionamento que condicionam práticas do quotidiano. Assim, de uma forma geral constatou-se que:

-Todos os entrevistados apresentaram respostas similares acerca do turismo ser o grande motor de mudança e transformação territorial ao longo dos tempos, referindo ainda que tais alterações trouxeram benefícios, mas também desvantagens (muitas);

---

<sup>1040</sup> Terminadas as análises de conteúdo das entrevistas, admite-se que as mesmas poderiam ter sido mais exaustivas, mais desenvolvidas, no entanto, como já referido, as metodologias implementadas são complementares, pelo que, o cruzamento de informação entre dados, acaba por estruturar um acervo informacional robusto, compensando o menor aprofundamento na exploração de alguns temas.

-Apesar de não existir uma coerência absoluta em todos os testemunhos, pode afirmar-se que segundo os *stakeholders*, *experts* nas questões de turismo, existem processos de *desterritorialização in situ* impostos pelo turismo na cidade de Portimão. Contudo, alguns dos intervenientes afirmaram que esses fenómenos eram evidentes, enquanto que outros se pronunciaram pelo contrário;

-De forma directa ou indirecta, todos os entrevistados afirmaram que o turismo é de facto a actividade dominante da região<sup>1041</sup> e que surtiu o maior número de mudanças significativas nas práticas laborais e modos de vida dos seus habitantes, traçando tipologias de beneficiários e lesados. Aduzem portanto, que existe exploração de certas pessoas e (trabalhadores), conseqüente deterioração da sua qualidade de vida, enquanto que outras, alimentam-se dessa mesma realidade (empresários). Num nível à parte, estão os visitantes, os que usufruem de tudo, alienando-se do conflito intra comunitário, mas incrementando o grau de saturação dos “sacrificados” pelas suas condutas consumistas, e por vezes, de superioridade;

-A transformação territorial e *turistificação* das comunidades, foi considerada fundamentalmente marcante e algo negativa, sublinhando-se que para além das transformações físicas, as re-estruturações da natureza funcional dos espaços acaba por obrigar as comunidades locais a ficarem vinculadas ao turismo, independentemente da sua vontade;

-Relativamente à *sobrelocação do espaço*, também se registou consenso quanto à perturbação de várias instâncias do quotidiano devido aos grandes fluxos populacionais que congestionam o território. Já na questão dos recursos, pareceu não existir grande preocupação, uma vez que os entrevistados depositaram confiança nas superfícies comerciais (em abastecer e repor *stocks*), assumindo que os recursos, se prendem apenas com os bens de consumo básico. No entanto, desconstruindo as posições individuais, constata-se que os bens funcionais (previamente abordados e definidos) se tornam escassos, ou mais acerrimamente, insuficientes, facto verificado mediante a menção contínua da

---

<sup>1041</sup> Veja-se, aquando da introdução do estudo de caso, em dados quantitativos, o peso dos diferentes sectores no município.

impreparação infra-estrutural do território. De um modo geral, registaram-se (entre os testemunhos) graus de tolerância e interferência na vida pessoal/profissional distintas, mas concluí-se que a *turistificação* da cidade alterou de forma permanente as dinâmicas de ocupação territorial e os modos de vida dos seus habitantes;

-Na relação entre autóctones e visitantes, todos os entrevistados afirmaram ter conhecimento de episódios de conflitos, subscrevendo que os mesmos são mais evidentes e recorrentes entre turistas nacionais e autóctones do que entre turistas estrangeiros e autóctones;

-Na óptica das territorialidades, verificou-se, segundo os testemunhos, que as territorialidades dos turistas são efectivamente mais extensas que as dos autóctones (mesmo que o fenómeno não seja sempre evidente);

-Como esperado nas questões referentes ao estatuto sócio-económico, foi registado um consenso (de forma geral, notando-se também, algumas oposições) entre entrevistados acerca da existência de desigualdades sociais evidentes. O factor comum de comprovação empírica apontado pelos intervenientes, recaiu sobre o acesso a espaços e a capacidade geral de usufruir de determinados serviços, assim como as práticas de consumo em espaços lúdicos e de recreação nocturna (ex: parques temáticos, bares, discotecas, esplanadas);

-Aludindo à perda de controlo sobre o território, 3 dos entrevistados afirmaram não se sentir estranhos no seu próprio espaço, assumindo que todas as dinâmicas de transformação são normais na região, compondo a sua identidade. Neste ponto, pode-se evidenciar a criação de uma relação topofílica forte pautada pela aceitação tácita de todas as variáveis que exercem influência sobre o território. Em contrapartida, os restantes *stakeholders* aduziram sentir-se estranhos no próprio espaço (em certas ocasiões);

Em suma, todas as entrevistas apresentaram respostas heterogéneas, tanto a nível interno (entre perguntas) como externo (entre entrevistas). No entanto, com uma avaliação global verifica-se que não existe uma rejeição/aversão total do/ao turismo

em Portimão, há, em contornos gerais, uma aceitação do fenómeno<sup>1042</sup>, mas não de tudo aquilo que ele acarreta consigo.

Visando facultar uma percepção gráfica das dinâmicas identificadas, foi elaborado um quadro comparativo munido dos factores de análise mais importantes, adstritos aos pressupostos dos testemunhos recolhidos nas entrevistas. Fez-se, neste sentido, uso de uma técnica de análise qualitativa (modificada/adaptada<sup>1043</sup>) proposta por Silva e Fossá (2015), onde se estabelecem várias problemáticas e pontos de avaliação, os *factores*, que são explanados com recurso aos *conceitos norteadores*, que justificam o sentido dos mesmos, e as *categorias*, que esboçam o âmbito/problemática acerca do qual se procura perceber a postura dos entrevistados.

A finalidade passa por verter todos os *factores* (de forma genérica) dentro de cada categoria, pelo que se selecciona de seguida, a ideia mais expressiva face a cada tema (no sector das *posturas*), que foi extraída da análise de conteúdo das entrevistas, de modo a expor a posição/percepção dos indivíduos que foram sujeitos a entrevista acerca de cada campo de análise. O resultado encontra-se plasmado no quadro 103.

---

<sup>1042</sup> Aceitação, mas por motivos diferentes, alguns, por razões meramente económicas.

<sup>1043</sup> Foram alterados pressupostos que compõem o quadro e elementos de análise, adaptando-se as necessidades ao caso concreto. As autoras definem *categorias iniciais*, *categorias intermédias* e *categorias finais*. Porventura, aqui optou-se por identificar *factores* e agregá-los de modo a compor uma única categoria, e em última instância, classificar a postura de cada um dos entrevistados dentro desses campos.

**Tabela 103-** Análise comparativa dos factores de análise mais importantes com base nas respostas de cada entrevistado.

Factores	Conceito norteador	Categorias	Posturas				
			Entrevistado nº 1	Entrevistado nº 2	Entrevistado nº 3	Entrevistado nº 4	Entrevistado nº 5
1- Impactos do turismo	Aceitação ou rejeição do turismo enquanto fenómeno de mudança (e de tudo aquilo que acarreta consigo)	Posição face ao turismo	Positiva	Positiva	Negativa	Positiva	Negativa
2- Alterações no quotidiano, nos modos de vida							
3- Reorganização da identidade do território e das suas actividades							
4- Rupturas topofílicas	Qual a postura face às transformações territoriais impostas pelo turismo. Tem presenciado a sua ocorrência? É a favor ou contra a re-estruturação do espaço?	Alterações/ transformações sociais, económicas, espaciais e territoriais	Aceita as transformações como fenómeno natural que deu origem à cidade como ela é actualmente	Evidencia descontentamento fazendo alusões sub-entendidas (nas suas respostas) ao fenómeno da <i>desterritorialização in situ</i>	Aceita as transformações, mas reprova fenómenos como a sazonalidade, fruto da <i>turistificação</i>	Demonstra uma postura de aceitação e tranquilidade face às alterações, assumindo que o turismo é necessário para Portimão	Emergem do próprio turismo, induzindo negativamente a sazonalidade no território
5- Urbanização							
6- Gentrificação							
7- Desterritorialização <i>in ex situ</i>							
8- Turistificação							
9- Conflitos	Qual a natureza da relação entre heterogrupos (turistas e autóctones) É positiva? Negativa? Existem conflitos? Há portanto, tolerância entre ambos?	Percepção acerca da relação entre turistas e autóctones	Há tolerância, mas existem conflitos, os quais surgem essencialmente com a chegada de turistas portugueses	Há tolerância, mas existem conflitos, tem conhecimento de situações por intermédio, apenas, de terceiros	Há tolerância mas existem conflitos com os quais teve contacto na primeira pessoa	Há tolerância, mas existem conflitos, os quais emergem conforme a tipologia de autóctone (o que trabalha com os turistas- não há conflitos; o que tem de partilhar o espaço, involuntariamente, com turistas- há conflitos)	Em geral há tolerância, mas também se registam conflitos ocasionais
10- Desigualdades sociais							
11- Territorialidades dissonantes							
12- Acesso a espaços e locais							
13- Perturbação no quotidiano							
14- Dificuldade em aceder a serviços/locais	A sua qualidade de vida e quotidiano são afectados pelo turismo (mormente no sentido de aceder a serviços e transitar livremente no espaço)?	Escassez de recursos e congestionamento do espaço	Não é evidente	Existe (não se sente muito afectado)	Existe (sente-se afectado)	Não é evidente	Existe (sente-se afectado)
15- Falta de recursos							

Fonte: elaboração própria, elaborado com base no modelo proposto por Silva e Fossá (2015).

Da análise exarada, obtém-se uma percepção cabal (e comparativa) do carácter misto de posições acerca do turismo que foi exposto ao longo desta secção, registando-se umas mais favoráveis, outras mais rígidas e menos tolerantes, mas sublinham-se também, pontos de convergência acerca dos efeitos do fenómeno.

Existe portanto, a consciência de que é necessário que este contrato social entre território e turismo perdure para evitar que a economia local colapse, mas que o rol de desvantagens é bem evidente para os moradores locais, e neste caso, detentores de negócios (ou trabalhadores no âmbito de negócios turísticos) que subsistem em função desse mesmo contrato. Assumia-se também, que a natureza das actividades laborais dos entrevistados<sup>1044</sup>, polarizaria à partida, as respostas para um escopo positivo, o que não se verificou, e tornou esta análise deveras profícua, assente na noção de que até mesmo quem beneficia do turismo, o reprova em certas componentes.

É importante sublinhar-se que os resultados da observação expostos no ponto 5.1 vão ao encontro aos dados obtidos com os testemunhos supra-expostos. Em 5 entrevistas, apenas 1 indivíduo apresentou repostas constantemente positivas, aceitando de forma transparente o turismo e tudo o que lhe é adjacente, assumindo que o mesmo, trouxe (quase) somente vantagens para a cidade de Portimão. No entanto, no revés da moeda, os restantes entrevistados revelaram um leque de efeitos colaterais negativos e de focos problemáticos que requerem atenção por parte da sociedade civil e das entidades políticas.

### ***5.6- Reunião com o gabinete de planeamento e ordenamento do território da câmara municipal de Portimão***

Como complemento das entrevistas foi realizada uma reunião com o gabinete de planeamento e ordenamento do território da Câmara Municipal de Portimão. Esta tarefa metodológica, agendada nas deslocações pessoais efetuadas à CMP, visou analisar, qual a posição do gestor territorial perante as problemáticas em estudo.

Aquando das trocas de ideias, surgiu a oportunidade de reunir com a pessoa responsável pelo departamento de ordenamento do território<sup>1045</sup> que actua também na área do turismo. Expõem-se portanto, os principais tópicos retirados do contributo prestado pela Dr. Arquitecta Soraia<sup>1046</sup>, responsável da secção.

---

<sup>1044</sup> Visto trabalharem todos em negócios turísticos (com a excepção do último entrevistado).

<sup>1045</sup> Foi a pessoa aconselhada pelos vereadores, como sendo aquela que possuía mais conhecimento na matéria e que estava responsável pela intervenção pública no sector do turismo.

<sup>1046</sup> Nome facultado foi singular, não tendo sido mencionado o apelido da pessoa em questão. À semelhança do que foi feito nas entrevistas, este nome é também fictício, perspectivando-se a salvaguarda da identidade pessoal desta profissional.

Dada a natureza do trabalho efectuado neste gabinete, não foram emitidos juízos de opinião literais acerca da problemática do turismo e dos seus efeitos negativos no território (devido à necessidade imanente de preservar a imparcialidade institucional acerca de tais questões). Foram portanto, apresentados argumentos que permitem constatar os impactos do turismo, enraizados claramente em dados estatísticos concretos (que se encontram apenas na posse deste gabinete). Sintetizando o conteúdo dessas reflexões, a reunião possibilitou perceber que:

-O turismo é geralmente (por todos os elementos, moradores locais, investidores e empresários), e institucionalmente, abordado através de uma óptica positiva, esboçando-se contudo, preocupações acerca de disponibilidade espacial para efectivação de empreendimentos turísticos de grande dimensão;

-Existe, de forma constante, um grande número de camas disponíveis e espaços abertos ao investimento, o que traduz à partida, a grande aposta que a cidade faz no âmbito da promoção turística. Por outro lado, verificou-se que as taxas de ocupação hoteleira e de infra-estruturas para arrendamento rondam os 90% a 100%<sup>1047</sup> de ocupação, o que coloca em causa a *capacidade de suporte do território*. Por acréscimo, a hegemonia neste sentido é de entidades privadas que recusam investir mais em empreendimentos turísticos participados pelo município, concentrando em si todo o poder e lucros;

-Apenas existia um concurso aberto no âmbito do território urbano, carecendo os terrenos rústicos de investimento, fomentando disparidades de distribuição infra-estrutural e populacional no território, polarizando um litoral já sobrecarregado;

-No sector das obras públicas não são avançados dados concretos, mas estima-se que as verbas canalizadas para fins turísticos se apresentam em número crescente, acompanhando o ritmo do cosmopolitismo crescente da região;

-Existe uma vontade de revisão estrutural dos planos de ordenamento do território em vigor, almejando-se incrementar medidas que incidam sobre a

---

<sup>1047</sup> Na memória recente, estes valores foram abalados devido à pandemia Covid-19. Destarte, à data da reunião, encontravam-se nestes números.

esfera do turismo que apontem no sentido de construir uma prática turística sustentável<sup>1048</sup>, colocando em primeiro lugar as comunidades locais;

### **Análise de conteúdo**

Reforça-se que dada a natureza técnica do gabinete em questão, não foi possível obter testemunhos directos acerca das questões levantadas para o trabalho. No entanto, deductivamente, podem-se elaborar algumas reflexões:

-A prática de um desenvolvimento sustentável é mencionada, mas rapidamente choca de frente com o investimento crescente em todo o tipo de infra-estruturas e actividades ligadas ao turismo (esta é a preocupação principal da câmara municipal), não sendo abordado em concreto, como se pode melhorar a qualidade de vida da população;

-Os concursos públicos reduzem-se à operacionalização de ideias em espaço urbano, contribuindo para a saturação de parcelas específicas do território, assim como para o desordenamento do mesmo, fenómeno que deve ser combatido pelo gabinete em questão. Esta realidade prende-se com a facilidade adstrita ao investimento em certas zonas (litoral);

-Confirma-se a hegemonia do sector privado na região que abdica de relacionar-se com o gestor territorial, procurando a maximização do lucro, e consequentemente, o estabelecimento de muros<sup>1049</sup>;

---

<sup>1048</sup> Relembre-se que tais metas e objectivos representam os alicerces que dão forma aos instrumentos de planeamento na região do Algarve devido às suas características territoriais. Neste caso, apenas se enaltece a preocupação que existe em assegurar que os moradores locais estejam em primeiro lugar.

<sup>1049</sup> Alguns exemplos: os privados que facultam serviços de lazer elaboram toda a sua publicidade para os turistas, privilegiando, dentro deste grupo, os estrangeiros; as entidades de restauração ao distribuir panfletos nas vias e artérias turísticas da cidade, por norma, dão ordens aos seus funcionários, quando possível, para abordarem, preferencialmente, cidadãos estrangeiros; como já referido anteriormente, existem várias zonas da cidade de teor turístico em que todo o género de informações se encontra redigido em língua estrangeira, excluindo no imediato (numa perspectiva informacional), aqueles actores locais que não dominam o idioma em causa- inglês; são raras as iniciativas pautadas pela colaboração entre o sector público- CMP e demais entidades privadas. Neste sentido, apenas alguns projectos foram desenhados pelo núcleo de desenvolvimento turístico (NDT) do poder local; A criação de programas específicos por parte de algumas entidades privadas que facultam atendimento, em primeira instância, aos turistas, e, posteriormente aos agentes locais (como sucede nos descontos facultados pelos parques aquáticos a turistas que sejam oriundos de países específicos, por norma, aqueles provenientes do Reino Unido). Todos estes fenómenos, assentam na segregação prévia de acesso a espaços e serviços, pelo que os “muros” são uma realidade no espaço turístico já fraccionado, de difícil gestão, que é pautado por eventuais conflitos. Outras situações semelhantes ou análogas já foram analisadas no corpo do trabalho (a dinâmica específica dos *Irish Pubs* (de entrada selectiva), da celebração das “*ladies nights*” nos espaços de recriação nocturna e das festas étnicas, celebradas por etno-grupos específicos que balizam quem pode

-Com base no domínio dos privados, assume-se que nem todos serão entidades locais e nacionais, desenhando-se uma vez mais, dinâmicas de controlo externo pautado gestão exógena de fracções territoriais;

Em suma, concluí-se que o poder político encontra-se limitado na sua acção, acompanhando a inércia da sociedade civil, regulando-se mediante as tendências e regras definidas pelo próprio turismo. Mais se adita que, conforme exarado supra, as limitações impostas pelo sigilo profissional sob o qual a responsável pelo gabinete de ordenamento de território da CMP se encontrava, não permitiram abordar os conflitos de uso do solo<sup>1050</sup> em si. Não obstante, retém-se que a reunião/entrevista terá facultado informação relevante que opera como complemento dos dados recolhidos com recurso às restantes metodologias.

Fechando a exposição dos dados recolhidos com as ferramentas metodológicas, formulam-se no próximo (e último capítulo) as conclusões do trabalho.

---

ou não aceder a espaços de acesso condicionado/selectivo. Daqui excluem-se as iniciativas públicas supra referidas (escassas, organizadas pela CMP que contam com a colaboração de alguns privados- como sucede com o festival da sardinha), em que os privados para se organizarem e efecivarem os seus planos/eventos necessitam do espaço público ou autorização do gestor territorial (ex: elaboração de concertos de música na Zona Ribeirinha de Portimão ou no areal da Praia da Rocha). Cumpre sublinhar, que para além da informação coligida e tratada no âmbito da presente tese, salienta-se, uma vez mais, o profundo conhecimento que o investigador tem do território, tendo contactado com estas dinâmicas durante uma grande parte da sua vida.

<sup>1050</sup> Considera-se esta dinâmica uma das limitações do estudo, que será revisitada em secção indicada para o efeito (atinente às fragilidades das opções metodológicas escolhidas).

---

## ***CAPÍTULO VI***

### *“Reflexões Finais”*

## **6.1- Análise de Conjunto**

Como corolário do que foi exposto ao longo de toda a tese, formulam-se aqui algumas reflexões, que em consonância com uma análise cabal dos dados estatísticos adstritos ao estudo (presente no ponto 6.2), e orientações relativas à validação de hipóteses formuladas, servirão de alicerce à conclusão (ponto 6.4).

Em primeiro lugar, é necessário compreender que os fenómenos de transformação e apropriação territorial impostos pelo turismo trazem novos actores, novos valores e novas tensões (também novas oportunidades) aos territórios, almejando sempre, procurar o desenvolvimento de metodologias de actuação estratégicas que permitam controlar e precaver processos nocivos que condicionem as vivências das comunidades locais.

A transparência das entidades competentes deverá representar um ponto fulcral na gestão e desenvolvimento sustentável do território, centralizando as comunidades locais e priorizando as suas necessidades. A inclusão das comunidades nos fenómenos políticos e nas metodologias de decisão deverá assentar numa comunicação clara e territorialmente abrangente, regrada por uma participação conjunta entre entidades do governo (central e local) e demais *stakeholders*. Esta sinergia de esforços actua como um catalizador para perceber quais os limites a implementar ao desenvolvimento do turismo, almejando prevenir excessos, como os registados em Barcelona e Maiorca. Existe portanto, uma necessidade de educar as instituições públicas no âmbito da pro-actividade, colmatando o seu papel de passividade, que conseqüentemente, confere às entidades privadas grande autonomia.

Em segundo lugar, afirma-se imperativo problematizar os fenómenos de *desterritorialização* em todas as instâncias sociais, conferindo-lhe centralidade, de modo a atenuar e combater a sua efectivação. Afigura-se ainda importante, salvaguardar a integridade dos modos de vida das comunidades locais, combatendo a *gentrificação* e aplicando medidas proteccionistas que apelem à não propagação de discriminação em função dos estatutos de turista e não turista.

Independentemente das dinâmicas e processos económicos em conflito, o controlo territorial deverá permanecer sob a égide das suas populações<sup>1051</sup>, evitando uma *desterritorialização* de poder e materialização de gestão exógena<sup>1052</sup>. As transformações territoriais deverão efectivar-se em função do interesse das pessoas naturais da cidade e não de interesses externos que acabam por tornar as comunidades reféns de capitais estrangeiros, delegando formas de agir, ser e trabalhar.

Os patrimónios, físico e cultural, compõem a identidade territorial conduzindo à construção das relações tofólicas em função das paisagens multi-sensoriais que asseguram a *segurança ontológica* dos indivíduos, pelo que também devem ser preservados, e não “oprimidos” por uma malha urbana cada vez mais densa que se insurge nocivamente perante o velho e o rústico<sup>1053</sup>. Em concreto, a finalidade passa, uma vez mais, por aumentar a resiliência sócio-económica e capacidade de suporte das comunidades.

Neste contexto a resiliência ganha forma pela noção de incrementar a capacidade das populações resistirem à pressão dos fenómenos externos, da forma como estas actuam competitivamente quando se cruzam com outros actores e grupos sociais. Esta realidade teria de ganhar forma no âmbito das empresas e instituições, indexando ordenados e respeitando o esforço dos trabalhadores nas suas actividades laborais ligadas ao turismo, dotando os seus conterrâneos de poder económico para combater a *gentrificação* e evitar processos de *desterritorialização in e ex situ*<sup>1054</sup>.

Também o poder político poderia actuar, promovendo medidas de incentivo que mitigassem esses mesmos processos, tanto pela tomadas de medidas económicas favoráveis a pequenos comerciantes e trabalhadores do sector, como alguma compreensão ligada a processos que poderão estar conectados ao exôdo da cidade por incapacidade financeira.

---

<sup>1051</sup> Numa lógica assente nos pressupostos do *turismo comunitário*, enunciado no enquadramento teórico do trabalho, e abordado noutros pontos do corpo da tese.

<sup>1052</sup> Alude-se à problemática da soberania, das decisões longínquas com efeitos locais, sublinhando-se a complexidade, transnacionalidade, multiterritorialidade e versatilidade do turismo enquanto fenómeno.

<sup>1053</sup> Relembre-se que não se almeja defender posturas saudosistas rígidas, apenas expor que o turismo é transformador, e a sua acção é dificilmente controlável.

<sup>1054</sup> Conceitos cunhados por Rogério Haesbaert (2006), abordados e definidos aquando da exposição do enquadramento teórico da presente tese, que têm vindo a ser mencionados ao longo do texto para uma percepção cabal das problemáticas em análise.

A *capacidade de suporte* das comunidades está ligada à consciência colectiva de suportar os excessos negativos inferidos pelo turismo. Aqui deve-se precaver a preparação da urbe para dar resposta à demanda, ou seja dotar física e estruturalmente a cidade para que as suas comunidades se apresentem à altura de “dar conta do recado”, e minimizar efeitos negativos, sempre numa lógica de sustentabilidade. Este processo resulta, em parte, da articulação eficaz entre a comunicação político/privada e individual/colectiva e o planeamento, ordenamento e gestão das parcelas territoriais, assim como da gestão das actividades do sector turístico. Concluindo, aduz-se que esta articulação está longe de ser eficiente, o que acaba por deteriorar a confiança popular nas instituições públicas, confiança abalada pela tomada de más decisões políticas, e muitas vezes, pelo desprezo perpetrado contra a sociedade civil em determinadas matérias.

Como terceira reflexão, perspectiva-se que a natureza dos *conflitos* é muito variada, sendo os mesmos inerentes ao sistema turístico, impostos em função da articulação entre grupos com *backgrounds* distintos e estatutos sócio-económicos diferentes. Não existe portanto, solução que se afigure como erradicadora do problema, devido ao subjectivismo e complexidade dos próprios *conflitos*. Estes podem ser entre grupos, intra grupais, ou institucionais (inter e intra), pautados por todas as possibilidades adicionais que essas naturezas acarretam<sup>1055</sup>.

O desenvolvimento de metodologias capazes de traçarem de forma efectiva a capacidade de carga dos destinos turísticos, identificando fraquezas e valências, poderá induzir, a longo prazo, uma percepção mais clara dos níveis de tolerância das comunidades locais face aos turistas, promovendo-se ao mesmo tempo, medidas políticas de inclusão nos processos decisórios com o intuito de colocar a população autóctone numa posição de sabedoria acerca dos processos externos que lhe imputarão influência directa.

A consciência global permitiria assim, balizar condutas políticas pouco viáveis, fomentando uma prática turística dentro dos moldes ideais do ponto de vista das comunidades locais. Colocando de lado a heterogeneidade dos *conflitos*, analisaram-se as suas vertentes mais lineares e relevantes, em concreto, opondo autóctones a turistas. Neste sentido, subscreve-se que com recurso aos modelos de Butler (1980) e Doxey

---

<sup>1055</sup> Indivíduo contra instituição, poder político contra indivíduo.

(1975), se pôde comprovar que de facto há *conflito*, uma vez que a análise das respostas prestadas nos questionários e entrevistas apresentou traços que iam ao encontro ao estipulado nas teorias. Em suma, os *conflitos* existem, e em larga medida são quase inevitáveis, contudo, no contexto apresentado, afigura-se que a prática de uma oferta turística mais controlada relevaria para precaver muitas dessas situações, “jogando” contra as incapacidades territoriais, fazendo, ao mesmo tempo, um uso sustentável dos seus recursos limitados.

No mesmo sentido da reflexão anterior, pauta-se que a relação entre grupos é saudável em sentido amplo, mas que se vai deteriorando à medida que se analisam casos concretos, registando-se antagonismos atribuídos a divergências de culturas, comportamentos e estatutos. As antinomias registadas com a recolha de dados, advém assim, da saturação territorial e de actividades que se propagam no tempo, uma vez que no início das épocas altas existe um grau considerável de satisfação com a chegada do Verão. Pode-se, de certo modo, aludir à existência de uma capacidade de *carga turística temporal*, assumindo que a reprovação em massa é induzida pelos excessos que se estendem de forma demasiado longa num território. Esta capacidade é caracterizada por uma convergência populacional muito grande, onde vários grupos de pessoas ocupam o espaço no mesmo hiato temporal.

Por norma, todos almejam marcar férias para a época de mais calor<sup>1056</sup>, acabando por originar concentração espacial e temporal. Neste sentido, pouco se pode fazer, podendo-se apenas optar por incrementar a capacidade do sistema social em adaptar-se à demanda crescente, processo que terá de passar por uma articulação controlada entre os demais *stakeholders* da alçada do turismo.

A transformação do território rege-se pelas dinâmicas de urbanização da pós-modernidade, assentes na lógica do “velho ter de dar lugar ao novo<sup>1057</sup>”. No entanto, por força da *turistificação*, essa re-estruturação física e identitária perpetra-se enviesadamente, impulsionada estritamente pelas entidades que fazem negócio devido ao turismo. A emergência de pólos urbanos altamente densos beneficia o território e as suas comunidades em certa medida, através do provisionamento de novos serviços,

---

<sup>1056</sup> Existe neste contexto, uma organização social que aponta para esta sazonalidade, apesar de a mesma ser menor do que no passado (existe, actualmente, mais dispersão no gozo dos períodos de férias pelas diferentes épocas do ano).

<sup>1057</sup> Nem sempre é assim, mas por norma, é o que sucede assente numa lógica evolutiva. É na verdade, o corte com o passado, o materializar de modelos disruptivos.

espaços modernos e renovados e infra-estruturas novas, mas desfere uma agressão à topofilia, e abre caminho ao erguer constante de muros, de espaços de acesso condicionado.

A predominância da monocultura turística em Portimão encontra-se na génese da sazonalidade e da precariedade laboral. As comunidades locais encontram-se obrigadas a aderir ao sector dos serviços, de modo a precaverem a sua idoneidade de subsistência. Este fenómeno culmina num disseminar de influências do turismo, onde se cria um efeito de bola de neve que vai permeando todos os núcleos geradores de emprego. Esses aglomerados comunitários, encontram-se assim encurralados, forçados a integrar a esfera laboral dominada pelo turismo, factor que acentua a saturação individual e colectiva do fenómeno. Apesar das medidas previstas nos planos de ordenamento do território almejarem suprimir a rigidez desta identidade enraizada no modelo “sol” e “mar”, a actuação do sector privado faz-se sentir, doutrinando as actividades laborais à sua imagem, e ostracizando, economicamente, quem não se submeta à sua influência. Não há portanto, medidas efectivas<sup>1058</sup> de combate à sazonalidade, assim como não há zelo pela liberdade dos habitantes locais.

Perspectiva-se que existe uma negligência que recai sobre as comunidades locais, grupos que assumem contornos centrais nas estratégias de sustentabilidade. Para uma política social de apoio comunitário, a comunicação e inclusão surgem como metodologias de capacitação das comunidades através da materialização de uma percepção clara acerca dos fenómenos, das transformações e dos impactos a si associados. Por sua vez, o papel institucional representa o fio condutor de articulação entre todos os agentes, *stakeholders* do turismo e demais sectores da sociedade (instituições e populações), definindo o grau de resistência e aceitação dos impactos de fenómenos como o turismo.

Analisando a questão dos muros, pode avançar-se que é um problema inerente à *turistificação*, caracterizada pela *gentrificação*, e induzida pelo estatuto crescente do território. Quanto mais refinado e exclusivo se torna o espaço, mais reservadas se tornam as suas áreas, locais e estabelecimentos. É um fenómeno incrementado pela

---

<sup>1058</sup> Existem algumas medidas, mas tal como exposto, em termos práticos não são efetivas, pois não conseguem dar resposta à questão da sazonalidade e ao desafios que esta acarreta.

multiculturalidade e convergência de públicos distintos, onde cada um propaga a sua cultura e experiência de vida, projectando-a em espaços de acesso restrito.

Em concreto, apurou-se que a noção de espaços de acesso condicionado é deveras marcante na cidade, operando como moeda de troca no âmbito dos serviços exclusivos. Neste sentido, os dados evidenciaram a predominância do fenómeno, que apesar de não ser claro para todos os indivíduos abordados, enseja de facto, um problema crescente na urbe. É virtualmente impossível fazer frente a estas condicionantes, realidade definida pela versatilidade da autonomia privada<sup>1059</sup>.

O *dominus* do turismo encontra-se disseminado por várias entidades, habitantes locais, investidores nacionais (de outros pontos do país), instituições públicas, mas essencialmente, é um fenómeno multiterritorial (pautado por diversos actores com múltiplas territorialidades dispersas por várias escalas geográficas), concentrado nas mãos de investidores estrangeiros. A (des)apropriação territorial não podia ser mais evidente, uma vez que grande parte do território é gerido por agentes alheios ao mesmo<sup>1060</sup>. Não existem soluções pragmáticas que atenuem esta discrepância de posse, uma vez que os fluxos de capital internacionais, por regra, são provenientes de grandes grupos económicos com os quais se afigura impossível implementar uma regulação, são actores muito difíceis de regular. Contudo, postula-se que os incentivos fiscais e benefícios de índole económica prestados às empresas e *startups* locais e nacionais seriam uma boa iniciativa, garantindo que num período inicial teriam apoio das instituições públicas para subsistir, e se possível, ganhar dimensão, de modo a configurar entidades que se enquadrassem nos mercados turísticos de forma competitiva.

Esta realidade congrega toda a negatividade das problemáticas em análise, sendo impossível dissipar-se a ideia de que o território de destino é que é transformado, alterado e usado, e quem o visita só usufrui das suas potencialidades sem ter de lidar diariamente com a sua redefinição vitalícia. Os dados corroboram esta multiterritorialidade de poder associada à gestão territorial, traduzindo a frágil

---

<sup>1059</sup> Muitos espaços e estabelecimentos agem dentro dos contornos legais, filtrando quem querem dentro e fora das suas áreas de influência. Está em causa, a questão dos limites.

<sup>1060</sup> De facto, apesar da existência da lei (que assegura a ordem definida pelas autoridades locais, neste caso, a autarquia, mas também o governo central), a plasticidade do capital é responsável por esta geometria variável em termos de cartografia das soberanias.

influência que os *stakeholders* nacionais e locais exercem na efectivação do localismo turistificado.

Noutro prisma, validou-se a noção de que *sobrelotação do espaço* é um produto lógico e consequencial da *turistificação*, representando um dos problemas mais proeminentes do território, e de mais difícil solução<sup>1061</sup>.

A sobrelotação prende-se com o *marketing*, *branding* e mediatização dos locais nas redes sociais e nos *media* em geral, reforçando-se esse mesmo *marketing*, pelos poderes políticos (local e central), e pela consciência generalizada das empresas e comerciantes. Consequentemente, o resultado traduz-se no semi congelamento da cidade, condicionada em função da demanda turística, que colateralmente deteriora a estabilidade física e psicológica das comunidades locais. Realidade muito presente nos trabalhadores do sector turístico que vêem as suas horas de trabalho aumentar sem se proceder a um indexamento dos ordenados ao trabalho extra. Os próprios itinerários diários são alterados em função da massificação de fluxos populacionais. Portanto, não são os turistas que se adaptam ao território novo, são os residentes que se têm de ajustar ao território velho alterado, por causa dos visitantes.

Nos testemunhos, a insatisfação dos indivíduos era bem presente, sendo este efeito colateral impossível de combater devido à autonomia pessoal de usufruto das multiterritorialidades (por parte dos visitantes). Apenas a gestão e atenuação são possíveis, devendo ser levadas a cabo pelo poder local, que se afirma como incompetente (por se manter numa posição externa, de não interferência), chegando mesmo a ser cúmplice *a priori* do desenrolar desta situação.

Ao longo do estudo foi problematizada a *escassez de recursos* em sentido amplo, precavendo todos os tipos de recursos intrínsecos do território. A investigação providenciou resultados mistos, admitindo que a carência de *recursos funcionais* que se traduzem na capacidade física, infra-estrutural e eficiência dos serviços, é deveras um problema predominante na cidade de Portimão. Esta é uma realidade que coloca em risco os limites de carga da cidade, devendo receber atenção urgente por parte dos órgãos da administração pública. Em contrapartida, os dados revelaram que os *bens de consumo básicos e essenciais* não partilham este problema sendo, em larga medida,

---

<sup>1061</sup> Neste âmbito, refere-se que, ulteriormente, são apresentados de forma directa, os argumentos que servem como alicerce à validação ou invalidação das hipóteses de investigação anteriormente formuladas.

assegurados pelas grandes superfícies comerciais e provedores de serviços, exceptuando alguns casos significativos de testemunhos que apresentaram uma postura negativa neste âmbito.

Genericamente, o poder político, aceitando o crescimento económico que o turismo induz, deverá aprovar (também) incrementar a capacidade de carga do território, postulando dotá-lo dos recursos necessários para albergar os fluxos turísticos. Pensa-se, neste sentido, existir um desequilíbrio entre a ânsia por recolher lucros e a prática de um turismo sustentável, facto que deverá abrir caminho à implementação de novas dinâmicas (de várias ordens, sejam políticas, de gestão ou planeamento) que representem sempre perspectivas de desenvolvimento que se apoiem numa articulação entre vários actores e entidades. Um planeamento, e uma administração pública eficientes, afiguram-se como sendo peças essenciais na gestão da demanda turística e dos índices de saturação do território.

Das territorialidades às multiterritorialidades, constatou-se que existem capitais de mobilidade muito distintos. Com o eclodir da modernidade, esperava-se que todas as territorialidades se estruturassem numa arquitetura espacial multiterritorial, e acabam por sê-lo<sup>1062</sup>, mas são tão dissonantes que acabam por revestir a ideia de que umas são singulares e outras plurais. Numa escala micro, qualquer tipo de movimentação que se efective por espaços distintos compõe uma multiterritorialidade. Contudo, à luz das dinâmicas analisadas, percebe-se que o liberalismo inerente a este fenómeno pode ser condicionado, muito por causa dos muros<sup>1063</sup>, elementos regulados pelo *status*. Aqui, verifica-se que as multiterritorialidades perdem “camadas”, quando o estatuto é mais baixo, ganhando camadas no revés da moeda, quando é mais alto.

A realidade não absoluta encontrada, caracteriza-se pelo facto de que os visitantes têm mais versatilidade de movimentação e acessos no território de destino do que os autóctones. O turismo define as regras do jogo, e os agentes da *turistificação* (entidades que lucram com o fenómeno) corroboram-nas, dando vida à teoria dos espaços de acesso controlado (Sack, 1986). Portanto, existe coerência entre as

---

<sup>1062</sup> Não obstante, temos multiterritorialidades em diferentes escalas e graus.

<sup>1063</sup> Apesar do potencial condicionamento que pode emergir dos referidos muros, assume-se que estes, em sentido amplo, tanto podem ser anti-liberais, como podem fazer parte de uma sociedade livre dotada de contradições (dinâmica aplicada ao caso em questão).

preconizações da bibliografia científica e do que sucede na realidade, fundamentalmente, no caso concreto em estudo.

Analisando os laços topofílicos, evidencia-se que os mesmos primam pela heterogeneidade, ganhando forma em função das experiências individuais, e são condicionados por factores como a idade, o tempo de residência na cidade, as alterações paisagísticas desferidas pelo turismo na área de residência das pessoas, e afins. No entanto, verificaram-se existir traços de ligações ao território em todas as instâncias de análise, o que demonstra que, apesar dos motivos que fomentaram a criação de tais ligações (inicialmente)<sup>1064</sup> serem distintos, a *topofilia*<sup>1065</sup> é comum a todos. Deve-se portanto, procurar a mudança e a evolução, mas preservar a essência do clássico, do territorialmente sentimental, combatendo a volatilidade das relações contemporâneas (Bauman, 2003).

A alienação ao território resulta da convergência de todos os elementos supra abordados, representando um ponto de ruptura em que os indivíduos começam a questionar a sua *segurança ontológica*, aquando da sua presença no seu território. Constatou-se, com base nos vários testemunhos, existir um sentimento de alienação, nunca total, mas predominantemente parcial. Retém-se aqui, a ideia de que existe saturação territorial, que ganha forma pelos depoimentos de insatisfação. Não sendo a desapropriação territorial intransigente, certamente é opressora e infere consequências negativas no bem estar da população-alvo. Por acréscimo, estipula-se que as lacunas inerentes à mensuração da *capacidade de carga* dos territórios turísticos condicionam o conhecimento acerca dos índices de saturação, o que poderá surtir efeitos negativos a longo prazo<sup>1066</sup>.

Em jeito de conclusão, reitera-se que a gestão de recursos turísticos e realização de práticas a si associadas inserem-se em sistemas sociais, devendo-se perspectivar a materialização de medidas de controlo e sustentabilidade como problemáticas sociais do interesse de todos, comunidade, instituições e organizações (com e sem fins lucrativos). Perante uma consciência comunitária forte em matéria de balizamento dos impactos do turismo, a sustentabilidade comunitária começa a ganhar forma mesmo antes de

---

<sup>1064</sup> No momento efectivo da sua génese, que varia conforme as experiências pessoais.

<sup>1065</sup> Sublinha-se que a *topofilia* é um sentimento/filiação em risco num mundo liberal de investimentos geograficamente dispersos, de multiterritorialidades plásticas.

<sup>1066</sup> Uma vez que a acção dos fenómenos turísticos possui um âmbito de actuação livre, ignorando as potenciais limitações territoriais.

qualquer planeamento e implementação de medidas. O turismo é portanto, um fenómeno com elevado potencial, mas deverá ser balizado, regulado e efectivado mediante os contornos tidos como sustentáveis, tendo sempre em conta as capacidades intrínsecas dos sistemas sociais e dos territórios.

Existe assim, todo um aglomerado de efeitos colaterais que têm génese no turismo, que apesar de se consumarem em graus diferentes, geram pressão sobre as comunidades locais. Os graus de influência distintos são instrínsecos aos dados (resumidos e explanatórios) presentes na segunda parte da secção final.

## ***6.2- Análise geral dos factores de aceitação e de rejeição do turismo em Portimão com base nos dados empíricos recolhidos***

Com base nas ilações estruturadas no ponto anterior, expõe-se uma compilação cabal daqueles que foram os baluartes que revestem a acção do turismo em Portimão. Na tabela 104 (abaixo representada), enumeram-se assim, alguns dos factores ligados à aceitação ou rejeição do fenómeno turístico que se prendem com com a segurança individual dos autóctones daquela área geográfica.

**Tabela 104-** Fenómenos recentes que têm vindo a motivar ondas de aceitação e de rejeição do turismo em Portimão.

<b>Factores de aceitação</b>
-Crescimento económico (o Algarve, em concreto Portimão, é das áreas que mais cresceu nos últimos anos), que permite melhorar serviços e incrementar medidas de segurança mais contundentes (apesar das limitações supra elencadas);
-Difusão da cultura regional (ex: turismo gastronómico) para uma procura distinta (turistas são oriundos de todas as partes do mundo, com predominância dos europeus), o que solidifica a noção de <i>topofilia</i> , a <i>segurança ontológica</i> e, por consequência, robustece o sentimento de segurança no seu todo;
-Requalificação de espaços, concedendo melhores condições logísticas e espaciais que por consequência aumentam a segurança individual e colectiva (pela abolição de espaços envelhecidos e degradados que apresentam riscos para as populações que se caracterizam pela sua grande densidade);
<b>Factores de rejeição</b>
-Aumento dos níveis de criminalidade e tumultos ligados aos espaços de recreação nocturna;
-Aumento do número de chamadas de emergência, o que infere uma maior necessidade de actividade laboral pautada por recursos limitados (poucas ambulâncias, carros de bombeiros e afins), facto que coloca a segurança individual em função do risco para a saúde;
-Perturbação do bem estar pelo aumento de poluição sonora e física, colocando também em causa a saúde, física e psicológica;
-Deteriorização das condições laborais, fomentada pela exigência acrescida que se infere sobre os trabalhadores, e na culpabilização injusta que se estende a estes, mesmo quando a qualidade reduzida do trabalho se deve às condições limitadas em que os mesmos, geralmente, operam;
-Insuficiência estrutural dos serviços de segurança e socorro (corpos de polícia e bombeiros), e de infra-estruturas que permitam suprimir as insuficiências no sector da saúde e nos demais postos de trabalho (problema transversal ao sector público e privado);
- <i>Gentrificação, desterritorialização in e ex situ, conflitos</i> (há percepção da sua existência de acordo com os dados alcançados);

Fonte: elaboração própria, com base nos pressupostos elencados por Vianna (2017), Kerber e Silva (2012), Freitas e Silva (2012), e Butler (1980).

A insuficiência de meios, o aumento do risco, a deteriorização das condições laborais e pessoais e a criminalidade associada ao turismo têm vindo assim, a ganhar uma notoriedade crescente nos jornais da região do Algarve, dado que a segurança das comunidades locais é constantemente posta em causa durante a época balnear. O risco congrega portanto, um conjunto de situações que incrementa as posições de rejeição<sup>1067</sup>.

<sup>1067</sup> Note-se que os factores de rejeição ultrapassam as posições de aceitação. Destarte, assume-se que esta avaliação é difícil de fazer, operando aqui como uma exposição meramente ilustrativa, visando conceder uma noção geral/genérica acerca dos fenómenos em análise, uma vez que nem todos os factores abordados possuem o mesmo peso. Privilegiou-se, aqui assim, a segurança e o sentimento de satisfação individual acerca da mesma (com base nos efeitos do turismo explorados ao longo da tese).

### **6.3- Elementos de balanço da investigação**

Compilando também todos os aspectos técnicos e metodológicos da investigação, aduz-se que no trabalho de campo foram/foi:

- Realizadas 24 sessões de observação diurna em pontos estratégicos da cidade;
- Efectuadas 11 sessões de observação nocturna em pontos estratégicos da cidade;
- Aplicados 500 inquéritos a autóctones da cidade de Portimão;
- Feitas 5 entrevistas a *stakeholders* e instituições do turismo;
- Materializada 1 reunião/entrevista com o gabinete de planeamento e ordenamento do território da Câmara Municipal de Portimão;

Por acréscimo, reforçam-se os dados relativos a cada problemática analisada, usando como base todos os tópicos abordados nos questionários, recorrendo porém, às informações recolhidas com as restantes metodologias para robustecer as posições registadas nos inquéritos. Concretamente:

#### Transformações territoriais:

Inquéritos:-42,6% respostas positivas;

-37,4% negativas;

-18,8% indiferença;

-1,2% abstenções;

Entrevistas: sentimentos mistos;

Observação: empiricamente comprovável;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordemamento do território da CMP: assumidas;

#### Impacto do turismo

Inquéritos: - 79,40% (397 pessoas) impacto é significativo;

-16,40% (82 pessoas) impacto não relevante;

-4,20% (21 pessoas) não responderam;

Entrevistas- consenso total quanto ao impacto do turismo ser significativo;

Observação- empiricamente comprovável;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: bastante significativo, fortemente presente na aposta do órgão institucional no sector do turismo;

#### Natureza do impacto

Inquéritos: -249 dos inquiridos (49,8%) impacto negativo;  
-225 (45%) impacto positivo;  
-26 (5,2%) não responderam;

Entrevistas: posições ambíguas, alguns aceitam os impactos, outros reprovam os mesmos. Em certa medida, há também uma posição de tolerância, em que se admitem efeitos do turismo e se repudiam outros. Em terceira instância, existe também quem aceite o turismo (em sentido amplo), mas que condena os seus resultados (incontroláveis na sua maioria);

Observação: natureza do impacto é bastante forte, comprovável empiricamente pela composição estrutural e identitária do território;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: demonstrável com base nos fortes investimentos previstos (pelo próprio gabinete) e planeados para o sector do turismo;

#### Esferas da vida afectadas (pessoal ou profissional)

Inquéritos: -309 pessoas (61,8%) na esfera profissional e na esfera pessoal;  
-79 pessoas (15,8%) só na esfera pessoal;  
-104 pessoas (20,8%) só na esfera profissional;  
-8 pessoas (1,6%) não responderam

Entrevistas: consenso quanto ao impacto ser transversal às duas esferas (pessoal e profissional);

Observação: comprovável empiricamente, através da observação de interacções de indivíduos que trabalhavam e prestavam serviços, e de pessoas que frequentavam esses mesmos serviços e espaços adjacentes, partilhando-os com os turistas;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: assume-se que a forte aposta no sector do turismo preveja, à partida, o largo espectro de influência do fenómeno, acreditando-se que esta noção está sub-entendida nos dados facultados;

#### Desigualdades sociais

Inquéritos: -295 indivíduos (59%): turismo acentua desigualdades sociais;

-185 dos inquiridos (37%): desigualdades sociais mantêm-se iguais;

-20 pessoas (4%): não responderam;

Entrevistas: testemunhos mistos, alguns entrevistados acreditam que sim, que o turismo infere influência nesta escala, outros renegam a ideia, assumindo que as “regras do jogo” são claras, existindo ofertas variadas para todos os sujeitos;

Observação: desigualdades sociais são bastante evidentes, tanto em função das dinâmicas de consumo e comportamento, como nas abordagens entre trabalhadores do sector. Variáveis mais elementares como os *bens materiais* (ex: roupas e carros) também atestam esta ideia. As desigualdades podem ser prévias, e não inferidas pelo turismo, mas esta noção cai por terra, aquando da filtragem de acessos a espaços, e diferenciação nos tratamentos facultados a clientes nos serviços;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: noção omissa, mas em certa medida presente, a partir do momento em que existe uma predominância do domínio do sector privado (que poderá estipular preços de acordo com a sua vontade), e da fixação de promover o desenvolvimento no litoral do território, área propícia às práticas de turismo gentrificado, de luxo;

#### Turismo apropriou-se do espaço

Inquéritos:-250 indivíduos (50%): apropriação parcial do território

-140 dos inquiridos (28%): apropriação total do território,

-101 inquiridos (20,2%): não há apropriação territorial

-9 pessoas (1,8%): não responderam

Entrevistas: existe consenso quanto à ideia de que o turismo se apropriou do território, mas registam-se posturas diferentes perante essa realidade (umas positivas, outras negativas);

Observação: basta observar os espaços para perceber que os empreendimentos e entidades turísticas dominam grande fracção do território;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: a confiança depositada pelo gabinete no desenvolvimento turístico comprova esta realidade (de apropriação do espaço);

Desterritorialização

Inquéritos: 176 inquiridos (36,2%): existe *desterritorialização*;

-165 sujeitos (33%): existem indícios de *desterritorialização*;

-155 indivíduos (31%): não existe *desterritorialização*;

-4 pessoas (0,8%) não responderam;

Entrevistas: sentimentos mistos entre entrevistados, mas acredita-se existir *desterritorialização*;

Observação: comprovável com base nos espaços de acesso controlado;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: subentendido pela forte hegemonia do sector privado;

Posição face à presença constante de turistas e das alterações territoriais nas suas terras

Inquéritos: -276 indivíduos (55,2%): respostas negativas;

-196 inquiridos (39,2%): respostas positivas;

-28 pessoas (5,2%): não responderam;

Entrevistas: alguns sentimentos de reprovação, mas no geral aceita-se ou tolera-se a realidade;

Observação: alguns casos de insatisfação com a presença dos turistas; quanto às alterações territoriais, é impossível de avaliar;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossível analisar a primeira temática. Quanto à segunda, não parece haver qualquer problema no que concerne às alterações, dado que se procura fomentar cada vez mais o desenvolvimento de empreendimentos turísticos.

Volume de contacto com os turistas

Inquéritos: -279 inquiridos (55,80%): tem contacto com turistas ocasional;

-195 pessoas (39%): contacto constante;

-20 participantes (4%) não têm contacto com turistas;

-6 indivíduos (1,2%) não responderam;

Entrevistas: existe a prevalência de contacto entre os entrevistados e turistas, variando nas ocasiões, mas é ultimamente inevitável, ocorrendo a nível pessoal e profissional;

Num caso isolado, constatou-se não existir qualquer vontade de interagir com turistas e de fugir da parafernália imposta pelo turismo;

Observação: as situações registadas são muito heterogéneas e de difícil interpretação, contudo, dedutivamente falando, com recurso a situações concretas, existe um misto de comportamentos que se colocam em pólos opostos. Há satisfação e insatisfação, primando-se pela aceitação final, de um meio termo;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: não existem quaisquer dados alcançados com esta metodologia que permitam abordar a problemática em causa;

#### Natureza do emprego e contacto com turistas

Inquéritos:-58,8% das pessoas afirmaram ter contacto com turistas no seu trabalho (em geral, tendo ou não emprego turístico, respostas transversais às opções “muitas vezes”, “algumas vezes” e “poucas vezes”);

-0,4% da amostra não tem qualquer contacto com turistas;

-40,8% da amostra não respondeu;

Entrevistas: comprova-se a noção, existe bastante contacto entre turistas e todas as pessoas do território, independentemente da actividade laboral que estas possuam;

Observação: pelo que se pôde observar neste âmbito, postula-se que existe bastante contacto entre trabalhadores (de quaisquer serviços ou natureza) e turistas, uma vez que existem turistas por todo o lado. No entanto, não alimentando generalizações, lembre-se que as zonas de observação são pólos turísticos o que poderá enviesar a realidade, mas parte-se do princípio, assente em tudo aquilo que já foi enunciado acerca de tais dinâmicas, existir um contacto constante e bastante persistente entre grupos, independentemente da actividade laboral que desempenhem;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: não é possível avaliar a dinâmica em si e emitir juízos de opinião coerentes, mas assume-se que existe contacto na óptica dos trabalhadores turísticos, ilação formada mediante a análise dos números de camas (pela sua disponibilidade ou ausência dela), factor que ilustra que o atendimento hoteleiro é propiciado por autóctones trabalhadores do sector, havendo portanto, contacto contínuo (no que diz respeito a estas pessoas, lembrando que a questão aborda também pessoas sem emprego turístico);

### Turistificação

Inquéritos: -216 (43,2%) respostas negativas (insatisfação);

-138 (27,6%) respostas positivas (satisfação);

-128 (25,6%) respostas de “indiferente”;

-18 participantes (2,3%) não responderam;

Entrevistas: é de uma forma geral, bem aceite, reprovando-se apenas as consequências da *turistificação* e não a sua essência;

Observação: a existência de *turistificação*, pesada e contínua, é evidente. Quanto à satisfação dos autóctones para com a mesma, é um problema de difícil avaliação, mas estima-se que, mediante os episódios de insatisfação e conflito mencionados anteriormente, se verifica que existe reprovção da *turistificação* (e do turismo no seu todo) de forma consciente e inconsciente;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: como mencionado anteriormente, aquando da mensuração da força do turismo na cidade, estima-se perante a mesma lógica, que a *turistificação* é um fenómeno intrínseco ao pesado planeamento que se almeja concretizar por parte deste órgão (CMP) na alçada da oferta turística;

### Capacidade de relacionamento com os turistas (hospitalidade)

Inquéritos: -205 respostas (41%): turistas são sempre bem recebidos;

-172 pessoas (34,4%): turistas seriam bem recebidos muitas vezes;

-109 inquiridos (21,8%): turistas recebidos normalmente;

-6 participantes (1,2%) turistas eram mal recebidos ou bem recebidos poucas vezes;

-8 indivíduos (1,6%) não responderam;

Entrevistas: predomina a consciência de que a hospitalidade dos algarvios é elevada, exceptuando-se alguns casos de *conflito*, e em grande parte, as interacções entre trabalhadores do sector e turistas nacionais;

Observação: em traços gerais, a hospitalidade é elevada e tenta sempre primar pela excelência, segregando contudo, turistas portugueses e turistas estrangeiros,

acomodando os interlocutores, a abordagem conforme a nacionalidade dos clientes. Registraram-se porém, algumas situações de *conflito* e interações mais tensas;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: dados insuficientes para formular qualquer juízo de opinião relacionado com a problemática.

#### Satisfação na relação com os turistas

Inquéritos:-151 pessoas (30,2%) gostam de ter contacto com turistas;

- 130 indivíduos (26%) não gostam de ter contacto com turistas;
- 158 inquiridos (31,6%) adoptaram uma posição de indiferença;
- 56 respostas (11,2%) revelaram ocorrer interações por mera obrigação;
- 5 pessoas (1%) não responderam;

Entrevistas: por regra, os entrevistados alegaram que a satisfação ou insatisfação se prende com os traços de personalidade das pessoas e não com o seu estatuto de turista ou autóctone. No entanto, registou-se também a ideia de se consumarem testemunhos que optam por fugir a qualquer tipo de contacto com o outro grupo;

Observação: à parte de situações concretas pautadas pela tensão, parece existir satisfação na relação em causa, ou pelo menos, tolerância entre grupos;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossibilidade de deduzir a “saúde” da relação entre grupos, derivada do facto de o tema não ter sido discutido;

#### Turismo em Portimão é positivo ou negativo?

Inquéritos: -32 pessoas (6,4%): turismo é muito positivo;

- 207 pessoas (41,4%): turismo é positivo;
- 137 inquiridos (27, 4%): turismo é negativo;
- 14 sujeitos (2,8%): turismo é muito negativo;
- 19,2% (96 inquiridos) turismo é indiferente;
- 2,8% (14 pessoas) não responderam;

Entrevistas: o fenómeno é positivo e negativo ao mesmo tempo, apresentando vantagens e desvantagens. Infere muitos efeitos nefastos na cidade, mas é um mal necessário para a sua subsistência;

Observação: difícil de definir, verificando-se casos de insatisfação aparente e situações de tensão e alienação por parte de alguns habitantes locais, mas no geral o número de pessoas no espaço (caracterizada por todos os impactos negativos que isso acarreta), conduz à noção de que o sector é bastante forte e permite dinamizar a economia local durante a época alta;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: fortemente implícita a noção de que o turismo é o bastião de desenvolvimento de Portimão, no qual se alicerça a economia regional, ideia adstrita ao facto de todo o planeamento urbano gravitar em torno do fenómeno turístico;

Relação entre grupos é positiva ou negativa?

Inquéritos:-15 respostas (3%): relação é muito positiva;

-199 testemunhos (39,8%): relação positiva;

-124 inquiridos (24,8%): relação negativa;

-30 pessoas (6%): relação muito negativa;

-132 indivíduos (26,4%): relação é indiferente;

Entrevistas: a relação é variável, mas de uma forma geral, aparentemente, positiva;

Observação: relação entre grupos marcada por tensões mais constantes do que as esperadas à partida, mas em sentido amplo, moderadamente positiva;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: problemática não abordada;

Conhecimento acerca de situações de conflito

Inquéritos:-86 pessoas (17,2%) têm conhecimentos de vários *conflitos*;

-135 indivíduos (27%): existência de poucos *conflitos*;

-191 inquiridos (38,2%): alguns *conflitos*;

-62 pessoas (12,4%) não têm conhecimento acerca de *conflitos*;

-26 sujeitos (5,2%) não responderam;

Entrevistas: testemunhos corroboram a ideia de que existem *conflitos* em situações diversas, motivados por várias razões;

Observação: *conflitos* comprovados empiricamente, por intermédio de relações tensas, que em grande parte têm génese em zonas de elevada densidade populacional;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: problemática não discutida;

Alteração de comportamentos com a progressão da época balnear

Inquéritos:-329 respostas (65,8%): comportamentos alteram-se;

- 142 pessoas (28,4%): comportamentos não se alteram;

-29 indivíduos (5,8%) não responderam;

Entrevistas: existem alterações induzidas pela saturação inferida sobre a cidade de Portimão nas épocas altas;

Observação: apesar das sessões se propagarem no tempo, não cobrem a época alta na íntegra. No entanto, colheram-se a pouco e pouco, situações de tensão e descontentamento mais evidentes com a progressão no tempo;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: questão não debatida;

Posição pessoal face à presença de turistas no território

Inquéritos: -212 indivíduos (42,40%) não gostam da presença turística (comportamentos alteram-se);

-223 respostas (44,6%): presença dos turistas é indiferente;

-12 pessoas (2,4%) não responderam;

Entrevistas: alteração da postura (dos autóctones) num sentido negativo, noção bem presente em todos os testemunhos recolhidos;

Observação: evidências claras acerca do descontentamento crescente;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: problemática não discutida;

Conhecimento acerca de casos de insatisfação

Inquéritos:-347 pessoas (69,4%) conhecem casos concretos de insatisfação;

-129 indivíduos (25,8%) não conhecem casos concretos de insatisfação;

-24 inquiridos (4,8%) não responderam;

Entrevistas: menção generalizada, direccionada no sentido de existirem vários casos de insatisfação;

Observação: casos empiricamente comprovados;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: problemática não discutida;

#### Quem tem mais opiniões negativas (turistas ou autóctones)

Inquéritos: -193 respostas (38,6%): autóctones;

-159 participantes (31,8%): turistas;

-105 inquiridos (21%): negativismo é mútuo/semelhante;

-28 indivíduos (5,6%): não há opiniões negativas;

-15 (3%) pessoas não responderam;

Entrevistas: posições negativas são comuns a ambos os grupos, mas concentram-se mais no lado dos habitantes locais;

Observação: existe mais desdém na óptica dos autóctones, em grande medida direccionada para os turistas portugueses. No entanto, tal realidade também se efectiva contra os estrangeiros (em grau notoriamente mais reduzido);

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: temática não escrutinada;

#### Posição acerca das opiniões negativas

Inquéritos:-282 respostas (56,4%): os autóctones possuem opiniões negativas acerca da presença dos turistas é mau;

-45 dos inquiridos (9%) acha que não é bom nem mau;

-153 respostas (30,6%): é indiferente;

-1 pessoa (0,2%) acredita que esta negatividade seja positiva;

-19 indivíduos (3,8%) não responderam;

Entrevistas: noção subentendida (não questionada directamente), mas que emerge dos testemunhos, assumindo todos os elementos abordados, que a negatividade que emane de um grupo para outro é sempre reprovável;

Observação: impossível analisar;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossível analisar;

#### Pensamento acerca dos comportamentos dos turistas

Inquiridos: -23 pessoas (4,6%) gostam muito do comportamento dos turistas;  
-91 indivíduos (18,2%) gostam do comportamento dos turistas;  
-137 inquiridos (27,4%) gostam pouco do comportamento dos turistas;  
-104 participantes (20,8%) não gostam do comportamento dos turistas;  
-126 respostas (25,2%): comportamento dos turistas é indiferente;  
-19 sujeitos (3,8%) não responderam;

Entrevistas: posições antagónicas, uns gostam dos comportamentos, outros não gostam. De certa forma afirmam ser-lhes indiferentes, excepto em situações concretas de interacção directa;

Observação: impossível de analisar, mas com base nas acções observadas, que se assumem estar em consonância com os pensamentos, acredita-se que as posturas de aceitação ou reprovação são muito voláteis;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossível de analisar o problema, dado que o mesmo não foi questionado/debatido;

#### Grau de acesso (a locais/espacos)

Inquiridos: -195 respostas (39%): perda de acesso é muito elevada;

-229 pessoas (45,8%): há perda de acesso a certos pontos do território, mas só a alguns;

-68 indivíduos (13,6%): não há perdas de acesso a locais do território;

-8 inquiridos (1,6%) não responderam;

Entrevistas: impera a noção de que os turistas têm muito mais acesso a diversos espaços do que os habitantes locais;

Observação: existem de facto, acessos diferenciados, mais privilegiados na óptica dos turistas, servindo de comprovação, a filtragem realizada em vários estabelecimentos ditos “premium”;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: temática ausente da interacção registada no encontro;

#### Controlo do território

Inqueritos: -173 pessoas (34,6%): território é controlado por investidores estrangeiros;

-19,6% (98 inquiridos): poder político;

-90 indivíduos (18%) das respostas: investidores nacionais;

-81 participantes (16,2%): os turistas;

-36 sujeitos (7,2%): investidores locais;

-5 inquiridos (1% ): autóctones;

-9 pessoas (1,8%): outros;

-8 indivíduos (1,6%) não responderam;

Entrevistas: verificou-se uma larga dispersão de opiniões, cingindo-se os entrevistados, a respostas vagas que aduzem existir controlo por parte de várias entidades. No entanto, nas suas opções é possível analisar a proeminência que o controlo externo tem no território, assim como verificar que o capital dita as regras do que sucede no mesmo (subscrevendo a primeira noção, mas abrindo a possibilidade de grupos nacionais com poder económico poderem ter controlo sobre importantes parcelas do território). Analisando (mesmo) o *background* dos entrevistados, prima-se em reiterar a força do controlo externo ao território (tanto internacional como nacional, de outras zonas do país), uma vez que apenas um dos depoentes se apresentou como o dono do seu próprio negócio<sup>1068</sup>. Em certa medida, também Ilídio Jonas, “MDC” é trabalhador por conta própria, mas não opera directamente no sector do turismo, apenas emite juízos de opinião acerca do mesmo em plataformas de comunicação digital como o *Youtube*. Todos os outros trabalham para empresas que pertencem a grupos de grande dimensão

---

<sup>1068</sup> O dono do Bar “*Quest*”.

(e marcam presença significativa no território), com génese noutras locais, efectivando portanto, casos de gestão externa (desterritorializada);

Observação: maioritariamente investidores estrangeiros, seguidos pelos investidores nacionais e, em última instância, ocupando fracções mais reduzidas do território, os investidores locais (pelo número razoável de negócios “caseiros”, de pequena dimensão, espalhados pela cidade);

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: aparentemente quem controla o espaço é o sector privado, sem se definir, se este é composto por agentes locais, nacionais ou internacionais;

#### Tolerância dos autóctones para com os turistas (segunda pergunta de controlo)

Inquéritos: -70 inquiridos (14%): tolerância é muito elevada;

-170 participantes (34%): tolerância é elevada;

-205 pessoas (41%): tolerância é média;

-42 indivíduos (8,4): tolerância é baixa;

-3 respostas (0,6%): a tolerância é muito baixa;

-10 sujeitos (2%) não responderam;

Entrevistas: a tolerância é tendencialmente elevada, quebrando-se em situações concretas, como nas anteriormente mencionados, correspondentes a casos de tensão e *conflito*;

Observação: por norma, a tolerância é elevada, à excepção dos casos de choque inter-grupal já referidos;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: problemática não abordada.

#### Escassez de recursos

Inquéritos: -363 respostas (72,6%): os recursos tornam-se escassos;

-130 pessoas (26%): os recursos não se tornam escassos;

-7 indivíduos (1,4%) não responderam;

Entrevistas: na óptica dos entrevistados não existe escassez de recursos. Destarte, desconstruindo os testemunhos, verifica-se que existe exíguidade, simplesmente essa mesma carência é de *recursos funcionais* e de outras ordens, não se cingindo apenas aos *recursos de consumo básico* (bens essenciais);

Observação: impossível de analisar a disponibilidade dos bens de consumo básico, que certamente se tornam mais reduzidos, mas não escassos. No âmbito dos restantes recursos mencionados (em grande medida, funcionais), existe de facto, escassez (condições nos serviços de atendimento ou nos meios de transporte públicos, por exemplo);

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: deduz-se que a escassez de *bens físicos e funcionais* vai aumentar, com base na vontade institucional de “dinamizar” cada vez mais o litoral e investir no solo urbano, colocando de parte os terrenos rústicos e as áreas a si associadas;

#### Sobrelotação territorial afecta quotidiano

Inquéritos:-31,4% (157 inquiridos): afecta sempre;

-49,8% (249 indivíduos): interferências são ocasionais;

-17,6% (88 pessoas): não existe interferência;

-1,2% dos participantes (6) não respondeu;

Entrevistas: registou-se consenso quando à interferência da sobrelotação territorial no desenrolar do quotidiano, ainda que em graus divergentes, e em situações distintas;

Observação: há interferência, comprovada pela parafernália observada nas estradas e vias de acesso aos locais, pautadas por grande congestionamento, dando azo a longos períodos de espera para os condutores. Verificaram-se também, nos casos elencados anteriormente, por exemplo, nas sessões de observação realizadas nas superfícies comerciais;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossível de tangir, mas parece não representar qualquer problema para a instituição, uma vez que aposta cada vez mais no litoral e solo urbano;

### Territorialidades

Inquéritos:-129 respostas (25,8%): turistas têm muito mais acesso a determinados locais do que os habitantes locais;

-279 pessoas (55,8%): turistas têm mais acesso;

-80 participantes (16%): acesso é equivalente;

-5 inquiridos (1%): turistas têm menos acesso a determinados locais;

-7 (1,4%) indivíduos não responderam;

Entrevistas: está bem presente a ideia de que as territorialidades dos turistas são mais extensas que as dos autóctones (no entanto, a ideia não é absoluta, alegando alguns entrevistados que não sabem quais são as mais amplas), tanto por intermédio de respostas directas, como pela análise de testemunhos que acometem esta ideia de forma subentendida;

Observação: fenómeno impossível de analisar numa escala macro. Contudo, numa vertente micro (no mesmo espaço, movimentar-se por vários locais espacialmente balizados/vedados), comprova-se que o estatuto de turista faculta mais-valias a quem o possui;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossível de analisar; temática não abordada;

### Influência nos serviços (impedimento de usufruto)

Inquéritos:-211 respostas (42,2% da amostra): há interferência frequente;

-244 pessoas (48,8%): existe interferência ocasional;

-37 participantes (7,4%): nunca lhes aconteceu nada (neste sentido);

-8 inquiridos (1,6%) não responderam;

Entrevistas: realidade bem presente em todos os testemunhos, variando contudo, na frequência com que se efectiva, factor influenciado também pelo estilo de vida dos entrevistados e do ritmo e natureza do seu quotidiano;

Observação: as filas e concentração de pessoas à porta dos serviços e nos estabelecimentos comerciais justificam, *per se*, esta realidade, assumindo-se que muitas pessoas presentes nos locais dianteiros das filas para atendimento, não chegaram a ser

recebidas, mediante o cumprimento de horários de fecho, e selecção preferencial de alguns indivíduos (quando registada a ausência de filas organizadas de forma clara);

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossível analisar a situação;

#### Transformações feitas em prole dos turistas

Inquéritos: -216 respostas (43,2%): transformações feitas para os turistas;

-180 pessoas (36%): transformações feitas para ambos os grupos, agentes locais e turistas;

-97 testemunhos (19,4%): transformações feitas para o bem do município (logo, dos autóctones);

-7 indivíduos (1,4%) não responderam;

Entrevistas: facto presente em todos os testemunhos, mas sem se apresentar como uma crença extrema, radical, acreditando-se que as transformações foram feitas por causa do turismo, e em segundo plano, a pensar também nos residentes locais;

Observação: impossível definir, mas a estrutura arquitectónica e física da cidade conferem essa impressão;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: a importância e confiança depositada no sector do turismo permite deduzir que, em parte, as transformações ocorrem com esta finalidade específica (não se defendendo porém, que sejam feitas, estritamente para isso);

#### Diferenças entre territorialidades

Inquéritos: -216 indivíduos (43,2%): existe discrepância entre territorialidades de locais e visitantes;

-94 testemunhos (18,8%): não existem diferenças;

-177 participantes (35,4%): territorialidades semelhantes;

-13 pessoas (2,6%) não responderam;

Entrevistas: existem traços que esboçam que as territorialidades são dissonantes, mas os testemunhos são marcados por alguma indecisão, sendo alguns pautados pelo desconhecimento total acerca da matéria, registando-se respostas de “não sei”;

Observação: ideias já prestadas na análise do tópico atinente às territorialidades em geral;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: não é possível analisar esta questão com base na informação recolhida;

#### Territorialidades asfixiadas

Inquéritos: -255 pessoas (51%): territorialidades são asfixiadas;

-135 respostas (27%): territorialidades não são asfixiadas;

-93 testemunhos (18,6%): territorialidades são asfixiadas em certas situações;

-17 inquiridos (3,4%) não responderam;

Entrevistas: os testemunhos (de forma geral) orientam-se no sentido de assumir que existe pressão no capital de mobilidade das comunidades locais;

Observação: Assim parece ser, sendo os espaços de uma determinada fracção territorial observada, balizados por muros<sup>1069</sup>;

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossível de analisar o fenómeno;

#### Estranhos no próprio espaço

Inquéritos: -236 testemunhos (47, 2%): estranhos no próprio espaço ocasionalmente;

-67 respostas (13,4%): estranhos no próprio espaço permanentemente;

-196 pessoas (39,2%) não se sentem estranhas no próprio espaço;

-1 indivíduo (0,2%) não respondeu;

Entrevistas: opiniões divididas, existindo testemunhos que assumem um certo grau de alienação ocasional, e outros que refutam qualquer tipo de fenómeno neste sentido;

Observação: verificam-se existir alguns traços que poderão traduzir alienação, como desorientação e insatisfação com a presença do hetero-grupo, no entanto, não é possível delinear com precisão a existência de tal fenómeno;

---

<sup>1069</sup> Relembre-se que estes são materiais e imateriais, conforme esplanado no enquadramento teórico, correspondendo no âmbito empírico a limites não visíveis, de bloqueio de passagem, pautados por dinâmicas de segregação, ou materiais, impostos por estruturas físicas que simbolizam essa mesma divisão de actores e agentes.

Reunião/entrevista com o gabinete de ordenamento do território da CMP: impossível analisar a problemática, mas o esforço do gabinete parece contribuir para a urbanização e re-estruturação do território, surtindo alguma influência futura (e actual) nesta óptica;

#### **6.4- Objectivos da Investigação- cumpridos/não cumpridos**

Com base no que tem vindo a ser tratado na presente tese e na natureza do próprio estudo, reitera-se que os demais objectivos traçados, foram, em larga medida, analisados com base na percepção das pessoas que participaram no mesmo. Assim sendo, a análise do seu cumprimento/não cumprimento assentará nesta premissa.

No que concerne ao **objectivo geral** “Analisar os processos e dinâmicas de *territorialização* e *desterritorialização* impostos pelo turismo em Portimão, evidenciando potenciais *conflitos* e relações entre turistas e autóctones”, admite-se que o mesmo foi conseguido, devido à sinergia de resultados obtidos com as várias metodologias implementadas, todas distintas. O manancial de informação coligida permitiu constatar a existência (da percepção) de *conflitos* e de dinâmicas de *desterritorialização* e de *reterritorialização* fomentadas pela *turistificação* do território (também parte integrante, de forma significativa, daquela que é a percepção do grosso da população inquirida/entrevistada/observada).

Em termos das restantes metas, avança-se que o **objectivo específico**: “Evidenciar as transformações físicas e sociais implementadas pelo turismo na área de estudo” também foi, parcialmente, cumprido. Esta noção encontra-se adstrita ao facto de o estudo não ter assentado, de forma profunda, sobre as transformações físicas e sociais em Portimão, estas são orgânicas e, por vezes, colaterais no seio dos processos de *turistificação*. Deste modo, assume-se que foram evidenciadas naquelas que foram as posturas e a percepção dos participantes do estudo, mas as transformações em questão não foram alvo de uma análise meticulosa, de modo a verificar-se quais os efeitos, em termos físicos, na infra-estrutura de Portimão, e quais as alterações geradas no tecido económico-social dos seus demais habitantes/visitantes.

Relativamente ao **objectivo** “Estabelecer uma análise comparativa entre territorialidades e capitais de mobilidade distintos, avaliando o grau de permeabilidade do(s) espaço(s), mediante a facilidade de acesso(s) e saída(s) do(s) mesmo(s)”, defende-

se que o mesmo foi cumprido. Em detalhe, com recurso à observação directa, foi possível contemplar várias dinâmicas ilustrativas desta comparação, onde, nos pólos turísticos se verificaram graus de permeabilidade de locais/espacos dissonantes entre hetero grupos, actores locais e turistas. A percepção dos indivíduos-alvo de estudo corroborou esta noção, pelo que consolida o sentimento de que o objectivo em causa foi atingido.

Sobre o **objectivo** “Abordar a natureza transformadora do turismo e qual o seu impacto na economia, vivências e espaço físico da cidade de Portimão”, considera-se que foi cumprido. Apesar de esta meta apresentar contornos semelhantes ao segundo objectivo específico já analisado, na sua ontógenese, os mesmos diferem. Enquanto que no referido objectivo se mencionava “evidenciar” (assumindo-se que muitas alterações foram abordadas, não seria, contudo, possível proceder a essa análise sem um método focado somente para tal) as transformações, aqui há um foco em abordar a natureza transformadora do próprio turismo e quais as consequências (verificadas) do mesmo em determinadas esferas, que se inferiram sobre os habitantes locais, os quais, com base nos resultados das ferramentas implementadas, partilharam a sua percepção do que ocorre na cidade, na economia, nas vivências e nos espaço físico que os circunda.

Já no quarto **objectivo específico** onde se pretendeu “Enumerar as trajectórias, dinâmicas e alterações sócio-comportamentais de visitantes e autóctones” sustém-se que esta meta também foi, parcialmente, alcançada. Em rigor, seriam necessários muito mais recursos do que aqueles que foram usados para a realização do presente estudo para identificar todos os contornos/especificidades/dimensões propostas. Contudo, com base nos dados coligidos pelas metodologias já elencadas, foi possível identificar várias dinâmicas, formas de actuar, actividades, acções e comportamentos deveras relevantes para gerar uma percepção cabal daquela que é a relação, em determinadas situações, pouco harmoniosa, entre visitantes e autóctones

Quanto ao **objectivo específico** “Explorar potenciais focos de *conflito*, através das dinâmicas de deslocação no espaço, de interacção social e de comportamentos”, aplica-se a mesma argumentação do parágrafo anterior, primando-se pela lógica de que o mesmo, foi parcialmente cumprido. Ou seja, a análise dos *conflitos*, da interacção social e de comportamentos foi consumada dentro do possível, com os recursos disponíveis, portanto, a uma escala micro (levada a cabo nos pontos geográficos

seleccionados para o estudo, aqueles que no entender do investigador, melhor representam a natureza e identidade do território).

Por fim, o último **objectivo específico** “Demonstrar como a sobrelotação do espaço leva à escassez de recursos locais e condicionamento de serviços, influenciando vivências” também foi parcialmente atingido. Sem margem para dúvidas, de acordo com os resultados da investigação, assume-se que as vivências são influenciadas pelo turismo e pelos seus efeitos directos e indirectos, destarte, as questões da sobrelotação e de escassez foram formuladas com base na percepção dos inquiridos/entrevistados, os quais apresentam capitais de mobilidade, crenças e experiências pessoais distintas, pelo que a análise destas problemáticas se afigura como muito volátil (ex: os agentes podem viajar para o estrangeiro nos períodos de maior congestionamento e ter uma percepção errónea do que realmente sucede; a escassez pode não representar um problema por terem um estatuto sócio-económico elevado; entre outros factores). Por consequência, assume-se que são problemas que existem (com base nas respostas apuradas), mas defende-se que não foram explorados de forma exaustiva, apenas na medida necessária para se perceber qual a posição dos actores locais (participantes do estudo) no âmbito dos temas em análise.

Em suma, considera-se que, mesmo com as limitações do estudo previamente identificadas, foi possível cumprir todos os objectivos e extrair dados relevantes para uma abordagem e percepção científica das problemáticas em análise. Contudo, assume-se que determinados objectivos específicos, englobavam fenómenos complexos para os quais seriam necessários mais recursos e outras ferramentas para elaborar uma análise mais cuidada e relevante em termos de resultados dotados de robustez científica.

## **6.5 Validação/invalidação de Hipóteses**

Terminando a exposição dos dados técnicos, procede-se à validação/invalidação de hipóteses formuladas que serviram de alicerce à investigação. Para testar estes elementos recorreu-se aos dados das metodologias já mencionadas e às ilações que se materializaram com a elaboração de todo o trabalho, perspectivando uma percepção cabal dos resultados do mesmo.

Sublinha-se, uma vez mais, que as opções metodológicas enunciadas possuem um carácter complementar entre si, com o objectivo final de produzirem informação

rica e detalhada, que justifiquem a validação ou invalidação das hipóteses. À luz da compilação de dados supra exposta, pode então assumir-se que:

A **Hipótese 1** “Existe uma perda efectiva de controlo sobre o próprio espaço que condiciona a qualidade de vida e o quotidiano das comunidades locais, e é imposta pelos fenómenos de transformação do turismo” pode ser validada. Existem evidências claras ao longo de todo o trabalho que corroboram a visão geral desta hipótese. Note-se que os resultados dos questionários (34,6% dos inquiridos estipulam que o território é controlado por estrangeiros<sup>1070</sup>; 39% aduzem haver perda muito elevada de acesso a locais; 43,2% dizem que as transformações foram feitas para os turistas; 36,2% avançam que há *desterritorialização*; 50% referem que o turismo se apropriou do espaço) espelham esta realidade, facto coadjuvado pelas restantes metodologias empregadas, assim como as dinâmicas negativas<sup>1071</sup> que se vão efectivando no território que permitem estabelecer um paralelismo com os casos paradigmáticos de saturação turística (Maiorca e Barcelona<sup>1072</sup>). A perda de controlo ganha forma pela *desterritorialização* de actividades e de gestão (externa), e a qualidade de vida desce, estando adstrita à propagação de fenómenos como a *gentrificação*, a *turistificação* e a re-estruturação identitária do território, elementos que geram pressão nas vivências diárias.

A **Hipótese 2** “A lógica de auto-sustentação urbana enraizada nas actividades turísticas potenciou a supressão das territorialidades dos autóctones” também se afigura válida, uma vez que a coerência dos dados provenientes das ferramentas metodológicas demonstraram que existe uma necessidade de recorrer ao turismo como fonte de subsistência e motor de desenvolvimento económico, sacrificando-se por consequência, a qualidade de vida dos habitantes do território. Este facto encontra-se presente nos testemunhos dos entrevistados, e em questões como as atinentes ao “impacto significativo” e “territorialidades asfíxiadas” que compõem os inquiridos. Há portanto, um grau de supressão significativo, que não sendo absoluto, condiciona o quotidiano e capital de mobilidade dos habitantes da cidade de Portimão, o que leva à validação da presente hipótese.

---

<sup>1070</sup> Alude-se à questão e debate actual das soberanias.

<sup>1071</sup> Acompanhadas directamente ou pela recolha de informação nos órgãos de comunicação social.

<sup>1072</sup> Estes são dois exemplos estudados e previamente apresentados no presente trabalho, mas existem outros casos, mesmo em Espanha (alude-se a Benidorm), no Mediterrâneo e pela Europa (ademais não foram consideradas as monodependências do turismo como por exemplo, as Maldivas, o arquipélago Seychelles, entre outros).

No que diz respeito à **Hipótese 3** “As rupturas topofílicas e frentes de *conflito* derivam de dinâmicas territoriais essencialmente gentrificadoras e de reclusão territorial”, pode dizer-se que a validação é apenas parcial. Os fenómenos inerentes ao corpo da hipótese, *gentrificação* e reclusão territorial, têm um papel de peso no fomento das rupturas topofílicas, no entanto, não revestem todos os elementos que poderão potenciar essas rupturas. Estas podem insurgir-se pela *turistificação*, pela simples presença de turistas no espaço e por interacções negativas (que são perpetradas pelo subjectivismo que é incontrolável). Comprovou-se que a *turistificação* é reprovada, dado que 43,2% da amostra assim o afirmou (relembre-se que este valor é maioritário, sendo os restantes 56,8% repartidos por várias opções), assumindo-se portanto, que com este processo reformativo do território vem a *gentrificação*. Em segunda instância, verificou-se que também há sentimento de reclusão territorial, dado que 39% da amostra acredita na existência de uma grande perda de acesso a vários espaços/locais<sup>1073</sup>, e que 88,4% assume que o poder de quem controla o espaço/território está em mãos alheias aos autóctones e investidores locais<sup>1074</sup>. Como reforço de ambas as noções, sublinha-se que 79,40% da amostra diz que o impacto do turismo é significativo, e que 49,8% desse efeito é negativo. Lembre-se que nessa questão, a noção de impacto era realizada transversalmente a várias esferas, nomeadamente a económica, factor que dita se os residentes locais são ou não afectados pela *gentrificação*. Por acréscimo, sublinha-se que os *conflitos* são uma realidade e que se perpetram por várias razões, mas não houve forma de ligar as rupturas topofílicas à sua materialização. À luz destes dados, assume-se a validade da hipótese, mas prima-se pela sua parcialidade devido ao facto do termo “*gentrificação*” e “ruptura topofílica” não terem sido empregados literalmente em nenhuma das questões principais de modo a surtirem resultados mais claros (no entanto, por via indutiva, com base nos dados de outras questões e traves mestras de análise dos fenómenos inerentes ao enquadramento teórico, assume-se a sua presença).

---

<sup>1073</sup> Este é um assunto muito importante, daí ter sido plasmado de forma reiterada nas questões integrantes dos inquéritos, o que permitiu traçar uma noção de qual é a percepção dos participantes do estudo. Assim sendo, atenta-se para os exemplos prestados em nota de rodapé do ponto 5.6 do trabalho, mormente na secção “análise de conteúdo” do mesmo, na qual são enumerados vários fenómenos que se registam em Portimão que são geradores/criadores de “muros”, que balizam a admissão aos locais/espacos/infra-estruturas/estabelecimentos e, por consequência, levam a esta perda de acesso. A dicotomia entre turistas e actores locais, de quem pode ou não entrar, consolida-se na percepção dos inquiridos que, em larga medida, referiram sentir que perderam, ao longo dos tempos, acessos a locais de entrada previamente livre, mas agora, condicionada.

<sup>1074</sup> Relembre-se que foi feita uma distinção no cerne da questão em que se inserem estes grupos.

No âmbito da **Hipótese 4** “O grau de permeabilidade do território acentua as multiterritorialidades dos turistas e, por consequência, também as desigualdades sociais entre estes e os autóctones”, existem também fortes argumentos que apelam à sua validação. De acordo com a percepção popular, as territorialidades dos turistas são mais extensas e aprimoradas que as dos autóctones (43,2% da amostra acredita nesta realidade) e as desigualdades sociais são de facto aprofundadas (59% das respostas assim o afirma). Os valores percentuais são coadjuvados pelos testemunhos das entrevistas e sessões de observação.

Por sua vez, a **Hipótese 5** “Os trajectos e versatilidade de actuação no espaço, acesso a serviços e costumes, são potenciados por factores sócio-económicos e culturais” também apresenta um forte caso de validação parcial. Esta ideia surge dos dados coligidos, onde se assume que, de facto, os factores sócio-económicos assumem centralidade, sendo os principais elementos de definição dos níveis de acesso (39% da amostra acredita que os autóctones têm perdido acesso a muitos locais; outros 45,8% assumem que essa perda é efectiva, mas ocorre apenas em alguns sítios/locais específicos). Por sua vez, também os factores culturais têm uma palavra a dizer, observando-se em vários casos apresentados ao longo do estudo, que as diferenças culturais podem gerar situações de tensão. No entanto, ocorrem outras variáveis à equação que poderão condicionar a versatilidade de actuação no espaço, induzidas pelo subjectivismo, como o simples “estatuto de turista”, factores comportamentais (ex: estar disposto a gastar mais dinheiro nos estabelecimentos, mesmo que o *status* não seja elevado), elementos circunstanciais, entre outros elementos.

Quanto à **Hipótese 6** “A cidade de Portimão encontra-se estruturada de modo a conceder uma experiência de acolhimento *premium* aos turistas em detrimento das comunidades locais”, opta-se pela sua invalidação. Procedeu-se desta forma, com base na ideia de que a realidade é esta à partida, enraizando-se na percepção que se tem perante a pesada *turistificação* da cidade. No entanto, os dados provam o contrário (apesar de 43,2% dos inquiridos acreditar nesta realidade, aos quais se subtrai 1,4% correspondente aos indivíduos que não responderam, constatou-se que os restantes 55,4% adoptam posições positivas e de cepticismo face a esta possibilidade; também a maioria dos entrevistados desmistificou tal dinâmica), transmitindo a ideia de que esta realidade é apenas parcial, arquitectada para a “euforia” que se regista nas épocas altas. Contudo, apesar de este ser o foco, as entidades deverão pensar em sentido amplo,

assumindo que o funcionamento, alterações e infra-estruturas operam e ocupam espaço durante todo o ano. O próprio grosso dos testemunhos das entrevistas atesta esta realidade, exceptuando alguns casos concretos em que se registou a ideia de que é tudo feito para quem “vem de fora”. Adota-se portanto, a noção de que, é de facto tudo estruturado para o turismo e organizado em função do mesmo (na teoria), mas na prática, essa realidade afigura-se insustentável devido à sazonalidade estrutural da região (que acaba por dar uma certa hipótese de aceder a locais feitos para o turismo, noutras épocas do ano)<sup>1075</sup>.

Em última instância, a **Hipótese 7** “A *gentrificação* imposta pelo turismo tem potenciado processos de *desterritorialização in e ex situ* e *reterritorialização* das populações autóctones” encontra-se virtualmente correcta, e portanto validável, mas só de forma parcial, dado que o objecto central do estudo assentou na percepção dos actores participantes (a qual é condicionada pela suas próprias experiências individuais, vivências e crenças) e não sobre fenómenos concretos de *desterritorialização ex situ* per se<sup>1076</sup>. Relembre-se que no estudo foi desconstruído o conceito de *desterritorialização* de Rogério Haesbaert (2006) que separa a *desterritorialização in situ* de *desterritorialização ex situ*<sup>1077</sup>. Ora no trabalho de campo, foi apenas abordada em detalhe (como foco) a vertente *in situ*, de modo a perceber se existia alienação ao território e desapropriação territorial imposta pelo turismo. Por acréscimo, o público alvo foi a população local, o que excluiria à partida, a *reterritorialização* que se efectivasse para fora do território (cidade) pela pressão do fenómeno turístico. Existia a possibilidade de se registarem casos de *reterritorialização* dentro do mesmo espaço (como nos exemplos em que as populações são empurradas para a periferia das cidades por causa da *gentrificação*). No entanto, optou-se por não se focar esta vertente devido ao tamanho da amostra, deveras reduzida, que certamente albergaria poucos casos desta natureza. Deste modo, a problemática (*desterritorialização ex situ*) não foi

---

<sup>1075</sup> Claramente espaços que não encerrem portas durante o resto do ano, e que não pratiquem preços fora das capacidades da maior parte das pessoas.

<sup>1076</sup> Assim sendo, levantam-se algumas questões satélite: será que o turismo afastou populações de Portimão? Houve franjas populacionais que tiveram que se afastar da cidade devido a especulação (por exemplo)? De modo direto e/ou indireto, esta ideia foi abordada ao longo da investigação, mas seria preciso um trabalho metodológico de outra natureza, mais específico para comprovar tais situações. Alude-se portanto, que esta tese levanta o problema em questão de forma ampla, visando originar debates cuidados de abordagem científica.

<sup>1077</sup> Comprovada aquando da presença nos locais definidos para a investigação, contudo, não foi analisada ao detalhe por não se afigurar exequível fazer o levantamento efectivo de processos de *reterritorialização* e para onde os ex-moradores de determinada área ou habitação se terão fixado.

materializada/vertida<sup>1078</sup> em questões das ferramentas metodológicas (vulgo, questionários e entrevistas).

Contudo, achou-se por bem, de início, plasmar a ideia de existir a hipótese do turismo “expulsar” pessoas do território, mas com o desenrolar da investigação não se afigurava sustentável comprovar o facto, daí que a validação seja parcial, tendo-se verificado que a *gentrificação* potencia fenómenos de *desterritorialização in situ* de forma efectiva (36,2% da amostra acredita existir *desterritorialização*; 33% dos inquiridos acreditam existir indícios de *desterritorialização*; 31% afirma não existir *desterritorialização*), e pelas dinâmicas recolhidas, *ex situ* também, que possivelmente fomentam a *reterritorialização* longe dos pólos gentrificados (facto não comprovado, apenas dedutível perante a natureza negativa que reside nos dados em geral, e, por se constatar empiricamente, em alguns casos residuais, que em determinadas habitações outrora ocupadas por cidadãos portimonenses, agora residem, estrangeiros ou indivíduos nacionais oriundos de outras regiões).

Para além das hipóteses, à luz de todos os dados, pode dar-se uma resposta coerente à questão de partida “Existem dinâmicas de desterritorialização e de conflito impostas pelo turismo na cidade de Portimão?”, a resposta é sim.

Realizando uma exposição cabal das dinâmicas adjacentes à validação/invalidação de hipóteses e pergunta de partida, apresenta-se a tabela 105.

**Tabela 105-** Resultados da validação/invalidação das hipóteses e pergunta de partida.

Número de Hipóteses validadas	Número de hipóteses validadas parcialmente	Número de hipóteses invalidadas	Resposta à pergunta de partida é positiva ou negativa?
3	3	1	Positiva (comprova-se a existência <sup>1079</sup> dos fenómenos);

Fonte: elaboração própria.

Atingindo o final do trabalho, concluí-se que, de acordo com as percepções<sup>1080</sup> dos envolvidos<sup>1081</sup>: existe *desterritorialização* em Portimão; a *turistificação* é bastante

<sup>1078</sup> Literalmente, estando em muitas delas, subentendida, predominantemente nas respostas dadas, tanto nos questionários, como nas entrevistas.

<sup>1079</sup> E, essencialmente, a percepção de existêncica.

<sup>1080</sup> Uma parte significativa do trabalho enraizou-se em ferramentas de análise que advém do que se sente e se vê, assumindo-se, que o estudo dos factos em si, implicariam um outro trabalho.

<sup>1081</sup> Inquiridos, entrevistados e do próprio investigador no que tange à metodologia de observação.

pesada e negativa; as territorialidades entre turistas e autóctones são dissonantes; as desigualdades sociais são agravadas pelo turismo; o impacto do turismo é significativo, numa escala macro positivo, mas numa diversidade de focos de influência é muito negativo; a relação entre turistas e autóctones é, tendencialmente, positiva e pacífica, mas pautada por *conflitos* e tensões que emergem de várias formas; as rupturas topofílicas são uma realidade predominante trazida pelas alterações territoriais, assim como a perturbação da *segurança ontológica*; a desapropriação territorial, os muros e os espaços de acesso controlado são muito proeminentes e compõem uma realidade crescente na cidade (e área) de Portimão; a sazonalidade é imposta pela monocultura do modelo “sol e mar” e é, fundamentalmente nociva para a saúde das vivências das comunidades locais; a escassez de recursos cinge-se aos *recursos funcionais* e, apesar da redução nas outras tipologias de produtos, esta não compõe um problema; a sobrelotação do espaço é um problema vincado e muito difícil de combater que acentua a incapacidade infra-estrutural da cidade e coloca em causa a sustentabilidade da sua capacidade de carga enquanto território turístico; a alienação ao território é uma realidade, acontecendo, contudo, apenas em certas ocasiões, afastando a ideia de que ser um estranho no próprio espaço só se prende com o turismo nas épocas altas.

## **6.6- Conclusão**

O turismo apresenta um carácter complexo e dinâmico, afirmando-se como um dos fenómenos mais marcantes do século XXI à escala mundial, pautado pela versatilidade e capacidade de dinamização que infere a nível territorial e nas actividades humanas. Nestes termos, é um dos principais motores de desenvolvimento económico implementado por vários agentes, que recorre a um rol de técnicas amplo, colocando-o em igualdade com outras actividades económicas de grande espectro.

Nesta perspectiva, sabe-se que a gestão territorial é feita em articulação com a maximização da oferta turística, enraizada nas potencialidades dos próprios territórios, sendo este, um processo que comporta, tanto aspectos positivos como negativos. Ora quando a capacidade de suporte dos espaços é afectada, começam a surgir desequilíbrios nos territórios, trazidos pela *turistificação*, força motriz de consumo de recursos, de movimentos desterritorializadores, de supressão de *territorialidades* e de *conflitos*.

Foi abordada a cidade de Portimão enquanto pólo de referência turística no Algarve, perspectivando sempre este território como um marco de representatividade no que tange ao modelo “sol e mar”. A análise aos elementos essenciais (históricos, físicos e humanos) que compõem a relação entre a cidade de Portimão e o turismo, demonstrou a força do fenómeno enquanto mecanismo de apropriação, definição e redefinição territorial.

De facto, o turismo foi um impulsionador do desenvolvimento e da urbanização de Portimão, assinalando, historicamente, uma mudança de paradigma, de cidade piscatória para cidade turística<sup>1082</sup>. Esta transformação acarretou consigo, uma transformação identitária, praticamente total, mas acabou por cingir o território a uma quase monocultura de actividades económicas, as turísticas<sup>1083</sup>. Dessa limitação, perante o estudo, constata-se que surgiram fenómenos sociais de insatisfação que se prendem com a emergência de dinâmicas de *desterritorialização e conflito*.

Deste modo, reforça-se a noção apontada no ponto anterior, sublinhando que o trajecto efectuado pela investigação, permitiu responder com segurança à questão de partida: “Existem dinâmicas de desterritorialização e de conflito impostas pelo turismo na cidade de Portimão?” Sim, existem, são marcantes e influenciam negativamente o quotidiano das comunidades locais<sup>1084</sup>.

Existe percepção acerca da presença de *desterritorialização*<sup>1085</sup> na cidade de Portimão imposta pelo turismo, não só ao nível da *desterritorialização ex situ*, que

---

<sup>1082</sup> Conversão estrutural, com mudanças nas paisagens e nas *territorialidades*.

<sup>1083</sup> Sustém-se que esta é uma realidade que caracteriza Portimão e que se aplica ao Algarve enquanto território no seu todo. Assim sendo, sublinham-se alguns dados ao nível nacional (NUTS I) e desagregados à escala regional (NUTS II) que assentam nos valores da população empregada, total e por grandes sectores de actividade económica que demonstram esta realidade (não existem, por ora, dados desagregados à escala municipal em bases de dados oficiais). De acordo com a PORDATA (2022), no ano 1991, em Portugal, o setor primário tinha 847,9 mil trabalhadores no sector primário, 1.629,5 mil no secundário e 2378,6 mil no terciário. 30 anos depois, apresentava, 130,6 mil pessoas empregadas no sector primário, 1.181,6 mil no secundário e 3.500,1 mil no terciário (PORDATA, 2022). Já o Algarve, em 1991 apresentava 23,4 mil indivíduos no sector primário, 27,5 mil no secundário, e em terceira instância, 91,8 mil no sector terciário (idem, 2022). Por sua vez, em 2021, o sector primário no Algarve (apesar da extensão significativa do seu território rural) conta apenas com 4,2 mil sujeitos a laborar, o secundário com 25,9 mil e o terciário com 174 mil trabalhadores (ibidem, 2022). Tendo em conta a extensão territorial e, proporções face ao país, o Algarve, onde se insere Portimão, registou um crescimento exponencial do sector terciário, o qual engloba o turismo e as suas demais actividades (mais vinculadas no eixo litoral do território), demonstrando a força que este tem na região, e o conseqüente cultivo e crescimento da monocultura turística.

<sup>1084</sup> De acordo com a sua percepção.

<sup>1085</sup> Relembre-se que muitas das metodologias implementadas e o grande parte do próprio foco da tese assentam nas percepções dos actores sociais.

pressupõe lógicas e movimentos reterritorializadores como consequência, mas também casos de *desterritorialização in situ* (que também implicam *reterritorialização*, mas mais focada, no local<sup>1086</sup>), de perda de controlo, de dissipação topofílica e de confinamento, sentida por parte dos autóctones. Logrou-se averiguar a *desterritorialização ex situ* (apesar de não ser analisada ao detalhe, apenas constatada por comprovação empírica e pela perceção dos atores sociais) pelo contacto com áreas da cidade outrora, ocupadas por cidadãos locais, que recentemente, permutaram de locais de residência e deixaram de ter posse legal de propriedades em função de dinâmicas gentrificativas, formuladas pela *turistificação* localizada de pólos da cidade. Já a *desterritorialização ex situ* (analisada ao pormenor), ficou bem evidente, aquando da recolha de dados junto do público-alvo, que na sua maioria esboçou estar ciente da sua dimensão, e que esta opera como faceta inerente ao tipo de turismo praticado no território.

Mais se acrescenta que, de teor marcante, surge a gestão e controlo externo de parcelas espaciais, fenómeno transversal a todo o território, mas que se notou estar mais presente, em pontos específicos da cidade pautados pela sua importância em termos de oferta turística. O predomínio de capitais estrangeiros, foi bem notório em locais como a Praia da Rocha ou a Marina de Portimão.

Por outro lado, os *conflitos*, são inatos à interação humana, ao correlacionar do diferente, mas evidenciam-se com factores como a multiculturalidade, o cruzamento de grupos sócio-economicamente distintos, a escassez de recursos e a saturação do espaço físico. Com o turismo, a tensão adensa-se, levando à emersão comprovada de situações de tensão e de confronto. Constatou-se que estas disputas são de índole variada, derivando de questões de mera intolerância para com o outro, de *conflitos* pelo acesso a locais, da reprovação do congestionamento de serviços, estendendo-se desde a violência física à verbal. A própria dimensão do *conflito* também é multi-escalar, podendo assentar em casos pontuais entre hetero-grupos, como pela reprovação em massa da comunidade face à re-estruturação de lugares por parte dos gestores territoriais. Em termos de volume e ocorrências, as sessões de observação elencadas permitiram aferir, que os episódios de antagonismo, são concomitantemente frequentes, induzidos pela excentricidade de comportamentos que acompanham a época balnear.

---

<sup>1086</sup> Daí o desígnio *in situ*.

No que tange à percepção dos afectados pelos fenómenos, foi possível constatar a existência de grupos distintos, podendo discernir-se: focos que reprovam as transformações territoriais que o turismo, inevitavelmente, causa no espaço (de modo a criar infra-estrutura para a oferta de produtos turísticos variados); outros que não toleram turistas (enquanto hetero-grupo); aqueles que simplesmente se sentem incomodados pelo turismo no seu todo.

A questão do *status* também se afigurou evidente, estando presente nos resultados recolhidos com as ferramentas implementadas, colocando o turista na posição de detentor do poder, daquele que se movimenta e que acede aos locais *premium*, vedados aos restantes actores sociais em função da condição sócio-económica. Existiu portanto, um claro sentimento de exclusão sentido pelos autóctones que integraram o estudo, ilustrado essencialmente pelas respostas aos inquéritos.

O turismo acabou por inferir mudanças de todas as ordens, quotidianas, de práticas e actividades lúdicas, de identidade territorial, de predominância de serviços de hotelaria e restauração na esfera laboral, e nos condicionalismos implementados ao nível do confinamento, da materialização de espaços *premium* e, por consequência de muros, que se erguem perante os acessos a esses espaços.

As novas dinâmicas trazidas pelo turismo radicam-se, fundamentalmente, no agravar das desigualdades sociais, delegando, e limitando, o quotidiano das comunidades, mormente no sentido de que os processos de *gentrificação* identificados, e realidades como a sazonalidade, interferem, de forma negativa, na capacidade económica e de subsistência das pessoas, com ou sem emprego turístico, uns pelo facto de só trabalharem na época balnear, outros pela incapacidade de adquirir empregos fora da alçada do turismo. A postura de quem beneficia com o turismo, trabalhadores do sector, é contudo, mais favorável ao fenómeno do que a dos restantes trabalhadores. É também curioso relevar, que mesmo os moradores locais mais recentes, também manifestaram posições de desagrado face aos impactos emanantes da esfera turística, não se prendendo portanto, o descontentamento com uma massa uniforme da população, comprovando-se que, mesmo aqueles que são detentores de laços topofílicos de curta duração, sentem os desequilíbrios que se insurgem no território.

Destarte, a investigação permitiu desmitificar que o turismo acarreta apenas vantagens, como muitas vezes é publicitado, e que os benefícios destinados ao

desenvolvimento territorial não se devem focar apenas na vertente económica, estando todo um conjunto de esferas subjacentes a serem redefinidas. De grosso modo, o conhecimento e posição do público-alvo permitiu aferir essa realidade, algo que não é abordado por órgãos oficiais (publicamente), seja pelo governo local ou por entidades privadas, *stakeholders* turísticos. Os resultados obtidos concedem, assim, alguma surpresa, indicando que o *marketing* optimista que surge associado à construção, *branding* e desenvolvimento de territórios turísticos, no caso de Portimão, não corresponde à realidade. Esta é uma das vantagens de um estudo de percepção, que permite recolher informação junto de indivíduos sem qualquer envolvimento lucrativo com o turismo (apesar de uma fracção operar laboralmente no sector), fornecendo à investigação uma perspectiva mais transparente e desprovida de enviesamentos (condicionada claro, pela própria percepção subjectiva dos participantes do estudo).

Em contornos gerais, sublinha-se que não existiu uma polarização vincada de posições de reprovação ou de aceitação do turismo, a investigação esboça que os resultados são heterogéneos, revelando porém, uma bipartição entre posturas favoráveis e desfavoráveis que se invertem conforme as questões colocadas. Há todavia, uma presença mais marcante das posições negativas em questões que afectam claramente a população local, atestando os desequilíbrios trazidos pelo turismo.

No âmbito das recomendações avança-se que, a gestão territorial, visando tanto o poder político como o sector privado, deverá promover o envolvimento das comunidades locais nos processos decisórios que impliquem transformações territoriais que afectem a população, promovendo uma aproximação desta aos *stakeholders* do turismo, perspectivando, em última instância, moldes de actuação sustentáveis de modo a prevenir uma disrupção social que já se afigura semi-presente na consciência popular (de forma subliminar), verificada com base nos resultados da presente investigação. Existe reprovação do turismo, onde prevalecem indícios de descontentamento que poderão aprofundar-se se não forem colocados entraves e aplicado controlo à *turistificação* de Portimão.

A *turistificação* dita, portanto, a direcção do desenvolvimento económico adoptado por Portimão no seu todo, não se afirmando como viável (de um ponto de

vista político), a sua alteração estratégica num futuro próximo<sup>1087</sup>. Apesar disso, há que frisar que um planeamento de equilíbrio que preveja uma dissipação da diferença no acesso a espaços, à habitação e a serviços entre autóctones e turistas, que incremente o nível de tolerância entre grupos e atenuem o descontentamento e *conflitos*, passando também pela diminuição de processos de *desterritorialização*, o que tornaria o turismo, um fenómeno mais aceitável por parte da população daquela cidade, requer trabalho, novas estratégias e políticas atenuadas e eficientes que coloquem as comunidades locais no centro da discussão. Fala-se portanto, não na abolição da *turistificação* (afigurando-se impossível), mas no seu controlo, na sua efectivação inteligente.

Num prisma diferente, findas as apreciações de carácter mais técnico, faz sentido direccionar algumas linhas de reflexão às contrariedades sentidas na elaboração do presente trabalho, assim com apontar algumas sugestões para estudos futuros, motivar outras investigações e providenciar ideias para o uso de diferentes metodologias.

Em termos de dificuldades e obstáculos, num patamar distinto das restantes adversidades identificadas, alude-se sempre à escassez do tempo e à gestão do mesmo, afigurando-se um desafio difícil, conjugar a vida profissional com a congénere académica investigativa. Não obstante, sendo essa condicionante um dado adquirido, esperado, surgem obstáculos à recolha de informação, aos dados em si, que em alguns casos, foram de difícil obtenção<sup>1088</sup>, muito na vertente de aceder a obras e artigos de teor científico dotados de elementos estatísticos, que englobassem o Algarve e Portimão em si. Tem-se assistido na memória recente, a um incremento da produção científica relativa à região, ainda assim, a sua disponibilidade para o público em geral, é condicionada e muito limitada em fontes abertas, o que baliza negativamente a acção do investigador, mormente na compilação de matéria informacional relevante.

De outra perspectiva, sentiram-se certos entraves na elaboração do trabalho de campo. Em concreto na observação, o espectro de versatilidade que abarca tal metodologia torna, em diversas ocasiões, difícil precisar com clareza qual o teor das

---

<sup>1087</sup> Muito pela canalização de elevados proventos, compondo as medidas políticas de crescimento económico ligadas ao turismo, a grande parte de inovações previstas nos planos estratégicos como o PROTAL.

<sup>1088</sup> E outros que poderiam ser relevantes, mas que ainda não existem, pois não foram realizados estudos académicos ou técnicos sobre algumas problemáticas, elaborados por intermédio de entidades oficiais (instituições públicas e privadas). Exemplo- No que ao Algarve concerne, verifica-se que os dados da saúde são escassos, muito agregados, não indo ao detalhe em determinadas matérias, fazendo uso de indicadores gerais e estandardizados e englobando variáveis ditas “padrão”.

acções presenciadas, assim como a natureza de alguns dos elementos observados. O carácter dinâmico da realidade empírica também revestiu um desafio, pois eram vários acontecimentos a suceder em focos específicos do território, os quais eram difíceis de analisar ao detalhe. O trabalho ao nível da micro-escala foi um verdadeiro desafio<sup>1089</sup> (em sentido positivo). De forma menos exigente, mas também imponente, menciona-se o tratamento dos inquéritos, que em contornos gerais, foi um processo muito prolongado, onde se ia constatando que algumas das questões poderiam ter sido mais ambiciosas, indo mais ao detalhe. Essa opção de prestar uma percepção geral das problemáticas, dificultou em certa medida, a compreensão imediata de certos fenómenos, que só se tornou possível com o entrosamento com resultados provenientes de outras metodologias (apesar de ser essa a estratégia inicial). Ainda neste âmbito, foi árduo articular todo o processo de desenvolvimento da tese, muito pelas limitações de recursos, mas em larga medida, pela natureza da mesma e pelo desafio robusto que toda a jornada representou.

No que concerne a estudos futuros, propõe-se uma outra forma de abordar a *desreterritorialização*<sup>1090</sup>, por exemplo, através da análise das opções dos segmentos da população mais jovens em termos de habitação, se terão ou não capacidade de suportar residência na cidade (e onde) ou somente mais longe das áreas de índole turística. Para avaliar problemas satélite como a *gentrificação* (ou o fenómeno em si), de forma pragmática (que opera muitas vezes como um catalizador para fenómenos de *desterritorialização in e ex situ*), seria essencial aplicar entrevistas ou inquéritos na área do imobiliário.

Quanto a metodologias a utilizar, sugerem-se as ferramentas de Hägerstrand<sup>1091</sup> (1967) atinentes às *territorialidades* individuais adjacentes a micro escalas, que podem hoje ser concretizadas com base em dados de georeferenciação de *smartphones*, as quais seriam fundamentais para perceber as dinâmicas comportamentais de alguns elementos de eventuais públicos-alvo definidos, visando analisar a extensão do seu capital de mobilidade, assim como o acesso a determinados espaços. Seriam deste panorama, importantes para recolher indícios acerca da existência de casos de *desterritorialização*

---

<sup>1089</sup> Representando, o trabalho à micro-escala, uma mais-valia, contrapondo a tendência hegemónica de se abordar os temas aqui analisados de forma muito panorâmica (muitas vezes distante dos problemas reais e concretos).

<sup>1090</sup> Recorde-se que a *desterritorialização* é um momento, logo seguido pela *reterritorialização*, o que origina a *desreterritorialização*.

<sup>1091</sup> Previamente abordadas e sucintamente explandadas.

*in situ* e de condicionamento de mobilidades das populações que actuam nos territórios em análise.

Por fim, gostaria de terminar a tese enaltecendo a experiência marcante que representou esta investigação, durante a qual se registaram vários altos e baixos<sup>1092</sup>, focos de grandes desafios, experiências únicas de contacto com várias pessoas e instituições, e toda uma jornada de afirmação e re-estruturação pessoal e intelectual. Para além das vantagens pessoais, espera-se que a exposição destes resultados sejam úteis a outros investigadores, incrementando o seu conhecimento acerca da matéria, e que motivem investigações futuras, nunca esquecendo que tal como o turismo é o motor de desenvolvimento económico do Algarve, a investigação científica é o catalizador de desenvolvimento das sociedades da informação.

---

<sup>1092</sup> De motivação; de desempenho a nível de construção teórica e desenrolar das tarefas da investigação de campo; de tratamento de dados.

## 6.7- Referências bibliográficas

- AAVV. (1963). "Algarve" *In* Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa: Editorial Verbo.
- Abrahão, S. L. (2008) Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- Abramides, M.; Costa, B.; Cabral, M. S. R. (2003). Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. São Paulo em Perspectiva, 17(1), 3-10.
- Abrão, J. (2010) Concepções de espaço geográfico e território. *Sociedade e Território*, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. Consultado em 23-05-2016, disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000100002>
- ACP (2018) Levantamento e propostas de alteração das condições de segurança rodoviária em troços com registos de acidentes envolvendo vítimas mortais. Observatório ACP- Algarve. Consultado em 17-10-2020, disponível em "https://observatorio.acp.pt/estudos/estudo\_algarve.pdf".
- Águas do Algarve (2017) Volumes de água fornecida. Consultado em 26-07-2017, disponível em <http://www.aguasdoalgarve.pt/content/volumes-de-agua-fornecida>
- AHETA (2017) Associação dos hotéis e empreendimentos turísticos do Algarve. Relatório 2016. Consultado em 17-12-2017, disponível em <http://www.aheta.pt/>.
- Aires, J. D.; Pequeno, L.; Fortes, E. (2000) A relação entre turistas estrangeiros e residentes: o caso de Ponta Negra – Natal /RN. *Revista hospitalidade*, nº 2, p 42-51.
- Almeida, C. M. B. R. (2009) Aeroportos e turismo residencial. Do conhecimento às estratégias. Tese de Doutoramento em Turismo. Universidade de Aveiro. Consultado em 17-03-2017, disponível em "https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/1396".
- Almeida, J. (2013) Gestão colaborativa de conflitos entre turismo e território: o caso do litoral Tróia – Melides. Consultado em 26-02-2022, disponível em "https://www.researchgate.net/publication/309211133\_Gestao\_colaborativa\_de\_conflitos\_entre\_turismo\_e\_territorio\_o\_caso\_do\_litoral\_Troia\_-\_Melides".
- Al-Rodhan, R. F. N.; Stoudmann; G. (2006) Definitions of Globalization: A Comprehensive Overview and a Proposed Definition. Base de dados: Wayback machine. Consultado em 05-10-2020, disponível em "https://archive.org/web/".
- Almeida, J.; Pinto, J. (1975) Teoria e investigação empírica nas ciências sociais. Consultado em 12-10-2016, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912596D11PA2iy3Nz71OD5.pdf>
- Alves, D.; Carolina, F.; Fernandes, J. L. (2012) Entre a harmonia e o conflito territorial: a nova ruralidade portuguesa. *Boletim Goiano de Geografia* [en linea], nº 35. Consultado em 27-03-2016, disponível em <http://www.redalyc.org/html/3371/337138459002/>
- Alves, J. (2013) O som e o audiovisual. Consultado em 23-04-2016, disponível em [http://www.ipv.pt/forumedia/3/3\\_fi6.htm](http://www.ipv.pt/forumedia/3/3_fi6.htm)
- ANA, (2017) Aeroportos de Portugal. Consultado em 12-12-2017, disponível em <https://www.ana.pt/pt/news-article-tags/algarve>.
- Andrade, N. (2012) Conflitos territoriais. Consultado em 25-04-2016, disponível em <http://conflitosterritoriaisri.blogspot.pt/>
- APA (2020) ARH Algarve- Águas balneares- fisiografia e hidrografia. Consultado em 07-11-2020, disponível em <https://apambiente.pt/index.php?ref=19&subref=906&sub2ref=910>
- Appadurai, A. (1995) 'The Production of Locality', in R. Fardon (ed.) *Counter-works: Managing the Diversity of Knowledge*, pp. 205-225. London and New York: Routledge.
- Appleton, J. (1975) *The experience of landscape*. London, Wiley.

**Archer, B.;** Cooper, C. (2002) Os impactos Negativos e positivos do turismo, Theobald, W. Ed. Turismo Global São Paulo: Senac.

**Ascher, F.** (2001) “Metropolização e transformação dos centros das cidades” in AAVV, Os centros das metrópoles – Reflexões e propostas para a cidade democrática no século XXI. São Paulo: Terceiro Nome, 59-67.

**ASPPM** (2020) Associação sócio profissional da Polícia Marítima- informação- publicações úteis. Consultado em 07-01-2020, disponível em “<https://www.asppm.pt/informacao/publicacoes>”.

**Araújo, R. D.;** Nascimento, I. L. B.; Nóbrega, W. R. M. (2016) Antropologia e turismo: uma viagem na obra de Augustín Santana Talavera. Anais do Seminário da ANPTUR. Consultado em 07-11-2020, disponível em “<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/410.pdf>”.

**ARH** (2009) Questões Significativas da Gestão da Água - Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve. Participação Pública – Informação de Suporte. Consultado em 16-10-2020, disponível em [http://www.arh.algarve.pt/site/parameters/arh.algarve/files/File/upload/Participacao\\_Publica/PGRH\\_Algarve\\_QS\\_Informacao\\_Suporte.pdf](http://www.arh.algarve.pt/site/parameters/arh.algarve/files/File/upload/Participacao_Publica/PGRH_Algarve_QS_Informacao_Suporte.pdf).

**ARS** (2020) Relatório anual- Acesso a cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e entidades convencionadas- 2019. Consultado em 30-11-2020, disponível em “[https://www.sns.gov.pt/wpcontent/uploads/2020/09/Relatorio\\_Anual\\_Acesso\\_2019.pdf](https://www.sns.gov.pt/wpcontent/uploads/2020/09/Relatorio_Anual_Acesso_2019.pdf)”.

**ATA** (2017) Voltas de golfe no Algarve. Consultado em 12-11-2017, disponível em <http://www.algarvepromotion.pt/pt/default.aspx>

**Augé, M.** ([1992] 2005), Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus.

**Avraham, E.;** Ketter, E. (2012). Media strategies for marketing places in crisis: Improving the image of cities, countries and tourist destinations. 1-242. Consultado em 11-10-2020, disponível em “[https://www.researchgate.net/publication/286009170\\_Media\\_strategies\\_for\\_marketing\\_places\\_in\\_crisis\\_Improving\\_the\\_image\\_of\\_cities\\_countries\\_and\\_tourist\\_destinations](https://www.researchgate.net/publication/286009170_Media_strategies_for_marketing_places_in_crisis_Improving_the_image_of_cities_countries_and_tourist_destinations)”.

**Azevedo, A** (2008). A Ideia De Paisagem. Figueirinhas, Porto.

**Babbie, E. R.** (2009). The Practice of Social Research 12th ed. [S.l.]: Wadsworth. pp. 436–440.

**Bachelard, G.** (1957) La Poétique de l’Espace. Paris: Presses Universitaires de France.

**Badie, B.** (1995): O Fim dos Territórios – ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito; Instituto Piaget; Lisboa.

**Baker, B.** (2007) Destination branding for small cities: the essentials for successful place branding. Creative loop books. Portland, Oregon, USA.

**Baldissera, L.;** Bahl, M. (2012) Turistas e moradores locais: Uma reflexão teórica dessa relação. Anais do VII seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Consultado em 20-06-2016, disponível em [http://www.ucs.br/ucs/tplVSEminTur%20/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_7/gt09/arquivos/09/01\\_26\\_16\\_Baldissera\\_Bahl](http://www.ucs.br/ucs/tplVSEminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt09/arquivos/09/01_26_16_Baldissera_Bahl)

**Barretto, M.** (2004) Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. Revista Turismo em Análise, v. 15, n. 2, p. 133-149, novembro 2004.

**Barretto, M.** (2009) Cultura e turismo: discussões contemporaneas. São Paulo Brasil. Papirus editora.

**Barros, N.** (1998) Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: UFPE.

**Barros, R. R.M.;** Pina, S. M.; Kowaltowski, D.; Funari, T. B.; Alves, S.; Teixeira, C.; Costa, A. (2005) Conforto e Psicologia Ambiental: a questão do Espaço Pessoal no projeto arquitetônico – ENCAC – ELACAC -Maceió/AL.

- Bassi, I. M.** (2006) “Necessidades especiais e turismo: desafio e busca de qualidade” in Revista Intersaberes, v. 1, nº 2. Consultado em 03-10-2020, disponível em <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto5363c72c387b4.pdf>
- Bataller, A. S.** (2000) “El Estudio de la Gentrification”, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, 228, Universidad de Barcelona. Consultado em 28-05-2016, Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-228>
- Batista, P.** (2015) Para uma história do turismo do Algarve. Consultado em 03-10-2020, disponível em [https://www.academia.edu/3891270/Para\\_uma\\_hist%C3%B3ria\\_do\\_turismo\\_do\\_Algarve](https://www.academia.edu/3891270/Para_uma_hist%C3%B3ria_do_turismo_do_Algarve).
- Baudrillard, J.** (1991) Simulacros e Simulação. Lisboa, Relógio d'Água. Consultado em 06-10-2020, disponível em [https://monoskop.org/images/c/c4/Baudrillard\\_Jean\\_Simulacros\\_e\\_simula%C3%A7%C3%A3o\\_1991.pdf](https://monoskop.org/images/c/c4/Baudrillard_Jean_Simulacros_e_simula%C3%A7%C3%A3o_1991.pdf)
- Baudrillard, J.** (1995) A sociedade de consumo. Lisboa. Edições 70. Consultado em 16-10-2020, disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/613769/mod\\_resource/content/1/BAUDRILLARD\\_1995\\_A\\_sociedade\\_de\\_consumo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/613769/mod_resource/content/1/BAUDRILLARD_1995_A_sociedade_de_consumo.pdf).
- Bauman, Z.** (2001) Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: 1º ed. Zahar.
- Bauman, Z.** (2006) Confiança e Medo na Cidade, Lisboa, Relógio d'Água.
- Bauman, Z.** (2008) Medo Líquido. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro; Zahar.
- Beck, U.** (1992) Risk society: Towards a new modernity, London: Sage.
- Bedim, B.** (2008) Turismo, espaço e tempo social: acepções teóricas da modernidade em movimento. In revista geografias Belo Horizonte 04(1) 7-22 janeiro-junho.
- Beni, M. C.** (2002). Análise Estrutural do Turismo. 7ª ed. SENAC, São Paulo.
- Berger, P.;** Luckmann, T. (1999) A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes. Texto original de 1967.
- Bodart, C.** (2009) Conceito de território: Conceitos sociológicos, eixo-espacos sociais, urbanidade/ruralidade e territorialidade. Consultado em 15-04-2016, disponível em <http://www.cafecomsociologia.com/2009/08/conceito-de-territorio.html>.
- Bondarenko, O.** (2018) O impacto Económico do Turismo – O Caso da Cidade do Porto. FEP-Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Boo, E.** (1992) “Ecoturismo: Potenciales y Escollos”. WWF. Washington, D.C.
- Bourdieu, P.** (1989) *O poder simbólico*. Lisboa: Difel/Bertrand do Brasil.
- Brito, C. A.** (2008) Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano [online]. Salvador: EDUFBA, 236 p. Consultado em 29-03-2016, disponível em <<http://books.scielo.org>>.
- Brito, S. P.** (2009). Território e Turismo no Algarve. (1ªed.). Lisboa: Edições Colibri e Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve.
- Burgen, S.** (2018) “‘Tourists go home, refugees welcome’: why Barcelona chose migrants over visitors”. The Guardian. Consultado em 04 de março de 2020, disponível em <https://www.theguardian.com/cities/2018/jun/25/tourists-go-home-refugees-welcome-why-barcelona-chose-migrants-over-visitors>.
- Büscher, M.;** Veloso, L. (2018) Métodos móveis. Tempo social, revista de sociologia da USP, v. 30, nº 2, pp. 133-151. Consultado em 11-10-2020, disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ts/v30n2/1809-4554-ts-30-02-133.pdf>.

**Butler, R.** (1980). The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources”. *Canadian Geographer*, 24 (1), 5-12.  
**Camargo, L. O. L.** (2004) *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph.

**Campbell, C. A.** (2011) *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco.

**Canclini, N.** (2013) *Culturas híbridas*. Brasil. EDUSP. Ensaios latino-americanos.

**Caparrós, M.** (2017, 14 de agosto). *La posverdad de la turismofobia*. *The New York Times*. Consultado em 17-01-2020, disponível em <https://www.nytimes.com/es/2017/08/14/la-posverdad-de-la-turismofobia/>.

**Carmo, R. M. D., Santos, S.** (2011) “Os perfis territoriais do Algarve: análise sociodemográfica” *In Finisterra* [online], n.91, pp.67-85. Consultado em 04-10-2020, disponível em “[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0430-50272011000100004](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272011000100004)”

**Carmo, R.** (2014) *Sociologia dos territórios: teorias, estruturas e deambulações*. Lisboa, Edições: mundos sociais.

**Carvalho, S.** (2010) A Percepção do Turismo por Parte da Comunidade Local e dos Turistas no Município de Cajueiro da Praia – PI. *Revista turismo em análise* vol 21 nº3, Dezembro.

**Castells, M.** (2003) *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

**Castell, R.** (1998), *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.

**Castellani, V.; Sala, S; Pitea, D.** (2007) - A new method for tourism carrying capacity assessment. *Ecosystems and Sustainable Development VI. WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 106:365-374.

**Cavaco, C.** (2006) *Práticas e lugares de turismo*. In: Fonseca, M. L (coord). *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. CEG, Lisboa: 299-362.

**Cazalais, N.** (2009) - L'espace touristique: relations entre residents, visiteurs et paysages. *Ateliê Geográfico* (ISSN: 1982-1956) 3(2):179-193, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiania, Goiás, Brasil. Disponível on-line em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/7325/5339>

**CCDRA** (2003) *Relatório do estado do ambiente (Algarve)*. CCDR, Faro.

**CCDRA** (2006). *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013*. CCDR, Faro.

**CCDRA** (2008) *Ponto da situação dos campos de golfe na região do Algarve*. Consultado em 22-11-2020, disponível em “[https://ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/Ordenamento/estudos/golfes\\_final\\_fev08.pdf](https://ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/Ordenamento/estudos/golfes_final_fev08.pdf)”.

**Churchill, G.** (1998) *Marketing research: methodological foundations*. 2a ed. The Dryden Press. Consultado em 12-03-2020, disponível em [https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo\\_-\\_amostragem\\_nao\\_probabilistica\\_adequacao\\_de\\_situacoes\\_para\\_uso\\_e\\_limitacoes\\_de\\_amostras\\_por\\_conveniencia.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf)

**Cifelli, G.; Peixoto, P.** (2012) *Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória*. *Sociologia in revista da faculdade de letras da universidade do porto*, vol XXIV, pág 35-54.

**Clavé, S. A.** (1998). *La urbanización turística. De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística*. *Doc. Anàl. Geogr*, 32: 17-43.

**CMP** (2016) *Portimão- Câmara municipal: história*. Consultado em 12-05-2016, disponível em <http://www.cm-portimao.pt/features/historia>.

- CMP** (2020) Arquivo da Câmara Municipal de Portimão. Consultado em 16-08-2020, disponível em "<https://www.cm-portimao.pt/menus/servicos/arquivo>".
- Colau, A.** (2015) Mass tourism kill city: Barcelona. Consultado em 08-11-2016, disponível em <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/02/mass-tourism-kill-city-barcelona>
- Cooper, C.;** Fletcher, J.; Sheperd, R.; Gilbert, D.; Wanhill, S. (2007) Turismo: Princípios e Práticas. São Paulo: ARTMED.
- Corbin, A.** (2001) L'homme dans le paysage. Paris : Les éditions Textuel.
- Coriolano, L. N.** (1998) *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas-SP: Papirus (Coleção Turismo).
- Coriolano, L. N.** (2006) Reflexões sobre o Turismo Comunitário. Consultado 27-09-2020, disponível em "<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=1116>".
- Coser, L.** (1964) The functions of social conflict. Free press. 1<sup>st</sup> published 1954.
- Couto, M.** (2005) Pensatempos. Lisboa, editora caminho.
- Cruz, F.** (2011) A tematização nos espaços públicos: estudo de caso nas cidades de Porto, Vila Nova de Gaia e Barcelona. Uma análise sobre a qualidade e estrutura dos espaços públicos. FLUP, tese de doutoramento, Porto. Consultado em 04-03-2020, disponível em "<https://www.researchgate.net/publication/283325947>".
- Cullen, G.** (1983) Paisagem urbana. São Paulo: Martins Fontes.
- Cunha, B. E. A.** (2015) Perceção dos impactos do turismo na ilha da Boa Vista, Cabo Verde. ISCTE, tese de doutoramento. Consultado em 16 de outubro de 2020, disponível em "<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10989>".
- Cunha, L.** (2003) Introdução ao turismo. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Cunha, L.** (2012). Turismo em Portugal: Sucessos e Insucessos. (1ªed.). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Cunha, M. I.** (2019) Criminalidade e Segurança. Portugal. Editor: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Dale, R.;** Robertson, S. (2001) The varying effects of regional organizations as subject of globalization on education. Comparative Education Review, Londres, v. 46, n. 1, p. 10-36. Fev.
- Dahrendorf, R.** (1962) Classes sociales y su conflicto en la sociedad industrial. Madrid, Ediciones Rialp.
- Deardorff, D. K.** (2008). Intercultural Competence. Em Savicki, Victor (Editor). Developing Intercultural Competence and Transformation. Virginia. Stylus Publishing, pp. 32-52.
- Deleuze, G.;** Guattari, F. (1997) *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5.
- Deleuze, G.;** Guattari, F. (2004) [ed. original: 1972] O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Dematteis, G.** (1995) – Projecto implícito- il contributo della geografia humana alle scienze del territorio, Milão, Angeli, p.47.
- Dennie, K.** (2011) City branding: theory and cases / US. Edited by Palgrave Mcmilan.
- Dias, K.** (2008) Notas sobre paisagem, visão e invisão. In visualidades. Revista do programa de mestrado em cultura visual. FAVIUEG, v6, nº1 e 2.

**DN** (2015) Greve dos enfermeiros deixa saúde no Algarve sob pressão. Consultado em 24-07-2017, disponível em <http://www.dn.pt/portugal/interior/greve-dos-enfermeiros-deixa-saude-no-algarve-sob-pressao-4723901.html>

**Dominguez, A. Q.** (2018) “Turismofobia, ou o Turismo como Fetiche.” *In* Revista do Centro de Pesquisa e Formação-Edição Especial- Ética e Turismo. p.22-30. Consultado em 24-02-2020, disponível em [https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/edicao\\_especial.pdf](https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/edicao_especial.pdf)

**Donis, A.** (1973) Sintaxe da linguagem visual. Consultado em 21-05-2016, disponível em [http://www3.uma.pt/dmfe/DONDIS\\_Sintaxe\\_da\\_Linguagem\\_Visual.pdf](http://www3.uma.pt/dmfe/DONDIS_Sintaxe_da_Linguagem_Visual.pdf).

**Doxey, J.** (1975) Development of tourism destinations. London: Torbay.

**Duarte, M. J. R.** (2003) - Portimão. Industriais Conserveiros na 1ª Metade do Século XX. Lisboa: Edições Colibri.

**Durkheim, É.** (1982) "The Rules of Sociological Method", Prefácio à Segunda Edição, trad. W.D. Halls, The Free Press.

**Durkheim, É.** (1991) *De la division du travail social*, PUF, Paris.

**ECPAT (2008)** Protecting children from sexual exploitation in tourism an ECPAT training tesource kit. Consultado em 19-10-2018, disponível em [https://www.ecpat.org/wp-content/uploads/2016/04/ECPAT\\_CST\\_Code\\_Toolkit.pdf](https://www.ecpat.org/wp-content/uploads/2016/04/ECPAT_CST_Code_Toolkit.pdf)

**Edwards, D., Griffin, T., Hayllar B.** (2011) “Áreas funcionais turísticas urbanas: um panorama dos principais temas e questões”, *In* “Turismo em cidades: Espaços urbanos, lugares turísticos”. Consultado em 23-04-2017, disponível em <https://books.google.pt/books?id=tSddnC>.

**Ellard, C.** (2019) A Alma dos Lugares: Como a paisagem e o ambiente alteram o nosso comportamento e as nossas decisões. Conheça a psicogeografia, a influência dos lugares naquilo que somos. Edição: Contraponto Editores.

**Encarnação, J.** (2020) Costumes e Tradições de Portimão. Consultado em 17-10-2020, disponível em “<https://www.facebook.com/groups/costumesportimao/photos/>.”

**Enjolras, B.; Steen-Johnsen, K.; Wollebæk, D.** (2012) How do social media change the conditions for civic and political mobilization? Consultado em 24-05-2016, disponível em <http://www.uio.no/english/research/interfaculty-research-areas/democracy/news-and-events/events/conferences/2012/papers-2012/steen-johnsen-elrojas-wollebaek-wshop1%5D.pdf>

**ERTA** (2014) Plano de marketing Estratégico para o Turismo do Algarve 2015-2018. Consultado em 17-10-2020, disponível em [https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Plano%20Mkt%20Turismo%20Algarve%202015\\_2018.pdf](https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Plano%20Mkt%20Turismo%20Algarve%202015_2018.pdf)”.

**Erikson, E. H.** (1976) Identidade, Juventude e Crise. Rio de Janeiro: Zahar editores,

**Eusébio, C.; Carneiro, M. J.** (2012) “Impactos Socioculturais do Turismo em Destinos Urbanos”. *In* *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.º 30, 2.º Quadrimestre, p. 65-75.

**Fernandes, A.** (2007) História do turismo. Consultado em 29-05-2016, disponível em <http://pt.slideshare.net/alefeufei/histria-do-turismo>

**Fernandes, J. L.** (2012) Parques naturais e outras áreas classificadas no modelo de desenvolvimento português. Seia/Coimbra: Terras de Sena.

**Fernandes, J. L.** (2012) Cityscapes- Símbolos, dinâmicas e apropriações da paisagem cultural urbana. *IN:* Carvalho Paulo; Fernandes J. L. (orgs.) Património cultural e Paisagístico. Cegot, imprensa da universidade de Coimbra, p. 145 a 162. Consultado em 05-05-2016, disponível em <https://books.google.pt/books?id=GTm5CwAAQBAJ&pg=>

**Fernandes, J. L.** (2013). Paisagem cultural: de um espaço de reterritorialização a um recurso turístico. *The Overarching Issues of the European Space*. Ed. Faculdade Letras Universidade do Porto. Pag. 269-285.

**Fernandes, J. L.** (2013) “Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização” in *Turismo e cultura: destinos e competitividade*. Coimbra, imprensa da UC.

**Fernandes, J. L.** (2013) Turismo topobiográfico e territórios narrativos: conceitos e análise crítica. *Revista Pasos, turismo e património cultural*. Vol. 11 N.º 4. págs. 687-701.

**Fernandes, J. L. et al** (2014) Territorialidades vulneráveis e resiliência. Reflexões em torno dos efeitos geográficos da crise de 2008 em Portugal. XIV Colóquio Ibérico de Geografia.

**Fernandes, J. L.** (2017) “Turismo e fronteiras: uma relação dinâmica entre o turismo cultural e político” in “Espaços e tempos em Geografia: homenagem a António Gama”. Imprensa da Universidade de Coimbra. Consultado em 04-10-2020, disponível em [https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/43526/1/Turismo\\_e\\_fronteras.pdf](https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/43526/1/Turismo_e_fronteras.pdf)

**Fernandes, J. L.** (2020) “Arquétipos e paisagens. Simulacros e anatopias geográficas nos territórios contemporâneos de consumo, lazer e turismo” In *Biblos*, revista da faculdade de letras da universidade de Coimbra, Número 6, 3.ª Série, pp. 169-191. Consultado em 07-11-2020, disponível em “[https://impactum-journals.uc.pt/biblos/article/view/6\\_8/6583](https://impactum-journals.uc.pt/biblos/article/view/6_8/6583)”.

**Fernandes, L. R.** (2005) A capacidade de carga como instrumento do planeamento turístico sustentável em áreas litorâneas. In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2005, Caxias do Sul. III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Consultado em 29-10-2020, disponível em “<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt4-a-capacidade.pdf>.”

**Ferrão, J.; Henriques, E. B.; Neves, A. O.** (1994) “Repensar as cidades de média dimensão” in *Análise Social*, vol. XXIX (129), 1994 (5.º), 1123-1147. Consultado em 24-10-2020, disponível em “<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378407Y0xVQ7cu3Cb33XB4.pdf>”.

**Ferrara, L. D’A.** (2007) *Espaços Comunicantes*. São Paulo: Annablume; Grupo ESPACC.

**Ferreira, P.** (2015). "O princípio da confiança: proteção e tópica jurisprudencial dos contratos de saúde suplementar". *Revista de Direito Civil Contemporâneo - RDCC v.2. (n.2.): 83-107*. São Paulo: Revista dos Tribunais-ThomsonReuters.

**Filho, J. F.** (2008) *Gestalt do Objeto: sistema de leitura visual*. 8ª Edição, Editora: Escrituras.

**Flores, L.; Silva, Y.** (2001) Pobreza violência e crime: Conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In: Banduci Junior, A; Barretto, M. (orgs.). *Turismo e identidade local: Uma visão antropológica*. Campinas, SP: Papirus, p. 175-196.

**Flores, L. C. S.; Flores, R. O. S. M.; Mendes, J.** (2016) Fatores críticos de sucesso de destino turístico: estudo de Itajaí a partir do Plano Plurianual 2014-2017. Consultado em 23-04-2017, disponível em [http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DPG1\\_pdf/120.pdf](http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DPG1_pdf/120.pdf)

**Foley, M.; Lennon, J. J.** (1996). "JFK and dark tourism: A fascination with assassination". *International Journal of Heritage Studies*. 2 (4): 198–211. Consultado em 04-10-2020, disponível em “<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13527259608722175>”.

**Fonseca, M. L.** (2005), *Migrações e Território*. CEG, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº64, FLUL, Lisboa.

**Fornet-Betancourt, R.** (1994) *Filosofia intercultural*. México: Universidade Pontifícia do México, 127.

**Fortuna, C.** (1999), “Expressões públicas da vida sensível” e “Paisagens Sonoras. Sonoridades e ambientes sociais urbanos”, in *idem*, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Estudos sociológicos decultura urbana. Oeiras: Celta Editora

**Foucault, M.** (1963) *Naissance de la clinique. Une archéologie du regard médical*. Paris, PUF.

**Foucault, M.** (2001) Dits et écrits. Édition Établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald. Collaboration de Jacques Lagrange, Vol. I et II. Paris. Quarto Gallimard.

**Foucault, M.** (2004). Naissance de la biopolitique. Paris: Seuil.

**Frechtling, D. C.** (2001). Forecasting Tourism Demand: Methods and Strategies. Oxford: Butterworth-Heinemann.

**Freitas, J. G.; Dias, J.A** (2012) Praia da Rocha (Algarve, Portugal): um paradigma da antropização do litoral. Revista da Gestão Costeira Integrada 12(1):31-42.

**Frémont, A.** (1980) A região espaço vivido. Edições Almedina.

**Freud, S.** (1986) O Mal-Estar na Civilização. Trad. Jayme Salomão. P. 81-171. Rio de Janeiro: Imago.

**Friedmann, J.** (1992): Empowerment. The politics of an alternative development. Oxford: Basil Blackwell.

**Friedman, T. L.** (2005); O mundo é plano. Uma História breve do século XXI; Actual Editora; Lisboa.

**Furtado, C.** (2014) Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. Cadernos Metrópole, 16(32), 341-364.

**Gago, A.** (2018) O aluguer de curta duração e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa. IGOT, dissertação de mestrado, Lisboa. Consultado em 12-03-2020, disponível em “[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/32753/19/tm\\_igotul010887.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/32753/19/tm_igotul010887.pdf)”

**Gant, A. C.** (2017) “Resisting tourism gentrification: the experience of grass-roots movements in Barcelona”. In Anti-gentrification nelle città (Sud) Europee, nº 13, p. 39-47. Consultado em 07-03-2020, disponível em [http://www.urbanisticatre.uniroma3.it/dipsu/wp-content/uploads/2017/12/u3\\_quaderni\\_13\\_cocolagant\\_pardo.pdf](http://www.urbanisticatre.uniroma3.it/dipsu/wp-content/uploads/2017/12/u3_quaderni_13_cocolagant_pardo.pdf)

**Gaio, S.; Gouveia, L.** (2007) O Branding Territorial: uma abordagem mercadológica à Cidade. Revista A Obra Nasce. Edições UFP. ISSN 1645-8729, pp 27-36.

**Garfinkel, H.** (1996 [1967]) O que é etnometodologia? in Studies in ethnomethodology. Cambridge: Polity Press., Cap. 1. P. 1-34.

**Gaspar, J.** (2001) O Retorno da Paisagem à Geografia- Apontamentos Místicos. Finisterra, XXXVI, 72, pp. 83-99- Revista Portuguesa de Geografia. Consultado em 20-11-2019, disponível em “<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1624>”.

**Giddens, A.** (1991); The consequences of modernity; Stanford University Press; Palo Alto.

**Giddens, A.** (2002) Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

**Gimenes, T.; Oliveira, F.; Zamprona, E.** (2003) Paisagem sonora: uma proposta de análise. Consultado em 14-05-2016, disponível em [http://cogprints.org/3000/1/TOFFOLO\\_OLIVEIRA\\_ZAMPRA2003.pdf](http://cogprints.org/3000/1/TOFFOLO_OLIVEIRA_ZAMPRA2003.pdf)

**Glaser, B. G.; Strauss, A. L.** (1967) The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research. Chicago.: Aldine. Consultado em 04-10-2020, disponível em [http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser\\_1967.pdf](http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser_1967.pdf).

**Goeldner, C. R.** (2012) Tourism: Principles, Practices, Philosophies: 12th edition. Universidade de Harvard, Nova Iorque

**Goffman, E.** (2009) A representação do eu na vida cotidiana. Editora Vozes. Petrópolis.

**Gonçalves, E. R.** (1996). Turismo de massas e estruturação do território: o caso de Albufeira. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

**Gonçalves, M. E.; Bastos, C.; Domingues, M.; Raposo, H.; Delicado, A. (2007).** Os portugueses e os novos riscos. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

**Gottman, J. (2012)** A evolução do conceito de território. Brasil, boletim campineiro de geografia, v2, nº3. Consultado em 29-03-2016, disponível em [http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/viewFile/86/2012v2n3\\_Gottmann](http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/viewFile/86/2012v2n3_Gottmann)

**Govers, R.; Go, F. (2009)** Place branding: glocal, virtual and physical identities, constructed, imagined and experienced. US. Pallgrave Macmillan.

**Granovetter, M. (1973).** The strength of weak ties. In: *American Journal of Sociology*, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938.

**Grünewald, R. A. (2003)** Turismo e etnicidade. Revista Horizontes antropológicos. vol.9 no.20 Porto Alegre Outubro. Consultado em 14-11-2020, disponível em ["https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832003000200008&script=sci\\_arttext"](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832003000200008&script=sci_arttext).

**Guattari, E; Rolnik, S. (1996)** Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.

**Guerreiro, J. P. (1993)** Sistemas agrários do Algarve. UALG, Faro. Consultado em 24-07-2017, disponível em <https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3483/1/tese%20JPG%20cap%201%20e%202.pdf>

**Guimarães, L. S. (2002)** Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia etopofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. UNESP. Rio Claro, SP, Geosul, Florianópolis, v.17, n.33, p 117-141, jan./jun.

**Habermas, J. (1984)** Mudança Estrutural da Esfera Pública. São Paulo: Tempo Brasileiro.

**Haesbaert, R. (2006)** O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

**Hägerstrand, T. (1967 [1954])** Innovation diffusion as a special process. English. University of Chicago Press.

**Hall, D.; Richards, G. (2000)** Tourism and Sustainable Community Development (Routledge Advances in Tourism) Hardcover: 336 pages; Publisher: Routledge; 1 edition (May 8, 2000);

**Harnisch, K. (2012)** O paisagismo como propulsor da experiência multisensorial: parque multisensorial para pato branco-Paraná. Monografia. Consultado 3m 08-04-2016, disponível <http://docslide.com.br/documents/tfg-o-paisagismo-como-propulsor-da-experiencia-multisensorial.html>

**Harvey, D. (2008)** O Direito à Cidade. New Left Review, n. 53. Consultado em 25-02-2020, disponível em ["http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf."](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf)

**Harvey, D. (2009)** Condição pós-moderna. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola.

**Harvey, D. (2011)** O Enigma do capital e as crises do capitalismo. Lisboa: Ed Bizâncio, 336p.

**Hegel, F.; Wilhelm, G. (1995)** A Razão na História. Introdução a Filosofia da História Universal. Lisboa, Portugal, Edições 70.

**Henish, B. A. (1999),** The Medieval Calendar Year. Pennsylvania State University Press.

**Henriques, C. (2003)** Turismo, Cidade e Cultura– Planeamento e Gestão Sustentável. Edições sílabo. Faro.

**Henriques, C.; Custódio, M. J. (2010).** Turismo e Gastronomia: a valorização do património gastronómico na região do Algarve. Revista Encontros Científicos - Tourism & Management Studies, (6),

69-81. Consultado em 19 de julho de 2017, disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1646-24082010000100008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-24082010000100008&lng=pt&tlng=pt).

**Hiebert**, P. G. (2008) *Transforming Worldviews: an anthropological understanding of how people change*. Grand Rapids, Mich.: Baker Academic.

**Hobbes**, T. (2011) *Leviathan*. Oxford world's classics.

**Honnet**, A. (2003) *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: ed. 34.

**Homer-Dixon**, T. (1999), *Environmental Scarcity and Violence*, Princeton University Press.

**Homer-Dixon**, T., e **Blitt**, J. (1998), *Ecoviolence, links among Environment, Population and Security*, Rowman & Littlefield, Nova Iorque.

**IDEALISTA**, (2022) *Evolução do preço das casas à venda, Portimão*. Consultado em 05-03-2022, disponível em ["https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/venda/faro/portimao/portimao/"](https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/venda/faro/portimao/portimao/).

**IEFP** (2020) *Observatório do desemprego- 3º triénio de 2020*. Consultado em 28-11-2020, disponível em ["www.iefp.pt/mediateca"](http://www.iefp.pt/mediateca).

**IMT, IP** (2019) *Relatório de tráfego na rede nacional de auto-estradas- 3º trimestre de 2019*. Consultado em 17-10-2020, disponível em ["http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/InfraestruturasRodoviaras/RedeRodoviaria/Relatorios/2019.pdf"](http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/InfraestruturasRodoviaras/RedeRodoviaria/Relatorios/2019.pdf).

**INE** (2011) *Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Algarve*. Consultado em 07-11-2020, disponível em ["www.censos.ine.pt"](http://www.censos.ine.pt).

**INE** (2014) *Chegadas ao aeroporto de Faro 1965-2013*. Lisboa.

**INE** (2014) *Inquérito ao Emprego*. Consultado em 28-11-2020, disponível em ["https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESTipo=ea&PUBLICACOEScolecao=5685773&xlang=pt"](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESTipo=ea&PUBLICACOEScolecao=5685773&xlang=pt).

**INE** (2016) *Contas Regionais*. Consultado em 28-11-2017, disponível em <http://www.peprobe.com/pt-pt/serial/ine-regional-accounts-2>

**INE. (2021)** *Anuário Estatístico da Região Algarve 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 27.

**INE** (2021) *Estatísticas do emprego- Taxa de desemprego entre 2013 e 2019*. Consultado em 11-11-2021, disponível em ["https://www.ine.pt/portal/estatistica-Emp.pt/"](https://www.ine.pt/portal/estatistica-Emp.pt/).

**IPMA** (2018) *Normais climatológicas*. Consultado em 27-03-2018, disponível em <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/Faro>.

**IPV** (2005) Instituto Politécnico de Viseu. *Princípios Gerais de Turismo – 1º Ano*. Textos de Apoio I. Viseu.

**Jennings**, R. Y. (1963) *The acquisition of territory in international law*. Manchester: University Press.

**ISN** (2020) Instituto de socorro a naufragos- documentos úteis. Consultado em 07-01-2020, disponível em ["https://www.amn.pt/ISN/Paginas.aspx"](https://www.amn.pt/ISN/Paginas.aspx).

**Johnson**, D. H. (1980). *The comparison of usage and availability measurements for evaluating resource preference*. *Ecology* 61:65-71.

**JP** (2010) *Operador turístico em conflito com hotéis algarvios aceita negociar*. Consultado em 17-06-2016, disponível em <http://www.publico.pt/economia/jornal/operador-turistico-em-conflito-com-hoteis-algarvios-aceita-negociar-20651059>

**Lima**, B. (1940) *Terras Portuguesas*. Póvoa do Varzim: Tipografia Camões Editora.

**Kerber, F.;** Silva, F. (2012) Impactos ambientais do Turismo. Geografia e Ecoturismo- UFSM. Consultado em 12-07-2017, disponível em [http://ecoturismoufsm.blogspot.com/2012/10/impactos-ambientais-do-turismo\\_5285.html](http://ecoturismoufsm.blogspot.com/2012/10/impactos-ambientais-do-turismo_5285.html)

**Knafou, R.** (1996): Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: Adyr A. B. Rodrigues (org.). Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC.

**Koestler, A.** (1964). The Act of Creation, p38. Penguin Books, New York

**Krippendorf, J.** (2003). Sociologia do Turismo. Para uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens. 3ª ed. Aleph, São Paulo.

**Lahire, B.** (2002), Homem plural: os determinantes da ação. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis : Vozes.

**Latouche, S.** (1994) A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis, RJ: Vozes.

**Latour, B.** (2012) “Reagregando o social- Uma introdução à Teoria do Actor-Rede.” Consultado em 24-10-2021, disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648100/mod\\_resource/content/1/Latour](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648100/mod_resource/content/1/Latour)”.

**Lefebvre, H.** (1972) De lo rural a lo urbano. Barcelona. Península.

**Lefebvre, H.** (1986) La Production de l’Espace. Paris : Anthropos. 1ª edição: 1974.

**Lefebvre, H.** (1997), “Seen from the window” e “Rhythmanalysis of Mediterranean Cities”, in idem, Writings on Cities. Grã Bretanha: Blackwell Publishers.

**Leite, N.** (2008) Turismo e território: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da geografia do turismo. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa.

**Lima, L.;** Silva, L. X.; Forno, M. A. R. (2014) A Evolução Histórica dos Conceitos de Território/Territorialidade no Contexto do Desenvolvimento Rural. Consultado em 20-08-2018, disponível em <file:///C:/Users/TOSH/AppData/Local/Temp/268-Texto%20do%20artigo-1238-1-10-20150305.pdf>.

**Lindberg, K.;** Johnson, R. L. (1997) The economic values of tourism’s social impacts, Annals of tourism research, 24, 90–116. London: Longmans.

**LM** (1955) Life Magazine- “Death of a Genius”, consultado em 28-11-2019, disponível em [http://www.sundheimgroup.com/wp-content/uploads/2018/05/Einstein-article-1955\\_05.pdf](http://www.sundheimgroup.com/wp-content/uploads/2018/05/Einstein-article-1955_05.pdf).”

**Locke, J.** (1967) Two treatises of government, Cambridge, University Press, VIII, pp. 348-350,

**Lopes, J.;** Vasconcellos, T. (2006) Geografia da infância: Territorialidades Infantis. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.1, pp.103-127, Jan/Jun.

**Lovelock, J.** (2000). Gaia: A New Look at Life on Earth. Oxford: Oxford University Press.

**Luime, E.** (2014) Diferenças entre espaço público, privado e acessível ao público. Consultado em 4-06-2016, disponível em <http://emiliopuime.jusbrasil.com.br/artigos/112339069/diferencas-entre-espaco-publico-privado-e-acessivel-ao-publico>

**Lynch, K.** (1960) A imagem da cidade. Lisboa, edições 70. Consultado em 21-06-2016, disponível em <https://drive.google.com/file/d/0BzjKUXzzILWHa0RIREJEbjI3S1U/edit?pref=2&pli=1>

**Mácha, P. (2013)** “Resistance through tourism: identity, imagery, and tourism marketing in New Mexico” in “Tourism in global south: heritages, identities and development”. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. Pág. 91-112. Consultado em 27-03-2021, disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/286788814.pdf#page=110>”.

**Machado, V. M. (2010)** Sistemas de turismo e ordenamento do território no regime jurídico das áreas regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico. Consultado em 28-04-2017, disponível em <http://www.dosalgarves.com/rev/N19/3rev19.pdf>.

**Malthus, T. (2004)** Ensaio sobre o principio da população. Portugal. Edições relógio d’água. p 232.

**Manning, R.; Wang, B.; Valliere, W.; Lawson, S. & Newman, P. (2002)** - Research to estimate and manage carrying capacity of a tourist attraction: a study of Alcatraz Island. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(5):388-404

**Marques, J. B. V.; Freitas, D. (2018)** Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. *Revista Pro-Posições*, vol.29, n° 2- Campinas May/Aug. 2018. Consultado em 07-11-2020, disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072018000200389&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072018000200389&script=sci_arttext&tlng=pt)

**Marques, J.; Santos, N.. (2012).** Espaços turísticos e novas formas de alojamento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 1 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 103 a 126.

**Marques, M. G. (1999).** O Algarve: da Antiguidade aos nossos dias. Lisboa: Edições Colibri.

**Maroco, J. (2007).** Análise Estatística com utilização do SPSS. Lisboa, Edições Sílabo.

**Martins, H. (2017)** O Turismo no Parque Nacional da Peneda-Gerês: A experiência da marca do destino, o apego ao guar, a satisfação, os comportamentos pró-ambientais e as intenções comportamentais. Universidade de Coimbra, tese de Doutoramento- FLUC. Consultado em 14-03-2020, disponível em <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/79717/1/O%20turismo%20no%20Parque%20Nacional%20da%20Peneda%20Ger%c3%aas.pdf>.

**Marujo, N.; Santos, N. (2012):** “Turismo, Turistas e Paisagem”. in *Revista de Investigaciones Turística*. 4, p. 35-48.

**Marcus, C. C.; Sachs, N. A. (2014)** *Therapeutic Landscapes. An Evidence Based Approach to Designing Healing Gardens and Restorative Outdoor Spaces.* New Jersey: John Wiley & Sons.

**Marx, K. (1993)** A ideologia alemã. 9ª edição. São Paulo: Hucitec.

**Maslow, A. H. (1943).** A theory of human motivation. *Psychological Review*, 50(4), 370–396. Consultado em 03-10-2020, disponível em <https://doi.org/10.1037/h0054346>”

**Massiani, J.; Santoro, G. (2012)** The relevance of the concept of capacity for the management of a tourist destination: theory and application to tourism management in Venice. *Rivista Italiana di Economia Demografia e Statistica*66(2): 141–156.

**Mathieson, A.; Wall, G. (1990)** *Tourism: economic, physical and social impacts*, Logman Scientific & Technical.

**Matos, R. C. (2013)** Do Funchal ao Vale de Orotava – Paisagens Insulares do Turismo Terapêutico. Consultado em 23-05-2016, disponível em [http://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/part\\_07/26%20Rui%20Campos%20Matos%20-%20TEXTO.pdf](http://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/part_07/26%20Rui%20Campos%20Matos%20-%20TEXTO.pdf)

**Mead, G. (1934).** *Mind, Self, and Society.* United States of America: The University of Chicago Press. pp. 173–178.

**Mendes, L. (2010).** O Contributo de Neil Smith. e-metropolis: *Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, v. 1, n. 1, pp. 21-33.

- Mendes, L.** (2017) “Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009”, In, *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 479-512, maio/ago. Consultado em 16-03-2020, disponível em “<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n39/2236-9996-cm-19-39-0479.pdf>”
- Merleau-Ponty, M.** (1999) *Fenomenologia da percepção*. Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo.
- Meyer, R. P.** (2001) “Comentários” in *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo, Associação viva o centro, pp. 183-6.
- Michaels, C. F.;** Carello, C. (1981) *Direct Perception*. Englewood Cliffs: Prentice Hall Inc.
- Middleton, V. T. C.;** Hawkins, R. (1998), *Sustainable Tourism. A Marketing Perspective*, Butterworth-Heinemann, Oxford.
- Mings, R. C.;** Chulikpongse, S. (1994). *Tourism in far southern Thailand: a geographical perspective*, *Tourism Recreation Research*, Vol. 19 No. 1, pp: 25 -31.
- Monclús, F. J.** (1998) *La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea.
- Montesquieu, C.** (1984). *Las leyes que da el legislador deben estar en relación con el principio de gobierno*. In C de. Montesquieu, *Del espíritu de las leyes* (págs. 68-93). Madrid: Sarpe.
- Morais, L. F. S.;** Costa, C. R. R.; Coriolano, L. N. (2008) *Impactos socioambientais do turismo na praia do Cumbuco, município de Caucaia-CE*. Seminário Internacional de Turismo Sustentável, 2, Fortaleza. *Anais*. Consultado em 21-03-2020, disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/30.pdf>
- Moraes, D.;** Canoas, S. (2013) *O conceito de território e seu significado no campo da actuação primária da saúde*. *Revista Desenvolvimento Social* Nº 9 v 1/n. 9, 2013. (ISSN 2179-6807) pp. 49-57.
- Moraes, M. B.** (2016) *Análise Multivariada Aplicada à Contabilidade*. Consultado em 2-03-2018, disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1128398>
- Morán, E.** (2019). *El Asentamiento Prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal). La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el Tercer Milenio A.N.E*. Lisboa: UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Consultado em 14-11-2020, disponível em “<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39231>”.
- MP** (2018) *Arquivo histórico do museu de Portimão*.
- Mullins, P.** (1991), “Tourism Urbanization” *In International Journal of Urban and Regional Research*, 15 (3), pp. 326-342.
- Nascimento, E. C.** (2010). *A produção de conhecimento e verdade no contemporâneo*. *Fractal : Revista de Psicologia*, 22(3), 557-572.
- Neto, A.** (2013) *Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder*. Consultado em 19-04-2016, disponível em [www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../603/367](http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../603/367).
- Ochoa, C.** (2015) *Amostragem probabilística e não probabilística*. Artigo online, consultado em 12-03-2020, disponível em <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostragem-probabilistica-nao-probabilistica>
- Observatori del Turisme a Barcelona** (2019) “Relatório da atividade turística de Barcelona em 2019”. Consultado em 03-10-2020, disponível em “[https://www.observatorituristicm.barcelona/sites/default/files/C%C3%A0psula\\_1\\_IAOTB19.pdf](https://www.observatorituristicm.barcelona/sites/default/files/C%C3%A0psula_1_IAOTB19.pdf)”

**Okamoto, J.** (2002) *Percepção Ambiental e Comportamento: Visão Holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação*. 1º Edição. São Paulo: Editora Mackenzie.

**Oliveira, A.** (2002) “Relação homem/natureza no modo de produção capitalista” *In revista electrónica de geografia y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (18), 1 de Agosto.

**Oliveira, T.** (2005). *Teses e Dissertações*. Lisboa: Editora RH, Lda.

**Oliveira, L. R.; Viana, L.; Braga, A.** (2010) *Património: Lazer & Turismo*, v.7, n.10, abr.-mai.-jun, p.01-19. Consultado em 30-10-2016, disponível em [http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Artigo1\\_v7\\_n10\\_abr\\_mai\\_jun2010\\_Patrimonio\\_UniSantos\\_\(PLT\\_14\).pdf](http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Artigo1_v7_n10_abr_mai_jun2010_Patrimonio_UniSantos_(PLT_14).pdf)

**Oliveira, A.** (2011) *Processos de desterritorialização e filiação ao lugar: o caso da aldeia da luz*. Coimbra, Fluc. Dissertação de mestrado. Consultado em 28-04-2016.

**Oliveira, M.; Salazar, A. M.** (2011) “Os Impactos do Turismo: O Caso da Viagem Medieval de Santa Maria da Feira”. *In Book of Proceedings Vol. I – International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve*. p. 744-765.

**Oliveira, R. S.; Pedro, M. I. C.; Marques, R. D.** (2015) *Avaliação da Eficiência das Empresas Hoteleiras do Algarve pela Metodologia Análise de Envoltória de Dados (DEA)*. *Revista Brasileira de gestão de negócios*. São Paulo, v. 17, n. 54, p. 788-805, jan./mar. Consultado em 02-11-2020, disponível em “<https://www.scielo.br/pdf/rbgn/v17n54/1806-4892-rbgn-17-54-00788.pdf>”.

**OMT** (1983) *Riesgos de saturación o de superación de la capacidad turística em los puntos de destino*. Madrid. 50 p.

**OMT** (1997) *Medidas prácticas para los destinos*, Madrid.

**OMT** (2003) *Turismo Internacional: uma perspectiva global*, 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

**ONU** (2017) *Tourism three main impact areas*. Consultado em 25-07-2017, disponível em <http://drustage.unep.org/resourceefficiency/tourisms-three-main-impact-areas>

**OSCOT** (2010) *Crime aumenta nos centros urbanos no Verão*. Consultado em 12-11-2021, disponível em “<https://www.dn.pt/portugal/crime-aumenta-nos-centros-urbanos-no-verao-1592466.html>”.

**Pais, J.M.** (2010), *Lufa-Lufa Quotidiana, Ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Coleção Breve, Sociologia.

**Parsons, T.** (1968) *La estructura de la acción social*. Madri: Guadarrama.

**Partidário, M.** (2015) *Ambiente – barreira ou oportunidade para o turismo?* Consultado em 3-11-2016, disponível em <http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=720&articleID=2426>

**Patuleia, M. L. A. S.** (2012) “O Turismo Residencial, os Resorts Integrados e as Motivações: o caso do Polo de Desenvolvimento Turístico do Oeste”. UALG. Tese de doutoramento. Consultado em 06-10-2020, disponível em <file:///C:/Users/TOSH/AppData/Local/Temp/UNIVERSIDADE%20DO%20ALGARVE%20Tese%20de%20Doutoramento%20Mafalda%20Patulei.pdf>

**Pearce, D.** (2001) “An Integrative Framework for Urban Tourism Re-search”, *Annals of Tourism Research*, 28(4): 926-946.

**PENT** (2012) *Plano estratégico nacional do turismo, horizonte 2013-2015*. Governo de Portugal. Consultado em 12-06-2016, disponível em

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>

**Pereira, M.**; Bragagnolo, C.; Calado, H.; Fonseca, C. (2014) “Conflitos territoriais em áreas protegidas de pequenas ilhas: a “ilha montanha” do Pico (Açores – Portugal)”. In GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território, no.5, Porto, junho. Consultado em 17-03-2020, disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182)

**Petryna, A.**; Follis, K. (2015) Risks of citizenship and fault lines of survival. Annu. Rev. Anthropol. N° 44: 401–17.

**Piketty, T.** (2014) O Capital no Século XXI. Editora: Temas e Debates, 912 páginas, Lisboa.

**PNPOT**, (2011) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Lei n° 58/2007, de 4 de Setembro, rectificada pelas declarações de rectificação n° 80 -A/2007, de 7 de Setembro e n° 103-A/2007, de 2 de Novembro.

**PNPOT**, (2019) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território Primeira Revisão Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro Diário da República n.º 170/2019. Território de Portugal. TGD. Consultado em 16-10-2020, disponível em [“https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/SQ\\_Vconc\\_PNPOT\\_0.pdf”](https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/SQ_Vconc_PNPOT_0.pdf).

**PO Algarve 21** (2013) Algarve- Preparar o Futuro Diagnóstico prospetivo 2014-2020. Consultado em 24-11-2020, disponível em [“https://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/sites/poalgarve21.ccdr-alg.pt/files/2014-2020/ficheiro\\_1\\_diagnostico\\_algarve.pdf”](https://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/sites/poalgarve21.ccdr-alg.pt/files/2014-2020/ficheiro_1_diagnostico_algarve.pdf).

**POON, A.** (1993) Tourism, technology and competitive strategies. Wallingford: CAB International.

**PORDATA** (2015) Densidade populacional (Censos 2011) nos Municípios do Algarve. Consultado em 25-06-2016, disponível em <http://www.pordata.pt/>.

**PORDATA** (2020) Alojamentos turísticos: total e por tipo de alojamento. Consultado em 25-10-2020, disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

**PORDATA** (2020) Dormidas nos alojamentos turísticos: total e por tipo de alojamento. Consultado em 11-10-2020, disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

**PORDATA** (2020) Entradas de turistas em alojamentos turísticos colectivos: total e por tipo de turista- Que países recebem mais e menos turistas que vivem no país ou no estrangeiro? Consultado em 26-09-2020, disponível em [“https://www.pordata.pt/Europa/Entradas+de+turistas+em+alojamentos+tur%C3%AAdsticos+colectivos+total+e+por+tipo+de+turista-2445”](https://www.pordata.pt/Europa/Entradas+de+turistas+em+alojamentos+tur%C3%AAdsticos+colectivos+total+e+por+tipo+de+turista-2445).

**PORDATA** (2020) População residente, média anual: total e por sexo: Onde há mais e menos homens ou mulheres? Consultado em 10-02-2020, disponível em <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+m%C3%A9dia+anual+total+e+por+sexo-357>

**PORDATA** (2020) Peixe capturado: total e por alguns tipos de peixe- Sardinha. Consultado em 28-11-2020, disponível em [“https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela”](https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela).

**PORDATA** (2021) Trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade completo. Consultado em 25-11-2021, disponível em [“https://www.pordata.pt/Municipios/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo-819”](https://www.pordata.pt/Municipios/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo-819).

**PORDATA** (2022) Valor médio dos prédios transaccionados em Portimão- 2000-2019: total, urbanos e rústicos. Consultado em 05-03-2022, disponível em [“https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela”](https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela).

**PORDATA** (2022) População empregada: total e por grandes sectores de actividade económica. Consultado em 05-03-2022, disponível em ["https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela"](https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela).

**Porteous, J. Douglas** (1988). Topocide: The annihilation of place. In John Eyles & David Marshall Smith (eds.), *Qualitative Methods in Human Geography*. Barnes & Noble. pp. 75-93.

**Porteous, J. Douglas; Smith, S. E.** (2001) *Domicide: The Global Destruction of Home*. McGill-Queen's Press – MQUP - 283 páginas.

**Porto, M.** (2014) *Economia: Um Texto Introdutório*, Almedina, Coimbra.

**Portugal2020** (2019) Plano de acção para o desenvolvimento do turismo em Portugal. Consultado em 02-10-2020, disponível em ["https://www.portugal2020.pt/content/programas-operacionais"](https://www.portugal2020.pt/content/programas-operacionais)

**PREHA (2020)** Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve. Consultado em 10-11-2020, disponível em ["https://apambiente.pt/ajaxpages/destaque.php?id=1440"](https://apambiente.pt/ajaxpages/destaque.php?id=1440).

**PROTAL**, (2004) Plano de ordenamento do território do Algarve: um território com futuro. Caracterização e diagnóstico, volume 2. CMP.

**PROTAL** (2007) Plano de ordenamento do território do Algarve. Consultado em 15-07-2017, disponível em <http://www.prot.ccdr-alg.pt/Download.aspx>

**Quivy, R.; Campenhoudt, L., V.** (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

**Rafael, P.** (2015) *A Requalificação da Oferta Turística de Excelência no Algarve. O turismo de Saúde e Bem-estar numa estratégia de complementaridade com o Sol & Mar*. Tese de mestrado. IGOT. Consultado em 19-06-2016, disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23184/1/igotul005732\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23184/1/igotul005732_tm.pdf)

**Raffestin, C.** (1993) *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.

**Ramos, A.** (1999). *Praia da Rocha: Memórias, representações e dinâmicas*. Trabalho de Investigação de Licenciatura, UNL, Lisboa

**Rangel, M.** (s.d) *Uma reflexão antropológica sobre a territorialidade do corpo feminino*. UFGD. Consultado em 22-04-2016, disponível em <http://www.seminarioamericaplatina.com/restrito/trabalho/Marcia-Maria-Rodrigues-Rangel-301014-2259-artigo%20completo%20-%20America%20Platina.pdf>.

**RASI** (2019) Relatório anual de segurança interna- 2019. Governo de Portugal, sistema de segurança interna. Consultado em 31-10-2020, disponível em ["https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDA0sAAAQJ%2bleAUAAAA%3d"](https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDA0sAAAQJ%2bleAUAAAA%3d).

**Ratzel, F.** (1990) *Geografia do homem*. In: Ratzel. Moraes, A. C. R. (Org.). São Paulo- SP: Ed. Ática-Col. Grandes Cientistas Sociais.

**Rebollo, V. J. et al,** (1997). *Análisis territorial del turismo: Una nueva geografía del turismo*. Editorial Ariel, Barcelona.

**Redfern, P. A.** (1997) "A new look at gentrification: 1. Gentrification and domestic technologies". In: *Environment & Planning A*, vol. 29, nº 7, p. 1275-1296.

**Reis, E.** (2001). *Estatística Multivariada Aplicada* (2ª edição). Lisboa, Portugal, Sílabo.

**Reis, J.** (2010) "Duas Economias Singulares: Portugal e Espanha, uma Vizinhança Contingente?" *In* *Revista de História das Ideias*, Vol. 31, p. 1-15. Consultado em 26-02-2020, disponível em <https://www.ces.uc.pt/jr/media/publicacoes/Economia%20Portuguesa/2.2010RevistaHistoriadasIdeias.pdf>

- Rencher**, A. (2002). *Methods of Multivariate Analysis* (2ª edição). Canadá, John Wiley & Sons.
- Renda**, A. (2012) Percepção dos residentes sobre o impacto do turismo na sua qualidade de vida o caso do concelho de Loulé. UALG, tese de doutoramento. Consultado em 16-10-2020, disponível em <file:///C:/Users/TOSH/AppData/Local/Temp/Tese%20Ana%20Isabel%20Renda.PDF>
- Rey**, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Thomson pioneira.
- Ribeiro**, G. (2008) Turismo de Base Comunitária. *Revista Global Tourism*. Vol. 4, N.2, Novembro de 2008.
- Richards**, G. (2011). Creativity and tourism: the state of the art. *Annals of Tourism Research*, 38(4), 1225-1253.
- Rieber**, A. J. (2003). "Enlightenment Phantasies: Cultural Identity in France and Germany, 1750-1914". Cornell University.
- Roca**, Z., O., J. A.; Leitão, N. (2006). "From Topophilia to Terraphilia: Landscapes, Lifestyles and Development." 22ª Session of the PECSRL. Berli, Sept. Consultado em 24-05-2016, disponível em "<http://tercud.ulusofona.pt/Publications>"
- Rodríguez**, J. *et al* (2007) Estudo do risco sísmico e tsunamis no Algarve (ERSTA). Aspectos metodológicos da determinação das vulnerabilidades humanas. ULVI Congresso da Geografia Portuguesa Lisboa, 17-20 de Outubro.~
- Rodrigues**, A. (1999): "Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar". São Paulo, Hucitec.
- Roger**, A. (1991) *Le paysage occidental. Retrospective et prospective*, le debat, 65, Paris: 14-28.
- Rossetto**, L. (2011) Discurso, estereótipo e imaginário: a comunicação e o turismo sexual na convergência as mídias. *Revista rosa dos ventos: turismo e hospitalidade*, v. 3, nº 3. Consultado em 11-10-2020, disponível em <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1198>
- Roscoche**, L. (2012) Turismo urbano e a segregação sócio-espacial: revisitando problemáticas. Anais do seminário do 7º seminário de pesquisa em turismo do mercosul. Universidade de Caxias do sul.
- Rosseau**, J. J. (2002) *Do contrato social*. Brasil ebook, edições Ridendo castigat mores. Consultado em 24-03-2016, disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>
- RP**, (2017) República Portuguesa, Algarve: Segurança nos meses de verão conta com reforço "bastante substancial" <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mai/noticias/20170606-mai-algarve-seguro.aspx>
- Ruschmann**, D. (1999) *Turismo e planeamento sustentável: a protecção do meio ambiente*. Papyrus editora, colecção turismo, 14ª edição.
- Sá**, T. (2014) "Lugares e não lugares em Marc Augé" *in* *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, p. 209-229. Consultado em 17-04-2020, disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a12>
- Sachs**, I. (2002) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sack**, R. D. (1986) *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Salgueiro**, T. (1992) "A cidade em Portugal: Uma geografia Urbana". Porto, Edições Afrontamento.

**Salgueiro, T.** (1998) Cidade moderna: espaço fragmentado. Brasil. Revista território, ano 3, nº4 jan/jun. Consultado em 27-03-2016, disponível em [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04\\_4\\_salgueiro.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_4_salgueiro.pdf).

**Salgueiro, V.** (2002) Grand Tour: uma contribuição à historia do viajar por prazer e por amor à cultura. Consultado em 13-10-2021, disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6hKN4T5Shdv7gn5w7c8RWRf/?lang=pt>.”

**Santos, A.** (2016) O turismo e a percepção dos seus impactes pela comunidade local –o caso da ilha do sal, Cabo Verde. Universidade aberta, dissertação de mestrado em Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação. Consultado 13-10-2016, [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1884/4/TMCAP\\_AntoniaMosso.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1884/4/TMCAP_AntoniaMosso.pdf)

**Santos, B.** (1997) Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Consultado em 19-06-2016, disponível em <http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/multicultural.html>

**Santos, B.** (2001) Os processos da globalização, In Globalização: fatalidade ou Utopia. Porto: Afrontamento.

**Santos, B.** (2002) Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In Revista crítica de ciências sociais, 63, Outubro: p237-280.

**Santos, C.** (2009) Territórios e territorialidades. Brasil. Revista zona de impacto, volume 13, Setembro/Dezembro, ANO 11. Consultado em 11-04-2016, disponível em [http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE\\_volum13.html](http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volum13.html).

**Santos, G. E. O.; Kadota, D.** (2012) Economia do Turismo. Editora Aleph. Brasil

**Santos, L.** (2015) Paisagens Terapêuticas: Princípios de Desenho e Tipos de Jardins Terapêuticos. Instituto superior de Agronomia de Lisboa. Consultado em 14-11-2020, disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11113/1/Paisagens%20Terap%C3%AAuticas%20-%20Lisa%20Santos.pdf>”.

**Sack, R. D.** (1986) Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press.

**Salvadori, N.; Signorino, R.** (2013) The Malthus versus Ricardo 1815 Corn Laws Controversy: An appraisal. Munich Personal RePEc Archive. Consultado em 16-10-2020, disponível em [https://mpra.ub.uni-muenchen.de/50534/1/Mpra\\_paper\\_50534.pdf](https://mpra.ub.uni-muenchen.de/50534/1/Mpra_paper_50534.pdf)”.

**Santos, M.** (1985) Espaço e método. São Paulo: Nobel.

**Santos, M.** (1994) O retorno do território. In: Santos, M.; Souza, M. A. A. de; Silveira, M. L.; (orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, Anpur.

**Santos, M.** (2009). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

**Saquet, M.; Silva, S.** (2008) Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre. P. 24-42 Consultado em 29-03-2016, disponível em <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>

**Sarmento, E.** (2009) Uma perspectiva socioeconómica sobre a potencialidade do turismo na economia angolana. Artigo online. Consultado em 2-06-2016, disponível em [http://www.ela.uevora.pt/download/ELA\\_turismo\\_desenvolvimento\\_01.pdf](http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_turismo_desenvolvimento_01.pdf)

**Sassen, S.** (1991) The Global City: New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press.

**Sassen, S.** (2004) Local actores in global politics. Current Sociology- 52 (4): 649–670.

**Sassen, S.** (2006) Territory, authority, rights. Woodstock: Princeton University Press. 493 p.

**Sassen, S.** (2016) Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 336 p. ISBN 978-85-7753-351-0.

**Savage, M;** Warde, A.; Ward, K. (2003). Urban sociology, capitalism and modernity. Hampshire, Palgrave.

**Scelle, G.** (1951) L'État. In: Introduction à l'étude du droit. Vol. 1. Paris: Sirey.

**Schafer, R. M.** (2001) A afinação do Mundo. São Paulo: Editora UNESP.

**Schmit, L.;** Delicado, A.; Guerreiro, S.; Gomes, C. (2012) Mudanças climáticas e económicas na costa portuguesa: percepções das comunidades, justiça social e democratização. VIII congresso português de sociologia. Universidade do porto.

**Schneider, S.** (2004) A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p.88-125, jan/jun.

**Serrano, C.;** Brhuns, H.; Luchiani, M. T. (2004) Olhares contemporâneos sobre o turismo. São Paulo, Campinas. Editora papyrus: coleção turismo.

**Severiades, A.** (2000). Establishing the social tourism carrying capacity for the tourist resorts of the east coast of the Republic of Cyprus. Tourism Management, V. 21.

**SI** (2016) Sul informação: Comerciantes queixam-se de falha nos serviços de recolha de resíduos. Consultado em 19-12-2017, disponível em <http://www.sulinformacao.pt/2016/09/comerciantes-queixam-se-de-falha-nos-servicos-de-recolha-de-residuos-reciclaveis-em-ferragudo/>

**SI** (2016) Sul Informação: Autarquias “atacam” pontos negros da sinistralidade rodoviária no Algarve. Consultado em 19-07-2017, disponível em <http://www.sulinformacao.pt/2016/06/autarquias-atacam-pontos-negros-da-sinistralidade-rodoviaria-algarve/>

**Silva, A. S.** (1988) Entre a razão e o sentido, Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais. Porto, Afrontamento.

**Silva, A. F.** (2017) Turismo e impactos socioculturais: propostade desenvolvimento sustentável para o centro histórico do Porto. Dissertação de Mestrado, ESHT. Consultado em 12-02-2020, disponível em [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10863/1/DM\\_AnaSilva\\_2017.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10863/1/DM_AnaSilva_2017.pdf)

**Silva, A. H.;** Fossá, M. I. T. (2015) Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualit@s- Revista Eletrónica, Vol.17. Número 1. Consultado em 27-10-2020, disponível em “[revista.uepb.edu.br > qualitas > article > download](http://revista.uepb.edu.br/qualitas/article/download)”.

**Silva, T. S.** (2013) Notas sobre a economia ricardiana. Revista pensam real, ano VI, nº 13. Consultado em 16-10-2020, disponível em “[revistas.pucsp.br/8462-20647-1-SM-1.pdf](http://revistas.pucsp.br/8462-20647-1-SM-1.pdf)”.

**Silvano, F.** (2001) Antropologia do Espaço: Uma introdução. 2.ª Edição. Celta Editora.

**Smith, A.** (2014) A riqueza das nações. Editora: fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

**Smith, W. C.** (2015) Parque Natural Municipal Corredores de Biodiversidade: pesquisas e perspectivas futuras, consultado em 3-3-2018, disponível em [https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Fluxograma-de-execucao-do-algoritmo-k-means\\_fig26\\_313852594](https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Fluxograma-de-execucao-do-algoritmo-k-means_fig26_313852594)

**SNS** (2017) Inem reforça meios de emergência. Consultado em 12-12-2017, disponível em <https://www.sns.gov.pt/noticias/2017/06/02/inem-reforca-meios-de-emergencia/>

**Soares, H.;** Mestre, J.; Silva, R.; Músico, A.; Isidoro, C. (2011), Guia de Portimão, Evasões Concept.

**Soja, E. W.** (1971) The political Organization of Space. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography.

**Sommer, R.** (1969) Personal Space. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

**Souza, E. A.; Pedon, N. R.** (2007): “Território e Identidade” in Revista Electrónica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Secção das Três Lagoas; Três Lagoas, Brasil.

**Souza, R. S.** (2011) Ecoturismo como ferramenta para conservação: um estudo sobre os parques ecológicos do df. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Engenharia elétrica.

**SP** (2015) Saúde de Portugal: Greve dos enfermeiros deixa saúde no Algarve sob pressão. Consultado em 15-12-2017, disponível em <http://www.saude-portugal.pt/index.php?link=noticias-saude&id=2095&page=1079>

**Sposito, E.** (2003) Geografia e filosofia, contributo para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: editora UNESP, pp 220. Consultado em 16-04-2016, disponível em <https://books.scielo.org>.

**Staszak J. F.,** (2017) Frontières en tous genres. Cloisonnement spatial et constructions identitaires, Rennes, PUR, 212 p.

**Storper, M.** (1997) The Regional World. Territorial Development in a Global Economy. NY, London: The Guilford Press.

**Subra, P.** (2007) Géopolitique de l'Aménagement du territoire. Paris: Armand Colin. Consultado em 07-01-2020, disponível em "<https://www.editoralettera1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p1070-1081.pdf>."

**Toffolo, R.; Oliveira, F. ; Zampranha, E.** (2003) Paisagem Sonora: uma proposta de análise. Consultado em 20-05-2016, disponível em [http://cogprints.org/3000/1/TOFFOLO\\_OLIVEIRA\\_ZAMPRA2003.pdf](http://cogprints.org/3000/1/TOFFOLO_OLIVEIRA_ZAMPRA2003.pdf).

**Tonnies, F.** ([1887] 1947) Comunidad y Sociedad. Buenos Aires: Losada.

**Torga, M.** (1959). Diário VIII, Edição de autor, Coimbra

**TP** (2006) City Breaks. Consultado em 23-04-2017, disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/City%20Break%202006.pdf>

**TP** (2014) Plano de marketing estratégico para o turismo do Algarve, 2015-2018. Consultado em 23-04-2017, disponível em <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/Estrategias-Regionais-Algarve/Plano-Marketing-Estrategico-Turismo-Algarve-2015-2018.pdf>

**TP** (2015) Turismo de Portugal: o sector do turismo no Algarve. Relatório. Divisão de estudos e projectos.

**TP** (2018) Turismo de Portugal- Portugal é o melhor destino de golfe do mundo. Consultado em 21-11-2020, disponível em "[http://www.turismodeportugal.pt/pt/Media/Notas\\_Imprensa/Paginas/Portugal-e-o-melhor-destino-de-Golfe-do-Mundo.aspx](http://www.turismodeportugal.pt/pt/Media/Notas_Imprensa/Paginas/Portugal-e-o-melhor-destino-de-Golfe-do-Mundo.aspx)".

**Trivago (2016)** Trivago- estudo de tendências de consumo. Consultado em 19-11-2020, disponível em "<https://www.trivago.pt/press>".

**Tuan, Y.** (2012) Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Eduel.

**Turismo2020** (2016) Plano de acção para o desenvolvimento do Turismo em Portugal. Consultado em 14-07-2019, disponível em "[economiaativa.pt/Plano-de-Acao-Turismo-2020-Turismo-de-Portugal.pdf](http://economiaativa.pt/Plano-de-Acao-Turismo-2020-Turismo-de-Portugal.pdf)".

**Tzu, S.** (2006) A arte da guerra / Sun Tzu; tradução de Sueli Barros Cassal. -- Porto Alegre: L&PM, 2006. 152p. ; 18 cm (Coleção L&PM Pocket)

**UNESCO (2003)** Conveção para a salvaguarda do património cultural imaterial. Consultado em 09-10-2021, disponível em "<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>"

**Urry, J.** (1996). O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas. Studio Nobel, São Paulo.

- Vale, A. L. F.** (2006) Imigração de nordestinos para Roraima. In: Estudos avançados. Dossier migração, v20, nº 57, pp. 255-261.
- Valverde, R.** (2004) Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 119 – 126.
- Van-Weesep, J.** (1994) “Gentrification as a research frontier”. In: Progress in Human Geography, vol. 18, nº 1, p. 74-83. Ref. 95H/02266.
- Van Tran, X.; Bridges, F.** (2009): “Tourism and Crime in European nations”, E- Review of Tourism Research, Vol. 7, nº 3, pp. 52-67
- Vaz, J. S.** (2014) Antiga Lota de Portimão (Projecto Cultural) –Plano Estratégico. ISCTE, monografia. Consultado em 24-11-2020, disponível em “<https://www.iscte-iul.pt/tese/307>”.
- Velez de Castro, Fátima** (2005) Os Migrantes e o(s) Território(s). Na busca pela segurança ontológica. Actas do I Encontro Internacional sobre Migrações, CD-Room, APDR, Faro, Portugal, 35 pp. Consultado em 14-05-2016, disponível em <http://www.uc.pt/fluc/cegot/pdfs/fatima5>.
- Ventura, M.; Marques, M.** (1993) Portimão. Lisboa: Editorial Presença.
- Viana, Adriana** (s.d) Tutorial SPSS – Módulo 18 – Análise de Cluster, consultado em 27-02-2018, disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2216868>
- Vianna, A. A.** (2017) Turismo e Conflitos Urbanos, Uma História que Ninguém quer Contar. Natal, RN : EDUFRN, 184 p. Consultado em 06-03-2020, disponível em “<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23983/3/Turismo%20e%20conflitos%20urbanos.pdf>”.
- Vicente, P.** (2012). Estudos de mercado e de opinião -princípios e aplicações de amostragem. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vieira, V. A.** (2002) As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. Revista FAE, Curitiba. v. 5.n.1.
- Visentin, F.; Bertucchi, D.** (2019) “Venice- An Analysis of Tourism Excesses in an Overtourism Icon” In Overtourism: Excesses, Discontents and Measures in Travel and Tourism, p.18- 38. Consultado em 27-02-2020, disponível em “<https://books.google.pt/books?id=Ga2rDwAAQBAJ&pg.>”
- Vives-Miroi, S.; Onofre, R.; Pérez, J.** (2018) Cartografías de los desplazamientos por desposesión de vivienda. Desahucios y ejecuciones hipotecarias en Palma a través de su geohistoria. In Scripta Nova-Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. XXII, nº 591, p. 1-26. Consultado em 22-02-2020, disponível em <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/19774/23729>
- Walker, J. R.** (2002) Introdução à hospitalidade. Tradução Élcio de Gusmão Verçosa Filho. Barueri: Manole.
- Wallerstein, I.** (1990), O sistema mundial moderno - vol I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Edições afrontamento.
- White, S.** (2016) 'Tourists go home': Spain tourism surge brings backlash. Consultado em 13-10-2016, disponível em “<http://uk.reuters.com/article/us-spain-tourism>”
- Weber, M.** (2011) Class, status and power. London. Centrum press.
- Zoído, N.** (2001). La Ordenación del Territorio a Distintas Escalas Espaciales. In A. G. Olcina e J. G. Mendoza (Coord.), Geografía de España (pp.595-618). Barcelona: Ariel.
- Zordan, P.** (2019) Gaia Educação: arte e filosofia da diferença. Editora Appris. 1ª edição, Curitiba. Consultado em 02-03-2020, disponível em “<https://books.google.pt/books?id=9uOdDwAAQBAJ&pg>”

### **6.7.1- Referências estritamente electrónicas (websites)**

<https://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/deficientes-visuais-participam-de-roteiro-especial-com-turismo-sensorial/>

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/06/estrangeiros-que-cometerem-crimes-vaoprestar-contas-justica-brasileira.html>

<https://ionline.sapo.pt/artigo/669648/algarve-sempre-foi-tudo-mais-caro-em-agosto-?seccao=Portugal>

<https://tvi24.iol.pt/economia/turistas-britanicos/a-fraude-a-inglesa-para-conseguir-reembolso-das-ferias>

<https://www.google.com/intl/pt-PT/earth/>

<https://www.dn.pt/sociedade/mas-de-90-mil-utentes-sem-medico-de-familia-e-preciso-muita-ginastica-para-dar-cobertura-14930634.html>

<https://www.facebook.com/groups/costumesportimao/media>

[www.fortune.com/2015/03/30/barcelona-tourism/](http://www.fortune.com/2015/03/30/barcelona-tourism/)

[www.geoportal.cm-portimao.pt/mapa/epl](http://www.geoportal.cm-portimao.pt/mapa/epl)

[www.gestaoeducacional.com.br](http://www.gestaoeducacional.com.br)

[www.googlemaps.com](http://www.googlemaps.com)

[www.googleimages.com](http://www.googleimages.com)

[www.hotelmanagement-network.com/features/feature81054/](http://www.hotelmanagement-network.com/features/feature81054/)

[www.observador.pt/2021/09/23/demolidas-barracas-junto-a-mercado-de-portimao-para-realojar-familias/](http://www.observador.pt/2021/09/23/demolidas-barracas-junto-a-mercado-de-portimao-para-realojar-familias/)

[www.palestineremembered.com](http://www.palestineremembered.com)

[www.pt.wikipedia.org/Geografia\\_de\\_Portugal.com](http://www.pt.wikipedia.org/Geografia_de_Portugal.com)

[www.solosequenosenada.com](http://www.solosequenosenada.com)

[www.tvi24.iol.pt/sociedade/praiadonaana/a-praiamaisbonita-do-pais-antes-e-depoisdasobras](http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/praiadonaana/a-praiamaisbonita-do-pais-antes-e-depoisdasobras)

[www.tucavieira.com.br/A-foto-da-favela-de-Paraisopolis](http://www.tucavieira.com.br/A-foto-da-favela-de-Paraisopolis)

### **6.7.2- Legislação consultada**

Código de Processo Penal;

Constituição da República Portuguesa;



## **Índice dos Anexos**

<i>Anexo I: Guião de observação.....</i>	<i>I</i>
<i>Anexo II: Guião de Entrevista aplicada a stakeholders locais ligados ao turismo.....</i>	<i>IV</i>
<i>Anexo III: Transcrição integral das entrevistas.....</i>	<i>XI</i>
<i>Anexo IV: Inquéritos por questionário aplicados a autóctones.....</i>	<i>XL</i>

## **Anexo I**

---

### **Guião de Observação**

A metodologia de observação proposta consiste no contacto directo com o grupo-alvo, com os turistas, com as práticas turísticas, com diversos espaços (de lazer, de negócios, de cariz comercial), e dimensões de organização social e territorial.

Pretende-se claro, recolher informação relevante acerca das problemáticas em estudo: *desterritorialização, conflitos, gentrificação*, impactos do turismo, relação entre hetero-grupos, definidas aquando da materialização do enquadramento teórico da tese, focando-se esta metodologia, nos dados empíricos que são possíveis averiguar, mediante interações entre grupos, formas de ser e agir, e de dinâmicas de comportamento social e cultural.

O teor das notas recolhidas deverá ser o mais complexo e robusto possível, devendo estas ser pautadas, por um elevado índice de detalhe. Terão deste modo, um carácter substantivo, metodológico e analítico.

Almeja-se portanto, encetar presença, num grupo de locais chave de actividade turística que atestem como os comportamentos poderão variar conforme a natureza do espaço, e que sejam representativos da cidade de Portimão no seu todo (enquanto pólo turístico). Visa-se assim, elaborar várias sessões de observação, efectuando, duas por semana (em cada local definido), uma de cada tipologia, uma diurna, outra nocturna.

Os resultados associados à observação directa serão essenciais no que diz respeito à percepção de tendências, à postura dos autóctones e turistas, vislumbrando-se posteriormente, o seu cruzamento com os dados recolhidos pelas outras ferramentas metodológicas (inquéritos e entrevistas). Com efeito, o instrumento de observação, englobando a recolha de dados, mediante o seu registo e análise, enceta como objectivo geral, os pressupostos infra enunciados.

#### **Objetivo geral**

O objectivo geral formulado com a finalidade de recolha de informação elencada acima, prevê que essa recolha se materialize com a intenção, de facultar à

investigação, um conhecimento eficaz e real dos fenómenos em análise, de acordo com os seguintes pontos:

- Perceber como funcionam efectivamente os processos de uso e usufruto do território, e da extensão das territorialidades (e multiterritorialidades) dos autóctones e dos turistas.

-Avaliar as interacções directas entre turistas e autóctones, qual a sua natureza, qual o seu índice de empatia, se há tensão ou não, como é feita a abordagem em função do estatuto sócio-económico (verifica-se *arrogância cultural*? Há tratamento privilegiado em relação a outros indivíduos, ditos locais ou portugueses de outras zonas do país?). Aqui, é ainda fulcral perceber as interacções em contextos próprios, seja numa interacção profissional por prestação de serviços, seja por práticas lúdicas pautadas pela ocupação comum do espaço;

-Como reagem no geral os autóctones face às abordagens dos turistas (neste ponto é muito importante avaliar as reacções directas e as formas de estar individuais em tempo real);

-Ter em conta o espaço envolvente como um meio social, e que influência infere nos públicos alvo (a *gentrificação* é fonte de frustração? A sobrelotação do espaço e vias de acesso altera comportamentos, numa perspectiva negativa? O território turistificado não é aceite pelos autóctones que aparentam esboçar sinais de descontentamento?);

-Se há condicionamento no acesso a espaços/estabelecimentos impostos a actores sociais específicos, integrantes de cada um dos grupos referidos;

-Analisar dinâmicas que evidenciem a presença de fenómenos gentrificativos e de *desterritorialização in situ* (e numa lógica não introspectiva, se há *desterritorialização ex situ*);

-Procurar analisar comportamentos tensos e a existência de eventuais conflitos (verbais, físicos, de outras naturezas);

- Vislumbrar entender, de forma geral e individual (se possível), o grau de satisfação/contentamento dos autóctones nos espaços lúdicos de interacção;

- Tentar encontrar indícios presentes do que poderá significar a experiência no local de destino para os turistas, se se trata de um território com muito para oferecer, ou se este grupo favorece espaços que recriem (encenem) a sua cultura de origem, propagando espaços de acesso controlado, e por consequência, muros;

-Verificar quem controla as fracções territoriais em análise, tanto numa óptica ocupacional, como na vertente da gestão efectiva dos demais espaços;

-As transformações impostas pelo turismo nestes focos territoriais;

Contudo, para atingir os pontos estipulados para o objectivo geral, ter-se-á de proceder, como já referido, à recolha de informação directa, construída mediante a formulação de notas de observação individuais. Para o efeito, foi estabelecido um pequeno guião que deverá ditar os elementos a ter em conta, de forma a estruturar as prioridades de observação. Foram elencadas as seguintes metas:

1- Observar de forma breve o número de pessoas presentes em cada espaço no momento da chegada do investigador (finalidade de avaliar a permissividade de adesão dos locais à presença de turistas, e quais os espaços que são seleccionados por ambos os grupos, perspectivando sempre, a sua natureza e aquilo que têm para oferecer).

a) Verificar a dispersão de ocupação no espaço, e, se os indivíduos preferem tentar estabelecer contacto com outros intervenientes; ou se procuram isolar-se ou permanecer perto do seu grupo social;

b) Avaliar o comportamento do turista e dos “anfitriões” que se encontram nos locais (sejam estes, frequentadores de espaços, funcionários de serviços, proprietários de estabelecimentos, ou simples transientes);

2– O comportamento dos indivíduos:

a) Se interagem ou comunicam;

b) Agem com superioridade ou condescendência, se são afáveis (no caso de se verificar grande disparidade de poder sócio-económico);

c) Se o espaço em questão é destinado a uma classe específica, se é filtrado o acesso;

d) A natureza das interações: Revelam tensão? Espelham *conflitos*? São pautadas pela arrogância? São forçadas? Obrigatórias? Espontâneas?;

e) São conflituosas?;

f) Se andam em grupos<sup>1093</sup>(com amigos, com familiares) ou sozinhos;

3- Verificar a faixa etária dos indivíduos presentes, a nacionalidade, que língua falam, se têm sotaque, qual o seu *status* (elevado, baixo) indexando a sua actuação nos seguintes aspectos:

a) Lugares que frequentam;

b) Actividades que praticam;

c) Forma como interagem;

d) Comportamento à entrada, saída e dentro dos locais;

e) Se consomem produtos ou usufruem de serviços, se apenas passeiam;

f) Como se vestem, quais os meios de transporte de que fazem uso, quais os veículos que utilizam (exemplo: se carros ou motas, qual o seu valor);

g) De acordo com a classe e grupo a que pertencem (autóctones, turistas nacionais, turistas estrangeiros), que estabelecimentos frequentam, que produtos consomem, se são caros, se são baratos, se são espaços culturalmente específicos (ex: *irish pubs*), se são negócios de índole local/nacional, se pertencem a grandes grupos internacionais;

4- Verificar a existência de disparidades e desigualdades entre homens e mulheres, jovens e idosos, turistas nacionais e autóctones, turistas estrangeiros e autóctones, turistas nacionais e turistas estrangeiros, quais se encontram em maioria, que tipo de actividades e interações praticam e:

a) Se todos os elementos referidos acima, influenciam escolhas e comportamentos (a avaliar pela constatação de práticas recorrentes, se há tendências no que toca a actuação);

---

<sup>1093</sup> Tamanho dos grupos, são de apenas 2 pessoas ou muito numerosos. Aqui com teor analítico, procura-se distinguir quem anda em grupos maiores (autóctones ou turistas).

5- Verificar a classe social e o comportamento individual dos agentes sociais observados (no caso de identificação de indivíduos provenientes de extractos sociais distintos). Desta forma, tentar verificar também o objectivo da viagem na óptica dos turistas (lazer, negócios, questões familiares, de redes, de outras origens topofílicas) e:

a) Se possível, a atitude e comportamento de acordo com as tipologias elencadas; são arrogantes? São respeitadores da cultura e dos outros intervenientes? Possuem mais ou menos capital que os agentes locais?;

6- Fazer uma observação rápida e breve do aspecto físico, nomeadamente o que trazem vestido, que acessórios transportam consigo, por exemplo- material de praia, ou outros objectos (importante no sentido de traçar as prioridades de cada grupo, e o grau de investimento que cada um faculta à experiência adstrita às férias, e por consequência, aos espaços e território).

a) Existe preocupação em acarretar um grande volume de acessórios ou apenas, uma toalha de praia;

b) Se tendem a caprichar na indumentária, aquando da possibilidade de frequentar espaços *premium* (ex: estabelecimentos de diversão nocturna);

c) Com base no aspecto físico, língua e comportamento: identificar a nacionalidade, de modo a tentar perceber traços comportamentais, e se optam, pelo consumo cultural do destino turístico, ou se procuram espaços que lhes sejam culturalmente familiares (encenados);

7- Verificar se no geral (ambos os grupos), se sentem à vontade, envergonhados ou intimidados pela presença de desconhecidos.

a) Identificar atitudes de alegria, euforia, descontentamento, satisfação, insatisfação, entre outras emoções/expressões;

8- Avaliar como as pessoas se organizam num ambiente estranho ou semi-estranho (na óptica dos turistas).

a) Agem naturalmente? São selectivos nos espaços e serviços que frequentam? Dependem muito ou pouco dinheiro?;

9- Tentar avaliar se a classe social influencia comportamentos, assim como, se potencia traços residuais de desprezo ou desconforto (por parte de autóctones).

- a) Qual o estatuto sócio-económico de cada indivíduo/grupo observado;
- b) O que fazem os autóctones que evidenciam sinais de descontentamento? São clientes dos espaços e estabelecimentos? São donos? São meros transuentes? São moradores daquelas fracções territoriais?;
- c) Se existe desconforto e descontentamento de onde surge? Da atitude dos visitantes? De algum confronto? De falta de educação? Da sobrelotação do espaço? Dos costumes comportamentais ou cultura?;

10- Averiguar características físicas do local e como os indivíduos se sentem, ao nele estarem integrados. Se se registarem interações bem perceptíveis, perceber que assuntos são mais falados.

- a) Quais são os temas de conversa;
- b) Expectativas face à experiência;
- c) Os locais *premium* oferecem condições muito distintas face aos espaços mais acessíveis a todas as classes? Se sim, verifica-se a alteração de atitudes face aos empregados, potenciando-se uma maior aceitação dos mesmos?;

11- Formas de estar, de fazer, de dizer, acontecimentos específicos e situações singulares.

- a) Quem apresenta maior expressão ao nível da presença no espaço com base no comportamento;

12- Quem domina o espaço?

- a) Quem está em maior número, autóctones ou turistas?;
- b) Algum desses grupos tem prioridade, já instituída ou impulsionada (de forma dissimulada pelos próprios estabelecimentos, serviços), no acesso aos espaços em geral?;

c) Na óptica da gestão, quem se apresenta em maioria, com mais força no poder de decisão? Entidades locais, nacionais ou internacionais?;

d) Quem influencia a ordenação e teor do mesmo, os autóctones ou turistas? Avalia-se se: a oferta dos serviços tem campanhas destinadas a turistas ou aos moradores locais, se as publicidades e indicações presentes nos elementos que compõem o espaço (sinais de trânsito, publicidades expostas à entrada de restaurantes) se encontram redigidos em português ou em língua estrangeira, se os preços praticados têm em conta o poder económico dos moradores locais ou dos visitantes, se o acesso à habitação tem em conta os autóctones ou privilegia o arrendamento a turistas, se as rendas são realistas para os ocupantes do território;

13- Quais são os elementos que beneficiam com o turismo?

a) Os autóctones;

b) Os turistas estrangeiros;

c) Os turistas nacionais;

d) Os gestores locais;

e) Os gestores internacionais;

f) O poder político, em concreto, a autarquia (pela promoção de eventos, por exemplo);

14- A presença da *gentrificação* de serviços e de teor habitacional, medida pela observação de quem sai e entra em infra-estruturas habitacionais de cariz *premium*;

a) Os preços do comércio local, e dos restantes serviços;

b) As rendas das casas no que concerne ao arrendamento e o seu preço quando se trata de aquisição efectiva;

c) A natureza das superfícies comerciais, se são portuguesas ou estrangeiras;

d) Se existem ATM <sup>1094</sup> internacionais que cobram taxas, aquando da realização de acções como levantamentos e transferências de dinheiro;

15- Verificar quem frequenta os hotéis, restaurantes, esplanadas e serviços mais caros;

a) Autóctones;

b) Turistas estrangeiros;

c) Turistas nacionais;

16-A presença de elementos no espaço (estabelecimentos pertencentes a investidores estrangeiros, assim como marcas de *franchisings* internacionais) que ensejem laivos de efectivação (e materialização) de cenários de gestão externa.

17- Quem ocupa as parcelas e fracções territoriais de maior valor:

a) Autóctones;

b) Turistas com vínculos de arrendamento temporário;

c) Turistas nacionais ou internacionais com uma segunda casa de férias sita naquele espaço;

d) Ex turistas que se reterritorializaram;

e) Investidores locais;

f) Investidores Internacionais;

g) O poder político (espaços pertencentes à CMP neste caso);

Face ao exposto, atenta-se ainda, que o presente guião opera apenas (numa fase inicial, pretérita à aplicação da metodologia), como um elemento de orientação que faculta ao investigador e aos leitores, linhas mestras de actuação, que permitam comprovar quais foram os pontos iniciais a analisar que estruturaram o instrumento de observação. Deste modo, os elementos a observar poderão alterar-se com a consagração das sessões de observação, uma vez que a realidade empírica contemplada é dinâmica, não inerte, pelo que poderão surgir focos de análise específicos, não previstos

---

<sup>1094</sup> Terminais multibanco, vulgarmente conhecidos como ATM- “Automated Teller Machines”.

inicialmente, que se afigurem como essenciais para a comprovação ou refutação da existência dos fenômenos em análise.

Por fim, atenta-se que todos os detalhes concretos serão plasmados na secção destinada à exposição dos resultados da observação, pautada essa, pelos contornos gerais que assumiram as demais sessões, caracterizados por um escrutínio de todas as situações particulares e relevantes adstritas aos pontos que ilustram a realidade observada, compostas pelo distanciamento (ou não) que sofrerão em relação ao presente guião.

## **Anexo II**

---

### **Entrevista a *stakeholders* locais ligados ao turismo**

#### **Guião**

##### **1ª Parte- Transformações sócio-económicas e territoriais do fenómeno do turismo**

1 – Há quanto tempo vive/reside em Portimão?

---

---

2 – Tem acompanhado as várias transformações do território ao longo dos anos?

---

---

3 – Qual o fenómeno que indicaria como o maior factor de mudança?

---

---

---

4 – Avaliando o impacto do turismo na vida dos autóctones, acha que é significativo (a todos os níveis: social, económico e etc..) ou nem por isso?

---

---

---

5 – E acha que é positivo? Porquê?

---

---

---

6 – Mediante a sua experiência no local, esse impacto dá-se em que aspectos da vida dos autóctones (pessoal e profissional)?

---

---

---

---

7- Costuma ter contacto com os turistas (tanto no seu local de trabalho como noutros locais)?

---

---

---

8 – Se sim, geralmente os autóctones parecem satisfeitos com a presença dos turistas e com as alterações no espaço impostas pelo turismo?

---

---

---

---

9- Acha que o turismo de certa forma se apropriou do espaço (se o definiu, se as obras para espaços de lazer e edificações no município se destinam maioritariamente a práticas turísticas, se os eventos públicos e actividades locais são maioritariamente destinadas ao turismo e afins)?

---

---

---

10- De certo modo, acha que o turismo veio acentuar as desigualdades sociais? Como?

---

---

---

---

11- Com base nas transformações do espaço, acha que a cidade de Portimão se encontra estruturada de modo a conceder uma experiência de acolhimento *premium* (serviços, espaços, infra-estruturas, actividades lúdicas) aos seus turistas em detrimento das comunidades locais?

---

---

---

12- E relativamente a si está feliz por fazer parte de uma comunidade “turistificada”?

---

---

---

13- Colocando-se na pele do turista, acha que os visitantes são bem recebidos/vistos pelos autóctones (tanto pelos que trabalham no sector terciário como pelos restantes com quem interagem)?

---

---

---

14 – Gosta de ter contacto diário com os turistas ou fá-lo por mera obrigação (convívio inevitável na prática laboral ou em actividades de lazer)?

---

---

---

15- Para terminar o primeiro ponto, considera o turismo um fenómeno positivo ou negativo para Portimão e para os seus residentes?

---

---

---

**2ª Parte- Relação entre turistas e autóctones**

16- Quanto à relação entre autóctones e turistas, acha que de uma forma geral é positiva ou negativa?

---

---

---

---

17- Conhece alguns conflitos que possam ter emergido dessa relação?

---

---

---

---

18- Com a progressão do tempo da época balnear, nota alterações nos comportamentos dos residentes locais face às práticas turísticas? E qual a sua posição pessoal (odeia, é-lhe indiferente, não gosta do espaço sobrelotado, e etc..)?

---

---

---

19- Já se deparou com muitos casos de insatisfação com a presença do outro grupo (turistas vs autóctones) ou estes são inexistentes?

---

---

---

20- Parece-lhe que as opiniões negativas são mais evidentes na óptica dos turistas ou dos autóctones?

---

---

---

---

21- O que pensa disso?

---

---

---

---

22- Numa escala mais densa, quem acha que controla o espaço (acessos, saídas, espaços, investimentos locais, empresas, e etc..)?

---

---

---

23- Acha que os autóctones têm perdido acesso a locais outrora fáceis de aceder, seja pela condição económica, seja pela pelo simples facto de serem locais ou terem baixo estatuto social?

---

---

---

---

24- Na sua actividade profissional lida directamente com turistas? Qual a sua opinião sincera acerca dos seus comportamentos e formas de agir (relação com autóctones, trabalhadores locais, e etc..)?

---

---

---

---

**3ª Parte- Escassez de recursos e congestionamento do espaço**

25- Com base no grande congestionamento do território nas épocas mais quentes, acha que os recursos se tornam escassos e são afectados (exemplo: alimentos nos supermercados, enchetes nos locais, acesso a serviços, engarrafamento de vias e afins)?

---

---

---

26- E a si, durante a época balnear, já lhe aconteceu querer usufruir de um serviço importante, mas não conseguir por causa do grande volume populacional que faz uso desse mesmo serviço (exemplo: ambulâncias, espaços recreativos, hospitais, supermercados, etc.)? Se sim, com que frequência aconteceu/acontece?

---

---

---

27- Essa sobrelotação interfere directamente no seu quotidiano (vida privada e profissional)? Se sim, em que sentido?

---

---

---

28- Sente que os turistas têm mais acesso a determinados locais do que os autóctones (ou recebem tratamento preferencial) ?

---

---

---

29- Com base na sua experiência, acha que as territorialidades (extensão da capacidade de se movimentar e aceder a espaços e locais) são muito dissonantes entre turistas e autótones?

---

---

---

30- Quais lhe parecem ser mais extensas? Porquê?

---

---

---

31- Sente que as territorialidades das comunidades locais são “asfixiadas” devido ao fenómeno turístico (pessoas têm de trabalhar mais em serviços do sector, ficando vinculadas ao espaço devido à proximidade do local de trabalho, não lhes restando flexibilidade de movimentação no espaço ou tempo para fazer outras actividades de lazer e afins)?

---

---

---

32- Terminando, com tantos estranhos no seu território (visitantes e residentes estrangeiros, outrora turistas), de certa forma, sente-se um estranho no seu próprio espaço?

---

---

---

---

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

## **Anexo III**

---

### **Entrevista nº1**

---

Entrevistado: Alberto Bettencourt, 27 anos.

Entidade representada: Agência de viagens “Portimar”.

Transcrição da entrevista:

1- Há quanto tempo vive/reside em Portimão?

*Há 27 anos.*

2- Tem acompanhado as várias transformações do território ao longo dos anos?

*Sim.*

3: Qual o fenómeno que indicaria como o maior factor de mudança?

*A construção excessiva de centros comerciais.*

4 – Avaliando o impacto do turismo na vida dos autóctones, acha que é significativo (a todos os níveis: social, económico e etc..) ou nem por isso?

*Sim, o turismo é um factor de impacto no quotidiano algarvio em todos os níveis.*

5 – E acha que é positivo? Porquê?

*Na minha opinião, considero o turismo um ponto positivo. Como é do conhecimento geral, o Algarve carece de indústria que dê resposta às necessidades laborais da população eficazmente, sendo assim, o turismo, mesmo que sazonal, vem reforçar a frágil economia algarvia.*

6 – Mediante a sua experiência no local, esse impacto dá-se em que aspectos da vida dos autóctones (pessoal e profissional)?

*Nos meses de época baixa, outono e inverno, é notório o aumento da taxa de desemprego no Algarve. Ou seja, menos rendimento, menos gastos, e por consequência, menor qualidade de vida, e até mesmo, menos receita empresarial por parte das organizações que actuam na região. Na época alta (primavera/verão) há uma inversão clara nesta realidade. Os residentes, apesar de pouco confiantes no seu posto de*

*trabalho, cuidam melhor de si, pois os seus rendimentos, assim o permitem. Dito isto, acho que podemos considerar que a presença ou ausência de visitantes ditam muito o estilo de vida dos residentes.*

7- Costuma ter contacto com os turistas (tanto no seu local de trabalho como noutros locais)?

*Sim, costumo frequentar espaços muito visitados por turistas, e trabalho no ramo do turismo há alguns anos.*

8 – Se sim, geralmente os autóctones parecem satisfeitos com a presença dos turistas e com as alterações no espaço impostas pelo turismo?

*Essa questão depende muitas vezes da idade e da educação dos residentes, assim como da atitude e educação dos turistas. Há pessoas com mais sentido de hospitalidade que outras, assim como há pessoas com menos “maneiras” que outras.*

9- Acha que o turismo de certa forma se apropriou do espaço (se o definiu, se as obras para espaços de lazer e edificações no município se destinam maioritariamente a práticas turísticas, se o eventos públicos e actividades locais são maioritariamente destinadas ao turismo e afins)?

*Desde que me lembro que no Algarve se vive do turismo, não me lembro de uma altura em que as políticas de investimento se direccionassem mais ou menos para o sector. Sempre foi o maior impulsionador económico regional, daí constituir sempre uma aposta forte, tanto do sector público, como do sector privado.*

10- De certo modo, acha que o turismo veio acentuar as desigualdades sociais? Como?

*O turismo no algarve é caro, é um facto, e assim sendo, é normal que atraia clientes de luxo. Como foi referido anteriormente, não há muito poder de compra por parte da população, por isso é normal haver um pouco este choque de realidades entre os residentes de classe média/baixa e os clientes de classe média/alta.*

11- Com base nas transformações do espaço, acha que a cidade de Portimão se encontra estruturada de modo a conceder uma experiência de acolhimento *premium* (serviços, espaços, infra-estruturas, actividades lúdicas) aos seus turistas em detrimento das comunidades locais?

*Em certa parte sim, visto que quem investe na cidade são maioritariamente entidades privadas.*

12- E relativamente a si está feliz por fazer parte de uma comunidade “turistificada”?

*Eu acredito na multiculturalidade, creio que seja o caminho para a evolução económico-social, por isso sim, tenho um certo orgulho em pertencer a uma comunidade acolhedora que contacta com quase todos os povos do mundo.*

13- Colocando-se na pele do turista, acha que os visitantes são bem recebidos/vistos pelos autóctones (tanto os que trabalham no sector terciário, como pelos restantes com quem interagem)?

*Creio que sim, baseando-me na opinião de turistas com quem já lidei, acredito que o Algarve no seu geral, com todos os seus pontos fortes e fracos, proporciona uma boa experiência turística.*

14 – Gosta de ter contacto diário com os turistas ou fá-lo por mera obrigação (convívio inevitável na prática laboral ou em actividades de lazer) ?

*Considero-me uma pessoa comunicativa, por isso sim, gosto do contacto com os visitantes.*

15- Para terminar o primeiro ponto, considera o turismo um fenómeno positivo ou negativo para Portimão e para os seus residentes?

*O turismo é claramente benéfico para Portimão e para os seus residentes.*

## **2ª Parte- Relação entre turistas e autóctones**

16- Quanto à relação entre autóctones e turistas, acha que de uma forma geral é positiva ou negativa?

*Num modo geral, a relação é boa, claro que cada caso é um caso.*

17- Conhece alguns conflitos que possam ter emergido dessa relação?

*A chegada de emigrantes Portugueses, normalmente é o turismo de que os residentes mais se queixam.*

18- Com a progressão do tempo da época balnear, nota alterações nos comportamentos dos residentes locais face às práticas turísticas? E qual a sua posição pessoal (odeia, é-lhe indiferente, não gosta do espaço sobrelotado, e etc..)?

*O trânsito intensifica-se, os supermercados sobrelotados, dificuldade no estacionamento, os problemas comuns do aumento populacional numa região. Os residentes têm de alterar alguns dos seus comportamentos para poderem cumprir os seus compromissos rotineiros, alterações essas que normalmente passam por usufruir dos espaços mais cedo ou evitar certos locais ou serviços durante a época alta. Pessoalmente, considero uma fase, sempre passei por ela e vou continuar a passar enquanto residir em Portimão.*

19- Já se deparou com muitos casos de insatisfação com a presença do outro grupo (turistas vs autóctones) ou estes são inexistentes?

*Sim, já assisti a um ou outro episódio, normalmente incentivado por consumo excessivo de álcool.*

20- Parece-lhe que as opiniões negativas são mais evidentes na óptica dos turistas ou dos autóctones?

*Autóctones, definitivamente. Principalmente desempregados, sem formação e que subsistem de subsídios.*

21- O que pensa disso?

*Penso que estes deveriam arranjar um emprego.*

22- Numa escala mais densa, quem acha que controla o espaço (acessos, saídas, espaços, investimentos locais, empresas, e etc..)?

*Grandes grupos económicos, como em qualquer país desenvolvido ou em vias de desenvolvimento.*

23- Acha que os autóctones têm perdido acesso a locais outrora fáceis de aceder, seja pela condição económica, seja pelo simples facto de serem locais ou terem baixo estatuto social?

*Acho que não, apesar de no Algarve se praticar um turismo de luxo, tal como já disse, em Portimão maior parte dos espaços e actividades são de livre acesso ou de preço acessível, mas existem algumas excepções.*

24- Na sua actividade profissional lida directamente com turistas? Qual a sua opinião sincera acerca dos seus comportamentos e formas de agir (relação com autóctones, trabalhadores locais, e etc..)?

*Trabalhei directamente com turistas durante uns anos e o que tenho a dizer é o mesmo que sobre os residentes. Lidei com pessoas educadas e rudes de várias nacionalidades, incluindo a portuguesa, o que muda no atendimento é apenas a língua.*

### **3ª Parte- Escassez de recursos e congestionamento do espaço**

25- Com base no grande congestionamento do território nas épocas mais quentes, acha que os recursos se tornam escassos e são afectados (exemplo: alimentos nos supermercados, enchetes nos locais, acesso a serviços, engarrafamento de vias e afins)?

*Só mesmo no tempo de espera nos serviços ou vias rodoviárias porque em termos de stocks, as empresas responsáveis fazem um planeamento bastante eficaz e raramente resulta na ruptura dos mesmos.*

26- E a si, durante a época balnear, já lhe aconteceu querer usufruir de um serviço importante, mas não conseguir por causa do grande volume populacional que faz uso desse mesmo serviço (exemplo: ambulâncias, espaços recreativos, hospitais, supermercados, etc..)? Se sim, com que frequência aconteceu/acontece?

*Como acabei de dizer na última pergunta que me fez, já aconteceu ter de esperar mais que o normal por um serviço mas nunca resultou na impossibilidade de usufruto deste.*

27- Essa sobrelotação interfere directamente no seu quotidiano (vida privada e profissional)? Se sim, em que sentido?

*Demora no trânsito e dificuldade em encontrar estacionamento. Muito basicamente, os problemas de uma grande cidade serem transpostos para um meio mais pequeno.*

28- Sente que os turistas têm mais acesso a determinados locais do que os autóctones (ou recebem tratamento preferencial)?

*Sendo os turistas, os clientes com volume de consumo mais elevado, é normal que tenham tratamento preferencial em alguns estabelecimentos, como restaurantes, bares e hotéis, claro.*

29- Com base na sua experiência, acha que as territorialidades (extensão da capacidade de se movimentar e aceder a espaços e locais) são muito dissonantes entre turistas e autóctones?

*Sim, há dissonâncias neste aspecto, mas estas devem-se às redes de transportes públicos regionais que estão muito aquém das necessidades. Além de pouco desenvolvidas, são muito caras, logo acabam por ser mais usadas por clientes com mais poder de compra, normalmente turistas.*

30- Quais lhe parecem ser mais extensas? Porquê?

*Não lhe sei dizer ao certo, mas talvez as dos turistas porque geralmente têm mais dinheiro do que os habitantes locais. Pelo menos é o que tenho visto ao longo dos trabalhos que tive ligados ao turismo.*

31- Sente que as territorialidades das comunidades locais são “asfixiadas” devido ao fenómeno turístico (pessoas têm de trabalhar mais em serviços do sector, ficando vinculadas ao espaço devido à proximidade do local de trabalho, não lhes restando flexibilidade de movimentação no espaço ou tempo para fazer outras actividades de lazer e afins)?

*Não, as empresas do sector turístico normalmente apoiam a deslocação dos seus colaboradores, tentando colmatar esta situação de obrigação de posicionamento geográfico. Além deste apoio, quem trabalha legalmente, e devidamente inserido na lei laboral tem o direito aos seus períodos de descanso para poder realizar todas as suas tarefas pessoais.*

32- Terminando, com tantos estranhos no seu território (visitantes e residentes estrangeiros, outrora turistas), de certa forma, sente-se um estranho no seu próprio espaço?

*Não, o turismo é tão natural no Algarve como o mar e a areia das praias, sentir-me-ia mais estranho num algarve sem turismo.*

## **Entrevista nº2**

---

Entrevistado: Cristiano Damas, 35 anos.

Entidade representada: *Mydynamics*

1- Há quanto tempo vive/reside em Portimão?

*29 anos.*

2- Tem acompanhado as várias transformações do território ao longo dos anos?

*Algumas.*

3- Qual o fenómeno que indicaria como o maior factor de mudança?

*O crescimento da malha urbana, principalmente as habitações litorais.*

4- Avaliando o impacto do turismo na vida dos autóctones, acha que é significativo (a todos os níveis: social, económico e etc..) ou nem por isso?

*Sim, de certa forma o desenvolvimento da cidade está ligado em grande parte ao turismo.*

5- E acha que é positivo? Porquê?

*Sim, gerou emprego numa altura em que outras indústrias desapareceram.....*

6 – Mediante a sua experiência no local, esse impacto dá-se em que aspectos da vida dos autóctones (pessoal e profissional)?

*Pessoal e profissional. Houve uma mudança de vivências que ocorreu devido ao turismo, criando mais empregos e costumes, o que acabou por influenciar formas de ser e fazer, por isso o impacto deu-se em vários aspectos das vidas das pessoas daqui.*

7- Costuma ter contacto com os turistas (tanto no seu local de trabalho, como noutros locais)?

*Sim, constantemente. No entanto, o contacto é superior na minha actividade profissional.*

8- Se sim, geralmente os autóctones parecem satisfeitos com a presença dos turistas e com as alterações no espaço impostas pelo turismo?

*Pelo que vejo sim, mas costumo ouvir bastantes relatos de insatisfação, principalmente no mês de Agosto.*

9- Acha que o turismo de certa forma se apropriou do espaço (se o definiu, se as obras para espaços de lazer e edificações no município se destinam maioritariamente a práticas turísticas, se o eventos públicos e actividades locais são maioritariamente destinadas ao turismo e afins)?

*Penso que sim, não de uma forma negativa, mas é o principal elemento caracterizador do espaço, dado que grande parte das infra-estruturas estão relacionadas directa ou indirectamente com a actividade turística.*

10- De certo modo, acha que o turismo veio acentuar as desigualdades sociais? Como?

*Directamente não, porque acho que a criação de empregos ajudou muitas pessoas da região, no entanto, é possível ver facilmente que os turistas têm muito mais poder económico que as pessoas daqui, o que às vezes gera desconforto.*

11- Com base nas transformações do espaço, acha que a cidade de Portimão se encontra estruturada de modo a conceder uma experiência de acolhimento *premium* (serviços, espaços, infra-estruturas, actividades lúdicas) aos seus turistas em detrimento das comunidades locais?

*Sem dúvida, maior parte das zonas cresceu para responder à demanda turística. Aliás, se não fosse o turismo penso que a cidade seria bem mais pequena e tranquila para os moradores.*

12- E relativamente a si, está feliz por fazer parte de uma comunidade “turistificada”?

*Sim, bastante.*

13- Colocando-se na pele do turista, acha que os visitantes são bem recebidos/vistos pelos autóctones (tanto os que trabalham no sector terciário, como pelos restantes com quem interagem)?

*Sim, na grande maioria.*

14 – Gosta de ter contacto diário com os turistas ou fá-lo por mera obrigação (convívio inevitável na prática laboral ou em actividades de lazer) ?

*Gosto. No entanto, posso dizer-lhe que grande parte das pessoas que conheço dizem não gostar, fazem-no porque trabalham em locais relacionados com o sector e que tem mesmo de ser. Não gostam porque muitos turistas tratam-nos com arrogância, com um sentimento de superioridade.*

15- Para terminar o primeiro ponto, considera o turismo um fenómeno positivo ou negativo para Portimão e para os seus residentes?

*Diria, geralmente positivo.*

## **2ª Parte- Relação entre turistas e autóctones**

16- Quanto à relação entre autóctones e turistas, acha que de uma forma geral é positiva ou negativa?

*Também positiva, mas há sempre excepções.*

17- Conhece alguns conflitos que possam ter emergido dessa relação?

*Pessoalmente não, mas já tenho ouvido alguns relatos sobre situações bem chatas.*

18- Com a progressão do tempo da época balnear, nota alterações nos comportamentos dos residentes locais face às práticas turísticas? E qual a sua posição pessoal (odeia, é-lhe indiferente, não gosta do espaço sobrelotado, e etc..)?

*É-me indiferente, mas conheço pessoas que ficam bastante insatisfeitas com a presença dos turistas, principalmente no mês de Agosto.*

19- Já se deparou com muitos casos de insatisfação com a presença do outro grupo (turistas vs autóctones) ou estes são inexistentes?

*Directamente não, mas tenho conhecimento de alguns casos por intermédio de terceiros.*

20- Parece-lhe que as opiniões negativas são mais evidentes na óptica dos turistas ou dos autóctones?

*Dos autóctones, sem dúvida, mas também não conheço muitas opiniões dos turistas, pelo menos sinceras. Aquilo que me dizem pode ser só por simpatia. Com o pessoal daqui é diferente, dizem-nos o que realmente pensam por causa das ligações de*

*amizade e de camaradagem por sermos conterrâneos e por se identificarem com a nossa situação profissional.*

21- O que pensa disso?

*Penso que é normal, mas quero frisar que no geral as opiniões que conheço são, geralmente, positivas.*

22- Numa escala mais densa, quem acha que controla o espaço (acessos, saídas, espaços, investimentos locais, empresas, e etc..)?

*O poder político.*

23- Acha que os autóctones têm perdido acesso a locais outrora fáceis de aceder, seja pela condição económica, seja pela pelo simples facto de serem locais ou terem baixo estatuto social?

*Talvez em algumas festas vip, dado que há muitas aqui em Portimão e pelo resto do Algarve.*

24- Na sua actividade profissional lida directamente com turistas? Qual a sua opinião sincera acerca dos seus comportamentos e formas de agir (relação com autóctones, trabalhadores locais, e etc..)?

*Sim, como sabe há já algum tempo que tenho este emprego. Quanto à forma de agir, posso dizer que é boa, de uma forma geral diria que agem com normalidade.*

25- Com base no grande congestionamento do território nas épocas mais quentes, acha que os recursos se tornam escassos e são afectados (exemplo: alimentos nos supermercados, enchetes nos locais, acesso a serviços, engarrafamento de vias e afins)?

*São afectados, mas daí a tornarem-se escassos acho que vai uma grande distância.*

26- E a si, durante a época balnear, já lhe aconteceu querer usufruir de um serviço importante, mas não conseguir por causa do grande volume populacional que faz uso desse mesmo serviço (exemplo: ambulâncias, espaços recreativos, hospitais, supermercados, etc..)? Se sim, com que frequência aconteceu/acontece?

*Sim, mas normalmente apenas existem atrasos no atendimento, e isso acontece-me com alguma frequência.*

27- Essa sobrelotação interfere directamente no seu quotidiano (vida privada e profissional)? Se sim, em que sentido?

*Não, de uma forma directa e grave não me parece, mas às vezes é chato quando temos de fazer alguma coisa simples e nos deparamos com grandes multidões e engarramentos, principalmente junto aos centros comerciais e estradas importantes.*

28- Sente que os turistas têm mais acesso a determinados locais do que os autóctones (ou recebem tratamento preferencial)?

*Depende dos locais, há estabelecimentos que procuram essencialmente uma clientela estrangeira devido à ideia geral de que essas pessoas consomem mais que os portugueses, fazendo assim um marketing específico, e criando ofertas para indivíduos com esse perfil, mas de uma forma geral penso que exista igualdade de tratamento na maior parte dos locais.*

29- Com base na sua experiência, acha que as territorialidades (extensão da capacidade de se movimentar e aceder a espaços e locais) são muito dissonantes entre turistas e autóctones?

*Não diria muito dissonantes, mas existem diferenças óbvias.*

30- Quais lhe parecem ser mais extensas? Porquê?

*As dos turistas, porque tendencialmente têm mais poder económico e existe uma vontade dos locais de serem hospitaleiros, criando muitos cenários favoráveis aos turistas para usufruírem de serviços, eventos, festas, essas coisas.*

31- Sente que as territorialidades das comunidades locais são “asfixiadas” devido ao fenómeno turístico (pessoas têm de trabalhar mais em serviços do sector ficando vinculadas ao espaço devido à proximidade do local de trabalho, não lhes restando flexibilidade de movimentação no espaço ou tempo para fazer outras actividades de lazer e afins)?

*Não, acho que há diferenças como acabei de lhe dizer, mas não me parece que sejam uma ameaça para quem é daqui.*

32- Terminando, com tantos estranhos no seu território (visitantes e residentes estrangeiros, outrora turistas), de certa forma, sente-se um estranho no seu próprio espaço?

*É complicado responder. No entanto, digo-lhe que durante grande parte do ano não, mas nas épocas altas fico com essa sensação.*

### **Entrevista nº3**

---

Entrevistado: Edgar Freitas, 29 anos.

Entidade representada: Clube Naval de Portimão

1- Há quanto tempo vive/reside em Portimão?

*Desde sempre.*

2- Tem acompanhado as várias transformações do território ao longo dos anos?

*Sim.*

3- Qual o fenómeno que indicaria como o maior factor de mudança?

*A construção de infra-estruturas ligadas ao turismo.*

4- Avaliando o impacto do turismo na vida dos autóctones, acha que é significativo (a todos os níveis: social, económico e etc..) ou nem por isso?

*Na cidade é muito significativo.*

5- E acha que é positivo? Porquê?

*Acho que tem prós e contras. Por muitas coisas.*

6- Mediante a sua experiência no local, esse impacto dá-se em que aspectos da vida dos autóctones (pessoal e profissional)?

*Existe, essencialmente mais oferta de emprego, mas sempre condicionada pela sazonalidade da região.*

7- Costuma ter contacto com os turistas (tanto no seu local de trabalho como noutros locais)?

*Sim.*

8- E geralmente, os autóctones parecem satisfeitos com a presença dos turistas e com as alterações no espaço impostas pelo turismo?

*Nem sempre, mas a verdade é que o turismo “fornece” a fonte de rendimento de muitas pessoas através da oferta de emprego que gera.*

9- Acha que o turismo de certa forma se apropriou do espaço (se o definiu, se as obras para espaços de lazer e edificações no município se destinam maioritariamente a práticas turísticas, se o eventos públicos e actividades locais são maioritariamente destinadas ao turismo e afins)?

*Sim, o caso do Algarve representa muito do que me acabou de referir.*

10- De certo modo, acha que o turismo veio acentuar as desigualdades sociais?

*Penso que não.*

11- Com base nas transformações do espaço, acha que a cidade de Portimão se encontra estruturada de modo a conceder uma experiência de acolhimento *premium* (serviços, espaços, infra-estruturas, actividades lúdicas) aos seus turistas em detrimento das comunidades locais?

*Em termos de unidades hoteleiras penso que sim, no resto acho que não.*

12- E relativamente a si, está feliz por fazer parte de uma comunidade “turistificada”?

*Não digo feliz, mas pessoalmente consigo superar bem a situação.*

13- Colocando-se na pele do turista, acha que os visitantes são bem recebidos/vistos pelos autóctones (tanto os que trabalham no sector terciário como pelos restantes com quem interagem)?

*Neste momento o “acolhimento” é melhor do que já foi, mas penso que ainda há muito a fazer para se “evoluir”.*

14 – Gosta de ter contacto diário com os turistas ou fá-lo por mera obrigação (convívio inevitável na prática laboral ou em actividades de lazer) ?

*Depende das ocasiões, mas relativamente à primeira hipótese, geralmente vejo com bons olhos a interacção com pessoas oriundas de culturas diferentes. Já na segunda depende das pessoas, gosto de passar o meu tempo com amigos, e se houver interacção com turistas, tudo bem, mas aqui sou mais selectivo porque há pessoas de que se gosta e outras de que não se gosta, por isso o gostar ou não é relativo.*

15- Para terminar o primeiro ponto, considera o turismo um fenómeno positivo ou negativo para Portimão e para os seus residentes?

*Uma vez que tenho de escolher digo positivo, mas há muitos contras que estão presentes diariamente, especialmente nas chamadas “épocas altas”.*

## **2ª Parte- Relação entre turistas e autóctones**

16- Quanto à relação entre autóctones e turistas, acha que de uma forma geral é positiva ou negativa?

*Penso que é positiva.*

17- Conhece alguns conflitos que possam ter emergido dessa relação?

*Sim conheço.*

18- Com a progressão do tempo da época balnear, nota alterações nos comportamentos dos residentes locais face às práticas turísticas? E qual a sua posição pessoal (odeia, é-lhe indiferente, não gosta do espaço sobrelotado, e etc..)?

*Sim noto, e a mim causa-me alguns problemas como a dificuldade de encontrar locais para estacionar e o aumento das filas de atendimento nos serviços, mas há mais problemas, só que estes são aqueles exemplos que não me deixam indiferente.*

19- Já se deparou com muitos casos de insatisfação com a presença do outro grupo (turistas vs autóctones) ou estes são inexistentes?

*Sim, há vários, mas as pessoas gostam de dizer que são todos amigos e de falar bem para as câmaras, de serem politicamente correctos.*

20- Parece-lhe que as opiniões negativas são mais evidentes na óptica dos turistas ou dos autóctones?

*Na dos autóctones. Nas conversas com amigos é que se percebe o que as pessoas pensam na realidade, e a verdade é que as ideias em relação a isso não são muito boas.*

21- O que pensa disso?

*Penso que é normal. Os autóctones sentem-se invadidos no seu próprio espaço e têm de partilhá-lo com outras pessoas que ocupam quase tudo.*

22- Numa escala mais densa, quem acha que controla o espaço (acessos, saídas, espaços, investimentos locais, empresas, e etc..)?

*Não faço ideia.*

23- Acha que os autóctones têm perdido acesso a locais outrora fáceis de aceder, seja pela condição económica, seja pela pelo simples facto de serem locais ou terem baixo estatuto social?

*Em alguns casos sim. Por exemplo, nos espaços de recreação e lazer, espaços comerciais com produtos e artigos mais caros e etc..*

24- Na sua actividade profissional lida directamente com turistas? Qual a sua opinião sincera acerca dos seus comportamentos e formas de agir (relação com autóctones, trabalhadores locais, e etc..)?

*Na minha actividade profissional, como sabe, não lido directamente com turistas, mas no meu local de trabalho existe uma grande afluência de turistas, levando-me a interagir com eles constantemente. E posto isto, penso que em geral, com base naquilo que observo, a maioria dos turistas tenta ter um comportamento adequado e respeitoso para com quem os recebe.*

### **3ª Parte- Escassez de recursos e congestionamento do espaço**

25- Com base no grande congestionamento do território nas épocas mais quentes, acha que os recursos se tornam escassos e são afectados (exemplo: alimentos nos supermercados, enchetes nos locais, acesso a serviços, engarrafamento de vias e afins)?

*Sim, o Algarve é um caso paradigmático dessa realidade.*

26- E a si, durante a época balnear, já lhe aconteceu querer usufruir de um serviço importante, mas não conseguir por causa do grande volume populacional que faz uso desse mesmo serviço (exemplo: ambulâncias, espaços recreativos, hospitais, supermercados, etc..)? Se sim, com que frequência aconteceu/acontece?

*Sim, ocasionalmente, mas já estou habituado.*

27- Essa sobrelotação interfere directamente no seu quotidiano (vida privada e profissional)? Se sim, em que sentido?

*Sim. Tenho de pensar em horários de funcionamento dos serviços que apresentem uma menor taxa de sobrelotação e optar por essas ocasiões para usufruir dos mesmos, dado*

*que a minha vida profissional não me permite submeter às longas esperas a qualquer hora.*

28- Sente que os turistas têm mais acesso a determinados locais do que os autóctones (ou recebem tratamento preferencial)?

*Sim, como já lhe disse, acho que têm mais acesso, especialmente nos espaços de recreação e lazer, e também nos locais destinados à malta mais rica. Tem o exemplo dos bares da marina, para lá só vão pessoas com dinheiro, e a maior parte são todos turistas.*

29- Com base na sua experiência, acha que as territorialidades (extensão da capacidade de se movimentar e aceder a espaços e locais) são muito dissonantes entre turistas e autóctones?

*Em alguns casos sim. Acho que isso está ligado ao dinheiro e às vantagens de ser turista, acontece um pouco como aquilo que lhe acabei de dizer dos bares da marina.*

30- Quais lhe parecem ser mais extensas? Porquê?

*A dos turistas, por aquilo que lhe disse e que observo nos acessos a espaços de diversão nocturna, nos parques temáticos e noutras coisas desse género.*

31- Sente que as territorialidades das comunidades locais são “asfixiadas” devido ao fenómeno turístico (pessoas têm de trabalhar mais em serviços do sector ficando vinculadas ao espaço devido à proximidade do local de trabalho, não lhes restando flexibilidade de movimentação no espaço ou tempo para fazer outras actividades de lazer e afins)?

*Sim, sem dúvida.*

32- Terminando, com tantos estranhos no seu território (visitantes e residentes estrangeiros, outrora turistas), de certa forma, sente-se um estranho no seu próprio espaço?

*Por vezes sim.*

## **Entrevista 4**

---

Entrevistado: Gerardo Horácio, 27 anos.

Entidade: Bar *Quest* (dono)

1 – Há quanto tempo vive/reside em Portimão?

*Desde nascença ou seja, faz 28 anos em Outubro do presente ano.*

2 – Tem acompanhado as várias transformações do território ao longo dos anos?

*As mais influentes sim.*

3 – Qual o fenómeno que indicaria como sendo o maior factor de mudança?

*A expansão das grandes superfícies comerciais nas duas últimas décadas.*

4 – Avaliando o impacto do turismo na vida dos autóctones, acha que é significativo (a todos os níveis: social, económico e etc..) ou nem por isso?

*Sim é bastante significativo.*

5 – E acha que é positivo? Porquê?

*Tem as suas variáveis, mas num apanhado geral, sim é positivo. Se analisarmos a determinante financeira, é óptimo, pois toda a receita gerada através do turismo ajuda a combater a austeridade do local, com destaque essencial para o sector dos negócios privados. Isso traduz-se num maior número de ofertas, e em princípio numa maior qualidade de serviços para ambos, turistas e residentes. A saúde dos autóctones é capaz de ser o factor mais afetado negativamente, pois elevados valores no turismo regional traduzem-se quase sempre num acréscimo de stress.*

6 – Mediante a sua experiência no local, esse impacto dá-se em que aspetos da vida dos autóctones (pessoal e profissional)?

*Tendo em conta que a taxa de emprego dispara no período de Verão (apenas) para valores virtualmente impossíveis de atingir, quando comparados com o resto do ano, a nível profissional, diria que o balanço é excelente pois é raro o jovem adulto ou a pessoa de meia idade que não consegue uma vaga profissional em algo relacionado com o turismo ou gestão de eventos. A nível pessoal, à exceção de lhes ser tirado parte*

*do facilitismo que os autóctones têm no resto do ano (usufruírem dos serviços básicos do mercado alimentar ou deslocação dentro da própria metrópole), diria que a qualidade de vida se mantém a mesma, e que estes vivem um estilo de vida semelhante ao do resto do ano.*

7- Costuma ter contacto com os turistas (tanto no seu local de trabalho como noutros locais)?

*Algum.*

8 – E geralmente os autóctones parecem satisfeitos com a presença dos turistas e com as alterações no espaço impostas pelo turismo?

*No geral sim, não há margem para reclamações, pois sabem que a zona beneficia da prática.*

9- Acha que o turismo de certa forma, se apropriou do espaço (se o definiu, se as obras para espaços de lazer e edificações no município se destinam maioritariamente a práticas turísticas, se o eventos públicos e actividades locais são maioritariamente destinadas ao turismo e afins)?

*Tudo tem que se adaptar à mercê da necessidade, tanto das pessoas que cá estão dia após dia como também das que vêm apenas fazer escala. Acredito que a maior parte das actividades e das modificações locais são pensadas e destinadas não só aos turistas, mas também para melhorar a qualidade de vida dos residentes.*

10- De certo modo, acha que o turismo veio acentuar as desigualdades sociais?

*De certo modo sim. Não é o turismo o pilar dessa diferenciação, mas sim a variedade de classes e tudo o que isso engloba. O turismo, é sim, mais um patamar na pirâmide da desigualdade económica entre muitas outras coisas, e acaba por fortalecer a ideia de que existe um desequilíbrio social.*

11- Com base nas transformações do espaço, acha que a cidade de Portimão se encontra estruturada de modo a conceder uma experiência de acolhimento *premium* (serviços, espaços, infra-estruturas, actividades lúdicas) aos seus turistas em detrimento das comunidades locais?

*Sim, com alguns pequenos ajustes poderia ser uma capital regional do turismo num período anual, em vez de ser apenas 2/3 meses.*

12- E relativamente a si está feliz por fazer parte de uma comunidade “turistificada”?

*Não me desagrada.*

13- Colocando-se na pele do turista, acha que os visitantes são bem recebidos/vistos pelos autóctones (tanto os que trabalham no sector terciário como pelos restantes com quem interagem)?

*Isso é tudo um questão de experiência pessoal. Há pessoas mais e outras menos qualificadas em todos os cantos do mundo, assim como há pessoas mais e menos simpáticas/prestáveis. Com base na experiência que eu dou aos turistas que visitam o meu estabelecimento, sim são bem recebidos e são tratados de modo igual aos clientes residentes na zona.*

14 – Gosta de ter contacto diário com os turistas ou fá-lo por mera obrigação (convívio inevitável na prática laboral ou em actividades de lazer) ?

*É-me indiferente sinceramente. O turista é um cliente como qualquer outro consumidor do ponto de vista laboral. A nível de lazer só depende do carácter e do indivíduo que me for apresentado.*

15- Para terminar o primeiro ponto, considera o turismo um fenómeno positivo ou negativo para Portimão e para os seus residentes?

*Positivo, sem sombra de dúvida.*

## **2ª Parte- Relação entre turistas e autóctones**

16- Quanto à relação entre autóctones e turistas, acha que de uma forma geral é positiva ou negativa?

*O autóctone que depende e trabalha com o turista tem uma relação positiva com o mesmo. O autóctone que tem por obrigação conviver e partilhar espaço com o turista tem uma opinião mista.*

17- Conhece alguns conflitos que possam ter emergido dessa relação?

*Alguns casos. Em qualquer altura do verão, todos podem testemunhar, sendo só necessário sair de casa e ter o azar/sorte de apanhar uma situação dessas.*

18- Com a progressão do tempo da época balnear, nota alterações nos comportamentos dos residentes locais face às práticas turísticas? E qual a sua posição pessoal (odeia, é-lhe indiferente, não gosta do espaço sobrelotado, e etc..)?

*Sim. Não gosto de não ter espaço e tempo para as minhas actividades, mas isso é uma consequência aceitável para o benefício que o turismo traz à região.*

19- Já se deparou com muitos casos de insatisfação com a presença do outro grupo (turistas vs autóctones) ou estes são inexistentes?

*Sim, são recorrentes as ocasiões em Portimão.*

20- Parece-lhe que as opiniões negativas são mais evidentes na óptica dos turistas ou dos autóctones?

*Isso é algo variável.*

21- O que pensa disso?

*Muitas vezes não concordo, mas cada um tem direito à sua opinião. A maneira de se expressar muitas vezes não é a mais correcta e educada e isso acaba por ser o principal catalisador das disputas.*

22- Numa escala mais densa, quem acha que controla o espaço (acessos, saídas, espaços, investimentos locais, empresas, e etc..)?

*Se bem percebi a questão, é fácil, quem tem mais dinheiro. Como em todo o lado, aqui o Algarve funciona à base de investimentos, grande parte deles no turismo, portanto quem investe são os residentes com dinheiro e os turistas que vêm para cá e gostam do local, vendo também oportunidades de negócio.*

23- Acha que os autóctones têm perdido acesso a locais outrora fáceis de aceder, seja pela condição económica, seja pela pelo simples facto de serem locais ou terem baixo estatuto social?

*Sim, certos locais dificultam a adesão do cliente local. O turismo por vezes acaba por ser mais apetecível à carteira do negócio.*

24- Na sua actividade profissional lida directamente com turistas? Qual a sua opinião sincera acerca dos seus comportamentos e formas de agir (relação com autóctones, trabalhadores locais, e etc..)?

*Sim. Depende da pessoa, mas no geral têm um comportamento assíduo e são bastante alegres. Procuram quase sempre fazer amizades e conhecer um pouco mais a nossa cultura e costumes, isto no turismo internacional.*

### **3ª Parte- Escassez de recursos e congestionamento do espaço**

25- Com base no grande congestionamento do território nas épocas mais quentes, acha que os recursos se tornam escassos e são afectados (exemplo: alimentos nos supermercados, enchetes nos locais, acesso a serviços, engarrafamento de vias e afins)?

*Nunca experienciei a falta de recursos nesse período, portanto penso que não.*

26- E a si, durante a época balnear, já lhe aconteceu querer usufruir de um serviço importante, mas não conseguir por causa do grande volume populacional que faz uso desse mesmo serviço (exemplo: ambulâncias, espaços recreativos, hospitais, supermercados, etc..)? Se sim, com que frequência aconteceu/acontece?

*Sim. É ocasional, mas acontece com maior frequência nas superfícies comerciais.*

27- Essa sobrelotação interfere directamente no seu quotidiano (vida privada e profissional)? Se sim, em que sentido?

*Não, não interfere, portanto, em sentido nenhum.*

28- Sente que os turistas têm mais acesso a determinados locais do que os autóctones (ou recebem tratamento preferencial) ?

*Não. A moeda é a língua mais falada e a única que faz a diferença no tratamento recebido.*

29- Com base na sua experiência, acha que as territorialidades (extensão da capacidade de se movimentar e aceder a espaços e locais) são muito dissonantes entre turistas e autóctones?

*Não, penso que não são assim tão diferentes, mas há algumas vantagens em ser-se turista.*

30- Quais lhe parecem ser mais extensas? Porquê?

*Como não elaborei situações concretas há pouco, digo-lhe que são as dos turistas. Nota-se em tudo, até no acesso a praias dado que se encontram a residir temporariamente em locais geograficamente privilegiados, o que potencia um acesso mais rápido.*

31- Sente que as territorialidades das comunidades locais são “asfixiadas” devido ao fenómeno turístico (pessoas têm de trabalhar mais em serviços do sector ficando vinculadas ao espaço devido à proximidade do local de trabalho, não lhes restando flexibilidade de movimentação no espaço ou tempo para fazer outras actividades de lazer e afins)?

*Há profissionais de certos sectores onde esse fenómeno se verifica sim.*

32- Terminando, com tantos estranhos no seu território (visitantes e residentes estrangeiros, outrora turistas), de certa forma, sente-se um estranho no seu próprio espaço?

*Não.*

## **Entrevista 5**

---

Entrevistado: Ilídio Jonas, 28 anos.

Relevância: figura pública com milhares de seguidores (no *youtube* e redes sociais).

### 1 – Há quanto tempo vive/reside em Portimão?

*Nasci em Portimão, mas vivo na outra margem do rio, freguesia do Parchal. Há portanto, 28 anos.*

### 2 – Tem acompanhado as várias transformações do território ao longo dos anos?

*As mais substanciais, sim.*

### 3 – Qual o fenómeno que indicaria como o maior factor de mudança?

*Em termos de ordenamento do território, as principais e mais gravosas alterações datam dos anos 80 com a construção de torres de apartamentos junto à praia, o que impulsionou o turismo e a especulação imobiliária, com os benefícios naturais desses negócios, no entanto, com prejuízos ambientais e sociológicos.*

### 4 – Avaliando o impacto do turismo na vida dos autóctones, acha que é significativo (a todos os níveis: social, económico e etc..) ou nem por isso?

*Tem prós e contras, como tudo. A vida quotidiana dos locais sofre com o turismo de massas, que lhe retira qualidade de vida em todos os factores, sobretudo devido ao facto da região não estar ainda preparada em termos de infra-estruturas base para albergar tanta gente. Por se tratar de uma indústria ainda sazonal, no pico do verão a população na região quase quadruplica, o que faz com que serviços como o de saúde não consigam fazer face às adversidades. A indústria hoteleira é a principal beneficiária desta alteração de paradigma socio-económico, no entanto, e apesar de ser neste momento uma das indústrias que mais enriquece ano após ano, a precariedade dos trabalhadores e os salários médios têm estagnado ou até decrescido, bem como as condições laborais. O principal proveito é dos grandes grupos económicos, como é costume.*

### 5 – E acha que é positivo? Porquê?

*Acho que a exploração turística de massas, da forma como tem sido feita até agora, é mais danosa do que benéfica para a população. O investimento em infraestruturas e pontos de interesse que reduzam a sazonalidade apenas tem aparecido por parte de privados e é manifestamente insuficiente para atenuar a situação. Se o país quer basear grande parte da sua economia no encaixe financeiro proveniente do turismo não deve, a meu ver, depositar o sucesso da indústria apenas no clima. O turismo de sol e praia é crucial, mas não deve ser a única característica a oferecer.*

6 – Mediante a sua experiência no local, esse impacto dá-se em que aspetos da vida dos autóctones (pessoal e profissional)?

*Nos meses de julho e agosto as ruas e artérias principais das cidades inundadas por turistas tornam-se impossíveis de navegar. O estacionamento é escasso, os hipermercados estão lotados, aumentam os acidentes rodoviários e diminui-se a tranquilidade dos locais que, ligados ao turismo, nem sempre têm as melhores condições para descansar para a jornada de trabalho seguinte.*

7- Costuma ter contacto com os turistas (tanto no seu local de trabalho como noutros locais)?

*Apenas o indispensável.*

8 – Se sim, geralmente os autóctones parecem satisfeitos com a presença dos turistas e com as alterações no espaço impostas pelo turismo?

*As opiniões dividem-se em função da profissão dos autóctones: os patrões parecem satisfeitos, os empregados trabalham frequentemente mais duas ou três horas por dia e muitos não vêem ajustado o salário em função disso. No entanto, parece ser consensual que o absurdo número de turistas nos meses fortes de verão retira a qualidade média de vida aos locais, em comparação com os restantes meses.*

9- Acha que o turismo de certa forma se apropriou do espaço (se o definiu, se as obras para espaços de lazer e edificações no município se destinam maioritariamente a práticas turísticas, se o eventos públicos e actividades locais são maioritariamente destinadas ao turismo e afins)?

*Nas áreas balneares verificaram-se essas alterações do espaço, naturalmente. A oferta cultural também é muitíssimo superior no verão.*

10- De certo modo, acha que o turismo veio acentuar as desigualdades sociais? Como?

*O turismo, enquanto actividade de lazer, não acentua quaisquer desigualdades. Enquanto indústria, no entanto, por vezes sim. Mas isso é transversal ao turismo, é produto da forma vigente de gerir qualquer tipo de negócio.*

11- Com base nas transformações do espaço, acha que a cidade de Portimão se encontra estruturada de modo a conceder uma experiência de acolhimento *premium* (serviços, espaços, infra-estruturas, actividades lúdicas) aos seus turistas em detrimento das comunidades locais?

*Tem progredido nesse sentido, mas está longe do ideal. Urge a criação de outros pontos de interesse, obras culturais, lúdicas, e desportivas, que “afastem” os turistas da praia e equilibrem a sua distribuição no território do Concelho. Em relação ao facto dos turistas serem preteridos em detrimento das comunidades locais, não verifico medidas tomadas nesse sentido. Muitas vezes sucede que determinadas obras só avançam de forma tão célere graças à proximidade de actos eleitorais ou da época alta.*

12- E relativamente a si está feliz por fazer parte de uma comunidade “turistificada”?

*Estou feliz por já não trabalhar na área do turismo e, no entanto, beneficiar do facto de viver no Algarve.*

13- Colocando-se na pele do turista, acha que os visitantes são bem recebidos/vistos pelos autóctones (tanto os que trabalham no sector terciário como pelos restantes com quem interagem)?

*Nunca fui tratado como turista na minha cidade, por isso desconheço o estado da nossa hospitalidade.*

14 – Gosta de ter contacto diário com os turistas ou fá-lo por mera obrigação (convívio inevitável na prática laboral ou em actividades de lazer)?

*Segunda opção, por evitar tudo o que são grandes aglomerados de gente.*

15- Para terminar o primeiro ponto, considera o turismo um fenómeno positivo ou negativo para Portimão e para os seus residentes?

*Positivo para alguns, negativo para outros. É uma actividade económica como outra qualquer. Alguns são beneficiários directos dela, outros não têm outro remédio.*

## **2ª Parte- Relação entre turistas e autóctones**

16- Quanto à relação entre autóctones e turistas, acha que de uma forma geral é positiva ou negativa?

*Creio ser positiva, de um modo geral.*

17- Conhece alguns conflitos que possam ter emergido dessa relação?

*Os esporádicos conflitos naturais que são fruto do atendimento ao público, em qualquer área.*

18- Com a progressão do tempo da época balnear, nota alterações nos comportamentos dos residentes locais face às práticas turísticas? E qual a sua posição pessoal (odeia, é-lhe indiferente, não gosta do espaço sobrelotado, e etc..)?

*Os empresários manifestam-se, de um modo geral, empolgados com a chegada da época balnear. Os funcionários, pelo contrário, contam os dias para que acabe. A minha opinião é que o turismo é crucial para a sustentabilidade económica da região, mas não se pode exigir dos trabalhadores um serviço de excelência quando as condições salariais e de trabalho não acompanham essa excelência. Além de que um maior poder de compra dos locais também impulsionaria a economia, quiçá desenvolvendo a região de forma mais célere e capacitando-a, ainda mais, para a actividade turística.*

19- Já se deparou com muitos casos de insatisfação com a presença do outro grupo (turistas vs autóctones) ou estes são inexistentes?

*Algumas vezes, fruto da incapacidade da região/do país em esbater a sazonalidade.*

20- Parece-lhe que as opiniões negativas são mais evidentes na óptica dos turistas ou dos autóctones?

*Não sei responder com precisão, uma vez que tenho mais contacto com autóctones do que com turistas.*

21- O que pensa disso?

*Que devia fazer amigos de outros locais, mas a vontade não é muita.*

22- Numa escala mais densa, quem acha que controla o espaço (acessos, saídas, espaços, investimentos locais, empresas, e etc..)?

*Filosoficamente falando, quem controla é quem tem capital e influência.*

23- Acha que os autóctones têm perdido acesso a locais outrora fáceis de aceder, seja pela condição económica, seja pela pelo simples facto de serem locais ou terem baixo estatuto social?

*A perda de acesso a esses locais também é fruto de um desinteresse geral por parte de alguns autóctones que, sempre que podem, evitam sítios demasiado turísticos. Os locais públicos continuam a ser públicos, mas tornaram-se banais.*

24- Na sua actividade profissional lida directamente com turistas? Qual a sua opinião sincera acerca dos seus comportamentos e formas de agir (relação com autóctones, trabalhadores locais, e etc..)?

*Não lido directamente com turistas. Turistas não deixam de ser pessoas; pessoas cujas acções variam em função do carácter que tenham.*

### **3ª Parte- Escassez de recursos e congestionamento do espaço**

25- Com base no grande congestionamento do território nas épocas mais quentes, acha que os recursos se tornam escassos e são afectados (exemplo: alimentos nos supermercados, enchetes nos locais, acesso a serviços, engarrafamento de vias e afins)?

*Não me parece. Os hipermercados são geridos pelos grandes grupos económicos e esses, por razões de negócio, já gerem o inventário em função do turismo.*

26- E a si, durante a época balnear, já lhe aconteceu querer usufruir de um serviço importante, mas não conseguir por causa do grande volume populacional que faz uso desse mesmo serviço (exemplo: ambulâncias, espaços recreativos, hospitais, supermercados, etc..)? Se sim, com que frequência aconteceu/acontece?

*Sim, acontece esporadicamente.*

27- Essa sobrelotação interfere directamente no seu quotidiano (vida privada e profissional)? Se sim, em que sentido?

*Sim. Conforme dito anteriormente, reduz a qualidade média de vida, pois os tempos em filas, estradas e multidões aumenta. É ainda frequente a dificuldade em estacionar nas áreas residenciais que, fora da época alta, estão quase desertas.*

28- Sente que os turistas têm mais acesso a determinados locais do que os autóctones (ou recebem tratamento preferencial)?

*Não.*

29- Com base na sua experiência, acha que as territorialidades (extensão da capacidade de se movimentar e aceder a espaços e locais) são muito dissonantes entre turistas e autóctones?

*Não.*

30- Quais lhe parecem ser mais extensas? Porquê?

*Como acabei de lhe dizer não sei se são dissonantes, portanto também não lhe sei indicar quais são mais extensas.*

31- Sente que as territorialidades das comunidades locais são “asfixiadas” devido ao fenómeno turístico (pessoas têm de trabalhar mais em serviços do sector ficando vinculadas ao espaço devido à proximidade do local de trabalho, não lhes restando flexibilidade de movimentação no espaço ou tempo para fazer outras actividades de lazer e afins)?

*O Algarve ainda é uma região territorialmente pequena, pelo que não viver a 2 ou 3 concelhos de distância do local de trabalho não costuma ser impeditivo. Os locais que vivem nas áreas antigas de cidades que entretanto foram tomadas pelo turismo, como Albufeira ou Lagos, viram naturalmente desencorajada a sua presença nesses locais graças também à especulação imobiliária, fenómeno esse que ocorre também em cidades como Lisboa, Londres, Paris, Barcelona, etc..*

32- Terminando, com tantos estranhos no seu território (visitantes e residentes estrangeiros, outrora turistas), de certa forma, sente-se um estranho no seu próprio espaço?

*Não, de forma alguma.*

## **Anexo IV**

---



**Inquérito no âmbito da tese de doutoramento:**

**“Turismo e (des)apropriação territorial: estranhos no próprio espaço, conflitos e territorialidades”**

---

**Nélio Miguel dos Reis Filipe Guerreiro,**

*Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;*

*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;*

*Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;*

*Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra;*

*Observatório do Risco (Osiris) do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;*

## Inquérito aos autóctones

### 1º Parte Caracterização sociográfica

1- **Sexo:** Masculino ..... 1 Feminino ..... 2

2- **Diga-me por favor a sua idade** \_\_\_\_\_

2.1- **Qual é o seu estado civil ?**

Solteiro/a..... 1

Casado/a ou a viver maritalmente ..... 2

Divorciado/a ou separado/a ..... 3

Viúvo/a..... 4

N/R ..... -2

3- **É natural de onde? (indique o local onde residia a sua mãe quando nasceu)**

Da freguesia onde reside atualmente ..... 1

De outra freguesia do município/concelho de Portimão ..... 2

**Qual?**

\_\_\_\_\_

De outro município/concelho (fora de Portimão) ..... 3

**Qual?**

\_\_\_\_\_

De um país estrangeiro ..... 4

**Qual?**

\_\_\_\_\_

N/R

..... -2

4- **Qual o grau de instrução mais elevado que completou?**

Não completou qualquer nível de escolaridade ..... 1

- 1.º Ciclo do Ensino Básico (antigo ensino primário) .....  2
- 2.º Ciclo do Ensino Básico (antigo ciclo preparatório) .....  3
- 3.º Ciclo (9.º ano, antigo curso geral ou 5.ºano) .....  4
- 12.º Ano (antigo 7º ano do liceu) .....  5
- Bacharelato ou frequência do Ensino Superior .....  6
- Ensino Superior (Licenciatura; Mestrado; Doutoramento) .....  7
- N/R .....  -2

**5- Qual é a sua principal ocupação neste momento?**

- Está desempregado/a (já trabalhou) .....  1
- Exerce uma atividade profissional .....  2
- Procura primeiro emprego .....  3
- Estuda.....  4
- Reformado.....  5
- Outro.....  6
- N/R.....  -2

**6- A sua actividade profissional está relacionada com o turismo? (responda apenas se respondeu à segunda hipótese na pergunta anterior)**

- Sim .....  1
- Não, mas tenho muito contacto com turistas.....  2
- Não, e não tenho qualquer contacto com turistas.....  3
- N/R.....  -2

**7- Há quanto tempo vive/reside em Portimão?**

- Há menos de 1 ano.....  1

- Há mais de 1 ano .....  2
- Há mais de 2 anos.....  3
- Há mais de 5 anos.....  4
- Desde sempre.....  5
- N/R.....  -2

**8- Tem acompanhado as várias transformações impostas pelo turismo no território ao longo dos anos?**

- Sempre.....  1
- Muitas vezes.....  2
- Moderadamente.....  3
- Poucas vezes.....  4
- Nunca.....  5
- N/R.....  -2

**9- Qual o fenómeno que indicaria como o maior factor de mudança?**

---

**2ª Parte- Posição face ao Turismo em Portimão e transformações territoriais**

**10- O que pensa acerca das transformações físicas (no espaço) que a actividade turística tem imposto em Portimão? Acha que são:**

- Positivas.....  1
- Negativas.....  2
- Indiferentes.....  3
- N/R.....  -2

**11- A desterritorialização *in situ* ocorre quando as comunidades locais perdem controlo sobre o próprio território. Acha que isso está a acontecer em Portimão por causa do turismo?**

Sim.....  1

Não.....  2

Há alguns indícios disso.....  3

N/R.....  -2

**12- Avaliando o impacto do turismo na vida dos autóctones, acha que é significativo (a todos os níveis: social, económico e etc..) ou nem por isso?**

Sim.....  1

Não.....  2

N/R.....  -2

**13- E acha que é positivo?**

Sim.....  1

Não.....  2

N/R.....  -2

**14- Mediante a sua experiência no local, esse impacto dá-se em que aspectos da vida dos autóctones?**

Pessoal.....  1

Profissional.....  2

Em ambos.....  3

N/R.....  -2

**15- De certo modo, acha que o turismo veio acentuar as desigualdades sociais?**

Sim .....  1

Não.....  2

N/R.....  -2

**16- Acha que o turismo de certa forma se apropriou do espaço (se o definiu, se as obras para espaços de lazer e edificações no município se destinam maioritariamente a práticas turísticas, se o eventos públicos e actividades locais são maioritariamente destinadas ao turismo e afins)?**

Sim, totalmente.....  1

Sim, parcialmente.....  2

Não, de todo.....  3

N/R.....  -2

**17- Se sim, geralmente os autóctones parecem satisfeitos com a presença dos turistas e com as alterações no espaço?**

Sim.....  1

Não.....  2

N/R.....  -2

**18- Costuma ter contacto com os turistas no dia a dia (práticas pessoais e lúdicas)?**

Constantemente.....  1

Ocasionalmente.....  2

Nunca tenho.....  3

N/R.....  -2

**19- E na sua actividade profissional lida directamente com turistas?**

Muitas vezes.....  1

Algumas vezes.....  2

Poucas vezes.....  3

Nunca..... 4

N/R..... -2

**20- E relativamente a si, está feliz por fazer parte de uma comunidade “turistificada”?**

Sim..... 1

Não..... 2

É-me indiferente..... 3

N/R..... -2

**21- Colocando-se na pele do turista, acha que os visitantes são bem recebidos/vistos pelos autóctones (tanto os que trabalham no sector terciário como pelos restantes com quem interagem)?**

Sempre..... 1

Muitas vezes..... 2

Normalmente..... 3

Poucas vezes..... 4

Nunca..... 5

N/R..... -2

**22- Gosta de ter contacto diário com os turistas ou fá-lo por mera obrigação (convívio inevitável na prática laboral ou em actividades de lazer) ?**

Gosto..... 1

Não gosto..... 2

Indiferente..... 3

Por obrigação..... 4

N/R..... -2

**23- Para terminar o segundo ponto, considera o turismo um fenómeno positivo ou negativo para Portimão e para os seus residentes?**

- Muito positivo.....  1
- Positivo.....  2
- Indiferente.....  3
- Negativo.....  4
- Muito negativo.....  5
- N/R.....  -2

**3ª Parte- Relação entre turistas e autóctones**

**24- Quanto à relação entre autóctones e turistas, acha que de uma forma geral é positiva ou negativa?**

- Muito positiva.....  1
- Positiva.....  2
- Nem positiva nem negativa (neutra) .....  3
- Negativa.....  4
- Muito negativo.....  5
- N/R.....  -2

**25- Conhece alguns conflitos que possam ter emergido dessa relação?**

- Vários.....  1
- Poucos.....  2
- Alguns.....  3
- Nenhuns.....  4
- N/R.....  -2

**26- Com a progressão do tempo da época balnear, nota alterações nos comportamentos dos residentes locais face às práticas turísticas, aos turistas e ao grande volume de ocupação do espaço?**

Sim.....  1

Não.....  2

N/R.....  -2

**27- E qual a sua posição pessoal?**

Gosto.....  1

Não gosto.....  2

É-me indiferente.....  3

N/R.....  -2

**28- Já se deparou com muitos casos de insatisfação com a presença do outro grupo (turistas vs autóctones) ou estes são inexistentes?**

Sim.....  1

Não.....  2

N/R.....  -2

**29- Parece-lhe que as opiniões negativas são mais evidentes na óptica dos turistas ou dos autóctones?**

Dos turistas.....  1

Dos autóctones.....  2

São semelhantes.....  3

Nenhum grupo tem opiniões negativas.....  4

N/R.....  -2

**30- O que pensa disso?**

É bom.....  1

É mau.....  2

Não é bom nem mau.....  3

É-me indiferente.....  4

N/R.....  -2

**31- Qual a sua opinião sincera acerca dos seus comportamentos (dos turistas) e formas de agir (relação com autóctones, trabalhadores locais, e etc..)?**

Gosto muito.....  1

Gosto.....  2

Gosto pouco.....  3

Não gosto.....  4

É-me indiferente.....  5

N/R.....  -2

**32- Acha que os autóctones têm perdido acesso a locais outrora fáceis de aceder, seja pela condição económica, seja pela pelo simples facto de serem locais ou terem baixo estatuto social?**

Sim, a muitos.....  1

Sim, a alguns.....  2

Não.....  3

N/R.....  -2

**33- Numa escala mais densa, quem acha que controla o espaço (acessos, saídas, espaços, investimentos locais, empresas, e etc..)?**

Os turistas.....  1

- Os autóctones..... 2
- Investidores locais..... 3
- Investidores nacionais..... 4
- Investidores estrangeiros..... 5
- O governo (poder local e central)..... 6
- Outro..... 7
- N/R..... -2

**34- Como é a sua relação com os turistas de uma forma geral (nacionais e estrangeiros)? (classifique conforme a pontuação).**

	Muito má		Nem boa nem má		Muito boa	N/S	N/R
Local de trabalho (se aplicável)	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2
No quotidiano	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2
Em espaços de convívio	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2
Ao usufruir de serviços	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2
Em espaços de recreação noturna	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2

**35- Com base na sua experiência, acha que no geral a relação entre turistas e autóctones é conflituosa? (classifique conforme a pontuação).**

	Nada Conflituosa		Normal (algum conflito)		Muito Conflituosa	N/S	N/R
Nível pessoal	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2
Em contexto profissional	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2
Em espaços públicos	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2
Ao usufruir de serviços	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2
Em espaços de recreação noturna	1	2	3	4	5	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -2

**36- E quando não há indícios de conflito, como é a tolerância por parte de cada grupo?**

Muito elevada.....  1

Elevada.....  2

Média.....  3

Baixa.....  4

Muito Baixa.....  5

N/R.....  -2

#### **4ª Parte- Escassez de recursos**

**37- Com base no grande congestionamento do território nas épocas mais quentes, acha que os recursos se tornam escassos?**

Sim.....  1

Não.....  2

N/R.....  -2

**38- Essa sobrelotação interfere directamente no seu quotidiano (vida privada e profissional)?**

Sim, sempre.....  1

Não.....  2

Ocasionalmente.....  3

N/R.....  -2

**39- Para aquisição de recursos únicos/exclusivos, (de elevado valor, destinados a determinada classe ou grupo alvo) sente que os turistas têm mais acesso a determinados locais do que os autótones/locais?**

Muito mais.....  1

Mais.....  2

É igual.....  3

Menos.....  4

Muito menos.....  5

N/R.....  -2

**40- Durante a época balnear, já lhe aconteceu querer usufruir de um serviço importante, mas não conseguir por causa do grande volume populacional que faz uso desse mesmo serviço (exemplo: espaços recreativos, hospitais, supermercados, etc.)? Se sim, com que frequência?**

Frequentemente.....  1

Algumas vezes.....  2

Nunca me aconteceu.....  3

N/R.....  -2

**41- De alguma forma acha que as transformações do espaço foram feitas em prole do bem estar dos visitantes em detrimento das comunidades locais (tornando os recursos territoriais e físicos para as comunidades locais mais reduzidos)?**

Sim.....  1

Não.....  2

Foram feitas para ambos.....  3

N/R.....  -2

**42- Com base na sua experiência, acha que as territorialidades (extensão da capacidade de se movimentar e aceder a espaços e locais) são muito dissonantes entre turistas e autóctones?**

Sem dúvida.....  1

Nem por isso.....  2

São semelhantes.....  3

N/R..... -2

**43- Quais lhe parecem ser mais extensas? Porquê?**

---

---

---

---

**44- Sente que as territorialidades das comunidades locais são “asfixiadas” devido ao fenómeno turístico (pessoas têm de trabalhar mais em serviços do sector, não lhes restando flexibilidade de deslocação no espaço ou tempo para fazer outras actividades de lazer e afins)?**

Sim.....  1

Não.....  2

Em determinados casos.....  3

N/R..... -2

**45- De uma forma geral e para terminar, com tantos estranhos no seu território (visitantes e residentes estrangeiros, outrora turistas), de certa forma, sente-se um estranho no seu próprio espaço?**

Sempre.....  1

Nunca.....  2

Ocasionalmente.....  3

N/R..... -2

**Muito obrigado pela sua colaboração!**